

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO**

ALEXANDRE AUGUSTO DA COSTA

**Congonhas (MG) e o espelho quebrado da representação:
entre o progresso industrial e a internacionalização do patrimônio**

JUIZ DE FORA

2023

ALEXANDRE AUGUSTO DA COSTA

**Congonhas (MG) e o espelho quebrado da representação:
entre o progresso industrial e a internacionalização do patrimônio**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG) como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Olender.

JUIZ DE FORA

2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

AUGUSTO DA COSTA, ALEXANDRE.

Congonhas (MG) e o espelho quebrado da representação: : entre o progresso industrial e a internacionalização do patrimônio / ALEXANDRE AUGUSTO DA COSTA. -- 2023.

440 p. : il.

Orientador: Marcos Olender

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2023.

1. Congonhas. 2. Discurso Autorizado de Patrimônio. 3. Mineração. 4. Patrimônio Mundial. 5. Representação. I. Olender, Marcos, orient. II. Título.

ALEXANDRE AUGUSTO DA COSTA

**Congonhas (MG) e o espelho quebrado da representação:
entre o progresso industrial e a internacionalização do patrimônio**

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade
Federal de Juiz de Fora (MG) como requisito
parcial para o grau de Doutor em História.
Área de concentração: **História, Cultura e Poder**

Aprovada em 13 de novembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Olender (Orientador – Titular Presidente) – UFJF

Prof. Dr. Rodrigo Christofolletti (Titular Interno) – UFJF

Prof. Dra. Silvana Mota Barbosa (Titular Interna) – UFJF

Prof. Dra. Maria Leonor Botelho (Titular Externa) – Universidade do Porto

Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota (Titular Externo) – UFMG

Juiz de Fora, 19/10/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Olender, Professor(a)**, em 21/12/2023, às 17:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Christofolletti, Professor(a)**, em 21/12/2023, às 18:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Leonor César Machado de Sousa Botelho, Usuário Externo**, em 22/12/2023, às 12:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Silvana Mota Barbosa, Professor(a)**, em 27/12/2023, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Barci Castriota, Usuário Externo**, em 17/01/2024, às 16:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1534802** e o código CRC **31A14C8A**.

Esta tese é dedicada aos meus falecidos pais Samuel e Trindade, que me ensinaram – nem sempre com palavras – mas com o exemplo de suas vidas o poder da perseverança e da paciência, ao eterno frère e poeta José Augusto, pelos ensinamentos da vida e do gosto pela leitura, à minha esposa Suzana, pela paciência e companheirismo, à minha pequena filha Diana, por me ensinar, nas noites em que fiquei dividido entre estudar e pajeá-la, que a “vida é agora” e que o tempo desse “agora” é o Kairós, à minha irmã Triciana por sempre me apoiar e acreditar em mim e a todos os mestres, amigos e colaboradores que contribuíram de alguma forma na travessia desse “mar à nado” que é esta tese.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor e amigo Marcos Olender pelos seus ensinamentos, por acreditar no meu projeto e por ser uma pessoa tão divertida e inspiradora. Ao meu querido amigo e professor Rodrigo Christofolletti por me incentivar a fazer o processo de doutorado, por me apoiar em cada etapa nesses anos todos. Aos dois mestres agradeço especialmente, por me proporcionarem minha única e inesquecível experiência internacional: a visita técnica à Universidade do Porto, à cidade de Matosinhos e ao centro histórico de Lisboa. Naquela ocasião, outros colegas do Laboratório de Patrimônios Culturais e do Grupo de Pesquisa Patrimônio e Relações Internacionais – ambos da UFJF – compuseram nossa equipe técnica de trabalho. Na visita técnica à Universidade do Porto conhecemos Maria Leonor Botelho, que além de se tornar uma grande parceira dos nossos grupos de pesquisa em publicações internacionais, nos prestigia com sua amizade e com a sua presença na banca de defesa desta tese. Aos demais integrantes da banca estendo meu reconhecimento e agradecimento: à professora Silvana Mota Barbosa pelos ensinamentos, amizade e ótimas contribuições e sugestões ao texto da minha tese, ao professor Leonardo Castriota pelos profícuos apontamentos e pelo grande profissional que é nos estudos do patrimônio e por sua atuação como militante das causas sociais, sempre atento à construção de um Brasil melhor. Aos entrevistados da tese que permitiram que eu fizesse uma discussão da memória como documento, como aponta Le Goff e, em especial, a alguns colaboradores no processo de levantamento de informações e sugestões de melhorias no texto: Alisson Ferreira, Diana Sena, Leonardo Rosa, Márcio Elias, Luciomar Sebastião de Jesus e Sandoval de Souza Pinto Filho. Agradeço ainda, à Coordenação da Pós-Graduação em História da UFJF pelo apoio e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) ao me fornecer uma bolsa que me possibilitou realizar esta tese. Por fim, a todos que contribuíram de alguma forma neste trabalho e me incentivaram nesta pesquisa.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACLAC – Academia de Ciências, Letras e Artes de Congonhas
- ACHMG – Associação das Cidades Históricas de Minas Gerais
- ANM – Agência Nacional de Mineração
- CODAP – Consórcio Público para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba
- COMUPHAC – Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Congonhas
- DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico
- FUMCULT – Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo de Congonhas
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
- IEPHA-MG – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
- SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- UNACCON – União das Associações Comunitárias de Congonhas
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Tarsila do Amaral, Congonhas.....	14
Figura 02: Antigo Hotel York.....	20
Figura 03: Aplicações em 3D das fachadas para a restauração do Hotel York.....	21
Figura 04: Brazil Build.....	22
Figura 05: Informe publicitário da Caixa Econômica sobre Aleijadinho.....	25
Figura 06: Disposição do triângulo interpretativo de Congonhas.....	41
Figura 07: Construção de viadutos e túneis em Congonhas.....	44
Figura 08: Disposição dos extratos temporais de Congonhas em 2D.....	50
Figura 09: Prisma triangular como proposta de chave interpretativa da representação	54
Figura 10: Deslocamento do espaço de experiências do horizonte de expectativas.....	55
Figura 11: Barragem de rejeitos da CSN na Mina Casa de Pedra.....	57
Figura 12: Mapa visual da tese.....	67
Figura 13: Vista do Adro da Basílica.....	68
Figura 14: Painel “A fé, o ferro e a pedra”	70
Figura 15: A História, escultura de Dominikus Hermenegild Herberger.....	72
Figura 16: Francisco de Goya (1746-1828), A Verdade, o Tempo e a História.....	73
Figura 17: Kairós, afresco (fragmento) de Francisco Salviati.....	76
Figura 18: Angelus Novus, de Paul Klee (1920)	83
Figura 19: Deslocamento dos extratos temporais.....	88
Figura 20: Multidão de fiéis se ajoelha diante do adro do Santuário.....	135
Figura 21: Paço da Igreja do Bom Jesus de Matosinhos (Portugal).....	152
Figura 22: Santuário do Bom Jesus na cidade de Braga, Portugal.....	153
Figura 23: Fiéis fazem saudação no adro do Santuário.....	155
Figura 24: Jubileu do Bom Jesus de Matozinhos em Congonhas.....	157
Figura 25: Vista do Adro da Basílica.....	161
Figura 26: Cerimônia de devolução dos ex-votos realizada em 1981.....	163
Figura 27: Trem do Bispo.....	164
Figura 28: Trem de Luxo Vera Cruz.....	165
Figura 29: Trem carregado de minério de ferro.....	166
Figura 30: Fiéis dentro das romarias próximas ao Santuário.....	167
Figura 31: Vista panorâmica do edifício circular da Romaria.....	168

Figura 32: Criança caminha ao centro da antiga Romaria.....	169
Figura 33: Região de intervenção do PAC Cidades Históricas no entorno do Santuário.....	171
Figura 34: Zé Arigó atende na prisão enquanto cumpria pena em 1964.....	185
Figura 35: Fila de pessoas sendo atendidas por Zé Arigó (anos 1960)	186
Figura 36: Zé Arigó realiza cirurgia espiritual nos anos 1960.	187
Figura 37: Zé Arigó, “Oitava Maravilha”	188
Figura 38: Profeta Habacuc, escultura do Aleijadinho.....	197
Figura 39: Jornal do Brasil mostra divergências entre diretor do Iphan e moradores.....	213
Figura 40: O caminhão de mudanças para exposição no MAM.....	216
Figura 41: Cena dos Passos de Congonhas, “Cruz às Costas”	225
Figura 42: Selo dos Correios com o perfil do profeta Joel.....	240
Figura 43: Diploma de patrimônio Mundial concedido ao Santuário.....	241
Figura 44: Fala destacada no Jornal O Globo do prefeito de Santana dos Montes.....	245
Figura 45: Capa do jornal Estado de Minas com destaque à chancela.....	247
Figura 46: Repercussão do Jornal Folha de São Paulo sobre a chancela da Unesco.....	251
Figura 47: Charge de José Montello no jornal O Globo.....	253
Figura 48: Propaganda da Prefeitura de Congonhas no jornal Estado de Minas.....	257
Figura 49: Réplica do Profeta Joel na Escola de Arquitetura da UFMG.....	259
Figura 50: Entrega premiação do concurso de monografias sobre Aleijadinho.....	267
Figura 51: Matéria destaca que o anseio da candidatura do Santuário à Unesco.....	270
Figura 52: Escultura do profeta Baruc no adro do Santuário.....	274
Figura 53: Capela Cruz às Costas.....	277
Figura 54: Matéria do jornal O Globo questiona ida de delegação de Congonhas a Matosinhos de Portugal	282
Figura 55: Vista da Alameda Cidade Matosinhos de Portugal.....	284
Figura 56: Acordo de geminação é firmado entre Congonhas e Matosinhos.....	285
Figura 57: Vista panorâmica do Museu de Congonhas.....	289
Figura 58: Exposição permanente do Museu de Congonhas.	289
Figura 59: Exposição do Museu da Memória de Matosinhos (Mumma).	291
Figura 60: Detalhes do interior do palacete do Museu de Matosinhos (Mumma).....	291
Figura 61: Profeta Abdias aponta para a lua.....	299
Figura 62: Profeta Habacuc, de máscara, em “protesto” à poluição do ar pelas mineradoras...300	
Figura 63: Barragem da CSN em Congonhas.....	306

Figura 64: Barragens do Complexo Casa de Pedra da CSN.....	307
Figura 65: Tipos de alteamento de barragens.....	321
Figura 66: Réplica de uma casa destruída em Bento Rodrigues.	350
Figura 67: Estudantes observam réplica de um dos profetas na exposição “Agridoce”	350
Figura 68: Croqui do projeto original do Museu de Congonhas.....	362
Figura 69: Maquete do projeto original e vista aérea do Museu.....	364
Figura 70: Processo de construção do logotipo do Museu de Congonhas.....	374
Figura 71: Coleção Santos de Casa no Museu de Congonhas.	375
Figura 72: Exposição permanente do Museu de Congonhas.....	375
Figura 73: Coleção “Santos de Casa” no Museu de Congonhas.	376
Figura 74: Aplicações da sinalização do Sítio Histórico.....	377
Figura 75: Sinalização com o emblema de Patrimônio Mundial.....	378
Figura 76: Placa de publicidade da Marca “Porto.”	381
Figura 77: Vista da Praça JK após revitalização.....	385
Figura 78: Alameda Cidade Matosinhos de Portugal revitalizada com as obras do PAC.....	392
Figura 79: Vista panorâmica do Parque Ecológico, Teatro Municipal e Romaria.....	397
Figura 80: Santuário do Bom Jesus: “Treva ao Meio-dia”.	407

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 01: Evolução populacional de Conselheiro Lafaiete, Congonhas e Ouro Branco.....	208
---	-----

TABELAS

Tabela 01: Organograma de atribuições dos atores no projeto do Museu	349
Tabela 02: Projetos selecionados: portaria do Iphan nº 383, 20/8/2013.....	384

Sumário

PREÂMBULO	17
INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO 1. Caminhos das travessias – reflexões teóricas e metodológicas	69
1.1. A invenção do tempo... ..	69
1.1.1. A descoberta das temporalidades e a desconstrução do mito do tempo linear... ..	78
1.2. O novo conceito de história e o ofício do historiador	82
1.2.1. O método histórico como chave de compreensão do presente	89
1.2.2. A cidade e as imagens dialéticas do tempo	92
1.3. Memórias, rupturas e crises na ordem dos tempos	97
1.3.1. Pós-modernidade e o fim das metanarrativas: um acalorado debate do tempo presente.....	103
1.3.2. O problema da representação na perspectiva da linguagem e do discurso.....	115
1.4. Neoliberalismo e neoextrativismo: a sedução do discurso e os modos de agir nos corpos e mentes	127
CAPÍTULO 2. REPRESENTAÇÕES DE CONGONHAS: A FÉ, A MINERAÇÃO E A ARTE.....	137
2.1. O Ciclo do Ouro	137
2.2. Ciclo Religioso I:.....	147
2.2.1. A lenda de origem da veneração ao Cristo crucificado	147
2.2.2. A peregrinação do Jubileu de Congonhas	158
2.2.3. As romarias.....	166
2.2.4. Alternâncias e disputas de poder na administração do Santuário.....	172
2.3. Ciclo Religioso II:	183
2.3.1. O fenômeno mediúnico Zé Arigó	183
2.4. Intelectuais e poder: a escolha de Aleijadinho como Patrono da Arte no Brasil.....	192
2.4.1. Aleijadinho, um mito?	195
2.4.2. Germain Bazin, Rodrigo Melo Franco de Andrade e as escolhas do Iphan.....	202
2.5. Industrialização e poder: a disputa em torno da construção da Açominas	205
2.6. O povo diz sempre: “os profetas não podem sair do adro”	211
CAPÍTULO 3. CORRIDA AO RECONHECIMENTO INTERNACIONAL DA UNESCO	223
3.1. A evolução do conceito de patrimônio	225

3.2. A Convenção da Unesco de 1972 e a largada brasileira das candidaturas à Lista do Patrimônio Mundial.....	237
3.3. A recepção do título de Patrimônio Mundial pela imprensa nacional e habitantes de Congonhas: comemorações e novas expectativas com a conquista da chancela	242
3.4. A reunião da Unesco em Paris (1985) por detrás do palco	260
3.5. A declaração retrospectiva do ICOMOS	277
3.6. O acordo de gemação entre Congonhas e Matosinhos.....	280
3.7. Um novo olhar às políticas de patrimônio em Congonhas a partir do reconhecimento da Unesco	296
CAPÍTULO 4. REFLEXOS DA CIDADE	300
4.1. O espelho da mineração.....	305
4.1.1. A violência da mineração e a luta dos habitantes pelo direito ao território.....	308
4.1.2. Uma cidade mineradora ou minerada?	316
4.2. O espelho do patrimônio	349
4.2.1. Os reflexos do Museu de Congonhas sobre a cidade	349
4.2.2. Unesco, Iphan, Prefeitura e Igreja: disputas, conflitos e cooperação na criação do Museu	352
4.2.3. O Museu de Congonhas como projeção do Soft Power	367
4.2.4. Os reflexos dos programas de revitalização urbana	385
CONCLUSÕES:.....	408
REFERÊNCIAS:	417
JORNAIS E REVISTAS	436

Figura 01 – Tarsila do Amaral, Congonhas / Minas, 1924, nanquim sobre papel (18,3 cm x 22,6 cm). Doação: Pola Rezende, em 7 de agosto de 1972



Fonte: Reprodução do Museu de Arte Contemporânea da USP.

O que é do Aleijadinho e do Ataíde nas igrejas mineiras do ouro e não precisa ser exaltado: as obras falam por si, e a fala é música de Deus e do homem. (Carlos Drummond de Andrade, Jornal do Brasil, 17/05/1975).

RESUMO

O município de Congonhas, localizado na região central de Minas Gerais, além de ser um importante polo minerador, desde o período do Ciclo do Ouro, é reconhecido internacionalmente, pelo significativo legado artístico barroco-rococó atribuído ao mestre Aleijadinho, além da rica tradição religiosa com origem em 1757, que motivou a construção do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, Patrimônio Mundial da Unesco (1985). Em uma leitura ampliada destes elementos, a presente tese investiga as metamorfoses da cidade, sobretudo a partir dos anos 1970, época em que teria ocorrido a colisão de dois movimentos distintos: de um lado, o crescimento da atividade minero-metalúrgica representada pela expansão da CSN, a construção da Ferrovia do Aço e a instalação da Açominas; e de outro, a corrida ao reconhecimento internacional do patrimônio. A hipótese defendida é que o confronto destas divergentes visões de futuro, teriam desencadeado uma mudança na ordem temporal, ou uma crise nos tempos, inaugurando assim, um novo regime de historicidade, com profundas consequências à representação do município. A metodologia utilizada, baseia-se na análise documental de fontes oficiais, como Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, O Globo e Estado de Minas, e na abordagem da história oral, com os depoimentos de personagens-chave de fatos históricos dos últimos 50 anos na Cidade dos Profetas, em temas que atravessam a arte, a mineração e a religiosidade.

Palavras-chave: Congonhas; Discurso Autorizado de Patrimônio; Mineração; Patrimônio Mundial; Representação.

ABSTRACT

The municipality of Congonhas, located in the central region of Minas Gerais, in addition to being an important mining hub since the Gold Cycle period, is internationally recognized for the significant baroque-rococo artistic legacy attributed to master Aleijadinho, in addition to the rich religious tradition originating in 1757, which led to the construction of the Sanctuary of Senhor Bom Jesus de Matozinhos, a UNESCO World Heritage Site (1985). In an expanded reading of these elements, this thesis investigates the metamorphoses of the city, especially since the 1970s, a time in which two distinct movements collided: on the one hand, the growth of mining and metallurgical activity represented by the expansion of CSN, the construction of the Steel Railway and the installation of Açominas; and on the other, the race for international recognition of heritage. The hypothesis defended is that the confrontation of these divergent visions of the future would have triggered a change in the temporal order, or a crisis in times, thus inaugurating a new regime of historicity, with profound consequences for the representation of the municipality. The methodology used is based on the documentary analysis of official sources, such as *Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* and *Estado de Minas*, and on the oral history approach, with testimonies from key characters in historical facts of the last 50 years in the City of the Prophets, on themes that span art, mining and religiosity.

Keywords: Congonhas; Authorizes Heritage Discourse; Mining; World Heritage; Representation.

PREÂMBULO

Travessia. Foi com esse sublime significante que o intrépido Riobaldo tentou transmitir a experiência do caminho percorrido no Grande Sertão Veredas: “[...] do menino em jagunço, de Tatarana em Urutu-Branco e do Chefe em fazendeiro”.¹ Ao revelar esse *mister*, João Guimarães Rosa “desenhou com a palavra” – para usar um termo de Rubem Barboza Filho – um signo aberto. Criou, com uma inspiração, quase que, divina, um mar de significados para a compreensão da palavra – e da saga da personagem – esmiuçada, até hoje, por estudiosos, pesquisadores, críticos e admiradores desta obra-prima da literatura brasileira. Se no romance a palavra encerra um movimento de vivências moldadas aos passos da personagem, nesta tese,² porém, pretende-se inaugurar, com a “palavra”, uma espécie de roteiro ao interlocutor. Mais precisamente, esta pesquisa propõe, como chave de compreensão da representação de Congonhas (MG), uma espécie de mapa temporal das travessias (no plural), que delinearão as fronteiras do que se entende por *éthos* da cidade. Esse caminho pretende fornecer ao leitor as lentes ou óculos (no sentido deleuziano) que possam trazer nitidez à interpretação das fronteiras culturais, sociais e econômicas que se estabeleceram e ainda se movem, no devir do tempo (encontros, ir e vir, trocas e divergências) dos atores e, de maneira indireta, das instituições a que pertencem ou já fizeram parte na história recente do município. Este roteiro, porém, ainda

¹ Cf. Marques (2008, p. 1).

² O percurso acadêmico realizado nestes anos foi de fundamental importância para o amadurecimento da minha pesquisa. Pelo fato de possuir formação (Bacharelado e Mestrado) em Comunicação Social, precisei me engajar, ainda mais, para aprender as principais escolas do campo da História “pelas avessas”, fazendo assim, o que seria um percurso inverso que, naturalmente, alguém faria, a partir da graduação em História. Deste modo, transitei, nas mais diversas áreas de saber, oferecidas pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFJF, perpassando, do método histórico, aos estudos de Poder, do cinema à conexão entre patrimônio e memória, da história do tempo presente à micro-história, da história dos conceitos, às relações internacionais. Tal fato pode ser observado na minha produção acadêmico-científica, nos últimos anos, especialmente quando entrei no programa do PPGH-UFJF, em março de 2018 e fui bolsista da CAPES. Na universidade, sou membro do Grupo de Pesquisa Patrimônio e Relações Internacionais (Prof. Dr. Rodrigo Christofolletti) e do LAPA – Laboratório de Patrimônios Culturais (Prof. Dr. Marcos Olender). Neste percurso, participei de seminários e conferências (nacionais e internacionais), que renderam publicações em anais, revistas especializadas, e dois capítulos de livros em inglês organizados pelos meus professores mentores, Prof. Dr. Marcos Olender e Prof. Dr. Rodrigo Christofolletti. Cf. Costa (2023). Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/1570802083875176>>. Acesso em: 23 ago. 2023. Na oportunidade, saúdo ainda o coordenador do Programa, Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves e aos ex-coordenadores que o antecederam, como o Prof. Dr. Rodrigo Christofolletti, Prof. Dr. Fernando Perlatto Bom Jardim e Dra. Claudia Viscardi. Agradeço, especialmente, ao meu orientador Prof. Dr. Marcos Olender e aos professores Prof. Dr. Rodrigo Christofolletti, Prof. Dra. Silvana Mota Barbosa, Prof. Dr. Jorge Ferreira, Prof. Dr. Alexandre Mansur Barata e Prof. Dr. Wallace Andrioli Guedes e aos demais professores e professoras do (PPGH-UFJF), que contribuíram nesta caminhada.

que, direcionado pelas escolhas teóricas e recortes temporais estabelecidos pelo pesquisador, é estruturado, sobretudo, pela experiência do olhar das personagens (intelectuais, artistas, autoridades religiosas, homens públicos, gestores, ambientalistas, habitantes e visitantes brasileiros e portugueses), que, de alguma forma, realizaram essas “travessias” – no sentido *lato* – em Congonhas (MG). Este devir, “que nunca está completo, mas continuamente em construção”, no dizer preciso dizer de Ingold (2015, p. 211), é reunido nesta tese,³ em linhas que conformam a experiência de atores na composição do tecido da representação de Congonhas (MG), primordialmente, após o que acreditamos ser a sua entrada à Pós-Modernidade⁴, com os investimentos da indústria minero-siderúrgica na construção da cadeia de produção do aço (a partir dos anos 1970) e a chancela concedida pela Unesco, em 3 de dezembro e publicada no dia 6, daquele mesmo mês, em 1985, que reconheceu o Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos como Patrimônio Mundial.

³ Ao atravessar boa parte da pesquisa, após ter cursado as disciplinas obrigatórias e eletivas do PPGH-UFJF, em conversas com meu orientador Prof. Dr. Marcos Olender e com professores como o Prof. Dr. Christofolletti e a Prof. Dra. Silvana Mota Barbosa, aperfeiçoei a abordagem do problema de pesquisa, o recorte temporal, a definição das fontes e a metodologia a ser trabalhada na tese. O projeto aprovado no processo seletivo do PPGHIS-UFJF para a turma de 2018, tinha como título provisório “Disputa do imaginário social na cidade dos profetas: Conflitos, meio ambiente e patrimônio em Congonhas (1985-2017)” e pretendia fazer um mapa interpretativo da imaginação da cidade, a partir da percepção e vivência de pessoas ligadas às principais instituições do poder público e da sociedade civil. No entanto, em um segundo momento, após cursar as disciplinas de Seminários de Laboratórios, amadureci a ideia de pensar, não em imaginários sociais, mas em identidades. Após adentrar na tragédia da pandemia, que obrigatoriamente, fechou o acesso presencial às bibliotecas e acervos de todo o país, no período mais agudo, e impôs, uma desafiadora readaptação da própria forma de abordagem e de realização de entrevistas pela metodologia da história oral (que tiveram que ser remotas, via aplicativos de transmissão e gravação de vídeos), dentro da pesquisa, tornou-se cada vez mais premente o imperativo de redefinir o período do recorte e de se pensar, não apenas o imaginário, ou as identidades, mas nas transformações do tempo presente a que Congonhas (MG) foi submetida na entrada à Pós-Modernidade (dos anos 1970 até os dias atuais). Esta iluminação, foi fundamental, para aperfeiçoar a hipótese e me debruçar, nomeadamente, a partir do que seria uma brecha do tempo tensionada por dois vetores: a expansão da atividade minero-metalúrgica, de um lado, e o reconhecimento internacional em torno da religiosidade e da arte (especialmente de Aleijadinho e de Ataíde), chancelada pela Unesco em 1985, que nomeou o Santuário do Bom Jesus de Matozinhos como Patrimônio Mundial.

⁴ Defendemos que o conceito de Pós-Modernidade se coaduna com a perspectiva analisada nesta tese (a do fim das metanarrativas e a fragmentação dos sujeitos), como defendem Lyotard (1993) e Hall (2015). Se a representação de Congonhas, até meados de 1970, era calcada na fé, na mineração e na arte, a partir dessa temporalidade, uma colisão de interesses do “progresso” industrial (sobretudo, os investimentos na indústria do aço e da mineração) e da candidatura do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos ao título de Patrimônio Mundial pela Unesco, teria diluído essa percepção. Compreendemos que o conceito de Pós-Modernidade não é consenso nas Ciências Humanas e Sociais. Para esclarecermos ao leitor as razões de nossa escolha, traremos o tema no tópico, “Pós-Modernidade e o fim das metanarrativas: um acalorado debate conceitual do tempo presente”.

INTRODUÇÃO

Matéria publicada pelo Jornal O Globo⁵ em 19 de dezembro de 1985 destaca a conquista da chancela com o seguinte título: “Ato da Unesco fará Congonhas mais turística”. O texto em questão dá um grande destaque ao pronunciamento do então prefeito Gualter Monteiro,⁶ que fez algumas promessas ao Jornal, como a modificação do piso do santuário, até então no formato de “pé-de-moleque” para pedras arredondadas, a criação de uma polícia feminina, hotéis estilo barroco, “para harmonizarem-se com o Santuário”, além de assumir que havia empresas interessadas em construí-los, após a conquista da chancela pela Unesco. Caso não o fizessem, a própria prefeitura custearia o projeto. Até o ano de 2023, apenas o calçamento foi trocado. Congonhas ainda carece de estrutura hoteleira,⁷ como se verá adiante nesta tese, e o turismo representa, uma porcentagem, mínima, da arrecadação municipal, diante da atividade minero-metalúrgica.

Por hora, falaremos, pois, do papel dos intelectuais na eleição do Santuário e na escolha de Aleijadinho como representante da arte nacional. Quando aqui vieram, em 1923, os modernistas,⁸ hospedaram-se no Hotel York,⁹ erguido em 1917, hoje, em ruínas, pois jaz consumido pela ação do tempo (Figura 02).

⁵ O Globo (19/12/1985, p. 6).

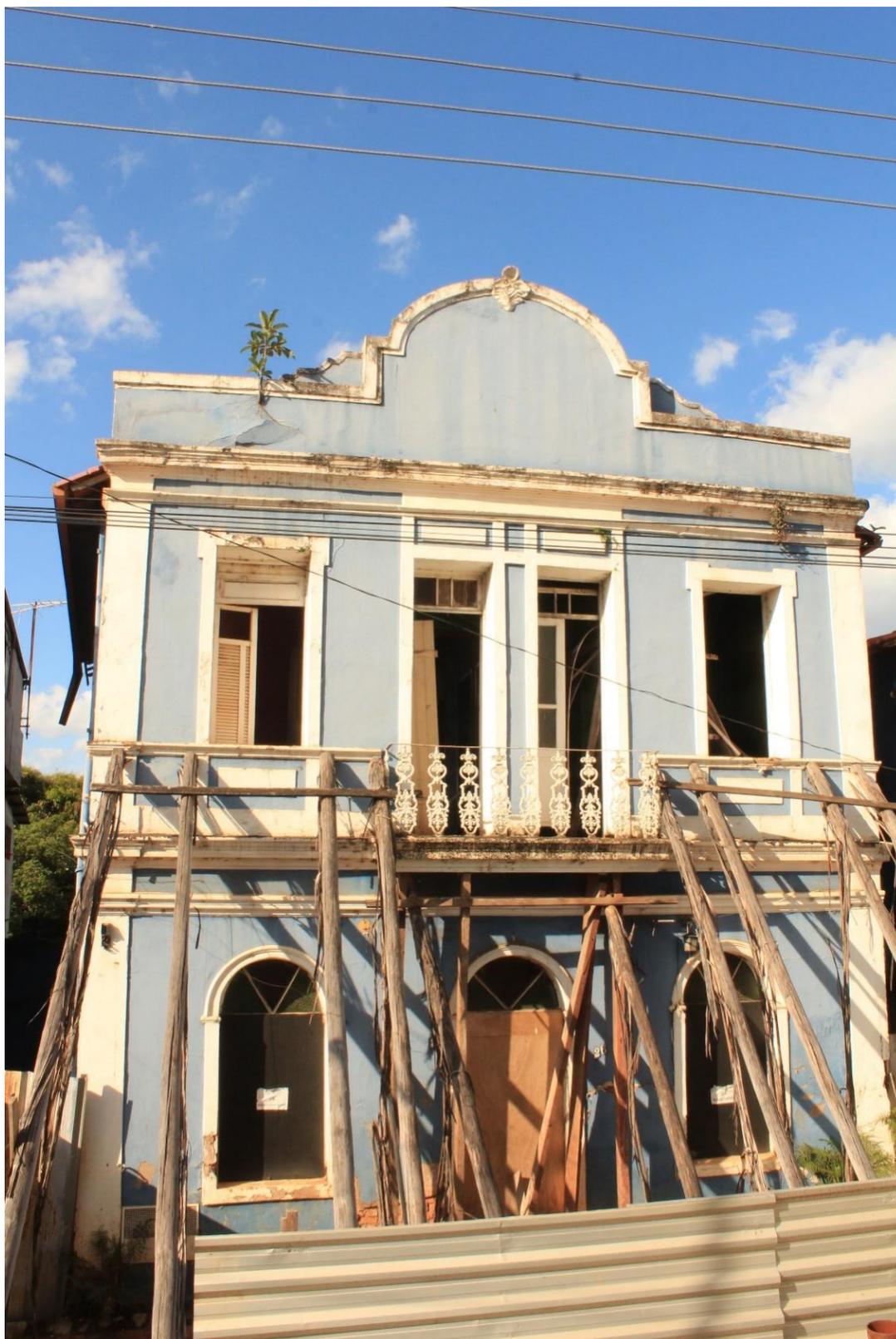
⁶ O texto, ainda destaca que, para o Prefeito de Congonhas, “o reconhecimento é muito importante não só para Congonhas, mas também para Minas e para o Brasil, porque a Unesco fornece apoio técnico a todos os municípios que têm monumentos tombados, além de distribuir, para todo o mundo, uma revista na qual é recomendada a visita aos Patrimônios Culturais da Humanidade” (O Globo, 19/12/1985, p. 6).

⁷ No excelente estudo sobre os impactos dos investimentos que se instalariam em Congonhas e na região do Alto Paraopeba, “Grandes minas em Congonhas (MG), mais do mesmo?”, publicado pelo grupo Poemas da UFJF, Bruno Milanez (2014, p. 217), após entrevistar gestores da Prefeitura de Congonhas e do Consórcio Público para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba (Codap), destaca que, “apesar da importância histórica e do potencial turístico existente no município, esta atividade parece ter sido relegada a segundo plano nos anos recentes, o que teria contribuído assim, para uma descaracterização arquitetônica da cidade e ao não incentivo à criação de infraestrutura de hotelaria. Como consequência, o turismo cultural em Congonhas é essencialmente nominal; ao invés de turistas, a cidade recebe apenas visitantes, que passam poucas horas conhecendo a Basílica e as obras de arte, mas não se hospedam na cidade”. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Milanez-2011-Grandes-minas-em-Congonhas-MG-mais-do-mesmo.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2023.

⁸ A caravana era composta por Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Tarsila do Amaral, René Thiollier, Blaise Cendrars, Goffredo da Silva Teles, Olívia Guedes Penteado e Oswald de Andrade Filho. Realizada em 1924, percorreu as principais cidades coloniais em Minas Gerais, com o objetivo de “redescobrir” a arte deixada por artistas nos séculos anteriores, notadamente do período barroco-rococó. Cf. Estado de Minas (2022). Disponível em: <<https://shre.ink/ModerBrassil>>. Acesso em: 03 jan. 2023.

⁹ Décadas mais tarde, o edifício também passou a ser conhecido como Hotel do Jucão.

Figura 02 – Antigo Hotel York é escorado por estacas de madeira enquanto as obras de restauração não iniciam



Fonte: Próprio autor (2023).

Figura 03 – Aplicações em 3D de duas possíveis fachadas para a restauração do Hotel York.
O lugar irá abrigar o Museu da Cultura Popular



Fonte: Reprodução/Prefeitura Municipal de Congonhas (MG).

A ação destes intelectuais será crucial para a construção de uma identidade mineira e brasileira ao longo do século XX, que se mantém, em certa medida, no atual milênio, sustentada no talento atribuído a mestres como Ataíde e Aleijadinho. Este mergulho no passado colonial será, ainda, a inspiração de dirigentes e intelectuais como um Rodrigo Mello Franco de Andrade, um Aloísio Magalhães, um German Bazin e Myriam Andrade Ribeiro – que, aliás, como veremos em seu relato oral, contou com a influência e a disposição do governo brasileiro para que pudesse se dedicar a estudar Aleijadinho.

O empenho de projetar a imagem internacional do Brasil, calcada na arte e na arquitetura barroca e rococó também pode ser verificado na exposição ocorrida de 13 de janeiro a 28 de fevereiro de 1943, no MOMA (Museu de Arte Moderna em Nova York), denominada “Brazil Build” (Figura 04), em que se destaca, ao centro, o Santuário do Bom Jesus de Matozinhos de Congonhas (MG), entre outras obras mineiras, como a igreja de São Francisco de Assis de Ouro Preto (MG), que teria sido projetada por Antônio Francisco Lisboa.¹⁰

¹⁰ Das 85 fotografias expostas no MoMa, encontram-se, além do Santuário de Congonhas e da Igreja de São Francisco de Assis, atribuídas a Antônio Francisco Lisboa, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo,

Figura 04 – Brazil Build. January 13, 1943–February 28, 1943. Photographic Archive.
The Museum of Modern Art Archives, New York. IN213.2



Autor: Soichi Sunami.

Se a verdade está na poesia, talvez, nada melhor do que um poeta para exprimir a dor e a alegria de seu tempo. A estadia de Oswald de Andrade em Congonhas (MG) no início do século XX, inspirou-lhe belos versos como destacaremos nesta tese, mas não apenas isso, revelou sobretudo, a passagem de uma temporalidade a outra, que observada pela distância das décadas subsequentes, recortou a imagem de um tempo que já não existe mais.

Congonhas do Campo

Há um hotel novo que se chama York
E lá em cima na palma da mão da montanha
A igreja no círculo arquitetônico dos Passos
Painéis quadros imagens
A religiosidade no sossego do sol
Tudo puro como o Aleijadinho
Um carro de boi canta como um órgão.¹¹

projetada por Manuel Francisco Lisboa, pai de Aleijadinho, parte do conjunto da Pampulha, de Oscar Niemeyer, o edifício do Ministério da Educação e Saúde, de Lucio Costa, no Rio de Janeiro, entre outras.

¹¹ Cf. Andrade (1974, p. 140).

Mal imaginaria Oswald, que pouco tempo depois, a melodia do ranger das rodas de madeiras dos carros de boi seria substituída por uma potente toada, que também se tornaria canção: o renhindo do trem. Sob os trilhos do progresso, década a década, um frenético vai-e-vem se impôs. Tem um ditado em Minas Gerais que diz que “carro apertado é que canta”, uma referência aos antigos carros de boi feitos de madeira que carregavam mercadorias, e, de tão pesados, atritavam os seus eixos nas rodas e faziam um som estridente, chamado de “canto”.

Assim como o carro, o trem¹² também vem carregando nos vagões, pesadas mercadorias (muitas vezes além do limite da responsabilidade com as próximas gerações), a rangerem sobre os trilhos de ferro, o movimento do progresso. Paradoxalmente, esse movimento do trem pode despertar também, uma certa nostalgia, pois seus vagões, diuturnamente, “arrancam” um pedacinho do patrimônio e levando-o embora nos trilhos.

Se os oráculos¹³ possuem o poder da profecia, não é menos evidente que também possuem segredos a serem revelados. Uma das fontes entrevistadas nesta tese, resumiu, numa agonizante abreviação, as transformações da imagem do tempo do município de Congonhas na entrada ao regime de historicidade¹⁴ Pós-moderno¹⁵.

¹² Destacamos o intenso movimento de caminhões e carretas nas rodovias que tangenciam Congonhas (MG) como a BR-040, antiga BR-3, que liga Brasília-DF ao Rio de Janeiro-RJ. A estrada é uma das mais perigosas do Brasil, em grande parte não é duplicada e todos os anos ceifa dezenas de vidas. A estrada foi tema do álbum de Tony Tornado em 1971, “BR-3” e da principal faixa do disco com o mesmo nome: “A gente corre (e a gente corre) / Na BR-3 (na BR-3) / E a gente morre (e a gente morre) / Na BR-3 (na BR-3)”. Cf. Tony Tornado, BR-3, Polysom, 1971.

¹³ Oráculo na tradição grega era um nome atribuído a um lugar sagrado pelos deuses ou a uma mensagem que poderia ser transmitida pelos próprios deuses através de sacerdotes ou sacerdotisas aos consulentes. Poderia tanto de se tratar de uma verdade, profecia ou revelação, acima da ordem divina, inquestionável, mas sempre era transmitida de uma forma que abriam interpretações diversas. O caso mais emblemático resgatado por Heródoto foi o do Rei da Lídia, Creso. Ao consultar o oráculo em Delfos (regido pelo deus Apolo), sobre a possibilidade de invadir o Império Aquemênida (Primeiro Império Persa), comandado por Ciro, recebeu a resposta de uma mensageira (Pitonisa) que um grande reino cairia. Tentado pela vaidade, acreditou que se tratava do adversário, e deu início à guerra. No entanto, era o seu próprio reino que iria ruir no conflito. Escapou por um milagre, ao ser lançado na fogueira. Após clamar por Delfos, uma tempestade apagou o fogo e ele escapou da morte. Surpreendido pelo “milagre”, Ciro o convidou para ser conselheiro. Esta alcunha (Oráculo) será atribuída no decorrer da tese a trechos específicos de fontes orais que pediram sigilo em falas, que surgiram espontaneamente, nas entrevistas, mas que poderiam gerar alguma repercussão polêmica. Na presente tese, como forma de respeitar o sigilo de informações confidenciais, a data precisa de algumas entrevistas não será revelada. No entanto, como entendemos ser um direito do leitor ao acesso dos fatos ocultos da história oficial, as fontes serão preservadas com a seguinte descrição: 1º Oráculo, 2º Oráculo e 3º Oráculo de Delfos, respectivamente.

¹⁴ Formas específicas de história no tempo. Hartog (2014) propõe este conceito para interpretar o que chama de brechas no tempo, em períodos e eventos históricos, sociais e culturais específicos, tais como a Revolução Francesa, a queda do Muro de Berlim e os atentados de 11 de setembro nos EUA. O tema será abordado a partir da página 84.

¹⁵ A condição pós-moderna é empregada na presente tese, à luz de Lyotard (1993), Stuart Hall (2015), como um dos meios de se traduzir a representação de Congonhas a partir de 1970, quando as

Mas Congonhas era uma pequena localidade parada no tempo, que depois vai ser completamente subvertida, quase que, é (sic) é implodida, é pela expansão industrial da região em que se situa, do próprio município de Congonhas, que hoje é um grande município minerador, um grande município industrial. A cidade sofreu grandes transformações, hoje ela tem até uma barragem enorme lá, que a ameaça até, é, de ser, é, engolida, tragada, como se fosse um novo (sic), um novo caso de Brumadinho ou de (sic) da barragem, da represa [...] de Bento Rodrigues [em Mariana]. E Congonhas, então, mudou completamente e foi uma cidade inteiramente descaracterizada, é uma cidade que se enfeiou. É, todo mundo achava que o Aleijadinho era feio e, hoje, todo mundo acha que o Aleijadinho é bonito. E Congonhas era uma cidade bonita¹⁶ que, hoje, é muito feia.¹⁷

Congonhas, com ares de um local sagrado, chão em que a calmaria era interrompida pelo burburinho de multidões que faziam romarias em devoção ao Bom Jesus de Matozinhos, desde 1757, nos meses de maio e setembro, e, dois séculos depois, com o fenômeno do médium conhecido como Zé Arigó¹⁸ – (nos anos 1950 e 1970), timidamente, foi se abrindo, na década de 1970 para a ideia de progresso, deixando em segundo plano, de forma sutil, a imagem de chão sagrado e de patrimônio artístico.

Essa brecha do tempo, como dizia Hartog (2014), uma vez aberta nos anos 1970, passou a tensionar passado e o futuro. Este confronto ainda se estenderia nas décadas seguintes e se tornaria, bem acirrado, entre os diferentes atores, de distintas visões de mundo. Essa antecipação do futuro pode ser verificada no informe publicitário da Poupança Caixa, em 24 de setembro de 1968 no jornal O Globo.¹⁹ (Figura 05).

metanarrativas em torno da fé, da arte e da mineração se abalaram e teriam se configurado em um novo regime de historicidade (Hartog, 2014). Inspirados nas reflexões de Koselleck (2006) sobre os regimes das ordens dos tempos, acreditamos que essa mudança teria antecipado o futuro no presente (através da ideia de progresso dos investimentos industriais minero-metalúrgicos) e reavivado o passado (artístico-religioso) no presente (com a corrida ao reconhecimento internacional do patrimônio).

¹⁶ Grifos nossos.

¹⁷ 3º Oráculo de Delfos, entrevista concedida em 2021. Como forma de preservarmos o sigilo da fonte, a data exata não será revelada.

¹⁸ Zé Arigó dizia incorporar o espírito de um enigmático médico alemão que operava na II Guerra Mundial, Dr. Fritz. Iniciou suas atividades mediúnicas em 1956. Na sua casa em Congonhas recebia milhares de pessoas, entre doentes e curiosos, ou mesmo políticos como o presidente Juscelino Kubitschek e artistas como Roberto Carlos. Arigó foi preso, acusado de praticar, ilegalmente o exercício da medicina. Morreu em um acidente de carro no trevo de Congonhas em 1971. Cf. O Globo (1968, p. 10).

¹⁹ Cf. O Globo (1968, p. 2).

Figura 05 – Informe publicitário da Caixa Econômica no jornal O Globo

**duas importantes notas
da sinfonia barroca**

Não vemos Ouro Preto e Congonhas simplesmente como duas das 352 cidades de Minas onde temos Agências.

São duas cidades que vemos de maneira especial, com os olhos do coração: são duas das mais importantes cidades históricas do Brasil, onde permanecem as marcas geniais de artistas barrocos como Aleijadinho e Ataíde.

Em Ouro Preto, ainda, a evocação do drama inconfidente; em Congonhas, ainda, o monumento dos Profetas imperturbáveis.

Ouro Preto e Congonhas têm aquele "espírito de Minas", de que fala Carlos Drummond de Andrade num de seus poemas. É o esse "espírito de Minas" existente com tanta evidência em Congonhas e Ouro Preto que rendemos nossa homenagem.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CAIXA ECONÔMICA
DO ESTADO DE MINAS GERAIS
 PP poupança para o progresso

Fonte: Reprodução Jornal O Globo.

O legado artístico atribuído a Aleijadinho,²⁰ referendado pelos versos de Carlos Drummond de Andrade, é destacado na publicidade, ao mesmo tempo em que a ideia de futuro começa a se precipitar no presente com o slogan: "poupança para o progresso". Em pouco

tempo, a cidade de apenas 16 mil habitantes em 1974, alcançaria, algumas décadas adiante, 48 mil habitantes, em 2010, segundo Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).²¹ Esse número ainda se aproximaria de 55 mil²² habitantes em 2021, de acordo com o mesmo instituto. Dados da Secretaria de Comunicação e Eventos da Prefeitura Municipal de Congonhas (2010) estimam que a cidade possui ainda uma população flutuante – geralmente trabalhadores que ficam na cidade de segunda a sexta – de 8 a 12 mil pessoas, e outras três mil, de indivíduos dos municípios vizinhos que se deslocam, diariamente, à Cidade dos Profetas para trabalharem (Secretaria Municipal de Comunicação e Eventos, 2010 *apud* Milanez, 2014, p. 221).

Parte da transformação que, praticamente triplicou a população de Congonhas, nas últimas décadas, na entrada do que defendemos ser a entrada à Pós-Modernidade, pode ser atribuída aos investimentos que ocorreram no setor industrial minero-metalúrgico. A construção da Ferrovia do Aço, a ampliação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)²³ e a implantação da Açominas, são alguns dos investimentos que se frutificaram a mando do Estado neste novo Eldorado em Minas Gerais. Matéria do Jornal O Globo de 1974, abordou a ampliação das ferrovias e a construção de estradas rodoviárias.

O Município de Congonhas, localizado a 80 quilômetros de Belo Horizonte e a 360 quilômetros da Guanabara pelo asfalto da BR-135, tornou-se hoje graças à implantação de moderna infraestrutura uma das cidades mais importantes, bem como de real significado dentro da área do quadrilátero ferrífero de Minas. Três ramais ferroviários de maior importância unem Congonhas à Guanabara, São Paulo e Espírito Santo. Em 1975 será iniciada a construção do ramal ferroviário São Paulo-Congonhas-Belo Horizonte. O Governador Rondon Pacheco, interessado na integração de Municípios ao processo de desenvolvimento, autorizou a construção de estradas rodoviárias Brumadinho-Congonhas e Congonhas-Ouro Branco-Itabirito.²⁴

²¹ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/congonhas/panorama>>. Acesso em: 08 jun. 2023.

²² Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/congonhas.html>>. Acesso em: 08 jan. 2023.

²³ Foram feitos vários investimentos na melhoria dos equipamentos da Mina Casa de Pedra em Congonhas, entre os anos 1960 e 1970. Em discurso publicado no jornal O Globo, em 11 de outubro de 1960 Juscelino Kubitschek destaca: “Em Minas Gerais, onde estão suas jazidas de minério de ferro, [a CSN] executou um plano de expansão dos seus equipamentos de extração. A mina da Casa de Pedra, no município de Congonhas está em condições, agora, de desmontar, britar, peneirar e carregar em vagões da E. F. [Estrada de Ferro] Central do Brasil um milhão e quinhentas mil toneladas de minério de ferro por ano”. Cf. O Globo (1960, p. 15). Em 1976, a Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME, empresa pública subsidiária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, financiou projetos da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda e Casa de Pedra, em Congonhas na ordem de Cr\$ 7 bilhões.

²⁴ Cf. O Globo (1974, p. 5).

Ainda nos anos 1970, ocorreram dois eventos que se somam às evidências da entrada de Congonhas a um novo regime de historicidade, especialmente no confronto entre desenvolvimento e proteção do patrimônio artístico-religioso: a garantia da instalação da Açominas em 1976 em território congonhense e a tentativa de retirada de peças sacras do mestre Aleijadinho para uma exposição que ocorreria no Rio de Janeiro (RJ), em 1978.²⁵

A Açominas atendeu a um longo e conturbado projeto de construção de uma cadeia industrial do aço, que teria sido previsto no governo de Artur Bernardes. O decreto 4.801, de 9 de janeiro de 1924, previa a instalação de três usinas siderúrgicas integradas que deveriam ser erguidas “em Santa Catarina, no Vale do Rio Doce (Minas Gerais) e outra no Vale do Rio Paraopeba, também em Minas Gerais” (Greco; Coutinho, 2002, p. 1).

Por divergências políticas e deficiência na capacidade financeira de arrecadar recursos, a usina só teria viabilidade com a entrada do general Ernesto Geisel na Presidência da República, em 1974 e com Aureliano Chaves,²⁶ à frente do Governo de Minas, em 1975. A usina deveria ser construída, de 1976 a 1980, com orçamento inicial de US\$2 bilhões. Ao fim das contas, após uma grave crise econômica que o país passava no período da redemocratização, a obra foi finalizada uma década depois,²⁷ a um custo de US\$ 7 bilhões, US\$5 bilhões a mais do que o planejado.

²⁵ Como lembra o historiador Paulo Henrique de Lima (2023), há uma outra história, pouco comentada, sobre a única vez que as imagens dos Passos de Aleijadinho foram retiradas de Congonhas. Trata-se da exposição “Barroco no Brasil”, inaugurada em 10 de agosto de 1961 no Museu de arte Brasileira (MAB), criado pela Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP), de curadoria de Lourival Gomes Machado, crítico de arte, autor do livro, “A Reconquista de Congonhas” (1960). O evento reuniu cerca de 300 obras de diversos museus do Brasil e de colecionadores particulares com peças de Aleijadinho e telas de Manuel da Costa Ataíde. A Arquidiocese de Mariana e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), cederam cinco peças da cena do Horto, também chamada de “Agonia”. Como ressalta Lima (2023), na página do Instituto Histórico e Geográfico de Congonhas no Facebook, a exposição teria sido recebida com expectativa pela imprensa (O Globo; O Cruzeiro) e pela administração redentorista da Basílica do Bom Jesus de Matozinhos em Congonhas, que viu na ocasião, uma excelente oportunidade para divulgação do turismo religioso e da arte de Aleijadinho. Reação oposta ocorreria em 1978, como discutiremos no tópico 2.6: “O povo diz sempre: ‘os profetas não podem sair do adro,’” ocasião em que a comunidade local se desentendeu com a Arquidiocese de Mariana e com o Iphan, e impediu a retirada de algumas peças do Santuário para uma exposição no MAM no Rio de Janeiro, em abril de 1978. O museu acabou sofrendo um incêndio, em julho daquele ano, com perda significativa de seu acervo. Ver mais na página do Instituto Histórico e Geográfico de Congonhas – IHGC no Facebook. Disponível em: <https://web.facebook.com/ihgcongonghas/?_rdc=1&_rdr>. Acesso em 21 set. 2023.

²⁶ Antônio Aureliano Chaves de Mendonça foi governador de Minas Gerais, de 1975 a 1978.

²⁷ A construção só foi finalizada em 1986. Parte da usina já estava em operação em 1980. Com a crise cambial em 1981, o governo federal recorre ao FMI, que, como contrapartida, exigiu uma série de cortes nos investimentos em estatais. Segundo Greco e Coutinho (2002, p. 6) seguiu-se uma forte desaceleração nos investimentos e a implantação da Açominas “só não parou totalmente, por interferência direta do então vice-presidente da República, Aureliano Chaves, o principal defensor do projeto”. Após a eleição de Tancredo Neves, em 1985, e “com sua posterior substituição por José Sarney”, Aureliano Chaves,

Grande entrave ocorreria em 1978, quando o deputado e futuro senador Murilo Badaró (ARENA), expediu uma medida para anexar a área da Açominas, já em construção, à cidade de Ouro Branco (MG). Se aprovado, o projeto estabeleceria que a usina fosse completamente erguida, em território vizinho. Após uma grande discussão que mobilizou a arena política estadual e local, moradores e a imprensa, o então prefeito Altary de Souza Ferreira Júnior (MDB – 1977 a 1983), baseado em uma carta geográfica de Dom João Muniz,²⁸ que previa uma proporção territorial, correspondente à área de implantação da Açominas, a 86% do território de Congonhas e 14% em Ouro Branco, convocou a população a “se rebelar para não perder o ICM da Açominas” (Panorama do Vale, 1978, p. 7), estratégia que se configurou assertiva. A discussão permaneceu até 1984, “quando os dois municípios entraram em acordo”. Congonhas ficou com 51% dos impostos taxados à siderúrgica e, Ouro Branco, com 49% (Prefeitura Municipal de Congonhas, 2018).²⁹ Na compreensão de Moreira da Silva (2018, p. 378): “esse movimento foi visto como o despontar de um sentimento coletivo na cidade”, o que teria garantido, “a integridade cultural e territorial de Congonhas”.

Concomitante a estes episódios, os quais teriam colaborado para a consolidação de uma representação que prenunciava uma específica visão de futuro, com a percepção da aceleração do tempo, outro fato colocaria em movimento as percepções socioculturais da imaginação congonghense. Trata-se da polêmica exposição de Aleijadinho que ocorreria no Museu de Arte Moderna no Rio de Janeiro-RJ (MAM) com algumas obras que seriam utilizadas do acervo de Congonhas.³⁰ Inconformados com a retirada das peças, mesmo sob autorização do Iphan e da

com alto prestígio político à época, assumiu o Ministério de Minas e Energia e articulou a finalização do projeto. Em março de 1986 a Açominas era inaugurada “com capacidade de produção 2 milhões de toneladas/ano de aço líquido e 1,5 milhões de toneladas/ano de tarugos” (Greco; Coutinho, 2002, p. 6).

²⁸ Dom Muniz nasceu no dia 14 de janeiro de 1900, no distrito de Chácara, em Juiz de Fora (MG). Administrou, de 1936-1942, o Santuário do Bom Jesus de Matozinhos, em Congonhas (MG). Ao fim do mandato, foi nomeado bispo de Barra do Rio Grande, na Bahia, tornando-se na ocasião, o primeiro bispo redentorista brasileiro. Cf. França, 2017.

²⁹ Disponível em: < <https://shre.ink/Cong80anos/> >. Acesso em: 03 dez. 2022.

³⁰ Outra tentativa de retirada de imagens do sítio histórico e artístico do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos ocorrera em 1983, quando a Embratur (Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo) tentou levar para Nova York, algumas obras dos Passos para a exposição, “De Aleijadinho a Niemayer”, realizada na sede da ONU. O embate encontrou muita resistência da população local, instigada pelo prefeito da época, Gualter Monteiro. Como destaca o pesquisador André Candreva, a partir de texto extraído do Jornal Cidade dos Profetas (informativo da Secretaria Municipal de Educação de Congonhas, na edição de outubro de 1993): “Juntamente com a prefeitura e o povo, praticamente todas as instituições culturais, governos de outros Estados, artistas e críticos apoiaram e incentivaram a resistência contra a saída das imagens e a batalha foi finalmente ganha. O precioso acervo de Congonhas continuou no seu lugar e o tombamento muito se deve a essa resistência da população. A Unesco não tombaria um patrimônio desfalcado de suas principais peças ou espalhado em outras salas de exposição. É em Congonhas, é dentro do cenário onde foi originalmente concebido que este acervo resplandece em

Arquidiocese de Mariana, à qual a Basílica de Congonhas é submetida, moradores e alguns políticos protestaram e bloquearam um caminhão de mudanças, já em vias de levar as peças sacras embaladas. A confusão foi tanta, que, segundo relatos colhidos nesta tese, um dos políticos pediu a um garotinho para retirar as chaves do caminhão, impedindo-o de partir. O vereador à época Zelinho, que instruiu o rapazinho para impedir o veículo de ligar o motor, recebeu ordem de prisão da polícia. Dias depois, um outro caminhão teria voltado à cidade na tentativa de retirar, mais uma vez, as peças para a exposição e alguns móveis e objetos para a Arquidiocese de Mariana. Houve perseguição dos moradores, que alcançaram o veículo na altura do distrito do Alto Maranhão, a cerca de 10 km do centro de Congonhas. O gesto corajoso dos moradores evitou, o que seria uma tragédia. Meses depois do ocorrido, em julho daquele ano, o MAM pegou fogo e perdeu parte significativa do seu acervo com obras importantes de Picasso e Salvador Dali.³¹

A partir dessa mobilização popular, uma campanha pelo tombamento de outros bens culturais do município foi iniciado. Assim, em 1980, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA) tombou os torreões remanescentes do pórtico que tinha sobrado do “pouso dos romeiros” (Moreira da Silva, 2018, p. 378).

Os problemas decorrentes do que entendemos ser a entrada de Congonhas à Pós-Modernidade, com o avanço da indústria minero-metalúrgica, ainda seriam apontados em uma CPI no Senado em 1981, que ouviu especialistas, políticos e autoridades ligadas à proteção do patrimônio. O boletim número 16 do Sphan–Pró-Memória, de janeiro/fevereiro de 1982, destaca essa preocupação, encampada, em parte, pelo então prefeito de Congonhas Altary de Souza Ferreira Júnior (1977 a 1983).

De relevância nos trabalhos da CPI foram os depoimentos dos Prefeitos de Olinda, Germano Coelho; de Congonhas, Altary de Souza Ferreira Júnior; e de Ouro Preto, Alberto Caram. Consideradas monumentos nacionais, aquelas cidades vêm sofrendo as consequências de problemas relacionados com a expansão não planejada, a poluição e com a necessidade de garantir a coexistência entre os desejados níveis de desenvolvimento e a preservação de sua identidade cultural (Sphan, 1982, p. 4).³²

sua especial beleza” (Jornal Cidade dos Profetas, p. 30-31, *apud* Câmara Municipal de Congonhas, 2018). Disponível em: <<https://shre.ink/CongMonum>>. Acesso em: 08 jun. 2023.

³¹ Cf. Folha de São Paulo (02/09/2018). Disponível em: <<https://shre.ink/MuseuFogo>>. Acesso em: 08 de jun. 2023.

³² Ver mais em: <<https://acesse.one/BoletimSphan>>. Acesso em: 08 jun. 2023.

Essa defesa da identidade, revelaria, ainda outras questões – que serão devidamente desdobradas na presente tese – como a relação afetiva e religiosa dos moradores e da Igreja ao acervo artístico – o que teria sido uma das fontes de embate entre a prefeitura, população local e autoridades eclesiais na implementação de projetos como o programa de requalificação Congonhas Mais Bonita (2009-2012),³³ e na construção do Museu de Congonhas (2015). Mais precisamente, a partir do capítulo 3, a presente tese irá trazer os testemunhos dos agentes que participaram destes fatos, de modo a se esclarecermos os interesses e as possíveis pontes de colaboração ou zonas de conflito entre os atores.

Motivação prioritária da presente tese é compreender a passagem da lógica de uma temporalidade a outra, ou de forma mais detida, as implicações sociais, políticas, econômicas, culturais do que seria a configuração de um novo regime de historicidade, oriundo da tensão entre dois eventos tautócronos (dos anos 1970 até a atualidade): a afirmação do passado colonial em torno da religiosidade e da arte de Aleijadinho sob o selo de Patrimônio Mundial da Unesco e na antecipação de um futuro promissor, como um cheque premiado adiantado no presente, no desenvolvimento industrial da cidade. Como resultado, a força destes dois lados do pêndulo configuraria na afirmação, sobretudo a partir da conjuntura econômica encampada pelo capital das mineradoras e das metalúrgicas, de um presentismo, em que o passado já não interessaria mais e onde o futuro, em torno da prosperidade, seria alcançado apenas, pela repetição das práticas do presente.

Na trilha dinâmica que as temporalidades proporcionam, esta tese também se propõe a analisar as implicações decorrentes dessas transformações. Especialmente ao considerar a transição de uma lógica de industrialização promovida pelo Estado brasileiro para consolidar empresas nacionais como CSN, Vale e Açominas. Essa transição evoluiu para um arranjo que, especialmente a partir dos anos 1970 e posteriormente com a consolidação do neoliberalismo nas décadas de 1980 e 1990 (durante o governo de Fernando Collor na Presidência da República), priorizou os interesses dos acionistas, indo além dos anos 2000.

Somam-se a estas preocupações, os desdobramentos do mito do desenvolvimentismo, com graves consequências nas dinâmicas locais, na descaracterização da paisagem urbana, com

³³ Congonhas Mais Bonita foi um programa de Governo e emblema da administração de Anderson Cabido como prefeito da cidade em seu segundo mandato (2009-2012). A iniciativa partia da premissa de que a população tinha uma percepção ruim da estética da cidade e que era preciso reintegrar os espaços do centro aos sítios históricos. Foram realizadas várias obras como o alargamento de passeios, substituição do cabeamento aéreo de luz, internet e telefonia pelo subterrâneo, além do plantio de árvores e requalificação da Praça JK, mudanças que priorizaram o livre trânsito de pedestres. A responsável pelas obras foi a arquiteta e urbanista Maria Caldas, que havia coordenado o projeto de requalificação da área central de Belo Horizonte em 2004, denominado “Centro Vivo”.

implicações ambientais e agressões severas à biosfera e a intensificação da dependência econômica. Além disso, observa-se uma corrida desenfreada pela implementação de novos investimentos, o que expõe o patrimônio, o meio ambiente e a vida das pessoas a riscos significativos. Essa questão será abordada mais detalhadamente, no capítulo 4, especialmente ao explorar tópicos como a poluição do ar e os efeitos das barragens de rejeitos, com base nos relatos dos militantes dos movimentos sociais que colaboraram com esta pesquisa.

A mudança que se desenha no horizonte de expectativas, a partir deste tempo histórico (a entrada de Congonhas na Pós-Modernidade) é notadamente, a mudança dos ventos de um Estado tutelador do desenvolvimento, como aventado aqui, a um *laissez-faire* do mercado de *commodities*, a uma globalização, ou melhor, a um modelo de desenvolvimento que privilegia certas posições em um campo social, de forma que, aqueles que decidem o futuro da cidade (acionistas), não possuem qualquer relação ou vínculo com o lugar. O apetite das empresas minero-siderúrgicas pode ser observado neste relato:

[...] para mim, Congonhas será sempre a Cidade dos Profetas, né? – a Cidade do Aleijadinho, mas hoje muita gente acha que Congonhas é a cidade da CSN, é a cidade da Gerdau, não é? a cidade da (sic) da represa que pode estourar de uma hora pra outra, é a cidade do (sic) do (sic) dos caminhões, da (sic), você andando por Congonhas, (sic) quem sai da BR [040] e entra em Congonhas sem perceber lá o horizonte, não imagina que está entrando numa cidade histórica.³⁴

A afirmação de um passado, por persistente que seja, em resistir a estes eventos, também parece encontrar obstáculos. A chancela de Patrimônio Mundial da Unesco concedida, em 1985, semeou uma série de expectativas quanto ao futuro, especialmente na construção de uma economia voltada ao turismo – o que não se cumpriu. Os investimentos desta atividade se ofuscaram ao longo das últimas décadas pela imposição da violência simbólica da indústria minero-metalúrgica. Resiste, nos últimos decênios, vale ressaltarmos, com investimentos como o PAC Cidades Históricas e na construção de equipamentos culturais como o Museu de Congonhas, porém ainda encontra uma infraestrutura precária: hotéis e restaurantes insuficientes e de pouca qualidade, além de acessos perigosos em vias como a BR-040,³⁵ que

³⁴ 3º Oráculo de Delfos. Entrevista concedida a Alexandre Augusto da Costa (Costa, 2021). A data exata não será revelada nesta pesquisa para não incorrer o leitor o risco de possíveis analogias que possa interferir no sigilo requerido pela fonte.

³⁵ Concedida à iniciativa privada em 2013, hoje, 10 anos depois, apenas 268 quilômetros dos 850 totais prometidos pela concessionária Via-040, foram duplicados, ou seja 31,5% da extensão de toda a rodovia que corta Minas Gerais, Rio de Janeiro e Goiás. Reportagem do jornal Estado de Minas, destaca que a BR-040 foi a rodovia mais mortal do Brasil no ano de 2021: “com uma pessoa perdendo a vida a cada

possui um alto tráfego de caminhões e carretas e baixas condições de piso e de visibilidade aos motoristas. Destarte, o símbolo que liga a história de Congonhas a uma história universal, desenha, no limite, contornos muito tênues, que podem ser apropriados por governos e governantes na definição de uma certa representação, nem sempre condizente com os diferentes matizes culturais.

Com vistas a esclarecer estas tensões entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativas (Koselleck, 2006), na passagem de uma temporalidade à outra, ao problematizar as relações entre estes eventos e os seus desdobramentos, a presente tese se dedica, a contribuir no debate sobre a representação de Congonhas e a crise do tempo presente. Historicizar estes eventos, à luz dos testemunhos das fontes orais que, cruzaram, de alguma forma, a complexa “malha” – para usar um termo de Ingold (2015) – da história do tempo presente de Congonhas, é revelar detalhes ainda não conhecidos, é problematizar questões recalcadas ao longo dos anos sobre quais as motivações, intenções dos agentes, é ainda, esmiuçar como estes eventos teriam afetado a própria forma da cidade se relacionar com o tempo. Atravessar as fronteiras das temporalidades de Congonhas (MG) no entrelaçar da entrada à Pós-Modernidade (meados dos anos 1970 até os dias presentes), tendo como propulsão as memórias e experiências de atores – que vão da sociedade civil, às autoridades religiosas e gestores do poder público (Prefeitura Municipal, Ministério Público), a representantes da comunidade internacional³⁶ – é, em última instância, lançar luz sobre sonhos e outros mundos e modos possíveis do que se poderia compreender como representação nesses tempos históricos.

Como anunciado anteriormente, a Cidade dos Profetas³⁷ é um valioso centro de peregrinação religiosa em torno da devoção do Bom Jesus de Matosinhos. Em homenagem ao santo foi erguido na segunda metade do século XVIII, um vultoso santuário que abriga o que é considerado por muitos artistas e intelectuais e por órgãos como Iphan e Iepha-MG, a obra-prima de Antônio Francisco Lisboa (Aleijadinho), realizada entre 1796/1805: a série dos 12 profetas do Antigo Testamento em pedra sabão e as 64 esculturas em cedro que remontam o

12 acidentes”, sendo ainda “mais violenta que a BR-381, a Rodovia da Morte, com uma morte a cada 14,7 acidentes” (Estado de Minas, 26 de dezembro de 2022). Cf. Estado de Minas (25/12/2022). Disponível em: <<https://shre.ink/br040>>. Acesso em: 08 jun. 2023.

³⁶ Foram entrevistados três membros da comitiva criada pela Câmara Municipal de Matosinhos em Portugal em 2018, na retomada do acordo de geminação entre as cidades coirmãs na devoção ao Senhor Bom Jesus. O acordo para-diplomático havia sido firmado entre 1986-1996. Como se detalhará, adiante, na presente tese: um historiador, um pároco e um vereador de Cultura (equivalente ao secretário de Cultura no Brasil).

³⁷ Em 10/04/1981 o então prefeito de Congonhas, Altary de Souza Ferreira Júnior promulgou a Lei Municipal nº. 902/81 que instituiu o codinome “Cidade dos Profetas”. O termo se tornou popular entre os moradores e a imprensa mineira e é amplamente usado ao se referir à Congonhas.

sufrimento de Cristo, distribuídas nas capelas dos Passos da Via-Crúcis, com a encarnação das estátuas feitas pelo mestre Manuel da Costa Ataíde (1781; 1808/1809; 1818/1819). Mas além do valor artístico e religioso, Congonhas é um dos principais polos mineradores do Brasil. Localizada a sudoeste do Quadrilátero Ferrífero,³⁸ o município reúne algumas das principais empresas mineradoras e metalúrgicas do Brasil como a Vale, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Ferrous Resources do Brasil,³⁹ Ferro + Mineração S/A e Gerdau. A atividade econômica, que teve origem ainda no período do Ciclo do Ouro, é a principal fonte de arrecadação da cidade. Por outro lado, provoca uma série de problemas e danos ao meio ambiente e à segurança das pessoas, como observado anteriormente e será detalhado nos parágrafos seguintes.

Ao fazer essas “travessias” a pesquisa deparou-se com pontos de diálogo e cooperação entre os habitantes e os atores da sociedade civil, poder público e intelectuais (que em algum momento viveram ou atuaram na cidade em questões identificadas com o patrimônio cultural) a partir de meados de 1970⁴⁰ e, por outro lado, identificou relações de poder que disputam a representação de Congonhas (MG), notadamente as que atravessam as alternâncias nos mandatos eletivos ao Executivo Municipal, as políticas de salvaguarda capitaneadas pela Unesco, Iphan e poder local, que, em alguns períodos – como será discutido à frente – promoveram uma profunda restauração dos elementos estruturais e artísticos⁴¹ das principais igrejas da cidade e buscaram reordenar o espaço do entorno do sítio histórico.

³⁸ O Quadrilátero Ferrífero (QF) situa-se na porção centro-sudeste do Estado de Minas Gerais, em um perímetro de aproximadamente 7.000 km. ² A região foi objeto de estudos de geólogos do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e do U.S. Geological Survey, desde 1945, com vistas a fazer o mapeamento geológico e avaliação das reservas minerais do perímetro. Para Scliar (1992, p. 36), o Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais recebeu esta denominação de Gonzaga de Campos, em virtude da configuração “planimétrica quadrangular”, por intercessões que ligam como vértices, as cidades de Itabira, a nordeste, Mariana, a sudeste, Congonhas, a sudoeste e Itaúna (Dorr, 1959). A região concentra um dos maiores depósitos de minério de Ferro do estado, que datam da era Pré-Cambriana. Cf. Scliar (1992, p. 18-37); Cf. Dorr (1959).

³⁹ A empresa tentou colocar um ambicioso projeto (mineroduto) que ligaria a mina Viga, em Congonhas, ao porto em Presidente Kennedy, atravessando 22 municípios nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, com capacidade para transportar até 25 milhões de toneladas de minério anuais na primeira fase, a partir de 2015, podendo expandir para 50 milhões de toneladas na segunda fase, a partir de 2017. O projeto do mineroduto, que poderia afetar várias nascentes na região de Congonhas e comprometer o abastecimento da região, foi inviabilizado, após ter a licença ambiental cancelada por uma Ação Civil Pública em 2016. Cf. Fenelon (2018, p. 4).

⁴⁰ A temporalidade proposta é apenas um parâmetro para centralizar as discussões. Há entrevistados que atuaram em questões relativas ao patrimônio, bem antes deste tempo histórico e que colaboraram com a pesquisa, assim, como há outros – a grande maioria – que se insere a partir da temporalidade ensejada, até os presentes dias.

⁴¹ Entre estas restaurações, estão a recuperação dos elementos artísticos da Basílica do Senhor Bom Jesus de Matozinhos em 2018 com recursos do Iphan, na ordem de R\$2,27 milhões acrescidos de um

Destas intervenções, salienta-se a instalação de novos equipamentos culturais como o Museu de Congonhas (2015) e as obras do PAC Cidades Históricas – o que exigiu um grande esforço no diálogo entre o poder público, Igreja Católica e a população local. As tensões acentuam-se ainda mais com a atividade mineradora (particularmente na exploração dos recursos minerais das últimas décadas) que, se em uma medida, promove empregos e abastece o caixa do município gerando riqueza e renda, por outro, despreza a memória do lugar, contribui para o caos urbano, especulação imobiliária, inchaço populacional e sobrecarrega os serviços públicos como saúde, educação e planejamento urbano.

Fator ainda mais grave é o impacto ambiental da atividade minero-metalúrgica: poluição de rios e nascentes e do ar com a emissão de micropartículas de minério de ferro e outros metais, degradação da vegetação nativa e a construção de barragens de rejeito de minério que ameaçam a vida da população que mora próxima a estes diques. Agravando este quadro, pode-se também evidenciar o desprezo às leis ambientais, a protelação das multas aos tribunais superiores, a redução da relação com o lugar, a um modesto e pontual patrocínio de eventos culturais por meio de leis de incentivo ou no cumprimento de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), e à “impoluta” indução – para usar um termo um pouco mais honesto – à dependência de Congonhas (MG), especialmente à cadeia produtiva da mineração e do aço.

O problema da falta de alternativas econômicas, em decorrência da atividade minero-metalúrgica, infelizmente afeta não apenas Congonhas (MG), mas outras cidades históricas e mineradas em Minas Gerais. Relatório final produzido pelo grupo PoEMas,⁴² após o

Termo de Ajustamento de Conduta do Ministério Público que destinou outros R\$ 493 mil. Das obras realizadas de restauro, destacam-se: “a recuperação de uma pintura do século XVIII nas laterais do camarim do retábulo-mor, simbologia do martírio de Cristo; os quadros da sacristia, nártex, coro e da nave; balaustradas; cimalkhas; forros; retábulos laterais e da sacristia; arco do cruzeiro; púlpitos; pias; lavabo de pedra sabão da sacristia; e a cruz de Feliciano Mendes. Durante a obra, foram encontradas pinturas expressivas, como o fundo da pintura do forro da nave que era cinza liso e escondia um céu com nuvens e tonalidades do azul ao rosado e ainda uma pintura sobre tela na parte superior da Cruz, com a representação do Crucificado”. Cf. Prefeitura Municipal de Congonhas (2018). Disponível em: <<https://abrir.link/bd7Qo>>. Acesso em: 08 jun. 2023.

⁴² Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS) é um espaço de pesquisa interdisciplinar que reúne professores e pesquisadores de diversas áreas ligadas à economia, geografia, sociologia e de políticas públicas para analisar e avaliar os impactos que as redes de produção associadas à indústria extrativa mineral geram para a sociedade e para o meio ambiente. Atua na problematização do papel social, econômico e ambiental da extração mineral nas escalas local, regional e nacional. Desenvolve ainda parcerias com movimentos sociais, sindicatos, comunidades e organizações não-governamentais que debatem os efeitos da atividade de extração mineral. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/poemas/>>. Acesso em: 08 jun. 2023.

rompimento da barragem do Fundão⁴³ em Mariana (MG), indica que a tragédia marcou o fim de um “megaciclo das commodities” da primeira década dos anos 2000. O estudo, porém, chama atenção de que, apesar do iminente risco associado a este tipo⁴⁴ de barragens, pouca atenção foi “dada aos repetidos eventos de rompimento de barragens de mineração no Brasil, não tendo sido identificado nenhum estudo que sistematizasse possíveis causas, impactos ou custos de desastres dessa natureza no país” (PoEMAS, 2015, p. 47).

O alerta foi ignorado pelo Estado Brasileiro e todo o arcabouço burocrático e fiscalizatório das instituições e órgãos reguladores falharam. Pouco tempo depois da ruptura da barragem do Fundão em Mariana (MG), outro desastre ocorreu: o rompimento da barragem da mineradora Vale, na mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG). Quase 300 pessoas foram mortas e outras 11 estão desaparecidas.⁴⁵ Cerca de 12 bilhões de litros de rejeitos contendo ferro, sílica e lama contaminaram o Rio Paraopeba, comprometendo o abastecimento de água na região. O desastre é considerado o maior acidente de trabalho da história do Brasil⁴⁶.

O relatório do grupo PoEMAS ainda alertou que o risco de um acidente nesta proporção era iminente, ao advertir que havia

uma relação estrutural entre eventos de rompimento de barragens de rejeitos e os ciclos econômicos da mineração. Há indícios de que existe um aumento do risco de rompimento de barragens no novo ciclo pós-boom do preço dos minérios. Essa relação estaria associada à aceleração dos processos de licenciamento ambiental e à pressão sobre os órgãos licenciadores na fase de preços elevados, bem como à intensificação da produção e pressão por redução de custos no período de redução dos preços. Alguns desses elementos

⁴³ Em 5 de novembro de 2015 ocorreu, o que foi considerado o maior desastre socioambiental do país, o rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco, em Mariana (MG). A ruptura lançou cerca de 45 milhões de metros cúbicos de rejeitos no meio ambiente, e os rejeitos se alastraram até o Rio Doce e chegaram ao litoral do Espírito Santo (percorrendo 663,2 km de cursos d'água), matando milhares de animais, causando um prejuízo sem precedentes à flora. Na comunidade de Bento Rodrigues, próxima à barragem em Mariana, 29 pessoas morreram. A mineradora tem recorrido aos processos judiciais e tentado acordo com os demais moradores, que até hoje tentam se recuperar do trauma sofrido com o desastre. Cf. Ibama (2018). Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/cites-e-comercio-externo/cites?id=117>>. Acesso em: 08 jun. 2023.

⁴⁴ A Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) é o órgão responsável pela publicação do Inventário de Barragens do Estado de Minas Gerais. A fiscalização deste tipo de empreendimento é realizada em parceria com Agência Nacional de Mineração, antigo Departamento Nacional de Mineração. Após o desastre de Brumadinho em 2018, entrou em vigor a Lei 23.291/2019, que indica no Artigo 19, que compete ao órgão ou a entidade competente do SISEMA (Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos), no caso a FEAM, a “fazer vistorias regulares, em intervalos não superior a um ano, nas barragens com alto potencial de dano ambiental instaladas no Estado, emitindo laudo técnico sobre o desenvolvimento das ações a cargo do empreendedor”.

⁴⁵ Disponível em: <<https://11nq.com/NZQBa>>. Acesso em: 08 jun. 2023.

⁴⁶ Cf. TRT – 23ª Região-MT (2022). Disponível em: <<https://11nq.com/Rompimento>>. Acesso em: 08 jun. 2023.

podem ser identificados no desastre tecnológico da Samarco/Vale/BHP1 e seu caráter estrutural sugere que outras empresas podem estar provocando situações de risco semelhantes (PoEMAS, 2015, p. 5).

Essas recentes tragédias são motivo de preocupação das autoridades públicas e dos moradores de Congonhas (MG). Como detalharemos na tese, há uma insegurança em torno da barragem da Mina Casa de Pedra,⁴⁷ considerada a maior da América Latina, que se situa a apenas 250 m de um bairro residencial – onde moram cerca de 1.500 pessoas – e a 2,5 km do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos, Patrimônio Cultural Mundial pela Unesco.

Agravando ainda mais este contexto de violência simbólica imposta pelo capital da indústria minero-metalúrgica, encontra-se a dependência econômica, à qual discutiremos, especialmente, no capítulo final, a partir da percepção dos depoimentos de agentes públicos, artistas e líderes de movimentos ambientais. Tal assimetria nas relações de poder é ressaltada no estudo do PoEMAS:

Nesse sentido, a pobreza e a desigualdade das regiões mineradas e sua dependência da IEM [Indústria Extrativa Mineral] se retroalimentam e asseguram a sobrevivência de ambas. De um lado, a pobreza facilita a instalação das atividades extrativas e a aceitação de seus impactos; enquanto, de outro, as operações da IEM dificultam a instalação de outras atividades econômicas, contribuindo para a redução da diversidade da estrutura econômica, sendo a dependência da atividade criada e reforçada por investimentos públicos e privados. Em particular, a estrutura econômica de Mariana sustenta e reforça a minério-dependência e perpetua uma situação agravada de fragilidade ambiental e social (PoEMAS, 2015, p. 7).

Apesar de possuir bons indicadores no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM),⁴⁸ Congonhas (MG) encontra desafios na sobrecarga dos serviços públicos, na composição urbana, altamente concentrada no centro da cidade, nos problemas ambientais decorrentes da atividade industrial e na especulação imobiliária. A alta oferta de empregos

⁴⁷ Inventário produzido pelo Poemas, alerta que em 2008 houve o rompimento da estrutura que ligava o vertedouro à represa da Mina Casa de Pedra, causando aumento do volume do Rio Maranhão que corta a cidade e desalojando 40 famílias. Cf. PoEMAS (2016, p. 47).

⁴⁸ O IDHM é um índice do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) que avalia aspectos como renda, educação e saúde na medição da riqueza de um território, para além dos indicadores meramente econômicos. Último Censo Demográfico divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, Congonhas possui um IDHM de Ide 0,753, acima da média em Minas Gerais, de 0,731. Cf. IBGE (2011). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/congonhas.html>>. Acesso em: 08 jun. 2023.

somada à grande arrecadação⁴⁹ que a indústria minero-metalúrgica gera aos cofres públicos, marcadamente induzem o município a uma dependência econômica em torno dessa atividade, o que impossibilita, ou dificulta outras iniciativas como o desenvolvimento do turismo. Todas estas nuances serão abordadas nos capítulos seguintes, nomeadamente, no capítulo final, “Reflexos da Cidade”.

A fim de esclarecermos o entrecruzamento das temporalidades, a partir de meados de 1970, com a expansão minero-metalúrgica e a corrida ao reconhecimento internacional da Unesco – iniciado nesta década e conquistado em 1985 – a presente tese pretende realizar uma pesquisa do tempo presente, amparada na análise documental de alguns dos principais jornais como Folha de São Paulo, O Globo, Jornal do Brasil e Estado de Minas e na abordagem da História Oral. Através dos relatos de testemunhas oculares, buscaremos esclarecer as relações de poder, as razões econômicas e os interesses culturais, sociais e políticos envolvidos na representação de Congonhas (MG). Notadamente, nos ocuparemos em esclarecer o que acreditamos ser um paradigma temporal: os investimentos minero-metalúrgicos dos anos 1970 e a corrida à chancela da Unesco que reconheceu o Santuário do Bom Jesus de Matosinhos como Patrimônio Mundial em 1985. Sobretudo, nos empenharemos em identificar quais os possíveis desdobramentos destes fatos até a atualidade.

Para a leitura deste arcabouço das temporalidades, interessa-nos, especificamente, nesta tese revelarmos qual a representação de Congonhas (MG), através do olhar de determinados atores que atuaram na Unesco, Iphan, Prefeitura Municipal, Ministério Público, Igreja Católica, Movimentos Sociais, Câmara Municipal de Matosinhos (em Portugal), empresas mineradoras⁵⁰ e intelectuais que se empenharam neste esforço de construção de uma insígnia lapidada em torno da fé, mineração e arte. A este propósito nos empenharemos em encontrar as possíveis razões que teriam causado essa provável quebra do espelho da representação e inaugurado um novo regime de historicidade em que o presentismo seria a sua principal consequência.

Deste modo, pretendemos analisar a relação dos atores com o lugar, sobretudo, como compreendem as necessidades de proteção, salvaguarda e promoção do patrimônio.

⁴⁹ Para se ter uma ideia, em 2021, somente com a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM),⁴⁹ Congonhas arrecadou R\$570 milhões. Ver mais em: <<https://acesse.one/GwWfD>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

⁵⁰ Desde 2018, tentei contato, inúmeras vezes, através de e-mails e telefonemas com as principais empresas de mineração do município (CSN e Vale) e não obtive retorno. As indagações abordavam as temáticas da mineração, meio ambiente e patrimônio cultural, mas o atendimento não foi satisfatório. Limitou-se a e-mails reencaminhados pelas empresas e a telefonemas direcionados aos setores de comunicação que, jamais responderam.

O tema da mineração atravessará toda a tese e nos dedicaremos a discutir, especialmente, a relação das empresas com a cidade, os problemas ambientais (poluição do ar, dos rios e as barragens de rejeito de minério que ameaçam a vida dos moradores). Além disso, debateremos sobre a dependência econômica que a atividade industrial tem submetido a cidade de Congonhas, desde meados 1970, a partir da expansão do setor. Dependência essa que teria se agravado, ainda mais, na atualidade.

A tese ainda pretende debater, o que Laurajane Smith (2006; 2021) tem chamado de Discurso Autorizado de Patrimônio,⁵¹ ao se referir aos enunciados que embasam as convenções, cartas e recomendações da Unesco e os pareceres de órgãos como o ICOMOS na identificação, seleção, classificação e definição dos bens culturais que devem ser preservados enquanto patrimônio. Debateremos ainda, este conceito à luz do progresso e suas consequências na conformação de interesses empresariais e políticos da indústria.

Em outra medida, a presente tese fará uma discussão dos projetos de revitalização urbana nas últimas décadas e buscará debater o processo de musealização da cidade, sobretudo, a partir do Museu de Congonhas, inaugurado em 2015. No miolo destas questões, voltaremos nosso olhar para as relações de poder e as tensões entre agentes da Unesco, Iphan, Prefeitura Municipal, Igreja Católica, movimentos sociais e moradores na realização desses projetos. Neste ponto, analisaremos o Museu de Congonhas como um espelho do Soft Power, sobretudo pela Unesco, uma das idealizadoras do equipamento cultural.

Ao elegermos a análise do tempo histórico, a linguagem e o discurso enquanto formas de poder, como amparos teóricos centrais, pretendemos, na presente tese, abriremos caminhos para novas abordagens aos estudos da representação, do desenvolvimento de políticas de proteção e salvaguarda do patrimônio e de desenvolvimento sustentável das cidades que possuem bens reconhecidos pela Unesco como Patrimônio Mundial, sobretudo as que sofrem o assédio do turismo e da atividade industrial minero-metalúrgica.

Por conseguinte, a presente tese examinará esta problemática de forma a esclarecer as implicações políticas, sociais, econômicas e culturais do que entendemos ser a entrada de Congonhas à Pós-Modernidade (meados dos anos 1970 até os dias que correm), pela análise histórica das notícias de alguns dos principais jornais do país e dos depoimentos, relatos e memórias dos entrevistados, através da abordagem da história oral.

Acreditamos que o reconhecimento do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos como Patrimônio Cultural Mundial, em dezembro de 1985 pela Unesco se coaduna com uma série de

⁵¹ Authorized. Heritage Discourse – AHD, no inglês.

esforços, notadamente Iphan e Prefeitura Municipal, com o apoio de intelectuais, especialmente dos modernistas Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade e dos críticos de arte, German Bazin, Rodrigo Mello Franco de Andrade, Myriam Andrade Ribeiro, ao longo do século XX, na consolidação de uma identidade nacional e mineira calcada no legado artístico, que atribui a Aleijadinho o posto de principal mentor da arte barroca no Brasil.

Este selo, porém, evidenciou, cabe-nos ressaltar, problemas sérios, enfrentados pela cidade como: a falta de planejamento urbano, descaracterização do entorno dos sítios tombados, inchaço populacional e a ausência de instrumentos, até a metade dos anos 1980,⁵² para

⁵² Em 1939 foi inscrito no “Livro do Tombo de “Belas Artes” do Iphan, o “Santuário de Bom Jesus de Matosinhos: conjunto arquitetônico, paisagístico e escultórico”. Congonhas foi emancipada como município somente em 17 de dezembro de 1938. Até esta data, o território era dividido sob a jurisdição de Ouro Preto (MG) e Conselheiro Lafaiete (MG), que definiriam as terras que seriam do novo município naquele ano. No ano de 1941 o tombamento foi revisto. Talvez, por não atender aos atributos da arte erudita, da monumentalidade e da excepcionalidade, tal qual desejavam os intelectuais da época, dentre eles os modernistas, e já sofrer com a descaracterização do casario urbano do período colonial, a salvaguarda do conjunto de Congonhas, se deu no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, sob o nº. 238-T-41 (e não mais no livro de Belas Artes), com a probabilidade de se expandir a proteção do Iphan em outras áreas e bens de Congonhas – até então restrita ao Santuário (1939) – o que ocorreria em 1950, com a inscrição da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição no Livro de Belas Artes e em 1981 com o registro da coleção de 89 ex-votos pintados pertencentes ao Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos no Livro Histórico e Belas Artes. No entanto, o tombamento de 1941, segundo Cordeiro e Silva (2019, p. 28), foi feito sem se definir a abrangência por uma poligonal de proteção; nem mesmo se mencionou qualquer informação que explicasse o que estava incluído no tombamento ou quais eram as características urbanas que motivaram o registro. Em 1985, em virtude do discurso ainda premente da Convenção do Patrimônio Mundial da Unesco de 1972, em torno da monumentalidade e excepcionalidade, somado à profunda desconfiguração que a cidade sofria com os impactos dos investimentos de expansão da atividade minero-metalúrgica (ampliação da CSN, construção da Ferrovia do Aço e da Açominas), foi apresentado em 1984 à Unesco – que referendou no ano seguinte – somente o Santuário do Bom Jesus de Matozinhos como Patrimônio Cultural Mundial. Desta forma, em 1988, foi realizado pela Fundação Pró-Memória/Iphan, com o apoio da Prefeitura, um estudo de revisão da área de tombamento do Iphan em 1941 (que inscreveu o conjunto arquitetônico e urbanístico no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico) de forma a contribuir para a elaboração de uma legislação municipal de ordenamento do uso e ocupação do solo urbano (Cordeiro e Silva, 2019). Foram definidas três áreas de proteção: o conjunto do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, Igreja São José e Estação Ferroviária (setor sul); o conjunto da Igreja da Matriz de Nossa Senhora da Conceição (setor norte) e o conjunto da Capela de Nossa Senhora do Rosário (setor leste). O estudo ainda apontou a proteção do entorno ou ambiência do acervo urbanístico e arquitetônico que compõe a paisagem dessas três áreas. Em 2002, por iniciativa do Programa Monumenta ligado ao Governo Federal, do Iphan e da Prefeitura Municipal foi realizado o “Anteprojeto de Lei de uso e ocupação do solo do município de Congonhas nas ambiências dos monumentos históricos”, que pouco avançou quanto às áreas de proteção, referendando assim, em grande parte o estudo de 1988. Para melhor abordagem de todos os processos de tombamento a tese recomenda a leitura da Dissertação de Mestrado de Bárbara Monteiro Cordeiro e Silva, defendida em 2019 na UFMG, denominada, “Patrimônio, referências culturais e memórias: Olhares sobre o conjunto urbano de Congonhas/MG”. Cf. Cordeiro e Silva (2019).

proteção,⁵³ salvaguarda e promoção do patrimônio. Por outro lado, o reconhecimento internacional, ao longo destas últimas três décadas, ao mesmo tempo, abriu as portas para o desenvolvimento do turismo e o exercício de uma espécie de Soft Power⁵⁴ na afirmação de uma imagem positiva da gestão do patrimônio histórico, artístico e arquitetônico. Isso é evidente, por exemplo, através do acordo de geminação firmado com a cidade de Matosinhos de Portugal (1986-1996, retomado em 2018) e o estabelecimento de parcerias integradoras como o Museu de Congonhas⁵⁵ (de iniciativa da Unesco, do Iphan e da Prefeitura Municipal, com apoio – mesmo que tardio – das mineradoras Vale e CSN), que foi inaugurado em 2015.

A análise destes indícios, que prenunciam uma certa percepção de aceleração do tempo na Pós-Modernidade, permite-nos inferir que, a imagem da cidade, ou a imagem do tempo – para usar um notável conceito de Walter Benjamin – antes dessa brecha temporal, ou seja, até meados dos anos 1970, teria sido construída no tripé que conformaria os eixos ou estações divididas em: mineração, fé e arte (ver Figura 06).⁵⁶

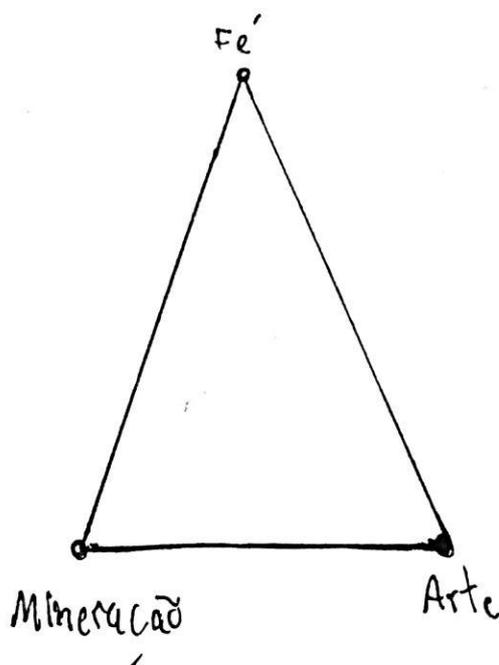
⁵³ Legislação específica para o entorno dos sítios históricos tombados somente foi firmada no início dos anos 2000, no Governo do Prefeito Gualter Monteiro com a Lei N.º 2.457/04, que “Dispõe sobre as normas e as diretrizes de uso e ocupação do solo nas ambiências dos monumentos históricos de Congonhas”. Vários pontos da lei, no entanto, que fixavam maior rigor quanto às construções e reformas destas áreas tombadas e mesmo o poder de decisão da Comissão Municipal de Patrimônio, Planejamento e Meio Ambiente (COPLAMA), do Conselho Municipal de Desenvolvimento e Planejamento Urbano (CODEPLAM) e do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Congonhas (COMUPHAC) foram flexibilizados pela Lei 3.635/16. Ver mais em: <<https://shre.ink/patrim>>. Acesso em: 08 jun. 2023.

⁵⁴ O Soft Power é aqui compreendido na tese como o uso político da chancela de Patrimônio Mundial da Unesco, como uma espécie de Capital Cultural que é colocado na mesa de negociações na captação de recursos para proteção do patrimônio, notadamente, pedra e cal. Sendo a cidade, berço da obra-prima de Aleijadinho, de reconhecimento internacional da Unesco, qualquer investimento no patrimônio cultural promovido pelas instituições públicas ou privadas, garante uma grande visibilidade aos patrocinadores, já que, naturalmente têm-se aí uma tendência à divulgação espontânea nos principais jornais e meios de comunicação do Brasil e mídias especializadas no exterior. No entanto, como veremos no último capítulo, a própria Unesco, através do Museu de Congonhas se beneficia desse Soft Power, ao tomá-lo como exemplo da intervenção da entidade na construção de equipamentos culturais que busquem valorizar os sítios históricos reconhecidos na Lista de Patrimônios Mundiais.

⁵⁵ Como se verá adiante nesta tese, o museu, reforçou a importância do papel da cultura, da arte, do desenvolvimento e aprimoração do turismo e da crítica aos males da atividade das empresas mineradoras e de metalurgia – constantemente motivada pelo apetite de acionistas, atentos, ao frequente aumento da escala internacional na venda de *commodities* – com exposições e debates.

⁵⁶ A análise proposta pelo pesquisador como chave interpretativa das identidades que se conformam nos tempos históricos, é uma escolha metodológica da tese e não busca dirimir outras abordagens. O levantamento encomendado pela Prefeitura Municipal ao SPHAN/Fundação Pró-Memória em 1988, por exemplo, divide a história da evolução urbana da cidade em quatro etapas, sendo: **Primeira fase:** Ciclo do Ouro, construção do Santuário Bom Jesus de Matosinhos e a ocupação urbana; **Segunda fase** (finais do século XVIII ao início do século XX), pautada pela construção das seis capelas dos Passos da Paixão, declínio da extração do ouro e a conversão do arraial em centro religioso; **Terceira fase:** início da exploração do minério de ferro (1912); edificação da estrada de ferro da Central do Brasil (1914),

Figura 06 – Disposição do triângulo como chave explicativa para compreensão da identidade em Congonhas (MG) até meados dos anos 1970



Fonte: Próprio autor (2021).

Pensar nestes pontos de intercessão do triângulo, que aqui também serão chamados de estações, possibilitam ao pesquisador e ao leitor, o exame da dinâmica das temporalidades nas travessias do tempo presente em Congonhas (MG). Dito de outro modo, esta disposição geométrica oferece ao legente uma chave interpretativa para elucidar como o passado é acionado no presente e o quanto de futuro se antecipa neste presente (a contar da fenda do tempo que teria se abrido em meados dos anos 1970). A compreensão destes encontros do significante “estações” acede, ainda, à leitura de um significado que se caracteriza pelas alternâncias do tempo, às dinâmicas e transformações da vida social e cultural, nos intercâmbios e nas trocas dos sujeitos que entram, permanecem e tomam seu destino; daquilo que se atualiza, nas

emancipação política do município (1938); e tombamento do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos e do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico (Iphan, 1939, 1941); **Quarta fase:** industrial, com a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1946, e o avanço das atividades de mineração que se intensificaram nos anos 1970, o que contribuiu consideravelmente para a descaracterização urbana da cidade. Cf. (Brasil, 1988).

memórias vividas (espaço de experiências) ou herdadas; e nas expectativas do lugar aonde se quer chegar (futuro, ou horizonte de expectativas).

As estações, aparentemente estruturas estáticas, com trajetos definidos do lugar que se encontram, são uma verdadeira potência do devir. Milton Nascimento, na canção “Encontros e Despedidas”, traz à superfície toda esta força polifônica, ao cantar que,

Todos os dias é um vai e vem
A vida se repete na estação
Tem gente que chega pra ficar
Tem gente que vai pra nunca mais
Tem gente que vem e quer voltar
Tem gente que vai e quer ficar
Tem gente que veio só olhar
Tem gente a sorrir e a chorar
E assim chegar e partir
São só dois lados da mesma viagem
O trem que chega é o mesmo trem da partida
A hora do encontro é também despedida
A plataforma dessa estação
É a vida...⁵⁷

Toda essa energia, estruturada e estruturante da dinâmica dos trens e estações, pavimentou a imaginação de Congonhas nos caminhos históricos das temporalidades. Da Estrada de Ferro Dom Pedro II no distrito de Lobo Leite em 1886, ao ramal que ligou a cidade às demais ferrovias Brasileiras em 1899 (O trem do Bispo),⁵⁸ à Estrada de Ferro Vale do Paraopeba (um pequeno ramal ferroviário de 8 km que ligou, diretamente, o então Distrito ao restante das ferrovias brasileiras pela Central do Brasil), às estações Jubileu, Santuário e Congonhas do Campo (inaugurada em 1914), milhares de romeiros lotavam os trens, anualmente, para agradecer as graças concedidas pelo Bom Jesus de Matozinhos: personalidades da vida pública como o Rei Belga Alberto I, em 1920, a delegação do time do Botafogo, liderada pelo craque Heleno em 1946, e o Presidente da República Eurico Gaspar Dutra em 1948, andaram por esses trilhos e costuraram, nas linhas do tempo, experiências em “encontros e despedidas” na Cidade dos Profetas.

Para além da fé e das atividades de turismo, que atravessou boa parte do século XX, os trilhos, em fins dos anos 1970, tiveram a leveza da carga dos trens de passageiros substituída,

⁵⁷ Cf. Milton Nascimento. *Encontros e Despedidas*. Rio de Janeiro, Phillips, 1985.

⁵⁸ De acordo com o presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Congonhas e pesquisador, André Candreva, em informações relatadas a mim na presente tese em 2023, esta alcunha seria em alusão ao apoio financeiro autorizado para a construção do ramal, pelo congonhense Silvério Gomes Pimenta, Bispo, e que depois seria Arcebispo de Mariana em 1903. Cf. *Correio de Minas* (29/07/2021). Disponível em: <<https://shre.ink/EstacaoCong/>>. Acesso em: 06 jun. 2023.

gradualmente, pelo peso da indústria. A priorização das ferrovias ao transporte da produção industrial foi se firmando em projetos como a Ferrovia do Aço. Anunciada ainda no governo do general Emílio Garrastazu Médici, em maio de 1973, para ligar Belo Horizonte ao Rio de Janeiro e a São Paulo, com um custo inicial de US\$743 milhões e previsão de ser finalizada em mil dias (menos de três anos), a obra iniciou, apenas em 1975.⁵⁹ Após diversas paralizações e adaptações o projeto, só veio a ser concluído, em 1989, durante o governo Sarney (PMDB) ao preço de US\$4 bilhões. As transformações na paisagem e os reflexos na economia e na vida das pessoas foram profundas. Ao todo 109 viadutos e pontes somam 32.471m de extensão, acrescidos de 81 túneis, que correspondem a 57.834m, fazem da Ferrovia do Aço uma verdadeira obra “faraônica”, que demandou milhões de toneladas de cimento, concreto, aço e recortou a paisagem,⁶⁰ alterando o contorno de morros e vales por onde foi erguida (ver Figura 07).⁶¹

⁵⁹ Ainda em 1975, foi firmado o contrato do Governo Federal com a Engefer - Engenharia Ferroviária S.A., ligada à RFFSA – Rede Ferroviária Federal S.A., empresa estatal brasileira de transporte ferroviário e 25 empresas do setor ferroviário para a construção da Ferrovia do Aço: Belo Horizonte-Itutinga-Saudade. Foram muitas as alterações sofridas no projeto. De Itutinga, no Sul de Minas, por exemplo, deveria sair outro ramal até São Paulo, mas não foi concluído. Nos anos seguintes, com financiamento da iniciativa privada, especialmente da antiga Minerações Brasileiras Reunidas (MBR), posteriormente comprada pela Vale, o trecho entre Itabirito e Jeceaba foi concluído. O percurso entre Belo Horizonte e Itabirito foi suspenso e seis túneis ficaram prontos, somando “nove quilômetros de extensão, quatro viadutos inacabados e aproximadamente vinte quilômetros de aterros e galerias cobertos de mato estão abandonados” (Estado de Minas, 2013). Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2013/04/07/interna_nacional,368397/ferrovia-do-aco-custou-us-4-bi-e-demorou-5-mil-dias-para-ser-concluida.shtml>. Acesso em: 08 jun. 2023.

⁶⁰ Site da MRS Logística S/A, que adquiriu administração das linhas da Ferrovia do Aço em 1996, faz uma certa conexão entre o trem de ferro, a cultura linguística mineira e o progresso, ao dizer que, “a ferrovia é parte da paisagem e da cultura de Minas Gerais. Quem nunca ouviu a expressão ‘eita trem bom, sô’? Ela está presente no cotidiano das pessoas, em várias cidades da região, um Estado marcado por atividades industriais e extrativistas que demandam um rápido e eficiente escoamento de sua produção. E é, nesse contexto, que as concessionárias de transporte de carga pela ferrovia, a exemplo da MRS, atuam como protagonistas” (MRS, 2022). Disponível em: <<https://www.mrs.com.br/post-newsletter/renovacao-da-concessao-da-mrs-trara-beneficios-para-minas-gerais/>>. Acesso em: 06 jun. 2023.

⁶¹ Jornal do Brasil (1978).

Figura 07 – Construção de viadutos e túneis em Congonhas, 1978



Fonte: Arquivo JB.

A construção mobilizou milhares de trabalhadores, metaforizando a dinâmica social das cidades atravessadas pela ferrovia. Muitos comércios e vendas foram abertos, notadamente no estado mineiro, em cidades pequenas como Jeceaba, Entre Rios de Minas e Coronel Xavier Chaves, para atender a demanda de operários da obra. Ao fim e ao cabo, o empreendimento contribuiu para o endividamento do país, passivo que se arrastou na década seguinte à inauguração, sendo “quitado”, apenas na privatização da extinta Rede Ferroviária Federal S.A., em 1996.

Vale destacar que o Alto Paraopeba, região em que Congonhas se insere no Quadrilátero Ferrífero é um dos principais fornecedores da antiga Ferrovia do Aço.

Por ano são transportados mais de 100 milhões de toneladas de minério de ferro aos portos do Rio de Janeiro e para a usina da CSN, localizada em Volta Redonda (RJ). Todos os dias, até 30 composições, com 134 vagões e quatro

locomotivas percorrem o trajeto. De três a cinco composições ainda passam por dia, levando cimento, sucata, gusa e produtos siderúrgicos.⁶²

Diante do exposto, o que salta aos olhos é a aceleração da escala, promovida com o avanço do neoliberalismo. Para se ter uma ideia, a produção da Mina Casa de Pedra adquirida pela CSN em 1946,⁶³ que era escoada à usina de Volta redonda, em meados de 1970, ampliou os parceiros globais, saltando de 10 milhões de toneladas ano, para 15 milhões de toneladas ano. Os reflexos do modelo desenvolvimentista brasileiro, melindrado em 1960, ecoaram nas décadas seguintes, na mudança da matriz de transporte brasileira. A construção de novas rodovias e a popularização do transporte de ônibus e dos carros de passeio, esvaziaram o sentido do trem de passageiros.

Ninguém melhor que Guimarães Rosa para descrever o sentimento mineiro ligado à máquina que se move nas estradas de ferro: “Por tudo, réis-coado, fico pensando. Gosto. Melhor, para a idéia se bem abrir, é viajando em trem-de-ferro.⁶⁴ Pudesse, vivia para cima e para baixo, dentro dele” (Rosa, 2001, p. 37).

A indústria, no entanto, ofuscou a beleza da poesia e tomou para si estes caminhos, num gesto, que nas décadas seguintes, se mostrou, cada vez mais, violento. A antiga Estação Ferroviária de Congonhas do Campo (inaugurada em 1914) entrou em desuso e foi desativada no início de 1980. O prédio ainda serviu de abrigo, até fins dos anos 1990, como moradia de antigos funcionários da extinta Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima – RFFSA.⁶⁵ Incluída no Programa Nacional de Desestatização em 1992, a ferrovia, que atravessava Congonhas, foi privatizada entre 1996 e 1998 e dissolvida pelo Decreto n.º 3.277, de 7 de dezembro de 1999. A MRS Logística, empresa ligada à CSN, assumiu a administração das linhas e dos trens que ligam a região central de Minas aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Como observado, a indústria minero-metalúrgica foi, lentamente, se estruturando a partir dos anos 1970, e deu um salto nos anos 1990 e 2000, após as privatizações que

⁶² Cf. Estado de Minas (07/04/2013, on-line). Disponível em: <<https://abrir.link/PF3E1>>. Acesso em: 08 jun. 2023.

⁶³ Em 1913, o dinamarquês Arn Thun comprou algumas terras no Vale do Paraopeba com vistas a explorar as jazidas de ferro da região e fundou a empresa “A. Thun & Cia Ltda. – Mineração de Ferro e Manganez” na Mina Casa de Pedra. A CSN incorporou-a aos seus ativos em 1946 (Briz, 2018).

⁶⁴ Grifos nossos.

⁶⁵ A RFFSA foi criada mediante autorização da Lei n.º 3.115, de 16 de março de 1957, contemplando 18 ferrovias regionais, com o objetivo principal de promover e gerir os interesses da União no setor de transportes ferroviários. Durante 40 anos prestou serviços de transporte ferroviário, atendendo diretamente a 19 unidades da Federação, em quatro, das cinco grandes regiões do País, operando uma malha que, em 1996, compreendia cerca de 22 mil quilômetros de linhas (73% do total nacional). Ver mais em: <<https://shre.ink/RFFSA>>. Acesso em: 06 dez. 2022.

priorizaram a demanda do mercado internacional e inseriram o Brasil entre os principais exportadores de aço e de minério de ferro do mundo. Do outro lado do pêndulo, porém, como será abordado adiante na presente tese – com destaque aos relatos orais de ambientalistas, autoridades públicas e eclesiásticas – encontra-se toda a violência simbólica que se impõe, a dependência econômica, a degradação do meio ambiente e do patrimônio cultural.

Retornemos ao extinto trem comboio. Mesmo não mais transportando artistas e poetas, religiosos, peregrinos e gente da labuta à procura de graças, riquezas e experiências diversas, como os séculos XIX e XX mostraram (e em menor medida, o atual milênio) – o trem ainda aciona enunciados por onde passa. Em terras mineiras é um signo aberto. Nomeia qualquer outro objeto ao qual não se sabe exatamente o nome. Como é do conhecimento, até do mundo mineral, para tomarmos emprestado uma célebre frase do jornalista Mino Carta, “trem”, em Minas Gerais pode ser qualquer coisa. Ex: “Pega esse trem (objeto) aí pra mim”. “Que trem bão!” (“Que coisa boa!”). Para além do “trem”, ou do que quer que esse significante remeta – deixemos isso para os linguistas! – fato é que o triângulo⁶⁶ analítico, aqui chamado de “estações” (fé, mineração e arte), chave para a compreensão das tessituras histórico-culturais da identidade de Congonhas (MG) através dos tempos históricos, encontrou os seus limites no desencaixe do espaço de experiências do horizonte de expectativas (Koselleck, 2006). Movimento este que teria culminado em uma brecha do tempo – nomeadamente, a partir da intercessão de dois movimentos: a corrida à chancela de Patrimônio Mundial (discussão iniciada ainda nos anos 1970, após a Convenção da Unesco de 1972) e a ampliação da atividade minero-metalúrgica na mesma década (expansão que se intensificou nos decênios seguintes).

Em última instância, convém ainda ressaltar, o fato de que a extinção dos trens de passageiros em idos de 1980⁶⁷ não encerrou o desfecho, apenas, das possibilidades de encontros e desencontros, experiências mil, que ocorriam nas estações, no embarque e desembarque e, mesmo dentro dos vagões, nas interações, prosas e na boa conversa que surgia, naturalmente entre as pessoas durante o percurso. O olhar privilegiado do observador, que se movia por entre as montanhas, pontes e túneis, desvelando as paisagens, a partir das janelas dos vagões, também se esvaiu. Como se observou acima, a pressa da indústria tomou o lugar da nostalgia dos poetas, soterrando-a com uma montanha de números e pó de minério. Em Minas e, em boa parte do Brasil, a escolha dos investimentos nas vias rodoviárias lançou nas gavetas belos discos que

⁶⁶ Indicado na Figura 06, p. 41.

⁶⁷ Trens como a famosa “Maria Fumaça entre Tiradentes (MG) e São João del-Rei (MG) e a linha que liga Belo Horizonte (MG) à Vitória (ES) continuam em vigor, mas transportam, essencialmente, turistas, numa escala, absolutamente menor do que os antigos trens de passageiros de Minas Gerais, que percorriam todas as regiões do estado.

capturaram toda essa vivência constituída de gentes e trilhos. “O trem das 7”, de Raul Seixas, ou o “Trem das 11”, de Adoniran Barbosa, ambicionaram questionar o implacável tempo Chronos⁶⁸ e afirmar o kairós (poesia, instante mágico). Apesar desse imenso esforço estético e político, a pressa e a força de Chronos, se impôs. A imaginação do arco-íris (feito de palavras) do “Trem das Cores” de Caetano, não pode mais ser vivida nesse ir e vir nos trilhos, pois dissolvida na nuvem de minério dos vagões. E mesmo o Azul, cor adotada como identidade visual pela MRS Logística na privatização das ferrovias em 1999, não é aquele da fascinante máquina de sonhos de Lô Borges do Clube da Esquina.⁶⁹

Esse apagamento das cores ocorreu em uma temporalidade que, podemos dizer, ambicionou extrapolar as fronteiras do tempo. Se, até fins dos anos 1960, como advoga esta tese, ainda era possível pensar as estações do triângulo (fé, mineração e arte) como chaves de leitura, semelhantes a uma estrutura profunda e rígida da interpretação da identidade de Congonhas, com os investimentos da mineração nos anos 1970, a construção da Ferrovia do Aço (1975/1989) e a implantação da usina da Açominas (1976/1986) e a corrida à chancela de Patrimônio Cultural Mundial pela Unesco (iniciada na década anterior e conquistada em 1985), essa disposição tríade/geométrica começa a se tornar, insuficiente, para responder à uma série de fluxos, trocas e manejos de valores que compõem a identidade do município de Congonhas.

A rigidez dá lugar a uma estrutura ramificada, que se multiplica – quase ao infinito – em perspectivas diversas, multifacetadas e muito complexas, semelhante ao Rizoma, de Deleuze e Guattari na obra, “Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia” (1995). As referências, até então, fixadas nestes referenciais de estações, extrapolaram, num aceno revolucionário, as estruturas delimitadoras dessas raízes, impulsionadas por transformações, tão profundas, que afetaram, não apenas a malha urbana e a ocupação do espaço com a explosão demográfica, em curso, desde os anos 1970, mas despertaram sonhos, alimentados por expectativas do que seria essa nova Congonhas. De um lado, havia o sentimento da mudança de um ambiente prosaico e provinciano para uma cidade de porte médio e moderna (novo eldorado de Minas Gerais, que geraria milhares de empregos e promoveria riqueza), de outro, o que aventava era uma euforia, quase incontrolável de gestores públicos – que gradualmente, contagiou a população – em torno da chancela da Unesco em 1985, que elegeu o passado artístico e religioso, lapidado nas mãos talentosas de artistas como Aleijadinho, que iria torná-lo símbolo ou argumento – no sentido

⁶⁸ A oposição Cronos x kairós será abordada, com mais detalhes, no tópico “A invenção do tempo”.

⁶⁹ Clube da Esquina. Trem Azul. Clube da Esquina. Rio de Janeiro, EMI, 1970.

mesmo de última instância do movimento triádico da ação do signo em Peirce⁷⁰ – dessa identidade.

A crise dos tempos históricos trouxe à tona um ônus que ainda perdura: o passivo ambiental. A atividade minero-siderúrgica caminha, de mãos dadas, com a negligência do futuro às próximas gerações. Explora-se, constrói-se barragens de rejeito, destrói-se serras e nascentes ao custo das vendas de *commodities* – a moeda de troca do futuro que é antecipado no presente. Remando contra essa afirmação constrangedora, imposta pela indústria, que busca prever o futuro no presente, está a corrida (iniciada em meados de 1970) à chancela de Patrimônio Cultural Mundial, concedida pela Unesco em 1985, que visa, exatamente, o contrário, buscar no passado as explicações para compreender o presente.

O reconhecimento da Unesco propagou o legado arquitetônico e artístico à comunidade internacional, conectando-o a uma certa história universal, o que teria impactado no aumento das responsabilidades do município em gerir esse patrimônio. Não apenas isso, mas também teria influenciado na própria forma como os habitantes passaram a ver a chancela de Patrimônio Cultural Mundial, na maneira como os sujeitos de Congonhas reconhecem e dão sentido a essa identidade, que resgata o passado no presente. O exemplo, aqui, do rizoma de Deleuze e Guattari (1995) – do múltiplo como estatuto – abre uma nova chave interpretativa, em profundo diálogo com a hipótese central da tese, que defende que estes acontecimentos (corrida à chancela de Patrimônio Mundial da Unesco – iniciada nos anos 1970 e conquistada em 1985 – e a expansão da mineração em curso desde o decênio setentista do século XX) inauguraram um novo regime de historicidade em Congonhas. A fixidez (não tão enraizada assim) da árvore, deu lugar às ramificações, diversas, rasteiras, ligando o centro à periferia das questões da identidade.

A provocação do olhar de Deleuze e Guattari atiza o debate que a presente tese propõe sobre a crise do tempo na Cidade dos Profetas. A figura geométrica do triângulo (fé, mineração e arte), apresentada, aqui, como chave interpretativa da conexão dessas “estações”, também é submetida a essa força de relações de poder tensionadas nas temporalidades. Ao mesmo tempo em que é afetado, esse tripé se transforma pelo moldar das forças políticas e econômicas e propõe novas e variadas leituras. A transformação seria tal, que já não se trataria mais de compreender a identidade a partir de uma figura geométrica (fé, mineração e arte) disposta em um plano cartesiano, mas, de outra forma, através do que entendemos aqui ser um prisma, que

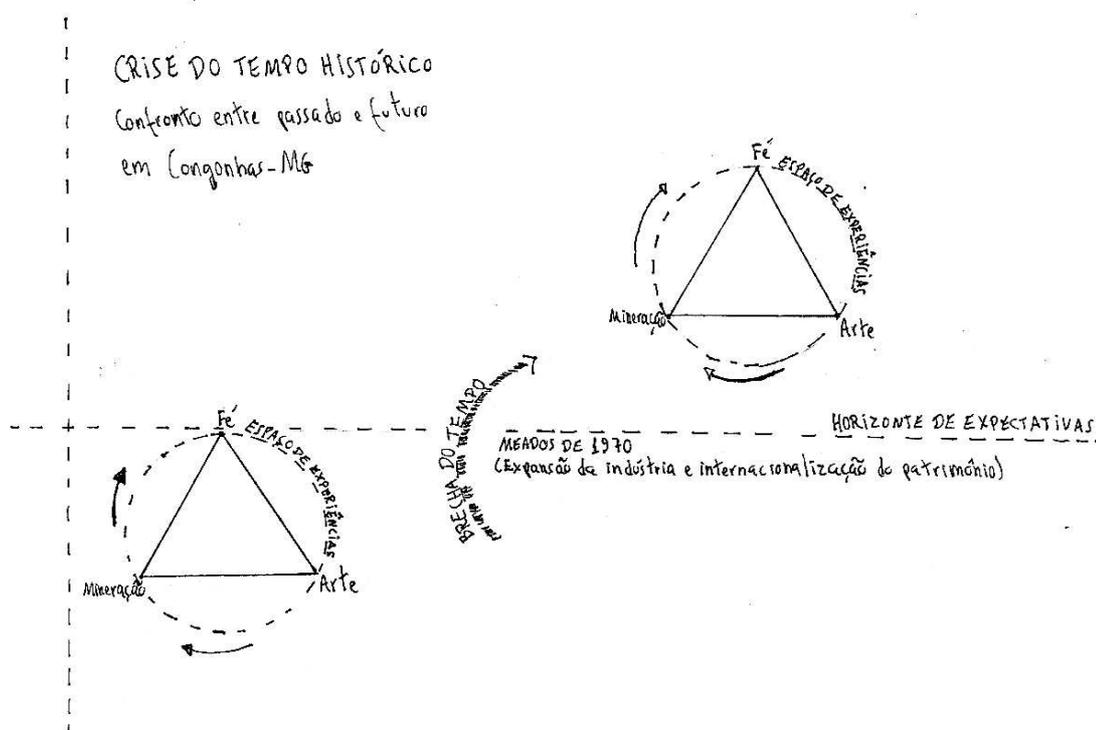
⁷⁰ Cf. Santaella (1995, 2001).

refletiria em matizes diversos, as cores dessa identidade, que se complexificaria à medida em que o leitor direciona o olhar.

A disposição do rizoma ainda encontra semelhança à vegetação que deu nome à cidade, a planta *Congonha*. Em Minas, no século XVIII, muitas das regiões eram diferenciadas, geograficamente, pela vegetação, paisagens e serras. Desta forma, a origem do nome de batismo teria atravessado os tempos históricos, ligando o passado ao futuro – que pode ser também o presente, no mesmo instante em que se tenta capturar essa imagem, pensando com os botões de Benjamin. Não se trata aqui de se engessar uma estrutura conceitual, muito menos de se estabelecer paralelismos. Os conceitos já consagrados e amplamente discutidos na História, Sociologia e Antropologia, conforme proposto por esta tese, são apenas chaves interpretativas, ou lentes telescópicas, para acessar este 'mundo narrado', como costumava dizer Ingold (2015). Essas ferramentas visam proporcionar ao interlocutor e aos próprios sujeitos que gentilmente compartilharam suas memórias a amplitude e nitidez necessárias para ver e decifrar as identidades, as relações de poder, as crises na ordem do tempo e suas implicações neste novo regime de historicidade em Congonhas a partir de meados de 1970. Dito de outra maneira, as chaves de leitura serão apenas os pontos de referência do mapa para que o leitor se guie nessas travessias.

É imprescindível destacarmos que, nesta metamorfose, tanto o ponto de vista dos observadores, que são diversos, ao se deslocarem – ou desencaixarem, para usar uma expressão de Giddens (1991) – nas temporalidades, quanto as transformações em si, motivadas pelo acirramento das relações de poder e pela ação dos sujeitos nas temporalidades, teriam impactado a própria forma como os indivíduos interpretam a imagem do tempo nesse novo regime de historicidade em Congonhas (MG), que surgia nos anos 1970. O singular se torna insuficiente e parece não conseguir reduzir a uma única perspectiva os diversos matizes das identidades que teimam em se afirmar. É aqui que se apresentam as hipóteses desta tese doutoral (ver Figura 08).

Figura 08 – Disposição dos extratos temporais de Congonhas em 2D



Fonte: Próprio autor (2021).

Como, então, essa disposição geométrica se configura como uma ferramenta de análise? Acreditamos, sobretudo, na organização dos encadeamentos da crise do tempo presente, que teria sido inaugurada a partir do que consideramos ser a entrada de Congonhas (MG) na Pós-Modernidade, por volta de 1970, com o fim das metanarrativas. Esse fenômeno foi incentivado por motivações econômicas e políticas, principalmente em relação à representação fundamentada na arte, na fé e na mineração. Esses movimentos teriam deslocado o espaço de experiência, notadamente o passado religioso e artístico colonial, marcado pelo barroco e rococó, do horizonte de expectativas associado à industrialização e desenvolvimento, com consequências na relação da cidade com o patrimônio cultural, o meio ambiente e a indústria, ao longo das últimas cinco décadas.

A hipótese central, do que defendemos ser um novo regime de historicidade, está amparada em dois eixos principais: 1) os investimentos minero-metalúrgicos nos anos 1970 e 1980, com a expansão da CSN, a implantação da Açominas e a construção da Ferrovia do Aço e as motivações políticas na disputa do território, os impactos sociais e urbanos com o aumento

populacional, poluição, dependência econômica na mineração e metalurgia, os efeitos na geração de empregos e o aumento de renda ao município; e 2) a corrida ao reconhecimento do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos como Patrimônio Mundial pela Unesco (apetecida em meados de 1970, notadamente após Convenção do Patrimônio Mundial de 1972) e conquistada em 1985. A candidatura se inspirou no passado colonial português e elegeu Aleijadinho (Antônio Francisco Lisboa) como principal representante da arte barroca brasileira.

Em especial, interessa-nos saber quais seriam os interesses que motivaram o pleito, quais os usos políticos da imagem da chancela teriam sido utilizados pelos mandatários, quais as possíveis repercussões da chancela na elaboração e execução de investimentos como as obras de requalificação urbana nos sítios e entornos tombados, através do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC Cidades Históricas e a criação do Museu de Congonhas. Em última instância, apetece-nos investigar como os novos espaços de convivência e compreensão das tradições, se articulam em torno da arte e da fé como símbolos de Congonhas e da identidade mineira.

A representação, nesta hipótese, seria o produto das dinâmicas das relações de poder, das disputas pela memória, e “capturas” das imagens de um tempo (de glórias) na construção simbólica da cidade. Com a brecha do tempo, que teria sido aberta, em meados dos anos 1970, a leitura cartesiana do triângulo (mineração, fé e arte), já se tornaria, em grande parte, obsoleta para compreensão da identificação e da representação de Congonhas. A projeção internacional e os desafios do diálogo entre os órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio (Prefeitura Municipal, Igreja Católica, Ministério Público, Iphan e Iepha-MG) com a comunidade local e os movimentos sociais, juntamente com o avanço industrial das últimas cinco décadas – a expansão da CSN nos anos 1970, a construção da Ferrovia do Aço (1975-1989) e da Açominas (1976-1986), e a privatização das mineradoras nos anos 1990 – impulsionado pela demanda internacional por commodities, geraram desafios. O assédio da indústria para implementar novos e controversos empreendimentos, como a tentativa de instalação de uma metalurgia pela CSN em 2012, adiada após grande pressão contrária da comunidade local, trouxe consequências ambientais negativas. Diante disso, há a urgência em pensar caminhos alternativos à inevitável dependência econômica da mineração, além da necessidade de criar políticas públicas e instrumentos efetivos de proteção, restauração e salvaguarda do patrimônio. Isso se torna crucial para proporcionar soluções ao iminente crescimento urbano, tornando essa leitura uma tarefa complexa e, ao mesmo tempo, necessária de ser enfrentada.

Outrossim, aventa-se nesta hipótese a possibilidade de que essa intercessão do aumento da atividade industrial – expansão da atividade industrial da CSN nos anos 1970 e 1980 na Mina

Casa de Pedra,⁷¹ a Construção da Ferrovia do Aço (1975-1989) e a implantação da Açominas⁷² (1976-1986), alavancadas pelo chamado “Milagre Econômico” – com os interesses que motivaram o processo de reconhecimento de Patrimônio Cultural Mundial em 1985 pela Unesco – teria sido, profundamente marcada, por relações de poder e por disputas do futuro da cidade, que, escancarariam, uma crise do tempo, que, inevitavelmente, traria consequências, inevitáveis, à representação de Congonhas (MG). Esta brecha temporal teria dado passagem, nas décadas seguintes, às tensões em torno da atividade industrial, de um lado (notadamente com a privatização⁷³ dessas empresas nos anos 1990 e o aumento da escala de extração do minério de ferro e da produção do aço nos anos 2000, com consequências graves ao meio ambiente). De outro, teria afirmado a necessidade da disputa da memória e do lugar, especialmente, com a atuação da sociedade civil e a intervenção de atores como Unesco, Iphan e Prefeitura Municipal na salvaguarda, proteção e promoção do patrimônio cultural de Congonhas (MG).

O que estamos chamando aqui de novo regime de historicidade, iniciado em 1970 e que perdura até os dias atuais, teria separado o espaço de experiência, até então ancorado na fé, na mineração e na arte, do horizonte de expectativas. Este último incluiria, além destes pontos, outras conexões como Internacionalização, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Dito de outra forma, esta nova temporalidade colocou, em um lado do pêndulo, a chancela da Unesco, com a referência a um passado que inspiraria o presente e o futuro através dos valores culturais (materiais e imateriais), religiosos, artísticos e no desenvolvimento do turismo como alternativa econômica. No outro, impôs o presentismo, notadamente capitaneado pelos interesses econômicos da atividade mineradora, anula o passado e o futuro em prol de um

⁷¹ A Mineração Casa de Pedra foi incorporada à CSN em 1946 juntamente com a de Arcos em Minas Gerais. Entre as décadas de 1970 e 1980, segundo dados disponibilizados pela empresa, a produção só nesta mina alcançou 12,6 milhões de toneladas por ano (mtpa). Disponível em: <<https://www.csn.com.br/quem-somos/historico/>>. Acesso em: 07 dez. 2022. A mina ainda é a principal fonte de exploração da CSN atualmente com a extração de 10 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. Disponível em: <<https://revistaminerios.com.br/copam-autoriza-csn-a-ampliar-producao-na-mina-casa-de-pedra/>>. Acesso em: 07 dez. 2022.

⁷² A usina da Açominas foi implantada a partir de 1976 em uma complexa e controversa articulação do Governo de Minas Gerais e o Governo Federal. O projeto foi fortemente afetado pela crise financeira do início dos anos 1980 que promoveu cortes de investimentos e foi paralisado várias vezes. A obra só foi concluída em 1986, com o custo de US\$7 bilhões de dólares, US\$5 bilhões a mais do que previa o orçamento original de 1976. 1,6 milhões de toneladas/ano de laminados.

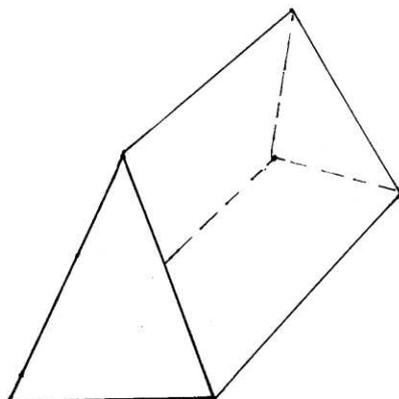
⁷³ O presidente Collor, em 1990, criou o Programa Nacional de Desestatização (PND), que previa uma forte privatização de empresas do setor produtivo de metalurgia e extração mineral. Para se ter uma ideia dos impactos que este programa alcançou, antes de ser vendida ao capital privado em 1993, por US\$598,5 milhões, a Açominas promoveu uma série de cortes e reajustes e demitiu 5 mil funcionários. De 1999 a 2000 o Grupo Gerdau assumiu o controle acionário da empresa. Desde então, a fábrica adotou o nome do sócio majoritário. Cf. Greco e Coutinho (2002).

"progresso", moldando a perspectiva de futuro como mera repetição desse presente, marcado pela exploração dos recursos naturais.

A segunda hipótese que apresentamos é que, a própria leitura e compreensão da representação de Congonhas se deslocou nos tempos, levando à criação de novos espaços de experiências, engendrando novos horizontes de expectativas, de maneira que já não seria mais possível uma análise em um plano cartesiano de 2D (duas dimensões). A complexificação do cenário e das questões que a cidade suscita – desde a inauguração deste novo regime de historicidade, na travessia da escalada da produção e dos investimentos da indústria minero-metalúrgica e da corrida ao reconhecimento internacional, que culminou na chancela de Patrimônio Cultural Mundial, reconhecida pela Unesco em 1985 – teria, neste sentido, provocado, de maneira inequívoca, a necessidade de transformação, não apenas, de uma inevitável mudança do olhar dos observadores, mas também da própria forma de se interpretar a representação.

O contexto exige não mais uma disposição horizontal, com perspectivas, de certo modo, previsíveis a partir da experiência, mas o contrário, perpendicular, desencaixada – para tomar emprestado mais uma vez o conceito de Giddens (1991) – a projetar novas conotações. Diante desta hipótese, acreditamos que o prisma triangular em 3D (três dimensões) seria o mais adequado (ver Figura 09) para uma leitura mais fiel desse processo interpretativo da identificação e da representação, inevitavelmente moldado no tempo presente em Congonhas a partir de meados dos anos 1970.

Figura 09 – Prisma triangular como proposta de chave interpretativa da representação de Congonhas (MG)⁷⁴



Fonte: Próprio autor (2021).

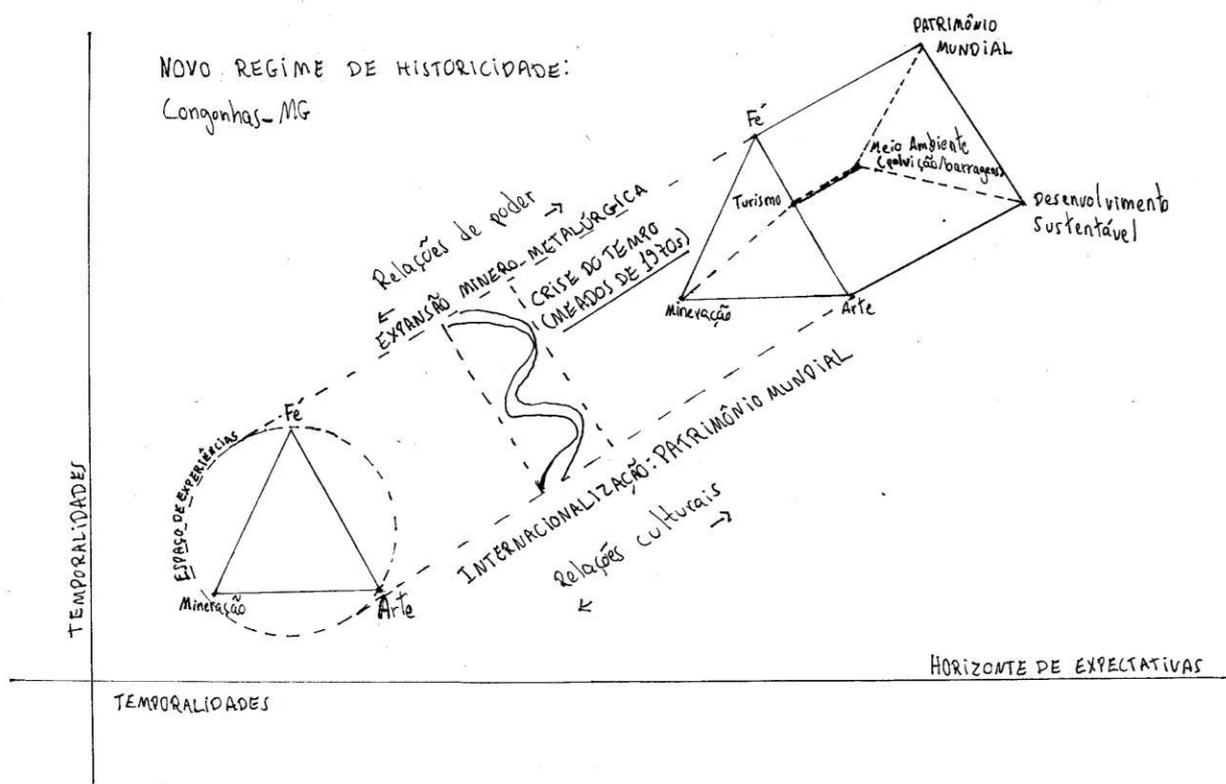
A proposta desta figura geométrica, em 3D, ampliaria, não somente os pontos de interseção (aqui denominados de estações compreendidas em: fé, mineração e arte), em relação ao plano cartesiano em 2D, mas incorporaria outros elementos (estações) como: Internacionalização, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Além disso, este prisma triangular refletiria, numa ampla paleta de cores ou matizes, diversas outras imagens do tempo que suscitariam questões, até então negligenciadas, como: preservação da memória, educação patrimonial, salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, distribuição do espaço (na integração dos sítios históricos a outros equipamentos de cultura como parques e museus), necessidade de alternativas econômicas à mineração, investimentos na infraestrutura do turismo, entre tantas outras possíveis.

De outro modo, o prisma ainda possibilitaria, através da observação da ação dos atores nos tempos históricos, notadamente, a partir do que aqui se especula como a inauguração de um novo regime de historicidade (de fins dos anos 1970 até os dias atuais) a conformação de uma identidade (no plural) de Congonhas (MG). Estas identidades fragmentadas, às quais preferimos, aqui, chamar de identificações, no que detalharemos mais adiante no círculo da representação, estariam costuradas no encontro das estações de outrora (Fé, Mineração e Arte), porém, entrelaçadas aos novos pontos de intercessão (Desenvolvimento Sustentável, Meio Ambiente e Internacionalização). O exame da imagem refletida do prisma triangular aqui

⁷⁴ Esboço proposto ao que defendemos ser o movimento que justapôs, o aumento da escala de produção e investimentos da mineração e da metalurgia, à corrida pelo reconhecimento internacional que culminou na chancela de Patrimônio Cultural Mundial da Unesco em 1985.

proposto (ver Figura 10), permitiria ainda, ao observador, identificar quais características da representação seriam mais prementes. Ex: Cidade Mineradora, Cidade Patrimônio Mundial, Cidade Histórica, Cidade do Desenvolvimento e Geração de Empregos, Cidade Caótica, Cidade do Turismo, Cidade Ameaçada pela da Degradação do Meio Ambiente, Cidade Rica em Recursos, Cidade Imagem de Minas Gerais, Cidade das Artes, Cidade Religiosa etc.

Figura 10 – Deslocamento do espaço de experiências do horizonte de expectativas em Congonhas (MG), a partir da brecha do tempo em meados de 1970, ou novo regime de historicidade



Fonte: Próprio autor (2021).

Outrossim, esse prisma, que também poderia ser compreendido como um espelho, teria sido afetado pelo atravessamento das forças das relações de poder agindo nos tempos históricos: de um lado, a chancela da Unesco, com a referência a um passado que deveria inspirar o presente e o futuro, angariados nos valores culturais (materiais e imateriais), religiosos, artísticos e no desenvolvimento do turismo como alternativa econômica; e de outro, o presentismo (notadamente capitaneado pelos interesses econômicos da atividade mineradora),

que anularia o passado e o futuro em nome de um “progresso”, de maneira que o futuro não seria nada mais do que a repetição do presente, ou seja, da exploração dos recursos naturais.

Para testar estas hipóteses serão confrontadas as visões prementes, nas cinco últimas décadas, de alguns dos principais agentes que trabalharam ou ainda atuam na Prefeitura Municipal, Ministério Público de Minas Gerais, Igreja Católica, sociedade civil organizada e mineradoras.

Salientamos que o debate sobre a representação se torna ainda mais urgente ao constatarmos que todo esse patrimônio histórico, cultural e arquitetônico está ameaçado pela ação industrial das empresas de extração mineral, como já relatado. Este olhar é reforçado pelas tragédias recentes como o rompimento das barragens em cidades mineradoras como Mariana (MG), em 2015⁷⁵ e Brumadinho (MG)⁷⁶, em 2019. Congonhas (MG), possui a maior barragem de rejeitos da América Latina (ver Figura 11), de propriedade da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Apesar de não depositar mais rejeitos na barragem,⁷⁷ após forte pressão da população local, da imprensa e do poder público, notadamente, Prefeitura Municipal e Ministério Público, a CSN conseguiu licença e aprovação de outro empreendimento em 2022 que pretende elevar em 50%⁷⁸ a exploração do minério de ferro na Mina Casa de Pedra em Congonhas (MG).

⁷⁵ Em 5 de novembro de 2015, na cidade de Mariana (MG), ocorreu o rompimento da Barragem do Fundão, pertencente à mineradora Samarco S/A, uma joint venture entre a brasileira Vale e a anglo-australiana BHP Billiton. A tragédia inundou diversas comunidades e resultou na perda de 19 vidas. Ao todo, 39 cidades foram afetadas, e estima-se que 11 toneladas de peixes tenham sido mortos. A fauna e a flora do Rio Doce sofreram danos significativos, com algumas espécies correndo risco de extinção. Ver mais em: <<https://shre.ink/MortosMariana>> e em: <<https://shre.ink/DesMariana>>. Acesso em: 07 dez. 2022.

⁷⁶ Em 25 de janeiro de 2019, a barragem pertencente à mineradora Vale se rompeu na cidade de Brumadinho (MG), resultando em um extenso rastro de devastação ao longo do rio Paraopeba e causando a perda de mais de uma centena de vidas. O desastre é considerado o maior acidente de trabalho já registrado no Brasil. Cf. BBC Brasil (28/01/2019). Disponível em: <<https://shre.ink/BBCBRASIL>>. Acesso em 07 dez. 2022.

⁷⁷ O amplo debate abriu caminho para o Decreto Estadual nº. 48.140/2021, que intensificou a fiscalização e alterou o nível de classificação de risco das barragens de rejeitos. A partir desse momento, passaram a ser considerados critérios como o volume total do reservatório, a presença de população a jusante, o impacto ambiental e o impacto socioeconômico.

⁷⁸ Cf. O Tempo (15/05/2022). Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/csn-aumentara-em-50-producao-na-mina-casa-de-pedra-em-congonhas-1.2667535>>. Acesso em: 07 dez. 2022.

Figura 11 – Barragem de rejeitos da CSN na Mina Casa de Pedra



Autor: Sandoval de Souza Pinto Filho/Reprodução do jornal O Tempo.

Diante do exposto até aqui na introdução da tese, cabe-nos ainda perguntar: Há saídas alternativas viáveis à dependência econômica da mineração e da metalurgia? Como o patrimônio (material e imaterial) poderá resistir à poluição, à expansão urbana e ao aumento populacional provocados pela atividade industrial?⁷⁹ Quais políticas públicas seriam fundamentais à preservação do patrimônio de Congonhas? É possível refletir outras representações de Congonhas (MG), para além da religiosidade, da arte e da mineração? Estas são algumas das questões centrais que serão enfrentadas nesta tese.

⁷⁹ Boletim do Iphan, de 1988, traz os seguintes dados sobre o inchaço populacional provocado pela industrialização no recorte desta tese. “Situada na zona metalúrgica – rica de reservas minerais – Congonhas passou a receber, a partir da década de 60, o impacto de um franco crescimento urbano, motivado pela implantação do parque siderúrgico. Instalaram-se no município importantes indústrias como a Açominas e a Companhia Siderúrgica Nacional, além de uma série de pequenas e médias empresas. De aproximadamente 14 mil habitantes em 1970, a população de Congonhas saltou para mais de 25 mil em 81, chegando hoje [1988], por estimativa, a 45 mil habitantes. A absorção desse contingente, que representa um aumento populacional de 900% com relação ao núcleo tombado em 41, motivou significativa transformação em sua estrutura espacial, mediante o adensamento demográfico de sua área central, expansão de sua periferia e surgimento de novos bairros”. Cf. Iphan (1988, p. 3).

“Tudo o que tenho a dizer está nos meus livros”, teria dito certa vez Carlos Drummond de Andrade.⁸⁰ Para além da descrição do poeta mineiro, avesso a entrevistas, o registro das palavras, memórias e vivências, consistiria antes, numa fantástica capacidade de concisão das experiências do tempo, do que propriamente, um gesto de timidez. Corresponderia, ainda, poderíamos assim dizer, num certo privilégio – por que não? – se considerarmos o fato de que nem todas as pessoas podem registrar suas reflexões e vivências em um livro. Se “as narrações vão se abrindo no caminho”, como reflete Certeau⁸¹, é preciso que o historiador proponha esse caminho – seja ele um trilho, um atalho, ou mesmo um esboço ou mapa – para que as pessoas possam ir além dos muros da história oficial. É neste ensejo que boa parte da historiografia do final do século XX se dedicou à busca de uma justa memória, como desejava Paul Ricoeur (2007).

Notadamente, a partir dos anos 1970,⁸² intensificaram-se os discursos sobre a memória nos Estados Unidos e na Europa, com ampla adesão dos veículos de imprensa. Isso ocorreu, à medida que o horror do holocausto se apresentava como uma chave para se compreender as “histórias e os traumas do século XX.”⁸³ Vale aqui salientarmos que a década anterior já havia dado sinais de contestação com os movimentos identitários de negros, mulheres, trabalhadores e grupos religiosos. Nesse período, cientistas começavam a afirmar o novo papel da história oral, não mais como fonte complementar, mas como a principal contestação à história oficial que marginalizava minorias.

Na América Latina, assim como na África do Sul, o debate se amplificou com o fim das ditaduras, que revelou a violência do Estado e o silêncio dos mortos, especialmente através das comissões da verdade.

É do interior deste caldeirão, carregado de fortes sentimentos e emoções, que memórias extremamente diversificadas irrompem e invadem a cena pública, buscam reconhecimento, visibilidade e articulação, respondendo provavelmente a uma necessidade de que a racionalidade histórica é impotente para exprimir e atualizando no presente vivências remotas (revisitadas,

⁸⁰ Disponível em: <<https://www.carlosdrummond.com.br/conteudos/visualizar/Tempo-vida-poesia>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

⁸¹ Cf. Certeau (1994, p. 35).

⁸² Dois eventos marcariam aquela década como fundamental à emergência da abordagem da História Oral na ciência. Em 1975, no XIV Congresso Internacional de Ciências Históricas em São Francisco, Estados Unidos, com a mesa-redonda: “História Oral: uma nova metodologia para a pesquisa histórica” e em 1976, em Bolonha, na Itália, na I Conferência Internacional de História Oral, sob o título de “Antropologia e História: fontes orais”. Cf. Ferreira (2007, p. 133).

⁸³ Cf. Figueiredo (2009, p. 14).

silenciadas, recalçadas ou esquecidas) que se projetam em direção ao futuro (Seixas, 2001, p. 98).

Em 1975, no Brasil,⁸⁴ com a criação de programas de História Oral, como o da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – com ênfase nos estudos da política regional – e do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC)⁸⁵ da FGV – que priorizava, inicialmente, pesquisas sobre as elites políticas brasileiras – a área começou a se fortalecer.⁸⁶ Este movimento se espalhou por todo o mundo com a fundação de centros de pesquisas a esta época, consolidando a História Oral como campo investigativo das ciências humanas e sociais⁸⁷ (Ferreira, 2007).

O testemunho tornou-se, no decorrer do século XX, o centro do debate historiográfico, à medida em que se reconheceu que a memória era um elemento “constituente do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva”,⁸⁸ como uma lâmpada a iluminar a escuridão do silêncio.

Mudaram os objetos da história. De um lado, a história social e cultural deslocou seu estudo para as margens das sociedades modernas, modificando a noção de sujeito e a hierarquia dos fatos, destacando os pormenores cotidianos articulados numa poética do detalhe e do concreto. De outro, uma linha da história para o mercado já não se limita apenas à narração de uma gesta que os historiadores teriam ocultado ou ignorado, mas também adota um foco próximo dos atores e acredita descobrir uma verdade na reconstituição de suas vidas (Sarlo, 2007, p. 11-12).

O desencanto da memória oficial (nacional) e a crescente percepção de crise nos tempos históricos teriam ainda criado as condições ideais do brotar de “memórias subterrâneas” ou “marginalizadas” – terreno fértil à história oral, como bem nos lembra Pollak (1989, p. 4). Dito de outra forma: “O indivíduo passa a ser visto como ator político, que pode interferir nos

⁸⁴ Em 1994 foi criada a Associação Brasileira de História Oral.

⁸⁵ O Programa de História Oral do CPDOC conta, atualmente, com mais de 2400 entrevistas, que correspondem cerca de 7600 horas de gravação divididas em 150 projetos diferentes desenvolvidos por investigadores do CPDOC em temas como: “elites políticas, cultura, esporte, ditadura, política externa, cinema documentário, memória das ciências sociais em língua portuguesa, entre outros” (CPDOC, 2023). Disponível em: <<https://shre.ink/CPDOC>>. Acesso em: 08 jun. 2023.

⁸⁶ O campo foi se fortalecendo nas décadas seguintes com a criação de diversos programas Brasil a fora, dentre eles, o Núcleo de História Oral está vinculado ao Laboratório de História do Tempo Presente da UFMG, em 1989 e o NEHO – Núcleo de Estudos em História Oral da USP, em 2001.

⁸⁷ No ano de 1994 aconteceu a Conferência Internacional de Nova York, que aglutinou pesquisadores de todo o mundo em torno da emergência da história oral como um novo campo de conhecimento. Em 1996, ao fim da IX Conferência Internacional de História Oral, em Gotemburgo, na Suécia, foi fundada a Associação Internacional de História Oral – IOHA.

⁸⁸ Pollack (1992, p. 207).

processos de tomada de decisões, nos processos de transgressão e é capaz de mudar seu destino” (Figueiredo, 2009, p. 14).

As drásticas e aceleradas transformações das sociedades contemporâneas, nos lembra Marieta de Moraes Ferreira (2007, p. 136), araram a terra, favorecendo à proliferação dos movimentos sociais, que eram, em grande medida, “fragmentados, locais, com objetivos específicos e efêmeros”. Nesse ambiente, as pessoas tenderiam a se organizar em torno de “identidades primárias (religiosas, étnicas, territoriais, nacionais) como forma de lidar com a diluição de fronteiras e a fragilização das tradições e dos laços interpessoais” (Ferreira, 2007, p. 136).

A implosão da União Soviética, a conseqüente queda do muro de Berlim em 1989 e o fenômeno da globalização teriam acelerado esse processo. Andreas Huyssen (2004), chega a dizer em “musealização” da memória na chamada Pós-Modernidade. Como afirma Henri Rousso, do Instituto de História do Tempo Presente (IHTP), na França:

O passado não é mais algo ‘acabado’, mas uma matéria sobre a qual se pode agir, da mesma maneira como se age sobre o presente: isso explica a importância da memória. [...] Nesse sentido o debate contemporâneo entre história e memória poderia se resumir em uma fórmula: o importante não é mais o que passou, mas o que é preciso reter e aquilo sobre o qual podemos agir (Rousso, 2007, p. 284).

De forma ainda mais enfática, Beatriz Sarlo (2007, p. 14), sentencia que a história deve, de uma vez por todas, “reconhecer sua profunda dependência da memória, aceitar que ela seja sua matriz, seu solo de enraizamento”. À luz desta evidência, não deveria assim mais existir separação entre a história e o relato. Como também argumenta Alberti:

[...] a principal característica do documento de História Oral não consiste no ineditismo de alguma informação, nem tampouco no preenchimento de lacunas de que se ressentem os arquivos de documentos escritos ou iconográficos, por exemplo. Sua peculiaridade – e a da História Oral como um todo – decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações socioculturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu (Alberti, 2004, p. 16).

Outrossim, a história oral deve apenas ser utilizada em pesquisas sobre temas contemporâneos, referentes a um passado ainda recente, alcançável pela memória das pessoas que o vivenciaram, “seja como atores, seja como testemunhas” (Alberti, 1990, p. 4).

À história do tempo presente é atribuída um papel singular, de “conviver com testemunhos vivos que, sob certo aspecto condicionam o trabalho do historiador, coloca

obrigatoriamente em foco os depoimentos orais” (Ferreira, 2007, p. 136). Além disso, as próprias transformações⁸⁹ das sociedades modernas e a inevitável evolução tecnológica no registro de arquivos – que passou a ter mais influência no campo audiovisual – “impulsionaram a tendência a uma revisão do papel das fontes escritas e orais” (Ferreira, 2007, p. 136).

Se é inquestionável o fato de o historiador⁹⁰ ser um agente do seu tempo, cabe a ele, então, a tarefa de articular e interpretar os fatos na linguagem, como orienta Koselleck (2006), de forma a oferecer um mapa a qualquer um que deseje conhecer ou ter acesso a determinada conjuntura, notadamente àquela em que se encontram informações que foram negligenciadas pela história oficial. Com vistas a esboçar e a orientar os caminhos das travessias do tempo presente em Congonhas (MG), sobretudo nas crises, nas disputas de poder e nas mutações da representação da cidade, é que a presente tese elegeu a História Oral como principal abordagem metodológica. Serão as narrativas das testemunhas dos principais acontecimentos que envolveram a tensão entre preservação e desenvolvimento industrial que guiarão os olhos do leitor. À tese, coube-nos, apenas, a tarefa de selecionarmos estas fontes e convidá-las a entrar no mesmo trem. Nos parágrafos seguintes serão detalhados os critérios de escolhas e relação dos passageiros que embarcarão nessas travessias pelos trilhos da história do tempo presente em Congonhas (MG).

Primeiro, é importante ressaltar que o autor desta tese trabalhou na Prefeitura de Congonhas (MG) durante seis anos (2009/2015) como Assessor nos departamentos de Relações Públicas e de Imprensa. Várias das questões levantadas aqui, já eram preocupações observadas no cotidiano do autor ao andar pela cidade como *flanêur*, no contato com a imprensa, gestores, políticos e habitantes da cidade. Por ter lidado diariamente com diversos públicos nos mais variados temas que abrangem a vida política de Congonhas e presenciado alguns momentos importantes da história recente da cidade, notadamente na interface desenvolvimento econômico e sustentável, poluição/degradação do meio ambiente pela atividade minero-metalúrgica e patrimônio cultural, o pesquisador, a partir do seu círculo de vivência como profissional, fez uma pré-seleção das possíveis fontes do doutorado que desenvolveria ainda no ano de 2018. No mesmo ano foram feitos os roteiros pré-estruturados, com os temas principais que seriam abordados nas entrevistas da tese: religiosidade, mineração, arte barroco-rococó.

⁸⁹ Alberti (1996, p. 4) enfatiza que, com o passar do tempo, as próprias entrevistas poderão “servir de fontes de consulta para pesquisas sobre temas não contemporâneos”.

⁹⁰ “O historiador, como qualquer cidadão, pertence plenamente a este tempo”. Cf. Rousso (2007, p. 283).

Estes tópicos foram discutidos em todas as entrevistas. A cada entrevistado, de acordo com o conhecimento ou vivência de fatos históricos importantes da cidade nos últimos 50 anos, eram direcionadas algumas perguntas específicas. Todas as entrevistas foram transcritas na íntegra pelo pesquisador e analisadas à luz dos fatos e eventos relatados.

A opção por este tipo de abordagem, baseou-se nos estudos de Alberti (1990; 1996; 2004; 2005) no Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e buscou privilegiar a qualidade dos relatos dos entrevistados, de forma que as memórias pudessem ser qualificadas como documentos.

O segundo ponto importante que destacamos é que o pico mais agudo da Pandemia da Covid-19 (março de 2020 a outubro de 2021) impôs um profundo desafio a esta pesquisa. Algumas entrevistas já haviam sido realizadas de forma presencial, em Congonhas (MG), mas ainda restavam fontes importantes a serem ouvidas, distribuídas em localidades ou estados diferentes e, boa parte delas, com idade mais avançada e pouco familiarizadas com as tecnologias emergentes de comunicação à distância que foram aprimoradas no decurso da pandemia. As dificuldades tecnológicas foram sendo superadas ao longo da crise pandêmica, à medida em que surgiam novos meios de comunicação à distância e os interlocutores iam se adaptando a estas ferramentas. Todas as entrevistas realizadas no período mais agudo da pandemia foram realizadas pelo aplicativo *Google Meet*.⁹¹ As gravações encontram-se em posse do pesquisador com as devidas autorizações de consentimento autorizadas em vídeo. A abordagem foi feita, em grande parte, às pessoas do meu convívio durante o período em que fui assessor de Relações Públicas e de Imprensa (2009-20215). Ao iniciar as primeiras entrevistas em 2018, algumas fontes indicaram outras pessoas que foram posteriormente abordadas.

Os demais entrevistados foram selecionados ao longo da tese, considerando o envolvimento e participação em alguns dos principais eventos da história do tempo presente abordados no trabalho, como o processo de chancela de Patrimônio Mundial da Unesco em 1985, a implantação da Açominas, a mineração e os impactos ambientais do desenvolvimento industrial, a dependência econômica imposta pela atividade minero-metalúrgica, a religiosidade, a arte do barroco e do rococó e as identidades de Congonhas. Após selecionada a fonte, o contato era realizado por e-mail, telefone ou pelo aplicativo WhatsApp.⁹²

⁹¹ Site e aplicativo que permite chamadas de vídeo à distância.

⁹² Aplicativo de comunicação instantânea, pertencente à empresa Meta, que permite envio de imagens, áudio, vídeos, textos e arquivos de mídia em geral.

Posteriormente era marcada a entrevista. Antes da eclosão da pandemia, os encontros foram presenciais. No decorrer da pandemia, após um longo tempo sem retorno das fontes ao pesquisador, as entrevistas foram retomadas, a partir de então, de forma remota, pelo aplicativo *Google Meet*.

À medida que o pesquisador transcreveu e iniciou a análise preliminar do conjunto de entrevistados,⁹³ observou que havia atingido um ponto de saturação,⁹⁴ em que a confiança empírica indicava que os elementos necessários para interpretação e análise do problema de pesquisa, já se encontravam presentes, de forma que o acréscimo de outros testemunhos, não exprimiam qualquer alteração significativa da compreensão do fenômeno.

Considerados estes aspectos, foram então selecionadas as seguintes fontes orais para a presente tese:

Ex-prefeitos: Gualter Monteiro⁹⁵ (1983 a 1988, de 1993 a 1996 e de 2001 a 2004 e mandatário durante a corrida e a conquista da chancela de Patrimônio Mundial cedida pela Unesco em 1985); Anderson Costa Cabido (2006 a 2012); José de Freitas Cordeiro [Zelinho] (2013 a 2020). As entrevistas ocorreram em épocas distintas, sendo os dois primeiros elencados, de forma presencial no ano de 2018 e a do ex-prefeito Anderson Cabido em 22 de março de 2021 pelo aplicativo *Google Meet*.

Em 10 de setembro de 2018, uma Comitativa de Matosinhos de Portugal, que acabara de retornar naquele ano o acordo de geminação entre as cidades coirmãs, que havia vigorado entre 1986 e 1986, veio à Congonhas acompanhar as celebrações do Jubileu do Bom Jesus de Matosinhos. Da comitativa, foram entrevistados pessoalmente, o Vereador⁹⁶ de Cultura, Antonio Rocha, Joel Cleto, Arqueólogo, Historiador do Patrimônio, especialista em mitos de origem de Portugal e o Padre Manoel Mendes, pároco da Igreja de Bom Jesus de Matosinhos, que celebrou, de forma conjunta⁹⁷, em Congonhas, ao lado do Cônego Geraldo Leocádio, Pe. Rosemberg, Pe. Geraldo Souza, pela primeira vez na história, a Santa Missa no Jubileu do Bom Jesus de Matosinhos. Os membros foram escolhidos devido à importância política e cultural do novo acordo, que, entre as novas intenções, previa, não somente, o intercâmbio de estudantes

⁹³ Ao todo foram 20 entrevistados selecionados entre 2018 e 2021 na pesquisa doutoral.

⁹⁴ Cf. Glaser; Strauss (2006).

⁹⁵ Além da entrevista em questão realizada em agosto de 2018, analisaremos nesta tese, entrevista do ex-prefeito Gualter Monteiro em 30/07/2020 cedida à fanpage do Facebook, “Congonhas On-Line”, ocasião em que o entrevistado trouxe outros detalhes da candidatura e do reconhecimento internacional da Unesco do Santuário do Bom Jesus de Matosinhos como Patrimônio Cultural Mundial em 1985.

⁹⁶ Em Portugal, vereador de Cultura é equivalente a secretário de Cultura.

⁹⁷ Disponível em: <<https://www.congonhas.mg.gov.br/index.php/o-jubileu-2018-fortaleceu-os-lacos-fraternais-e-religiosos-entre-matosinhos-e-congonhas/>>. Acesso em: 08 jun. 2023.

das duas cidades, mas uma troca de conhecimentos entre artistas plásticos, músicos, escritores de ambos os municípios. Na ocasião também entrevistamos o então diretor do Museu de Congonhas, Sérgio Rodrigo Reis, que abordou a articulação do equipamento na reinterpretação do sítio histórico Patrimônio Cultural Mundial. De forma a explorarmos o processo de criação do Museu de Congonhas, quando esteve à frente do Iphan e sobre a temporalidade em que exerceu o mandato de representante da Unesco na América Latina e Caribe, Jurema Machado foi entrevistada durante o I Congresso Internacional de Patrimônios da Humanidade realizado em Juiz de Fora em 2019, na UFJF.

Servidores públicos ligados à Prefeitura Municipal e uma legisladora cederam entrevistas à tese: Miriam Palhares Silva (Secretária de Cultura e ex-presidente da Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo de Congonhas – FUMCULT), Antônio Odaque (Secretário de Planejamento e Presidente do Grupo de Trabalho para as Obras do PAC Cidades Históricas), Luciomar Sebastião de Jesus (Diretor de Patrimônio, membro do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Congonhas - COMUPHAC, artista plástico e religioso católico), Ana Alcântara (Secretária Executiva da Associação das Cidades Históricas de Minas Gerais, ex-presidente da FUMCULT, ex-diretora de Turismo), e Patrícia Monteiro (vereadora, filha do ex-prefeito Gualter Monteiro, ex-presidente da FUMCULT e autora do requerimento para retomada do acordo de gemação entre Congonhas e Matosinhos de Portugal). À exceção de Ana Alcântara,⁹⁸ que nos concedeu entrevista via *Google Meet*, os demais depoimentos foram colhidos, pessoalmente, pelo pesquisador, em agosto de 2018 na cidade de Congonhas (MG).

Com vistas a aprofundar o debate sobre desenvolvimento da indústria minero-metalúrgica, meio ambiente, movimentos sociais e patrimônio cultural a tese ouviu os ambientalistas, Sandoval de Souza Pinto Filho – diretor de Meio Ambiente da UNACCON (União das Associações Comunitárias de Congonhas – MG)⁹⁹ e Padre Antônio Claret Fernandes – integrante do Movimento dos Atingidos por Barragens¹⁰⁰ e o promotor de Justiça de Congonhas, Vinícius Alcântara Galvão.¹⁰¹ À exceção do primeiro, os demais entrevistados concordaram com as entrevistas desde que fossem realizadas por e-mail.

Intelectuais e pesquisadores da história de Congonhas e da arte do barroco e do rococó em Minas Gerais, foram entrevistados na tese. Fábio França (Professor aposentado de

⁹⁸ [Em 03/07/2021].

⁹⁹ Entrevista realizada presencialmente na cidade de Congonhas em 13 de setembro de 2019.

¹⁰⁰ Entrevista finalizada em 02 de abril de 2021 por e-mail.

¹⁰¹ Entrevista finalizada em 02 de agosto de 2021 por e-mail.

Comunicação Social, ex-padre redentorista em Congonhas, ex-diretor da Rádio Congonhas AM e autor do livro “Arte e Paixão: Congonhas do Aleijadinho); Myriam Andrade Ribeiro (historiadora e crítica de arte, professora aposentada da UFRJ, autora do dossiê de candidatura do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos, submetido à Unesco em 1984), Angelo Oswald (prefeito de Ouro Preto, ex-presidente do IPHAN, ex-ministro interino da Cultura, ex-secretário de Estado da Cultura de Minas Gerais e presidente do IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus) e André Candreva (servidor da Câmara Municipal de Congonhas, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Congonhas¹⁰² e pesquisador da história e do patrimônio) compartilharam memórias e experiências através de inéditos testemunhos. Todas as entrevistas foram agendadas por e-mail e realizadas e gravadas pelo Google Meet no ano de 2021.

Não atenderam pedidos para entrevistas e/ou compartilhamento de informações à presente tese, após diversos contatos por telefone e e-mails: as principais mineradoras, CSN e Vale e o Pe. Benedito Pinto Rocha, ex-reitor da Basílica do Senhor Bom Jesus de Matozinhos (cargo, que assumiu em 1975, após a saída dos administradores redentoristas, e ocupou até 2012).¹⁰³ O pesquisador realizou inúmeros telefonemas e tentou um encontro presencial com o reitor emérito da Basílica, no ano de 2019. Cabe destacar, que a contribuição do Padre Rocha, seria de fundamental importância para a tese, já que, à frente da Basílica, atravessou os principais fatos históricos elencados pela pesquisa na entrada de Congonhas (MG) ao novo regime de historicidade, ou regime pós-moderno. No entanto, mesmo nos telefonemas e no breve encontro presencial nas dependências da reitoria da Basílica, em 2019, o reitor emérito se negou, com veemência, a compartilhar qualquer informação sobre a temática durante sua gestão.

As reflexões anotadas, até aqui, e o esboço do que pretendemos delinear na presente tese, surgiram dos seguintes critérios metodológicos: 1) da análise preliminar das fontes orais; 2) da análise de documentação específica como, jornais e sites de circulação estadual e nacional, notadamente Folha de São Paulo, O Globo, Jornal do Brasil e Estado de Minas, que retrataram os contextos elencados envolvendo os investimentos da indústria minero-metalúrgica concomitante à construção de instrumentos de proteção, salvaguarda e internacionalização do

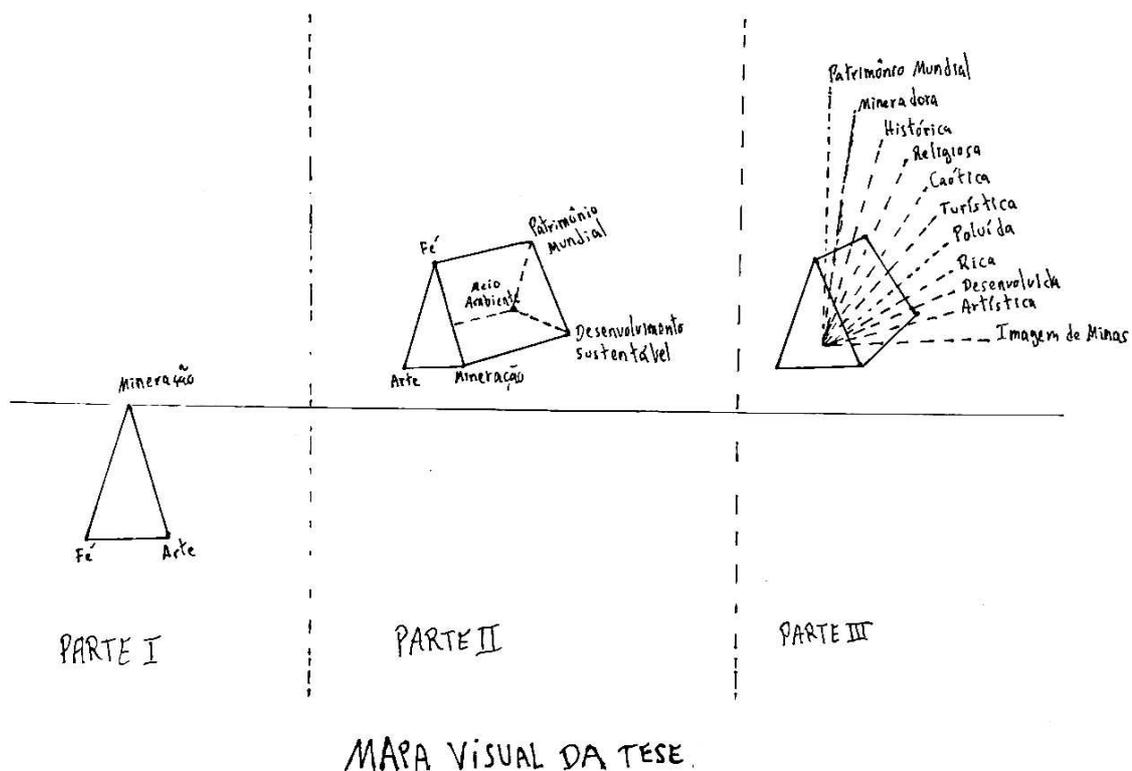
¹⁰² Fundada em 18 de fevereiro de 2021 a instituição sem fins lucrativos, atua na promoção, incentivo e desenvolvimento de estudos das Ciências Humanas e Sociais correlatas, em âmbito internacional, nacional, estadual e municipal, no município de Congonhas e da região do Alto Paraopeba. Mais informações em: <<https://www.facebook.com/ihgcongonghas/>>. Acesso em: 08 jun. 2023.

¹⁰³ O cônego Geraldo Francisco Leocádio assumiu Basílica do Bom Jesus de Congonhas em 2012 e foi substituído pelo Padre Geraldo Gabriel Pinto no dia 07 de junho de 2021, em decisão do arcebispo de Mariana, Dom Airton José dos Santos.

patrimônio no recorte proposto (de meados dos anos 1970 até os presentes dias) – leis municipais, laudos técnicos do Iphan e Prefeitura, fotografias, obras de arte, o dossiê apresentado à Unesco em 1984 e o parecer do ICOMOS referendando o laudo e a declaração retrospectiva de 2012, realizada por este último, acerca dos bens tombados; 3) da consulta às fontes entrevistadas e outras secundárias em telefonemas e visitas técnicas; e 4) da articulação do caminho proposto com a literatura concernente à metodologia, hipóteses e aos objetivos elencados na tese. Pretendemos, com este percurso investigativo, esclarecer parte das transformações da entrada de Congonhas (MG) ao que defendemos ser um novo regime de historicidade (a partir de 1970) na tensão entre o espaço de experiências, que buscava afirmar o passado colonial de arte e fé como pilares da identificação, e o horizonte de expectativas (Koselleck, 2006), que teria sido deslocado pelas relações de poder com a ampliação da atividade minero-metalúrgica na construção da cadeia do aço no último quartel do século XX e nas primeiras décadas do atual milênio. Estes movimentos, uma vez concomitantes, teriam reconfigurado a representação da cidade de Congonhas (MG).

Neste sentido a presente tese de doutorado enseja, especialmente, por meio das memórias e relatos dos registros orais das testemunhas da história do tempo presente em Congonhas (MG), produzir fontes-documentos. Por essa razão as testemunhas aqui reunidas (descritas na metodologia), “se sentarão à mesma mesa”, ou para dizer de um modo mais preciso, “caminharão juntas” com os intelectuais nessas travessias pelas temporalidades, em igualdade, com o referencial teórico, de forma a revelar a hipótese central desta pesquisa, como se configura o novo regime de historicidade em Congonhas (MG). Este percurso é demonstrado na Figura 12:

Figura 12 – Mapa visual da tese



Fonte: Próprio autor (2021).

Antes de iniciarmos esta travessia, partiremos à exposição das razões, dos autores e das abordagens teóricas que selecionamos para o esclarecimento da representação de Congonhas (MG) nos tempos históricos. Dito de outro modo, mostraremos ao leitor os possíveis caminhos e os meios com os quais faremos essa travessia das temporalidades. É o que pretendemos trazer à luz no primeiro capítulo.

Figura 13 – Vista do adro dos 12 Profetas do Santuário de Congonhas



Fonte: próprio autor (2023).

*Feliz, feliz é Congonhas
Nesse lindo ninho de montanhas
Onde corre o Rio Maranhão
e aplaudem palmeiras Risonhas
Ó Fada Cavadeira
Cave a história da cidade dos Profetas
Nossa terra é uma festa
de arte, alegria e devoção
Roda, roda a bateia, garimpeiros vejam só
Dom Silvério, Aleijadinho, Athaide e Arigó
(Rosalvo Braga, Samba-enredo da Escola de
Samba Unidos da Jacuba, 1990).*

CAPÍTULO 1. Caminhos das travessias – reflexões teóricas e metodológicas

1.1. A invenção do tempo...

No salão de reuniões da Academia de Ciências, Letras e Artes de Congonhas (MG) – ACLAC, destaca-se uma imensa e expressiva tela horizontal.¹⁰⁴ Em primeiro plano, um idoso, de cócoras, roda a bateia, enquanto os calejados dedos, deslizam, esperançosos, à procura de alguma pepita de ouro. Em consonância à sua labuta, uma multidão, ao fundo aguarda, sentada, nos jardins do Santuário, uma graça do Bom Jesus, enquanto outros, em direção contrária, descem os Passos, de cabeças baixas, como que a rezar em gratidão. Do lado oposto a esta cena, situam-se dois homens de meia idade trabalhando a pedra-sabão.¹⁰⁵

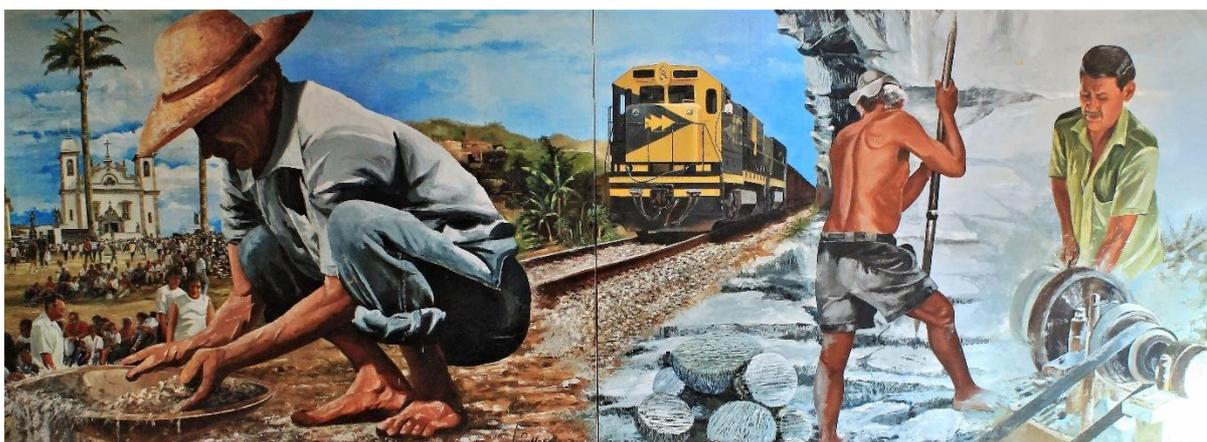
O primeiro deles, apenas de bermudas, e de costas ao observador, concentra-se, tão somente, no instante mesmo, no movimento de suas mãos guiando uma barra de aço, a perfurar, a duros golpes, uma imensa rocha. À sua direita, o outro homem opera, diligentemente, um torno, no qual lapida uma panela de pedra. Ao centro desses fatos, como que, a delimitar uma linha perpendicular, surge um apressado trem de ferro, a recortar a paisagem, entre morros e a grande rocha, separando o mundo do trabalho da religiosidade. Este, passa sem ser notado por nenhum dos sujeitos da cena, que permanecem indiferentes e concentrados nos seus afazeres. É o progresso, que segue, impassível, em direção ao futuro, apagando a nostalgia da paisagem e da tradição, ao impor, com violência, os limites das identidades, que, no movimento frenético dos trilhos, deixa pelo caminho, à própria sorte, trabalhadores, peregrinos, enquanto atropela o

¹⁰⁴ A pintura foi elaborada pelo ilustre artista congonghense Luciomar Sebastião de Jesus. O quadro, por muitos anos, decorava a tradicional pizzaria Aquarela em Congonhas, que fechou as portas com a pandemia da Covid-19. Foi transferido para o salão da ACLAC, após a morte do então presidente, José Alberto Teixeira dos Santos, em outubro de 2021.

¹⁰⁵ Moreira da Silva (2018, p. 30) observa que há um registro de posse do IBGE, datado de 1958, que mostra uma fábrica da chamada “indústria da pedra-sabão” com a extração do esteatito em Congonhas, em meados do século XX” – situada do lado direito oposto da Basílica do Senhor Bom Jesus de Matozinhos. O autor ainda destaca, com muita felicidade, que a imagem foi capturada um ano após a estreia do romance “A Madona de Cedro”, de Antônio Callado (1974). Neste livro, o protagonista, Delfino Montiel, era dono de uma pequena loja em Congonhas do Campo onde vendia objetos de pedra sabão como copos e jarros, cinzeiros, imagens de santos e castiçais que eram encomendados por artesãos locais (Callado, 1974). Na trama, o romancista relata uma série de roubos que seriam organizados por quadrilhas especializadas em “obras sacras, como as obras subtraídas das igrejas franciscanas de Ouro Preto e São João de Rei” (Moreira da Silva, p. 30). A obra literária teria ainda representado o engajamento na defesa do patrimônio histórico e artístico, convergente, na época, à “política artística do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN” (Martinelli, 2006, p. 137). O romance de Callado (1957) ganhou também uma versão adaptada ao cinema em 1968, dirigida por Carlos Coimbra com a atuação de Leila Diniz e Paulo José e em minissérie pela TV Globo, com direção de Walther Negrão, estrelando Eduardo Moscovis (Delfino) e Andrea Beltrão (Marta).

tempo. A guiar o trem está o discreto motorista, com a cabeça de fora da janela, observando a paisagem – que muda, conforme a perspectiva – rompendo os limites do presente, à esperança de um aceno de alguém, que não ocorre. “O único passageiro nos vagões é o minério de ferro”, confessa¹⁰⁶ o autor do quadro, Luciomar Sebastião de Jesus, ao autor desta tese (ver Figura 14).

Figura 14 – Painel “A fé, o ferro e a pedra”. Sede da ACLAC em Congonhas (MG)



Autor: Luciomar Sebastião de Jesus, Pintura sobre óleo, 6m x 3m, 1990. Foto: Próprio autor (2023).

A interpretação acima, fornece-nos as chaves para compreendermos as relações – muitas vezes tensas – entre o patrimônio, a fé e o progresso (puxado pela atividade minerária), na intercessão dos tempos históricos, notadamente das últimas décadas do século XX e início do atual milênio. Este devir, transforma tudo o que encontra pela frente – seja no alimento da alma através da devoção ao Bom Jesus de Congonhas, na inscrição da arte como resistência do tempo e afirmação de um glorioso passado barroco, ou mesmo na violência da força do capital – produtivo? – da mineração. Cada qual circunscreve, em alguma medida, uma imagem do tempo.

Mistério que se ambiciona decifrar nas páginas da presente tese, nos impele a questionar: como o tripé constituinte de boa parte da leitura da identidade congonghense até meados dos anos 1970 (fé, mineração e arte) se articula, em determinados extratos temporais, e se desvencilha, à medida que a roda gira, pelos trilhos dos interesses e se abre a novas identidades (no plural)? Ou aquilo que os une, também os separa?

A essa percepção, supomos ser vital que pensemos a representação sob a força transformadora e na experiência dos tempos. Aliás, como todo ponto de partida, cabe-nos descobrir o véu da dúvida. Antes, porém, de toda travessia, é preciso um detalhamento ou mapa de onde se quer chegar, ou ao menos, uma ideia do que será encontrado (hipóteses, como já

¹⁰⁶ Relato registrado pelo aplicativo de conversas instantâneas *WhatsApp* em 14 de novembro de 2022.

mencionado), ou, em última instância, por quais meios (metodologia) iremos e com quem (autores e fontes) faremos essas passagens.

Se, “toda concepção de história é sempre acompanhada de uma certa experiência do tempo que lhe está implícita, que a condiciona e que é preciso, portanto, trazer à luz”, como revela Agamben (2005, p. 111), é preciso clarearmos os fatos, sobretudo, os que se encontram reservados nas experiências de vida daqueles atores que participaram ou ainda participam das questões envolvendo a religiosidade, a atividade minerária e o patrimônio histórico-cultural de Congonhas e que agem, mobilizando as fronteiras das identidades. Imprescindível ainda, grafarmos a palavra, através registro de memórias e detalhes ignorados dos fatos negligenciados pela história oficial.

Para esta tarefa é imperioso, pensarmos nas relações do homem no tempo, “matéria fundamental da história”, nas palavras de Le Goff (2013, p. 12). Partiremos, neste percurso teórico, em um primeiro momento, da mitologia grega (principal inspiração do Ocidente), atravessaremos o tempo cristão e desembocaremos na descoberta dos tempos (no plural), com as imagens dialéticas, memórias, rupturas no que defendemos ser a afirmação de um novo regime de historicidade em Congonhas (a partir dos anos 1970) e buscaremos compreender quais são os possíveis impactos na representação e das dinâmicas das relações de poder.

Antes, porém, de adentrarmos no debate específico do objeto desta pesquisa com os devidos desdobramentos revelados pelas fontes orais entrevistadas¹⁰⁷, convém-nos nutrir o corpo teórico que sustentará esta tese. Regressemos à Grécia para nos alimentarmos das delícias e da dor da compreensão do tempo. O mito, do grego, *mythós*, “palavra narrada”, durante muito tempo – e é sobre este último que estamos tentando decifrar aqui – buscou interpretar o mundo e as coisas no mundo. À Cronos (*Κρόνος*)¹⁰⁸ é atribuído o tempo atroz, que resiste ao gesto de apreensão da história, como narra Ricoeur, sobre a exuberante obra do escultor alemão Dominikus Hermenegild Herberger (1694-1760) na biblioteca do mosteiro Wiblingen da cidade de Ulm (ver Figura 15):

¹⁰⁷ As entrevistas com as fontes orais guiarão as discussões da tese, a partir do capítulo 2.

¹⁰⁸ Como bem observa Pinho (2020, p. 190) a referência voraz de Cronos-titã (*Κρόνος*), filho de Urano (Céu) e Geia (Terra), que mutilara seu próprio pai e toda sua descendência, foi confundida ao longo da história e acabou sendo atribuída, erroneamente, ao Chronos-tempo (*Χρόνος* – deus primordial). Esse fato talvez seja uma consequência natural da transliteração (quando não há um correspondente semântico em outro idioma) das inúmeras traduções para outras línguas ocidentais além do Grego. Cf. Pinho (2020). Na presente tese utilizaremos às duas grafias, tanto à “Cronos” quando nos referirmos à fúria do tempo, quanto “Chronos”, para o tempo que atinge a todos debaixo do sol.

Num lugar escolhido da biblioteca do mosteiro [de Ulm] ergue-se uma magnífica escultura barroca. É figura dupla da história. Na frente, Cronos, o deus alado. É um ancião com a fronte cingida; a mão esquerda segura um imenso livro do qual a direita tenta arrancar uma folha. Atrás, e em desaprumo, a própria história. O olhar é sério e perscrutador; um pé derruba uma cornucópia de onde escorre uma chuva de ouro e prata, sinal de instabilidade; a mão esquerda detém o gesto do deus, enquanto a direita exhibe os instrumentos da história: o livro, o tinteiro e o estilo (Ricoeur, 2007, p. 67).

Figura 15 – A História, escultura de Dominikus Hermenegild Herberger, século XVIII. Salão da Biblioteca do Mosteiro de Wiblingen. Ulm, Baden-Württemberg, Alemanha



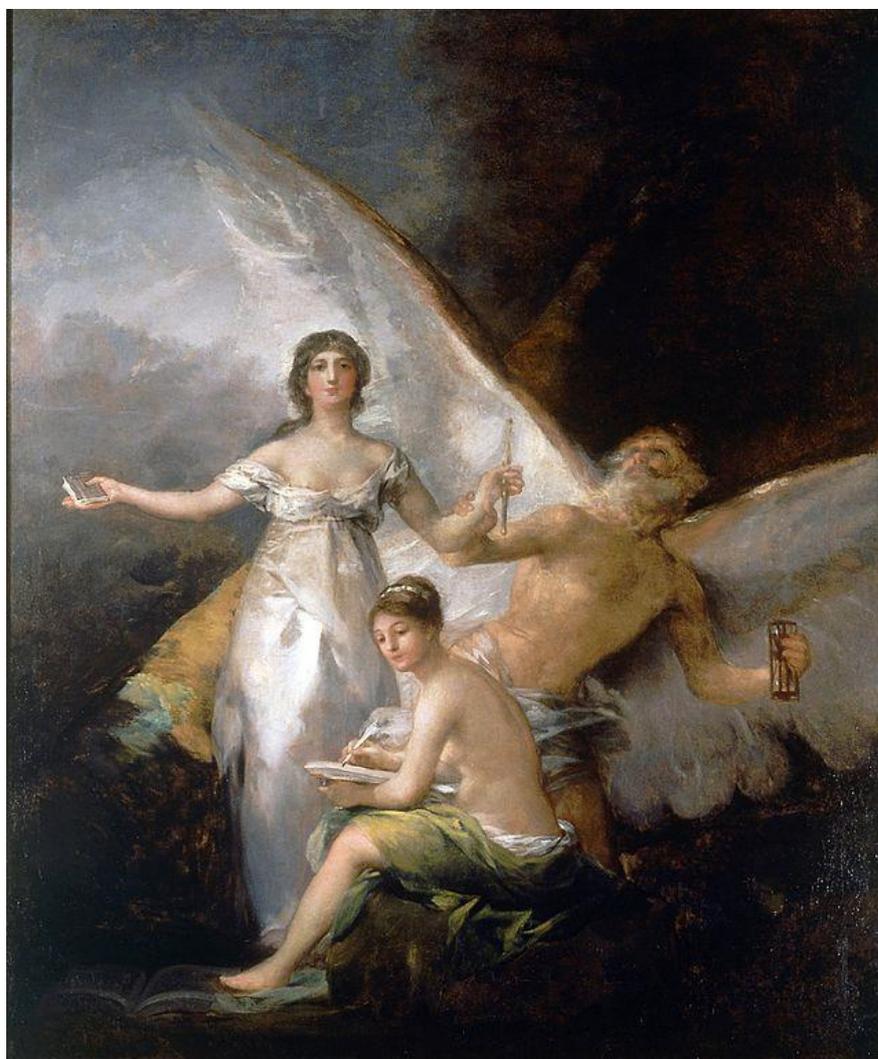
Autor: Herberger. Reprodução: Amon Pinho (2020).

Em Francisco de Goya (1746-1828), Saturno (Cronos) é ainda mais cruel. Devora, um a um, os filhos recém-nascidos de Reia, sua esposa, por temor de ser destronado por um dos seus. Representado por uma figura sem contornos muito bem definidos e com pinceladas, propositalmente fortes, por Goya, personifica o horror, um gigante e assustador monstro; aquele destrói, não apenas sua cria, mas o próprio passado, como destaca Sales (2015), aquilo que já não é mais. É a força implacável do tempo.

De forma poética – e trágica! – em outro quadro, o artista italiano, enredou uma ilustre cena. Nela, Cronos (deus titã do Tempo) segura em sua mão esquerda uma ampulheta, e com a direita, agarra, num gesto de força, o antebraço de *Mnemósine* (a Titânide que representa a memória e é interpretada por Goya como a Verdade), de forma a impedi-la de lembrar-se. Esta segue firme e serena, numa feição impiedosa. Ao primeiro plano, logo abaixo, sentada e com os pés apoiados em um livro, Clio (musa que simboliza a História, filha de Júpiter e Mnemósine), friamente, registra em sua pena, a disputa épica (ver Figura 16).

Figura 16 – Francisco de Goya (1746-1828), *A Verdade, o Tempo e a História*, 1797-1800.

Óleo sobre tela, 294 cm x 244 cm. Museu Nacional, Estocolmo



Autor: Goya (1746-1828). Reprodução: Amon Pinho (2020).

Em oposição a Cronos, se encontra *kairós*, o deus da oportunidade, filho de Zeus e *Tykhé* (a divindade da fortuna e prosperidade). Para Homero era o exato momento para se derrubar o inimigo. Em Hesíodo, seria a “justa medida”, como alerta no conselho em “Os

Trabalhos e os Dias”: Observe a medida: a oportunidade é em tudo a qualidade suprema. Esse preceito de equilíbrio, mas ao mesmo tempo de sagacidade, era muito caro à ética filosófica grega. Como bem descreve Walderez Ramalho (2021, p. 44), em Hipócrates, as doenças evoluem até alcançarem um momento agudo (*krisis*), rumo à cura ou não. O bom médico deve ser capaz de identificar o momento oportuno [kairós] para agir. No entanto este momento não perdura, pois, submetido está ao tempo [Cronos]. Num primeiro sentido, kairós era assim definido pela imaginação grega, nas palavras de Phillip Sipiora:

[...] na Grécia antiga, kairós é um termo que carregou diversos sentidos na história e na teoria retórica clássica, incluindo ‘simetria’, ‘propriedade’, ‘ocasião’, ‘proporção devida’ ‘adequação’, ‘tato’, ‘decoro’, ‘conveniência’, ‘proporção’, ‘proveito’, ‘rendimento’, ‘moderação sábia’ (Sipiora, 2022, p.16, *apud* Ramalho, 2021, p. 35).

Em outro sentido, também detalha Ramalho (2021, p. 35), kairós é acionado na tradição retórica, especialmente por Isócrates. Consiste no momento exato e fugaz em que uma oportunidade se apresenta e deve ser encarada com força e destreza pelo orador, para que o sucesso seja alcançado. Estar atento ao Páthos, portanto, seria observar as disposições e percepções do público ao qual o discurso é dirigido. Exige, assim, mudanças de direção e de postura (kairós), “um saber lidar com a situação conforme ela se apresenta em seu aspecto qualitativo, um tipo de variação que não pode ser totalmente controlado ou planejado pelo saber teórico” (Ramalho, 2021, p. 36).

A tradição ocidental atribui a Aristóteles (Séc. IV a. C) a sistematização filosófica do tempo. “Com efeito, isto é o tempo [cronos] número do movimento segundo anterior e posterior” (Aristóteles, 2014, p. 219). Contra o fatalismo de Cronos estaria o tempo do agora (*nyn*), ou seja: “aquilo que jaz entre os pontos específicos de Agora é tempo (chronos)” (Aristóteles, 2014, p. 237). Em outras palavras, o agora seria o progenitor de tempos (passados e futuros). Este tempo oportuno, estaria a contrapelo de Cronos, mesmo este último afirmando sua onipotência sobre a vida.

Opostamente à Aristóteles, Newton¹⁰⁹ separa o tempo do movimento: “o tempo absoluto, verdadeiro e matemático, em si e por sua natureza, sem relação com nada de externo, flui de modo uniforme, e com outro nome chama-se duração”. Independente do movimento, o

¹⁰⁹ Tradução para o português dos *Principia Mathematica* de Isaac Newton. Cf. Dissertação de Balola (2010).

fluxo temporal continua inalterado, pois verdadeiro e atestável pelas ciências naturais. Como explica Ramalho (2021, p. 30):

Esse tempo absoluto contrapõe-se ao tempo relacional, que é de ordem prática e útil à vida cotidiana. O tempo absoluto, por sua vez, é teórico (o que não quer dizer menos real) e adequado à produção de conhecimento científico. Este tempo absoluto é “verdadeiro” e “flui de modo uniforme” porque ele é entendido como uma realidade em si mesmo, abstraído de toda experiência.

O modelo absoluto e quantificável (próprio de Cronos), se tornaria dominante no campo das ciências naturais e, posteriormente, nas ciências históricas (Ramalho, 2021). No entanto, Aristóteles abriria uma porta, em kairós, para a ação humana, de modo que o homem pudesse interferir na ordem das coisas e a experimentar o prazer: “aquilo que é bom no tempo é chamado kairós” (Aristóteles, 1979, p. 1096).

A presença dos dois grupos etimológicos [nyn = agora, e semeron = hoje], associados respectivamente com Chronos e kairós para o conceito do tempo, sugere que os gregos distinguiam períodos ou pontos de tempo individuais, que podem ser efetuados por decisões humanas (kairós), 'tirados' do decurso do tempo (Coenem; Browun; 1983 [1967], p. 566-567).

Momento oportuno, indeterminado, breve, fugaz, crise, ruptura...

Kairós é, portanto, particularmente relevante para a ação e a pesquisa históricas porque ele pontua para a significação e o propósito dos eventos e para a ideia de constelações de eventos produzindo resultados que não teriam sido possíveis em outros tempos e sob outras circunstâncias (Smith, 1969, p. 2).

A imaginação sobre o kairós pode ser mais bem observada no afresco (meados do século XVI), do pintor florentino Francesco Salviati, que ainda, nos dias atuais, compõe a decoração de uma das paredes do Salone dei Mappamondi do Palácio Sacchetti, em Roma (ver Figura 17).

Figura 17: Kairós, afresco (fragmento) de Francisco Salviati, século XVI. Salão dos Mapas-Múndi do Palácio Sacchetti, Roma, Itália



Autor: Salviati (Séc. XVI). Reprodução: Amon Pinho (2020).

A respeito da tela, Amon Pinho (2020, p.193) destaca:

Em primeiro lugar, o atributo de “mestre do mundo”, isto é, do mundo propriamente histórico, marcado pela mudança, pelo instável e pelo contingente; em segundo lugar, tanto a habilidade do deslocamento rápido, veloz, decidido e cortante, quanto a irreversibilidade das suas aparições ou manifestações. Das suas epifanias. Kairós, portanto, é um termo cujo campo semântico pode ser inicialmente definido pela articulação dos sentidos da mutabilidade, do (sopro) repentino, da fugacidade e do irreversível.

Ao resgatar o pensamento de Monique Trédé, intitulado “Kairós: o oportuno e a ocasião (a palavra e a noção, de Homero ao fim do século IV a.C.)”, Pinho (2020, p.193) delinea o

percurso histórico de consolidação do conceito pela sociedade ocidental a partir do século V a.C.

Convencido que o sucesso, mesmo que servido pelo acaso, não é um dom do céu mas a conquista da inteligência humana, o pensamento do século V [a. C.] vai empenhar-se em elaborar regras que facilitem o domínio do kairós. Ele vê na apreensão do kairós fugidio o resultado de um cálculo preciso, racional, de uma dosagem minuciosa. O espírito ensaia então capturar na variedade das circunstâncias um sentido, uma evolução, as chances, os riscos. No devir flutuante, sempre em movimento, entende-se reconhecer os lugares, os modos, os momentos oportunos; e este conhecimento torna-se a chave de uma ação eficaz. Fala-se então do kairós – e este traço caracteriza o pensamento do século V [a. C.] – apenas em ligação com a teoria racional, o saber, a experiência, o discernimento, em uma palavra, a *techné*.¹¹⁰[...] O kairós aparece então como o ponto de junção dialética de duas durações: a longa maturação do passado e o surgimento da crise que exige rapidez, acuidade de um golpe de vista lançado para o futuro.

De acordo com Pinho (2020, p. 194), desde Homero (cerca do século IX a.C.) e Hesíodo (século VIII a.C.), “a ideia de kairós aparece ligada à definição da ação eficaz”, ou de modo ainda mais preciso, no entender de Trédé,¹¹¹ à “arte de calcular os meios para os adaptar exatamente aos fins visados”.

Walderez Ramalho (2021, p.42) faz uma inquestionável careação entre Chronos e kairós ao citar Eclesiastes 3.1: “Tudo tem seu tempo [Chronos] determinado, e há tempo [kairós] para todo propósito debaixo do céu”. Prossegue o historiador, em sua análise hermenêutica:

A mesma palavra “tempo” foi utilizada para os termos gregos cronos e kairós. Mas seus respectivos sentidos comportam uma diferença sensível. Se cada evento ou processo ocorre em um determinado instante do tempo (cronos), é também verdade que cada evento ou processo possui o seu próprio tempo apropriado, ou seja, a ocasião adequada para realizar-se (kairós). Neste segundo sentido, o tempo não é uma forma neutra e independente da experiência; ao contrário, revela-se em seu aspecto qualitativo e, justamente por isso, apresenta-se de modo pluralizado. Assim, continua a passagem, há tempo (kairós) para nascer e para morrer, para chorar e para rir, para derrubar e para construir... (Ramalho, 2021, p. 42-43).

Dito de outro modo, enquanto em Cronos o tempo é aquilo que se pode “contar”, em kairós, é o que se deve “agarrar”, “aproveitar” (Ramalho, 2021, p.43). Para um melhor esclarecimento, destes conceitos, centrais à tese, acionaremos kairós, sempre que nos referirmos ao tempo subjetivo, qualitativo, à experiência humana do instante, à oportunidade. Quanto à

¹¹⁰ Trédé (1992, p. 19 *apud* Pinho, 2020, p. 194).

¹¹¹ Trédé (1992, p. 21 *apud* Pinho, 2020, p. 194)

Cronos, nos referiremos, notadamente, ao tempo exato, objetivo, à força implacável dos anos que submete a todos os homens debaixo do sol.

1.1.1. A descoberta das temporalidades e a desconstrução do mito do tempo linear

Pensar estas duas dimensões do tempo (Cronos e kairós) nos permite abrir as janelas da compreensão dos fenômenos que envolvem as identidades, memórias, os lugares, a tradição, a matriz econômica calcada na indústria minerária e o patrimônio histórico, artístico e arquitetônico de Congonhas, especialmente naquilo que entendemos como mudança na ordem do tempo que teria ocorrido no início da década de 1970 com os investimentos minero-metalúrgicos da CSN (inspirados no Milagre Econômico) e a implantação do parque industrial da Açominas e a corrida à chancela de Patrimônio Cultural Mundial, consolidada em 1985, com reflexos que persistem até os presentes dias.

Nesta chave interpretativa, o tempo Cronos agiria nos indivíduos e sobre o patrimônio (seja ele imaterial ou pedra e cal) e nas identidades de Congonhas, ao passo que o kairós, tentaria captar ou enquadrar uma certa imagem do tempo, rompendo a linearidade, como, provavelmente, teria ocorrido na corrida à conquista do selo de Patrimônio Cultural Mundial da Unesco em 1985, ou mesmo, no assédio das empresas mineradoras a políticos e comunidade para aprovação de investimentos bilionários, notadamente, a partir da provável crise do tempo (iniciada em meados de 1970, acentuada nas décadas seguintes, estendendo-se até a atualidade), com graves consequências ao meio ambiente e às perspectivas de futuro da cidade, como será detalhado mais à frente, pelos próprios relatos das fontes orais entrevistadas na tese. Antes, porém, adentraremos mais à fundo na discussão do tempo e a sua apropriação pelos homens.

Agamben pontua que, para os gregos, o tempo era representado espacialmente de forma circular, de modo que não se distinguia entre o antes e o depois. Dito de outro modo, “em sentido próprio, não tem início, nem centro, nem fim, ou melhor, ele os tem somente na medida em que, em seu movimento circular, retorna incessantemente sobre si mesmo” (Agamben, 2005, p. 112). Para os antigos o tempo não seria mais do que a “absoluta imobilidade”, no preciso dizer de Flores (2017, p. 190). De maneira enfática, Agamben destaca que:

[...] o caráter fundamental da experiência grega do tempo, através da Física de Aristóteles, determinou por dois mil anos a representação ocidental do tempo, é o que faz dele um continuum pontual, infinito e quantitativo. O tempo é

assim definido (...) conforme o antes e o depois, e a sua continuidade é garantida pela sua divisão em instantes... O instante nada mais é que a continuidade do tempo, um limite que conjuga e, simultaneamente, divide passado e futuro (Agamben, 2005, p. 113).

Aos poucos, com a ascensão do cristianismo no período medieval, a representação grega do tempo circular foi se apagando. O que se desenha no horizonte, a partir de então, é uma linha reta, com começo, meio e fim, sem repetição, nem retorno (Flores, 2017). “De um lado a narrativa do Gênesis, de outro, a perspectiva escatológica do Apocalipse” (Agamben, 2005, p. 115).

Bergson (1988, p. 73) enfatiza que há uma certa confusão daquilo que entendemos como tempo e espaço: “[...] em resumo, projetamos o tempo no espaço, exprimimos a duração pela extensão, e a sucessão toma para nós a forma de uma linha contínua, ou de uma cadeia, cujas partes se tocam sem se penetrar”. A ideia do tempo homogêneo nasce do choque entre os fragmentos das experiências individuais frente ao mundo exterior. Como explica Bergson:

Há um espaço sem duração, mas onde fenômenos aparecem e desaparecem simultaneamente com os nossos estados da consciência. Há uma duração real, cujos momentos heterogêneos se interpenetram podendo cada momento aproximar-se de um estado do mundo exterior que é dele contemporâneo e separar outros momentos por efeito dessa aproximação. Da comparação destas duas realidades nasce uma representação simbólica da duração, tirada do espaço. A duração toma assim a forma ilusória de um meio homogêneo (Bergson, 1988, p. 78).

A aparente sucessão de acontecimentos que, pressupõe que, um estado de coisas se sucede, um após o outro, em movimento linear, seria antes, a representação do espaço, do que a verdadeira duração. Na raiz do problema, encontra-se a confusão que, geralmente, se faz entre tempo e espaço, notadamente, quando se ignora o fato de que “os estados psicológicos e toda vida psíquica são de natureza temporal e não espacial”, explica Rosetti (2017, p. 620-621). À certa confusão entre tempo e espaço, Bergson esclarece que, pelo fato de estarmos

[...] familiarizados com esta última idéia (espaço), e obsessionados até por ela, introduzimo-la sem saber na nossa representação da sucessão pura; justapomos nossos estados da consciência de maneira a percebê-los simultaneamente, não já um no outro, mas um ao lado do outro; em resumo, projetamos o tempo no espaço, exprimimos a duração pela extensão, e a sucessão toma para nós a forma de uma linha contínua, ou de uma cadeia, cujas partes se tocam sem se penetrar (Bergson, 1988, p. 73).

Quanto à linearidade do tempo, Bento Prado Jr (1989, p. 87), argumenta que:

As essências não se isolam, organizam-se dentro de um processo que as faz passar umas nas outras. Irredutíveis analiticamente umas às outras, elas se superpõem sinteticamente – não numa síntese subjetiva e cognitiva –, mas numa síntese que é ontológica, que é a própria duração ou surgimento do objeto.

Bento Prado Jr, detalha a compreensão de Bergson sobre a duração, ao destacar que ela corresponde à

[...] lei de um universo sempre em vias de constituição. Ela é este movimento de um objeto que vem ao ser, sem jamais deixar de estar vindo. E é por isso que a temporalidade da aparição da essência é um dado constitutivo da própria essência. Não há apenas referência do sentido A ao sentido B; o conhecimento de A é conhecimento do nascimento de B. [...] As essências não se isolam, organizam-se dentro de um processo que as faz passar umas nas outras. Irredutíveis analiticamente umas às outras, elas se superpõem sinteticamente – não numa síntese subjetiva e cognitiva -, mas numa síntese que é ontológica, que é a própria duração ou surgimento do objeto (Prado Jr., 1989, p. 87).

Walter Benjamin, ao contrário pensa em uma concepção de tempo qualitativa, fracionária, estratificada, subversiva à “ordem natural”. Desta forma vai se opor, radicalmente à concepção de *continuum* de Bergson:

A contagem do tempo, que sobrepõe a *durée* a sua uniformidade, não pode, contudo, evitar que nela persistam a existência de fragmentos desiguais e privilegiados. Legitimar a união de uma qualidade à medição da quantidade foi obra dos calendários que, por meio dos feriados, como que deixavam ao rememorar um espaço vago. [...] Se, no *Spleen*¹¹² e na Vida Anterior, Baudelaire ainda dispõe dos estilhaços da verdadeira experiência histórica, Bergson, por sua vez, em sua concepção da *durée*, se afastou consideravelmente da história. “O metafísico Bergson suprime a morte”. O fato de a morte ser eliminada da *durée* de Bergson isola a *durée* da ordem histórica (bem como de uma pré-rica). [...] A *durée*, da qual a morte foi eliminada, tem a mísera eternidade de um arabesco; exclui a possibilidade de acolher a tradição (Benjamin, 1989, p. 136).

Paul Ricoeur (2007), ao pensar no tempo como espaço a ser habitado, ressalta a figura do *flanêur*, que embaraça o rigor do relógio. Como destaca o historiador francês, essa,

[...] inquietante estranheza ligada ao sentimento de não estar em seu lugar, mesmo em sua própria casa, nos assombra, e isso seria o reinado do vazio.

¹¹² Epíteto utilizado pelo poeta francês Charles Baudelaire (1821-1867), ao conjunto de quatro poemas sob o título de “Spleen”, publicados em 1851. De acordo com o tradutor da versão em português, Ivan Junqueira, “Spleen” é um vocábulo de origem inglesa que foi incorporado à língua francesa no Séc. XVIII para designar a sensação de “tédio sem causa”. O “Spleen” seria para o tradutor, “a expressão suprema do famoso tédio baudelairiano”. Os poemas ainda inauguram um estilo próprio de musicalidade literária, sem ritmo e sem rimas, denunciando a hipocrisia da aristocracia parisiense e a ideia de progresso que se consolidava no primeiro quinquênio do século XIX. Cf. Baudelaire (1985).

Mas existe uma questão do lugar porque o espaço tampouco está cheio, saturado. Para dizer a verdade, é sempre possível, e frequentemente urgente, deslocar-se, com o risco de ser esse passageiro, esse caminhheiro (*randonneur*), esse *flanêur*, esse errante que a cultura contemporânea estilhaçada põe em movimento e ao mesmo tempo paralisa.¹¹³

Este ator (*flanêur*) também foi amplamente abordado por Walter Benjamin nos estudos sobre Baudelaire, ao eleger o desvio ou a “‘errância’ como instrumento catalizador de uma certa desordem produtiva, fundamental para uma posterior reorientação espaço-temporal da experiência histórica” (Bretas, 2008, p. 186).

O olhar contemplativo, que rompe a linearidade do cotidiano atravessa as temporalidades de Congonhas (MG), seja nos fiéis que vêm de todas as partes do Brasil ano a ano no Jubileu, arrebatados pela beleza do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos, nos moradores que, a cada dia redescobrem detalhes ignorados pela pressa das horas, ou mesmo nos turistas, técnicos e artistas que fazem o próprio percurso no andar pelas ruas e ruelas à busca de novas experiências com o lugar. Tal sentimento parece ter tomado os integrantes da Caravana de Modernistas em Minas Gerais¹¹⁴ no ano de 1924. Como exprime Oswald de Andrade em “Ocaso”:

No anfiteatro de montanhas
Os profetas do Aleijadinho
Monumentalizam a paisagem
As cúpulas brancas dos Passos
E os cocares revirados das palmeiras
São degraus da arte do meu país
Onde ninguém mais subiu
Bíblia de pedra sabão
Banhada de ouro das minas.¹¹⁵

O olhar perscrutante, porém, não se limitaria aos modernistas. Importantes intelectuais como o diretor do museu do Louvre, Germain Bazin, e a historiadora Myriam Andrade Ribeiro revelariam nas décadas seguintes minúcias da criação artística (em boa parte atribuída a

¹¹³ Ricoeur (2007, p. 158).

¹¹⁴ A Caravana foi composta por, Oswald de Andrade, Godofredo da Silva Telles, René Thiollier, Tarsila do Amaral, Olívia Guedes Penteado e o poeta de origem suíça, Blaise Cendrars com o objetivo de “redescobrir” parte da arte colonial até então negligenciada pela literatura brasileira. A influência intelectual dos artistas, cercados de boas relações com influentes políticos da época. Ao anteprojeto de Mário de Andrade, de 1936, é atribuído a inspiração para a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) através do Decreto-Lei nº. 25, de 1937. É chamado de “mito fundador” do Sphan o papel de três dos Andrades (Mário de Andrade, Rodrigo Mello Franco de Andrade e Carlos Drummond de Andrade). Atribuem a este último o papel de “mensageiro”, ao apresentar Mário de Andrade a Gustavo Capanema, que seria em 1934, Ministro da Educação e Saúde Pública do governo Vargas. Cf. Cabral e Jacques (2018).

¹¹⁵ Cf. Andrade (1974).

Aleijadinho e Ataíde), até então, imperceptíveis aos observadores comuns. Assertivas pois, parecem ser as vistas apuradas desses contemplativos olhares, curiosos e errantes que se identificam com as belezas artístico-arquitetônicas do período colonial.

Como veremos a partir do Capítulo 2, será a experiência vivida pelas fontes orais, como uma espécie de *flanêurs*, que observam as transformações da cidade, ao longo do século XX no novo regime de historicidade ou regime “pós-moderno”, que direcionarão nosso olhar, na ótica ampliada da intercessão entre fé, mineração e arte com vistas a compreendermos as mudanças na ordem do tempo presente em Congonhas. Assumamos, pois, o princípio norteador da tarefa, como nos diz o poeta moderno Antonio Machado:¹¹⁶ “não há caminhos, / faz-se o caminho ao andar”, ou mais enfaticamente, na ação firmada por Mario Quintana, em “Elegia número onze”: “São os passos – são os passos que fazem os caminhos”.¹¹⁷

1.2. O novo conceito de história e o ofício do historiador

Voltemos um pouco no tempo. A essa necessidade de observar as coisas sob uma perspectiva diferente, dedicaram-se poetas, filósofos e historiadores na passagem do Séc. 19 ao Séc. 20. Na impecável avaliação de Flores (2017), a passagem da Modernidade à Contemporaneidade, correspondeu, à mudança da percepção do Tempo à temporalidade. Com essa transformação, veio também o fim de muitas certezas, como a do tempo absoluto – percepção despertada em *fin de siècle* XIX e radicalizada ao findar do século XX. Fazia-se, cada vez mais urgente, novos olhares para se compreender as questões do tempo presente e reinventar a história. É o que Bloch propõe na profícua Escola dos Annales:

[...] ‘Ciência dos homens’, dissemos. É ainda vago demais. É preciso acrescentar: ‘dos homens, no tempo’. O historiador não apenas pensa ‘humano’. A atmosfera em que seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração. Decerto, dificilmente imagina-se que uma ciência, qualquer que seja, possa abstrair do tempo. Entretanto, para muitas dentre elas, que, por convenção, o desintegram em fragmentos artificialmente homogêneos, ele representa apenas uma medida. Realidade concreta e viva, submetida à irreversibilidade de seu impulso, o tempo da história, ao contrário, é o próprio plasma em que se engastam os fenômenos e como o lugar de sua inteligibilidade (Bloch, 2001, p. 55).

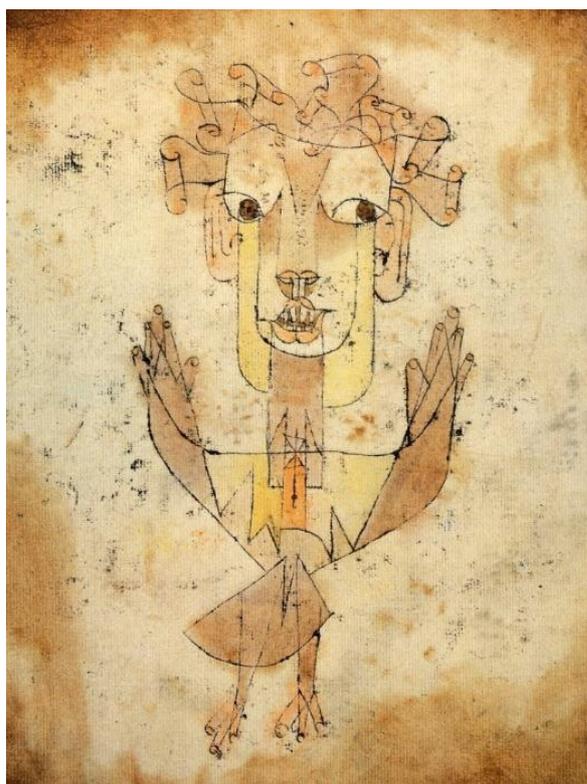
¹¹⁶ Cf. Machado (1973, p. 158).

¹¹⁷ Cf. Quintana (2005, p. 471).

Em um gesto de extrema felicidade, Walter Benjamin também captou estas metamorfoses temporais, ao denunciar o progresso e a não-linearidade do tempo. Como símbolo da mudança, elegeu nas “Teses sobre o conceito de história”, o desenho expressionista, “Ângelus Novus” de Paul Klee, como a nova forma de se compreender a história (ver Figura 18).

O anjo da história parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se, mas uma tempestade o impele irresistivelmente para o futuro. Essa tempestade é o que chamamos de progresso (Benjamin, 2010, p. 226).

Figura 18 – *Angelus Novus*, de Paul Klee (1920). Nanquim, tinta a óleo, papel, aquarela, 31,8 cm x 24,2 cm



Autor: Klee (1921). Reprodução: Amon Pinho (2020).

A crítica ao progresso é, sobretudo um questionamento ao *têlos*, ao pensamento linear, como nos lembra Prado (2016). O verdadeiro conhecimento, prega Benjamin (2009, p. 499), seria através de pequenos lampejos. “Construo meus cálculos sobre os diferenciais de tempo –

que, para os outros, perturbam as “grandes linhas” de pesquisa” e “os pensamentos de antemão carregam consigo um *télos* em relação a esse trabalho”. Aqui, sobressai-se um dos conceitos-chave da obra de Benjamin apresentado na Tese XIII das “Teses sobre o conceito de História”, que é o despertar do-tempo-do-agora (*Jetztzeit*), em oposição ao tempo homogêneo e vazio, pretensamente preenchido pelas linhas do tear do progresso. Na Tese XIV, argumenta o pensador alemão:

A história é objeto de uma construção cujo lugar é constituído não por um tempo vazio e homogêneo, mas um tempo preenchido pelo Agora (ou tempo-do-agora) (*Jetztzeit*). Assim, para Robespierre, a Roma antiga era um passado carregado de Agora, que ele arrancou ao contínuo da história (Benjamin, 2013, p. 18).

Os únicos momentos de liberdade seriam as discontinuidades, as interrupções, “[...] quando os oprimidos se sublevam e tentam se emancipar”, pontua, Michael Löwy (2005, p. 117), de forma concisa. Neste sentido, a apreensão do *Jetztzeit* seria a centelha da revolução da história.

O passado contém o presente, *jetztzeit* – “tempo-de-agora”, desse *jetztzeit* que a República francesa havia necessitado. Arrancado a seu contexto, torna-se um material explosivo no combate contra a monarquia para a interrupção de mil anos de continuidade real na história da Europa. A revolução do presente se alimenta do passado, como o tigre do que encontra no mato (Löwy, 2005, p. 120).

Este mergulho ao lago profundo dos fatos, caberia ao historiador. Ao transcender suas próprias vivências e recordações, ele é guiado por perguntas, deparando-se com vestígios que se preservaram e chegaram até nós (D’Assunção, 2016). Nesta imersão, depara-se com vestígios que se conservaram e chegaram até nós. Ao moldar esses indícios em história, confronta-se com dois caminhos, na perspectiva do historiador alemão Reinhart Koselleck:

Ou ele analisa fatos que já foram anteriormente articulados na linguagem ou então, com a ajuda de hipóteses e métodos, reconstrói fatos que ainda não chegaram a ser articulados, mas que ele revela a partir desses vestígios. No primeiro caso, os conceitos tradicionais da linguagem das fontes servem-lhe de acesso heurístico para compreender a realidade passada. No segundo, o historiador serve-se de conceitos formados e definidos posteriormente, isto é, de categorias científicas que são empregadas sem que sua existência nas fontes possa ser provada (Koselleck, 2006, p. 305).

Assim, nesse *continuum*, o historiador lida com “conceitos ou expressões, que uma época passada elaborou para refletir sobre si mesma” e, com categorias de sua própria atividade científica como um motor propulsor do conhecimento historiográfico (D’Assunção, 2016). Esse saber, somado às múltiplas leituras sobre determinado fenômeno e certa temporalidade, surgiria

em cada época, numa trama a provocar tensões entre o espaço de experiências – o passado no presente – e o horizonte de expectativas – o futuro no presente (Koselleck, 2006).

Como bem destaca D'Assunção (2016), a experiência pertence ao passado, que se concretiza, numa espécie de reverberação no presente, por intermédio da memória, dos vestígios, das permanências e das fontes históricas. Como esclarece Koselleck:

A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, que não precisam estar mais presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é preservada uma experiência alheia. Neste sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias (Koselleck, 2006, p. 309-310).

É o que pretendemos desvendar na presente tese, notadamente por meio dos relatos orais de testemunhas que experimentaram o tempo presente em Congonhas, especialmente aqueles que participaram de alguma maneira da vida pública e das discussões sobre a preservação do patrimônio e a definição dos rumos do município ao entrar no novo regime de historicidade (a partir dos anos 1970). A memória, como veremos, será uma das principais vias de acesso às lembranças, não apenas individuais, mas coletivas, na representação da cidade em fatos e eventos que extrapolaram as experiências privadas dos indivíduos.

Conforme explicado por D'Assunção (2016), as tensões entre as relações temporais se constituem em construções coletivas, sobrepondo-se às vivências individuais. Isso acontece porque, em momentos diversos da história, cada sociedade reconstrói as mais variadas formas de perceber, apreender, compreender, sentir e ressignificar o tempo (D'Assunção, 2016). É como se, em determinados períodos, o tempo se contraísse, enquanto em outros se expandisse. Quanto ao horizonte de expectativas, consiste na reunião de certas sensações, antecipações sobre o que ainda virá. Como destaca D'Assunção, ao se debruçar nas reflexões de Koselleck, assim como a experiência se efetiva no presente, a expectativa também se antecipa no presente, “constituindo-se, portanto, em um futuro presente” (D'Assunção, 2016, p. 47). Como aprofunda o historiador alemão:

[...] horizonte quer dizer aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado; a possibilidade de se descobrir o futuro, embora os prognósticos sejam possíveis, se depara com um limite absoluto, pois ela não pode ser experimentada (Koselleck, 2006, p. 311).

Entre estas duas imagens se comprimiria o presente (D’Assunção, 2016). Essa percepção, no Ocidente, teria ficado ainda mais explícita na passagem do primeiro ao segundo quinquênio dos Setecentos. Na Modernidade, notadamente a partir de meados de 1750, “as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então” (Koselleck, 2006, p. 314), o que é percebido por filósofos como um Kant (1784), ao alertar que um futuro melhor não pode ser construído apenas mirando-se no passado – como a história mestra da vida em Maquiavel (1512) – em um eterno retorno.

Particularmente, ela [a história] é doravante compreendida como processo, com a ideia de que os acontecimentos não se produzem mais somente no tempo, mas através dele: o tempo torna-se ator, se não o Ator. Então a exigência de previsões substitui as lições da história, já que o passado não explica mais o futuro. O historiador não produz mais a exemplaridade, mas está em busca do único. Na *historia magistra*, o exemplar ligava o passado ao futuro, por meio da figura do modelo a ser imitado. Atrás de mim, o homem ilustre estava tanto na minha frente como à frente de mim. Com o regime moderno, o exemplar como tal desaparece para dar lugar ao que não se repete. O passado e, por princípio ou por posição, ultrapassado (Hartog, 2014, p. 137, grifos no original).

Aos poucos, a história deixa de ser percebida como pluralidade e particularidade em si (*Historie*) e se transforma em um singular coletivo. *Geschichte*, na língua alemã apreende essa mudança com a fusão da história em si e para si, numa sequência unificada de exemplos, que vistos num todo, passam a constituir a marcha da humanidade. É o progresso, “primeiro conceito genuinamente histórico que apreendeu em um conceito único, a diferença temporal entre experiência e expectativa”, no entender de Koselleck (2006, p. 320). Impulsionada pelas inovações técnicas, essa locomotiva seria responsável pela percepção de um tempo cada vez mais acelerado, com ações e consequências que ocorriam a uma velocidade tal que parecia escapar, como a um kairós com suas sandálias aladas, a qualquer tentativa de apreensão. Mais precisamente, essa nova concepção, fundamentada na Modernidade, é o que permitiria que

se atribuísse à história força que reside no interior de cada acontecimento que afeta a humanidade, aquele poder que a tudo reúne e impulsiona por meio de um plano, oculto ou manifesto, um poder frente ao qual o homem pôde acreditar-se responsável ou mesmo em cujo nome pôde acreditar estar atingindo (Koselleck, 2006, p. 52).

Assim como Benjamin, no início do século, Reinhart Koselleck mergulhou profundamente nas discussões teóricas que emergiam das águas profundas do tempo multifacetado que ocupavam boa parte das preocupações dos intelectuais no decorrer do segundo quinquênio pós as duas Grandes Guerras. Nesse percurso, como observamos, Koselleck (2006), desenvolveu um método de análise de perspectivas no tempo em que cada

presente não apenas reconstruiria o passado ancorado em contestações da atualidade – tal qual já alertava os *Annales* – mas também ressignificaria tanto o passado (compreendido pelo historiador alemão como espaço de experiência) como o futuro (horizonte de expectativas). Mais especificamente, “cada presente concebe[ria] também de uma nova maneira a *relação*¹¹⁸ entre Futuro e Passado, ou seja, a *assimetria*¹¹⁹ entre estas duas instâncias da temporalidade” (D’Assunção, 2016, p. 44). Neste novo entendimento, a experiência se ocuparia de organizar os acontecimentos passados, com o poder de torná-los atuais, já que, “[...] ela se aglomera para formar um todo em que muitos estratos de tempos anteriores estão simultaneamente presentes, sem que haja referência a um antes e um depois” (Koselleck, 2006, p. 311). Ademais, a cada novo presente, o espaço de experiência se transforma. Neste devir, as experiências adquiridas “se superpõem, impregnam-se umas nas outras” (Koselleck, 2006, p. 313).

Quanto ao futuro (mobilizado no presente), mesmo que ainda não tenha ocorrido, ao se aproximar ou se distanciar, gera repercussões no presente. Desta forma é representado por uma linha, porque dispõe para além do traço “[...] àquilo que ainda não é conhecido”. Portanto podemos ter apenas “uma ‘expectativa’ sobre o futuro, mas efetivamente não podemos dizer como ele será” (D’Assunção, 2016, p. 49). Como um riacho em que transforma tudo pelo caminho (ações e práticas humanas) o futuro, por um instante, se converte em presente e logo será passado. No entender de Koselleck (2006, p. 318) a principal mudança que se impõe é que na Modernidade “[...] o espaço de experiência deixa de estar limitado pelo horizonte de expectativas, os limites de um e outro se separam” (ver Figura 19).

¹¹⁸ Grifos do original.

¹¹⁹ Idem.

Figura 19 – Deslocamento dos extratos temporais

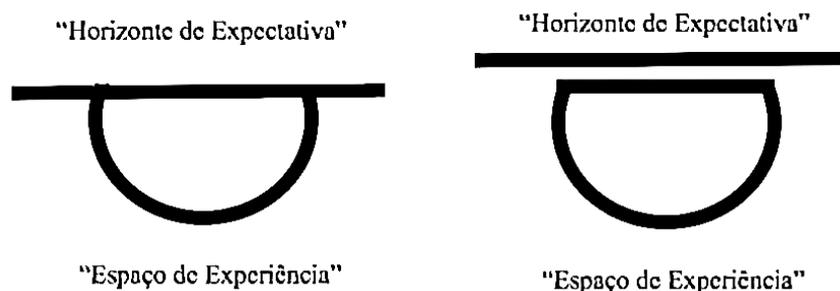


Figura: *Dois representações: as relações entre "espaço de experiência" e "horizonte de expectativas" antes e depois de 1750*

Fonte: extraído de D'Assunção (2016, p. 52).

Em síntese, as categorias desenvolvidas pelo teórico alemão proporcionam ao conhecimento historiográfico diversas interpretações sobre o fenômeno das temporalidades em cada período. Nessa nova abordagem, as relações temporais e as ressignificações do passado e do futuro "também constituem construções coletivas, que se sobrepõem às experiências individuais" (D'Assunção, 2016, p. 46). Por conseguinte, passado, presente e futuro podem se alterar em cada época ou sociedade. Caberia às civilizações e aos povos compreenderem e darem sentido ao tempo (Koselleck, 2006).

No entender de D'Assunção (2016, p. 50) o tempo parece, em determinadas épocas, aos seus contemporâneos, se desenrolar devagar, enquanto em outras, configura-se mais acelerado, "em função da rapidez das transformações políticas ou tecnológicas".

Tal movimento de rupturas da ordem do tempo presente em Congonhas (MG) possivelmente inspirou a resistência da população e dos líderes locais na luta pela instalação da usina da Açominas em território congonhense em 1978. Naquele ano, um projeto pretendia impor a construção da indústria na cidade de Ouro Branco, impactando diretamente na geração de empregos e na arrecadação de impostos. No mesmo período, a comunidade expressou seu vínculo com a religiosidade e a arte colonial ao contestar a remoção (autorizada pelo Iphan e pela Arquidiocese de Mariana) de algumas estátuas dos Passos da Paixão, que seriam expostas no MAM no Rio de Janeiro (RJ). É relevante destacar que o MAM acabou sendo afetado por um incêndio meses depois.

Além disso, em 2012, houve polêmica em torno da construção de uma siderurgia pela CSN em território urbano, projeto cancelado após intensa mobilização dos moradores e do

Ministério Público. Foram realizadas 10 audiências públicas, durante as quais foram denunciados o assédio da empresa aos políticos locais e os potenciais impactos ambientais, que incluíam significativas alterações na paisagem, especialmente na Serra Casa de Pedra, moldura natural do conjunto histórico-arquitetônico reconhecido como Patrimônio Cultural Mundial pela Unesco em 1985. Esses impactos incluíam mais poluição e o comprometimento de nascentes, rios, flora e fauna.

Os meandros destas polêmicas que tiveram um grande apelo popular serão, devidamente, abordados pelas fontes orais, testemunhas destes fatos, nos capítulos seguintes. Antes, convém adentrarmos, de forma mais detida, na discussão sobre as temporalidades.

1.2.1. O método histórico como chave de compreensão do presente

“Pai, diga-me lá para que serve a história”? – teria perguntado um garotinho ao seu pai historiador, revela Marc Bloch (1974, p. 11) nas primeiras páginas de Introdução à História. Essa questão teleológica, tão aguda e afiada como a curiosidade de uma criança, parece de difícil definição. Talvez arrisquemos dizer ao rapazinho que a história é uma forma de compreensão do homem no tempo, ou uma maneira de ver (como um observador) a paisagem ou, mesmo, nas tentativas do indivíduo em fixar um ponto no infinito, ou, num último palpite especulativo, pode ser uma chave de compreensão das identidades e do homem no tempo.

Tal qual o garoto mencionado por Bloch, a perspicácia de Benjamin desencadeia, *pari passu*, uma reação imediata à curiosidade, ao questionamento sobre o *télos* ou à *techné* da história. O pensador da Escola de Frankfurt, não apenas, questiona a linearidade do tempo cristão, apropriado pela Modernidade, mas vivencia as transformações das ruas, bulevares e construções de lojas em Paris, erguidas e construídas pelo desejo do chamado "progresso". Além disso, oferece-nos um novo olhar, ou melhor, conforme as palavras de Deleuze, novas "lentes" de compreensão à experiência do historiador no tempo. É o que exorta em N1, a1:

[...] o historiador tem que construir hoje uma estrutura – filosófica – sutil, porém resistente, para capturar em sua rede os aspectos mais atuais do passado. No entanto, assim como as magníficas vistas das cidades oferecidas pelas novas construções de ferro [...] ficaram durante muito tempo reservadas exclusivamente aos operários e engenheiros, também o filósofo que deseja captar aqui duas primeiras visões deve ser um operário independente, livre de vertigens e, se necessário, solitário (Benjamin, 2009, p. 501).

O “tempo-de-agora” do pensador alemão se assemelha, assim ao kairós,¹²⁰ momento oportuno, gestado no presente, mas que conecta, mesmo que por um instante, passado e futuro. O historiador, assim como o operário que tem a vista privilegiada da cidade enquanto faz a obra, não deve deixar de ler e interpretar o seu objeto, a partir daquele ponto de vista único excepcional, capturar aquela imagem do tempo. Somente com essa percepção poderá captar a imagem do tempo, como um “relampejar”.

A imagem neste sentido, será uma das categorias centrais ao pensamento de Benjamin como nos lembra Bolle (2000, p. 42): “‘alegoria’, ‘imagem arcaica’, ‘imagem de desejo’, ‘fantasmagoria’, ‘imagem onírica’, ‘imagem de pensamento’, ‘imagem dialética’”. Esta última é bastante ressaltada na obra “Passagens” (2009), em que o autor destaca as transformações parisienses provocadas pela Modernidade ao fazer uso de “metáforas luminosas”, ou lampejos, a partir do “choque de dois elementos temporais, cujas diferenças contrastantes, em uma tensão dialética, formam novas constelações de significados” (Santaella e Ribeiro, 2017, p. 70). Deixemos que o próprio Benjamin argumente:

Todo presente é determinado por aquelas imagens que lhes são sincrônicas: cada agora é o agora de uma determinada cognoscibilidade. Nele, a verdade está carregada de tempo até o ponto de explodir. (Esta explosão, e nada mais, é a morte da intentio, que coincide com o nascimento do tempo histórico autêntico, o tempo da verdade). Não é que o passado lança sua luz sobre o presente ou que o presente lança sua luz sobre o passado; mas a imagem é aquilo em que o ocorrido encontra o agora num lampejo, formando uma constelação.¹²¹ Em outras palavras: a imagem é a dialética na imobilidade. Pois, enquanto a relação do presente com o passado é puramente temporal, a do ocorrido com o agora é dialética – não de natureza temporal, mas imagética. Somente as imagens dialéticas são autenticamente históricas, isto é, imagens não-arcaicas. A imagem lida, quer dizer, a imagem no agora da cognoscibilidade, carrega no mais alto grau a marca do momento crítico, perigoso, subjacente a toda leitura.¹²² (Benjamin, 2009, p. 505, fragm. [N 3, 1]).

Estes lampejos, velozes como um trovão, não obedecem, necessariamente à ordem do Chronos, mas, rabiscam o céu, com estrondos que fazem tremer o solo e, direcionam os perplexos olhares à experiência, seja por medo ou veneração. Nietzsche, ao profetizar que “deus

¹²⁰ Amon Pinho faz uma bela analogia em “Walter Benjamin: arte do kairós no tempo-de-agora” em que aborda os conceitos de Chronos, kairós e *Jetztzeit* a partir de análises de obras de arte. Cf. Pinho (2020, p.186-199).

¹²¹ Grifos nossos.

¹²² Grifos nossos.

está morto”, Einstein, ao relativizar o tempo com desdobramentos que desafiaram os números, ou mesmo com a quebra do átomo – malgrado, subtraído por forças militares na construção da bomba atômica, ou ainda Freud, Benjamin e Koselleck, que elegeram o sonho como um espaço dialético, entre o passado no presente e as infinitas combinações de um futuro, que não necessariamente se concretizaria – ou para a surpresa deles, sim! – com o horror das guerras.¹²³

Entre os possíveis lampejos que desafiaram os tempos, no amontoar das camadas de experiências e transformações socioculturais, que reúnem, a depender do esforço e do empenho historiográfico dos historiadores, a imagem, ou as imagens de Congonhas, destacamos: o gesto do português Feliciano Mendes, que doou toda a riqueza e dedicou sua vida a esmolar para erguer uma ermida em devoção ao Bom Jesus de Matozinhos, após ser agraciado com um milagre, em 1757; o legado artístico-arquitetônico que Aleijadinho¹²⁴ – e seus ajudantes e escravizados – e Ataíde deixaram, para as gerações futuras, numa releitura adaptada do rococó; a Fábrica Patriótica (1812-1822) inaugurada pelo Barão de Eschwege – a primeira metalúrgica do país; a Estrada de Ferro no início do século XX, que ligou Congonhas à Central do Brasil, transportando passageiros e cargas – mais adiante, com um frenesi, escoando a produção mineral; o trabalho mediúnic de Zé Arigó (1921-1971), que atraiu multidões e despertou a curiosidade de artistas, cientistas e políticos como o presidente Juscelino Kubitschek nas operações espirituais aos enfermos, das mais diversas moléstias; a elevação do Santuário à condição de Basílica Menor pelo Vaticano em 1957; a implantação da usina da Açominas (1976-1986); a polêmica construção da Ferrovia do Aço (1974-1989), ligando Itabirito (MG) à Barra Mansa (RJ), iniciada, ainda, durante o chamado Milagre Econômico; a conquista da Chancela de Patrimônio Cultural Mundial pela Unesco em 1985; o Museu de Congonhas (2015) – que busca proporcionar uma releitura qualificada do legado da arte e da fé em torno do Bom Jesus; e o terror e a apreensão sobre um possível rompimento da barragem Casa de Pedra, da

¹²³ Como bem discute, Tamara Rodrigues em “Outros modos de pensar e sonhar: a experiência onírica em Reinhart Koselleck, Ailton Krenak e Davi Kopenawa”, Koselleck foi diretamente afetado pela obra de Charlotte Beardt, “Sonhos no Terceiro Reich” (1966). O livro reuniu sonhos de trezentas pessoas que se colocavam de lados opostos ao nazismo entre 1933 e 1939, revelando a angústia e os efeitos da propaganda do terror com a ascensão de Hitler ao poder. Impactado por este trabalho, Reinhart Koselleck, lançou “Terror e sonho – Anotações metodológicas para as experiências do tempo no Terceiro Reich”. Para este autor, os sonhos possuíam uma relevância histórica, pois extrapolavam a experiência pessoal, refletindo o conteúdo político e social daquelas pessoas e, anteciparam a realidade traumática no momento mais agudo do nazismo em 1939. Cf. Rodrigues (2019, p. 159).

¹²⁴ Vida e o obra de Aleijadinho serão debatidas no Capítulo 2. No debate em questão traremos alguns depoimentos de entrevistados que dedicaram parte de suas trajetórias profissionais a estudarem o barroco e Aleijadinho. Como contraponto, vale a pena ler sobre o mito de Aleijadinho: Grammont (2008). Ou Cf. Entrevista de Guiomar de Grammont ao Estadão. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/paranoia-ou-mistificacao/>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

CSN (considerada a maior da América Latina), após os desastres de Mariana (MG) e Brumadinho (MG).

Na mudança dos tempos, notadamente no esvaecimento da ideia de progresso, altera-se também nossa relação com a tradição. Como esclarece, Octavio Paz,

Os povos tradicionais vivem imersos no passado sem questioná-lo; mais que ter consciência de suas tradições, vivem com elas e nelas. Aquele que sabe que pertence a uma tradição já se sabe, implicitamente, diferente dela, e esse saber o leva, mais cedo ou mais tarde, a questioná-la e, às vezes, a negá-la. A crítica da tradição se inicia como consciência de pertencer a uma tradição (Paz, 2013, p. 21).

Fé, mineração e arte seriam, conforme advogamos nesta tese, os pontos de intercessão que conectariam a identidade e a forma de conceber a imagem de Congonhas (MG) ao longo dos tempos históricos. Dependendo do ponto de vista do observador, diante do vai e vem da aceleração ou da expansão dos eventos sociais – no sentido weberiano de um sinal aberto a interpretações diversas dos eventos pelos sujeitos – cada uma dessas referências ganharia mais destaque.

Como discutiremos sobre o problema central deste empenho historiográfico por meio dos relatos das fontes orais, não seria mais peremptório, no que defendemos como um novo regime de historicidade pós-moderno a partir dos anos 1970, pensar este triângulo (fé, mineração e arte) como chave de leitura das representações de Congonhas. A dinâmica das relações de poder nas complexas disputas por hegemonia e definição dos rumos da cidade entre os atores, especialmente a Igreja Católica, as mineradoras, o poder público e a sociedade civil, teria tensionado de maneira mais aguda tradição e progresso nas últimas décadas. Por conseguinte, a imagem do tempo presente seria antes moldada por um prisma que reflete as camadas temporais contemporâneas do que por uma representação cartesiana e linear.

1.2.2. A cidade e as imagens dialéticas do tempo

Falemos mais sobre a imagem. Ela torna-se dialética, a partir do instante em que “o agora” se choca com o “já ocorrido”. É o momento de iluminação e esclarecimento sobre os fatos, que extrapola a “leitura unidirecional do tempo (olhar do presente em direção ao passado ou vice-versa). Deve haver, portanto, um embate dialético temporal, cujos efeitos podem ser capazes de revelar o autêntico tempo da verdade, a marca do momento crítico” (Santaella e Ribeiro, 2017, p. 71). É ainda uma autêntica e oportuna, “chance heurística de emergência do

saber”, no preciso dizer de (Didi-Huberman, 2015, p. 43). Este último autor, ao adentrar, ainda mais, no conceito de imagem de Benjamin, chega a afirmar que

Uma imagem, toda imagem, resulta dos movimentos provisoriamente sedimentados ou cristalizados nela. Esses movimentos a atravessam de fora a fora, e cada qual tem uma trajetória – histórica, antropológica, psicológica – que parte de longe e continua além dela (Didi-Huberman, 2013, p. 33).

É aí que ganha proeminência a força do sonho na obra benjaminiana. Na epígrafe do Arquivo N das Passagens, Benjamin resgata Karl Marx para inspirar sua reflexão: “A reforma da consciência consiste apenas em despertar o mundo... do sonho de si mesmo” (*apud* Benjamin, 2009, p. 499)”. Paris, como centro cultural da Europa em fins de século XIX e início do Século XX corporifica esse imaginário de progresso e modernidade. Mas na verdade, os sonhos capitalistas se revelaram como como nos lembra Coetzee (2004, p. 110), “uma fantasmagoria, constantemente mudando de forma de acordo com as marés da moda e oferecidas a multidões de idólatras encantados como a corporificação de seus desejos mais profundos”. Percepção mais enfática revela Ferrari (2000, p. 162), quando diz que:

É a percepção de que o progresso e o desenvolvimento históricos são uma ilusão, é a experiência da história como um processo descontínuo, o que torna possível pensar a sua interrupção. A continuidade da ilusão, do sonho do passado no presente impede a revelação das forças que agem nele. Mas para tanto é necessário experimentar os cenários da cidade, viver o ‘passado com a intensidade do sonho’ para fazer despertarem as forças coletivas que podem romper com esse passado de sonho que assombra o presente. É necessário penetrar no sonho para poder dele despertar.

A metrópole, carregada de imagens oníricas, descontínuas, ergue barreiras que rompem o fluir natural do trabalho e da vida cotidiana, cada vez mais desprovida de experiência. São nestas discontinuidades e fragmentos que Benjamin convoca o historiador a revistar e a rever a história, de forma a identificar as razões, o espólio daquilo “que foi escamoteado pelos anos que estabeleceram e estandardizaram a narrativa oficial (ou simplesmente a ausência desta diante de um discurso técnico)” (Prado, 2016, p. 144).

Ao se dedicar aos escritos de Benjamin, Giorgio Agamben, frisa que

A história não é, como desejaria a ideologia dominante, a sujeição do homem ao tempo linear contínuo, mas a sua libertação deste: o tempo da história é o *cairós* em que a iniciativa do homem colhe a oportunidade favorável e decide no átimo a própria liberdade. Assim como ao tempo vazio, contínuo e infinito do historicismo vulgar deve se opor o tempo pleno, descontínuo, finito e

completo do prazer, ao tempo cronológico da pseudo-história deve-se opor o tempo cairológico da história autêntica (Agamben, 2012, p. 126).

Como bem lembram Santaella e Ribeiro (2017, p. 72-73), a escolha das Passagens não é por acaso, pois corresponde à leitura de lugares que materializavam

[...] a transição de uma sociedade capitalista em rápida transformação, mas que ainda guardavam resquícios da pré-modernidade. Assim, a partir de analogias com o despertar do sonho, os termos “passagem” e “limiar” também adquirem conotações dialéticas, que remetem tanto ao aspecto geográfico e físico de um ambiente, como também ao seu aspecto temporal, transitório. E é nesse trânsito entre dois polos que podemos estabelecer correspondências entre os limiares (ou nuances) e a noção de imagem dialética em Benjamin: a imagem que se ilumina a partir do contraste dialético dos limiares do tempo.

O próprio Benjamin (2009, p. 501, fragm. [N 1a, 4]) afirma que “o que interessa não são os grandes contrastes, e sim os contrastes dialéticos, que frequentemente se confundem com nuances. A partir deles, no entanto, recria-se sempre a vida de novo”.

O confronto entre as temporalidades é o que interessa a Benjamin. A verdade da história estaria em questionar a ordem do tempo, em buscar em outras camadas, detalhes negligenciados pela história oficial. Somente assim, seria possível compreender o presente e antecipar previsões sobre o próximo passo. Ora, não é isso que faz o artista? Pensando nos lados de cá, no continente latino-americano, talvez seja algo semelhante a pulular na mente e a guiar as mãos mutiladas de Aleijadinho. Ao compor o conjunto histórico arquitetônico do adro dos 12 profetas no santuário do Bom Jesus de Matozinhos em Congonhas (MG), defronte às cenas da paixão de Cristo, com as esculturas em madeira policromada, representando a Via-Crucis, o artista não estaria desafiando o tempo? Não estaria fazendo surgir uma imagem dialética no cruzamento entre passado e futuro, entre catástrofe e salvação? Perdoe-nos o leitor a longa citação, mas deixemos que Carlos Drummond de Andrade (1952) esclareça este mistério:

Sobre o vale profundo, onde flui o Rio Maranhão, sobre os campos de congonha, sobre a fita da estrada de ferro, na paz das minas exauridas, conversam entre si profetas.

Aí onde os pôs a mão genial de Antônio Francisco, em perfeita comunhão com o adro, o santuário, a paisagem toda – magníficos, terríveis, graves e eternos, eles falam de coisas do mundo que, na linguagem das Escrituras, se vão transformando em símbolo.

As barbas barrocas de uns, panejadas pelo vento que corre as gerais, lembram serpentes vingativas, a se enovelarem; no rosto glabro de outros, a sabedoria ganha nova majestade; e os doze, em assembléia meditativa, robustos, não obstante a fragilidade do saponito em que se moldaram e que os devotos vão

cobiçosamente lanhando – os doze consideram o estado dos negócios do homem, a turbação crescente das almas, e reprovam, e advertem.¹²⁵

Continua o poeta:

Assim confabulam, os profetas, numa reunião fantástica, batida pelos ares de Minas. Onde mais poderíamos conceber reunião igual, senão em terra mineira, que é o paradoxo mesmo, tão mística que transforma em alfaias e púlpitos e genuflexórios a febre grosseira do diamante, do ouro e das pedras de cor? No seio de uma gente que está ilhada entre cones de hematita, e, contudo, mantém com o Universo uma larga e filosófica intercomunicação, preocupando-se, como nenhuma outra, com as dores do mundo, no desejo de interpretá-las e leni-las? Um povo que é pastoril e sábio, amante das virtudes simples, da misericórdia, da liberdade – um povo sempre contra os tiranos, e levando o sentimento do bom e do justo a uma espécie de loucura organizada, explosiva e contagiosa, como o revelam suas revoluções liberais?¹²⁶

São mineiros esses profetas, mineiros na visão ampla da terra, seus males, guerras, crimes, tristezas e anelos; mineiros no julgar friamente e no curar com bálsamo; no pessimismo; na iluminação íntima; sim, mineiros de há cento e cinquenta anos e de agora, taciturnos, crepusculares, messiânicos e melancólicos.¹²⁷

Drummond, da segunda fase da geração dos modernistas, exprime, em seu poema, qualidades que foram construídas, incorporadas ou mesmo, apropriadas no que seria o fenótipo de Minas Gerais. A religiosidade, o trem de ferro, a melancolia de ver o progresso arrastando os costumes e levando, diuturnamente, as riquezas minerais, o desejo pela liberdade – uma alusão à Inconfidência Mineira, o jeito desconfiado e profético, a proeminência da arte atribuída a Aleijadinho, são alguns dos elementos que compõem uma certa identidade mineira. Talvez, por reunir diversas cidades, com um “bocado”, para usar uma expressão muito comum no linguajar de Minas, dessas “coisas” (novamente aqui, um empréstimo da semiologia cultural do estado), não todas, exatamente, ao mesmo tempo, ser mineiro, consistiria em vivenciar algumas

¹²⁵ O poema em questão se chama “Colóquio das Estátuas”, publicado no livro “Passeios na Ilha” (1952). A versão utilizada na presente tese é a publicada pela José Olympio (1975). Cf. Andrade (1975).

¹²⁶ Ângela Brandão (2007) traz à tona um embate ocorrido entre o crítico de arte, Lourival Gomes Machado, e Carlos Drummond de Andrade. O primeiro, não compreendia a liberdade literária do poeta e defendeu que, a contrarreforma jamais alimentaria insubmissões do povo, e que, mesmo a rudez de Aleijadinho, não permitiria tal interpretação. O poeta mineiro rebateu, advogando seu direito de interpretar Lisboa de forma livre, já que se tratava de um grande artista. Como rebate Drummond: “(...) certo dia, chamado a discorrer sobre os profetas de pedra, de Congonhas do Campo, julguei descobrir neles certa identificação com a paisagem moral de Minas. E arrisquei que eram mineiros esses profetas do Aleijadinho, encarnando algo de nossa condição de povo em luta contra os tiranos, de povo ilhado na solidão e ao mesmo tempo aberto aos ventos do mundo. Simples literatice, talvez, mas que mereceu então reparo do meu douto e dileto amigo Lourival Gomes Machado”. Cf. Andrade (1975, p. 45-47).

¹²⁷ Cf. Andrade (1975).

dessas experiências – no sentido benjaminiano – que atravessam a mineração, a arte e a fé. Isso estaria presente nos calos dos trabalhadores da indústria mineral, na agressão às nossas serras e paisagens pela mineração, na habilidade de artistas como um Aleijadinho e um Ataíde, no coração apertado dos poetas que denunciam a maldade, ao mesmo tempo em que enaltecem as tradições culturais, ou mesmo, na ladainha e preces dos devotos (habitantes e peregrinos) do Bom Jesus de Matosinhos – como observamos em Congonhas, no tilintar dos sinos em São João del-Rei e nas procissões de Ouro Preto.

Ao longo do século XX, como veremos adiante no próximo capítulo, destaca-se a atuação de intelectuais modernistas e (da direção do Iphan), além de especialistas de arte como German Bazin e Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, num árduo e reconhecido esforço para a inserção da arte barroca mineira no hall das grandes livrarias mundo afora.

A prefeitura municipal em 1981, então governada pelo Prefeito Altary de Souza Ferreira Júnior adotou o codinome “Cidade dos Profetas” através da lei municipal n.º 902/81 – talvez numa tentativa, como veremos no capítulo sobre a corrida à chancela da Unesco – de sensibilizar a população e as autoridades do Iphan para se empenharem nos esforços de tornar a cidade Patrimônio Cultural Mundial.

Como desdobramentos desta política pelos mandatários eletivos, espécie de *Soft Power*, que busca reunir numa fantástica abreviação elementos da identidade local e estadual, foram aprovadas em 2020 o uso facultativo de duas marcas “Congonhas” (Lei 3.963) e “Imagem de Minas” (Lei 3.964), tanto pela Administração Municipal, como à iniciativa privada. A criação do primeiro logotipo, de autoria do designer Luis Sardá, se inspirou na caligrafia do próprio Aleijadinho, extraída de recibos assinados à época da encomenda das esculturas do santuário do Bom Jesus. De acordo com o texto da Câmara Municipal, “A logomarca pode ser utilizada em documentos oficiais, material gráfico, campanhas de divulgação, uniformes, veículos, mobiliário urbano e souvenirs”.¹²⁸

Já a marca “Imagem de Minas”, tem origem no ano de 2004, em um concurso promovido pela Globo Minas entre os telespectadores e internautas que elegeram a Basílica do Senhor Bom Jesus de Matozinhos e os 12 profetas de Aleijadinho como a grande vencedora. Muito utilizada no último governo de Gualter Monteiro (2004),¹²⁹ foi retomada durante a administração de José de Freitas Cordeiro (Zelinho) – 2013/2020.

¹²⁸ Cf. Prefeitura Municipal de Congonhas (17/12/2020). Disponível em: < <https://shre.ink/logofic>>. Acesso em: 01 abr. 2023.

¹²⁹ Aliás, a bandeira do patrimônio será amplamente acionada durante os mandatos de Gualter Monteiro, com repercussões na imprensa nacional, como veremos a partir do Capítulo 3, quando abordaremos o processo de Corrida à Chancela.

1.3. Memórias, rupturas e crises na ordem dos tempos

O historicismo, filosofia premente no início do século XX possuía uma forte identificação com os fatos relevantes elencados pelos historiadores burgueses, que reivindicavam a singularidade de cada acontecimento humano, “num curso contínuo, cujo fim não se pode prever” (Cardoso, 2007, p. 23). Esta corrente, no entender de Benjamin “culmina legitimamente na história universal [ao] apresentar uma imagem ‘eterna’ do passado” [como] massa dos fatos, para com eles preencher o tempo homogêneo e vazio” (Benjamin, 1994, p. 230). Isso nos leva a pensar sobre a experiência histórica que para Benjamin (1994) ocorre quando tomamos consciência de uma coisa quando esta não existe mais. Por isso contraditória, pois separa o passado e o presente, ao mesmo tempo em que tenta superar esta ruptura no saber histórico (Flores, 2017). É esse encontro conturbado entre presente e passado, entre memória e esquecimento, que inaugura as principais reflexões contemporâneas sobre um entendimento da escrita da história, que nos coloca frente ao tempo como herdeiros de um passado.

François Hartog em “Presentismo e regimes de historicidade” (2014), salienta que, a partir do fim do século XVIII, o futuro passou a ser sacrificado em nome do progresso, o que provocou assimetrias entre experiências e expectativas.

O evolucionismo do século XIX naturalizou o tempo [...]. A história universal conquistadora e otimista parecia ter chegado ao fim. A entropia estava ganhando e acabaria por vencer. Após a Segunda Guerra Mundial, [...] não há mais tempo único e, se o tempo é ator, é um ator multiforme, proteiforme, anônimo também [...] (Hartog, 2014, p. 33-34).

É o que propõe o teórico francês através do conceito “Regimes de Historicidade”, como uma ferramenta para captar a expressão de uma ordem dominante no tempo, na tentativa de esclarecer a tensão existente entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativas.

Ninguém duvida de que haja uma ordem do tempo, mais precisamente, ordens que variaram de acordo com os lugares e as épocas. Ordens tão imperiosas, em todo caso, que nos submetemos a elas sem nem mesmo perceber: sem querer ou até não querendo, sem saber ousando, tanto elas são naturais (Hartog, 2014, p. 17).

Esta chave analítica, do mesmo modo, permitiria comparar tipos de história diferentes e os modos e maneiras de ser no tempo, ao traduzir as experiências e conferir-lhes sentido. Neste sentido o Regime de Historicidade

[...] podia ser compreendido de dois modos. Em uma acepção restrita, como uma sociedade trata seu passado e trada do seu passado. Em uma acepção mais ampla, regime de historicidade serviria para designar ‘a modalidade de consciência de si de uma comunidade humana’ (Hartog, 2014, p. 28).

Como o tempo, já não era mais, entendido, apenas como uma representação cartesiana, linear, haveria então um fazer histórico no próprio ato (ou ofício) de escrever a história. Tal é a proposta de Hartog, ao pensar, não apenas na forma, mas como e quando constituir essa prática. Como confessa: “[...] por convicção intelectual e por gosto, optei pelo ‘movimento que desloca as linhas’, que privilegia os limites e os limiares, os momentos de inflexão ou de reviravolta e as divergências” (Hartog, 2014, p. 40). O historiador, então, justifica sua tese, ao analisar fatos sociais que transformaram a ordem das coisas como a Revolução Francesa (1789) e a queda do Muro de Berlim (1989), ou mesmo o 11 de Setembro. Estes eventos teriam provocado mudanças na ordem do tempo, ou crises do tempo. Hartog propõe um olhar distanciado sobre os fatos e advoga que, ao comparar eventos destas magnitudes, estamos diante de um novo regime de historicidade em que o presente se afirma diante das temporalidades do passado, antecipando assim, um futuro, que em um instante, já se torna também, presente.

Não se poderia inscrever, como hipótese, o regime moderno de historicidade entre as duas datas simbólicas de 1789 e 1989? Seria preciso proclamar que elas manifestam sua entrada e sua saída de cena da grande história? Ou, pelo menos, que marcam dois cortes, duas fendas na ordem do tempo?? Desse ponto de vista, o 11 de setembro de 2001 não provocaria grande questionamento desse esquema, a não ser que a administração norte-americana decidisse fazer disso um marco zero da história mundial: um novo presente, um único presente, o da guerra contra o terrorismo. Em todo caso, o 11 de setembro leva ao extremo a lógica do acontecimento contemporâneo que, se deixando ver enquanto se constitui, se historiciza imediatamente e já é em si mesmo sua própria comemoração: sob olho da câmera”. Nesse sentido, ele é totalmente presentista (Hartog, 2014, p.136).

Ao retomar as reflexões de Koselleck sobre a história dos conceitos, Hartog (2014, p. 237) indica que os acontecimentos “não se produzem mais somente no tempo, mas através dele: o tempo torna-se ator, se não o Ator”. Neste sentido a função das previsões toma o lugar das lições da história, “já que o passado não explica mais o futuro”. Esse movimento tornou-se evidente no decorrer do século XX, que iniciou, segundo o teórico, mais futurista, projetando expectativas em torno do progresso e da técnica, e que no pós-guerras, começou a deteriorar-se, com a dissolução das utopias após a queda do Muro de Berlim em 1989.

Após o fim da polaridade entre Capitalismo e Socialismo, com a vitória deste último como modelo econômico e cultural predominante em boa parte do globo, o que prevalece, no entendimento de Hartog, é um sentimento de deriva, própria desta passagem à nova ordem do tempo. O presente é então sacrificado em nome do progresso, ainda um rescaldo do movimento iniciado no segundo quinquênio dos Setecentos. A preservação da memória também arcaria com esse ônus. Se o presentismo é indicativo de uma mudança na ordem do tempo, a patrimonialização sinaliza uma crise no tempo (Nicolazzi, 2010). Se o patrimônio é um recurso para tempos de crise, ele é também testemunha da incerteza, de uma certa crise na ordem do tempo. Neste sentido a comemoração seria uma forma de contrariar esta hierarquia das temporalidades. No preciso dizer de Hartog (2003, p. 206): “Este patrimônio é ele mesmo trabalhado pela aceleração: é preciso fazer rápido antes que seja tarde demais, antes que a noite caia e que o hoje não tenha desaparecido completamente”.

Tal preocupação teria saltado nos anos 1970, em especial com os esforços empreendidos por diversos países-membro na Convenção do Patrimônio Mundial da Unesco (1972). De acordo com Hartog (2014, p. 151), abriu-se naquela década uma fenda, que passou a se manifestar no presente,

[...] que começa a se mostrar preocupado com a conservação (de monumentos, de objetos, de modos de vida, de paisagens, de espécies animais) e ansioso em defender o meio ambiente. Os modos de vida local e a ecologia, de temas exclusivamente contestatórios passaram a ser temas mobilizadores e promissores. Gradativamente, a conservação e a renovação substituíram, nas políticas urbanas, o mero imperativo de modernização, cuja brilhante e brutal evidência não tinha sido questionada até então. Como se se quisesse preservar, na verdade, reconstituir um passado já extinto ou prestes a desaparecer para sempre. Inquieto, o presente descobre-se igualmente em busca de raízes e de identidade, preocupado com memória e genealogias.

Se na história maestra da vida o passado tutelava o presente e na Modernidade é o tempo futuro (o progresso), nos tempos atuais, após a queda do muro de Berlim é o presente que se coloca imperioso. “Simetricamente, nosso presente tem uma ânsia de previsões, senão de predições” (Hartog, 2014, p.150).

No entender de Hartog (2014), há em curso uma certa instrumentalização da memória, em vias de desaparecer-se pelo presentismo. Sobretudo a partir dos anos 1980 a história do tempo presente se focou nos crimes contra a humanidade. Memória e patrimônio seriam assim testemunhas da incerteza, da crise na ordem do tempo, como se o solo da história estivesse sendo pisado pelos pés do presente.

Assim, esse presente, que reina aparentemente absoluto, “dilatado”, suficiente, evidente, mostra-se inquieto. Ele queria ser seu próprio ponto de vista sobre si mesmo e descobre a impossibilidade de se fiar nisso: mesmo na transparência das grandes plataformas do Beaubourg. Ele se mostra incapaz de preencher a lacuna, no limite da ruptura, que ele próprio não cessou de aprofundar, entre o campo da experiência e o horizonte de expectativa. Escondido na sua bolha, o presente descobre que o solo desmorona sob seus pés (Hartog, 2014, p. 156).

Patrimônio e comemoração estariam a serviço de uma memória voluntária, provocada, reconstruída na busca de identidades como forma de contrariar, traduzir e refratar a ordem do tempo. Intrigado por estas questões, pergunta-se Hartog (2014, p. 30): “[...] que relações manter com o passado?”, “o que destruir, o que conservar?”.

Para Pierre Nora (1993, p. 7) a questão central é que, “fala-se tanto de memória porque ela não existe mais”. Talvez, pensando em perpetuar certos elementos simbólicos, deixando-os, ao mesmo tempo, encerrados, e a ponto de serem despertados, a qualquer instante, os homens construíram os lugares de memória. Como explica:

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória (Nora, 1993, p. 7).

Estes lugares visariam impedir o efeito inescapável da força dos tempos (Chronos) e da relação que as gerações estabelecem com o passado, ao ressignificá-lo no presente (kairós).

Se habitássemos ainda nossa memória não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. Cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez numa identificação carnal do ato e do sentido (Nora, 1993, p. 8-9).

Nestes locais, passado e presente se encontram: as lembranças são então alocadas, depositadas como “restos” – qualifica Pierre Nora (1993, p. 12). Esta característica seria própria da memória moderna, que é registradora e delega “[...] ao arquivo o cuidado de se lembrar por ela e desacelera os sinais onde ela se deposita, como a serpente sua pele morta” (Nora, 1993, p. 15). Nesta perspectiva, salienta o historiador francês, os lugares de memória já não são memória, mas história:

[...] a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações (Nora, 1993, p. 22).

Os lugares de memória, teriam como principal função, mediar o tempo, estabelecer laços entre presentes e passados. A vigilância da memória, nesse sentido, assume uma tarefa primordial na preservação e afirmação “dos grupos sociais na dinâmica da vida da cidade”, afirma Possamai (2010, p. 212) ao se debruçar sobre as reflexões de Nora (1993).

Por outro lado, a captura da memória, assim, seria uma tarefa quase impossível, já que as distorções, ou mesmo o esquecimento, são parte da natureza do homem. Por esse motivo a memória se encontraria sempre aberta a uma espécie de “dialética da lembrança e do esquecimento” (Nora, 1993, p. 9), constantemente em posição propensa a usos e manipulações, constituindo-se, assim, em afetiva e mágica, não se apegando a detalhes que a mitigariam, buscando antes, nutrir-se de “[...] lembranças vagas, telescópicas, cenas, censura ou projeções” (Nora, 1993, p. 9).

No campo do patrimônio, a história passa a ser escrita sobre a pressão de determinadas memórias coletivas, que buscam compensar o desenraizamento histórico-social e a angústia do futuro ainda não vivido ao valorizar, primordialmente o passado.

Maurice Halbwachs na obra, “A memória coletiva” (2013) elege este conceito como a principal chave de compreensão do presente. Para estruturar o seu pensamento, o teórico distingue memória coletiva, de memória individual. Nesta última, o passado é organizado em torno de uma determinada pessoa ou fato, em uma espécie de “enquadramento” do indivíduo, para usarmos emprestado um termo de Joël Candau (2011). Quanto à primeira, as lembranças seriam, também parciais, porém, limitadas às experiências e vivências partilhadas de um determinado grupo ou sociedade (Halbwachs, 2013). Estas duas dimensões da memória não se encontrariam separadas, antes, se articulariam para evocar o próprio passado, já que, para acessar às próprias lembranças as pessoas precisariam recorrer às memórias de outras. Este movimento deslocaria, assim, pontos de referência, de forma que as pessoas tomariam emprestado, ideias e palavras de seu ambiente. “A memória se enriquece com as contribuições de fora que depois de tomarem raízes e depois de terem encontrado seu lugar, não se distinguem mais de outras lembranças”, esclarece Halbwachs (2013, p. 98).

Neste sentido, a memória não corresponderia à história, antes à representação ou reconstrução atualizada do passado (Bergson, 1988; Candau, 2011). Sob esta ótica, a “verdadeira” memória seria a individual, enquanto, a coletiva, mais se aproximaria de uma representação, ou metamemória, “[...] um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo” (Candau, 2011, p. 24). Aí, talvez, estaria a força da memória familiar, no fato de superar, muitas vezes, os laços folgados, corrigindo-os pela criação de nós de solidariedade, vinculando os sujeitos aos seus descendentes.

A questão fundamental que se coloca, a partir de então, é o caráter de utilidade da memória neste processo de enquadramento, em que o indivíduo seleciona determinadas imagens segundo a própria ótica, destacando algumas e ignorando outras, evidenciando fatos e significados, silenciando tantos outros. É a memória que permite a atuação do passado no presente, por meio das lembranças. Fonte de referentes identitários, reconfiguração das identidades, autoriza o sujeito a se apossar de imagens do passado para consolidar uma nova posição identitária no presente (Candau, 2011). Uma vez que a memória atua na construção dialética entre lembrança e esquecimento, o caráter seletivo implica uma negociação e organização dos fatos pelos indivíduos, que escolhem, em certa medida, o que deverá ressurgir do passado (Pollak, 1992). Rememorar, neste sentido, seria ir além da aparente transposição do passado para o presente, constituiria antes, um instrumento de inúmeras revisões, reavaliações, autoanálise – caminho ao encontro da identidade (Candau, 2006). Como argumenta Pollack, as histórias de vida,

[...] devem ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade, e não apenas como relatos factuais. Por definição reconstrução a posteriori, a história de vida ordena acontecimentos que balizaram uma existência. Além disso, ao contarmos nossa vida, em geral tentamos estabelecer uma certa coerência por meio de laços lógicos entre os acontecimentos-chaves (que aparecem então de uma forma cada vez mais solidificada e estereotipada), e de uma continuidade, resultante da ordenação cronológica. Através desse trabalho de reconstrução de si o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros (Pollack, 1989, p. 13).

Não seria exagerado dizermos que, neste processo, o próprio sujeito e seu ponto de vista se modificariam com o tempo, uma vez que, no decorrer dos anos, as imagens-lembranças já não se traduziriam as mesmas. Isso em tese, decorria, do fato de que, ao reconstruir o passado, os indivíduos utilizam-se de dados emprestados do presente, e por meio dele, buscam esclarecer imagens, já bem alteradas, de outrora (Halbwachs, 2013). Apesar de reconhecer que a faculdade humana de lembrar pode ser influenciada por fatores externos, isso não a tornaria uma memória

coletiva. No lugar desta expressão, Candau (2011) considera mais adequado utilizar o conceito, “marcos sociais da memória” – termo cunhado pelo próprio de Halbwachs (2013) – já que, na visão do crítico, não existiria uma memória, estritamente, coletiva ou individual. Memória e identidade estariam assim, imbricadas, reforçando-se, mutuamente, em laços indissociáveis, até, quiçá, uma dessas amarras se dissocie. Destarte, não existe “[...] busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente” (Candau, 2011, p. 19).

A memória seria neste sentido, antes se mais nada, “a identidade em ação”, nas palavras de Candau (2011, p. 18) ou um “[...] conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”, no preciso dizer de Le Goff (2013, p. 419).

1.3.1. Pós-modernidade e o fim das metanarrativas: um acalorado debate do tempo presente

O termo foi utilizado pela primeira vez pelo filósofo francês Jean-François Lyotard (1924-1998) na obra “A condição pós-moderna” ([1979] 1993) referindo-se à incredulidade em relação aos metarrelatos decorrente das visões totalizantes da história que exprimiam condutas éticas e políticas para a humanidade. Lyotard direciona suas críticas ao projeto emancipatório da Modernidade ancorado na razão, na crítica à religião e à construção de um sujeito autônomo e consciente, que teria se dissolvido no século XX. O embate teórico principal foi travado com Jürgen Habermas¹³⁰ (1990, 1992), filósofo da segunda geração da Escola de Frankfurt. Enquanto Lyotard (1993) advogava a afirmação do conceito de Pós-Modernidade, compreendido com o fim das metanarrativas, caracterizado pela difusão de perspectivas fragmentadas dos sujeitos, aversão às ideologias, Habermas (1990, 1992), por outro lado, defendia a continuidade do projeto da Modernidade.

¹³⁰ A contestação de Habermas à Lyotard se tornou pública durante a conferência “Modernidade – um projeto inacabado”, em 1980 em Frankfurt, ao receber o prêmio Adorno. Poucos anos depois, ao lançar o livro “Discurso filosófico da modernidade”, o filósofo alemão admite que, “o polêmico e multifacetado tema da modernidade” (Habermas, [1984] 1990, p. 11) o teria apanhado – além de Lyotard com quem teve um embate conceitual – com a recepção do neoestruturalismo francês. Ao defender que a modernidade é um projeto ainda em vigor, Habermas (1992, p. 121) entende que a aventada pós-modernidade era, na verdade, o “antimodernismo”, meio de expressão utilizado por “jovens conservadores”, de “George Bataille à Derrida, passando por Foucault”, que assimilaram a experiência estética da modernidade, almejando assim, uma “subjetividade descentrada, liberta de todas as restrições da cognição e da atividade voltada para fins, de todos os imperativos do trabalho e da utilidade” (Habermas, 1992, p. 122), elementos que os afastariam do mundo moderno. Sobre este embate intelectual, vale a pena conferir a resposta de Lyotard a Habermas. Disponível em: <<http://www.consciencia.org/resposta-a-questao-o-que-e-o-pos-moderno-jean-francois-lyotard>>. Acesso em: 08 de mai. 2023.

Enquanto o filósofo alemão pregava o diálogo racional através da ação comunicativa como forma de superar os dilemas sociais impostos pela Modernidade, Lyotard (1998), em uma visão pragmática, inspirado em Ludwig Wittgenstein, enfatizava a pluralidade dos jogos de linguagem (espécie de lances pragmáticos em que os sujeitos acionam e manobram os enunciados na dinâmica da própria linguagem), o que desconstruía a ideia de uma sociedade orgânica e autorregulada pela razão universalista. É desta forma que o filósofo francês dirige suas críticas ao progresso como caminho natural do uso da razão e do saber científico. Em outra medida, Habermas (1992) busca resgatar a racionalidade comunicativa como caminho central da emancipação humana.

A Modernidade assim, para Habermas (1990) seria um projeto inacabado, em movimento permanente, que necessita ser resgatado. No lado oposto do pêndulo, Lyotard (1993), via com pessimismo e entendia que os ideais iluministas teriam fracassado na Modernidade. É assim que entende ter havido uma virada no caminhar das sociedades ocidentais a partir da segunda metade do século XX:

A condição pós-moderna é, todavia, tão estranha ao desencanto como à positividade cega da deslegitimação. Após os ‘metarrelatos’, onde se poderá encontrar a legitimidade? O critério de operatividade é tecnológico; ele não é pertinente para se julgar o verdadeiro e o justo. Seria pelo consenso, obtido por discussão, como pensa Habermas? Isto violentaria a heterogeneidade dos jogos de linguagem. E a invenção se faz sempre no dissentimento. O saber pós-moderno não é somente o instrumento dos poderes. Ele aguça nossa sensibilidade para as diferenças e reforça nossa capacidade de suportar o incomensurável. Ele mesmo não encontra sua razão de ser na homologia dos experts, mas na paralogia¹³¹ dos inventores (Lyotard, 1993, p. 37).

As visões antagônicas acerca do tema nos fazem compreender que o conceito de Pós-Modernidade está longe de ser um consenso nas ciências humanas e sociais. Harvey, por exemplo, chega a afirmar que “há mais continuidade do que diferença entre a ampla história do modernismo e o movimento denominado pós-moderno” (Harvey, 2006, p. 113).¹³²

Olinto, por sua vez, enfatiza que esse debate atravessou toda a década de 1990:

Em três décadas de discussão sobre o pós-moderno em sua problemática relação com o moderno, o próprio termo parece induzir interpretações difusas

¹³¹ Raciocínio que não é válido. Cf. Ferreira (2009, p. 1.490).

¹³² David Harvey defendia que a Pós-Modernidade era uma das consequências do capitalismo tardio, fruto das transformações econômicas e das novas relações do tempo e do espaço promovido pela tecnologia industrial. A virtualização do dinheiro, a entrada dos mercados financeiros, proliferação das empresas globais e os movimentos contracultura que marcaram os anos 1960 são alguns dos sintomas destas mudanças. Cf. Harvey (2006, p. 267-276).

de impossível precisão, uma situação favorecida, ainda, pela expansão perturbadora em esferas como literatura, arquitetura e artes em geral; em debates sobre a construção de novos paradigmas científicos; em diagnósticos sobre a sociedade e a esfera da vida quotidiana; na tematização de diversas dimensões filosóficas, políticas e éticas (Olinto, 1995, p. 39).

O autor, no entanto, reconhece que, apesar do nome de batismo ter sido mal escolhido e exposto a “complicados equívocos – a consciência de que muita coisa mudou, expressa-se hoje comumente pelo termo pós-moderno, tanto em sua forma adjetivada quanto substantivada” (Olinto, 1995, p. 40). Além disso, o debate que se coloca na contemporaneidade consiste em “salvar”, uma certa racionalidade, ao conceito. O filósofo alemão Wolfgang Iser (1987, p. 2), por exemplo, analisa o termo pela via crítica do que entende ser uma “verdadeira pluralidade”. Por meio dela é que se reivindicam legítimas “formas de saber, projetos de vida e modelos de ação altamente diferenciados” (Iser, 1987, p. 5). A percepção de que a realidade e a vida cotidiana passaram a ser compreendidas como pós-modernas, decorrentes da radicalização de simultaneidades, conceitos e experiências diversas, dão certo sentido, à uma provável mudança estrutural – ou à percepção desta transição – como salienta Olinto (1995). Embora o que é chamado de Pós-Modernismo não tenha “inventado essa situação”, o momento é propício para uma reflexão profunda sobre tendentes rupturas. A contestação das taxionomias, dos conceitos científicos e das grandes narrativas como chaves explicativas do mundo, talvez seja, um elemento fundador desta percepção, como argumenta Iser:

[...] os mesmíssimos fatos apresentam-se numa ótica alterada de modo completamente diferente, mas esta ótica outra não possui menos luz do que a primeira, apenas luz distinta... O modelo solar antigo — um sol para tudo — perdeu validade ao revelar sua inadequação. Essa experiência, se não a rejeitarmos, mas, pelo contrário, deixarmos que frutifique, experimentaremos o pós-moderno. Daí em diante, então, verdade, justiça, humanidade se escrevem no plural (Iser, 1987, p. 5).¹³³

Dito de outra forma, é como se, a partir de fins dos anos 1970, o Ocidente, aderisse, em certa medida, é claro, à uma profunda contestação de formas totalitárias de conhecimento e hegemonia, às grandes narrativas, aos conceitos e “jogos de linguagem”, como argumenta Olinto (1995, p. 41), e colocasse, na ordem do dia, “novas formas de vida heterogêneas”, radicalizando, assim, “[...] modos de vida e formas de ação, tipos de pensamento e concepções de sociedade, sistemas de orientação e minoridades” (Iser, 1987, p. 5).

¹³³ Grifos nossos.

Não obstante seja legítima a tentativa de se afirmar o conceito para dar conta dessas mudanças, Welsh as observa, antes uma radicalização do moderno do que uma ruptura, pois já no século XX, afirma o filósofo alemão, as máximas pluralistas evocadas pelos novos teóricos já eram imperativas na arte e na ciência. O que se apresenta, ao debate em torno da fissura do moderno é que os desejos pós-modernistas “assumiram forma perceptível em todos os domínios da realidade” (Olinto, 1995, p. 41). Ou mais precisamente, como argumenta Welsh (1987, p. 6), “o pós-moderno, na verdade, é radicalmente moderno e não pós-moderno”, pois, “a nossa modernidade se caracteriza pela marca do pós-moderno, precisamente à medida em que realizamos o pós-moderno”.

É sob esta ótica que Welsh (1987) propõe uma nova forma de olhar o problema da afirmação do conceito, à medida que, busca compreender o fenômeno, não como uma ruptura, mas uma acentuação de expectativas e contestação de abordagens e conceitos universais. Neste sentido, o debate sobre o pós-moderno não pode se limitar, apenas, na mimese ou mera repetição do projeto da modernidade. Esta acepção converge com parte da crítica artística dos anos 1970, ao defender que a modernidade no pós-guerra já tinha se esgotado “na imitação de temáticas já inscritas em movimentos como o futurismo, expressionismo, dadaísmo e surrealismo”, lembra Olinto (1995, p. 46). Como explica, mais precisamente.

Entre os componentes canônicos destas variantes vanguardistas da modernidade destacam-se, facilmente, o princípio da dinamização permanente do sistema artístico e literário pela inovação; a postura otimista por acreditar ter atingido o ponto mais avançado do tempo e a fé na capacidade de projetar programas bem sucedidos para o futuro; a compreensão do estilo como expressão da subjetividade; a rejeição de mimese e narração; a teorização e autoreflexividade como instrumentos de transformação no sistema artístico e literário; a confiança na sincronicidade de transformações estéticas e políticas; o postulado básico da antinormatividade. Sob esta ótica, produtos culturais sem sintonia com esse repertório canônico passaram à qualificação de irrelevantes para o progresso artístico (Olinto, 1995, p. 47).¹³⁴

Ao evocar as reflexões de Luhmann (1992), Olinto (1995), argumenta que não há cesura ou contraste entre moderno e pós-moderno. O que se reconhece é que o desejo plural do pós-moderno rejeita qualquer tentativa de uniformização ou explicação da ordem das coisas de caráter universal. Neste ambiente florescem discussões acerca do relativismo, historicismo e pluralismo como âncoras de uma nova forma de pensar a ciência e a arte. Inspirado no artigo *Liquidation oder Transformation der Moderne?* (1967) de Siegfried J. Schmidt, Olinto

¹³⁴ Grifos nossos.

interpreta as origens do debate em torno do fim ou não da modernidade e as consequências desta acareação.

Em modelos historiográficos da época situada entre 1890 e 1920, referentes a diversas esferas da sociedade — ciência, política, economia e arte, prevalece um consenso amplo sobre a crise profunda do modelo europeu de realidade. A emergência daquilo que chamamos geralmente de *Moderne* (modernidade) corresponde, de certo modo, a uma tentativa de dominar essa síndrome de crise cujos aspectos fundamentais dizem respeito a mudanças profundas nos modelos de realidade, história, tempo, racionalidade, subjetividade, linguagem, sexualidade, sentido e valor.¹³⁵ Esferas disciplinares como filosofia, psicanálise e sociologia ofereceram novas dimensões de construções da realidade, multiplicando-a; físicos como Einstein e Bohr evidenciaram o papel do observador na análise da realidade e os modelos desta passaram a ser vistos na dependência de perspectivas, interesses e necessidades perdendo, assim, a possibilidade de uma ótica central. Uma situação semelhante se repete na história com a despedida de teorias explicativas causais e lineares, tomando-a "móvel e citável" (Olinto, 1995, p. 45-46).

Estes movimentos criaram, no entender de Olinto (1995, p. 46), um ambiente de subjetivismo e uma sensação de irracionalismo, que levaram à destribalização de “teorias históricas e sociais”, ao mesmo tempo, em que também questionavam a linguagem como realidade e comunicação efetiva.

A ambivalência desse ataque geral à visão do mundo europeu sente-se no surgimento simultâneo tanto de experiências de fragmentação quanto de imaginação criativa, perceptíveis entre outros, no exemplo da dissolução da identidade subjetiva que dá lugar à multiplicação de identidades e, nas ciências, no exemplo da crise do princípio da causalidade, experimentadas todas elas, ao mesmo tempo, como perda de sentido e liberação de potencialidades inventivas (Olinto, 1995, p. 46).

Outro investigador que forneceu uma importante contribuição para as discussões a respeito do pós-estruturalismo e da “querela” do pós-moderno, com salienta Olinto é Andreas Huyssen. No trabalho, *The fate of difference: pluralism, politics, and the postmodern* (1993), compara essas tensões aos Estudos Culturais, com ênfase em questões que atravessam o multiculturalismo como “representação e diferença”, salienta Olinto (1995, p. 53). As preocupações de Huyssen colocadas à mesa questionam se os novos *Cultural Studies* (Estudos Culturais) ao acentuar, ainda mais, “temas vinculados ao gênero, sexualidade, classe e raça” ...

[...] representam uma continuidade do pós-moderno de resistência, ou, pelo contrário, [são] um novo ponto de partida que o descarta como tentativa "esquecível" por reassegurar – mais uma vez – a superioridade cultural euro-americana no momento do fracasso de ideologias de modernização mais

¹³⁵ Grifos nossos.

antigas? (Olinto, 1995, p. 53).

O debate, no entender de Huyssen, teria se enfraquecido, já na década de 1990, em função de certa dificuldade de afirmação do conceito e da ausência de inovações formais e estilísticas que caracterizariam uma ruptura, quando comparada ao modernismo e às vanguardas dos anos 1920. Embora não seja adepto de uma abordagem que reconheça uma mudança de paradigma, Huyssen (1993) admite que alguma coisa no cenário se modificou, decerto com a ampliação de vozes e de pautas, até então, negligenciadas pela história oficial.

Ainda assim permanece como efeito guarda-chuva uma idéia vaga, mas forte, também para ele, de afastamento de certo tipo de modernismo e a consciência de que muitas coisas mudaram. Entre elas, e de modo geral, a relação entre a esfera social e a esfera cultural e, no nível desta, o *status* enfraquecido da alta cultura e a emergência de culturas oriundas de múltiplas, e assim chamadas, minoridades (Olinto, 1995, p. 54).

A calorosa discussão travada em fins de 1970 e início de 1980 (enfraquecida nos anos seguintes) da tentativa de canonização do pós-moderno, “transformou-se em uma questão política”, vista pelos defensores de então, notadamente os do campo da esquerda, “como única forma de radicalismo não atingido pelo fracasso de políticas radicais prévias” (Olinto, 1995, p. 54). É nesta esteira complexa e polêmica dos anos 1980 que a academia americana tendeu a

[...] uma mudança a favor de estudos culturais focalizando explicitamente questões de multiculturalismo, de gênero, raça e classe, vinculadas aos discursos pós-coloniais, temas praticamente ausentes, pelo menos nos textos canônicos iniciais do debate pós-moderno. Ruptura, continuidade, essa passagem do pós-moderno ao multiculturalismo? Uma repetição das indagações acerca da relação entre modernismo e pós-modernismo? (Olinto, 1995, p. 57).

Esse “processo energizador”, no entender de Huyssen (1993) foi motivado, dentre uma série de fatores, nomeadamente a maior preocupação com os sujeitos. Como salienta Olinto:

Quem está falando, para quê e para quem, são hoje perguntas pertinente quando escutamos a cacofonia de múltiplas vozes discordante; quando analisamos posições subjetivas no campo ampliado de leitura e escritura e quando prestamos atenção à localização do saber, à sua produção, disseminação e recepção no contexto de um processo de significação social situado numa rede de contingências e estruturas de poder de difícil percepção consciente (Olinto, 1995, p. 58-59).

A emergência de países subdesenvolvidos, a ascensão da necessidade de afirmação de outras culturas, notadamente Ásia, África e América Latina, na contestação de grandes modelos morais e culturais europeus, abriram o caminho para se pensar em modelos de sociedade que se inspirem no pluralismo, nas estruturas dinâmicas, “sem separar dicotomicamente aspectos opostos de realidade(s), mas considerando-os complementares” (Olinto, 1995, p. 59). Como acrescenta Olinto:

A vantagem de óticas desse gênero que se anunciam nas esferas da política, ciência, arte e nas experiências da vida cotidiana, situa-se em várias frentes. Além do abandono de hierarquias e dualismos discriminatórios tradicionais, emergem novas concepções para categorias centrais do pensamento e da ação.¹³⁶ Entre elas a idéia de "identidades provisórias", não apenas transferível para a compreensão do sujeito socializado concreto como lugar de produção de sentido, mas, de modo geral, rentável também para entender e propor soluções locais como estratégias parciais para compreender mundos de centros múltiplos (Olinto, 1995, p. 59).¹³⁷

A partir deste entendimento não nos cabe mais pensar em dicotomias como “verdadeiro/falso, ficcional/real, racional/irracional” (Olinto, 1995, p. 60). O conhecimento, sobretudo do corpo, enquanto espaço político e de poder, contesta estes limites. “No processo histórico transformado em distintos mecanismos simbólicos, ele emerge reinterpretado enquanto esfera de experiências globais e não a partir da alternativa polar excludente de racionalidade/emocionalidade” (Schmidt, 1987, p. 66).

O filósofo alemão chama a atenção ao fato de que, apesar de ser plausível o argumento de um certo desaparecimento de construções absolutas e da necessidade de libertação de compromissos morais e éticos, é preciso resolver o embate, de forma cooperativa e solidária de forma que ninguém possa impor uma verdade absoluta. A racionalidade possível opera “nos espaços *intermezzo*, onde se expõem diferenças, mas não se des troem pontes”, lembra Olinto (1995, p. 63), ao recorrer a Welsch (1987, p. 315).

Este esforço de buscar alianças, sem forçar unidade, “desfralda diversidades sem fragmentar tudo. É essa forma de razão que se caracteriza de modo singelo como pós-moderna, pois não joga contra o moderno, mas, ao retomar os seus motivos básicos, convida-o à participação” (Olinto, 1995, p. 61). Em última análise, diante do impasse entre os projetos moderno e pós-moderno, e à expectativa de liquidar a modernidade – em função da crise

¹³⁶ Grifos nossos.

¹³⁷ Grifos nossos.

agravada em meados de 1980 – ou de “modernizá-la”, Olinto propõe que, talvez, melhor seria melhor dizer, que é preciso “pós-modernizá-la – com gestos e atitudes de ampliação criativa” (Olinto, 1995, p. 61). De maneira mais clara, é no sentido da segunda hipótese que a discussão deveria caminhar.

As novas racionalidades se encaminham, assim, numa direção de curiosidade perante pluralidades, mas de modo peculiar: se, por um lado, não se moldam pelo recurso a uma hiperracionalidade *una* e obrigatória, por outro, não se pautam pela heterogeneidade radical como última palavra (Olinto, 1995, p. 62).

Sem desmerecer a miríade de transformações e debates travados em torno da “Pós-modernidade”, o conceito, seria, em última instância, no entender de Olinto (1995, p. 40), apenas “um nome de batismo possivelmente mal escolhido e sujeito a complicados equívocos — a consciência de que muita coisa mudou, expressa-se hoje comumente pelo termo pós-moderno, tanto em sua forma adjetivada quanto substantivada”. Trata-se, nessa discussão, por fim, “de salvar uma racionalidade para o pós-moderno capaz de desacreditar o coquetel semântico de especiarias exóticas que evoca sensibilidades e atmosferas nebulosas sem expor noções e conceitos ao olhar crítico” (Olinto, 1995, p. 40). Este esforço indica ainda que há uma crise em torno do curso da modernidade. Como indaga o autor: “Afinal, os nomes¹³⁸ não correspondem às coisas. Alguma surpresa nisso?” – questiona.

A este problema Schmidt (1987, p. 66-67) apresenta uma solução conciliadora: a substituição do “isto ou aquilo”, pela complementação do “isto e aquilo”, lembra Olinto (1995). Essa perspectiva ao invés de fechar, abre caminhos para formas de sociedade que lidam melhor com o pluralismo ao priorizar antes a convivência de formas antagônicas, entendidas como suplementares, do que o distanciamento de posições.

Profícuas reflexões sobre a chamada Pós-Modernidade, em contraponto ao questionamento de importantes intelectuais alemães, como vimos, surgiram nos Estudos Culturais Ingleses. O sociólogo jamaicano radicado inglês, Stuart Hall, que presidiu a Escola de Birmingham, por exemplo, acreditava que, tanto o sujeito racional do Iluminismo, quanto o homem uno, do Estruturalismo entraram em crise no terceiro quartel do século XX. Como bem argumenta, se no Iluminismo a concepção de identidade era calcada no sujeito centrado, dotado de uma capacidade racional, e, posteriormente com a Estrutura, descobriu-se o homem sociológico – ainda imanente e inalterável, mas formado “na interação entre o eu e a sociedade”

¹³⁸ A respeito desse pensamento construtivista, abordaremos adiante, a perspectiva de Ferdinand de Saussure, quanto à construção do signo como arbitrário no processo de representação.

– na Pós-Modernidade, há um deslocamento, ou imprecisão destas qualidades. O sujeito passa a não ter uma, mas várias identidades, muitas vezes contraditórias e mal-resolvidas. “O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático” (Hall, 2015, p. 12).

O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem. A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o ‘interior’ e o ‘exterior’ - entre o mundo pessoal e o mundo público. [...] A identidade, então, costura (ou para usar uma metáfora médica, ‘sutura’) o sujeito à estrutura (Hall, 2015, p. 11-12).

Com a identidade sendo definida, historicamente, e não mais biologicamente, o sentimento de pertença destes indivíduos também é abalado. Esta percepção afetou, diretamente, a conformação simbólica dos Estados modernos. Se outrora as culturas nacionais tinham a função de organizar, “tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (Hall, 2015, p. 51), criando e dando sentidos (territorial e linguístico) às identidades, com a globalização, esta unidade se quebra, pois o que se impõe é a superação das fronteiras do tempo e do espaço. Nesta acepção de Pós-Modernidade, povos em todo o globo se tornaram mais integrados, interconectados na criação de novas e complexas experiências de sociabilidade entre os sujeitos.

De fato, a globalização “não é um simples processo de homogeneização, mas de reordenamento das diferenças e desigualdades, sem suprimi-las: por isso, a multiculturalidade é um tema indissociável dos movimentos globalizadores”, salienta Canclini (2008, p. 11). O mesmo fenômeno é observado por Benedict Anderson, em “Comunidades Imaginadas”. Para o cientista político, a ideia de nação não seria mais do que uma formulação simbólica coletiva,

[...] porque mesmo os membros das menores nações nunca irão conhecer a maioria dos seus companheiros, encontrá-los, ou mesmo ouvi-los, ainda que nas mentes de cada um exista a imagem da comunhão deles [...]. De fato, todas as comunidades maiores que as vilas de contato cara-a-cara (talvez mesmo nestas) são imaginadas. Comunidades devem ser distinguidas, não por sua falsidade/autenticidade, mas pela forma como foram imaginadas (Anderson, 1983, p. 6).

O arquétipo de nação que surgiu na Modernidade através de certas tecnologias administrativas guiadas pela racionalidade, que demarcava fronteiras e promovia determinadas práticas culturais, entra em crise na globalização. Neste mesmo fio, Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1997) argumentam que estas práticas conformadoras de identidades nacionais são, na

verdade, tradições inventadas, que se definem como um conjunto de práticas, geralmente reguladas por regras ou convenções sociais, ou conformações simbólicas como o culto aos heróis ou ritos cívicos que visam “inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado” (Hobsbawm; Ranger, 1997, p. 9). Essa ligação, em princípio, unificadora das nações, entra em um certo tipo de colapso com o advento da globalização, já que o contato com outras culturas amplia as possibilidades de construção de identidades abertas, multiétnicas, políglotas, mescladas, sem demarcações muito definidas. Em outras palavras, isso implica que as nações deixaram de ser os principais referenciais dos sujeitos na elaboração dos processos identitários.

Pensada sob o signo da provisoriedade, a identidade não é mais estática, está sempre em construção, em um “[...] processo de aproximação e distanciamento”, nas palavras de Hall (2015, p. 110). Nesta acepção, já não é mais possível pensá-la como consolidada ou definida. Este mesmo sentido é apreendido por Jöel Candau (2011, p. 9) em “Memória e identidade”. No ensaio antropológico, a identidade se aproxima, muito mais, de uma construção social, moldada pela diferença, “[...] de certa maneira sempre acontecendo no quadro de uma relação dialógica com o outro”. De forma mais enfática, Hall amplia essa crise, ao argumentar que,

Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de ‘diferença’ (Hall, 2015, p. 21).

Ou seja, a partir dessas reflexões, o teórico jamaicano esclarece que, já não é mais possível se falar em identidade, mas em “identificação”, pois o frenesi em torno de novas afirmações e taxionomias, formas de viver distintas – da sexualidade, ao gênero, etnia – e de habitar o mundo, convocam nosso olhar para o discurso. É através do discurso – dinâmico, não estático – que se torna possível a construção de fronteiras simbólicas através da diferença.

Isso implica o reconhecimento radicalmente perturbador de que é apenas por meio da relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu exterior constitutivo, que o significado ‘positivo’ de qualquer termo – e, assim, sua ‘identidade’ – pode ser construída (Hall, 2011, p. 110).

Desta forma as identidades são posições temporárias que o sujeito assumiria, mesmo tendo em mente que correspondem, apenas, a representações simbólicas (Hall, 2015). Esse

sistema de interação trataria da necessidade da elaboração discursiva das identidades na chamada Pós-Modernidade, em que os discursos culturais serviriam de âncoras no processo de identificação.

Neste mesmo sentido, Homi Bhabha em “O Local da Cultura” (1998, p. 85), argumenta:

Essas identidades binárias, bipartidas, funcionam em uma espécie do reflexo narcísico do Um no Outro, confrontados na linguagem do desejo pelo processo psicanalítico do identificação. Para a identificação, a identidade nunca é um a priori, nem um produto acabado; ela é apenas e sempre o processo problemático de acesso a uma imagem da totalidade.

Adepto da ideia de uma Modernidade Líquida no lugar do termo Pós-Moderno, Zigmunt Bauman, em “Comunidade: a busca por segurança no mundo atual” (2003) atribui à identidade como a substituta da ideia de comunidade.

“Identidade” significa aparecer: ser diferente e, por essa diferença, singular — e assim a procura da identidade não pode deixar de dividir e separar. E, no entanto, a vulnerabilidade das identidades individuais e a precariedade da solitária construção da identidade levam os construtores da identidade a procurar cabides em que possam, em conjunto, pendurar seus medos e ansiedades (Bauman, 2003, p. 21).

O contexto de profundas e aceleradas modificações seria propício à construção de “comunidades-cabides” (Bauman, 2003, p. 21), ou comunidades líquidas, centradas nos interesses dos indivíduos, por isso ambivalentes, líquidas (Moresco; Ribeiro, 2005).

Compreendendo as identidades no contexto latino-americano, Jesús Martín-Barbero em “Dos Meios às Mediações” (1997) acredita que o processo de mestiçagem deve ser levado em conta nas análises sobre o tema e que as identidades culturais se transformaram em ou verdadeiro campo multiplicador de temporalidades.

Para poder compreender tanto o que o atraso representou em termos de diferença histórica, mas não num tempo detido, e sim relativamente a um atraso que foi historicamente produzido (crianças que morrem diariamente por desnutrição ou desidratação, milhões de analfabetos, déficit de calorias básicas na alimentação das majorias, queda nas expectativas de vida da população etc.), quanto o que apesar do atraso existe em termos de diferença, de heterogeneidade cultural, na multiplicidade de temporalidades do índio, do negro, do branco e do tempo decorrente de sua mestiçagem (Martín-Barbero, 1997, p. 214).

Talvez sejam esses aspectos que levaram Orozco (2006) a pensar que as identidades são erguidas sob os pilares das hibridizações, ou mesmo Hall, a ponderar que, “as nações modernas

são todas híbridos culturais”, já que “[...] as culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações” (Hall, 2003, p. 62).

Nesse contexto enfraqueceria o argumento de uma identidade da América Latina, já que, dado as características de colonização e miscigenação das mais variadas origens, deveriam ser colocados à mesa, os diversos interesses e confrontos do espaço sociocultural em que coexistiriam “diversas identidades e culturas” (Canclini, 2006, p. 174). Como encerra:

A identidade surge [...] não como uma essência intemporal que se manifesta, mas como uma construção imaginária que se narra. A globalização diminui a importância dos acontecimentos fundadores e dos territórios que sustentavam a ilusão de identidades a-históricas e ensimesmadas. Os referentes de identidade se formam, agora, mais do que nas artes, na literatura e no folclore – que durante séculos produziram signos de distinção das nações –, em relação com os repertórios textuais e iconográficos gerados pelos meios eletrônicos de comunicação e com a globalização da vida urbana (Canclini, 2008, p. 124).

A aceleração do tempo provocada pela globalização ao longo do século XX – ampliada no atual milênio – teria assim, consequências inevitáveis e profundas nos amplos aspectos da vida social das nações, com reflexos na identificação e na representação do sujeito considerado Pós-Moderno.

[...] quanto mais a vida se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem ‘flutuar livremente’. Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (cada qual nos fazendo apelos, ou melhor, fazendo apelos a diferentes partes de nós), dentre as quais parece possível fazer uma escolha (Hall, 2006, p. 75).

A percepção de que alguma coisa mudou se delineia no horizonte do debate acerca da Modernidade e a Pós-Modernidade. Salientamos, que não se trata de uma mera oposição antagônica de perspectivas, ou de uma defesa inarredável de certas posições, mas de uma compreensão das profundas transformações e do processo de desencanto com ideias universalistas que afetou, em grande parte, as sociedades ocidentais contemporâneas, notadamente na entrada no segundo quinquênio do século XX. É neste sentido que defendemos aqui, não uma ruptura, mas a entrada de uma condição pós-moderna que desconstruiu, fatalmente as grandes narrativas universais. No objeto desta tese em questão, a representação de Congonhas a partir da entrada do que entendemos ser um novo regime de historicidade em meados dos anos 1970, o conceito busca iluminar o confronto de visões entre o passado

(religioso e artístico) e o futuro (do progresso industrial) e esclarecer as possíveis consequências desta colisão temporal na representação da cidade.

Aprofundemos, pois este debate da representação à luz dos Estudos Culturais Ingleses.

1.3.2. O problema da representação na perspectiva da linguagem e do discurso

Stuart Hall (2016), ao fim de sua vida, inclinou-se a investigar a representação e na forma como, através dela, se constroem significados. Em uma perspectiva socioconstrucionista, compreende que a linguagem funciona na lógica da representação e se engendra em sistemas representacionais. Isso ocorre, no entender de Hall (2016), porque os significados culturais provocam efeitos práticos e reais na regulação de práticas sociais. A esteira dessas transformações é a chamada Vira Cultural ou Linguística nas Ciências Humanas e Sociais. Neste sentido...

Argumenta-se que cultura não é tanto um conjunto de *coisas* - romances e pinturas ou programas de TV e histórias em quadrinhos -, mas sim um conjunto de práticas. Basicamente, a cultura diz respeito à produção e ao intercâmbio de sentidos - o “compartilhamento de significados” – entre os membros de um grupo ou sociedade. Afirmar que dois indivíduos pertencem à mesma cultura equivale a dizer que eles interpretam o mundo de maneira semelhante e podem expressar seus pensamentos e sentimentos de forma que um compreenda o outro. Assim, a cultura depende de que seus participantes interpretem o que acontece ao seu redor e “deem sentido” as coisas de forma semelhante (Hall, 2016, p. 19-20).

Em um dos seus últimos trabalhos, *Representation* (2013)¹³⁹ se empenhou em problematizar as articulações entre cultura, discurso e produção subjetiva, sendo a primeira compreendida como prática de significação social de um mundo construído discursivamente (Moraes, 2019). Um aviso ao leitor: Hall (2016) constrói sua ideia de representação ancorada nos estudos linguísticos de Saussure sobre *langue* e *parole* e os regimes de verdade de Foucault (2012 a partir da aceção de que o discurso é uma forma de poder que é moldado pelas forças de determinados períodos históricos.

Detalharemos, mais adiante, este conceito. Por hora, prossigamos com a discussão sobre como os participantes de uma cultura dão sentido aos objetos, práticas e fatos. As coisas “em

¹³⁹ “Cultura e Representação”, foi o nome da tradução deste trabalho em português, lançado em 2016, pela editora Apicuri. É a versão que utilizaremos nesta tese. Cf. Hall (2016).

si” raramente – talvez nunca – “têm um significado único, fixo e inalterável” (Hall, 2016, p. 19-20). Podemos aqui pensar que mesmo algo tão banal como uma pedra pode ser um delimitador de fronteira, ou constituir diferentes jogos de linguagem como a linguagem das esculturas a que bem comunicou Aleijadinho, como no Santuário do Bom Jesus de Congonhas ao promover uma ideia de movimento e composição, mesmo as estátuas estando estáticas. Hall aprofunda as reflexões sobre a cultura e representação ao argumentar que...

Em outra parte, ainda, nos concedemos sentido às coisas pela maneira como as representamos – as palavras que usamos para nos referir a elas, as histórias que narramos a seu respeito, as imagens que delas criamos, as emoções que associamos a elas, as maneiras como as classificamos e conceituamos, enfim, os valores que nelas embutimos (Hall, 2016, p. 20).

Considerada algo distinto do que é biologicamente determinado, a cultura é o principal elemento da vida social que diferencia o ser humano das demais espécies. Portanto o estudo da cultura “ressalta o papel fundamental do domínio *simbólico* no centro da vida em sociedade” (Hall, 2016, p. 20, grifos do autor, no original).

No âmbito desses estudos empreendidos por Hall (2016, p. 20), ao recorrer à Woodward (2012) esclarece que o sentido é outro eixo fundamental da cultura. É ele “que nos permite cultivar a noção de nossa própria identidade, de quem somos e a quem “pertencemos” ao revelar como a cultura pode ser usada “para restringir ou manter a identidade dentro do grupo e sobre a diferença entre grupos”. Para o sociólogo britânico-jamaicano o sentido está constantemente sendo elaborado e compartilhado “em cada interação pessoal e social da qual fazemos parte”. Além disso o sentido é produzido em uma grande variedade de mídias e dispositivos de tecnologia de comunicação, de forma veloz e em grande escala, além de regular nossas condutas e práticas, já que auxiliam no estabelecimento “de normas e convenções segundo as quais a vida em sociedade é ordenada e administrada” (Hall, 2016, p. 22).

Em outras palavras, a questão do sentido relaciona-se a todos os diferentes momentos ou práticas em nosso “circuito cultural” – na construção da identidade e na demarcação das diferenças, na produção e no consumo, bem como na regulação da conduta social. Entretanto, em todos esses exemplos, e em todas essas diferentes arenas institucionais, um dos “meios” privilegiados através do qual o sentido se vê elaborado e perpassado é a linguagem (Hall, 2016, p. 22).

Por meio da linguagem membros de uma mesma cultura podem partilhar certos conjuntos de conceitos, imagens e ideias, formas de sentir, refletir e expressar, de forma

semelhante, os mesmos códigos culturais. Pensar e sentir são, portanto, “sistemas de representação”, nos quais nossas emoções, imagens e conceitos dão sentido a algo ou representam “em nossa vida mental – objetos que estão, ou podem estar, ‘lá fora’ no mundo” (Hall, 2016, p. 22).

Do mesmo modo, para comunicar esses significados a outras pessoas, os participantes devem utilizar o mesmo código linguístico, ou em outras palavras, “falar a mesma língua” (Hall, 2016, p. 23). A representação é, num sentido amplo um produto da construção de sentido pela “conexão entre conceitos e linguagem que permite nos referirmos ao mundo ‘real’ dos objetos, sujeitos ou acontecimentos, ou ao mundo imaginário de objetos, sujeitos e acontecimentos fictícios” (Hall, 2016, p. 34). **O primeiro sistema (o sentido)**, se caracteriza como “um conjunto de conceitos ou representações mentais que nós carregamos” que conectam e organizam objetos, sujeitos e fatos “que podem ‘representar’ ou ‘se colocar como’ o mundo” (Hall, 2016, p. 34). Diz respeito, sobretudo à capacidade humana de produzir e fazer circular um sistema de conceitos que nos permita interpretar “o mundo de maneira relativamente similar” e construir uma cultura compartilhada de sentidos para que seja possível habitarmos o mundo social juntos. **O segundo sistema de representação (a linguagem)** diz respeito ao meio e à forma que os signos se arranjam.

A língua falada faz uso de sons, a escrita, de palavras, a música arranja notas em escala, a linguagem corporal emprega gestos físicos, a indústria da moda utiliza itens de vestuário, a expressão facial se aproveita de traços individuais, a TV, por sua vez, apropria-se de pontos produzidos digital e eletronicamente e o sinal de trânsito usa as cores vermelha, verde e amarela para “dizer algo”. Esses elementos – sons, palavras, gestos, expressões, roupas – são parte da nossa realidade natural e material; sua importância para a linguagem, porém, não se reduz ao que *são*, mas sim ao que *fazem*, a suas funções. Eles constroem significados e os transmitem. Eles significam, não possuem um sentido claro em si mesmos – ao contrário, eles são veículos ou meios que carregam sentido, pois funcionam como *símbolos* que representam ou conferem sentido (isto é, simbolizam) às ideias que desejamos transmitir (Hall, 2016, p. 34, destaques autor, no original).

A interação entre as coisas, conceitos e signos constitui, para Hall (2016), o centro vital da produção de sentido na linguagem. A esse processo denomina representação: “parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura”. Ou seja, “representar envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos”. Dito de outra forma, são os sistemas de representação “de nossos conceitos, ideias e sentimentos que permitem aos outras “ler”, decodificar ou interpretar seus sentidos de maneira próxima à que fazemos” (Hall, 2016, p. 31).

Para o funcionamento deste ciclo da representação, Hall salienta que é preciso que as pessoas tenham “mapas conceituais” semelhantes, ou maneiras semelhantes de interpretar os signos de uma linguagem, pois do contrário, “o sentido começa a deslizar e escapar de nós, caminhando para a incerteza” (Hall, 2016, p. 39).

Inspirado em Saussure (2012), Hall (2016) também entende que o signo é arbitrário. O sentido é construído socialmente:

Uma implicação desse argumento sobre códigos culturais é que, se o sentido é o resultado não de algo fixo na natureza, mas de nossas convenções sociais, culturais e linguísticas, então o sentido não pode nunca ser finalmente fixado [...]. Obviamente, deve haver alguma fixação do sentido na linguagem, ou nunca poderíamos entender uns aos outros [...]. Convenções sociais e linguísticas mudam, sim, através do tempo [...]. Códigos linguísticos variam significativamente entre uma língua e outra. [...] O principal ponto é que o sentido não é inerente às coisas, ao mundo. Ele é construído, produzido. É o resultado de uma prática significante – uma prática que produz sentido, que faz os objetos significarem (Hall, 2016, p. 46).¹⁴⁰

A partir dessa inquirição, ao tentar esclarecer a conexão entre sentido, linguagem e cultura, Hall propõe o debate do que denomina “três principais tipos de representação”: a reflexiva, a intencional e a construtivista. Na primeira abordagem (reflexiva), “o sentido é pensado como repousando no objeto, pessoa, ideia ou evento no mundo real, e a linguagem funciona como um espelho, para refletir o sentido verdadeiro como ele já existe no mundo” (Hall, 2016, p. 47). É também chamada de mimética, pois se inspira na mimesis (reflexão/imitação) do real. A mesma que os gregos utilizaram para explicar “como a linguagem, e até o desenho e a pintura, espelhavam ou imitavam a natureza”. Neste sentido é que “o grande poema de Homero, *Iliada*, seria como ‘imitação’ de uma série de eventos heroicos” (Hall, 2016, p. 47). Em última instância, “propõe uma relação direta e transparente de imitação ou reflexão entre as palavras (signos) e as coisas” (Hall, 2016, p. 47).

A segunda abordagem (intencional) segue no sentido oposto. Cabe ao interlocutor, ao autor, a imposição do sentido único das coisas “As palavras significam o que o autor pretende que signifiquem”. Apesar dos indivíduos utilizarem da linguagem para descrever coisas únicas e que fazem sentido apenas a eles, no que compreende “uma teoria geral da representação pela linguagem”, este conceito também se apresenta falho.

Cada um de nós não pode ser a única fonte de significados na linguagem, uma

¹⁴⁰ Grifos nossos.

vez que isso significaria que poderíamos nos expressar em linguagens inteiramente particulares. A essência da linguagem, entretanto, é a comunicação,¹⁴¹ e essa, por sua vez, depende de convenções linguísticas e códigos compartilhados. A linguagem nunca pode ser um jogo inteiramente privado. Nossos sentidos particularmente intencionados, ainda que pessoais, têm que entrar nas regras, códigos e convenções da linguagem para serem compartilhados e entendidos. A linguagem é um sistema social por completo. Isso significa que nossos pensamentos privados precisam negociar com todos os sentidos das palavras ou imagens guardadas na linguagem¹⁴² que o uso do nosso sistema inevitavelmente desencadeará (Hall, 2016, p. 48).

É com o espírito da terceira abordagem (construtivista), que reconhece o caráter público e social da linguagem que Hall se aprofunda no conceito de representação. Esta vertente “atesta que nem as coisas nelas mesmas, nem os usuários individuais podem fixar os significados na linguagem. As coisas não significam: nós construímos sentido, usando sistemas representacionais – conceitos e signos”. Não podemos assim “confundir o mundo material “onde as coisas e pessoas existem, com as práticas e processos simbólicos pelos quais representação, sentido e linguagem operam”. A perspectiva construtivista, mesmo tendo em mente, que existe um mundo material, palpável, não é “ele que transmite sentido, mas sim o sistema de linguagem, ou qualquer outro que usemos para representar nossos conceitos”. De forma ainda mais esclarecedora, pontua Hall que,

São os atores sociais que usam os sistemas conceituais, o linguístico e outros sistemas representacionais de sua cultura para construir sentido, para fazer com que o mundo seja compreensível e para comunicar sobre esse mundo, inteligivelmente, para outros (Hall, 2016, p. 49).

Com o intuito de demonstrar como as linguagens funcionam como sistemas representacionais, Hall fornece o exemplo dos semáforos. Essas máquinas de emitir luzes coloridas em sequência, além do efeito material, provocado nos olhos (que nos faz diferenciar as distintas cores, vermelho, amarelo e verde) produz códigos sígnicos que foram construídos socialmente na cultura ocidental: “[...] usamos um modo de classificar o espectro colorido para criar cores que são diferentes umas das outras. Nós representamos ou simbolizamos as diversas cores e as classificamos de acordo com diferentes conceitos de cor” (Hall, 2016, p. 49-50). Mas por que utilizamos essas cores nesse sistema representacional para regular o trânsito, se as cores não possuem nenhum significado fixo? Como problematiza Hall (2016, p. 50):

Vermelho não significa ‘pare’ na natureza, nem verde quer dizer ‘siga’. Em outras configurações, o vermelho pode indicar, simbolizar ou representar

¹⁴¹ Grifos nossos.

¹⁴² Grifos nossos.

‘sangue’, ‘perigo’ ou ‘comunismo’; e verde pode representar ‘Irlanda’, “o campo” ou ‘ambientalismo’.

Para os construtivistas, a linguagem dos semáforos não tem uma explicação objetiva na associação com as cores. Trata-se, antes de uma construção cultural e arbitrária do signo do que uma relação causal: “o que significa, o que carrega sentido [...] não é cada cor por si mesma nem o conceito ou palavra para ela. É a diferença entre vermelho e verde que significa” (Hall, 2016, p. 53). Em última instância, compete ao código fixar o sentido,

[...] não a cor por si própria. Isso também tem implicações mais amplas para a teoria da representação e sentido na linguagem, e significa que signos por eles mesmos não podem fixar sentido. Em vez disso, o sentido depende da relação entre um signo e um conceito, o que é fixado por um código (Hall, 2016, p. 53).

Ademais, compete-nos pensar, “o sentido é produzido dentro da linguagem, dentro e por meio de vários sistemas representacionais que, por conveniência, nós chamamos de “linguagens”. O sentido é produzido pela prática, pelo trabalho, da representação” (Hall, 2016, p. 52-53).

Com a explanação do seria a perspectiva construtivista ancorada na linguagem, Hall atribui à Saussure a chamada “virada linguística” das Ciências Sociais e humanas que afetou inspirou fortemente os Estudos Culturais. Esta visão construtivista da linguagem reconhece a centralidade dos signos, mas ressalta que a informação somente pode ser efetivada em um sistema de convenções comum. Assim o **significante** (palavra, imagem ou parte material do objeto) se relaciona diretamente com o significado (conceito do que gera sentido àquela ideia). Podemos exemplificar a palavra Congonhas (significante). Quando relacionada ao **significado** (parte incompleta do signo que varia de acordo com as convenções e construções socioculturais), pode se referir tanto à cidade mineira de Congonhas, objeto desta tese, ao chá da planta Congonhas ou ao aeroporto de mesmo nome localizado na cidade de São Paulo-SP. Isso é possível, de acordo com Hall (2016, p. 57) porque é a relação significante e significado, “fixada pelo nosso código cultural e linguístico, que sustenta a representação” que é fixada em nosso código cultural e linguístico. Recorrendo novamente a Saussure, Hall (2016, p. 59) argumenta que, para ser efetivo, o signo deve operar em um sistema de diferença para produzir sentido, pois “é a diferença entre os significantes que significa”.

A representação assim, seria um deslizar de sentidos, construída e apropriada, historicamente. Em outra perspectiva, salientamos em Koselleck (2006) anteriormente, como

conceitos adquirem diferentes significados em cada temporalidade, se metamorfoseiam. No entender de Hall, nenhum enunciado escapa deste movimento dinâmico.

a relação entre o significante e o significado, que é fixada pelos nossos códigos culturais, não é, argumentou Saussure, permanentemente fixa. Palavras mudam seus sentidos. Os conceitos (significados) aos quais elas se referem também se modificam, historicamente, e toda transformação altera o mapa conceitual da cultura, levando diferentes culturas, em distintos momentos históricos, a classificar e pensar sobre o mundo de maneira diversa. Por muitos séculos, sociedades ocidentais associaram a palavra PRETO com tudo o que era escuro, mau, proibido, diabólico, perigoso e pecaminoso. Contudo, pense em como a percepção das pessoas negras nos Estados Unidos na década de 1960 mudou depois que a frase “*Black is beautiful*” [Preto é bonito] tornou-se um slogan famoso — na qual o significante, PRETO, foi levado a significar o sentido exatamente oposto (significado) às suas associações prévias. (Hall, 2016, p. 59, destaques do autor, no original).

Dito de outra forma, significante e significado devem ser considerados em seus respectivos contextos temporais em que foram associados. Nesse entendimento a representação está sempre aberta ao “constante ‘jogo’ de deslizamento do sentido, para a constante produção de sentidos, novas interpretações” (Hall, 2016, p. 60). Os sentidos nunca podem ser totalmente fixados, pois estão sempre sujeitos à mudança, “tanto de um contexto cultural ao outro, quanto em diferentes períodos”. Não há assim um sentido único, universal. Como relembra Hall a partir de Culler (1976, p. 36): “Por ser arbitrário, o signo é totalmente sujeito à história; e a combinação, em um momento em particular, de um dado significante e um significado é o resultado contingente do processo histórico”. O leitor, nesta chave, se equipara ao escritor, pois ambos se articulam na produção de sentidos (Hall, 1980).

Adentrando ainda mais na problemática da linguagem na representação, Hall retoma as categorias de Saussure (*langue* e *parole*). A primeira seira um sistema de linguagens ou estrutura que possibilita aos indivíduos formarem argumentações inteligíveis. Quanto à *parole*, corresponderia “a atos particulares de fala, escrita ou desenho que [...] são produzidos por um interlocutor ou escritor real” (Hall, 2016, p. 60). Observando a análise de Culler (1976), Hall (2016, p.61) detalha melhor as diferenças de cada conceito: “A *langue* é o sistema da linguagem, a linguagem como um sistema de formas, enquanto a *parole* é a fala [ou escrita] real, os atos de fala que só são possíveis pela linguagem”.

A *langue* seria ainda a base cultural que permitiria o exercício das manifestações e performances individuais (*parole*). Neste sentido, Hall (2016, p. 62) recorda, que, para Saussure, o único elemento que poderia ser objeto da ciência seria a *langue*, por se tratar de um

sistema ordenado e limitado de regras e códigos, diferentemente da parole, que corresponderia a uma ação individual dos sujeitos na linguagem – a superfície da linguagem, no entender de Saussure. Como haveria um número infinito de falas possíveis, faltaria assim, à parole, as propriedades estruturais “que formariam um conjunto fechado e limitado” de forma a ser estudada “cientificamente”. Como argumenta Hall, (2016, p. 62) a respeito desta relação dialógica: “Cada afirmação autoral só se torna possível porque o ‘autor’ compartilha com outros usuários da linguagem as regras e códigos comuns do sistema – a langue –, que permite que eles se comuniquem um com o outro significativamente”. O sociólogo dos Estudos Culturais reconhece a riqueza do trabalho pai da linguística, ao dizer que

O grande feito de Saussure foi nos forçar a prestar especial atenção na linguagem em si, como um fato social, no processo de representação em si, em como a linguagem realmente funciona e no papel que desempenha na produção do sentido. Ao fazer isso, Saussure salvou a linguagem do status de mero meio transparente entre coisas e sentido. Ele mostrou, em vez disso, que a representação é uma prática (Hall, 2016, p. 63).

No entanto, aponta o que seria um erro do linguista suíço, em focar,

[...] quase exclusivamente, nos dois aspectos do signo – significante e significado. Deu pouca ou nenhuma atenção a como essa relação entre significante / significado poderia servir ao propósito do que nós previamente chamamos de referência – ou seja, nos referindo ao mundo das coisas, pessoas e eventos que estão fora da linguagem, no mundo ‘real’. [...] Então, não é surpreendente que, em Saussure, a questão do poder na linguagem – por exemplo, entre interlocutores de diferentes status e posições – não tenha grande expressão (Hall, 2016, p. 63).

Se a linguagem é dinâmica, interativa e dialógica, deveria, então, ser analisada em situações reais, com diferentes interlocutores, não em modelos conceituais estruturados. Essa certa negligência teria sido corrigida por teóricos que procederam os estudos culturais de Saussure:

Como por vezes acontece, o sonho ‘científico’ que residia por trás do impulso estruturalista do seu trabalho (embora influente em nos alertar para certos aspectos de como a linguagem funciona) provou ser ilusório. A linguagem não é um objeto que possa ser estudado com a precisão de uma ciência (Hall, 2016, p. 64).

Os adeptos do pós-estruturalismo,¹⁴³ inspirados em Saussure, ampliaram o esboço de análise para temas que abrangiam outras esferas da vida como os laços sociais e culturais ao reconhecerem que

A linguagem permanece governada por regras, mas não é um sistema ‘fechado’ que pode ser reduzido aos seus elementos formais. Uma vez que está constantemente mudando, ela é, por definição, um conceito aberto. O sentido continua sendo produzido pela linguagem em formas que nunca podem ser previstas de antemão e o seu deslizamento, como nós descrevemos acima, não pode ser contido (Hall, 2016, p. 64).

À principal dimensão negligenciada por Saussure – o poder – Hall, convida à mesa, outro construtivista, Michel Foucault. Como contribuição, o filósofo francês traz três ingredientes que interessam a Hall (2016, p. 79): seu conceito de discurso, o problema do poder e conhecimento, a questão do sujeito”. O que Foucault traz ao debate é uma outra forma de abordagem da representação, imbuída nas práticas sociais e culturais e os usos e apropriações dos sujeitos.

[...] Mesmo que a linguagem, de algum jeito, ‘fale sobre nós’ (como Saussure tendia a argumentar), também é importante notar que em certos momentos históricos algumas pessoas têm mais poder para falar sobre determinados assuntos do que outros [...]. Modelos de representação, argumentaram esses críticos, devem focar nesses aspectos mais amplos de conhecimento e poder (Hall, 2016, p. 77-78).

No deslocamento do problema da linguagem para o discurso, Foucault deixa claro que o que o instiga são as relações de força, as táticas e os desenvolvimentos estratégicos:

Creio que aquilo que se deve ter como referência não é o grande modelo da língua e dos signos, mas sim da guerra e da batalha. A historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não linguística. Relação de poder, não relação de sentido (Foucault, 2012a, p. 6).

Ao se afastar de Saussure e Barthes, Foucault preconiza que o sentido é construído historicamente, dentro do discurso e não na linguagem: “[...] o que interessava a ele [Foucault]

¹⁴³ O enfoque geral nos estudos da cultura como um tipo de linguagem que já havia sido anunciado por Saussure, tornou-se genericamente conhecida como semiótica. Hall, na principal obra que estamos detalhando, “Cultura e Representação” (2016) resgata os estudos de Roland Barthes sobre a moda, anúncios publicitários e a construção do mito ao destacar outros códigos linguísticos, relações de poder e processos históricos envolvidos no processo de significação. Cf. Hall (2016, 67-73).

eram as regras e práticas que produziam pronunciamentos com sentido e os discursos regulados em diferentes períodos históricos” (Hall, 2016, p. 80). Ou seja, as lentes do filósofo francês estavam direcionadas ao modo de produção do sentido enquanto conhecimento, poder e na forma como o discurso produz “os objetos do nosso conhecimento, governa a forma com que o assunto pode ser significativamente falado e debatido, e também influencia como ideias são postas em prática e usadas para regular a conduta dos outros”, salienta Hall (2016, p. 80). Os objetos de atenção de Foucault correspondiam a várias áreas de conhecimento das ciências humanas e sociais – a que chamou de “ciências sociais subjetivadoras”, que adquiriram um papel cada vez mais proeminente na cultura moderna que assumiram o valor de verdade tal qual a religião o fizera em tempos passados (Hall, 2016).

Foucault abriu uma nova frente de reflexão ao colocar o discurso, ou episteme como costumava dizer, na ordem do dia para problematizar questões como loucura, punição, sexualidade, verdade e poder nas práticas sociais. É o que se apresenta quando Foucault esclarece que é o discurso que determina o assunto, como ressalta:

Ele [o discurso] define e produz os objetos do nosso conhecimento, governa a forma com que o assunto pode ser significativamente falado e debatido, e também influencia como ideias são postas em prática e usadas para regular a conduta dos outros. Assim como o discurso “rege” certas formas de falar sobre um assunto, definindo um modo de falar, escrever ou se dirigir a esse tema de forma aceitável e inteligível, então também, por definição, ele “exclui”, limita e restringe outros modos (Hall, 2016, p. 80).

A perspectiva construtivista de representação admite que as coisas e ações existem, mas somente têm sentido e se tornam objetos de conhecimento, quando articuladas no discurso, ou seja, “é o discurso – não as coisas por elas mesmas – que produz o conhecimento” (Hall, 2016, p. 83), ou mais precisamente ainda, “nada tem nenhum sentido fora do discurso” (Foucault, 2012a). O principal ponto não é sobre a existência do mundo, mas sobre de onde vem o sentido das coisas no mundo (Hall, 2016).

Para o sociólogo dos Estudos Culturais, o conhecimento é uma forma de exercício de poder circunstancial, que prioriza antes a efetividade do que a verdade. Como esclarece: “O conhecimento não opera no vácuo. Ele é posto ao trabalho, por certas tecnologias e estratégias de aplicação, em situações específicas, contextos históricos e regimes institucionais” (Hall, 2016, p. 89).

No argumentar que o saber está diretamente ligado às relações de poder, às regulações de práticas e condutas sociais, à disciplina dos corpos, Foucault retirou “a representação das garras de uma teoria puramente formal e deu a ela um contexto operacional histórico, prático e ‘global’” (Hall, 2016, p. 85).

A verdade não existe fora do poder ou sem poder (...) A verdade é deste mundo; ela é produzida nele devido a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sancionam uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (Foucault, 2012b, p. 10).

Nesta direção, Foucault está muito mais perto de Gramsci do que de Marx, uma vez que a concepção marxista ortodoxa de ideologia “tendia a reduzir toda a relação entre conhecimento e poder à questão do poder da classe e seus interesses”. Para Gramsci e Foucault, de forma mais ampla os “grupos sociais particulares estão em conflito de diversas formas, incluindo ideologicamente, para ganhar o consenso dos outros grupos e alcançar um tipo de ascendência sobre eles, na prática e no pensamento” (Hall, 2016, p. 87). Ao pensar o discurso enquanto uma arena de disputa de sentido, Foucault (2012a) desconstruiu a ideia de um poder central, maniqueísta. Como lembra Hall, a partir do filósofo francês:

Relações de poder permeiam todos os níveis da existência social e podem, portanto, ser encontradas operando em todos os campos da vida social – nas esferas privadas da família e da sexualidade, tanto quanto nas esferas públicas da política, da economia e das leis (Hall, 2016, p. 90).

O poder, portanto, é circular, construído e exercido em todo corpo social, “atravessando e produzindo coisas, induzindo ao prazer, a formas do conhecimento, produzindo discurso” (Hall, 2016, p. 90). Sendo capilar, Foucault atenta-se à sua microfísica, aos rituais meticulosos e como o poder opera nas palavras e nas coisas ou está presente na ordem do discurso, ou seja, “aos vários circuitos localizados, mecanismos, táticas e efeitos pelos quais circula (Hall, 2016).

Deste modo o filósofo francês desloca a fixação da estrutura (simbolicamente representada na figura do Estado, da lei, ou da classe privilegiada – que seriam os detentores desse poder) para relações de poder muito mais ramificadas e complexas. Essas formas de poder a que se refere Foucault (2012b), no entender de Hall (2016, p. 90): “conectam a maneira pela

qual o poder opera de fato, do chão às grandes pirâmides de poder, por meio do que ele chama de movimento capilar (vasos capilares são aqueles que ajudam a troca de oxigênio entre sangue e os tecidos de nosso corpo”. Não que Foucault (2012b) invisibilizasse as lutas de classe, mas sua abordagem preocupava-se, em não tratar o poder nos níveis mais baixos como mera reprodução das estruturas sociais. Suas obras dedicaram-se, sobretudo a revelar as dinâmicas negligenciadas pela história, do exercício de poder nos corpos e no modo de agir dos indivíduos em períodos históricos determinados.

Assim, a doença mental, a loucura, a histeria, não são fatos objetivos que se mantêm inalterados em distintos períodos históricos. Pelo contrário, são moldados em diferentes formações discursivas por agentes diversos, influenciados por modos de agir e práticas culturais específicas. Em contraste à tendência atemporal da semiótica, “discurso, representação, conhecimento e verdade são radicalmente historicizados por Foucault” (Hall, 2016, p. 83).

Onde, então está o sujeito em Foucault? A essa questão Hall (2016, p. 100) explica que o sujeito se apresenta em dois sentidos: 1) **o próprio discurso produz “sujeitos”** que personificam formas específicas de conhecimento que produz. Esses sujeitos possuem atributos que são definidos pelo discurso: “o homem louco, a mulher histérica, o homossexual, o criminoso individualizado, e assim por diante. Essas figuras são específicas para regimes discursivos e períodos históricos determinados”; 2) **o discurso também produz um lugar para o sujeito** onde seus significados específicos fazem sentido. Assim, é quase inevitável que todos os indivíduos em um dado período, se tornem também sujeitos de um discurso em especial, ou portadores de seu poder/conhecimento. Para que isso ocorra, no entanto, é preciso que nos situemos na “posição da qual o discurso faz mais sentido, de modo que nos tornemos também seus ‘sujeitos’ ao ‘sujeitar’ nós mesmos aos seus significados, poder e regulação. Todos os discursos, assim, constroem posições de sujeito, das quais, sozinhos, eles fazem sentido”.

Hall (2016, p. 93) ainda salienta que, embora a obra de Foucault (2012a, 2012b) tenha sido produzida e influenciada na esteira da “virada da linguagem”, estabelece um novo marco fundamental da abordagem construtivista da representação, já que é “bem mais ampla que a da linguagem” e inclui “vários outros elementos da prática e da regulação institucional que a abordagem de Saussure, com seu foco linguístico, excluiu”. Por fim, Hall (2016, p. 93) reconhece que “Foucault é sempre mais historicizante, considerando formas de poder/conhecimento como enraizadas em contextos e histórias particulares”.

O caminho esmiuçado sobre o conceito de representação que adotaremos nesta tese, buscou elucidar a perspectiva de Hall (2016) que se situa entre: 1) a linguagem (abordagem semiótica inspirada, sobretudo em Saussure) para compreender a dinâmica entre *langue* e *parole* e arbitrariedade do signo, e 2) o discurso (nomeadamente em Foucault, enquanto fonte de conhecimento e regimes de verdade, discurso produtor de sujeitos e de suas posições, de onde e para onde se direciona).

A formulação conceitual da representação que delineamos neste tópico, pavimentará a discussão, em toda a tese, dos encontros e intercessões que ligam, o que denominamos de estações: fé, mineração e arte em Congonhas (MG), sobretudo, no esclarecimento do que acreditamos ser a afirmação de um novo regime de historicidade (de meados dos anos 1970 até os presentes dias) com os investimentos minero-metalúrgicos e a corrida ao reconhecimento internacional (conquistado com a chancela de Patrimônio Mundial da Unesco que reconheceu a relevância histórico-artística-arquitetônica do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos em 1985). Outro movimento econômico, social e cultural parece também ter contribuído nesse processo. É o que detalharemos a seguir.

1.4. Neoliberalismo e neoextrativismo: a sedução do discurso e os modos de agir nos corpos e mentes

Foi Lyotard que observou, com aguçada percepção, o surgimento do que foi chamado de Neoliberalismo,¹⁴⁴ doutrina econômica que preconiza a autorregulamentação dos mercados e a mínima intervenção do Estado na economia, que deveria se dedicar apenas ao papel fiscalizador e fornecedor de infraestrutura necessária para que a iniciativa privada promova o desenvolvimento. Uma resposta do Ocidente à crise do petróleo de 1973 nos países árabes – que triplicou o preço do barril em um ano – a abertura econômica já dava sinais em países como o Chile com as reformas liberalizantes de Augusto Pinochet em 1978, na Inglaterra, com a primeira-ministra Margaret Thatcher, a partir dos anos 1980 e nos Estados Unidos com o presidente Ronald Reagan (1981-1990).

¹⁴⁴ Andrade destaca que o neoliberalismo é um conceito marcado por polêmicas. Desde o Colóquio Walter Lippmann ocorrido em 1938 e da primeira reunião da Sociedade de Mont Pèlerin no ano 1947, a formulação designou, muito mais um campo de debate entre seus partidários, do que, propriamente, um consenso. O debate só teria sido requalificado após os anos 2000 com estudos de Pierre Bourdieu, Loïc Wacquant e David Harvey e com a publicação póstuma do curso *Naissance de la biopolitique* (2004), ministrado por de Michel Foucault. Cf. Andrade (2019).

No Brasil, a política socioeconômica teve forte crescimento nos anos 1990 durante o governo Collor com o Programa Nacional de Desestatização (PND), que abriu caminho para a venda de importantes estatais como a Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e Açominas. Fiquemos com a definição de David Harvey sobre esse modelo socioeconômico.

Podemos, portanto, interpretar a neoliberalização seja como projeto utópico de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto político de restabelecimento das condições da acumulação do capital e restauração do poder das elites econômicas. Cada vez mais liberta das restrições e barreiras regulatórias que até então limitavam seu campo de ação, a atividade financeira pode florescer como nunca antes, chegando a ocupar todos os espaços. Uma onda de inovações ocorreu nos serviços financeiros para produzir não apenas interligações globais bem mais sofisticadas como também novos tipos de mercado financeiros baseados na secundarização, nos derivativos e em todo tipo de negociação de futuros. Em suma, a neoliberalização significou todas as outras áreas da economia, assim como o aparato do Estado e a vida cotidiana (Harvey, p. 2005, p. 27).

Após a queda do muro de Berlim em 1989 o emprego do termo foi amplificado e consolidou-se a partir dos anos 2000 como modelo econômico em boa parte do mundo. Nesse cenário, o mercado financeiro predomina sobre os interesses da população. A própria indústria se converte na especulação de rentistas. O futuro apresenta-se ameaçador, não se faz mais algo para prevê-lo, mas para manter o presente: os empregos, os contratos firmados pela Economia etc. Um novo regime de historicidade, o presentismo, anuncia Hartog (2014), impera no neoliberalismo, desde a queda do muro de Berlim. Ocupou o espaço das utopias e das metanarrativas com a resposta do “aqui e do agora”. Não interessa mais olhar para o passado para iluminar o presente, nem mesmo ao futuro. Para alcançar os seus objetivos de Estado mínimo o neoliberalismo movido pelo presentismo, faz forte lobby aos governos para precarização de todas as relações de trabalho, flexibilização de compromissos ambientais e fiscais (tributações) e por privatizações em nome de uma dita eficiência.

Nesse sentido, a pobreza e a desigualdade das regiões mineradas e sua dependência da IEM se retroalimentam e asseguram a sobrevivência de ambos. De um lado, a pobreza facilita a instalação das atividades extrativas e a aceitação de seus impactos; enquanto, de outro, as operações da IEM dificultam a instalação de outras atividades econômicas, contribuindo para a redução da diversidade da estrutura econômica, sendo a dependência da atividade criada e reforçada por investimentos públicos e privados. Em particular, a estrutura econômica de Mariana (MG) sustenta e reforça a minério-dependência e perpetua uma situação agravada de fragilidade ambiental e social.

Esse quadro é lamentavelmente mais grave ao constatarmos que as políticas de commodities, tem caminhado, notadamente em governos latino-americanos de esquerda na direção do que é chamado de neoextrativismo. Santos e Milanez (2014, p. 13), em um inteligente estudo, retomam que foi Gudynas (2009; 2012) a definir o neoextrativismo como “um modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico e baseado na apropriação de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção internacional subordinada”. O Estado teria assim um papel ativo na legitimação, apropriação e distribuição da renda gerada, notadamente, em governos progressistas (Gudynas, 2012). Como explicam Santos e Milanez (2014, p. 6):

A ideia de neoextrativismo corresponderia a uma reconfiguração do extrativismo, conceito cunhado para definir um conjunto de estratégias de desenvolvimento ancoradas em um grupo de setores econômicos que removem um grande volume de recursos naturais para comercialização após nenhum ou quase nenhum processamento. O conceito normalmente se refere a atividades desenvolvidas em enclaves e voltadas à exportação. Apesar de o paradigma do extrativismo ser comumente aplicado à extração de recursos minerais e do petróleo, ele também pode ser associado a atividades agrárias, florestais e de pesca.

Ao trazer os estudos de Sikkink (1991) e Mattei & Santos Júnior (2009, p. 107), Santos e Milanez (2014, p. 6), argumentam que a economia brasileira, desde os anos 1950¹⁴⁵ tem pavimentado esse caminho.

Apesar dos resultados obtidos nos anos 1950 e 1960, o modelo de industrialização via substituição de importações, que já vinha apresentando enorme desgaste ao longo da década de 1970, com endividamento externo e déficit comercial crescentes, tornou-se insustentável com a elevação das taxas de juros internacionais em 1979, resultante da nova política monetária restritiva norte-americana. [...]. O vínculo de dependência, dramaticamente rememorado, entre as economias nacional e mundial, se expressou em uma grave crise financeira nos anos 1980, impulsionando a reorientação da estrutura e da estratégia econômicas para o pagamento da dívida, se refletindo em baixas taxas de crescimento ao longo de todo o período.

Estes fatores teriam levado o Brasil a uma guinada ao neoliberalismo, realidade a partir do Plano Nacional de Privatizações do governo presidente Fernando Collor de Melo, como salientamos na problemática da tese. Neste cenário, ao longo dos anos 1990,

¹⁴⁵ Aqui vale um adendo. Apesar do neoextrativismo estar ligado, tradicionalmente aos governos progressistas de esquerda, o cenário se conformou no Brasil sob diferentes posições políticas e regimes de Estado como a ditadura militar (1964-1984).

A maioria dos países da América Latina, então, passou por um processo de rápida redução do tamanho do Estado, entrada de capitais transnacionais, abertura comercial e privatização de empresas públicas. No caso da mineração, importantes estatais foram privatizadas, como a Cia. Vale do Rio Doce (CVRD) e a Minerero Peru (Santos e Milanez, 2014, p. 6).

Baseados nos dados de Schaper & Vérèz (2001), Santos e Milanez (2014, p. 6), argumentam que,

No final dos anos 1990, a região passou a responder por mais de 25% da produção mundial de bauxita, 45% de cobre e 29% de estanho. Dessa forma, o período neoliberal levou a uma especialização da região na comercialização de produtos intensivos em recursos naturais, que permitiam a entrada de divisas necessárias à importação de bens intensivos em tecnologia.

Durante os anos 2000, a América Latina passou por profundas mudanças de rumo, com a eleição de governos progressistas. Entre as lideranças regionais encontravam-se os presidentes: Hugo Chávez (Venezuela, 1998), Ricardo Lagos (Chile, 2000), Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil, 2003), Evo Morales (Bolívia, 2005), Tabaré Vázquez (Uruguai, 2005), Rafael Correa (Equador, 2006) e Fernando Lugo (Paraguai, 2008) – destacam Santos e Milanez (2014).

Neste contexto diferentes estratégias se definiram com distintos graus de ruptura, “enquanto alguns aspectos da política neoliberal foram mantidos, outros foram revistos, conformando o que viria a ser caracterizado como neoextrativismo, de modo geral”, ou “como neoextrativismo progressista, mais especificamente”, afirmam, Santos e Milanez (2014, p. 7) a partir das reflexões de Gudynas (2012). Os autores, porém, salientam que “o paradigma neoextrativista não é uma completa inovação institucional, mas sim uma combinação de aspectos historicamente enraizados na paisagem econômica e política latino-americana” (Idem, p. 7). Albavera (2004), lembram Santos e Milanez (2014, p. 7), destaca que entre os argumentos mais comuns encontram-se expressões propagandísticas como “interesse nacional” ou “interesse público”. O último e perigoso argumento é o desenvolvimento econômico. Dentro desta perspectiva,

[...] as atividades extrativas são vistas como "geradoras de riqueza", sendo importantes elementos para o combate à pobreza e à desigualdade. Nesse sentido, o discurso pode apresentar as vantagens da geração de emprego, obtendo apoio de sindicatos e outros movimentos sociais, como também fonte de renda para ser distribuída para grupos específicos (Santos e Milanez, 2014, p. 9).

No âmbito neoextrativista o Estado, apesar de adotar um papel de provedor, busca garantir certa dinâmica e regulações neoliberais, seja na concessão de empréstimos de dinheiro

dos cofres públicos às empresas do setor de extração, nas políticas de substituição de importações por exportações, ou no apoio à internacionalização das empresas públicas. Como contrapeso a essas práticas, busca alimentar programas de distribuição de renda. Para se ter uma ideia do apoio às empresas de extração, Santos e Milanez (2014, p. 10), a partir de Torres e Góes (2013), trazem o seguinte dado:

[...] no período entre 2002 e 2012, a participação dos setores de óleo e gás, mineração e energia saltou de 54% para 75% da carteira da BNDES Participações S.A. (BNDESPar); e se forem incluídos, ainda, os setores de papel e celulose e alimentos (particularmente proteína animal), a concentração sobre para 89% (Santos e Milanez, 2014, p. 10).

O apoio à internacionalização das empresas nacionais ocorre como se pode observar, além do suporte financeiro, no fornecimento de infraestrutura, o que não é necessariamente uma novidade, como destacam mais uma vez Santos e Milanez (2014, p. 11).

Em grande parte, o modelo de substituição de importações já propunha essa estratégia. Entretanto, enquanto originalmente se defendia a construção de infraestrutura que consolidasse o mercado interno, no neoextrativismo a prioridade é dada ao escoamento da produção para o abastecimento do mercado internacional. Dessa forma, grande importância é dada à logística e muito se fala nos "gargalos da produção", nos "índice de competitividade" dos países e, no nosso caso, no "custo Brasil". No contexto latinoamericano, tem grande importância a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), que é definida [...] como uma rede de rodovias, hidrovias e portos capaz de 'abrir' o continente; no caso específico do Brasil podem ser implicadas as obras associadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

À essas conceituações, poderíamos pensar, em Congonhas (MG), no poder do capital industrial minero-metalúrgico, ou mesmo no poder político das autoridades mandatárias e tecnocratas no direcionamento dos rumos da cidade e na imposição de investimentos de grande impacto ambiental, ou em última análise, no direcionamento dos recursos arrecadados para as políticas públicas de patrimônio. Como bem destaca Lucas Zenha Antonino a este respeito:

O discurso oficial do Estado brasileiro nas suas diferentes escalas de atuação, assim como nos termos dos empreendimentos criados pelas grandes empresas capitalistas quando da implantação de um grande projeto econômico – em especial os de mineração – está recheado de palavras e expressões-jargões como progresso, modernidade, desenvolvimento, planejamento estratégico, interesse e soberania nacional (Antonino, 2017, p. 7).

Possivelmente, seja esse o *logos* articulado pelo discurso desenvolvimentista – que se tornou urgente desde os anos 1970 com a construção da Ferrovia do Aço (1975-1989) – recortando a paisagem e atraindo trabalhadores de diversas partes do Brasil para as obras.

Mesmo antes de ser concluída, a ferrovia já havia abandonado o transporte de passageiros, concentrando-se inteiramente no escoamento da produção industrial. Isso inclui a chegada da Açominas por meio da intervenção do Estado Brasileiro (1976-1986) e a subsequente explosão demográfica que impactou Congonhas e todas as cidades da região, tornando-se mais evidente após as privatizações das empresas mineradoras nos anos 1990, bem como da própria ferrovia, realizadas por grupos de acionistas. Essas ações indicam a consolidação do neoliberalismo no Brasil e o subsequente aumento da escala de produção.

Por outro lado, há uma medida na qual se afirma a identidade fundamentada no passado colonial, validada pelo reconhecimento do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos como Patrimônio Cultural Mundial pela Unesco em 1985. Essa afirmação, notadamente por políticos, intelectuais e artistas, surge após um longo esforço ao longo do século XX na eleição do barroco e do rococó como identidade mineira e nacional, principalmente inspirada na figura de Aleijadinho. Nesta arena, como veremos, o poder circula, desde os ciclos de intelectuais e mandatários – que quase, naturalmente, podemos assim dizer, o maneja de forma habilidosa na defesa de suas bandeiras e programas de governo – à resiliência de parte da população na luta simbólica da representação de Congonhas.

É fundamental destacar que o apetite dos investidores privados no mercado de ações das mineradoras nos anos 1990, a alteração da paisagem urbana (especialmente no entorno do sítio histórico), os dilemas e a crescente necessidade de salvaguardar e proteger o patrimônio (reconhecido internacionalmente), as interferências e a instalação de novos equipamentos culturais como o Museu de Congonhas e as diversas obras patrocinadas pelo PAC Cidades Históricas são fatores que reacenderam contradições e trouxeram novas questões à tona na agenda da cidade. Esses elementos teriam alterado o espaço de experiência e deslocado o horizonte de expectativas (Koselleck, 2006) em relação à forma de pensar a cidade.

Se o futuro “chegou”, para onde ir agora? Recorrer à tradição (barroca) ou seguir o caminho do progresso aberto pela mineração e os milhões de *royalties* e os milhares de empregos gerados por esta atividade? Se a história é um objeto em construção preenchido pelo tempo do agora (Benjamin, 2013) e em constante devir, quais experiências e quais expectativas povoam os corações e mentes dos atores que pensam a cidade? É preciso beber no passado para nutrir o presente, ou o futuro seria apenas uma consequência da afirmação desse presente – sacrificado em nome do progresso da extração mineral que se impõe cada vez mais com violência – no sentido lato da palavra? Quais regimes de historicidade (Hartog, 2014) e quais memórias são acionadas para compreender a representação nesta brecha da ordem do tempo

aberta com os investimentos da indústria minero-siderúrgica (incluindo-se aí a Ferrovia do Aço) e com a chancela de Patrimônio Cultural Mundial concedida pela Unesco em 1985? Uma última pergunta: em que lugar se acomoda a representação, na busca de raízes e uma identificação, ligada a uma certa genealogia (de preservar ou reconstituir um passado), em vias de esvanecer-se, ou a de um futuro que, não seria, nada mais além do que a repetição do presente, em nome do progresso?

Como salienta Hartog (2014), ao dizer que o paradigma da *Geschichte* teria entrado em crise com o neoliberalismo nos anos 1970, tendo sido totalmente abandonado, após queda do Muro de Berlim em 1989, estaríamos, em tese, em um novo estatuto da história ou um novo regime de historicidade. Na atribulação deste conceito, o presentismo, como tendemos a concordar aqui com Hartog, teria dominado o “presente”, de tal maneira, que um dos reflexos seria o fato de que o depoimento testemunhal teria se consolidado como o principal gênero literário do fim do século XX.

Na tentativa de desembaraçar estas questões, nos próximos capítulos, esta tese doutoral reunirá, em um mesmo caminho analítico, a crítica histórica às matérias de jornais como Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, O Globo e o Estado de Minas e os depoimentos de importantes testemunhas que tiveram um papel fundamental na história pública do tempo presente em Congonhas (MG), na entrada, do que acreditamos ser um novo regime de historicidade (a contar dos anos 1970). Esta “quebra do espelho” da representação lançaria, sem dúvida, lançaria projeções que se refletiriam no deslocamento entre o espaço de experiências e o horizonte de expectativas (Koselleck, 2006). As marcas desse rompimento simbólico definiriam, de maneira ainda mais clara, a profunda tensão entre a afirmação do passado artístico-religioso no presente – em torno da chancela de Patrimônio Mundial da Unesco (1985), que destaca o legado da obra-prima de Aleijadinho (a série dos 12 profetas em pedra-sabão e as 64 esculturas de cedro da Via-Crúcis) – e a antecipação do futuro no presente, impulsionada pelo apetite das empresas minero-metalúrgicas, com todas as consequências econômicas, ambientais, sociais e culturais. Isso, na medida em que, o que está em jogo, revelam, as cartas, é uma escancarada assimetria de poder.

As implicações desse desenrolar de transformações econômicas e socioculturais que teriam afetado a experiência (no sentido benjaminiano) dos atores sociais com a cidade de Congonhas, através de relações de poder desiguais, com reflexos na apreensão do tempo e na representação da cidade Congonhas (MG) foram amparadas, neste primeiro capítulo, nas discussões teóricas pertinentes ao tema proposto nesta tese. Pavimentado o caminho, serão as fontes orais, a começar do Capítulo 2, que irão guiar os olhos e a atenção do leitor. O que

pretendemos esmiuçar ao longo da tese são os encadeamentos da crise do tempo presente inauguradas no que entendemos ser a Pós-Modernidade, caracterizada reconfiguração da identificação da fé, da arte e da mineração no acirramento entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativas (Koselleck, 2006), na cisão entre passado e futuro no presente.

A hipótese de um novo regime de historicidade que defendemos na chamada Pós-Modernidade, estaria amparada em dois eixos principais: 1) os investimentos minero-metalúrgicos nos anos 1970 e 1980, com a expansão da CSN, a implantação da Açominas e a construção da Ferrovia do Aço e as prováveis motivações políticas na disputa do território, os impactos sociais e urbanos com o aumento populacional, poluição, dependência econômica na mineração e metalurgia, os efeitos na geração de empregos e o aumento de renda ao município. Esses fatores, notadamente, teriam provocado profundas alterações na infraestrutura urbana, especialmente no entorno dos sítios históricos reconhecidos pela Unesco, Iphan e Iepha, com reflexos que se estendem até os dias atuais; e 2) a corrida ao reconhecimento de Patrimônio Cultural Mundial da Unesco (apetecida em meados de 1970, notadamente após Convenção do Patrimônio Mundial de 1972) e conquistada em 1985. Em especial, nos interessa-nos identificar quais seriam os interesses que motivaram o pleito, quais os usos políticos da imagem desse título teriam sido utilizados pelos mandatários, quais as possíveis repercussões da chancela na elaboração de políticas públicas como na elaboração e execução dos investimentos nas obras de requalificação dos sítios e entornos tombados através do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC Cidades Históricas e a criação do Museu de Congonhas. Medidas estas que buscaram integrar o sítio histórico reconhecido pela Unesco e criar novos espaços de convivência e compreensão das tradições, notadamente a arte e a fé, como símbolos da representação de Congonhas (MG) e da identidade mineira. Aparentemente, e conforme suspeitamos, essas iniciativas visaram proteger, salvaguardar e integrar o patrimônio à comunidade, além de potencializar o turismo como uma alternativa econômica pós-mineração.

Figura 20 – Multidão de fiéis se ajoelha diante do adro do Santuário durante Jubileu



Fonte: Autor desconhecido, s/d.

*Aqui surgiu
Da bruma do tempo,
Imagem imperfeita
Envolvida em algas e vieiras,
Arrojada por marés seculares...
Daqui partiu
Feita devoção.
Outras marés a levaram
Nas velas das naus,
Nas preces marinheiras
E nos sonhos dos que partiram
Porque não tinham porque ficar.
E uniu continentes
Numa rota de fé.
(Isabel Lago)*

CAPÍTULO 2. REPRESENTAÇÕES DE CONGONHAS: A FÉ, A MINERAÇÃO E A ARTE

Neste capítulo abordaremos como o município passou de um arraial à cidade, as motivações para ocupação do lugar com a corrida do Ciclo do Ouro, a devoção em torno do Bom Jesus de Matozinhos¹⁴⁶ e o papel de artistas na construção do Santuário. Na continuidade dessa discussão, nos dedicaremos a analisar a articulação dos intelectuais na afirmação de uma representação calcada no passado artístico barroco, sobretudo na figura de Antônio Francisco Lisboa (Aleijadinho), como principal referência da arte no Brasil e o papel do Estado na construção do mito do progresso através dos investimentos minero-metalúrgicos nos anos 1970. Na travessia, o tempo Chronos estará presente, de forma inevitável, mas não nos ateremos a ele. Interessa-nos muito mais a qualidade do tempo, à oportunidade, ao ângulo privilegiado da vista da cidade, próprios do kairós. Este é o convite que fazemos ao leitor, para desfrutar da paisagem nas janelas desse trem da história, e, à cada estação, a liberdade de tomar o destino que melhor ensejar.

2.1. O Ciclo do Ouro

“O Ciclo do Ouro nasceu sob o signo da Cruz”,¹⁴⁷ defere um dos nossos entrevistados, o prefeito de Ouro Preto e ex-presidente do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), Angelo Oswaldo.¹⁴⁸ Os ibéricos portugueses e espanhóis sempre tiveram uma enraizada devoção Católica e permaneceram fiéis à Roma, resistindo, tenazmente, às consequências da Reforma Protestante ao longo do século XXVI que influenciaram toda a Europa a partir da Alemanha de Martinho Lutero (1483-1546): a reforma Anglicana de Henrique VIII [1509 até-1547] que mudou a religião oficial do país em 1543 a partir da nova igreja na Inglaterra, e a teoria da predestinação de João Calvino 1509-1564], líder religioso e escritor francês que criou um sistema teológico bíblico conhecido como “Calvinismo”, que influenciou o Mundo Moderno (1509-1564). Como explica Angelo Oswaldo:

¹⁴⁶ Em Congonhas (MG), a grafia do Senhor Bom Jesus de Matozinhos escreve-se com "z", mas a preferência não possui uma argumentação precisa. Izabel Lago (2003), ao realizar o levantamento do culto ao Bom Jesus de Matosinhos de Portugal no Brasil, observou que em alguns locais, a exemplo do Velho Continente, a palavra é escrita com "s", como em São João del-Rei e no Brás em São Paulo.

¹⁴⁷ Entrevista concedida por Angelo Oswaldo em 11 de agosto de 2021.

¹⁴⁸ Angelo Oswaldo foi também ministro interino da Cultura, secretário de Estado da Cultura de Minas Gerais e presidente do IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus).

Enquanto a Europa se transformava religiosamente, os portugueses e os espanhóis, aferrados à fé católica e ao primado do pontífice romano, eles saíram nas caravelas, e nas velas se via sempre a Cruz, para propagar, como está n"Os Lusíadas", a fé e o Império, para dilatar a fé e o Império. Então nós sabemos que, desde o início da colonização das Américas pelos portugueses e os espanhóis, a religião esteve como um Norte em todas as ações realizadas. E catequizar era uma maneira de expandir a fé que estava ameaçada na Europa do Leste, conquistar os gentios para a fé, buscar, a... mais adeptos para o Catolicismo, como os portugueses fizeram, é, sempre.¹⁴⁹

Neste espírito, desde o início da colonização, efetivada em meados do século XVI, surgiu a Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola em 1534 e trazida ao Brasil em 1549 pelo padre Manuel da Nóbrega. Os jesuítas, como eram chamados os membros teriam um papel decisivo no projeto de colonização do Brasil, na catequização cristã dos índios. Como detalha Oswaldo (2021):

Então, a colonização portuguesa, ela... ela tinha dois motes, que foram muito bem sintetizados pelo poeta Luís de Camões [1524-1580]: dilatar a fé e o império. E uma coisa estava ligada a outra, porque a religião estava, é, (sic) ligada ao Estado. E como os portugueses e espanhóis haviam combatido os mouros, eles tinham mais razão ainda, no entendimento deles, geopolítico e cultural, de lutar pela propagação da fé. Os portugueses chegaram, é, a Goa [pequeno estado situado na Índia], nós vemos que houve em Goa uma produção muito grande de imagens católicas em marfim e lá está a Igreja do Bom Jesus, onde foi enterrado São Francisco Xavier [santo espanhol - 1506-1552], depois nós vimos aquele frontispício conservado, magnífico frontispício da Igreja de São Paulo, em Macau, e vemos os painéis Namban [arte japonesa inspirada pelo contato com portugueses a partir do século 16], painéis de laca que o imperador do Japão mandou para o rei de Portugal, que estão no Museu, é, de Arte Antiga de Lisboa, nós vemos também os jesuítas presentes ali nas caravelas que desembarcavam no Japão.¹⁵⁰

Todo o ciclo colonial foi guiado pela égide da Igreja Católica com as contradições e embates que se seguiram no Brasil. Os jesuítas, por exemplo, notadamente Antônio Vieira, grande orador, filósofo e escritor (1608-1697) resistia à escravização dos índios, enquanto se mantinha calado diante da condição desumana a que era submetida os escravizados africanos.

Ele que tem um sermão do Rosário impressionante [em] que ele fala sobre o engenho e sobre os africanos que trabalhavam no engenho, dizendo que o engenho era o inferno na Terra,¹⁵¹ ele tem uma palavra complacente para com

¹⁴⁹ Entrevista concedida por Angelo Oswaldo em 11 de agosto de 2021.

¹⁵⁰ Entrevista concedida por Angelo Oswaldo em 11 de agosto de 2021.

¹⁵¹ Nas palavras de Antônio Vieira: "E que coisa há na confusão deste mundo mais semelhante ao inferno que qualquer destes vossos engenhos, e tanto mais quanto de maior fábrica? Por isso foi tão bem recebida

o africano escravizado, mas uma palavra aguerrida, de luta, de defesa contra a escravização dos indígenas.¹⁵²

Outro elemento crucial no Ciclo do Ouro foi a restauração da Monarquia Portuguesa, em 1640, no reinado Dom João IV [1640-1656], após 60 anos de domínio espanhol. O monarca, conhecido também com o “Restaurador”, consagrou o reino de Portugal e Algarves à Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. A instrução era que a santa, para além do reino, fosse a padroeira das missões para exploração de ouro, como explica Oswaldo (2021):

E o rei também pediu à Nossa Senhora da Conceição que fosse ela a padroeira das bandeiras, das grandes expedições que ele, apelava, fossem lançadas pelos paulistas, que eram os colonos mais adentrados no território continental do Brasil para a descoberta do ouro, dizia que agora, com a Restauração Portuguesa, Deus não teria guardado as riquezas das Américas só para os espanhóis, e também para os portugueses (sic) e Nossa Senhora da Conceição seria a madrinha, a baliza, a guia das expedições que os paulistas iriam emprender.¹⁵³

Nestas expedições, os paulistas estavam sempre à procura de “caçar” e escravizar bugres – diminuição de búlgaro – como eram conhecidos os índios da América. Dos sertões do Paraná, dirigiam-se às margens do rio de mesmo nome e do Tietê para buscar os índios que eram embarcados como escravizados no Porto de São Vicente, a fim de trabalharem nas plantações de açúcar no Nordeste. Como eram muito vulneráveis às doenças no contato com os homens brancos e mestiços, os índios foram capturados a um número cada vez maior para trabalharem nessas plantações de cana de açúcar. Muitos morriam pelo caminho. Os paulistas, nestas bandeiras conheciam, cada vez mais o território, expertise que era alimentada da procura do ouro e na escravização e comércio de índios. Angelo Oswaldo entende como uma contradição, justamente os paulistas serem algozes dos índios em fins do ciclo do açúcar e durante o ciclo do Ouro.

E era interessante que a cidade de São Paulo, ela nasceu da fundação do Colégio de São Paulo, no dia 25 de janeiro de 1554, dia da conversão de São Paulo, não é? 25 de janeiro, e os jesuítas fundaram este colégio no planalto de Piratininga, depois de ter escalado no cipó a Serra do Mar para proteger os indígenas e, no entanto, esse núcleo urbano que surgiu à volta do colégio se transformou na habitação da maioria dos apresadores de índios (eles iam, buscavam os índios para vendê-los). E dali, como estavam, portanto, andando

aquela breve e discreta definição de quem chamou a um engenho de açúcar doce inferno”. Cf. Vieira (1998, Sermão XIV-1633).

¹⁵² Entrevista concedida por Angelo Oswaldo em 11 de agosto de 2021.

¹⁵³ Entrevista concedida por Angelo Oswaldo em 11 de agosto de 2021.

pelo interior, pelos sertões ignotos, eles acabaram sendo impelidos a organizar expedições em busca do ouro.¹⁵⁴

E assim, os paulistas iam abrindo entradas: desde o litoral do Espírito Santo, passando pelos rios Doce e do Jequitinhonha, ou em direção à Bahia, pelo São Francisco. O principal bandeirante, como eram chamados os paulistas que faziam expedições em busca de ouro, talvez tenha sido Fernão Dias (1608-1681). Em 1674, ao lado de seu genro, Manoel Borba Gato descobre ouro em Itaberabaçu (Sabará), através da indicação de indígenas que apontaram o caminho da “pedra brilhante grande”, ou Itaberabaçu, região da Serra da Piedade, que entrecorta a paisagem de Belo Horizonte. Assim, Fernão Dias, ao constatar que a Serra era rica em minério de ferro e havia ouro em abundância, fundou Sabará, “primeiro burgo bandeirista [...] - que se, se consolida no coração dessa região mineradora, no ponto mais alto da mata atlântica”.¹⁵⁵

A determinação do rei Dom João IV de consagrar estandartes à proteção de Nossa Senhora da Conceição foi levada, ao fim e ao cabo, pelos bandeirantes paulistas.

[...] tanto que você pode notar que as primeiras igrejas de Minas Gerais são todas dedicadas à Conceição: nós vamos ver Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, o nome do fundador de Ouro Preto e Matriz, hoje, do bairro de Antônio Dias, em Ouro Preto, Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, em Ouro Preto; Nossa Senhora da Conceição, em Antônio Pereira, que é um distrito de Ouro Preto, é, do outro lado da Serra de Ouro Preto; Nossa Senhora da Conceição, de Mariana, depois elevada a Catedral, tendo por orago Nossa Senhora da Assunção, porque Dom João IV também havia consagrado todas as catedrais do reino à Nossa Senhora da Assunção, mas primeiro foi Nossa Senhora da Conceição; Nossa Senhora da Conceição da cidade de Serro; Nossa Senhora da Conceição de Sabará, está lá a Matriz de Sabará, uma expressão genuína do primeiro barroco mineiro, do estilo nacional português, ainda com influência do barroco paulista do século 17; Nossa Senhora da Conceição, de Raposos, considerada uma das igrejas mais antigas de Minas Gerais: Raposos, Sabará, Mariana, Antônio Pereira, distrito de Ouro Preto, é, Antônio Dias em Ouro Preto; Nossa Senhora da Conceição, em Congonhas, a Igreja Matriz de Congonhas de Nossa Senhora da Conceição tem um medalhão na portada, é, feito pelo Aleijadinho também; Nossa Senhora da Conceição, é, Sabará, Raposos, de Serro; de Conceição do Mato Dentro, antiga Conceição do Serro; é, então nós vamos ver que havia, realmente, essa... Esse compromisso com Nossa Senhora da Conceição, [...] mostra [...] que havia todo um envolvimento, é, religioso, quase místico com... da descoberta do ouro com é, a invocação (sic) à Senhora da Conceição, a proteção da Senhora da Conceição e a religiosidade acendrada dos portugueses.¹⁵⁶

¹⁵⁴ Entrevista concedida por Angelo Oswaldo em 11 de agosto de 2021.

¹⁵⁵ Entrevista concedida por Angelo Oswaldo em 11 de agosto de 2021.

¹⁵⁶ Entrevista concedida por Angelo Oswaldo em 11 de agosto de 2021.

A esperança de enriquecer com a exploração de ouro no Brasil no século XVIII, não atraiu somente os bandeirantes paulistas. Milhares de portugueses, oriundos, especialmente da região “Entre-Douro e Minho” atravessaram o mar à procura de riquezas.

Como detalharemos adiante, o novo templo dedicado à devoção do Bom Jesus, construído entre 1559 e 1579 pela Universidade de Coimbra, ficava localizado próximo ao mar em Matosinhos, em substituição à antiga igreja de São Salvador, então anexa ao extinto mosteiro de Bouças. Este era o principal ponto de referência dos navegadores que iam e retornavam do Atlântico, conforme descreve Lago (2003, p. 31):

A nova igreja, situada na encosta de um outeiro suave, sem as construções fronteiriças que hoje a escondem, era bem visível do mar e da foz do rio, tendo constituído certamente um ponto de referência muito importante para marinheiros e pescadores, sobretudo em dias de temporal ou em situações de perigo. Era a última igreja de peregrinação que viam do mar ao partir e a primeira ao chegar. Do alto da sua cruz, no novo altar, o Bom Jesus terá ouvido as preces dos que abalavam e o agradecimentos dos que regressavam. Não admira, pois, que os homens do mar o tivessem adoptado como padroeiro.

Já em terras brasileiras, a fé ao Bom Jesus também teria motivado as travessias da cordilheira da Mantiqueira, do Rio de Janeiro, pela Serra do Mar e do Espinhaço (entre Bahia e Minas Gerais). Nas Alterosas, a influência portuguesa promoveu um grande processo de hibridismo multicultural ao longo destes séculos e

[...] está muito presente na arquitetura, a arquitetura minhota, não é? A arquitetura de Guimarães, a arquitetura de Braga... [Em Ouro Preto, temos o] João de Souza Lisboa construiu a Casa da Ópera [em Ouro Preto], o José Rodrigues de Macedo, que construiu a Casa dos Contos¹⁵⁷ era de Braga. E nós vemos a arquitetura de Braga, a arquitetura influenciada pelo, a arquitetura com traça¹⁵⁸ do André Soares,¹⁵⁹ de Braga, ela motiva a Casa dos Contos em Ouro Preto.¹⁶⁰

Na região do Campo Alegre dos Carijós (que viria a se tornar real Vila de Queluz e depois, em Conselheiro Lafaiete), muitos lusitanos, percorriam as margens do rio Maranhão, fixando-se nos locais onde encontravam jazidas, enquanto outros saíam a explorar novos auríferos, conta Candreva (2018).¹⁶¹ A respeito da efemeridade dos locais onde se exploravam

¹⁵⁷ Casarão construído entre 1782 e 1787 em Ouro Preto (MG) para ser a residência de João Rodrigues de Macedo (cobrador dos impostos da Capitania de Minas Gerais).

¹⁵⁸ Derivado regressivo do verbo traçar, na arquitetura o termo é equivalente à traçada.

¹⁵⁹ Arquiteto português responsável por algumas das principais obras barrocas e rococós naquele país [1720-1769].

¹⁶⁰ Entrevista concedida por Angelo Oswaldo em 11 de agosto de 2021.

¹⁶¹ Ver mais em: <<https://www.congonhas.mg.leg.br/congonhas/historia>>. Acesso em: 02 jun. 2023.

ouro, Mello e Souza (1990, p. 66-67) argumentam que, de fato “a empresa mineira era transitória e itinerante, caracterizando-se pelo baixo teor de capital fixo e pela capacidade de deslocamento em tempo relativamente curto”. A riqueza dos exploradores, temos o dever histórico de reafirmar, foi movida ao custo do suor e castigo de escravizados vindos dos mais diversos países da África que resistiram à violência criando quilombos, e do sangue de milhares de índios que foram dizimados de suas terras de origem para a instalação das minerações de ouro. Como destaca nosso entrevistado Angelo Oswaldo: ¹⁶²

[...] houve um tipo de reação muito grande com relação aos indígenas... Houve também um número muito grande de africanos que foram trazidos, porque os indígenas não davam conta de trabalhar na mineração, e os africanos escravizados vieram aos milhares e eles também não se, não se submetiam facilmente, tanto que houve vários quilombos por Minas Gerais afora, havia sempre enfrentamentos grandes, é, de quilombolas¹⁶³ por toda parte da região mineradora e muitos foram, Quilombo do Ambrósio, por exemplo, lá... lá perto, lá em Ibiá, no extremo, já no extremo Leste de Minas Gerais [A cidade de Ibiá fica na mesorregião do triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, à Oeste de MG]... Quilombos por toda parte, aqui na região de Vila Rica, nós temos nos arredores muitos quilombos também que surgiram...¹⁶⁴

Os confrontos eram frequentes na disputa pelo ouro. Os paulistas levaram “ao fim e ao cabo” as promessas feitas por Dom João IV e os seus sucessores, Dom Afonso VI, Dom Pedro II e Dom João, de que toda riqueza mineral encontrada na Colônia, a partir da Restauração, deveria ser consagrada ao reino. No entanto os bandeirantes, mesmo crendo na proteção de Nossa Senhora da Conceição, começaram a se sentir ameaçados quando aventureiros portugueses, em número cada vez maior, chegavam nas terras auríferas. Os portugueses afirmavam ser os donos legítimos das terras, enquanto os paulistas defendiam o direito da exploração aurífera das jazidas recém-descobertas. O confronto foi inevitável. A cizânia levou

¹⁶² Angelo Oswaldo foi também ministro interino da Cultura, secretário de Estado da Cultura de Minas Gerais e presidente do IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus).

¹⁶³ Na zona rural de Belo Vale (MG), município que faz divisa com Congonhas encontra-se a Comunidade Quilombola Chacrinha dos Pretos. Em 2005, a Fundação Cultural Palmares certificou a Comunidade Chacrinha dos Pretos, como Comunidade Quilombola, em que reconhece que o lugar compartilha de práticas culturais comuns e de identidades partilhadas. O Artigo 2º do Decreto presidencial nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003, define as comunidades remanescentes dos quilombos, como “grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.”

¹⁶⁴ Entrevista concedida em 11 de agosto de 2021.

à Guerra dos Emboabas¹⁶⁵ (1708-1709) na Capitania de São Vicente.¹⁶⁶ A região era estratégica à proteção dos interesses da Coroa, pois os franceses haviam se instalado no Rio de Janeiro e o rio da Prata se tornara uma importante rota de alcance aos castelhanos. Os bandeirantes, também chamados vicentinos, eram liderados pelo guarda-mor das minas, Manuel de Borba Gato, enquanto o grupo de migrantes brasileiros e emigrantes portugueses, apelidados, pejorativamente de “emboabas”, seguiram o português radicado na Bahia Nunes Viana.

Como detalha Angelo Oswaldo (2021):

[...] logo no início Borba Gato recebe um título de governador das minas lá dos rios das Velhas, alguma coisa assim, e os paulistas foram dominando o território, mas aí chegaram os portugueses, que eram os que se julgavam os donos da terra, porque eram os metropolitanos, e os demais... e os brasileiros, os paulistas, (não os paulistas!), os fluminenses, os baianos, os pernambucanos... Os fluminenses largaram tudo no Rio de Janeiro e subiram, os baianos deixaram os seus comércios, é, seus engenhos e vieram, os pernambucanos também. E essa gente, então, foi rechaçada pelos paulistas e houve a Guerra dos Emboabas de 1707/1705, por aí [1708/1709]. Até 1720, a Sedição de Vila Rica,¹⁶⁷ ela ainda é a culminância desse período muito tumultuado de grandes enfrentamentos entre paulistas e portugueses e brasileiros, que eles chamavam de forasteiros, o ‘emboaba’. O emboaba era o frango calçudo, o pinto calçudo, o frango do mato que tem umas penugens na pata, na coxa, que lembravam as botas de enrolar dos portugueses. Então eles eram, os paulistas, que falavam Nheengatu,¹⁶⁸ de tanto conviver com os índios, chamavam os portugueses de emboabas, que eram os frangos do mato, “emboabas” ficou sendo sinônimo de forasteiro e houve essa guerra terrível. Então, depois disso, há uma espécie de “pax”¹⁶⁹ aurífera que permite que, aos poucos, essa sociedade do ouro vá se estabelecendo.¹⁷⁰

A corrida aurífera no século XVIII estabeleceu uma nova cartografia na colônia e influenciou diretamente a cultura. Isso se manifestou tanto nas tradições de inspiração africana trazidas pelos escravizados que trabalharam nas minas, quanto na pompa com que as

¹⁶⁵ O confronto impôs uma derrota aos paulistas, graças à intervenção militar do então governador do Rio de Janeiro, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho. Os vicentinos tiveram que se dirigir ao centro-oeste brasileiro e teve como consequências a criação da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, com a inauguração de Vila Rica (atual Ouro Preto) e Sabará (MG), ambas em 1711, e São João del-Rei em 1713. Após a guerra, entre 1740 e 1760, a região das minas torna-se a mais próspera do Brasil.

¹⁶⁶ Das capitanias hereditárias de 1534 definidas por Dom João III para promover o povoamento da colônia, sediou a primeira vila brasileira em São Vicente no ano de 1532.

¹⁶⁷ A Revolta de Vila Rica, também conhecida como Revolta de Filipe dos Santos ou Sedição de Vila Rica, foi um dos primeiros embates dos descendentes de portugueses que habitavam o Brasil contra a Coroa Portuguesa. Ocorreu em Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, então sede da Capitania de Minas Gerais, divisão criada pela Coroa Portuguesa em 1729 após a cisão das capitanias de São Paulo e Minas de Ouro.

¹⁶⁸ Língua indígena da família Tupi-Guarani, originada do antigo tupinambá amazônico.

¹⁶⁹ Período de hegemonia militar e política que um império impõe sobre seus domínios certa estabilidade.

¹⁷⁰ Entrevista concedida por Angelo Oswaldo em 11 de agosto de 2021.

irmandades contrataram os melhores artistas para erguer igrejas. Essa escolha foi feita como forma de agradecimento ou de demarcação simbólica de poder, configurando uma manifestação tardia de barroco e rococó. Em 1734, era criada a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Congonhas, subordinada ao bispado do Rio de Janeiro.¹⁷¹ No local foi erguida a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. As obras começaram em 1749 e foram concluídas em 1802. O frontispício é atribuído à Aleijadinho (1764).¹⁷² A capela-Mor tem autoria de Manuel Francisco Lisboa (pai de Aleijadinho), sendo ao português também atribuída a autoria da tribuna.

A esta discussão sobre novos modos de comportamento cultural adotados pelas elites locais nos séculos XVIII e XIX, o conceito de hibridismo de Bhabha (2014) parece ser esclarecedor. Para Bhabha, no hibridismo há uma inversão do processo de dominação: o colonizado resiste à cultura do colonizador, mas ao mesmo tempo, busca uma certa identificação com elementos culturais da metrópole, agregando-os à sua própria cultura numa renegociação de códigos e símbolos culturais. Neste “terceiro espaço” é que ocorrem as trocas simbólicas.

É com este ensejo que a nova aristocracia e a burguesia de Minas Gerais, identificou-se ao modo cosmopolita das grandes capitais da Europa.

E, se nós formos olhar, o Ciclo do Ouro foi, constituiu nas Minas Gerais a primeira sociedade urbana do Brasil. Antes do ouro, nós tivemos uma sociedade agrária no Nordeste e estabelecimentos portugueses litorâneos, que visavam, é, preservar o domínio no litoral, no extenso continente, eram uma espécie de salvaguardas que se estabeleciam em pontos estratégicos do litoral, desde Belém do Pará, desde o Forte de São José de Macapá [AP] até o Rio Grande do Sul, passando aí pelos portos de Santa Catarina, Anhatomirim, em todas essas cidades e portos do litoral, que se estabeleceram ali para resguardar essa costa.¹⁷³

A partir da descoberta do ouro, houve uma penetração significativa de bandeirantes paulistas, aventureiros de Pernambuco e portugueses na Capitania de São Vicente (depois desmembrada em Minas Gerais e São Paulo). A cada campanha, inauguravam novos núcleos mineradores e ermidas em agradecimento a algum santo. A ordem da Coroa era ocupar os lugares mais ermos do Brasil, especialmente o Centro Oeste, como estratégia de proteger a Colônia dos franceses e holandeses. Em Minas Gerais, os desafios eram diversos: a região era

¹⁷¹ Cf. Oliveira (2006, p. 17).

¹⁷² Aleijadinho teria estado em Congonhas 15 anos antes da sua intervenção no Santuário do Bom Jesus de Matozinhos.

¹⁷³ Entrevista concedida por Angelo Oswaldo em 11 de agosto de 2021.

montanhosa e de relevo acidentado, com uma mata atlântica quase intacta, habitada por tribos indígenas que resistiram bravamente ao trabalho forçado. Além disso, a distância em relação à metrópole Lisboa era considerável, sendo que uma viagem ao Rio de Janeiro, por exemplo, durava cerca de um mês a cavalo. Da terra fluminense até a capital Lisboa eram mais 6 meses de navio, destaca Oswaldo (2012). Estes entraves à política de exploração aurífera eram vencidos, com muita violência e repressão aos motins dos índios e dos escravizados vindos do continente africano. Como explica:

[...] nós vimos o Cláudio Manoel da Costa [advogado, magistrado e poeta, natural da Vila do Ribeirão do Carmo, hoje Mariana (MG) [1729-1789] – eu sempre cito isso – o poema "Vila Rica" em que ele narra a criação de Vila Rica, ele, Cláudio Manoel da Costa fala num indômito Pataxó, nós temos notícias aí de vários embates entre... entre as autoridades das Vilas do Ouro e do governo da Capitania com referência a ataques indígenas. E depois houve aquela, é, quase que aquela, aquela concentração dos indígenas nos sertões de Leste nas áreas proibidas e aí ficaram, realmente, os Pataxós, mesmo, nessa região que vai ali um pouco depois de Ponte Nova, e, que desce até a Zona da Mata mineira. O ponto mais adentrado era o arraial de São Emanuel do Rio da Pomba e Peixe, hoje a cidade de Rio Pomba, ali descendo, é, com o rio Pomba pela Serra da Mantiqueira e se espraiando pela Zona da Mata, ali havia, o padre Manoel de Jesus Maria, criou um aldeamento indígena para conversão dos indígenas da Zona da Mata e, daí, nasceu a cidade de Rio Pomba. E havia, os índios comerciavam poaias [plantas terapêuticas] com as pessoas ali de Barbacena, daquela região toda que vendiam isso no Rio de Janeiro, essas poaias eram umas ervas e os indígenas sabiam bem o valor delas, trocavam, faziam o escambo com os colonos que iam lá buscar isso...¹⁷⁴

A opulência da aristocracia que surgia em Vila Rica, aspirava transformar a paisagem com a ereção de luxuosas igrejas, das ordens religiosas que disputavam proeminência e riqueza, pelas mãos dos mais talentosos artistas da época. A esse movimento urbano e cultural, explica Oswaldo (2021):¹⁷⁵

Em 1733, 13 anos depois da Sedição de Vila Rica, quando foi martirizado Felipe dos Santos na praça de Ouro Preto, né? – ele foi esquartejado, amarrado a quatro cavalos – e houve a queimada do Morro da Encardideira, hoje Morro da Queimada, que era onde se concentrava o maior número de habitantes de Vila Rica, nós vamos ver que há uma, já uma... um assentamento social e uma prosperidade, é, com a constituição das Câmaras Municipais, já, desde 1711 e a construção de templos - os portugueses construíram, sobretudo, templos, mais uma característica da religiosidade. Então nós vamos ver que houve, é, tudo começou com primitivas capelas, capelas de palha como diz Diogo de Vasconcelos [historiador, político, jornalista e advogado, nascido em Mariana-MG - 1843-1927] na "História Antiga de Minas Gerais", eram pequenas capelas que depois cresceram um pouco, como a gente vê nas

¹⁷⁴ Entrevista concedida por Angelo Oswaldo em 11 de agosto de 2021.

¹⁷⁵ Entrevista concedida por Angelo Oswaldo em 11 de agosto de 2021.

capelas dos morros de Ouro Preto: a Capela de São Sebastião, Capela de Sant'Ana, Capela da Piedade, Capela do Taquaral, que lembram a arquitetura minhota, da região do Minho, em Portugal. É, tem um historiador português, Eduardo de Oliveira, da região do Minho, que faz um comparativo entre essas arquiteturas do Minho e de Minas... – e, logo depois então, aquela capela virava o presbitério, ou seja, a capela-mor de uma nave que passa a crescer pela frente, e, para a expansão da capela, como nós vimos acontecer na Matriz do Pilar, na Matriz de Antônio Dias, é, e em tantas outras igrejas de Minas Gerais. Parto por esses dois exemplos de Ouro Preto. De forma que, para construção desses templos, havia necessidade de artistas, muitos vieram de Portugal.¹⁷⁶

Lusitanos ou filhos brasileiros mestiços de pais portugueses, esses artistas irão exercer uma grande influência na arte e na arquitetura, fazendo de Minas Gerais um grande ateliê do barroco e rococó nos séculos XVIII e XIX. Os principais artistas são lembrados pelo nosso entrevistado Angelo Oswaldo (2021):¹⁷⁷

Francisco Vieira Servas¹⁷⁸ [...] vai ser um dos artistas mais importantes de Minas Gerais, ele nasceu em Portugal em 1720 e morreu, e foi enterrado em São Domingos do Prata em 1811. Ele veio de Portugal. O pai do Aleijadinho [Manoel Francisco Lisboa]¹⁷⁹ e dois irmãos dele (sic) Antônio Francisco, irmão dele (sic), e um outro irmão dele, que atuou até em Diamantina, vieram também... um tio de Aleijadinho era formado, na, (sic) tinha um diploma da Irmandade de São José, é, por ser oficial carapina, mestre carapina, formado em Lisboa, eles vieram porque tinha demanda de trabalho. Francisco Xavier de Brito¹⁸⁰ vem, ele faz a Igreja da Penitência, no Rio de Janeiro, no Convento de Santo Antônio; depois ele trabalha na Igreja de [Nossa Senhora do Pilar] [em] São João del-Rei; na Igreja do Pilar, de Ouro Preto, na Igreja de Santa Efigênia, em Ouro Preto; na Igreja de Santa Bárbara, na Igreja Matriz de Santo Antônio, em Santa Bárbara - a primitiva talha é do Xavier de Brito [...] grandes autores vieram, foram chamados, porque aqui, eles se enriqueciam com o trabalho deles, eles não eram mineradores, mas, talvez tivessem até escravos minerando também, é, associavam-se a essas iniciativas, mas eles eram, realmente, artistas, artífices, artesãos.¹⁸¹

¹⁷⁶ Grifos nossos.

¹⁷⁷ Entrevista concedida por Angelo Oswaldo em 11 de agosto de 2021.

¹⁷⁸ Entalhador português [1720-1811], veio ao Brasil para saber o que tinha aprendido com seus familiares a partir da experiência em construções religiosas de Guimarães e Braga no norte de Portugal. É autor de várias obras em Minas Gerais como a Matriz de Nossa Senhora da Conceição (1750) em Catas Altas, Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (1770 – 1775) em Mariana e Igreja de Nossa Senhora do Carmo (1777 – 1779), em Sabará. Ver mais em: <<https://shre.ink/FranCerv/>>. Acesso em: 08 jun. 2023.

¹⁷⁹ Manuel Francisco Lisboa [nascimento desconhecido, morte em Ouro Preto aos 24 de dezembro de 1751], foi um arquiteto, carpinteiro e mestre-de-obras de Portugal com grande participação em obras sacras.

¹⁸⁰ Escultor, entalhador e santeiro (1643-1718).

¹⁸¹ Grifos nossos.

Estes artistas trabalharam na construção do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos em Congonhas com belas obras de arte, materializando a fé do jubileu em uma iconografia que se tornaria referência simbólica da representação da Cidade dos Profetas¹⁸² e de Minas Gerais como a maior expressão do barroco e do rococó nos séculos seguintes por importantes intelectuais nacionais e estrangeiros.

2.2. Ciclo Religioso I:

2.2.1. A lenda de origem da veneração ao Cristo crucificado

O mito fundador do culto ao Bom Jesus de Bouças, também denominado Bom Jesus de Matosinhos – a partir do século XII em Portugal – está na origem de um dos elementos constitutivos da representação de Congonhas: a fé (devoção). Como narra Fernando Jorge:

A história desse arraial é pitoresca e interessante, devido ao Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, cujo fundador foi o português Feliciano Mendes, um homem que certo dia viu desmoronarem todos os sonhos de felicidade, em consequência do seu fracasso na exploração das jazidas e da moléstia que quase o vitimou (Jorge, 1971, p. 169).

O que seria apenas a translação de uma crença, pelas mãos do minerador português, que creditou a cura de sua enfermidade ao Bom Jesus de Matosinhos, tornou-se, como as décadas seguintes mostraram, no atravessar dos séculos, em matéria-prima a ser lapidada pela arte dos mais renomados artistas do período barroco-rococó no Brasil. Como que inspirados em Hebreus (Cap. 11, vers. 1), quando diz que “a fé é a certeza daquilo que esperamos e a prova das coisas que não vemos”, Antônio Francisco Lisboa, Francisco Cervas, e Ataíde, gravaram seus nomes nas páginas da história da arte do nosso país e anunciaram o que seria tardiamente reconhecido pela comunidade internacional (em 1985) como Patrimônio Cultural Mundial: o Santuário do Bom Jesus de Matozinhos. O historiador português Joel Cleto, um perito em assuntos sobre mitos de origem e lendas no Velho Continente, em visita à Congonhas, durante o Jubileu do Bom Jesus de Matozinhos em 2018, salientou esta ligação.

¹⁸² Alcunha aprovada pela Lei Municipal nº. 902/81 e sancionada pelo então prefeito Altary de Souza Ferreira Júnior.

Nós estamos a fazer esta entrevista junto ao Santuário do Senhor de Matosinhos em Congonhas do Campo e por isso fica evidente aquela que é a grande ligação que existe entre as duas... As duas cidades, ou seja, uma forte devoção em torno de uma antiquíssima imagem que tem cerca de oitocentos anos, que originalmente se encontra em Matosinhos em Portugal, mas cuja devoção os portugueses trouxeram consigo para o Brasil - onde existem mais de 30 santuários dedicados ao Senhor de Matosinhos. Mas de facto é que em Congonhas nós temos aquele que é o mais famoso Santuário do Senhor de Matosinhos em todo mundo, mais do que o próprio Senhor de Matosinhos em Portugal, uma vez que estamos aqui num santuário que está tombado pela Unesco como Património da Humanidade... Mas de facto é... Ahm, é... Este património, esta identidade entre os portugueses e os brasileiros em torno desta imagem milagrosa que une estas duas... Estas duas cidades. Depois, é... Ahm, a partir daí podemos ver uma série de outras aproximações. Por exemplo o Santuário do Senhor de Matosinhos em Portugal é um dos grandes santuários barrocos do século 18 no Norte de Portugal. Bom, nós aqui em Congonhas estamos perante um dos maiores conjuntos, um dos maiores e um dos mais belos conjuntos de estatuária barroca em todo o planeta graças à genialidade do Aleijadinho.¹⁸³

Antes de prosseguirmos com as motivações que levaram à construção do santuário em Congonhas (MG), especialmente decorrentes da corrida do ciclo do Ouro em Minas Gerais no século XVIII e da devoção ao santo trazida pelos aventureiros europeus, voltemos ao mito fundador do fervor ao Bom Jesus. Há várias lendas no imaginário português a respeito da origem da imagem do Senhor Bom Jesus como lembra Isabel Lago (2003). Uma das tradições reza que Nicodemos, uma das testemunhas da morte de Cristo, guardara o Santo Sudário que o envolvia após a descida cruz e que teria guardado a feição do rosto de Cristo. A partir desta imagem Nicodemos teria construído réplicas de madeira de cinco Cristos. Perseguido pelos judeus lançou as esculturas ao mar. As obras foram ancorar no estreito de Gibraltar para o Atlântico. Uma está localizada em Luca, Itália, outra em Berio, na Síria, duas na Espanha, Burgos e Orense, e finalmente, uma em Matosinhos, onde foi descoberta sem um braço na praia do Espinheiro. Esta última imagem teria sido levada à igreja paroquial de São Salvador, anexa ao Mosteiro de Bouças, situado em um vale a 2km da praia.

De acordo com a tradição, durante 50 anos tentaram substituir o braço, sem sucesso, até que uma pobre mulher, mãe de uma filha surda-muda, levou para casa um punhado de lenha que apanhara na praia. Ao incinerar fogo, verificou que um fragmento saltava sempre que era colocado na lareira. Estupefata, ficou quando a filha surda-muda, ao falar pela primeira vez, gritou ao dizer que era o braço do Bom Jesus de Bouças. Esse braço então foi juntado à imagem

¹⁸³ Entrevista concedida por Joel Cleto em 10 de setembro de 2018.

original localizada na paróquia do mosteiro.¹⁸⁴ Outro mito de origem remonta a uma história de Caio Carpo Palenciano, um jovem romano pagão festejava o noivado na praia com a noiva, quando entrou no mar adentro de cavalo para provar sua coragem. Quando regressou à superfície, após quase se afogar, encontrou um barco parado, sem tripulação, onde se encontrava um corpo, que especulou ser de Santiago. Ao voltar à praia, o jovem e seu cavalo estavam cobertos de vieiras e imediatamente se converteu e recebeu o batismo.

Todos os presentes, espantados com o salvamento milagroso do amigo, seguiram-no na opção. Porque o cavalo vinha todo “matisadinho” pelas conchas atribui-se o nome de Matosinhos (corruptela de matisadinho?) ao local do acontecimento, por sinal o mesmo em que posteriormente apareceria a Sagrada Imagem do Cristo atribuída a Nicodemus (Lago, 2003, p. 28).

Fábio França, no livro “Arte e Paixão, Congonhas do Aleijadinho”, relata que as lendas a respeito das peregrinações em voto ao Cristo crucificado remontam ao século IV, provavelmente ligadas à conversão do imperador romano Constantino, o Grande (280-337 d. C.) que ordenou construir uma igreja – mais tarde substituída pela Basílica do Santo Sepulcro – a pedido de sua mãe, Santa Helena, que teria identificado em Jerusalém os locais por onde Cristo passou. A comemoração desta descoberta (*inventio*) pela igreja Católica remonta a 3 de maio. Por sua vez, a festa de Exaltação da Santa Cruz é comemorada em 14 de setembro, em recordação à reconquista do santo Lenho das mãos dos persas e a recondução ao Calvário em 628 pelo Imperador Heráclio. De acordo com França (2015, p. 271-272) percorrer os Passos da Paixão de Cristo, passou a significar aos fiéis nos séculos seguintes fazer a Via-sacra ou Via Dolorosa – espécie de reprodução do caminho que Jesus realizou, carregando a cruz (Via-crúcis), do Pretório (palácio de Pilatos) ao Monte o Calvário (lugar da Caveira). Essa tradição teria sido consolidada pelos padres franciscanos nos séculos 14 e 15. Historicamente, no itinerário destas peregrinações foram criadas as estações (inicialmente conhecidas como paixões), à semelhança do que teria havido em Jerusalém, nas quais os devotos paravam, ouviam prédicas e oravam contemplando uma a uma as cenas do sofrimento dos passos de Cristo.

A peregrinação é prática muito antiga, comum a todos os povos, que buscavam lugares onde acreditavam encontrar manifestação da divindade, tais como fontes, grutas e locais ermos. Era comum também entre os judeus e os gregos a dia aos oráculos e aos tempos dos deuses. Na

¹⁸⁴ Cf. Lago (2003, p. 27-28).

tradição católica, é a caminhada de uma pessoa ou de grupos de pessoas em direção a um lugar sagrado, em geral distante de suas moradias, no qual acreditam haja manifestação do divino, para cumprir votos ou promessas feitas, agradecer favores recebidos e pedir novas graças, valendo-se da penitência da peregrinação como um penhor para consegui-las.

Tornou-se prática comum aos fiéis cristãos programar estas viagens a Jerusalém, uma vez ao ano ou ao menos uma vez na vida. Como nem todos possuíam condições de compartilhar dessa romaria à Terra Santa, era preciso que a Igreja Católica atendesse ao desejo dos devotos. Foi então que se difundiu, rapidamente, por todo o mundo ocidental a criação de locais especiais para reviver a Paixão. Foram criados esses calvários especialmente em países como Espanha, França, Alemanha, Itália e Portugal nos séculos XV, XVI e XVII. O Caminho do Calvário, na tentativa de tornar o mais próximo possível da Via Dolorosa levou à escolha da construção de santuários em locais altos – remontando ao drama do Calvário de Cristo – de forma a permitir aos peregrinos um caminho árduo, difícil, a ser percorrido em uma espécie de ziguezague das estações da Via-sacra.

Mais adiante, ao longo do caminho da Cruz, foram construídas pelos peregrinos ou sacerdotes as ermidas (também chamadas de capelas ou oratórios), que tinham em seu interior cenas da Paixão manifestas em quadros, pinturas ou esculturas, que eram veneradas pelos fiéis.

Ao trazer o pensamento de Germain René Michel Bazin, França (2015, p. 273) recorda que, nas imitações da Via-crúcis, semeadas a partir do século XV na Europa, dava-se extrema importância à reprodução exata das distâncias entre cada estação, que eram medidas em passos (uma forma ligada ao imaginário de se pisar com os pés de Cristo).

Em Portugal, foram erguidos vários santuários em torno dos Passos da Via-crúcis, sendo dois exclusivamente dedicados ao Senhor Bom Jesus, como é o caso de Braga (Bom Jesus do Monte) e Matosinhos (Bom Jesus de Bouças ou Bom Jesus de Matosinhos) – santuários que inspiraram a Basílica do Senhor do Bom Jesus de Matosinhos em Congonhas. A influência do imaginário português na obra-prima de Aleijadinho em Congonhas é mais bem descrita por Bazin (1971, p. 234):

É bem verdade que a cenografia universal de Bom Jesus do Monte ultrapassa, em importância e em poesia, o velho tema da concordância dos dois Testamentos. O Antigo Testamento tem aqui apenas um papel secundário. Em Congonhas do Campo, a réplica brasileira de Braga, a Antiga Lei desempenha sua parte que é essencial. Dominando a Via Crucis, o balé dos Profetas do Aleijadinho ministra ao peregrino essa velha lição apologética da concordância dos dois Testamentos, concebida pela Idade Média, retomada pela Contra-Reforma.

França (2015, p. 274) atribui aos beneditinos a construção do Mosteiro de Bouças entre os anos de 940 e 944. Nesse local teria sido colocada a imagem do Bom Jesus, feita por Nicodemos, que havia sido recolhida na praia de Matosinhos. Em virtude da decadência do espaço ao longo dos séculos, em 1534, D. João III, anexou a construção à Universidade de Coimbra. Com a deterioração do mosteiro e o crescimento de Matosinhos, a Universidade resolveu construir um novo templo em 1542, que foi finalizado apenas em 1550. Neste novo espaço foi transferida a imagem do Bom Jesus de Bouças.

A ampliação da devoção em Matosinhos levou à remodelação no novo templo que foi concluído em 1732, a mesma construção que se encontra erguida nos dias atuais. No paço de entrada do santuário em Matosinhos há seis capelas com os passos de Cristo e, anexo ao templo existe a Sala dos Milagres. Aos aventureiros do mar, à procura de riquezas, ou mesmo dos “brasileiros de torna-viagem,”¹⁸⁵ a igreja era uma referência – tanto no benzer a travessia, quanto no batizar o retorno (ver figura 21). Como explica Lago (2003, p. 32):

A nova igreja, situado na encosta de um outeiro suave, sem as construções fronteiriças que hoje a escondem, era bem visível do mar e da foz do rio, tendo constituído certamente um ponto de referência muito importante para marinheiros e pescadores, sobretudo em dias de temporal ou em situações de perigo. Era a última igreja de peregrinação que viam do mar ao partir e a primeira ao chegar. Do alto da sua cruz, no novo altar, o Bom Jesus terá ouvido as preces dos que abalavam e os agradecimentos dos que regressavam. Não admira, pois, que os homens do mar o tivessem adoptado como padroeiro.

¹⁸⁵ Alcinha dada aos portugueses que voltavam ricos do Brasil.

Figura 21 – Paço da Igreja do Bom Jesus de Matosinhos em Portugal



Autor: Vitor Oliveira.

Já a exaltação ao Bom Jesus do Monte corresponde à devoção no Santuário da Paixão, localizado na cidade de Braga em Portugal (ver Figura 09). A origem da primeira ermida remonta ao ano de 1522. Com o desgaste da estrutura da capela foi construída uma grande igreja em 1725, que em seguida deu lugar a um novo templo que começou a ser erguido em 1784 e finalizado em 1857. No santuário há lagos, fontes, grandes escadarias, com 21 capelas espalhadas nas encostas do monte.

Figura 22 – Santuário do Bom Jesus na cidade de Braga, Portugal



Autor: Pol Mayer.

A construção do Santuário do Bom Jesus de Matosinhos teve início em 1757 por iniciativa do minerador português Feliciano Mendes. Ele desempenhou um papel fundamental na realização desse projeto religioso na região do Alto Maranhão, onde está situada atualmente Congonhas. Após ser acometido por grave enfermidade, fez uma promessa, que caso fosse curado, dedicaria o resto de sua vida a construir um complexo religioso semelhante aos que existiam na região em que nasceu, nas proximidades de Guimarães, norte de Portugal: os santuários de Braga e do Bom Jesus de Matosinhos. Após obter a licença suplicada ao monarca português Dom José I para a construção do templo, concedida em 21 de julho de 1757, conforme Silva (2014, p. 124):

Feliciano Mendes tratou de trabalhar com as economias que conseguiu com o garimpo, comprou uma criança escrava de nome Sebastião para ajudar em sua missão e com a permissão em mãos e uma caixinha pendurada no pescoço, passou a pedir esmolas que logo se tornariam suficientes para a construção de uma capela. A primeira providência tomada por Feliciano após juntar o montante necessário, foi abrir o Livro 1º de Despesas do Santuário de Nosso Senhor Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas do Campo, para nele registrar os pagamentos com materiais e mão-de-obra para a construção, depois, mandou fazer a planta da edificação e contratou os serviços de pedreiro,

carpinteiro e seus respectivos auxiliares, mediante escritura pública lavrada no foro de Vila Rica. O pedreiro Antônio Rodrigues Falcato e o carpinteiro Antônio Gonçalves Rosa, apoiados por seus auxiliares, deixaram a edificação em condições de receber cultos religiosos, antes mesmo do prazo estabelecido por Dom Frei Manuel da Cruz, a 23 de dezembro de 1759.

O Oratório Esmoleiro, espécie de caixinha que era pendurada no pescoço de Feliciano Mendes para colher donativos, o acompanhou até a sua morte em 1765. A igreja, no entanto, foi erguida somente em 1772 durante a administração de Custódio Gonçalves de Vasconcelos (1765-1776).

Note-se que já em 1760, em Congonhas, três anos após a divulgação do milagre do então minerador português Feliciano Mendes atribuído ao Senhor Bom Jesus, já se celebravam missas aos domingos e dias santos no local em que era erguida a igreja. Mas o grande impulso para a peregrinação ao santo, teria sido dado pela concessão de 6º Breve,¹⁸⁶ de 6 de março de 1779, de graças e indulgências, em especial o Jubileu sancionado pelo Papa Pio VI, aos irmãos da Irmandade e aos fiéis que peregrinassem, uma vez por ano à Congonhas. Daí originou-se o Jubileu do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, romaria celebrada todos os anos, de 7 a 14 de setembro até os presentes dias (ver Figura 23).

Como explica nosso entrevistado, André Candreva,¹⁸⁷ a autorização papal é que,

[...] de fato, cria esse primeiro pertencimento do nosso circuito histórico: o casario, a ladeira de um lado a outro do rio Maranhão, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, a Igreja do Rosário, a Igreja de São José e, claro, todo o conjunto hoje conhecido como Santuário do Bom Jesus de Matosinhos em Congonhas. Então, o Jubileu é o primeiro momento que o povo congonghense e o povo mineiro têm com a arte maior do Barroco, expressa através de tudo aquilo que grandes mestres que estiveram em Congonhas deixaram como legado.¹⁸⁸

¹⁸⁶ Carta autenticada com o selo do anel do papa. Ao todo o Papa Pio VI concedeu oito breves, no período de 27 de fevereiro a 11 de março de 1779. Um dos breves autorizava a abertura da Irmandade do Senhor Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas do Campo. De acordo com França (2015, p. 58), muito provavelmente o administrador do santuário, Inácio Gonçalves Pereira, criador da irmandade em Congonhas, se inspirou na Confraria do Bom Jesus de Matosinhos, instituída em 1607 em Portugal. Cf. França (2015, p. 58).

¹⁸⁷ André Candreva é servidor da Câmara Municipal e Presidente do Instituto Histórico Geográfico de Congonhas.

¹⁸⁸ Entrevista concedida por André Candreva em 10 de abril de 2021.

Figura 23 – Fiéis fazem saudação no adro do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos em Congonhas, década de 1940



Autor: Gautherot. Reprodução: Acervo IMS.

Retomando Edgar de Cerqueira Falcão, França (2015, p. 73) destaca que a construção do santuário de Congonhas “reuniu os melhores artistas mineiros da época”, como Antônio

Francisco Lisboa (o Aleijadinho),¹⁸⁹ Francisco de Lima Cerqueira,¹⁹⁰ Francisco Vieira Servas,¹⁹¹ João de Carvalhais,¹⁹² Manuel da Costa Ataíde¹⁹³ e Tomaz da Maia Brito, entre outros. A primeira parte do templo foi concluída em 1772.¹⁹⁴ Porém, a intervenção de Antônio Francisco Lisboa (mestre Aleijadinho) ocorreu apenas alguns anos depois, como explica a pesquisadora Miriam Ribeiro de Oliveira:

A série dos 12 Profetas de Congonhas foi, portanto, realizada em duas etapas, como podemos deduzir da análise dos documentos reproduzidos. Uma primeira etapa abrangendo o ano de 1800 e alguns meses do ano de 1802, e uma segunda etapa em 1805, ano em que concluiu as figuras (Oliveira, 1984, p. 30).

No início do século, de 1796 e 31 de dezembro de 1799, Aleijadinho e os ajudantes do seu ateliê entregaram, ao lado dos ajudantes de seu ateliê, a *Via-Crucis* com os seis passos das capelas em sete estações que abrigam 64 esculturas em cedro do mestre barroco, assim nomeadas: Ceia, Horto, Prisão, Flagelação, Coroação de Espinhos, Cruz-às-

¹⁸⁹ Antônio Francisco Lisboa, conhecido como Aleijadinho (por ter as mãos mutiladas por uma doença, muito provavelmente hanseníase), foi um escultor e arquiteto autodidata, tido por influentes intelectuais como Robert C. Smith, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Germain Bazin e Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira como o principal artista do barroco-rococó em sua vertente brasileira em fins do século XVIII e início do século XIX.

¹⁹⁰ Pedreiro e canteiro, atuou em Congonhas entre 1765 e 1769. Foi responsável pelo levantamento das torres do Santuário e da capela-mor da igreja com a ajuda de Tomás da Maia Brito. Possui obras conhecidas em Ouro Preto (chafariz do Alto das Cabeças e da Igreja São Francisco de Assis), São João del-Rei onde fez importantes trabalhos na Igreja de São Francisco de Assis e na Igreja de Nossa Senhora do Pilar.

¹⁹¹ Notável entalhador, cuidou do embelezamento do interior do santuário em Congonhas como o cinzelamento dos quatro grandes anjos do Santuário (1777-1779). Trabalhou na construção da Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Congonhas. Possui trabalhos em cidades como Catas Alta do Mato Dentro (Matriz de N. Sra. Da Conceição) e Mariana (Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Catedral e Igreja de São Francisco de Assis).

¹⁹² Pintor, fez a pintura do altar de Santo Antônio (1769-1772) e em 1781 fez duas imagens de Cristo para os altares colaterais. O artista tem ainda, trabalhos reconhecidos em Ouro Preto (Matriz de N. Sra. do Pilar, Cada da Fundação, Casa da Intendência e Palácio dos Governadores), de acordo França (2015).

¹⁹³ Pintor, desenhista, filho do alferes português Luis da Costa Ataíde e de Maria Barbosa de Abreu. Nascido em Mariana em 1762, conquistou, de acordo com França (2015, p. 78) “as patentes de alferes da Companhia de Ordenanças do distrito de Mumbaça, no termo de Mariana e da Companhia de Ordenanças do Distrito de Soledade, termo de Vila Rica”. Foi filiado à irmandade do Bom Jesus de Congonhas e faleceu em 2 de fevereiro de 1830 em Mariana. França (2015, p. 78) ainda ressalta que Ataíde é “considerado o maior pintor do barroco mineiro”. Entre as principais obras como bem lembra França (2015) encontram-se o forro da Igreja de São Francisco de Assis, de Ouro Preto que retrata a glorificação da Virgem (Nossa Senhora da Porciúncula) e em Congonhas a pintura da capela-mor (1819), a encarnação das figuras dos Passos da Paixão (Ceia, Horto, Prisão em 1818), que haviam sido esculpidas por Aleijadinho e Francisco Xavier Carneiro. Dentre suas principais obras, destacamos as de Mariana (igrejas de Nossa Senhora do Rosário, do Carmo e São Francisco de Assis), Ouro Preto (Igrejas de São Francisco de Assis, N. Sra. do Carmo, das Mercês e Perdões) e Caraça (Capela N. Sra. Mae dos Homens e Santa Ceia do Salão nobre do Colégio em 1828).

¹⁹⁴ Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/46>>. Acesso em: 09 jun. 2023.

Costas/Crucificação. Apenas em 1930 foi colocada a pavimentação e construídos os jardins (Neves; Costa; Ruchkys, 2015). O conjunto arquitetônico conta ainda com pinturas de Manoel da Costa Athaíde (1760-1830) e a Sala de Milagres, que guarda uma coletânea de ex-votos (objetos oferecidos em agradecimento por graças alcançadas). Neste acervo também se encontram a coleção de 89 ex-votos pintados, datados dos séculos XVIII ao XXI. Além do valor artístico¹⁹⁵ o Santuário é um dos principais centros de peregrinação religiosa no Brasil e recebe milhares de fiéis todos os anos. A grande romaria – o Jubileu – acontece todos os anos entre 7 e 14 de setembro, congregando uma multidão de fiéis (ver Figura 24).

Figura 24 – Jubileu do Bom Jesus de Matozinhos em Congonhas (MG)



Autor: Marcel Gautherot, 1941. Reprodução: Acervo IMS.

¹⁹⁵ Ao visitar Congonhas no início do século XX, o poeta Oswald de Andrade se encantou com o santuário e criou o poema “Ocaso” em que descreveu a obra de Aleijadinho como: “Bíblia de pedra sabão/Banhada de ouro das minas” (Andrade, 1974, p. 140).

2.2.2. A peregrinação do Jubileu de Congonhas

O ex-padre e ex-diretor da rádio Congonhas AM, Fábio França (2015) destaca que o Jubileu do Bom Jesus de Congonhas recebeu o nome de romaria dos próprios devotos. Desde seus primórdios (1779), reunia,¹⁹⁶ a cada ano, multidões e continua, nos dias de hoje, a atrair milhares de devotos do Senhor Bom Jesus no mês de setembro” (França, 2015, p. 131). Como explica Sanchis:

O que era Romaria? Um caminhar, muitas vezes penoso, doloroso até, em condições voluntariamente precárias, por isso demorado, mas cheio de encantos – imersão numa natureza selvagem e encontros lúdicos no caminho – até a concretização da apresentação e presença do peregrino a um “Santo”: santuário próximo ou longínquo, Sagrado feito gente, com quem se conversa, se troca bens, energia e saúde (promessas), perto de quem se vive uma pequena porção de tempo, o tempo feito Festa: comida, bebida, encontros, dança; até a volta para um cotidiano transfigurado, já na espera de outra romaria. Um ritmo de vida – e na vida (Sanchis, 2006, p. 86).

Em Congonhas a festividade santa insere-se como uma das grandes peregrinações do Brasil como as do Senhor Bom Jesus da Lapa (1691) e do Bonfim (1745) – ambas na Bahia – e do Bom Jesus de Pirapora (1725), em São Paulo. Além disso, o evento religioso é um dos elementos fulcrais da representação de Congonhas, como destaca o ex-padre redentorista do Santuário do Bom Jesus, Fábio França:

Então vejo primeiro, essa identidade religiosa, em que era conservado - até o tempo que eu estava lá e eu via isso com muita nitidez, essa dependência também. Depois com a emancipação de Congonhas [em 17 de dezembro de 1938] e com o desenvolvimento da cidade, evidentemente, essa ligação muito estreita foi desaparecendo. E hoje eu acho que não existe mais essa ligação de igreja com a cidade no sentido de obras sociais, essas coisas, né – não obras sociais da igreja, mas obras da prefeitura, né, bairro, enfim, essas coisas – infraestrutura. E outro aspecto muito importante que manteve Congonhas também é o jubileu, que é um lado religioso, foi responsável pela manutenção dessa religiosidade. 1779 ele começou, existe até hoje, né? Quer dizer, é um é

¹⁹⁶ O pesquisador e presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Congonhas (IHGC), André Candreva ressalta que, após a autorização do Cônego Ignácio Correa de Sá em 1780, o Jubileu passou a ter duas festas anuais: a primeira em uma na semana que terminava em 3 de maio (dia da Santa Cruz), e a segunda, com fim em 14 setembro (dia da Exaltação da Santa Cruz). Já na década seguinte os festejos do Jubileu do mês de maio sofreram, significativa perda da presença dos fiéis, que eram “desencorajados pelas chuvas que deixavam os precários caminhos ainda piores” – sendo assim extinto. Disponível em: <<https://www.congonhas.mg.gov.br/wp-content/uploads/2022/09/Artigo-Jubileu-do-Bom-Jesus-de-Matosinhos.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2023.

coisa que não é comum o jubileu dessa forma, né, de tantos anos. O jubileu trouxe muitos benefícios para Congonhas e continua trazendo.¹⁹⁷

Recorrendo a Lemos (2004, p. 41), Santirocchi (2011, p. 294) salienta a importância que a festividade adquiriu, tanto aos moradores, peregrinos na construção de uma memória coletiva.¹⁹⁸

O Jubileu do Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas, representa um dos mais importantes patrimônios imateriais não só de Minas, mas também de todo o Brasil. Este patrimônio cultural e seus bens intangíveis são portadores de elementos que definem uma coletividade e sua história. Trazem consigo uma enorme riqueza de práticas, usos, costumes, musicalidade, assim como de saberes e saber fazer. O Jubileu transmite a imaterialidade produzida pela cultura de um povo como representativa de sua identidade e história.

Neste mesmo aspecto observa nosso entrevistado André Candreva (2021), ao destacar a festividade como motor do desenvolvimento de Congonhas pós-ciclo do Ouro. Como observa:

[...] o desenvolvimento social/cultural que o Jubileu promove, integrando as pessoas é somente visto em Congonhas com essa grande força, né? - porque aqui tem um atrativo, sempre teve esse atrativo de receber, né? O comerciante, o comerciante, ele vinha de longe, principalmente de São Paulo, pra colocar à venda, né, os seus produtos para a população, que, até então, tinha dificuldade em ter acesso a essas mercadorias. O Jubileu foi esse facilitador. Então, o Jubileu tornou-se grande vitrine. Um exemplo: a sociedade mineira veio a conhecer a calça Jeans através do Jubileu de Congonhas, no início dos anos 1950, da década de 1950. As mulheres não conheciam calça Jeans, elas foram ver isso no Jubileu, e foi uma quebra de padrão muito grande, porque a mulher não usava calça Jeans, então mulher de calça Jeans era uma coisa de outro mundo. Então o Jubileu proporcionou isso, as mulheres passaram a ver aquela calça ali feminina, não só a masculina, mas a feminina, então é uma quebra de paradigma pro povo mineiro. Os circos, por exemplo, do Brasil dos anos 20, dos anos 30 vinham diretamente pra Congonhas, saíam de São Paulo ou do Rio de Janeiro e vinham fazer seus espetáculos em Congonhas primeiro, pra alertar o povo mineiro da grandeza que é o circo. Grandes circos, por exemplo, como o Garcia, um dos mais tradicionais circos brasileiros, traziam a Congonhas o que tinham de melhor, inclusive todos os tipos de animais exóticos, que, naquela época, eram permitidos viajar. Hoje o circo não pode mais ter animais, mas naquela época chegava aqui todo tipo de animal pela estrada de ferro. Então o Jubileu foi esse indutor da transformação da cultura congonghense e, por sua vez, da cultura do povo mineiro.¹⁹⁹

¹⁹⁷ Entrevista concedida por Fábio França em 20 de novembro de 2021.

¹⁹⁸ A ligação acentuada de fé ao Bom Jesus é evidente nas celebrações do Jubileu (7 a 14 de setembro) com a “Fila do Beijo”, onde os devotos se reúnem, desde a manhã, cedinho, para beijar as pontas de dois laços que envolvem a imagem do Cristo Morto na Basílica do Senhor Bom Jesus de Matosinhos. Relato etnográfico sobre este evento é feito por: Bastos (2017, p. 2.860-2.873).

¹⁹⁹ Entrevista concedida por André Candreva em 7 de abril de 2021.

Neste mesmo sentido Santirocchi (2011, p. 294) credita, o culto ao santo, ao lado da mineração, como os principais valores da identificação simbólica de Congonhas.

A relação da cidade de Congonhas e de sua população com o Jubileu do Bom Jesus é fortíssima. Pode-se dizer que Congonhas nasceu sobre duas bases, a mineração e a fé no Bom Jesus. A mineração desenvolveu o lado direito do rio Maranhão, enquanto o lado esquerdo nasceu graças à devoção ao Bom Jesus. A peregrinação crescente e constante de pessoas criou a necessidade de se investir em infraestruturas. Assim, para servir ao Jubileu, foram feitas romarias (casa de hospedagem) para os peregrinos, as ruas foram calçadas, foram feitos aterros e reforços nas encostas dos morros, aquedutos, colégio, pontes, ramal férreo, e o resultado é o estuendo complexo arquitetônico religioso da Basílica do Bom Jesus, que guarda obras dos maiores artistas mineiros do século XVIII-XIX.

Concordamos, em parte, com Santirocchi (2011), mas acreditamos que a arte deveria ser acrescentada na interpretação simbólica da cidade. Em nossa hipótese fé, mineração e arte (não necessariamente nesta ordem, já que estas intercessões estão intimamente ligadas, em diversas temporalidades) fechariam o triângulo²⁰⁰ da representação de Congonhas – unidade esta quebrada (como um espelho), a partir de meados de 1970, no que advogamos ser um novo regime de historicidade. A arte que Congonhas abriga, receberia o reconhecimento em 1939 – dois anos após a criação do Iphan – com o tombamento no “Livro do Tombo das Belas Artes”, do “Santuário de Bom Jesus de Matozinhos: conjunto arquitetônico, paisagístico e escultórico”. O reconhecimento veio logo depois da emancipação da cidade, em 17 de dezembro de 1938.²⁰¹ Até esta data, o território de Congonhas era dividido entre Ouro Preto e Conselheiro Lafaiete, que definiriam naquele ano, as terras que seriam destinadas ao novo município.

²⁰⁰ Conferir Figura 06, p. 41.

²⁰¹ Mais detalhes, conferir na nota de rodapé n. 53.

Figura 25 – Vista do Adro da Basílica do Senhor Bom Jesus de Matozinhos



Autor: Bruno Simões Coelho. Reprodução: TripAdvisor.

O Iphan ainda reconheceria nas décadas seguintes outros bens, como o da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição no Livro de Belas Artes em 1950 e a coleção de 89 ex-votos pintados pertencentes ao Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos no Livro Histórico e Belas Artes. A interferência do Iphan, calcada nos valores artísticos, arquitetônicos e históricos do patrimônio colocará em evidência o posicionamento de outros atores, que como veremos mais adiante na tese, nem sempre em acordo com as diretrizes do órgão federal.

O fato de o tombamento ter agregado um novo status ao Santuário, o de “obra de arte”, além dos que já haviam sido construídos pelos antigos usuários (moradores, romeiros), permite-nos refletir sobre até que ponto o conflito existente entre essas instâncias de legitimação (IPHAN, Igreja etc.) teria culminado em uma hierarquização de valores simbólicos, tendo o valor artístico sido sobreposto aos demais (Bastos, 2017, p. 2.872).

Retornemos ao papel da Igreja no desenvolvimento da cidade e na proteção do patrimônio. França (2015, p. 131) enfatiza que, para receber a multidão de fiéis, cada vez mais crescente a cada Jubileu, a administração do santuário construiu a Sala dos Milagres e investiu, até 1897, “na construção de ramal ferroviário, partindo da Central do Brasil em direção a

Congonhas, para facilitar o transporte de romeiros”. A Sala dos Milagres foi erguida entre (1765-1776) durante a administração do ermitão Custódio Gonçalves de Vasconcellos. O local guarda milhares de ex-votos (objetos entre fotografias, cartas, ou gravuras de um devoto em agradecimento, ou “pagamento” a um pedido atendido do Bom Jesus). A tradição foi difundida na Europa entre os séculos XVII e XVIII, com grande adesão em Portugal (França, 2015). Dentre os principais ex-votos, encontram-se 89 que foram adquiridos pelo Banco do Brasil em 1979. Destes, 40 foram restaurados pelos técnicos da Escola de Belas Artes da UFMG com orientação da Fundação Nacional Pró-Memória. Em 10 de dezembro de 1980, a coleção foi tombada pelo SPHAN/Pró-Memória, que tinha como diretor, Aloísio Magalhães.²⁰²

No ano seguinte dias, dias 27, 28 e 29 de junho de 1981 foi realizado em Congonhas, pela Fundação Nacional Pró-Memória,²⁰³ com apoio da Prefeitura Municipal e da comunidade local, o seminário “Patrimônio e Atividade Cultural”, ocasião em que a comunidade discutiu com restauradores, arquitetos, antropólogos, historiadores e educadores a preservação de seus bens culturais e em que os ex-votos restaurados foram devolvidos à Sala dos Milagres. O evento contou com a participação de Aloísio Magalhães (ver Figura 26), que afirmou, de acordo com França (2015, p. 133) que o “conjunto de Congonhas constitui fonte de referência histórica, artística e antropológica da população regional mineira devota do Bom Jesus”.

²⁰² Mais detalhes sobre o papel de Aloísio Magalhães neste processo, encontram-se na dissertação de mestrado, denominada “Preservação do patrimônio e construção da memória nacional nos arquivos de Aloísio Magalhães (1975 a 1982). Cf. Costa (2013).

²⁰³ A Fundação Nacional Pró-Memória foi um órgão público criado em 1979 e extinto em 1990, que funcionou, ao lado da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), como uma organização dual, visando dar maior dinamismo às políticas culturais voltadas para a preservação do patrimônio cultural. Em 1979, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) anexou o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), criado em 1975, e o Programa das Cidades Históricas (PCH), lançado em 1973. Com essas fusões o Iphan transformou-se em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). Assim, em 1979, foi criada a Fundação Nacional Pró-Memória, pela Lei nº. 6.757, de 17 de dezembro, para atuar como braço executivo da nova Secretaria. Cf. Rezende *et al* (2015).

Figura 26 – cerimônia de devolução dos ex-votos realizada em 1981²⁰⁴



Fonte: Arquivo Aloísio Magalhães, Fundação Joaquim Nabuco.

Para além da peregrinação religiosa iniciada no fim do século XVIII, a festividade também era um meio de intercâmbio cultural e comercial, como explica Candreva:

O povo mineiro vinha ao Jubileu, não só pra (sic) fazer esse lado espiritual (sic), realizar seu lado espiritual, mas também pra saber das novidades: o que se vendia em São Paulo, o que se vendia no Rio de Janeiro, o que se praticava no comércio dessas grandes metrópoles? Era visto no Jubileu. O Jubileu passou a ser essa vitrine para o sertão mineiro. As distâncias eram vencidas aí a 30, 40 dias de caminhada em lombo de animais, até a chegada do trem.²⁰⁵

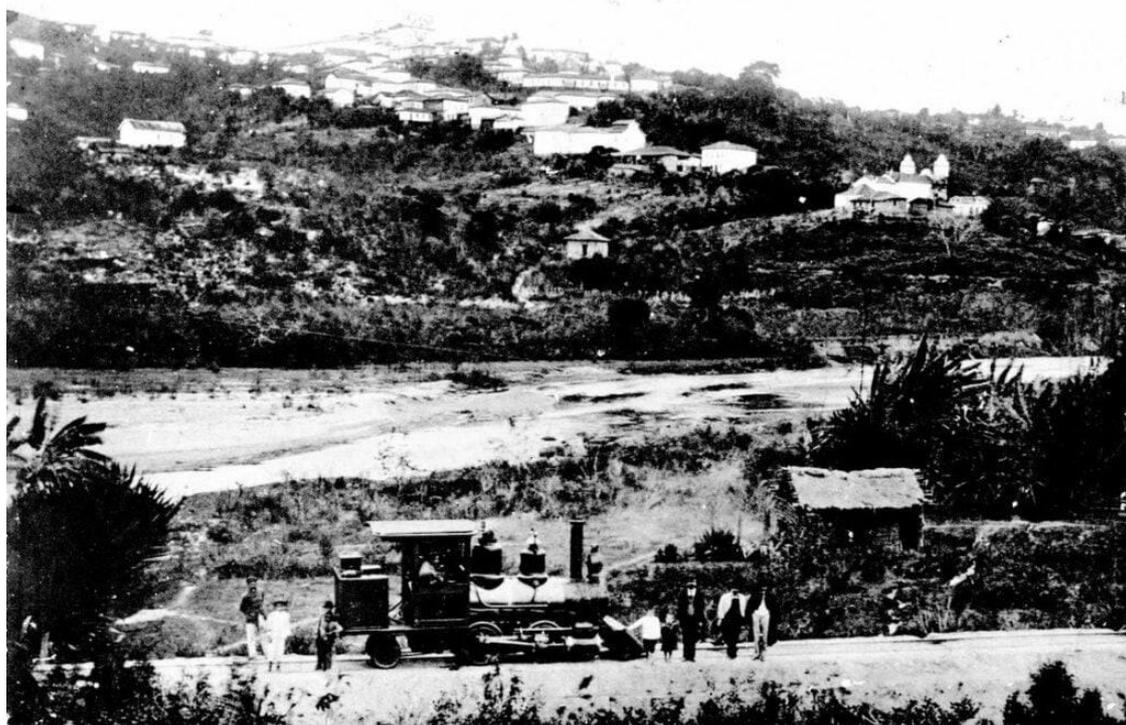
O trem modificou a paisagem (ver Figura 27), entrecortando as montanhas, submetendo o território a uma série de modificações, ao mesmo tempo em que proporcionava novos canais de comunicação e novas experiências. Como detalha Candreva:

²⁰⁴ Aloísio Magalhães (diretor do Sphan e da Fundação Nacional Pró-Memória (de paletó branco ao centro), ladeado à direita pelo Governador de Minas Gerais, Francelino Pereira, do prefeito de Congonhas Altary de Souza (de óculos escuros e terno preto) e do arcebispo de Mariana, Dom Oscar de Oliveira (1960-1988) durante a cerimônia de devolução dos ex-votos realizada em 1981.

²⁰⁵ Entrevista concedida por André Candreva em 10 de abril de 2021.

Então, o trem chega aqui por volta de 1886, passando primeiramente pelo Distrito de Lobo Leite, depois cria-se uma linha direta entre Lobo Leite e Congonhas, um ramal férreo, um pequeno ramal férreo, inaugurado em 1889, depois, propriamente dita, a Estação Ferroviária de Congonhas é construída e inaugurada em 1914, aí [com] os trens, já passando, no Centro de Congonhas. Então, o movimento dos trens também modifica o cenário da festa do Jubileu e modifica, por sua vez, Congonhas como um todo. A estrada de ferro tem esse outro papel importante, porque ela trouxe o Brasil pra dentro de Congonhas. O Brasil passou a ter... A conhecer tudo o que se imaginava no início do século 20, tudo o que existia nas primeiras décadas do século 20 nas grandes metrópoles chegava a Congonhas pelos vagões dos trens da Central do Brasil. E isso foi uma coisa assim, estrondosa pro povo mineiro (sic), porque o povo mineiro passou a conhecer as novidades, mais uma vez, pelo Jubileu interligado agora pela estrada de ferro, né? – cortando Congonhas. E a estrada de ferro tá ativa até hoje. Só não existe mais o transporte de passageiros.²⁰⁶

Figura 27 –Trem do Bispo



Fonte: Autor desconhecido, s/d.²⁰⁷

²⁰⁶ Entrevista concedida por André Candreva em 10 de abril de 2021.

²⁰⁷ Para André Candreva, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Congonhas (IHGC), a fotografia, provavelmente foi tirada em 1899, ano da inauguração do ramal ferroviário que ligou as estações do Jubileu e do Santuário à estação de Soledade (hoje Lobo Leite), que ficava cerca de 8km de distância.

Como observamos nos depoimentos dos entrevistados, a estrada de ferro, teve um papel fundamental nessa travessia da construção simbólica da representação de Congonhas. Da estação Soledade (1886), atualmente Lobo Leite, que ligava o ramal de Congonhas à Central do Brasil, à estação Jubileu (1899), em que passaram milhares de romeiros até a sua desativação em 1917, e mesmo nas décadas seguintes, até meados de 1980, multidões percorriam os caminhos da fé, à pé ou de trem (ver Figura 28), seja para subirem as ladeiras do calvário para irem ao encontro da imagem do Bom Jesus, ou mesmo para fazerem uma consulta com o médium espírita Zé Arigó.

Figura 28 – Trem de Luxo Vera Cruz, década de 1960 e 1970. Linha Belo Horizonte/Conselheiro Lafaiete passando pela Estação de Congonhas (MG)



Fonte: Autor desconhecido, s/d.

Na década de 1980, com a extinção dos trens de passageiros, os trilhos passariam a sentir o peso, não de promessas, milagres e redenção, mas do minério de ferro, tripulante que permanece até os dias atuais (ver Figura 29).

Figura 29 – Trem de ferro da empresa MRS do Grupo CSN carregando vagões de minério



Fonte: Próprio autor (2021).

2.2.3. As romarias

Desde o começo do jubileu ao Bom Jesus de Matozinhos em Congonhas, à medida que a peregrinação crescia, a irmandade ia – sem um planejamento de ocupação urbana adequado, poderíamos dizer assim – construindo casas para abrigar os romeiros que chegavam aos milhares de todas as partes do Brasil. Como destaca Tavares (2021) a partir de Azzi (1977):

[...] com frequência os centros de devoção tiveram origem em uma simples cruz, oratório ou capela. O culto à cruz ou a uma imagem devota se torna progressivamente eixo da piedade popular. O oratório ou a capela se transformam num centro de romaria (Tavares, 2021, p. 172).

Segundo relato do Padre Júlio Engrácia (Adm. 1900-1912) o fluxo de romeiros era de tal volume em Congonhas que as doações vinham “dos extremos pontos de Minas e ainda de outras Capitânias” (Engracia, 1908, p. 18-32).

A construção desordenada, que atendia um número cada vez maior de peregrinos, dentre eles muitos miseráveis e desvalidos, precisou ser revista. Com a chegada dos redentoristas (1924-1975), em 1933, os prédios que avançavam sob as ruas do entorno do santuário foram

demolidos (ver Figura 30) e um novo local foi destinado à construção das romarias (atual prédio da Romaria como pode ser visto hoje em dia).

Figura 30 – Fiéis dentro das romarias próximas ao Santuário assistindo ao culto do Bom Jesus de Matozinhos, enquanto uma fila de pessoas ajoelhadas, ocupa todo o pátio da lateral da esquerda do templo, pouco antes da demolição em 1933



Autor: desconhecido, 1933. Arquivo: Padres Redentoristas.

Com a demolição das casas (ou pousos de romeiros feitas de forma improvisada), abriu-se caminho para um novo projeto. A planta original do novo prédio das romarias (que viria a ser batizado de Romaria) foi elaborada pelo engenheiro e arquiteto-urbanista Dr. Neubauer, acatando à curiosa proposta de construção oval do secretário redentorista Padre Paulino Donker (Adm. 1925 a 1935), como salienta França (2015). O novo espaço se localiza a algumas quadras, ao fim da ladeira que liga ao Santuário, e foi pensado de forma que a arquitetura não competisse com os edifícios do período barroco-rococó (ver Figura 31).

Figura 31 – Vista panorâmica do edifício circular da Romaria²⁰⁸



Autor: Prefeitura Municipal de Congonhas-MG (2022).

As obras iniciaram em 1932 e contemplaram ainda a reformulação dos jardins dos passos da paixão onde se encontram as capelas com as esculturas de Aleijadinho e seu ateliê e as pinturas de Ataíde. Como explica nosso entrevistado, ex-redentorista e padre da Basílica de Congonhas, Fábio França:

Quando os redentoristas vieram, eles destruíram todas as romarias que estavam no adro ali na paça (sic) [Paço da Basílica], ficou só aquela ali dos Canudos, não sei. As outras foram eliminadas e eles então cogitaram em fazer as romarias que existem hoje (reconstruídas, né), que foi feita (Sic) em 1932, começou em 1932, 1933 e 1934 na forma de um ginásio olímpico para garantir a preservação e para garantir que os romeiros pudessem dar as esmolas [depositadas no centro da cúpula] aos pobres.²⁰⁹

Nos anos 1960 as romarias estavam em decadência. Com o desenvolvimento do transporte ferroviário e rodoviário, já não havia a necessidade da multidão se hospedar para assistir à celebração do Jubileu. Poderiam ir num dia e voltar, no mesmo dia. Descaracterizado de seu uso original, o prédio da romaria caiu em ruínas (ver Figura 32).

²⁰⁸ O edifício passou por duas reformas, em 1995 quando foi reconstruído, e em 2018 e 2019 com novos espaços internos como anfiteatros e estúdios de TV e rádio e paisagismo no entorno.

²⁰⁹ Entrevista concedida por Fábio França em 30 de julho de 2021.

Figura 32 – Criança caminha ao centro da antiga Romaria (anos 1950)



Autor: Desconhecido. Arquivo: Congonhas Tem História (página do Facebook).

Essas romarias eram usadas durante – havia famílias que usava a mesma hospedaria durante anos, vinham buscar a chave, levava e já vinha para ficar no mesmo local. E tinha as famílias de fazendeiros e etc, que também cuidavam dos pobres, traziam alimento para cozinhar para os pobres, mas à medida que houve o desenvolvimento rodoviário as romarias deixaram de ser usadas, desde a década de 60, elas estavam muito arruinadas, muito quebradas e não havia interesse em consertar - porque antes os romeiros vinham à cavalo, de carro de boi e de tudo quanto era recurso né? – depois passaram a vir de ônibus e passaram a não ficar em Congonhas – vinham e voltavam no mesmo dia - então acabou a necessidade dessas hospedarias e a Romaria se tornou um local ocupado por meretrizes, etc... Então virou mais um símbolo sexual do que religioso, né? Então resolveram derrubar as romarias – acho que foi em 1966 se não me engano. E havia aquele projeto de se fazer lá um hotel turístico que nunca – ela [Romaria] foi cedida, foi vendida para um grupo do Rio de Janeiro que prometeu fazer um hotel. Esse hotel sempre foi prometido em Congonhas e nunca foi feito... [risos]. Só o hotel no santuário que foi feito pela igreja – hoje, Colonial.²¹⁰

O edifício foi demolido em 1968, restando apenas as duas torres²¹¹ do portão de entrada, construídas à imitação das capelas dos passos. Na mesma década as ruínas do espaço foram

²¹⁰ Entrevista concedida por Fábio França em 30 de julho de 2021.

²¹¹ A partir do episódio da tentativa do Iphan de deslocar algumas obras de arte de Congonhas para uma exposição no MAM (que pegou fogo alguns meses depois em 1978), houve uma grande mobilização popular para proteção dos bens remanescentes. Em 1980, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico

cedidas a um grupo empresarial do Rio de Janeiro com o objetivo de revitalizar o local e construir um moderno hotel com a intenção de promover o turismo.

A promessa não foi cumprida e em 1993 a Prefeitura Municipal comprou o terreno. O arquiteto Sylvio de Podestá realizou o projeto de reconstrução do prédio, reconstituindo as características originais. Como explica França, testemunha desses fatos:

Como venceu os prazos que foram combinados, então houve a possibilidade de venda dessa romaria, foi quando a prefeitura na administração do Gualter [prefeito] resolveu reconstruir as romarias [em 1995]. E no lançamento da romaria – vamos dizer, da nova pedra fundamental – que veio Dom Luciano e outras autoridades, eu também participei. Eu participei lá com Dom Luciano e fotografei muito Congonhas. [...] A razão que eu digo é que elas se tornaram desnecessárias porque as pensões da cidade continuaram funcionando de maneira melhor, mais garantida e aí não havia condição de ter mais nas romarias, porque elas se tornaram obsoletas... estavam deterioradas e não havia como controlar mais aquilo, como reformar, então eles fecharam e depois destruíram para evitar maiores danos.²¹²

Em 1995, as obras do espaço foram concluídas e a avenida que liga a Basílica do Senhor Bom Jesus ao espaço da Romaria foi batizada de Cidade Matosinhos de Portugal em homenagem à cidade coirmã, parceira internacional no acordo de gemação firmado pelos executivos municipais de ambos os municípios em 1986. A Romaria passou a abrigar os museus de Mineralogia e de Arte Sacra, órgãos públicos e uma emissora de rádio FM educativa.

e Artístico (Iepha) tombou os torreões remanescentes do pórtico da Romaria, que tinha sobrado do “pouso dos romeiros” (Moreira da Silva, 2018, p. 378).

²¹² Entrevista concedida por Fábio França em 30 de julho de 2021.

Figura 33 – Região de intervenção do PAC Cidades Históricas no entorno do Santuário



Fonte: Arquivo Prefeitura Municipal de Congonhas-MG (2022).

Como veremos no último capítulo da tese, todo este espaço da Romaria, incluindo a Alameda Cidade Matosinhos de Portugal, foi revitalizado com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC das Cidades Históricas (ver Figura 33).

Além das obras de restauração do Santuário e de revitalização da Alameda e do prédio da Romaria, foram construídos o Teatro Municipal Dom Silvério Gomes Pimenta (com a assinatura de Sylvio de Podestá, mesmo arquiteto da primeira restauração em 1995), e o Parque Ecológico da Romaria, a partir de um projeto de Douglas Montes, arquiteto e urbanista da equipe permanente de trabalho das obras do PAC Cidades Históricas instituída na administração do prefeito Zelinho (2013-2020).

Em todos esses eventos que envolveram a construção e administração do Santuário, a defesa do catolicismo na cidade e as reformas promovidas, sobretudo com a atuação do Iphan e da Prefeitura Municipal, a Igreja Católica (Arquidiocese de Mariana-MG e a Reitoria da Basílica do Bom Jesus de Matozinhos) teve uma posição central, muitas vezes dúbia de cooperação e conflito. Com o fenômeno mediúnico de Zé Arigó nos anos 1950 e 1970, ocorreram muitos embates entre os padres e os fiéis do médium. Com a morte de Arigó em 1971, a Igreja buscou recuperar seu lugar de liderança religiosa na cidade. Mas nos anos seguintes, com a interferência de agentes políticos e de intelectuais ligados à Unesco, Iphan e Prefeitura Municipal na corrida ao reconhecimento internacional do patrimônio, a Igreja teria novos confrontos. Para compreendermos como historicamente ocorreram essas relações, é

preciso direcionar nosso olhar às alternâncias da administração do Santuário e identificar como este local se tornou, ao longo dos séculos, um lugar onde o poder circula e está sempre em disputa entre os atores.

2.2.4. Alternâncias e disputas de poder na administração do Santuário

A administração do Santuário foi marcada por alternâncias de poder entre a Irmandade do Bom Jesus de Congonhas, a cúria de Mariana e as ordens religiosas. Após Feliciano Mendes, o ermitão, fundador da devoção ao Bom Jesus de Matozinhos em Congonhas ter as autorizações eclesiásticas para dar início à construção do templo cinco outros ermitões o sucederam: Custódio Gonçalves de Vasconcelos (1765-1776), Inácio Pereira (1776-1790), Tomás de Maia Brito (1790 -1794), Vicente Freire de Andrada (1794-1809) e João Pedro Ribeiro da Costa (1809-1827).

Custódio Gonçalves de Vasconcelos (1765-1776), responsável por sanar as dívidas deixadas pelo seu antecessor, contratou a ornamentação e talhas da capela-mor, nave, além de concluir as torres que estavam incompletas. Já Inácio Pereira (1776-1790), cuidou de dotar a capela com todos os objetos do culto ao Bom Jesus (França, 2015), além de feito de contratar o mestre Tomás da Maia Brito para a construção do adro da igreja, além de contratar Francisco Vieira Servas para entalhar quatro anjos de grande porte no interior do templo e os pintores João Nepomuceno para fazer as pinturas da Nave e Manuel da Costa Ataíde para encarnar duas imagens de Cristo. Em 1787 substituiu a imagem do Cristo Crucificado (que era de 1765) do altar-mor por outra mais moderna, vinda de Portugal. Para Engrácia (1909, p. 61-62), tratava-se de uma

[...] imagem taumaturga, e tem como tal o nome antonomástico de Bom Jesus do Sepulcro, que faz todo o centro da devoção dos fiéis [...] se voltassem sem ver a querida Imagem julgariam ter perdido todo o sacrificio; já fiz tudo Sr. Padre, falta-me só ir ao Sepulcro; é a frase constante, ao passo que se outra coisa não virem senão o Sepulcro, voltam tranquilos e alegres (Engracia, 1908, p. 61-62).

A antiga imagem foi depositada na parte inferior do altar-mor, destaca França (2015). Também conhecida como imagem do Senhor Morto

[...] foi sempre considerada milagrosa e, por isso, continua sendo objeto de veneração principal dos fiéis que concentram nesse Bom Jesus a sua devoção,

como se pode verificar nas enormes filas que se formam para beijá-la nos dias do Jubileu. [...] O romeiro não retorna a sua casa sem ajoelhar-se para venerar e beijar essa imagem do Senhor no sepulcro (França, 2015, p. 59).

O administrador Inácio foi também o criador da Irmandade do Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo (1779)²¹³ que deu início ao Jubileu do Bom Jesus (de 8 a 14 de setembro): “o entusiasmo dos devotos era tanto que, nessa época, aconteciam dois Jubileus por ano, com grande afluência de peregrinos: o 3 de maio, festa da Invenção da Santa Cruz, e o de setembro, que termina dia 14, festa da Exaltação da Santa Cruz”, ressalta França (2015, p. 60).

Tomás de Maia Brito (1790-1794), o construtor, foi o administrador responsável pela preparação dos blocos de pedra-sabão para as esculturas de Aleijadinho, além de concluir o adro e construir as Capelas da Paixão, conforme destaca França (2015), a partir do relato de Júlio Engrácia. Vicente Freire de Andrada (1794-1809) assumiu a responsabilidade pela contratação de Aleijadinho para esculpir as obras das capelas dos passos da paixão, sendo o primeiro grupo em 1796 e outro em 1798. Em um segundo contrato, Antônio Francisco Lisboa esculpiria as figuras de pedra-sabão – estátuas dos 12 profetas localizadas no adro. Após a conclusão das esculturas dos passos, ele contratou novamente Manuel da Costa Ataíde para representar as figuras da Ceia, Flagelação e Crucificação. Xavier Carneiro completaria as demais cenas: Horto, Paixão, Coroação e Cruz às Costas em 1800, conforme destaca França (2015).

Com a morte de Vicente Freire de Andrada, em 1809, assumiria o último ermitão a administrar o santuário, João Pedro Ribeiro da Costa (1809-1827). As ordens de escolha dos administradores, além do controle dos gastos e das esmolas de entrada seria feita por uma Mesa Diretora constituída em 1810 – o que duraria pouco tempo, como ressalta (Engracia, 1908). De acordo com França (2015), Costa deu prosseguimento à obra dos Passos, iniciada na gestão de Tomás de Maia Brito (1790-1794), pagou os honorários em débito o Aleijadinho e andamento à encarnação das estátuas, além de retocar as pinturas da capela-mor, dos Passos do Horto e da Prisão em 1819. Em finais de 1809, Vicente Freire veio a falecer. A partir desse ano, a Irmandade do Bom Jesus, já constituída, passou a assumir a administração do Santuário por meio de uma Mesa Administradora formada em 1810, período em que provavelmente foi

²¹³ Para França (2015), Inácio teria se inspirado na Confraria do Bom Jesus de Matosinhos de Portugal (1607). A autorização papal para a irmandade de Congonhas foi concedida por meio de oito Breves concedidos entre 27 de fevereiro a 11 de março de 1779. O 6º breve, por exemplo, concede graças especiais para quem visitar a capela uma vez por ano.

aprovado o compromisso que regeria a irmandade. A Mesa seria responsável pela escolha dos administradores, pelo controle das entradas das esmolas e pelos gastos a partir desse momento.

Em 1828 chegavam em Congonhas os padres da Congregação da Missão²¹⁴ ou Lazaristas, a pedido do procurador da Irmandade do Senhor Bom Jesus ao Imperador, para administrarem o colégio e o Santuário. Como observa França (2015, p. 63):

Na representação ao Imperador, os suplicantes aduziram que seria conveniente que os bens pertencentes à capela (Bom Jesus) fossem tirados da administração dos eremitas leigos e sem instrução e entregues aos Lazaristas. Eles poderiam restituir o esplendor do culto, reavivar a devoção, conseguir mais donativos e também criar ali um colégio semelhante daquele do Caraça, por eles administrado com muito êxito.

Embora tenham feito um bom trabalho no colégio, que saltou de 68 alunos em 1828, para 136 em 1833, sofreram muitas pressões da Mesa Administrativa da Irmandade e acabaram por deixar Congonhas em 1860, relata França (2015). A partir de Engrácia (1908, p.112-143), Santirocchi (2011, p. 299) argumenta que os lazaristas não deixaram prestações de contas.

Isto se explica pelo fato de os referidos padres, tornando-se o centro do movimento ultramontano no Brasil, não aceitarem a ingerência do poder civil em âmbito eclesiástico e temerem por suas propriedades. Resistiram negando e escondendo informações ao poder secular, concedendo somente aquelas que eram vitais para que pudessem continuar com seu trabalho missionário e educativo. Mesmo que não seja fácil identificar as obras físicas dos lazaristas no complexo do Bom Jesus, é facilíssimo identificar seus resultados intelectuais e espirituais (Santirocchi, 2011, p. 299).

Com os lazaristas ausentes, a Irmandade reassumiu o controle do santuário, de 1860 a 1864. Os desentendimentos com a Cúria de Mariana pareciam não se findar. A Diocese enviou diversos outros administradores para retomar o controle sobre as finanças e o monopólio do culto ao Bom Jesus de Congonhas. O santuário, neste período, passava por uma situação de abandono, sobretudo, devido à ganância de alguns membros da Irmandade, que teriam cometido abusos administrativo com a desorganização de contas e obras inacabadas, no entender de Engrácia (1908). Em 1864 foi nomeado o procurador padre João Rodrigues da Cunha. Na administração que durou 10 anos, o fato mais importante foi a sagração do altar-mor da igreja em 15 de agosto de 1971.

²¹⁴ Conhecidos como Congregação da Missão, Lazaristas ou Padres e Irmãos Vicentinos, é uma sociedade de vida apostólica católica fundada na cidade de Paris em 1625, por São Vicente de Paula.

Um “triumvirato”, como qualifica França (2015,) assumiu, de 1874 a 1884, composto pelos padres Antônio da Costa Machado, Camilo Veloso e Flávio Ribeiro de Almeida. Este último acabou por ser o responsável pela administrar o colégio (1884 a 1895). Obras de infraestrutura foram realizadas em sua administração como a canalização de água potável para o santuário, a construção de chafarizes para o público, além de calçadas, muros e grades para proteção das obras dos Passos.

Em 1895 assumiu novo procurador, padre Candido Ferreira Veloso. As relações entre a irmandade e a Cúria de Mariana estavam cada vez mais tensas como destaca Santirocchi (2011, p. 299), a partir de Engracia (1908, p. 189-224):

O bispo de Mariana, D. Antônio Maria Correia de Sá e Benevides (1836-1896), e seu bispo auxiliar, D. Silvério Gomes Pimenta, tentaram chegar a acordos e interferir de forma cautelosa na administração do complexo do Bom Jesus de 1890 até 1895. Não obtendo sucesso, entraram na justiça contra a Irmandade que não queria entregar ao bispo diocesano as chaves e os bens pertencentes ao complexo do Bom Jesus. Em 1896, a justiça deu ganho de causa ao bispo, que já havia feito um “plebiscito” junto aos fiéis para ver se eles apoiariam o diocesano ou a Irmandade. A consulta resultou favorável ao bispo, que saiu fortalecido. O apoio da maioria dos fiéis ao prelado de Mariana era um reflexo de que já há algum tempo a Irmandade não os representava mais (Santirocchi, 2011, p. 299).

Outro elemento que lançaria mais fogo nessa disputa foi a queda da Monarquia e fundação da República em 1889. “Com a [...] separação entre Igreja e Estado em 1890, uma nova ordem se estabeleceu. Os bispos, não tendo mais o empecilho do padroado e do Regalismo, buscaram exercer plenamente sua autoridade” (Santirocchi, 2010, p. 248-259). Foi neste contexto que em 1900, a mando de Dom Silvério Gomes Pimenta (Arcebispo de Mariana), que o padre Júlio Engrácia assumiu o Santuário. Como detalha França (2015, p. 64), o novo administrador gerenciou, “sem muito sucesso, o santuário, de 1900 a 1912”. À Engrácia, no entanto, deve-se o minucioso trabalho, “Relação Chronológica do Sanctuário e Irmandade do Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo no Estado de Minas Geraes”, em que faz um detalhado levantamento sobre o patrimônio da igreja, com o primeiro levantamento de obras artísticas, além de denunciar corrupção que teria ocorrido com seus antecessores. Há um episódio curioso na administração de Engrácia, narrada por nosso entrevistado Angelo Oswald (2021). Ele atribui a recusa de uma coleção de obras de arte à escassez de recursos e à concepção do santuário. Angelo Oswald narra...

E houve um, houve um artista italiano desses ‘Madonnari’ italianos que andavam por Minas Gerais, fazendo pinturas aí no final do século 19, começo do século 20 entre os imigrantes italianos - eram pintores [...] houve esse Ângelo Clerici [pintor italiano -?-?], com "c.i.", esse Ângelo Clerici pintou, em 1909, ele fez umas pinturas muito feias, estas são realmente feias na Igreja do Carmo, em Ouro Preto, que foi construída pelo pai do Aleijadinho, com a participação dele depois, é, ele fez o lavabo da sacristia e dois altares laterais, o Aleijadinho. E esse Ângelo Clerici pintou, é, o tapa-vento, aquela porta na ... o tapa-vento (o para-vento) na entrada da igreja. E ele, esse homem foi a Congonhas e ele ofereceu ao Monsenhor Júlio Engrácia, que era o reitor do Santuário de Congonhas, ele se ofereceu para colocar aquelas imagens "horrendas" dentro do melhor gosto clássico. E o monsenhor Engrácia responde dizendo que, infelizmente, ele não podia fazer isso, porque ele não tinha dinheiro. Quer dizer, a falta de dinheiro do reitor do Santuário de Congonhas salvou um Patrimônio da Humanidade,²¹⁵ que é a obra-prima do Aleijadinho, como escultor, o conjunto das 66 figuras dos Passos e dos 12 Profetas de Congonhas.²¹⁶

Não sabemos se a sinceridade de Júlio Engrácia foi suficiente para mantê-lo no cargo. Fato é que no entender de França (2015, p. 64), não parece ter tido uma administração bem-sucedida nos anos em que esteve à frente do Santuário (1900 a 1912) e acabou cedendo lugar ao Cônego João Pio de Souza Reis (1912-1925). A péssima relação da Irmandade e os constantes desentendimentos com os bispos de Mariana, levaram a Arquidiocese a procurar alguma congregação religiosa que pudessem confiar o santuário e o Colégio de Congonhas. O convite foi feito aos jesuítas, aos salesianos e aos missionários redentoristas em 1893. “Todos recusaram a oferta. Os cônegos premonstratenses²¹⁷ aceitaram, afinal, administrar o santuário, mas ali permaneceram por pouco tempo, no período em que os Irmãos Maristas assumiram o colégio”.

Em 20 de outubro de 1897, os Irmãos Maristas assumiram a direção do Colégio de Congonhas a pedido de Dom Silvério Gomes Pimenta, natural de Congonhas. Ele assumiu a Diocese de Mariana logo após a morte de D. Benevides e queria atuar de forma mais direta na administração da Basílica do Bom Jesus. Pimenta no entender de França (2015, p. 65) “muito se empenhava pela educação dos jovens e pelo colégio, no qual estudou como bolsista, pois era pobre”. Os maristas encontraram muitas dificuldades de adaptação dos alunos que rejeitavam a disciplina rígida e especialmente com a Mesa da Irmandade que negavam os pedidos para

²¹⁵ Grifos nossos.

²¹⁶ Entrevista concedida por Angelo Oswaldo em 11 de agosto de 2021.

²¹⁷ Ordem religiosa da Igreja Católica fundada por Norberto de Xanten em Prémontré, no ano de 1.120 na Itália.

melhorias e funcionamento do colégio, condições estas que levaram a entregar a administração em 1903.

A saída dos Maristas coincidiu com uma nova fase de recuperação religiosa e artística (1902-1975) alcançada pela Diocese de Mariana, no entender de França (2015), que havia sido muito prejudicada no entender do autor por abusos, descontrole fiscal e falta de cuidado com o patrimônio pela Irmandade do Bom Jesus.

Preocupado em restaurar a ordem na administração dos bens da igreja e a dignidade que havia sido abalada do culto ao Bom Jesus, Dom Silvério Gomes Pimenta decidiu nomear o Cônego Joao Pio de Souza Reis como administrador do santuário e da Irmandade, que a esta época ainda estava sob o domínio da autoridade eclesiástica. Ao resgatar a preocupação do poeta Djalma de Andrade, França (2015) salienta que havia as principais deficiências que escoavam dos cofres da igreja encontravam-se os edifícios do colégio e das romarias em estado de abandono, quase a caírem, e os bens da igreja furtados por exploradores que faziam riqueza às custas do caixa do Santuário.

O novo administrador, Cônego João Pio de Souza Reis (1902-1924) reformou a igreja, o colégio e as romarias, que “tiveram de ser inteiramente retocadas”. De acordo com França (2015, p. 66), começou por moralizar as festas do Jubileu e a recuperar as finanças da igreja, que em 1918 já acusavam saldo de 86 contos de réis em seu balanço”. Deu ainda o pontapé inicial para divulgação da fé no Jornal “O Bom Jesus” em 1922 e restabeleceu a saúde financeira do Santuário. Sob seu comando, em 6 de novembro de 1921, sendo o Papa Bento XV (1914-1922) e o Arcebispo de Mariana, Dom Silvério – relembra França (2015), Reis recebeu a sagração do santuário pelo Nuncio Apostólico Dom Henrique Gaspari, que teve grande participação de fiéis e autoridades da época.

Dom Helvécio Gomes de Oliveira, que sucedeu a Dom Silvério Gomes Pimenta na Arquidiocese de Mariana fizera um apelo para que a Congregação Redentorista – dada sua excelente condução do Santuário de Nossa Senhora Aparecida em São Paulo desde 1894 – assumisse a administração do santuário. A Arquidiocese concordou e em 2 de março de 1923 foi assinado contrato com a Congregação. Em fevereiro do ano seguinte assumiram toda a administração do Bom Jesus de Matozinhos. Os redentoristas foram os responsáveis por uma série de iniciativas que levaram a igreja a ser um importante vetor de desenvolvimento de Congonhas.

Em poucos meses reabriam e reformaram o colégio, batizando-o de Escola Apostólica São Clemente Maria Hofbauer – também conhecido como Seminário ou Juvenato – destinado

à formação de futuros missionários em 1924. Com a alta demanda do seminário ergueram novos edifícios para acomodar melhor os estudantes, além da criação do convento e da Repartição (Secretaria de Atendimento aos Romeiros) – obras concluídas em 1941, relata França (2015). Onze anos depois, em 1952, os redentoristas ergueram novo prédio em Congonhas: o Seminário Santo Afonso (Juniorato), localizado próximo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição com objetivo de educar jovens para o seminário.²¹⁸

Entre outros equipamentos sociais importantes construíram o Hospital Bom Jesus, o Cine Teatro Leon e a rádio Congonhas, além de reformas na Matriz de Nossa Senhora da Conceição e da criação da “Tipografia Senhor Bom Jesus” para edição dos jornais Senhor Bom Jesus, Liga Católica: Jesus, Maria José, além da revista Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (FRANÇA, 2015). Além disso incentivaram as solenidades religiosas da Semana Santa, que passaram a ser apresentadas com atores e a participação do coral do seminário. O ex-redentorista, professor Fábio França, detalha esse envolvimento com a comunidade local na festividade religiosa e relembra a tentativa do aumento do alcance da exibição com a transmissão vida TV:

A Semana Santa que começou a ser representada na década de 60 - eu participei dessa primeira apresentação da Semana Santa. Eu e o Padre Marcos, nós fomos falar com a tia Vicky²¹⁹ – que não sei se você conheceu, a tia Vicky ficou assim... ela não era católica na época, né, ficou pensando se sim ou não, depois ela aceitou, por que ela tinha uma escola de balé? Então a gente começou a estudar as fantasias de cada figura da Semana Santa. Com a ajuda dela e das costureiras, nós então, vestimos não sei quanto mais, mas as figuras principais da Semana Santa e fizemos a primeira apresentação ao vivo da Semana Santa. Isso não me lembro exatamente o ano, mas foi na década de 1960, e depois isso foi crescendo, se desenvolvendo. A partir do momento em que tava (Sic) um espetáculo mais bonito eu fui negociar com as emissoras de TV em Belo Horizonte. Então eu consegui com a Itacolomi, que ela transmitisse a solenidade de Congonhas. Então a gente começou a fazer essa transmissão da Semana Santa de Congonhas. E foi repetida várias vezes – eu me lembro muito – eu fazia o comentário artístico, eu já tinha mais conhecimento das obras, né, e o Padre Dalton fazia o comentário religioso, né. A gente vai lembrando das coisas... Uma vez um pregador lá no sermão do

²¹⁸ O edifício atualmente abriga o Colégio Nossa Senhora da Piedade e é administrado pela Congregação das Irmãs Auxiliadoras de Nossa Senhora da Piedade.

²¹⁹ Victória Fisher Parcus – Filha de alemães e de formação europeia, se casou com Luiz Parcus, em 1936 com quem se mudou para o bairro Pires, onde ela e o marido cultivavam chá preto. "Nos anos 60, Victoria Parcus começou a ministrar aulas de inglês no antigo Ginásio Clóvis Salgado. Na mesma época, os padres redentoristas a convidaram para cuidar da encenação e figurado da Semana Santa, ao lado de José Patrocínio. Fundou, ainda, a Escola de Dança Victória Parcus, responsável pela formação de gerações de bailarinas". Cf. Prefeitura Municipal de Congonhas (12/12/2019). Disponível em: <<https://shre.ink/Vicky>>. Acesso em 21 mai. 2023.

enterro, falou assim: 'lá vem o Bom Jesus morto andando em largos passos para Basílica' – senhor morto!²²⁰

O grande ápice da administração dos redentoristas seria no ano de 1957 com duas conquistas, uma no âmbito religioso, outra na seara do patrimônio: o título de Basílica Menor concedido ao Santuário do Bom Jesus em 26 de julho de 1957 e a primeira intervenção dos técnicos do Iphan na restauração das obras sacras, chamada também de “A Reconquista”, respectivamente. Sobre estes eventos, relembra França que à época era diretor da Rádio Congonhas:

Olha, da Basílica eu me lembro bem porque a festa da Basílica foi realizada em 3 de maio de 1958. Eu já estava em Congonhas, então eu participei das missas solenes com todas as autoridades de Congonhas, todo o pessoal interessado com a presença do Núncio Apostólico [do Brasil - Dom Armando Lombardi (1905-1964) exerceu este ofício de 1954 a 1964]. [...] Então foi uma festa muito grande... E o Bispo Diocesano [estava presente], então tava o Arcebispo (sic), porque em Mariana (MG) já era Arcebispo e também houve muito interesse que eu observo bem, da população. A população ficou muito orgulhosa com o título de Basílica. Foi uma aprovação muito grande, uma participação muito grande da população. Então foi uma comemoração que marcou época na cidade de Congonhas.²²¹

O trabalho do Sphan em 1957²²² também é lembrado pela historiadora da arte Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, que dedicou grande parte dos seus estudos a uma extensa obra sobre o Santuário de Congonhas e o movimento barroco-rococó. Neste relato, a historiadora faz uma breve analogia entre as principais restaurações que presenciou em décadas de pesquisa sobre Congonhas.

Quando eu comecei a pesquisar Congonhas, tinha havido a primeira grande restauração com Edson Mota.²²³ Na restauração as imagens que haviam sofrido repinturas ao longo do tempo são restituídas às cores originais. Esse fato é narrado por Lourival Gomes Machado na obra ‘Reconquista de

²²⁰ Entrevista concedida por Fábio França em 30 de julho de 2021.

²²¹ Entrevista concedida por Fábio França em 30 de julho de 2021.

²²² À mesma época, em julho de 1957, o Santuário foi elevado à condição de Basílica Menor, o que promoveu ainda mais a devoção a Bom Jesus de Matozinhos.

²²³ Pintor e restaurador, responsável por coordenar a primeira restauração dos elementos artísticos do conjunto arquitetônico pelo Sphan em 1957. Organizou e foi conservador-chefe do Setor de Recuperação de Obras de Arte do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Sphan, onde permaneceu no cargo de diretor até 1976. Entre suas obras estão: “O Papel: Problemas de Conservação e Restauração”, de 1971, e “Iniciação à Pintura”, de 1976, ambos escritos em parceria com Maria Luiza Salgado.

Congonhas'.²²⁴ Eu cheguei a entrevistar o Edson Mota. Congonhas já teve três grandes restaurações, né?²²⁵ Por exemplo, você sabe que aquele jardim moderno que está lá é da segunda restauração, né,²²⁶ não precisava de nenhum jardim de modelo geométrico. Desde que o conjunto teve tombamento nacional, eu acho que nunca houve maiores problemas não. Não é como Ouro Preto, né? Porque Congonhas aquilo lá (sic) ficou preservado porque tá lá em cima daquele morro do Maranhão, que não é como outras cidades que cresceram e que tiveram... O crescimento de Congonhas, me parece que já foi mais no século XX, essas mineradoras, né? O que é muito complicado para preservação de patrimônio é o progresso econômico acelerado. Então, mas aquilo sempre foi um pouco autossuficiente, porque só a renda desses jubileus aí, já dava pra manter...²²⁷

Os administradores redentoristas tinham também uma grande preocupação quanto ao vandalismo dos profetas em pedra-sabão e das obras de cedro do interior das capelas. Uma das primeiras iniciativas foi a de fechar o acesso às capelas, que antes eram abertas ao público, e colocar seguranças no adro para inibir as pichações, como recorda Fábio França (2021).

No meu tempo de colégio [iniciou os estudos em 1945 aos 13 anos] as capelas eram abertas e o povo entrava a qualquer hora, havia sim, vandalismo - porque quebravam as mãos quebravam os dedos das imagens, né. E tinha um padre chamado Alberto Vieira de Araújo, uma vez ele me contou, que ele ia lá e consertava – ele olhava todo dia as capelas e ele consertava os dedos, recolocava no lugar, colava, né? Até eu tenho uma relação das estátuas que ele corrigiu, né? Depois a correção definitiva foi pelo Patrimônio [Dphan, em 1957], né? Mas no meu tempo lá de padre de Congonhas houve o fechamento das capelas. Não sei se era a administração do Padre Penido [Padre José Luciano Jacques Penido, iniciou os estudos no Juvenato Redentorista em Congonhas (MG), em 1934, aos 12 anos de idade – foi também administrador da Basílica de 1957 a 1960] ou do Marcos Gabiroba, [padre administrador do santuário de 1964 a 1968], mas nessa época fecharam as capelas... Eu estava em Congonhas de 58 a 67, eu acho que foi no ano de 1959/1960. Com a reconstrução [restauração do Iphan em 1957] eles passaram a fechar as capelas, né? – depois da reforma do patrimônio.²²⁸

²²⁴ Cf. Machado (1960).

²²⁵ A última grande restauração foi realizada com recursos do PAC Cidades Históricas, programa federal, e concluída em 2018, com a recuperação dos elementos artísticos do interior da igreja e das capelas do santuário.

²²⁶ A segunda restauração, em 1973-1974, promovida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha/MG, em parceria com o Iphan, abrangeu intervenções de conservação, restauração e proteção do conjunto arquitetônico e paisagístico do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos. Sob a responsabilidade do arquiteto e diretor executivo do Iepha-MG, Luciano Amédée Péret, e com o novo projeto do jardim na Praça da Basílica executado por Roberto Burle Marx, as obras de restauração do Conjunto Arquitetônico e o novo Jardim dos Passos foram concluídas em junho de 1974.

²²⁷ Entrevista concedida com Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira em 26 de janeiro de 2021.

²²⁸ Entrevista concedida por Fábio França em 30 de julho de 2021.

A nova medida teria sido motivo de reclamação de vários turistas que visitam o Santuário, agora Basílica Menor. Continua França (2021) ...

Aí eles fecharam e deve... não me lembro agora quem é – eu teria que consultar no livro quem era o administrador na época [Padre José Luciano Jacques Penido – Administrador da Basílica de 1957 a 1960], em 1960. E agora, eu muitas vezes, eu fui com turistas com uma penca de chave das romarias abrindo capela por capela, porque quando fechou, só a gente com a chave que podia abrir, né? – a gente ia nas capelas, abria, fechava, abria, fechava... era um molho de chave grande – cada chave grande, né? – abrir aquelas capelas, né? Isso eu fiz muitas vezes guiando turistas, né? E também foi colocado no adro os guardas dos profetas, que era pra ninguém riscar, ninguém quebrar, ninguém danificar os profetas. Então, inclusive tem fotos desses guardas dos profetas, né? – e eles começou então (Sic) ter uma vigilância maior sobre a obra de arte reconstruída [após a restauração do Iphan em 1957]. Eu me lembro, é disso... Algumas pessoas reclamavam que não podia entrar e tudo, mas era a segurança das obras, né? - porque senão o vandalismo seria pior, né? E eu vandalismo dos profetas... houve uma época que havia muito medo, muito receio de que eles fossem estragados, principalmente quando a gente começou a ver histórias de outros países, Itália, substituindo imagens e esculturas antigas por modelos, né? – então ficamos com medo. Então essa discussão foi, continua, e está até hoje né? Eu explico bem isso aí no livro, conservação dos profetas, né? Agora... As capelas abertas, me lembro bem, a gente levava as chaves, abria, mostrava pro turista e fechava de novo. E assim a gente ia... – nessa altura eu comecei a ter mais conhecimento da obra, porque eu comecei a reler o Júlio Engrácia, né? [risos].²²⁹

Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira também recorda do vandalismo nas capelas, especialmente na figura de Judas na cena da Ceia, mas atribui a medida ao tombamento federal do conjunto histórico e artístico pelo Iphan em 1939.

[...] antes do Iphan, antes do tombamento do Iphan, o primeiro lá [em 1939], as capelas eram abertas e as pessoas entravam. Isso aí eu pesquisei nos arquivos, eu já não peguei. A partir do tombamento pelo Iphan, já, eram as capelas fechadas. Tinha que ser, você sabe por quê? As pessoas entravam, conversavam com as esculturas. O Judas levou várias esfoladas de faca nos olhos, porque, segundo a tradição de Congonhas, o carrasco lá, o traidor tinha que ser atacado. Então, aquilo era uma tradição na capela da Ceia, por exemplo. A capela da Ceia, quando era a população que cuidava, cada apóstolo tinha seu prato, seu garfo, sua faca, botava (sic) oferendas ali. Tinha uma tradição que foi reportada pelo Richard Burton²³⁰, um daqueles viajantes ingleses, que as pessoas quando entravam na capela da Ceia pegava o garfo, a

²²⁹ Entrevista concedida por Fábio França em 30 de julho de 2021.

²³⁰ De acordo com Alves (2015), Richard Francis Burton (1821-1890) empreendeu várias viagens no Brasil e escreveu *The highlands of the Brazil*, publicado em 1869, traduzido para o português como “Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho”. Nesse trabalho, Burton, narra, com uma riqueza de detalhes a Mina de Morro Velho, propriedade da *St. John d’el Rey Mining Company*. As anotações do viajante britânico, para Alves (2015), consistem em uma das principais fontes para o estudo da mineração no século XIX. Cf. Burton (1976).

faca do Judas e dava uma facada no olho esquerdo dele. Tanto quando o Iphan restaurou era só um buraco.²³¹ Então, tinha essa ligação, assim viu. E aí pronto. A partir daí as capelas, a partir do tombamento, as capelas – não sei se antes – mas eu já peguei as capelas fechadas²³². Consegui uma licença especial para ficar o dia inteiro lá dentro, trancada, o guarda vinha abria, para poder estudar peça por peça, porque são 64 esculturas mais tem só umas 20 que são do Aleijadinho, o resto é da oficina dele.²³³

A tradição de golpear Judas foi descrita pelo viajante inglês Ricard Burton, em visita ao Santuário de Congonhas, em 1869, enquanto observava a capela da Ceia: “Minha mulher, seguindo o costume do lugar, tirou a faca do prato de Judas e cravou-a em seu olho, ou melhor no profundo corte que atravessa seu osso malar, e ainda lhe golpeou o ombro” (Burton, 1996, p. 154).

Em 1975 a administração da, então, Basílica Menor é retomada pela Mitra Arquidiocesana, encarregando ao Padre Benedito Pinto Rocha os cuidados da preservação do culto religioso, da preservação do patrimônio artístico e das melhorias das condições durante o Jubileu de Congonhas (França, 2015). Padre Rocha, como é popularmente conhecido, permaneceu no cargo até 2012 – quando deu lugar ao padre Geraldo Leocádio – presenciou fatos importantes da história do tempo presente de Congonhas: a instalação da usina da Açominas (1978-1986), a polêmica da retirada de obras de arte para a exposição no Museu de Arte Moderna no Rio de Janeiro (MAM) em 1978, e o reconhecimento do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos de Congonhas como Patrimônio Cultural Mundial em 1985. Notadamente, ao que tange ao patrimônio, Padre Rocha tem um papel peculiar sobre o que pertence à igreja e o que é do interesse público, como demonstramos, inicialmente, neste capítulo, mas sobretudo ainda revelaremos nos próximos, através dos depoimentos dos entrevistados.

Como mencionamos anteriormente, em 1976 e 1978, dois eventos teriam transcorrido na mudança, do que compreendemos como um paradigma da ordem dos tempos, ou afirmação de um novo regime de historicidade: a instalação do Parque Industrial da Açominas (1976-1986) e a tentativa de remoção de peças sacras atribuídas ao mestre Aleijadinho para uma exposição no Museu de Arte Moderna (MAM), no Rio de Janeiro-RJ. Estes fatos transcorreram, quase na mesma trilha temporal da corrida de reconhecimento de Patrimônio Mundial da

²³¹ Grifos nossos.

²³² André Candreva, pesquisador da história congonghense diverge sobre essa data. Argumenta que essa mudança teria ocorrido ao fim do período redentorista (1975) com a percepção do vandalismo e à tentativa do Iphan de retirar figuras dos passos para uma exposição do MAM no Rio de Janeiro em 1978.

²³³ Entrevista concedida por Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira em 26 de janeiro de 2021.

Unesco em 1985, que discutiremos mais adiante. Antes, porém, adentremos no percurso da construção do que entendemos ser uma segunda etapa do ciclo de fé e devoção que fervilhou entre as décadas de 1950 e 1970, o fenômeno do espiritismo centrado na figura de Zé Arigó.

2.3. Ciclo Religioso II:

2.3.1. O fenômeno mediúnico Zé Arigó

Milhões de pessoas²³⁴ pisariam no solo sagrado de Congonhas para pedir uma graça ou implorar por um milagre. A devoção que iniciava um novo ciclo de fé, no entanto, nada tinha a ver com o Bom Jesus de Matozinhos. A multidão procurava Zé Arigó, médium que atraiu a imaginação do povo e os olhares perplexos de autoridades eclesiásticas e médicos na segunda metade do século XX. Como enumera o presidente do IHGB de Congonhas, André Candreva:

[...] peregrinação diária, que é diferente da peregrinação do romeiro com o Jubileu, que é uma vez por ano, durante sete dias, essa peregrinação em busca da cura, que talvez o Zé Arigó pudesse fazer, isso despertou o interesse de vários grupos do Brasil nessa época, nos anos 1950 principalmente.²³⁵

Zé Arigó,²³⁶ como era conhecido José Pedro de Freitas, desde os 9 anos de idade (no ano de 1930), tinha visões e ouvia uma insistente voz, que dizia ser o enigmático médico alemão que operava na II Guerra Mundial, Dr. Fritz, ao que resistia com veemência, pois era de uma família católica tradicional de Congonhas. Por volta de 20 anos de idade queixava-se de fortes dores de cabeça e alucinações. Fez uma bateria de exames em um hospital na capital Belo Horizonte (MG), ao que nada constatou de cunho patológico. Algum tempo depois, Arigó, que mesmo tendo se aposentado da Companhia de Mineração de Ferro e Carvão²³⁷ em 1942, ainda era uma liderança sindical reconhecida em Congonhas, conheceu Carlos Alberto Lúcio Bittencourt²³⁸ (PTB), que então concorria a Deputado Federal na eleição de Getúlio Vargas à

²³⁴ Matéria do jornal Estado de Minas ressalta que Zé Arigó pode ter atendido 4 milhões de pessoas nos 20 anos em que atendeu em Congonhas. Cf. Estado de Minas (29/08/2015). Disponível em: <<https://shre.ink/mediummineiro>>. Acesso em: 09 jun. 2023.

²³⁵ Entrevista concedida por André Candreva em 10 de abril de 2021.

²³⁶ José Pedro de Freitas teria ganhado esse apelido em 1930 quando ingressou na Companhia de Mineração de Ferro. “Arigó”, que significa “simplório”, “jacu” ou “gente da roça”, como se diz, comumente em Minas Gerais, em referência aos caipiras.

²³⁷ A empresa foi convertida à Ferteco Mineração S/A e incorporada à Companhia Vale do Rio Doce.

²³⁸ O candidato venceu as eleições e foi eleito deputado federal, em 1950, pelo PTB.

Presidência da República. O candidato mineiro havia contraído um câncer nos pulmões e os médicos recomendaram que ele fizesse uma cirurgia para extrair o tumor, o quanto antes. Bittencourt preferiu adiar a cirurgia que faria nos EUA para depois das eleições. Em um evento preparatório para as eleições de Vargas em Belo Horizonte, Bittencourt encontrou-se com Arigó, que estava hospedado no mesmo hotel. Durante a madrugada, o futuro médium invadiu o quarto do candidato e com um canivete teria retirado o tumor. A cura da doença teria sido confirmada pelo próprio senador, que morreria cinco anos mais tarde, em um acidente de avião, em 1955,²³⁹ quando se candidatou a governador de Minas Gerais.

Pouco tempo depois, Zé Arigó assumiria a mediunidade e atenderia sob a encarnação de Dr. Fritz, multidões que batiam à sua porta²⁴⁰ – fato este que incomodaria as autoridades eclesiais²⁴¹ e a classe médica. Nosso entrevistado Fábio França, que era diretor da Rádio Congonhas AM, pertencente ao Santuário do Bom Jesus de Matozinhos, relata a tensão inicial da igreja em relação ao médium. Dificuldade essa, que teria sido superada, somente no fim da vida de Arigó.

Do tempo que eu morei em Congonhas Zé Arigó, ele estava em plena atividade. E no começo a reação da igreja, dos padres, foi uma reação negativa, ele estava fazendo milagre, não sei o quê? Uma espécie concorrência com Jesus [risos]. Mas, depois de algum tempo, os padres inclusive chegaram a falar contra o Arigó nos sermões, né? – e havia assim, uma certa dificuldade, porque o Juarez Távora, que era irmão do Arigó, ele estava no seminário. Então havia também um certo constrangimento né? Mas depois ou padre Marcos Guabiroba²⁴² – ele que começou a fazer um contato com a família e quebrar um pouco essa adversidade, essa animosidade da igreja, né? E a partir daí a posição dos padres tornou-se mais amena, mais compreensível né? - e a coisa ficou mais aceita, mais aceita.²⁴³

²³⁹ Cf. Diário Carioca (edição de 11 de setembro de 1955).

²⁴⁰ A procura era tanta, que o médium teve que adquirir um novo espaço, que era bem mais amplo que sua residência: o Centro Espírita Jesus Nazareno em 1959.

²⁴¹ Durante os 20 anos que Arigó exerceu a mediunidade em Congonhas passaram pela Administração do Santuário do Bom Jesus do Matozinhos: Padre Avelin Snelders (1948-1956), Padre José Luciano Jacques Penido (1957-1960), Padre Raymundo de Almeida Pinto (1961-1962), Padre Afonso Shampers (1963-1964), Padre Marcos Fernandes Guabiroba (1964-1968) e Padre João Egg de Resende (1969-1972). Cf. França (2015, p. 71).

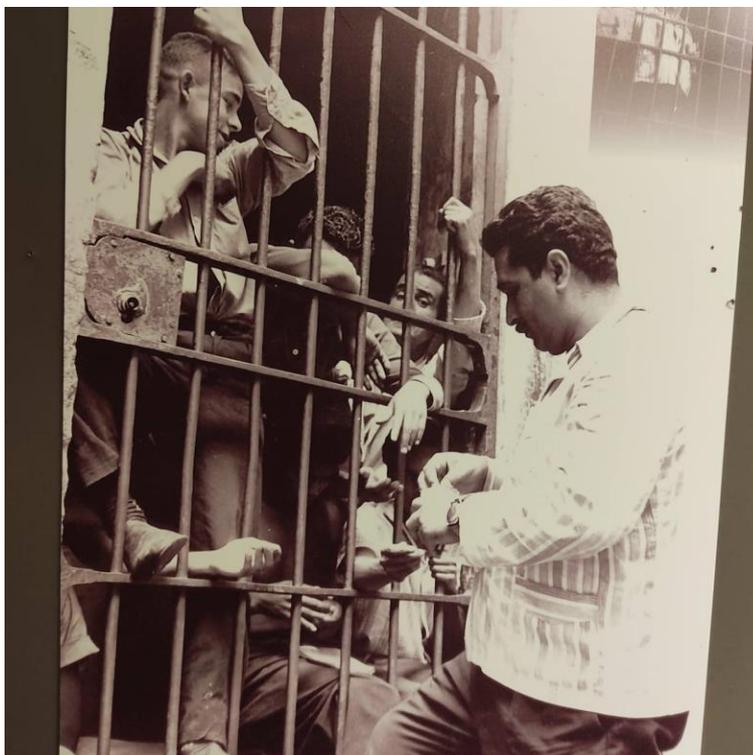
²⁴² Padre redentorista, chegou a Congonhas em 1951 para lecionar no Seminário Menor São Clemente Maria até 01/08/1955. Exerceu, nesse período, também os cargos de Diretor da Tipografia Senhor Bom Jesus, do Jornal do Senhor Bom Jesus, Gerente do Jornal da Liga Católica JMJ e Consultor do Reitor do Convento do Senhor Bom Jesus. Deixou Congonhas no final de 1955, retornando somente em 1965 para assumir a direção da Rádio Congonhas, onde conseguiu as Ondas Tropicais. Deixou Congonhas em definitivo no ano de 1973. Disponível em <https://hiperteia.com.br/16-01-1998/>. Acesso em: 09 jun. 2023.

²⁴³ Entrevista concedida por Fábio França em 30 de julho de 2021.

A Igreja Católica e a classe médica ficaram incomodadas²⁴⁴ e processaram Arigó por duas vezes. Na primeira denúncia Arigó foi acusado por um padre de Congonhas²⁴⁵ pela prática de curandeirismo. Já o segundo processo foi pela acusação de prática ilegal de medicina (em que acabou sendo preso – ver Figura 34), como explica Candreva (2021):

Um desses grupos da medicina queria provar a todo custo que o Zé Arigó era um charlatão. Então, a imprensa nacional, os grandes veículos de comunicação nacional da época, por exemplo, a Revista Cruzeiro [editada pelos Diários Associados], a Revista Manchete – da Editora Block, né? – é, os Diários Associados, do Assis Chateaubriand, é, todos eles mantinham um repórter 24 horas, em Congonhas, todos os dias da semana, o ano todo, cobrindo o Zé Arigó.²⁴⁶

Figura 34 – Zé Arigó atende na prisão enquanto cumpria pena em 1964



Fonte: Acervo: Museu da Imagem e da Memória de Congonhas.

²⁴⁴ Em 1956, a Igreja Católica processou Zé Arigó sob a acusação de curandeirismo. O médium foi condenado a quinze meses de prisão em 1958. Sua pena se reduziria à metade, mas Arigó não chegou a cumpri-la, pois havia recebido um indulto do Presidente da República, Juscelino Kubitschek, que se tornara próximo dele, após levar sua filha para ser atendida pelo médium, que identificou, na época, que ela tinha dois cálculos renais – a rua em que Arigó morou, recebeu, anos mais tarde, o nome da filha do Presidente: Avenida Júlia Kubitschek. A perseguição jurídica não terminaria por aí. Em novo processo, agora movido pela Associação Médica de Minas Gerais, Arigó seria condenado outra vez. Em 18 de novembro de 1964, a Justiça de Conselheiro Lafaiete sentenciou o médium a cumprir sete meses de reclusão por prática ilegal da medicina. Ainda no presídio, continuou a atender as pessoas, dentre presos e funcionários do cárcere.

²⁴⁵ A acusação veio no período em que Zé Arigó atendeu em Congonhas no Centro Espírita Jesus Nazareno, inaugurado em 1959.

²⁴⁶ Entrevista concedida por André Candreva em 10 de abril de 2021.

A fama de homem milagroso e piedoso, porém o prescindia. De personalidades políticas como Chateaubriand e o presidente Kubitscheck, a cantores como Roberto Carlos, ou mesmo a multidão de pessoas simples que chegavam à Congonhas (ver figuras 35 e 36) em excursões de diversos cantos do Brasil ou até de outros países como Argentina e Uruguai, Arigó atendia a todos com a mesma discrição e atenção.²⁴⁷

Figura 35 – Fila de pessoas sendo atendidas por Zé Arigó (anos 1960)



Acervo: Museu da Imagem e da Memória de Congonhas.

Estes elementos contribuiriam na formação do que pode ser entendido como um hibridismo cultural, próprio da representação de Congonhas, como reforça o ex-prefeito Zelinho. Para ele, a época de Zé Arigó...

[...] vinham muitas pessoas aqui em Congonhas, de São Paulo, Argentina, tinha ônibus da Argentina toda semana, linha de ônibus de São Paulo pra Congonhas. Então é um povo que... que tem essa interlocução com os povos de outras cidades, de outros estados, de outros países, né? Então eu acho que a cultura aqui é muito forte.²⁴⁸

²⁴⁷ A história de Zé Arigó é demonstrada excelente filme. “Predestinado” (2022), com direção de Gustavo Fernández e elenco Danton Mello (médium), Juliana Paes (esposa Arlete), Marcos Caruso (que interpreta um padre fictício). Cf. Predestinado. Direção de Gustavo Fernández. Produção: Moonshot Pictures, FJ Produções e The Calling Production. (Streaming) 1h 40min.

²⁴⁸ Entrevista concedida por José de Freitas Cordeiro em 10 de agosto de 2018.

Figura 36: Zé Arigó realiza cirurgia espiritual nos anos 1960



Acervo: Museu da Imagem e da Memória de Congonhas.

Sobre a construção simbólica do médium, Candreva (2021) atribui à grande projeção nacional nos jornais e revistas. Como relata:

Não tinha brasileiro nenhum, entre os anos 1950 e 60, que não soubesse onde era Congonhas e o quê que Congonhas tinha. Todos os telejornais, os rádios, os jornais impressos e as revistas falavam, pelo menos, uma nota diária sobre Congonhas e sobre Zé Arigó. Então isso daí já mostra que Congonhas tinha um olhar diferenciado.²⁴⁹

O médium, ao lado de Feliciano Mendes, que iniciou o culto ao Bom Jesus de Matozinhos, capilarizou a fé e a devoção, alimentando assim, mais uma vez, o mito de que Congonhas era um terreno sagrado.

Então essa projeção na mídia, constantemente, mostrava que Congonhas tinha... Era uma cidade extremamente espiritualizada, porque falava da devoção e fé do Feliciano Mendes e no legado que ele deixou para a criação do Santuário, que vai culminar na expressão máxima do Aleijadinho, com as suas esculturas, de um modo geral, seu ateliê, e também o lado espiritual

²⁴⁹ Entrevista concedida por André Candreva em 7 de abril de 2021.

amplamente divulgado e desenvolvido pelo Zé Arigó. Então esses dois fatores aí colocam Congonhas no cenário nacional.²⁵⁰

Grandes jornais brasileiros²⁵¹ pareciam estar encantados com o que viria a ser o fenômeno religioso mais poderoso das décadas de 1950 e 1970: “Zé Arigó, oitava maravilha é patrimônio de Congonhas”, dizia artigo do Jornal O Globo de 24 de setembro de 1968 (ver Figura 37).²⁵²

Figura 37 – Zé Arigó, oitava maravilha. Edição do Jornal O Globo, de 24 de setembro de 1968, dá destaque a Zé Arigó



ZÉ ARIGÓ,

Oitava Maravilha, é Patrimônio de Congonhas

À Rua Marechal Floriano, em Congonhas do Campo, era uma rua bem tranquila até o dia em que se estabeleceu a sede de um homem extraordinário, que se tornou imediatamente objeto de interesse e curiosidade de milhares de pessoas. De repente, o homem ficou conhecido em todo o mundo, e a cidade de Congonhas tornou-se um dos pontos mais importantes do Brasil. A partir do dia 10 de fevereiro de 1968, data em que Zé Arigó passou a prestar a influência de seu médium aliado, o Sr. Frei, a Rua Marechal Floriano não deixou mais de ser procurada por milhares de pessoas que buscavam a ajuda do médium aliado para resolver seus problemas. A cidade tornou-se um dos pontos mais importantes do Brasil. A partir do dia 10 de fevereiro de 1968, data em que Zé Arigó passou a prestar a influência de seu médium aliado, o Sr. Frei, a Rua Marechal Floriano não deixou mais de ser procurada por milhares de pessoas que buscavam a ajuda do médium aliado para resolver seus problemas. A cidade tornou-se um dos pontos mais importantes do Brasil.

revelaram sua honestidade e seu gênio, tão poderoso que qualquer coisa se sentiria em posseção". Arigó atende de repente a vontade, em dois segundos, de 7 a 11 e de 13 a 15 horas. Já em 21 horas, o senhor de 71 anos, o Frei Domingos Jesus de Oliveira, que faz parte da família de Arigó, não realizou a consulta. Além disso, o médium aliado voltou para seu apartamento em Congonhas, onde vive com sua esposa e filhos. Na propriedade, não se sabe mais de qualquer espírito, não são permitidos.

Quando está sob a influência do Frei, Zé Arigó não se lembra de nada. Ele não sabe o que viu e o que ouviu, nem os nomes de pessoas que estiveram presentes. Quando está sob a influência do Frei, Zé Arigó não se lembra de nada. Ele não sabe o que viu e o que ouviu, nem os nomes de pessoas que estiveram presentes.

Arigó, de 71 anos, é casado, tem dois filhos e três netos. Ele não sabe o que viu e o que ouviu, nem os nomes de pessoas que estiveram presentes.

Uma mulher veio fazer uma consulta. Ela não sabe o que viu e o que ouviu, nem os nomes de pessoas que estiveram presentes.

Quando veio para o Zé Arigó, o médium aliado não se lembra de nada. Ele não sabe o que viu e o que ouviu, nem os nomes de pessoas que estiveram presentes.

Uma mulher veio fazer uma consulta. Ela não sabe o que viu e o que ouviu, nem os nomes de pessoas que estiveram presentes.



Com um canivete não esterilizado, Zé Arigó "operou" o olho esquerdo de Antônio Batista Chaves Segundo, homem humilde do interior de Minas. Na presença do fotógrafo de O GLOBO, o médium (na foto com o sujeito de sangue, passou depois um algodão no olho ferido e mandou que o abrisse após alguns minutos. Antônio abriu o olho, disse "Tô vendo" e começou a chorar.



Acervo: O Globo, 24 set. 1968.

²⁵⁰ Entrevista concedida por André Candreva em 7 de abril de 2021.
²⁵¹ Paulo Roberto Figueira Leal (2007, p. 1-15) faz esse debate à luz do conceito de enquadramento da mídia (framing), de Goffman (1974), na análise da cobertura do fenômeno Arigó pelos periódicos, O Dia e Jornal do Brasil. O estudo demonstra como as abordagens destas publicações contribuíram para a popularização do espiritismo (em O Dia), e na afirmação do preconceito à prática mediúmica, no caso do JB.
²⁵² Cf. O Globo (24/09/1968, p. 10).

O fim do médium, no entanto seria trágico. 11 de janeiro de 1971, Zé Arigó entra em seu Opala e se dirige à cidade vizinha, Conselheiro Lafaiete. No caminho, BR-3, hoje, BR-040, sofre um grave acidente, como relembra o ex-padre redentorista Fábio França:

Eu fui vê-lo no Hospital... eu fui ver o corpo dele lá e eu fui até o local e também nessa época eu estava na rádio Congonhas – eu então noticiei pela rádio Congonhas o acidente e o falecimento dele, né? E aí continuei nos dias seguintes também falando sobre as exéquias, etc. Então eu conheci muito essa parte, né? E também procurei, eu li os livros sobre Zé Arigó, estão hoje na biblioteca lá de Congonhas [do Museu de Congonhas] e vários outros materiais e artigos de revistas jornais sobre Zé Arigó... Inclusive Assis Chateaubriand foi até Congonhas para consultar Zé Arigó, né? Esqueço agora o autor, mas eu tenho o livro está também lá na biblioteca [do Museu de Congonhas].²⁵³

A ausência de Zé Arigó teria aberto uma lacuna na história devocional na cidade dos Profetas. Como lamenta André Candreva (2021),²⁵⁴ a morte do médium fez...

[...] com que Congonhas murche (sic), digamos assim, pelo trânsito espiritual dessas pessoas. As pessoas deixam de vir a Congonhas, porque não tem mais Zé Arigó, né? E eram anônimos e famosos que frequentavam Congonhas em busca das curas do Zé Arigó.²⁵⁵

Padre Fábio França reconhece a incompreensão da Igreja Católica com Zé Arigó e confessa, que a morte o tocou de uma tal forma, que viria depois a estudar e conhecer melhor o médium.

É uma história... na época foi muito delicada, foi uma história... uma má compreensão de não aceitar o contraditório. A igreja sempre teve essa atitude – tudo que ela não concorda ela condena. É uma atitude muito controversa e hoje a igreja é mais compreensiva, porque a obrigação da igreja não é converter ninguém, é ensinar uma doutrina e não converter, né? Então é muito complicado isso. O próprio Papa Inocêncio... ele fala que a obrigação não é converter, a obrigação é pregar a doutrina, não é? Então essas controvérsias acontecem, continuam acontecendo, tanto com a igreja católica como com os evangélicos em questão de interpretação. Os evangélicos ainda são mais rigorosos porque interpretam a bíblia literalmente e a bíblia não pode ser interpretada literalmente. Deve ser entendida no seu aspecto histórico né? Aquilo tudo foi escrito 100 anos depois – o Novo Testamento, 80, 100 anos depois – então ninguém sabe de fato quais foram as palavras exatas de Cristo, né? Então foi reunido uma síntese que há dissonância, inclusivamente (sic) entre a bíblia protestante e a bíblia católica, né? mas são coisas que... se não for gente bem entendida, não dá para ficar discutindo, né? Mas são

²⁵³ Entrevista concedida por André Candreva em 7 de abril de 2021.

²⁵⁴ Entrevista concedida por André Candreva em 7 de abril de 2021.

²⁵⁵ Grifos nossos.

controvérsias de... – cada um acha que é dono da verdade - não existe esse domínio da verdade né? ²⁵⁶

Com a morte de Zé Arigó algumas perguntas se apresentam. Qual seria o impacto na identificação que as pessoas teriam com Congonhas sem o médium? Terminaria uma devoção ou iniciaria, a partir de então, um novo ciclo religioso? À igreja interessaria diminuir a importância de Arigó, ou rever, como fez França (2021), o seu posicionamento? O que faria a cidade sem a referência espiritual do médium? Como também indaga nosso entrevistado, André Candreva:

Uma vez esse processo tenha sido terminado com a morte dele, Congonhas vai lançar agora o quê? – um outro olhar para o seu patrimônio artístico, cultural e espiritual, que é o olhar de volta para os Profetas, para as capelas do Santuário. Quem desenvolve isso, inicialmente, tinha sido o Zezeti, o prefeito da época [entre 1967 e 1971], o José Theodoro da Cunha, no final de 1969 e início de 1970, ele tentou já ativar esse lado, em paralelo com o Zé Arigó ainda vivo, mas o Arigó morre, então o próximo prefeito, o Sebastião Maurício de Carvalho [entre 1971 e 1973] lança as notas nos jornais, dizendo que Congonhas não era só Arigó, que Congonhas não tinha um patrimônio que mereceria ser, sim, (Sic) muito melhor preservado do que era até então. ²⁵⁷

A despedida de Arigó, teria assim, na visão de Candreva, contribuído para a construção de um discurso que se voltaria à preservação do patrimônio edificado, especialmente ao Santuário do Bom Jesus de Matozinhos. Esse redirecionamento no espelho teria assim, refletido nos esforços que fizeram com que a Unesco reconhecesse o sítio histórico em 1985 como Patrimônio Cultural Mundial, como explica:

Então, nasce daí esse paralelo e essa primeira incursão de fato a transformar o conjunto escultórico em algo preservado pelo patrimônio mundial. Então é uma sequência de ações e de fatos que vão culminar nisso, né? E aí o processo que segue até 1985 e, de fato, Congonhas aclamada com o título de patrimônio cultural da humanidade, o Sítio do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos. ²⁵⁸

Mesmo após a morte de Arigó, um certo ressentimento ainda predominava em parte de alguns clérigos da Igreja Católica. Isso é evidente na polêmica tentativa de retirada de móveis da Basílica de Congonhas para a Arquidiocese de Mariana em 1978, que culminou numa perseguição dos moradores ao caminhão de mudanças com alguns móveis da igreja do Bom Jesus de Matozinhos. O Vigário de Ouro Preto, Padre José Feliciano Simões atribuiu o motim

²⁵⁶ Entrevista concedida por Fábio França em 30 de julho de 2021.

²⁵⁷ Entrevista concedida por André Candreva em 7 de abril de 2021.

²⁵⁸ Entrevista concedida por André Candreva em 7 de abril de 2021.

aos moradores simpatizantes de Arigó, que estavam inconformados com o tratamento da igreja à prática espírita. Como acusa, em edição do *Jornal do Brasil*, de 6 de maio de 1978:

Essa é a recompensa que [o Arcebispo Dom Oscar de Oliveira] recebe depois de sempre proteger e valorizar o que existe em Congonhas. Inventaram essa campanha ridícula contra ele porque impediu que transformassem a Basílica de Bom Jesus num culto a Zé Arigó.²⁵⁹

As extremidades da representação de Congonhas que mostramos até aqui, indicam as razões de nossa travessia (ou travessias, no plural), dos tempos históricos que se sobrepõem na imagem do tempo refletida da cidade: a permanente tensão entre os atores.

O território e a representação simbólica de Congonhas permanecerão em disputa, como veremos no decorrer da tese: comunidade, igreja, intelectuais, moradores, visitantes, tecnocratas, intelectuais, mineradoras... A superfície se esticará até quebrar-se, nesta brecha do tempo, como dizia Hartog (2014). Esta fenda é o que acreditamos ser um novo regime de historicidade a partir de meados de 1970.

Neste enredo, somos levados a crer que a morte de Zé Arigó, exatamente na entrada dessa nova temporalidade, encerrou o período de 20 anos em que a religiosidade católica em torno do Jubileu do Bom Jesus de Congonhas e do legado artístico atribuído a Aleijadinho sofreu com a concorrência de outra vertente religiosa (a espírita), centrada na figura do médium. Sem a presença de Zé Arigó, as atenções se voltariam novamente à lenda de fundação da cidade, com a devoção de Feliciano Mendes, o Jubileu e as obras atribuídas a Aleijadinho. Para compreendermos a dimensão dessa retomada ao sagrado católico e ao artístico barroco-rococó, delinearemos como intelectuais e políticos foram fundamentais na criação do mito de Aleijadinho.

²⁵⁹ Cf. *Jornal do Brasil* (6/05/1978, Cad. 1).

2.4. Intelectuais e poder: a escolha de Aleijadinho como Patrono da Arte no Brasil

A atuação dos intelectuais foi determinante para moldar a representação do legado artístico-barroco de Congonhas, sobretudo, na escolha de Aleijadinho como principal artista brasileiro na identidade nacional que se afirmava. A obra de Rodrigo José Ferreira Bretas publicada no *Correio Oficial de Minas* nas edições de 19 e 23 de agosto de 1838²⁶⁰ intitulada, “*Traços biographicos relativos ao finado Antonio Francisco Lisboa, distinto escultor mineiro, mais conhecido pelo appellido de – Aleijadinho*”, lhe valeu um convite para ser membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. À época, salienta Oliveira (2014), havia um, fervilhante debate, em torno da descoberta do artista que teria nascido em Ouro Preto. Pouco antes, recorda Oliveira (2014),²⁶¹ sobre levantamento de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1968, p. 10-11),²⁶² o próprio IHGB, “solicitara ao governo provincial de Minas “[...] subsídios de história regional para a sua Revista”, e este instituiria para esse fim uma comissão de 3 membros, entre os quais figurava Rodrigo Ferreira Bretas”. Entre as razões estaria o fato de Bretas ter nascido em Ouro Preto e lecionar no seminário da então Congonhas do Campo.

O biógrafo avalia Aleijadinho, lembra Oliveira (2014, p. 3), como “[...] merecedor da nomeada de que gozou e superior a todos os artistas de sua época”. Esse elogio, reforça Oliveira (2014, p. 3), teria sido respaldado em “uma cônica sobre a situação das artes na Capitania de Minas Gerais, apresentada à Câmara de Mariana em 1790 pelo 2º vereador, cumprindo Ordem Régia da rainha de Portugal” à qual é resgatada por Bretas em sua obra. Sobre estes fatos, argumenta o prefeito de Ouro Preto Angelo Oswaldo em entrevista a esta tese:

Então, o Aleijadinho, foi, depois de ter sido considerado um gênio, - tem uma biografia, uma anotação [memorandum ‘Traços biográficos relativos ao finado Antônio Francisco Lisboa, distinto escultor mineiro, mais conhecido pelo apelido de Aleijadinho’, escrito em 1790, à partir de ordem régia de 1782 que determinava que se registrasse tudo o que ocorreu de notável na Capitania de Minas Gerais, desde a sua fundação em 1720] – de um vereador da Câmara de Mariana (isso foi recolhido pelo Bretas, Rodrigo José Ferreira Bretas, o primeiro biógrafo do Aleijadinho), esse vereador, é, José, José Joaquim da Silva, se não me engano, ele fala que o Aleijadinho é Praxíteles²⁶³ [um dos mais famosos escultores da Grécia antiga – 395-330 a.C.] mineiro, que é uma grande figura, que é um artista excepcional e tudo.²⁶⁴

²⁶⁰ Como indica Oliveira (2014, p. 4), o IHGB possui em seu acervo uma cópia manuscrita dos “Traços Biográficos” de Rodrigo José Ferreira Bretas. Cf. Revista do IHGB (citação no Tomo XXI, p. 473).

²⁶¹ Cf. Oliveira (2014). Disponível em: <<https://shre.ink/Iphan>>. Acesso em: 30 jun. 2023.

²⁶² Cf. Andrade (1968, p. 10-11).

²⁶³ No original: “Com efeito, Antonio Francisco, o novo Praxíteles, é quem honra igualmente a arquitetura e escultura”. Cf. Andrade (1951, p. 23-35).

²⁶⁴ Entrevista concedida por Angelo Oswaldo em 11 de agosto de 2021.

É o que afirma Oliveira (2014, p. 3) a partir da publicação n. 15 da Diretoria Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1951):

Com efeito, Antonio Francisco, o novo Praxíteles, é quem honra igualmente a arquitetura e escultura. O gosto gótico de alguns retábulos transferidos dos primeiros alpendres e nichos da Piedade já tinha sido emendado pelo escultor José Coelho de Noronha e estatuário Francisco Xavier (de Brito) e Felipe Vieira, nas Matrizes desta cidade (Mariana) e Vila Rica.²⁶⁵

Após enumerar essas obras, o cronista encerra, ressalta Oliveira (2014, p. 3):

[...] Superior a tudo e singular nas esculturas de pedra em todo o vulto ou meio revelado e no debuxo e ornatos irregulares do melhor gosto francês é o sobredito Antonio Francisco. Em qualquer peça sua que serve de realce aos edifícios mais elegantes, admira-se a invenção e o equilíbrio natural ou composto, a justeza das dimensões, a energia dos usos e costumes e a escolha e disposição dos acessórios com os grupos verossímeis que inspira a bela natureza. Tanta preciosidade se acha depositada em um corpo enfermo que precisa ser conduzido a qualquer parte e atarem-se-lhe os ferros para poder obrar.

Essa leitura de Rodrigo Ferreira Bretas, baseada na transcrição original do texto de 1790, cuja versão encontra-se no Arquivo de Mariana, é influenciada pelo contexto artístico e político do XVIII como frisa Oliveira (2014, p. 3-4):

Após longa enumeração dos principais edifícios construídos na região das Minas Gerais até aquele ano, juntamente com a de seus arquitetos, todos portugueses, diga-se de passagem, o documento detém-se na figura do artista nativo, cujo estilo é corretamente interpretado como “de gosto francês”, ou seja, rococó, sucedendo a duas fases do barroco. A primeira, pejorativamente chamada de “gosto gótico”, corrigida pelo gosto italiano do chamado barroco joanino, (da época do Rei D. João V), como hoje estabelecido pela História da Arte.

O respaldo neste texto foi fundamental a Rodrigo Ferreira Bretas, considerado incapaz de avaliar com clareza a arte de Aleijadinho, por não ser especialista na matéria como ele próprio reconhece, “imbuído dos preconceitos do século XIX em relação à arte da época barroca” Oliveira (2014, p. 4). À época eram predominantes o neoclassicismo acadêmico “no campo das artes plásticas e o romantismo em literatura”. À primeira corrente, argumenta Angelo Oswaldo (2021):

²⁶⁵ Transcrição publicada in Antonio Francisco Lisboa. O Aleijadinho. Cf. Andrade (1951, p. 23-35).

Depois disso o Aleijadinho cai, assim, num Neoclassicismo do século 19, que começa, que vem lá da missão francesa e de uma tendência europeizante do País, né? – do final do Império e do começo da República, na República Velha, nós ainda sempre copiando os europeus, é, começavam a achar aquilo tudo muito feio.²⁶⁶

Notadamente o Romantismo estaria presente nos escritos de Bretas, por ressaltar:

[...] aspectos dramáticos da doença do Aleijadinho, descrita com tal abundância de detalhes que a analogia com um popular personagem do romantismo literário do momento, Quasimodo, o Corcunda de Notre Dame [de Vitor Hugo em 1831], impõe-se naturalmente (Oliveira, 2014, p. 4).

As várias reedições do texto de Bretas atestam que “o interesse por Aleijadinho se manteve inalterado na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX”, defende Oliveira (2014, p. 4). A figura do artista mineiro teria ainda inspirado o trabalho dos modernistas, como argumenta nosso entrevistado Angelo Oswaldo (2021):

[...] e são os modernistas, então, que vão resgatar, primeiro com o Mário de Andrade, em 1919, depois com Mário, Oswald [de Andrade - 1890 - 1954], Tarsila [do Amaral - 1886 - 1973], Blaise Cendrars [1887-1961], poeta francês, que, quando visitam Minas Gerais, em 1924.²⁶⁷ O Oswald de Andrade vai dizer que a obra de Aleijadinho o influenciou, porque, nessa soma de contribuições, não é? - o Oswald também queria fazer uma antropofagia e ele vê o Aleijadinho como um antropófago, que devorou tudo pra fazer um... buscar uma energia nova, própria. E aí eu vejo artistas, escritores import-[ANTES...], críticos de arte, historiadores da arte do mundo inteiro reconhecem no Aleijadinho um artista excepcional, mas ele é isso, ele é fruto de uma sociedade, não é?²⁶⁸ ele, o pai dele, ele aprendeu com o pai, com os colegas do pai, com esses grandes artistas que vieram de Portugal, com a as pessoas que estavam trabalhando aqui...²⁶⁹

No entender de Myriam o que o papel dos modernistas foi fundamental para a investigação sobre Aleijadinho, no entanto, ressalta que o que eles diziam ser barroco, era na verdade, um outro estilo artístico:

[...] minha tese de doutorado foi o Rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus, né? Esse livro teve muita dificuldade de aceitação porque, em bom português eu digo, que, ‘o que chamam de Barroco Mineiro, não é Barroco e nem é mineiro. É um outro estilo, é esse Rococó francês’. Ainda bem que essa tese foi feita na Europa. Esse livro foi publicado em dois

²⁶⁶ Entrevista concedida por Angelo Oswaldo em 11 de agosto de 2021.

²⁶⁷ Grifos nossos.

²⁶⁸ Grifos nossos.

²⁶⁹ Entrevista concedida por Angelo Oswaldo em 11 de agosto de 2021.

mil e... – hoje é referência.²⁷⁰ O Rococó entrou pro Brasil, justamente à época do Aleijadinho, começa (sic) na segunda metade do século XVIII, e eu sempre esperei que alguém fizesse a primeira metade, o Barroco mesmo. Eu agora me senti na obrigação de fazer um volume único do Barroco religioso – em Minas Gerais (sic) é tudo que aconteceu até 1750 – Matriz de Sabará, Matriz de Ouro Preto, a maravilhosa Pilar, não é? [...].²⁷¹ Em Minas ainda tem problema de aceitação, porque (sic) em dizer que o conceito de Barroco mesmo é uma criação modernista, né? Na época a linha era de procurar uma coisa nacional, né, e na realidade era outro estilo e não tinha sido identificado. Mas agora eu voltei para trás, lá para as raízes, voltei para o barroco, no início lá da Capitania de Minas Gerais. Agora como eu moro no Rio de Janeiro – quando a gente mora em Minas a gente trata Minas, né? Quando a gente sai de Minas... – eu já estou há esses anos todos aqui, então tem que fazer o Brasil todo, né? E aí é bom, que no Rio de Janeiro a gente viaja muito mais, Minas é uma coisa muito protetora, a gente fica lá, no meio daquelas montanhas. A minha tese de mestrado era o Rococó, a minha tese de doutorado eu ainda morava em Minas (sic), era o Rococó Religioso em Minas Gerais. Não era do Brasil não (sic), mas coincidiu que na época o Iphan me transferiu para o Rio de Janeiro, então eu comecei a entrar e vi que aqui também não tinha [estudos] e comecei a viajar ali (sic) ...²⁷²

Neste recorte a historiadora questiona o que é considerado o estilo barroco em Aleijadinho. O traço do artista teria muito mais ligação com o rococó francês. A discussão, porém, não se encerra quanto ao estilo. Debates outros surgiram quanto à própria existência da figura de Antônio Francisco Lisboa como veremos à seguir.

2.4.1. Aleijadinho, um mito?

Antônio Francisco Lisboa, conhecido como Aleijadinho (por ter as mãos mutiladas por uma doença, muito provavelmente hanseníase, teria sido um escultor, arquiteto, autodidata, considerado por muitos historiadores e arquitetos o principal artista do barroco-rococó em sua vertente brasileira em fins do século XVIII e início do século XIX. Filho do carpinteiro português Manoel Francisco Lisboa (1697-1767), é tido por Bazin como o principal e mais notável arquiteto de Ouro Preto, e da escravizada Izabel, o artista mineiro é motivo de controvérsias na investigação histórica. Não há, por exemplo, consenso sobre a data precisa de seu nascimento, se em 1730 ou 1728 ou 1737. Na certidão de batismo encontrada por Bretas na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias indica o dia 29 de agosto de 1730. Porém, na certidão de óbito de 18 de novembro de 1814, há uma menção de outra data de

²⁷⁰ Cf. Oliveira (2003).

²⁷¹ A autora se refere ao livro lançado em 2014 pela editora C/Arte. Cf. Oliveira (2014).

²⁷² Entrevista concedida por Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira em 26 de janeiro de 2021.

nascimento, em 1738 ao destacar que Antônio Francisco Lisboa, pardo, solteiro, falecera aos 76 anos.

Por outro lado, poderíamos, assim dizer, que Aleijadinho, ao modo brasileiro, adaptaria a matéria-prima dos trópicos, em nome da arte e de um estilo, que apesar de inspirado nos europeus, ganhava contornos próprios.²⁷³

Sylvio de Vasconcelos [1916-1979] – fala o historiador e arquiteto, Sylvio de Vasconcelos... que o Aleijadinho é que dá à pedra-sabão a dignidade que os italianos deram ao mármore e os franceses à madeira.²⁷⁴ Que a pedra-sabão, até então, era chamada de pedra de panela, uma pedra, dúctil, fácil e os portugueses começaram, os brasileiros aqui, os mineiros começaram a trabalhar aquilo pra fazerem pedra de panela [panela de pedra] realmente, como fazem até hoje. E o Aleijadinho é que dá, então, a essa pedra a dignidade do mármore,²⁷⁵ a ele atribuída pelos artistas italianos, como disse o Sylvio de Vasconcelos, que ele começa a fazer - quando você vê a portada da Igreja de São Francisco de Assis de Ouro Preto ou de São João del-Rei, é, e o que ele fez com os Profetas de Congonhas.²⁷⁶

A partir de Donato (1972) e Oliveira (2002) França (2015, p. 174) destaca que “Antônio Francisco Lisboa trabalhou com uma equipe, que incluía seus três escravos (Maurício, Januário e Agostinho)”. Uma das provas de que Aleijadinho possuía uma oficina encontra-se nos recibos de 1796 e 1799 ao Irmão Vicente (administrador da igreja em Congonhas), em que Antônio Francisco Lisboa, resgata França (2015, p. 174) atesta o pagamento proveniente “dos jornais de mim e de meus oficiais que trabalhamos nas obras de escultura dos Passos da Paixão do Senhor de Matosinhos”. Em outro recibo, datado de 1800, Aleijadinho confirma o pagamento a ele e “demais oficiais que comigo trabalham [...] nos Profetas de pedra” (ver Figura 38).

²⁷³ A Lei nº. 5.984, de 12 de dezembro de 1973, sancionada pelo então presidente do Brasil, Emílio G. Médici, declarou Antônio Francisco Lisboa – "O Aleijadinho" – Patrono da Arte no Brasil.

²⁷⁴ Grifos nossos.

²⁷⁵ Grifos nossos.

²⁷⁶ Entrevista concedida por Angelo Oswaldo em 11 de agosto de 2021.

Figura 38 – Profeta Habacuc, escultura do Aleijadinho, 1947. Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, Congonhas (MG)



Autor: Marcel Gautherot. Acervo: IMS.

Mas afinal, Aleijadinho teria existido ou não? A principal obra em que se baseiam os pesquisadores que concordam com a tese do mulato mestre do Barroco baseiam-se na monografia de Rodrigo José Ferreira Bretas²⁷⁷ publicada em duas etapas no *Correio Oficial de*

²⁷⁷ Cf. *Correio Oficial de Minas* (1858, n. 169 e 170).

Minas, da cidade de Ouro Preto em agosto de 1858, intitulada: “Traços biográficos relativos ao finado Antônio Francisco Lisboa; distinto escultor mineiro, mais conhecido pelo apelido de Aleijadinho”. O texto de Bretas, destaca França (2015) baseou-se em entrevistas com diversos moradores de Ouro Preto entre 1856 e 1858 que teriam conhecido Antônio Francisco Lisboa e em documentos disponíveis à época e de informações trazidas por Joana Francisca de Araújo Correia, mulher do filho de Aleijadinho, que o acompanhou em seus dois últimos anos de vida (1812-1814). O estudo de Bretas pavimentou o debate que atravessou o século XX. Neste longo relato, Angelo Oswaldo traz algumas correntes que argumentam no sentido da existência de Aleijadinho, mesmo sem a precisão exata do seu nascimento.

[...] o promotor Marcos Paulo de Souza Miranda [promotor de Justiça, ex-coordenador da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais] fez uma pesquisa que acredita que Aleijadinho tenha nascido em 1737, por um documento que ele encontrou nos arquivos da Matriz de Antônio Dias, mas o fato é que não foi em 1730, como alguns historiadores afirmam, mas em, entre 37 e 38, provavelmente em [17]38 que é a data reconhecida pelo IPHAN, em função do atestado, da certidão de óbito do Aleijadinho, que diz que ele foi enterrado em cova da Boa Morte, na Matriz de Antônio Dias no dia 18 de novembro de 1814, portanto com 76 anos. O Aleijadinho, então, ele nasceu, é, escravo, mas foi alforriado, no nascimento, pelo pai, que o educou, e ele trabalhou com o pai Manoel Francisco Lisboa, ele trabalhou com o mestre Coelho de Noronha, um outro português importante que construía a Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso, em Caeté, ele viu a obra do Xavier de Brito...²⁷⁸ O Aleijadinho, é, se inspirou em tudo isso que ele pôde observar e ele viu isso tudo sendo construído, é, sendo, é, feito pelas Minas Gerais afora, ele andou, porque ele esteve em diversas cidades, esteve em São João del-Rei, em São José del-Rei (Sic), em Sabará, em Caeté, onde ele fez esse primeiro trabalho com Coelho de Noronha na Matriz do Bom Sucesso, ele esteve na zona rural na Fazenda da Jaguará, por exemplo, onde ele fez a Capela de Nossa Senhora da Conceição, do "Vínculo da Jaguará", que é na região de Matosinhos, de Pedro Leopoldo, aí adiante de Belo Horizonte, ele esteve em Nova Lima – em Nova Lima é, os altares da Jaguará que foram pra lá - mas ele esteve em Congonhas, que era um, Congonhas era um pequeno burgo, mas ele foi contratado porque havia uma ordem opulenta, uma irmandade rica a partir do voto de Feliciano Mendes, que era um português que se tornou um ermitão.²⁷⁹

Com a criação do Iphan em 1937 por Rodrigo Melo Franco de Andrade, que era “bisneto de Rodrigo Ferreira Bretas” e advogado, a obra do biógrafo de Aleijadinho ganha novo fôlego...

Não é, portanto, surpreendente que a então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) tenha patrocinado nova edição dos “Traços biográficos”, com uma relação de obras com autoria reconhecida pelo

²⁷⁸ Grifos nossos.

²⁷⁹ Entrevista concedida por Angelo Oswaldo em 11 de agosto de 2021.

órgão.²⁸⁰ Admitido como sócio efetivo do IHGB em 9 de julho de 1943, Rodrigo Melo Franco menciona Bretas e os “Traços Biográficos” em sua palestra de posse,²⁸¹ dedicada a Araújo Porto Alegre (Oliveira, 2014, p. 4).

“Traços biográficos”, de Rodrigo Melo com publicação do Iphan em 1951, “foi considerada uma obra definitiva” (Oliveira, 2014, p. 4), em torno da afirmação do legado de Aleijadinho. Com 83 notas de Judith Martins,²⁸² a documentação foi avaliada e conferida por pesquisadores ligados às instituições órgãos responsáveis pelos arquivos que basearam o estudo de Bretas. Este trabalho investigativo indicou o movimento artístico e religioso que atraiu mestres portugueses para realizar grandes obras em igrejas mineiras em um primeiro momento e numa segunda etapa, o surgimento de artífices e arquitetos nascidos no Brasil.

A respeito da publicação de Rodrigo Melo Franco de Andrade e Judith Martins, Angelo Oswaldo concorda, ao dizer que:

A Judith Martins, que foi assessora do Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, no Iphan, ela fez um dicionário dos mestres, artistas e artífices que atuaram em Minas Gerais no século 18, nós vamos ver quantos portugueses... o Arouca, que construiu... José Pereira Arouca, que construiu a Câmara Municipal de Mariana, o... uma série de artistas que vieram de Portugal. Isso porque tinham muitas encomendas por toda parte aqui. E aí começam também a surgir, nas gerações seguintes, os brasileiros, filhos desses artistas ou que trabalhavam, jovens que foram engajados pra trabalhar. Antônio Francisco Lisboa, que foi filho do mestre Manoel Francisco Lisboa²⁸³ – Manoel Francisco Lisboa construiu o palácio dos governadores de 1745 a 1740, construiu a ponte de Antônio Dias, construiu a Matriz de Antônio Dias, em Ouro Preto – Manoel Francisco teve esse filho com uma africana escravizada, provavelmente em 1738.²⁸⁴

Mas a questão não parece estar completamente pacificada. Guiomar Grammont²⁸⁵ em “Aleijadinho e o Aeroplano” (2008), chega a afirmar que a personagem é uma construção da

²⁸⁰ Transcrição publicada in: Dphan (1951, p. 23-35).

²⁸¹ Cf. Andrade (1944, p. 119-133).

²⁸² Judith Martins organizou o Dicionário de Artistas e Artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais publicado em 1974 sob orientação de Rodrigo Melo Franco de Andrade em que categorizou verbetes baseados em notas, receitas, despesas e contratos do período colonial que a autora colheu entre os anos de 1940 e 1960. Cf. Martins (1974).

²⁸³ Grifos nossos.

²⁸⁴ Entrevista concedida por Angelo Oswaldo em 11 de agosto de 2021.

²⁸⁵ A historiadora da arte, Adalgisa Arantes Campos faz uma crítica contundente ao trabalho de Guiomar, alegando que a pesquisadora ignora importantes pesquisas de nomes G. Bazin, R. Smith e J. Bury e da geração heroica do IPHAN, além de negligenciar o papel de Affonso Ávila, organizador do Modernismo. A referida pesquisadora afirma que Guiomar “hora bate”, hora “assopra”, como se “ela vivesse alienada e alienando”. Cf. Campos (2009, p. 1-2). Cf. Grammont (2008).

memória popular, pois “não há nenhum documento que se refira a Antônio Francisco Lisboa como ‘O Aleijadinho’” (2008, p. 85).

Dentre os principais questionamentos dos que desconfiam da existência de Antônio Francisco Lisboa (Aleijadinho) pesam o fato de que, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 2 de outubro de 1838, intelectuais nacionais se esforçaram em construir uma narrativa de um herói que nos distinguisse dos europeus. Daí, um mulato, mutilado, de existência questionada, porém genial no seu fazer-artístico o elegeriam como símbolo da arte no Brasil. Esse mesmo argumento teria sido defendido no governo Vargas com a criação do Iphan, que centrou no legado artístico colonial, as principais características da arte genuína brasileira. Sobre essa desconfiança em torno do legado de Aleijadinho, pesa ainda o fato de que seria, quase impossível, um só artista produzir tantas obras em diversas cidades mineiras, algumas com datas muito próximas umas das outras. Deste lado da crítica, encontram-se trabalhos como “O Aleijadinho (Antônio Francisco Lisboa)”,²⁸⁶ de Feu de Carvalho (1934), “O Aleijadinho e a arte colonial” de Augusto de Lima Júnior (1942),²⁸⁷ e outros recentes como “Aleijadinho e o aeroplano” de Guiomar de Gramont (2008), como demonstramos nos parágrafos anteriores. Incorrem nestes trabalhos a suspeita de que o Aleijadinho seria uma invenção do professor Rodrigo Ferreira Bretas, que em sua monografia apoiou-se em documentação insuficiente²⁸⁸ e que o entalhador Antônio Francisco Lisboa nunca existiu, mas sim, Antônio José da Silva (que fora quem recebeu o apelido de Aleijadinho).

²⁸⁶ O livro de Carvalho reúne uma série de artigos sobre o tema publicados no jornal *Minas Geraes* em 1934. Cf. Carvalho (1934).

²⁸⁷ Augusto de Lima Júnior chegou a afirmar em 12 de fevereiro de 1966, em edição da revista *O Cruzeiro* (principal publicação do Diário dos Associados, à época): “O Aleijadinho é uma farsa”. A reportagem, de oito páginas, assinada por J. Franco, estampa, na capa, a polêmica afirmação de Lima Júnior, intelectual ligado ao Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e à Academia Mineira de Letras. A tese defendida por Lima alega, que seria impossível, atribuir tantas obras, distribuídas em um território tão vasto como Minas Gerais, a um “mulato”, “aleijado e todo corroído de doenças” (Franco, 1966, p. 60). De acordo com Lisovsky (2019, p. 2) a declaração de Lima Júnior à revista *O Cruzeiro*, seria o “coroamento” de uma série de publicações da Revista *História de Arte*, fundada em 1963 pelo intelectual, em Belo Horizonte, que dirigia, duras críticas, aos modernistas e intelectuais ligados ao Sphan, e que buscava desmistificar a construção do gênio mulato, o Aleijadinho (fruto da “confluência das raças”). Lisovsky (2019, p. 3) ainda acrescenta que, ao contrário do que esperava Lima Júnior, o Golpe de 1964 não alimentou uma investida na desconstrução do mito mestiço. Os militares que assumiram, demonstraram o inverso, se empenharam no reforço de uma identidade nacional calcada na “confluência de três raças” e mantiveram “Aleijadinho no panteão dos heróis nacionais”.

²⁸⁸ O modelo ideal de historiografia de Von Ranke, no século XIX pressupunha que era dever do historiador se atentar à objetividade, neutralidade e se ater à história política, de grandes homens e

Somam-se a estas críticas a suposta alteração da data de batismo do mestre barroco, e as evidências de que existiam vários entalhadores com o nome Antônio Francisco Lisboa (Aleijadinho seria um deles). Além disso, há a suspeita de que, muito provavelmente, o mestre barroco teria morrido em 1854, e não em 1814, “pois em 1822 ainda assinava recibos por obras feitas”, destaca França (2015, p. 173). Por fim, pesa ainda o argumento de que Aleijadinho teria sido enterrado “no cemitério da Boa Morte da paróquia de Antônio Dias e não na Matriz de Antônio Dias [em Vila Rica, atual Ouro Preto]”, acrescenta França (2015, p. 173). Esses questionamentos foram, duramente, criticados por grandes estudiosos da história da arte como Rodrigo Melo Franco de Andrade, Judith Martins, Germain Bazin, Vicente Raccioppi, Orlandino de Seitas Fernandes, Zoroastro Vianna Passos, Franklin de Salles, Fernando Jorge, Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, entre outros, “baseados em documentação fidedigna, testemunham a inquestionável existência do Aleijadinho” (França, 2015, p. 173). Bazin encerra a polêmica com Augusto de Lima Júnior, afirmando assim a existência do mestre barroco: “Assim, eis aí o Aleijadinho promovido à condição de mito. Tal como Homero, Shakespeare, Molière ou Napoleão. É o pináculo da glória! Ao grande artista brasileiro Augusto de Lima Júnior, acreditando diminuí-lo, traz a consagração suprema” (1971, p. 123 *apud* França 2015, p. 174).

A provocação de Bazin encontra eco no próprio texto de *Odisseia* na versão portuguesa de Frederico Lourenço (2018)²⁸⁹ em que o tradutor aborda a polêmica em torno da autoria de Homero aos textos que inspiraram a cultura do Ocidente. São escritos de estilos linguísticos tão distintos na *Iliada* e na *Odisseia* que, Xénon e Helânico (os separatistas) questionaram se não haveria dois “Homeros”? Viegas devolve a questão ao afirmar: “Qual possa ser a identidade real, atribuível ao nome de Homero, coisa que, provavelmente, nunca se saberá ao certo: em rigor, tanto a *Iliada* como a *Odisseia* são poemas anônimos”.²⁹⁰ Fato é, que a autoria ou não,

eventos. Na contramão do que havia se tornado uma tradição metodológica na história, a Escola dos *Annales* na França, liderada por Marc Bloch e Lucien Febvre – fortemente influenciados pela sociologia de Durkheim – contestava esses caminhos metodológicos. Com a criação da revista *Annales d’Histoire Economique et Sociale*, houve uma forte crítica à documentação, já que não seria ela o elemento fundamental como verdade à priori. Os historiadores dos *Annales* pensavam que deveriam interessar ao ofício do historiador antes o testemunho, pela capacidade de revelar vestígios do passado e a mentira, que também é um desdobramento, sobretudo quando a pesquisa pode revelar quem está mentindo do que uma busca positivista, calcada na imparcialidade. Nesta nova perspectiva o historiador deveria se posicionar diante dos fatos e não se silenciar diante de documentos, buscando antes questioná-los do que sancioná-los. Cf. Rocha (2007).

²⁸⁹ Cf. Homero (2018, prefácio).

²⁹⁰ *Ibidem*.

parece um detalhe menos importante e muito menor, se comparado ao legado deixado por Homero ou ao estilo literário advindo de uma tradição oral (a de recitação dos cantos) para a linguagem escrita. Não à toa, lembra Viegas (2018), a literatura romana nasce a partir da Odisseia, traduzida do grego ao latim, pelas mãos de Lívio Antrônico. Assim, é atribuído a Judith Martins e Rodrigo Melo Franco de Andrade, em “Traços biográficos”, como defende Oliveira (2014, p. 5), o embasamento mais seguro às pesquisas de Germain Bazin, de “natureza formal, estilística e iconográfica, nos setores arquitetônico, ornamental e escultórico que diversificam a produção artística do Aleijadinho”.

[...] atestar as informações do texto por documentação histórica comprovante, principalmente no tocante aos nomes de arquitetos, escultores e mestres de obras relacionados à arquitetura religiosa da região mineira pelo Vereador de Mariana em 1790 e pelo próprio Bretas em 1858 (Oliveira, 2014, p. 5).

O livro *“Aleijadinho et la sculpture baroque au Brésil”* (1963)²⁹¹ de Bazin, feito a convite de Rodrigo Melo Franco, nas palavras de Oliveira (2014, p. 5), “continua ainda hoje sendo referência elementar sobre “o genial artista mineiro”.

2.4.2. Germain Bazin, Rodrigo Melo Franco de Andrade e as escolhas do Iphan

Germain Bazin é, reconhecidamente, o mais notável entre os pesquisadores estrangeiros que se debruçaram sobre a arte colonial do Brasil, destacando-se entre os pesquisadores Robert Smith²⁹² e Jonh Burry.²⁹³ Como destaca Uribarren (2022, p. 3), Bazin...

[...] magnificamente, seria um arauto daquela arte na Europa, organizando e participando em inúmeros eventos que tiveram o Brasil como foco, colocando

²⁹¹ Bazin (1972).

²⁹² Pesquisador norte-americano Robert Chester Smith habilitado em artes pela Universidade de Harvard, foi diretor assistente do Arquivo de Cultura Hispânica da Fundação Hispânica da Biblioteca do Congresso, em Washington e bolsista do American Council of Learned Societies. O pesquisador desenvolveu estudos no Brasil sobre o período colonial em visitas ao país nos anos de 1937, 1946, 1953 e 1969, com apoio da embaixada americana no Rio de Janeiro e do presidente do Iphan, Rodrigo Melo Franco de Andrade.

²⁹³ O estudioso inglês desenvolveu nos Pós-II Guerra estudos sobre a arte brasileira com notável apoio do Iphan. Em pesquisa de campo no Brasil visitou algumas das principais cidades do ciclo do Ouro em Minas Gerais como Ouro Preto, Sabará e Congonhas. Dentre os seus trabalhos, destacam-se *Jesuit architecture in Brazil (1950)*, *Estilo Aleijadinho and the churches of the 18th century in Brazil (1952)* e *The borrominesque churches of colonial Brazil (1955)*.

a arte destes trópicos sob os holofotes da crítica e da erudição dos especialistas. O lugar proeminente que Bazin ocupava no maior museu do mundo lhe permitia amplas possibilidades para a concretização de seus projetos, não apenas pelos recursos que tal instituição podia fornecer, mas pela rede.

A primeira visita ao Brasil viria a ser em 1945 para visitar o seu único irmão, Jean Bazin, que havia se exilado no Brasil após a invasão de Paris pelo exército nazista. Na ocasião o diretor do Louvre realizou aqui, em terras brasileiras a exposição “*Peintres français d’aujourd’hui: arts décoratifs*”, organizada pela *Association Française d’Action Artistique*, no Rio de Janeiro. O evento, o primeiro após a libertação francesa (Ubirraren, 2022), trazia obras de pintores como Picasso, e outros jovens artistas promissores, contou com a exibição filmes franceses inéditos e desfiles de moda. Curiosamente, o irmão de Bazin trabalhava para os escritórios das agências Havas e Reuters no Rio de Janeiro, elo, que possivelmente, no entender de Uribarren (2022), conectaria o historiador da arte com as principais autoridades, empresários e artistas brasileiros. Nesta visita, Bazin se encantou com a arte barroco após visitar o Mosteiro de São Bento e a igreja da Penitência na cidade carioca. Dali em diante, dedicaria boa parte dos seus estudos à arte colonial do Brasil. Nossa entrevistada Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira revela alguns detalhes sobre o que seria a principal intenção do curador de arte francês:

[...] o Bazin só tinha um irmão, era só ele e esse irmão – o irmão fugiu para o Brasil, pediu asilo para o Brasil, no final da Segunda Guerra, porque teve muita gente, muito europeu que veio para o Brasil – e morava aqui, e ele nunca mais tinha visto esse irmão. Então o Doutor Rodrigo [Melo Franco de Andrade, diretor do Iphan entre 1936-1969] – ele veio na realidade visitar esse irmão – e aí, você sabe, historiador de arte, curador de museu quando quer viajar, inventa uma exposição, né? E aí a exposição foi num prédio lá do Gustavo Capanema, no andar térreo, e lá doutor Rodrigo o conheceu e, na mesma hora, convidou ele para - quer dizer, na mesma hora não - deu o maior apoio... Colocou os arquivos do Iphan a disposição pro primeiro livro e o segundo foi uma encomenda. Uns 10 anos depois quem pagou foi o artista Chateaubriand, (sic) tinha naquela época... E até hoje você vê, é a referência é fundamental, né? ²⁹⁴

A segunda visita de Bazin ao Brasil ocorreria em 1946 com recursos próprios, em que percorreu as cidades mineiras Ouro Preto, Sabará, Mariana e Congonhas. A partir de publicação do *Jornal A Notícia*, Uribarren (2022) destaca que foi, a partir dessa viagem que Bazin manifestou interesse por Aleijadinho, porém, os estudos sobre o artista mineiro viriam anos depois.

²⁹⁴ Entrevista concedida por Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira em 26 de janeiro de 2021.

[...] o primeiro livro de sua autoria sobre o Brasil acabou sendo dedicado à arquitetura religiosa barroca. Interpretamos que, pela sua insistência em destacar o seu interesse pelo artista mineiro, Bazin deve ter recebido um contundente estímulo por parte do diretor do Iphan, que o levou a escrever num primeiro momento sobre a matéria principal dos trabalhos do órgão: a arquitetura.²⁹⁵ Retrospectivamente, o estudioso explicava, em 1971,²⁹⁶ que ao planejar o trabalho sobre arquitetura entendia que “devia, de alguma forma, servir de introdução a uma monografia, bem pormenorizada, dedicada ao maior artista brasileiro: o Aleijadinho” (Uribarren, 2022, p. 9).

Uribarren (2022, p. 9) destaca ainda, que na correspondência trocada entre Bazin e Rodrigo Melo Franco de Andrade, “[...] é bem perceptível como a figura do artista mineiro era objeto dos seus desvelos, mas um trabalho que tratasse sobre arquitetura, prévio à obra dedicada especificamente ao Aleijadinho, seria lógico dentro do pensamento da instituição promotora”.

Bazin parece ter captado o bom momento brasileiro, analisa de forma assertiva Uribarren (2022), da construção de políticas e equipamentos culturais como o Museu de Arte de São Paulo (1947) e os Museus de Arte Moderna do Rio de Janeiro e de São Paulo (1948), que ainda realizou uma Bienal em (1951). Como ressalta:

Conhecedor desse ambiente pulsante, Bazin se deparou, logo no início da sua experiência brasileira, com instituições e indivíduos que reconheceram nele um parceiro fundamental para os projetos que eles próprios desenvolviam. O Iphan foi, destacadamente, uma dessas instituições. Identificou nele o especialista adequado para cancelar internacionalmente as várias expressões artísticas locais que a instituição (Uribarren, 2022, p. 9).

A proximidade com Rodrigo Melo Franco de Andrade e o estreitamento com empresários como Chateaubriand,²⁹⁷ abriu caminho para que Bazin se tornasse a principal referência norteadora das pesquisas sobre o barroco-rococó empenhadas pelo Iphan. Neste longo e rico relato a entrevistada Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, que havia se mudado para a Bélgica após o Golpe de 1964 no Brasil, revela preciosos detalhes do empenho do diretor do Iphan em investir em pesquisadores e pesquisas voltadas à arte colonial do Brasil.

Pois em 1967, doutor Rodrigo foi à Bélgica pra um congresso internacional do ICOMOS, que é o órgão internacional de Patrimônio. E o meu professor lá naquele curso de História da Arquitetura era do ICOMOS da Bélgica e nós morávamos, meu marido e eu, num sítio, antigo convento medieval restaurado para ser alojamento de estudante. Então, esse meu professor, levou o doutor Rodrigo pra mostrar a essa restauração. Quando ele passou em frente a nossa casa ele falou: - Olha, o senhor quer ver um desses apartamentos por dentro?

²⁹⁵ Grifos nossos.

²⁹⁶ Cf. Bazin (1971, p. 5)

²⁹⁷ Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, ou Chatô, foi um jornalista, escritor, advogado, empresário e político brasileiro. Fundou o Museu de Arte de São Paulo (MASP) em 1947.

Eu tenho uma aluna brasileira que mora aqui. Ele quis, bateu na minha porta, esse aqui é o presidente do patrimônio do Brasil [SPHAN]. Você imagina, eu nem sabia o que era patrimônio na época. E você sabe que o doutor Rodrigo, sentou comigo, duas horas, ele me falou que eu tinha que terminar aquele curso para trabalhar no patrimônio, que o patrimônio histórico só tinha arquitetos e que ia precisar de historiadores da arte para fazer os inventários. Decidiu a minha vida ali, e ainda me deu carta de apresentação para o Germain Bazin, que tinha acabado de fazer o livro sobre Aleijadinho – e eu fui a Paris conhecer o Germain Bazin - e quando eu voltei pro Brasil, a minha opção era trabalhar no patrimônio, porque o doutor Rodrigo tinha decidido. Eu voltei em 69 e ele ainda era vivo. Depois (Sic) voltamos direto em 72. E pronto, quer dizer, você imagina. – Que que bom que eu estou conhecendo o diretor, o presidente do patrimônio, porque eu quero fazer a minha tese de mestrado daqui a 2 anos sobre o Aleijadinho. Aí ele falou – Conhece o livro de Germain Bazin? Eu disse que não conhecia não, então me deu uma carta para o Bazin, e eu fui a Paris conhecer o Bazin e daí (sic) que começou tudo.²⁹⁸

Este impressionante relato nos revela, para além do encontro fortuito, como, Rodrigo Melo Franco de Andrade, realmente estava obstinado a investir na construção de uma política nacional voltada à investigação histórica do período barroco-rococó, disponibilizando toda a estrutura do Iphan para este fim. Além do mais, traz à luz, como esta imprevisível oportunidade (como um kairós) despertou o interesse de uma então desconhecida pesquisadora,²⁹⁹ uma jovem estudante de história, que viria a se tornar uma das figuras centrais no reconhecimento do sítio de Congonhas como Patrimônio Mundial pela Unesco em 1985.

2.5. Industrialização e poder: a disputa em torno da construção da Açominas

A instalação da Usina da Açominas (1976-1986) atendeu um ambicioso e polêmico projeto de construção da cadeia industrial do aço, que teria sido prometido décadas atrás, ainda no governo de Artur Bernardes.³⁰⁰ O então presidente do Brasil assinou o Decreto N.º 4.801,

²⁹⁸ Entrevista concedida por Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira em 26 de janeiro de 2021.

²⁹⁹ Myriam Andrade Ribeiro é historiadora da Arte formada pela Universidade de Louvain na Bélgica. Possui uma vasta produção sobre barroco-rococó, sobretudo em trabalhos sobre Aleijadinho e as principais obras do Santuário Bom Jesus de Matozinhos em Congonhas. Dentre seus trabalhos, destacamos: OLIVEIRA, M. A. Gravuras europeias e o Aleijadinho. In: *O Estado de S. Paulo*, Suplemento Cultural, nº 136, ano III, pp. 3-4. São Paulo: 10/06/1979, *Aleijadinho, Passos e Profetas*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2002, *O Rococó Religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, *O Aleijadinho e o Santuário de Congonhas. Roteiros do Patrimônio*. Brasília: IPHAN/Monumenta, 2006, *Antônio Francisco Lisboa: de herói romântico a mito da nacionalidade*. In: MONTERROSO TEIXEIRA, José de. *Aleijadinho, o teatro da fé*. São Paulo: Editora Metalivros, 2007 e *Os Passos de Congonhas e suas restaurações*. Brasília: IPHAN, 2011.

³⁰⁰ Artur da Silva Bernardes foi um advogado e político, presidente de Minas Gerais (1918 a 1922) e do Brasil (1922 a 1926).

de 9 de janeiro de 1924, que previa a instalação de três usinas siderúrgicas integradas com capacidade de produção de 50 mil toneladas/ano, cada uma, que deveriam ser construídas “em Santa Catarina, no Vale do Rio Doce (Minas Gerais) e outra no Vale do Rio Paraopeba, também em Minas Gerais” (Greco; Coutinho, 2002, p. 1).

As divergências políticas e a falta de recursos do Estado à época, inviabilizaram os investimentos, que só se tornariam realidade décadas mais tarde, com o presidente da República general Ernesto Geisel em 1974 e Aureliano Chaves³⁰¹ no Governo de Minas em 1975. A previsão era de que a usina deveria ser instalada, de 1976 a 1980, com orçamento inicial de US\$2 bilhões (Greco; Coutinho, 2002). A apreensão não estava premente apenas na instalação da Usina, mas especialmente no território onde seria construída, sobretudo, porque isso definiria a taxação dos impostos que seriam recolhidos pelos municípios.³⁰²

Na época, na realidade hoje se Congonhas tem um futuro mais ou menos garantido, não sei se você sabe que o problema da Açominas, a Açominas 84% é o município de Congonhas. Mas na época como eles queriam criar uma cidade entre Congonhas e Ouro Branco,³⁰³ se não criasse um entendimento político entre Congonhas e Ouro Branco, o [distrito] Lobo Leite seria uma cidade.³⁰⁴

O Jornal “O Processo” (1976) também noticiou sobre essa intenção de se construir uma nova cidade.

Simultaneamente com a construção da Usina será construído um núcleo urbano com 3.200.000m² de área para uma população de 25.000 habitantes. Os investimentos necessários diretos ou indiretos, quando realizados através de órgãos do Governo, compreendem: aquisição de terreno levantamento topográfico com loteamento e demarcação dos eixos das ruas, terraplenagem, canalização de água e esgoto, luz, calçamento e meio-fio, estação para fornecimento de energia, estações para tratamento de água e esgoto, reservatório e núcleo habitacional, compreendendo habitação, comércio, saúde, educação e lazer.³⁰⁵

³⁰¹ Antônio Aureliano Chaves de Mendonça foi governador de Minas Gerais, de 1975 a 1978.

³⁰² Um pouco antes, em maio de 1973, era anunciada a construção da Ferrovia do Aço no governo do general Emílio Garrastazu Médici, que ligaria Belo Horizonte ao Rio de Janeiro e São Paulo. O custo inicial da obra era de US\$743 milhões e tinha previsão de ser entregue em mil dias (menos de três anos). As obras, porém, tiveram início somente em 1975. Após diversas paralizações e adaptações, o projeto só veio a ser concluído em 1989 durante o governo Sarney (PMDB) ao preço de US\$4 bilhões. Cf. Nota de rodapé n. 60 da introdução da tese.

³⁰³ A cidade de Ouro Branco foi emancipada em 1953.

³⁰⁴ Entrevista concedida por Gualter Pereira Monteiro em 2 de agosto de 2018.

³⁰⁵ Cf. O Processo (1 a 15 de fev. 1976, p. 1).

Capa da mesma edição do Jornal “O Processo” (1976), revela a expectativa da geração de empregos e investimentos na região do Alto Paraopeba em torno da nova fábrica, com a chamada: “AÇOMINAS: Tudo sobre Projeto da Nova Usina”.

Produção inicial de dois milhões de toneladas/ano e de seis milhões de toneladas com a expansão, numa segunda etapa: criação de 5.684 empregos diretos, desde o começo da operação da usina; construção de uma cidade para abrigar os servidores e seus familiares, com capacidade para 25 mil habitantes; participação societária do Estado de Minas Gerais, da Companhia Vale do Rio Doce, da Usiminas e do exterior, totalizando 726 milhões de dólares; e implantação no Vale do Paraopeba, nas imediações do local onde, pela primeira vez no Brasil, em 1812, se fez fundição de ferro, são os dados principais do projeto da Açominas. O estudo de viabilidade da usina siderúrgica foi levado a Brasília e entregue ao ministro Severo Gomes, da Indústria e Comércio, pelo secretário Fernando Fagundes Netto, da Indústria, Comércio e Turismo, pelo presidente da Usiminas, engenheiro Amaro Lanari Júnior, e pelo presidente da Açominas, engenheiro Manoel Moacélio de Aguiar Mendes, que, depois, o apresentou à imprensa mineira e nacional em Belo Horizonte.³⁰⁶

Ao fim e ao cabo, os planos da instalação da nova Usina fugiram do controle após a grave situação econômica que atravessava o Brasil, muito em decorrência da crise do petróleo de 1979, após a revolução iraniana que paralisou a produção do mineral, gerando impactos no mercados mundial, e pelo crescente movimento de redemocratização. A obra, que iniciou em 1976, foi finalizada a um custo bem mais alto: US\$ 7 bilhões, US\$5 bilhões a mais do que o planejado pelos governantes militares. O projeto impactaria fortemente a região do Alto Paraopeba, localizada porção sul do Quadrilátero Ferrífero, como explica Leonardo de Aguiar e Souza:

[...] a rede urbana do Alto Paraopeba é implodida / explodida pelas unidades industriais ligadas, primeiramente, à mineração de ferro e, a partir da década de 70, pela siderurgia, com a instalação da Aço Minas Gerais S.A. – Açominas na divisa de Ouro Branco e Congonhas (Souza, p. 259, 2015).

Editorial intitulado, “AÇOMINAS OU UMA RAJADA DE BALAS”, de Alexandre A. Nepomuceno no Jornal “O Processo” (1976), comemora, em tom belicoso, a instalação da Usina após décadas de espera de todas as cidades da região do Alto Paraopeba:

E a AÇOMINAS veio. Cinquenta anos depois, mas veio. Trazendo a esperança nos olhos baços daqueles que cavaram esta TERRA ESCURA E PESADA e a viam demandar para longe. Veio tapar o buraco. O imenso

³⁰⁶ Cf. O Processo (1 a 15 de fev. 1976, p.1, grafia no original).

buraco aberto durante gerações. Fechar as chagas no peito daqueles que se imolaram para que o país crescesse. E progredisse. Veio para ficar. Como a namorada ansiada. A noiva desejada. A esposa reclamada. E para que isto acontecesse, gerou-se um caos. Há pouco mais de 10 anos. E junto dele o desespero. Surgiu a Revolução, que procurou o fio perdido da meada da ordem e do progresso. E na roca de melhores dias, ele começou a tecer o desenvolvimento. Firme. Coeso. Com pequeninos fiapos sociais. Junto da Revolução, uma verdade. Crua. Cruel. Não seria esta política nossa, "ópio do povo" durante gerações que nos daria – e aos nossos filhos – forças para subir e crescer. Seriam os técnicos. Sem a obrigação de PAGAR ou PUXAR votos. Foram eles, os técnicos: Na tranquilidade de suas salas, Na ausência de emoções partidárias, Na inexistência de ódios e rancores políticos, Na frieza de seus cálculos, Que nos deram a AÇOMINAS. E junto da AÇOMINAS novos dias virão. Esperamos que novos políticos também. Pois já é tempo de os enterrarmos. Os velhos, ou que se sentem como velhos. E agem como velhos. Nosso caro amigo, Dr. Antonino Di Giuseppe Estanisláu (co-fundador deste jornal e hoje nas lides forenses) disse-nos há dias: – "Só há duas maneiras de acabarmos com esses políticos que nos atrasam a vida e o progresso: Eleitoralmente, ou a tiros!" Ficamos com a primeira opção. Simplesmente porque (além dos cânones morais) para eles uma derrota eleitoral significará muito mais do que uma rajada de balas...³⁰⁷

Mesmo com o início das obras, os problemas não paravam de crescer, e se agravaram quando o futuro senador Murilo Badaró (ARENA), expediu uma medida para anexar a área do Parque Industrial da Açominas, que já estava em construção, à cidade de Ouro Branco (MG), que faz divisa com Congonhas. Se o polêmico projeto fosse aprovado, a usina deveria ser completamente instalada na vizinha Ouro Branco.

Esse impasse mobilizou políticos, moradores e a imprensa. Foi então que o prefeito de Congonhas, Altary de Souza Ferreira Júnior (MDB – 1977 a 1983), amparado em uma carta geográfica escrita por Dom João Muniz, administrador do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos (1936-1942) – que delineou uma proporção territorial correspondente à área de implantação da Açominas a 86% do território no município de Congonhas e 14% em Ouro Branco – instigou a população a “se rebelar para não perder o ICM da Açominas” (Panorama do Vale, 1978, p. 7).³⁰⁸

A estratégia parece ter sido assertiva. A discussão permaneceu até 1984, “quando os dois municípios entraram em acordo” (Panorama do Vale, 1978, p. 7).³⁰⁹ Adversário político de Altary, o sucessor Gualter Monteiro, questiona estes fatos, arrogando para si este

³⁰⁷ Cf. O Processo (1 a 15 de fev. 1976, p. 2, grafia no original).

³⁰⁸ Cf. Panorama do Vale (1978, p.7).

³⁰⁹ Cf. Panorama do Vale (1978, p.7).

protagonismo na negociação que redistribuiu a porcentagem de arrecadação dos municípios de Congonhas e Ouro Branco.

Aí o governador Hélio Garcia que gostava muito de mim, me chamou e falou comigo: – Ô prefeito, nós vamos criar uma cidade entre Congonhas e Ouro Branco – pra não ter briga a direção da Açominas não deseja briga como aconteceu com Coronel Fabriciano e Timóteo. Aí brigaram então a Açominas criou Ipatinga e vai e o Zé Augusto (sic) quer que cria uma cidade. Tenta fazer um convênio com Ouro Branco dividindo o ICMS da Açominas. Aí eu consegui. De Ouro Branco, nós ficamos com 51% do ICM da Açominas. E Ouro Branco ficou com 49 [%]. Essa lei que era na época (sic) se fosse hoje, Congonhas não tinha direito a 1 tostão do ICM porque mudou o critério de distribuição. Mas na época, não vou falar que foi inteligência minha não, foi sorte. Eu falei com as advogados de Congonhas e de Ouro Branco, que estavam sentados pra fazer um convênio: – E se amanhã mudar o critério da distribuição? Aí o doutor Paulo Neves, que era um professor, um dos maiores tributaristas de Minas falou comigo: - Ô prefeito você foi de uma felicidade danada, vamos colocar aqui no convênio, 'mesmo que seja modificado a denominação da distribuição, os percentuais prevalecerão 51% e 49%!'. Tanto que depois houve várias brigas judiciais aí, eles nunca conseguiram derrubar - porque era mais era (sic) problema político entre eu e o Altary, – é, derrubar, porque a justiça deu ganho de causa a Congonhas prevalecendo o 51 [%] e os 49 [%]. Então Congonhas, o que garante o futuro de Congonhas hoje, não é as mineração (sic), é o ICM da Açominas.³¹⁰

Moreira da Silva (2018, p. 378), atribui, ao contrário, ao movimento iniciado em 1977 o despertar de “um sentimento coletivo na cidade”, mobilização popular que seria decisiva para garantir “a integridade cultural e territorial de Congonhas”.

Mesmo sem citar o nome, o ex-prefeito de Congonhas José de Freitas Cordeiro, conhecido como Zelinho, que à época era vereador de oposição à Gualter, reconhece que a divisão trouxe benefícios às duas cidades.

A princípio quanto você é... está numa cidade, você participa duma cidade como um vereador, ou como prefeito, que você vai receber uma usina, você pensa logo em desenvolvimento da cidade, pensa logo em empregos, geração de renda, de empregos pra cidade, que é importante, como veio... como foi o caso da Gerdau. Veio pra nossa região, veio pra Congonhas porque a Gerdau está em Congonhas e Ouro Branco. 84% da Gerdau é Congonhas, da área da Gerdau, e 16 [%] em Ouro Branco. Mas na época teve um acordo, que foi dividido o ICMS, 51[%] pra Congonhas e 49 [%] para Ouro Branco.³¹¹

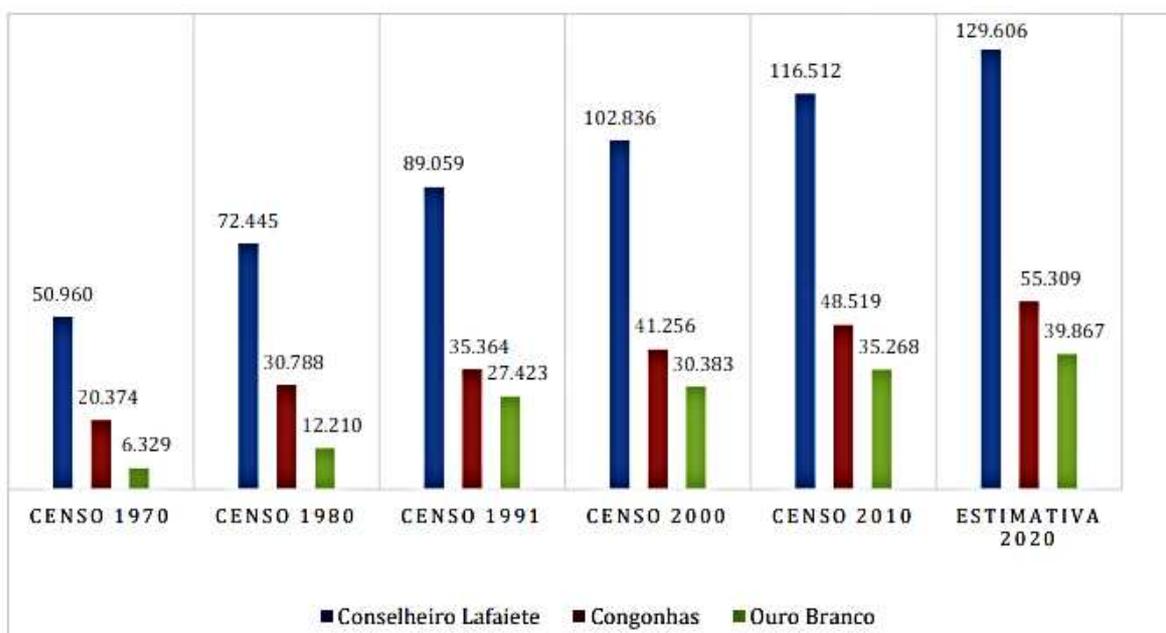
A instalação da Açominas (1976-1986) não apenas garantiu a taxação de impostos aos municípios de Congonhas e Ouro Branco, mas impactou em toda a região com explosão

³¹⁰ Entrevista concedida por Gualter Pereira Monteiro em 2 de agosto de 2018.

³¹¹ Entrevista concedida por José de Freitas Cordeiro (Zelinho) em 10 de agosto de 2018.

demográfica, alteração das malhas urbanas, sobrecargas de serviços voltados à saúde, educação etc. O aumento populacional pode ser mais bem esclarecido no Gráfico 01, extraído de Bathyelly Juncal Alves Batista (2021).

Gráfico 01 – Evolução populacional de Conselheiro Lafaiete, Congonhas e Ouro Branco (1970-2020)



Autor: Batista (2021, p. 51).

No levantamento, a partir de dados dos Censos de 1970 a 2020, Batista (2021) evidencia a evolução populacional das cidades de Conselheiro Lafaiete, Congonhas e Ouro Branco. No gráfico podemos observar um vertiginoso crescimento de ambas as cidades, sendo Conselheiro Lafaiete 154.33%, Congonhas, 171.47% e Ouro Branco, 529.91%. Sendo a primeira cidade a mais populosa, podemos deduzir duas coisas. Há uma carência de estrutura urbana nas cidades vizinhas, o que faz com o que grande parte da população – dada a proximidade entre as cidades que não chega a 50 Km, também é claro – resida em Conselheiro Lafaiete. Outra interpretação nos permite inferir que, mesmo Congonhas possuindo em seu território as maiores empresas como CSN, Vale, Gerdau (antiga Açominas), Ferrous, esse ônus não se reflete na população, por duas outras razões: a área de expansão da cidade é a que percorre a Br-040 e parte dos trabalhadores dessas empresas não residem em Congonhas, e sim moram em outras cidades.

O entrevistado Fábio França (2021) comenta sobre o investimento feito em 1970 e as carências hoje, especialmente em Congonhas de um olhar mais generoso das empresas com os moradores:

Eu comparo um pouco Congonhas com Usiminas [Açominas]. Eu fui muitas vezes a Ouro Branco antigamente, a gente ia visitar a igreja em Ouro Branco, tempo do seminário e tudo, a pé. Não tinha condução não. Era à pé, ia e voltava. Ali era um pomar de batateiro, a igreja era totalmente sozinha lá (sic), não tinha nada, né? Quer dizer, com a Usiminas [Açominas] criou-se uma cidade, né? Então foi a Açominas que foi prometida... prometida... prometida durante muitos anos, não é? Então você vê a diferença. Quando a empresa investe, de verdade, num projeto, a cidade muda, né? É o que não aconteceu (sic) com as demais cidades mineradoras, que é diferente de uma de uma Usiminas [Açominas], que é uma indústria, né? Mas eu vejo assim, Congonhas tem tido um apoio muito grande das administrações, não é? Então todos esses aspectos contribuem para que Congonhas se transforme, de fato, num grande centro turístico, um grande centro cultural e também religioso, né? Não pode perder essa identidade.³¹²

Problemas graves para o meio ambiente, o tráfego urbano, a especulação imobiliária e ameaças ao patrimônio seriam um espólio da instalação da Açominas (1976-1986), que atraiu, numa espécie de convergência da cadeia do aço, outras grandes empresas que exploram minério e produzem o metal nas cidades da região, especialmente em Congonhas, como já abordamos e detalharemos no último capítulo desta tese.

2.6. O povo diz sempre: “os profetas não podem sair do adro”

A frase de Fábio França (2021), ex-padre redentorista em Congonhas, que inaugura este tópico, abre o debate que não se esgotará neste capítulo: a ligação totêmica da população local com as obras sacras e com Aleijadinho. A defesa do lugar, como representação ou memória coletiva, foi claramente manifesta quando órgãos de proteção, como Iphan, Iepha e a própria Arquidiocese de Mariana, sinalizaram a retirada temporária de algumas obras de madeira do santuário para exposições e discutiram a possibilidade de remover os 12 profetas de pedrasabão de Aleijadinho do adro para colocá-los em um museu. Esta última questão será

³¹² Entrevista concedida por Fábio França em 30 de julho de 2021.

devidamente discutida no último capítulo desta tese. Nos atentaremos, por hora, às tentativas frustradas de retirada de algumas obras para exposições.

Começaremos com a polêmica exposição sobre Aleijadinho que ocorreria no Museu de Arte Moderna no Rio de Janeiro-RJ (MAM) em 1978: o evento utilizaria algumas obras dos Passos da Paixão de Congonhas.³¹³ No dia 19 de abril daquele ano, um caminhão estacionou na porta dos jardins da Basílica e alguns funcionários, a mando – ainda não se sabe de quem, mesmo após a CPI das Imagens da Assembleia Legislativa de Minas Gerais instalada após o episódio – começaram a embalar algumas peças atribuídas a Aleijadinho. A cena atípica na pacata Congonhas dos anos 1970, imediatamente chamou atenção de curiosos que passavam ali por perto. Em poucos minutos, um burburinho de moradores e políticos locais iniciaram um protesto e não permitiram que o caminhão arrancasse e levasse as obras de arte ao MAM do Rio de Janeiro. A confusão estava instalada.

O jovem vereador à época José de Freitas Cordeiro (Zelinho), em entrevista a esta tese, fornece detalhes daquele evento e confessa que pediu a um garoto para tirar da ignição as chaves do caminhão para que o motorista não desse partida no veículo.

[...] pra você ver como que o patrimônio não tinha assim tanta proteção dos órgãos públicos, do governo estadual, né? Eu estava aqui no... fazendo um estágio no Fórum de Congonhas e Seu Nonô que trabalhava no Fórum, pai do Nilo Sérgio (músico da cidade), ele me chamou... E no Fórum tava funcionando aqui no sindicato... O Fórum. Ele me chamou e falou assim, 'ô Zelinho, tem um caminhão lá em cima tirando as imagens' – dava pra ver aqui da janela um caminhão - chegou a informação. Aí eu, imediatamente, saí, eu tava ainda lá na frente do Fórum, chamei um rapaz que tava lá, o Naor [pronúncia não precisa] e nós corremos para lá. Chegando lá tinha um caminhão 608, esses caminhãozinho baú (sic) e eles tavam (sic) enrolando as imagens do primeiro passo [da Paixão] no cobertor... Em cobertores...³¹⁴ E colocando dentro do baú. E na época ainda da Revolução, né?³¹⁵ Os militares com metralhadora... E eu na mesma hora cheguei e falei: 'ó, que que é isso, quê está acontecendo'? Ele falou assim, 'ó, é a ordem do governador, Aureliano Chaves, nós estamos levando pra uma exposição no MAM (Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro)'. Eu disse, 'não!' – eu sou – era vereador na época – 'ninguém está sabendo... Isso não pode acontecer, isso é um absurdo! – 'E quem que é você, assim? Eu disse - 'não, eu sou um cidadão aqui de Congonhas e... [tava de terno, porque tava no Fórum, né?] [...] eu sou um cidadão e isso não pode, não pode ocorrer'. Entramos em contato com o

³¹³ Outra tentativa de retirada de imagens sacras ocorreu em uma exposição em Nova York na exposição “Aleijadinho a Niemeyer”, realizada na sede da ONU. Novamente, houve polêmica e as obras não foram para a exposição.

³¹⁴ Grifos nossos.

³¹⁵ O entrevistado refere ao Golpe de 1964.

Altary,³¹⁶ o Altary também não estava sabendo na época... O Altary entrou em contato com o Aureliano Chaves e tinha autorização do bispo na época – que era Dom Oscar, né? – e do Aureliano levando as imagens um caminhãozinho sem proteção nenhuma pra uma exposição no Rio de Janeiro. E aí foi chegando pessoas... Foram chegando pessoas e nós gritamos, 'não sai', 'não sai', 'não sai', é... Chamei um menino que tava lá e... a chave tava na ignição do caminhão, no balainho. Ele foi lá e tirou a chave – o caminhão tava de ré – e sumiu com a chave. Agora o caminhão não sai mais porque, não tem jeito de empurrar o caminhão na subida, né? Falei, 'agora tá garantido'!³¹⁷ Isso foi a tarde toda, o dia todo ali discutindo, até que o Aureliano Chaves mandou voltar com as imagens pra dentro do...dos Passos...³¹⁸

O governador Aureliano Chaves, o Arcebispo de Mariana Dom Oscar de Oliveira e o Iphan, que teriam autorizado a retirada de algumas peças para a exposição, talvez, não imaginassem a forte reação contrária da população local. O protesto, porém, foi além da indignação local e ganhou repercussão nos principais jornais do país gerando acusações entre a diretoria regional do Iphan, Prefeitura Municipal e Arquidiocese de Mariana, além de ser tema de CPI na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ver Figura 39).

Figura 39 – Capa do Jornal do Brasil traz na manchete uma divergência entre o diretor regional do Iphan, Roberto Lacerda com moradores de Congonhas.



Fonte: JB. Acervo: Prefeitura Municipal de Congonhas (cópia digitalizada).

³¹⁶ Prefeito na ocasião do episódio.

³¹⁷ Grifos nossos.

³¹⁸ Entrevista concedida por José de Freitas Cordeiro (Zelinho) em 10 de agosto de 2018.

Dias depois, um outro caminhão teria voltado à cidade na tentativa de retirar, mais uma vez, algumas obras, a saber alguns móveis antigos que seriam enviados para a Arquidiocese de Mariana, a pedido do Arcebispo Dom Oscar. Houve perseguição dos moradores, que alcançaram o veículo na altura do distrito do Alto Maranhão, a cerca de 10 km do centro de Congonhas. Uma série de acusações se seguiram entre párocos que defendiam Dom Oscar e moradores e políticos de Congonhas como o Prefeito Altary que insistiam que nada deveria ser tirado de Congonhas. O posicionamento do mandatário foi destaque em matéria do Jornal do Brasil de 29 de maio de 1978 intitulada, “Congonhas reagiu pela arte”:

"Concordamos em que as obras de arte de Congonhas não pertencem somente ao povo do lugar, sendo um patrimônio nacional, porém, desde que não saiam dos locais para onde, originalmente, foram destinadas", afirmou em editorial no jornal da cidade o Prefeito do Município, Altary de Souza Júnior (MDB) ao explicar por que liderou o povo na reação contra os emissários do Museu de Arte Moderna do Rio. O jornal dedica as oito páginas da edição com artigos e fotos ao assunto que dominou a cidade em duas ocasiões e que mereceu a formação de uma CPI na Assembléia Legislativa. Nas duas páginas centrais oito fotos tiradas do episódio, tentativa de retirada das quatro imagens de uma das capelas do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos, ilustram a reportagem "E as Imagens Voltaram para o seu lugar"... No editorial, o prefeito compara os dois fatos a "uma aula de anatomia em determinada universidade, na qual o professor, após dissecar o cadáver de um corpo humano, apresenta as partes isoladas a seus alunos para que eles, a partir da peça, manifestassem sua ideia a respeito do todo. O professor recebe as mais variadas respostas, inclusive a de que as partes pertencem a um símio"... “Assim”, acrescentou, “as obras do mestre Francisco Lisboa, em Congonhas, têm o seu significado real enquanto integrantes daquele conjunto barroco. A exposição de apenas algumas partes do conjunto poderia levar a uma interpretação deturpada da nossa arte, desvirtuando-a, o que não ficaria bem. O aspecto artístico-cultural é dinâmico e as exposições de obras de arte, normalmente, se manifestam como resultante deste processo, certamente com tendência a aumentar cada vez mais, face à evolução social” (Jornal do Brasil, 29 de maio de 1978).³¹⁹

O gesto dos moradores evitou, o que talvez seria uma tragédia. Meses depois da tentativa de levar as esculturas dos passos da Paixão em 19 de abril, o MAM teve um incêndio 8 de julho³²⁰ que destruiu parte significativa do seu acervo com obras importantes de Picasso e Salvador Dali, do uruguaio Joaquín Torres-García, além de quase toda a biblioteca especializada em artes visuais.³²¹ Naquele ano o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro-RJ

³¹⁹ Cf. Jornal do Brasil (29/05/1978).

³²⁰ Imagens e depoimentos sobre a tragédia estão reunidos nesta reportagem do programa Fantástico da TV Globo, de 9 de julho de 1978. A fundadora do MAM, Niomar Moniz Sodré, recebeu a notícia por telefone, em Paris e confessou que havia sonhado com o acidente. Disponível em: <<https://abrir.link/OLdSg>>. Acesso em: 09 de jun. 2023.

³²¹ Cf. Folha de São Paulo (02/09/2018). Disponível em: <<https://shre.ink/MuseuFogo>>. Acesso em: 09 de jun. 2023.

completava 30 anos de funcionamento e tentaria realizar a primeira exposição dedicada exclusivamente a Aleijadinho. Com autorização do Governo do Estado de Minas, da Arquidiocese de Mariana (MG) e da reitoria da Basílica do Bom Jesus de Matosinhos, a curadoria da exposição tentou levar algumas esculturas de Aleijadinho que se encontravam nos Passos da Paixão. Houve uma forte resistência popular (ver figura 40), de forma que os moradores impediram que as imagens fossem levadas à exposição na manhã do dia 19 de abril de 1978.

A esse respeito o ex-vereador à época José de Freitas Cordeiro (Zelinho), ressalta o maior rigor dos órgãos de proteção nas últimas décadas, que deram mais transparência e visibilidade nas ações que envolvem o patrimônio:

E daí a três meses o MAM pegou fogo. Imagine bem se as imagens tivessem lá no Museu de Arte Moderna e aonde que estivesse, que é madeira, não é? E... Mas a população toda ali do... do (sic)... Da parte da Basílica, os mais antigos vão se lembrar, nós fomos formando um aglomerado muito grande pra não sair as imagens. Então você vê que, como que era antigamente, né? Hoje pra você tirar uma peça ali você tem que passar pelo Ministério Público. Uma exposição você tem que ter aprovação do conselho, né? Então mudou muito, né? ³²²

Artigo publicado no jornal Estado de Minas em 11 de julho de 1978, frisa que o episódio, colocou à prova, a relação dos mineiros com o Aleijadinho:

Não há seguro que cubra o desaparecimento de uma peça do Aleijando, e não há maneira de prever ou evitar acidentes como o que aconteceu no MAM. [...] não se levam mais de Minas os nosso tesouros de arte, patrimônio já tão depauperado por outros tipos de espoliação e desleixo. ³²³

Essa espécie de “sacralidade” dos mineiros com Aleijadinho, também é destacada em artigo de Frederico Moraes, no caderno de Artes Plásticas do Jornal O Globo, de 9 de maio de 1978. No texto, o articulista atribui, especialmente aos intelectuais modernistas, o acender da centelha que despertou esse sentimento.

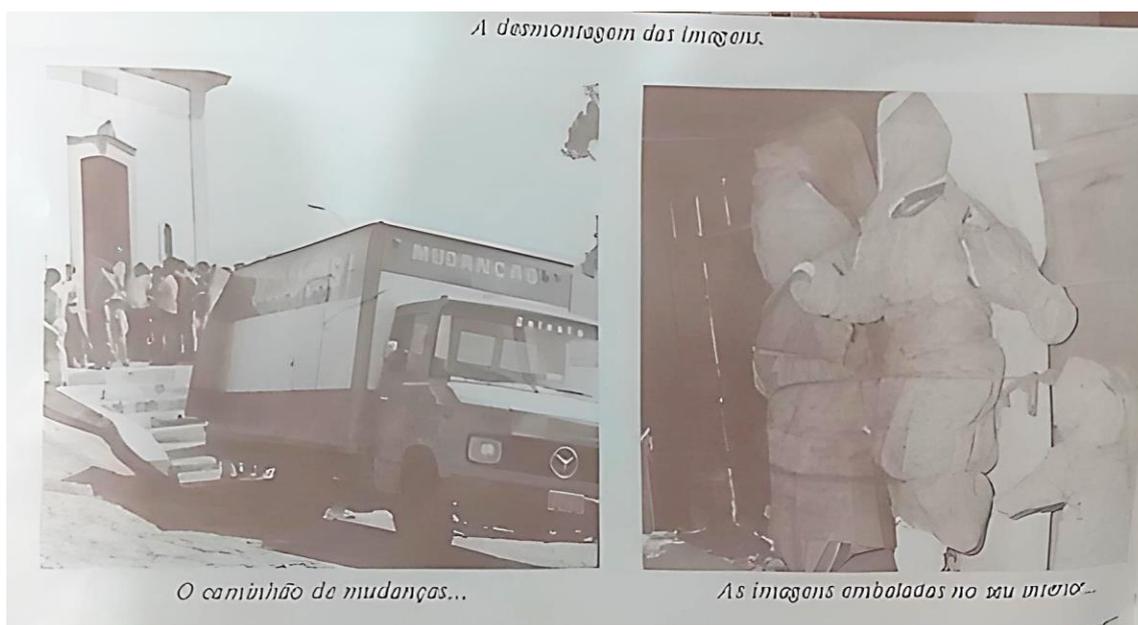
A gente de Minas, extremamente sensível, às coisas culturais a ponto de torná-las fator de coesão social e de fortalecimento. De seu caráter tão marcante, extrapola tal comportamento para o campo político, como afirmação da nacionalidade. Veja o manifesto dos modernistas mineiros de 1925,

³²² Entrevista concedida por José de Freitas Cordeiro (Zelinho) em 10 de agosto de 2018.

³²³ Cf. Estado de Minas (11/06/1978).

“Procuramos concentrar todos os nosso esforços para construir o Brasil dentro do Brasil ou, se possível, Minas dentro de Minas”.³²⁴

Figura 40: O caminhão de mudanças e as imagens dos passos embaladas para exposição no MAM



Arquivo: Jornal da Prefeitura de Congonhas (1978).

Moreira da Silva (2018, p. 378) identifica que, “a partir dessa mobilização popular, uma campanha pelo tombamento de outros bens culturais do município foi iniciada”. Assim, em 1980, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA) tombou os torreões remanescentes do pórtico que tinha sobrado do “pouso dos romeiros”.

Outra CPI, desta vez no Senado Federal, iniciada em 23 de março 1981 ouviu especialistas, políticos e autoridades ligadas à proteção do patrimônio. O boletim número 16 do Sphan – Pró-Memória, de janeiro/fevereiro de 1982, ressalta essa preocupação, notadamente manifestada pelo então prefeito de Congonhas Altary de Souza Ferreira Júnior do MDB (1977 a 1983).

De relevância nos trabalhos da CPI foram os depoimentos dos Prefeitos de Olinda, Germano Coelho; de Congonhas, Altary de Souza Ferreira Júnior; e de Ouro Preto, Alberto Caram. Consideradas monumentos nacionais, aquelas cidades vêm sofrendo as consequências de problemas relacionados com a expansão não planejada, a poluição e com a necessidade de garantir a

³²⁴ Cf. Moraes (O Globo, 1978, p. 36).

coexistência entre os desejados níveis de desenvolvimento e a preservação de sua identidade cultural.³²⁵

Mais polêmicas se seguiram em tentativas frustradas de retirada de algumas peças sacras atribuídas a Aleijadinho. Em 1983 a Embratur (Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo) tentou levar para Nova York algumas obras dos Passos para a exposição, “De Aleijadinho a Niemayer”, realizada na sede da ONU. Houve muita resistência da população local, que era instigada pelo então prefeito Gualter Monteiro (1983 a 1988) que sucedeu Alтары naquele ano. Como ressalta o pesquisador André Candreva, a partir de texto extraído do Jornal Cidade dos Profetas (1993, p. 30-31):

Juntamente com a prefeitura e o povo, praticamente todas as instituições culturais, governos de outros Estados, artistas e críticos apoiaram e incentivaram a resistência contra a saída das imagens e a batalha foi finalmente ganha. O precioso acervo de Congonhas continuou no seu lugar e o tombamento muito se deve a essa resistência da população. A Unesco não tombaria um patrimônio desfalcado de suas principais peças ou espalhado em outras salas de exposição. É em Congonhas, é dentro do cenário onde foi originalmente concebido que este acervo resplandece em sua especial beleza (Jornal Cidade dos Profetas, p. 30-31, *apud* Câmara Municipal de Congonhas, 2018).³²⁶

Gualter Monteiro, em outro mandato (1993 a 1996),³²⁷ mostrou-se a peça-chave de outro episódio envolvendo nova tentativa de levar imagens sacras para uma exposição. A ex-presidenta do Iepha, Jurema Machado,³²⁸ revela que durante sua gestão (1995-1998) o MAM do Rio de Janeiro iniciou as tratativas para tentar realizar uma nova mostra, mas, novamente, houve resistência da comunidade local e um uso político em torno da discussão. Como salienta:

Olha, o primeiro contato que eu tive com a prefeitura de Congonhas foi, é... Na década de 90 e isso pode ter sido em mil novecentos e noventa e cinco... Seis. Quando eu era presidente do Iepha e cogitou-se de fazer uma exposição da ceia do Aleijadinho no MAM do Rio de Janeiro – o Museu de Arte Moderna. Essa exposição... A diretora do MAM na época era Heloisa Lustosa e ela foi à Congonhas, depois de uma negociação iniciada entre o prefeito - na época era o Gualter Monteiro e o Eduardo Azeredo, governador. É... O Gualter

³²⁵ Cf. Sphan (1982, p. 4). Disponível em: <<https://abrir.link/IEW8f>>. Acesso em 06 jun. 2023.

³²⁶ Cf. Cidade dos Profetas (Outubro de 1993, p. 30-31). Disponível em: <<https://abrir.link/MxajY>>. Acesso em: 06 jun. 2023.

³²⁷ Gualter Monteiro ainda seria eleito prefeito de Congonhas em outro pleito (de 2001 a 2004).

³²⁸ Jurema Machado foi ainda Coordenadora do Setor de Cultura da Representação da Unesco no Brasil (2002/12) e presidenta do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Iphan, entre 2012 e 2016.

sugeriu uma audiência pública em Congonhas, não sei se ele chamou esse nome, mas era uma grande reunião com participação da comunidade em Congonhas, em que a diretora do museu exporia as intenções dela com relação à exposição. Estavam presentes também a Secretária de Cultura do Estado, a Berenice Menegale e a superintendente do Iphan em Minas, que era a Cláudia Lage (nesse momento) e o Antônio Fernando restaurador chefe do Iphan. Foi uma situação muito curiosa porque, a reunião somente aconteceu, porque havia uma certa sinalização por parte do prefeito de que, não haveria problema com a retirada dessas peças para a exposição temporária. Quer dizer, não era pra ... Seriam as da ceia. Eu não sei se eles chegaram a fazer um projeto de exposição - que seriam as peças de madeira, né? – das esculturas das capelas. Eu não sei se todas as capelas, parte de peças da capela... Não sei se chegaram a fazer um projeto, porque eu não cheguei a ver isso (que estava sendo submetido ao Iphan) – na época eu trabalhava no Iepha e o tombamento lá [das capelas em Congonhas] é federal né? ³²⁹

Como ressalta Jurema Machado, o então prefeito de Congonhas, Gualter Monteiro (1993 a 1996), teria dado, a princípio uma sinalização positiva ao governador da época, Eduardo Azeredo, mas durante a reunião, mudaria, radicalmente as expectativas.

Enfim [...] vamos fazer a exposição! – a Heloísa Lustosa, com uma articulação política, talvez via governo federal, chegou no governo de Minas, o Azeredo entrou em contato com o prefeito Gualter, que deu uma sinalização, a princípio positiva de que poderia haver uma receptividade. E eu lembro que na época já se sabia, é claro, já tinha todos aqueles episódios dos anos 70 de rejeição da cidade à retirada das peças, enfim, com a liderança do próprio Gualter, né? Então, a expectativa é que fosse dar errado. Mas aí o Gualter naquele momento falou com o governador: 'Não! Se eu der o meu aval a comunidade aceita'. E... A reunião foi um desastre porque a comunidade, eu não sei né, o quanto isso estava já previsto pelo prefeito, mas a comunidade reagiu super mal. É... A presidente... Diretora do museu que foi muito hostilizada com ironias - não exatamente, nada agressivo assim, ostensivamente, mas bastante hostilizada e acabou que eu tinha um papel um pouco estranho porque eu falava pro prefeito assim: 'mas o senhor disse que a reunião poderia acontecer porque existia uma boa vontade'... – Não! Disse nada! Você está me indispondo. 'Não tô indispondo, eu tô... Nós não estaríamos aqui se o senhor não tivesse dado uma primeira sinalização'. Então ali eu vi, quer dizer, desde o início essa coisa tensa, entre um valor que é local e que tá muito vinculado à cultura e à religiosidade, quer dizer, não àquilo que nós - que trabalhamos no patrimônio, com as artes ou com a arquitetura entendemos como obra de arte - a cidade entende como objeto de fé e também que se sente muito invadida no sentido de - que é como esse patrimônio grandioso não pudesse pertencer a ela - uma vez que tem projeção nacional, uma vez que tem projeção internacional, está acima de nós, né? Então é um sentimento que, por um lado, tem orgulho dessa condição, mas por outro lado se sente ameaçada também por essa condição. Nesse dia foi... Eu vi isso, né, ostensivamente... Mas assim, eu acho que o que

³²⁹ Entrevista concedida por Jurema Machado em 29 de setembro 2019.

marcou aquela reunião foi a ambiguidade, né? – que é uma fala, de um lado, e um comportamento do outro lado.³³⁰

Nosso entrevistado, o ex-padre redentorista e escritor Fábio França (2021),³³¹ reforça essa percepção de uma memória coletiva atrelada ao lugar em que os moradores tem uma ligação com os objetos artísticos, organizando-se em torno do totem (o sagrado da tradição e o legado de Aleijadinho).

[...] o povo se identifica muito com Congonhas, por exemplo [...] a população não deixou que as obras saíssem e outros pedidos³³² também, para levar alguma estátua ou imagem de Congonhas não foi aceito (sic), o povo não deixou. O povo diz sempre: 'os profetas não podem sair do adro'.³³³ Isso do tempo que eu estava lá. Os profetas foram feitos para ficar no adro e lá eles têm que ficar. É uma afirmação que eu ouvi várias vezes lá em Congonhas, então isso prova o apreço que as pessoas têm pela obra, senão eles deixariam ir qualquer hora, né? Foi providencial que não foi nenhuma imagem lá para o museu do Rio porque pegou fogo lá.³³⁴

Como observamos no depoimento do ex-padre redentorista em Congonhas Fábio França, esse sentimento de ligação dos moradores e a religiosidade seriam umas das características marcantes da identificação do povo de Congonhas com o patrimônio. Esse episódio teria reflexos no processo de candidatura do Santuário à Unesco nos anos seguintes. Como relata André Candreva.

[...] esse processo já estava até, inclusive, caminhando. Pela grandiosidade da obra do Santuário, o olhar para o patrimônio mundial já estava sendo dedicado há anos antes deste episódio. Não com conhecimento da população, não com o conhecimento de todos, mas já se sabia que tinha sim um olhar mais apurado pra transformar este conjunto artístico em algo patrimônio da humanidade. Este episódio de 1978 vai acentuar essa preocupação. As pessoas passaram a entender que deveriam [se] preocupar mais em preservar mais esse patrimônio, já que, uma vez tombado pelo Iphan, o Sphan na época, né? – ele carecia de um título mais a sua altura. E, na mesma onda que, em 1980, Ouro Preto era declarada patrimônio cultural da humanidade, o então, é (sic) chanceler da Unesco (sic) [...] veio à Congonhas, no ano seguinte, em 1981 ele visita esse Santuário... [...] e já recebe, de antemão, um grande, é, material já preparado pelo próprio prefeito, que já havia solicitado isso, o

³³⁰ Entrevista concedida por Jurema Machado em 29 de setembro 2019.

³³¹ Entrevista concedida por Fábio França em 30 de julho de 2021.

³³² Uma das outras tentativas foi a de levar algumas esculturas de Aleijadinho para a “Brasil + 500 - Mostra do Redescobrimento”, ocorrida em São Paulo no ano de 2000 no Parque Ibirapuera sob a curadoria de Bia Lessa. Mais uma vez a comunidade local não permitiu a retirada das obras e as negociações não prosperaram.

³³³ Grifos nossos.

³³⁴ Incêndio do MAM no Rio em julho de 1978.

Altary [de Souza Ferreira Jr. - 1977 a 1983/ 1997 a 2000] um levantamento mais apurado de todo esse patrimônio, entrega esse material pra ele, que, daí em diante, a coisa vai seguir o trâmite normal até a conclusão do processo em dezembro de 1985, já na gestão do governo sucessor, que era a figura do Sr. Gualter Pereira Monteiro. Ele que de fato, é, traz esse título de volta pra Congonhas, né? Congonhas então ganha o título de que tem um sítio declarado patrimônio histórico da humanidade. Aí é bom lembrar que não é a cidade patrimônio cultural da humanidade, é um sítio histórico que é declarado patrimônio cultural da humanidade, que é um sítio onde tá compreendido todo o entorno do Santuário do Bom Jesus.³³⁵

O desenrolar destes fatos serão detalhados no capítulo seguinte. No entanto uma pergunta parece saltar à superfície. Era do interesse da Igreja esse reconhecimento da Unesco?

[...] eu não sei te dizer se a igreja tinha declarado algo a respeito. Eu creio que não, porque eu nunca li algo a esse respeito, pelo menos por enquanto. E pelo fato de saber que a Arquidiocese de Mariana, ela sempre foi conservadora. Embora, ela sempre ver com bons olhos esse tipo de ação, porque, de certa feita, protege ainda mais o seu rico patrimônio. Isso pertence a ela.³³⁶

Esta questão ainda não está totalmente esclarecida. Como abordaremos nos próximos capítulos, ao menos o que revelam alguns dos entrevistados, a Igreja parece ver nas ações da Unesco, Iphan e Prefeitura Municipal uma certa interferência indevida na administração do patrimônio.

Neste capítulo discorreremos sobre como foi construído, o que entendemos ser o prisma da representação de Congonhas nas intercessões da fé, da mineração e da arte. Cada prego desse trilho teve o trabalho empenhado (nem sempre harmônico) de fiéis, peregrinos, intelectuais, agentes públicos, tecnocratas e moradores. Estas intercessões constituiriam o triângulo da representação de Congonhas até meados de 1970. A fé atraiu homens ambiciosos à procura de ouro na região do Alto Maranhão no século XVIII. Também pela fé, alguns redimiram-se dos seus pecados e fizeram uma promessa de uma vida de zelo e expiação. Feliciano Mendes, o português de Guimarães em Portugal, iniciou deu novo significado à sua fé no Bom Jesus e fundou a tradição do Jubileu em Congonhas. As multidões se amontoavam para receber as graças do santo nos séculos seguintes – o que perdura até os dias contemporâneos. A Igreja Católica precisou construir pontes, estradas e fornecer abrigo aos milhares de desvalidos, doentes e outros que se amontoavam nas ladeiras que levam ao Bom Jesus, para alcançar uma graça ou obedecer ao Bom Jesus de Congonhas. Nos anos 1950 a fé de Zé Arigó desafiou a

³³⁵ Entrevista concedida por André Candreva em 10 de abril de 2021.

³³⁶ Entrevista concedida por André Candreva em 10 de abril de 2021.

ciência de seu tempo e a fúria de eclesiásticos e médicos ao praticar o espiritismo. Novamente, pela fé, milhões de pessoas pisavam no território “sagrado” (Congonhas do Campo) para alcançar, numa última tentativa, uma palavra de conforto ou a cura de alguma doença.

A mineração foi a boa nova para a chegada de bandeirantes e portugueses quem vinham aos milhares nas Minas Gerais na tentativa de enriquecerem. Tal riqueza semeou uma opulenta sociedade urbana que, através do poderio da igreja, sobretudo das irmandades, ostentava suntuosos templos com a assinatura dos mais preparados e renomados artistas da época. A arte germinou nessas terras, com belíssimas obras arquitetônicas, esculturas e pinturas, que prevalecem até hoje, como um valor universal do registro desse tempo, notadamente de Antônio Francisco Lisboa e Manuel da Costa Ataíde. Mas a riqueza também trouxe a dor e o suor de milhares de escravizados, que eram arrancados de suas terras para trabalharem, forçosamente, aos chicotes, para servirem às ambições dos homens brancos.

Foi pela riqueza mineral, começando pelo Ciclo do Ouro, depois, pela exploração do minério de ferro e do aço, que muita gente fez a vida, enquanto a paisagem se transformava à serviço do que mais tarde seria entendido como progresso. A memória coletiva foi submetida à momentos de tensão entre diferentes atores: moradores locais, autoridades eclesiásticas e agentes políticos. Um forte apego se afirmava à religiosidade e ao legado herdado do período barroco.

No decorrer desse percurso, marcado por muitas disputas e exercício de poder, observamos o papel dos intelectuais – notadamente Rodrigo Melo Franco de Andrade, os modernistas e os pesquisadores da arte como Bazin – na construção de um discurso patrimonial, ou mesmo dos industriais e dos governantes seduzidos pelo progresso econômico. Se a representação é calcada na linguagem e no discurso, como nos lembra Hall, inspirando-se em Saussure e Foucault, é no exercício dessas dimensões, disputadas no dia a dia, que nos é revelada a imagem do tempo.

Em Congonhas, esse reflexo, mesmo no confronto entre aqueles que pretendem estar na luz e os que permanecerão na penumbra dessa imagem refletida, nos pareceu coeso, até a conjunção de novos fatores que forçaram a quebra desse espelho: o progresso minero-siderúrgico e a corrida para o reconhecimento internacional do patrimônio, especialmente amparado na figura mítica de Aleijadinho.

Ao longo do capítulo, analisamos as forças que causaram as primeiras fissuras no espelho da representação de Congonhas, sendo a fé, a mineração e a arte os elementos centrais

dessa reflexão. Nosso próximo passo será mostrar os motivos reais que levaram à candidatura do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos em Congonhas à Unesco, em 1984, visando a obtenção da chancela de Patrimônio Mundial, conquistada em 1985. Pretendemos não apenas identificar a imagem dialética do tempo refletida, mas, sobretudo, analisar quais atores e forças políticas, sociais, econômicas e culturais agiram para que esse espelho da representação fosse quebrado.

CAPÍTULO 3. CORRIDA AO RECONHECIMENTO INTERNACIONAL DA UNESCO

Mas, afinal, depois de muito tempo o padre Rocha permitiu ao Sérgio [diretor do museu de Congonhas de 2015 a 2020] ver esse arquivo de objetos da igreja, não é? O Sérgio fotografou, mas o Sérgio queria por isso (Sic) no museu, mas ele [padre Rocha] não permitiu, porque sempre a igreja foi muito fechada para permitir as coisas (2º Oráculo de Delfos).³³⁷

A compreensão dos motivos que mobilizaram a candidatura do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos em Congonhas (MG) pela Prefeitura Municipal, Iepha e Iphan, à Lista de Patrimônio Mundial da Unesco exige que direcionemos as lentes de nossa análise para as relações de poder que se fundaram no que Laurajane Smith (2006; 2021) entende ser um Discurso Autorizado de Patrimônio (AHD). Esse discurso, de caráter universal, como critica a autora, é marcadamente institucionalizado por órgãos como a Unesco (nas convenções, cartas e recomendações) e o ICOMOS (nos pareceres técnicos) e permeia, não apenas as tomadas de decisão do que é o não patrimônio, do que deve ou não ser protegido, mas a própria prática profissional dos atores envolvidos. Tendo a visão tecnicista do patrimônio como elementar, esse discurso a que Smith (2006; 2021) se refere, possui um caráter elitista e despreza a participação popular na construção de políticas públicas. Isso ocorre, especialmente, porque os enunciados que justificam este discurso oficial, que é chancelado pelos órgãos reguladores, agem no sentido de tutelar e direcionar práticas e valores dos habitantes.

O caráter desse discurso, apesar de soar como inclusivo nos meios de comunicação e nos círculos intelectuais, esconde, por outro lado, um certo desprezo às opiniões contrárias a essa tutela. Em Congonhas, os moradores mostraram no episódio da tentativa do Iphan e da Igreja em levar algumas obras sacras para a exposição que aconteceria no MAM em 1978, que não concordavam com certas interferências destes órgãos. O impasse revelaria ainda, que existem outros valores que prescindem o artístico, como o afetivo e o religioso. A postura autoritária do Discurso Autorizado de Patrimônio (ADH), imposta por especialistas dos órgãos de proteção e salvaguarda de cima para baixo, influencia na identificação, classificação e

³³⁷ Como esclarecemos na introdução da presente tese, de forma a preservarmos as fontes, mas ao tempo revelarmos aspectos que julgamos importantes do ponto de vista histórico dos depoimentos, alguns trechos em que os entrevistados pediram sigilo serão assim denominados: 1º Oráculo, 2º Oráculo e 3º Oráculo de Delfos, respectivamente.

conservação do que é considerado patrimônio. No entanto, existe um outro caminho, que é a visão do patrimônio vindo de baixo, como descreve Oliveira (2022). Diante disto indagamos qual caminho foi empreendido em Congonhas nas últimas décadas? A escolha da candidatura à Patrimônio Mundial teria sido influenciada pelo sentimento popular ou seria um desejo de alguns intelectuais e políticos, respaldados por uma concepção universal de patrimônio da Unesco, que buscavam definir a representação de Congonhas no cenário nacional e internacional? Antes de explorarmos estas motivações, primeiramente iremos nos deter a desvelar como essa narrativa foi sendo construída pela Unesco ao longo do tempo.

Em um segundo momento demonstraremos como esse discurso autorizado foi adotado e difundido por intelectuais e dirigentes de instituições de proteção no Brasil, ao longo de quase todo o século XX, na construção do que poderia ser compreendido como a representação cultural brasileira. Essa representação, conforme argumenta Hall, é composta especialmente por duas dimensões: linguagem e discurso. Dessa forma, partiremos da conceituação do que é patrimônio, abordaremos o conceito de Discurso Autorizado de Patrimônio de Smith (2006; 2021) e faremos uma aproximação possível dessa crítica ao conceito de representação discutido no Capítulo 1 da presente tese (Hall, 2016). Em um terceiro passo apresentaremos as principais motivações da candidatura de bens brasileiros, especialmente de Congonhas (MG), à lista de Patrimônio Mundial e como essas motivações se articularam no discurso e na linguagem.

Nos interessa identificar, neste percurso, sobretudo, os conflitos discursivos, os reais interesses dos envolvidos e a utilização do selo de Patrimônio Mundial pelas autoridades locais.

Figura 41 – Cena dos Passos de Congonhas, “Cruz às Costas”, de Aleijadinho e policromia de Ataíde



Fonte: Próprio autor (2014).

3.1. A evolução do conceito de patrimônio

A palavra está ligada à herança, ao que é transmitido de uma geração a outra. Ao longo dos séculos passou por várias metamorfoses. Algumas destas transformações a associaram aos aspectos genético, natural e cultural. Por outro modo, poderíamos entendê-la como um vocábulo nômade.

Everaldo Batista da Costa, entretanto, nos alerta que este conceito se tornou relevante atualmente, enquanto expressão de pensamento, sendo considerado assim: “[...] patrimônio cultural, arquitetônico, histórico, artístico, natural e imaterial; além da recente consagração do chamado Patrimônio Cultural da Humanidade ou Patrimônio Mundial” (Costa, 2012, p. 6) – por referência. De origem latina, a palavra *patrimoniun* era entendida pelos antigos romanos como “tudo [aquilo] que pertencia ao pai, *‘pater’* ou *‘pater familia’*, pai de família” (Funari; Pelegrini, 2006). Essa conotação de séculos atrás, referente ao pertencimento, ainda se mantém na contemporaneidade, em certo aspecto. O patrimônio continua ligado à posse de alguém ou um grupo. Contudo, nos recorda Costa (2012, p. 8), nem sempre as construções antigas, ou símbolos de organização espacial e urbana que resistiram ao tempo, foram concebidas “patrimônio, patrimônio histórico ou, para usar o conceito mais recente, patrimônio cultural”.

O autor destaca que, em um primeiro contexto no Renascimento, a ideia de monumento histórico remediava à contemplação de edifícios da antiguidade Clássica, vistos como preciosidades, ou modelos de artes que deveriam ser documentados – não preservados. Nessa perspectiva a noção de monumento estava naquela época ligada, mais à contemplação da arte e da arquitetura, do que a um pensamento de preservação (Costa, 2012).

Por este ângulo a memória coletiva estaria, assim, intimamente ligada ao monumento, identidade simbólica (Riegl, 1999), ou à perpetuação voluntária (ou não) das sociedades históricas. Como detalha Jacques Le Goff (2013, p. 526):

[...] desde a Antiguidade romana, o *monumentum* tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco do triunfo, coluna, troféu, pórtico etc.; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte. O monumento tem como característica o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva).

Esta concepção de monumento foi muito utilizada na França pós-revolução para unificar um projeto de nação. Ao recordar o pensamento de Márcia Sant’Anna (2003), Costa (2012) destaca que, no contexto francês, os monumentos históricos estavam mais associados ao campo da representação, sendo assim preservados com interesses políticos para unir grupos heterogêneos, a fim de cunhar uma identidade unida.³³⁸ É o que observa também Dominique Poulot (2009) ao destacar que a patrimonialização decorrente das revoluções liberais que se seguiram nos países ocidentais foi implementada em um sentido político e pedagógico, ou mesmo comemorativo, buscando a evocação e a divulgação do patrimônio como instrução e adesão dos cidadãos ao culto do Estado Nacional.

Em um contexto mais amplo esse mesmo sentido teria sido adotado no Brasil como estratégia, nos anos 1930, na tomada do poder por Getúlio Vargas para forjar uma identidade nacional que se almejava. A criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) na mesma década buscou fortalecer este ideário. Como bem descreveu Maria Cecília Londres Fonseca (2005, p. 104), com o Estado Novo, temos a instalação, “mais que de um novo governo, de uma nova ordem política, econômica e social, o ideário do patrimônio passou a ser integrado ao projeto da construção da nação pelo Estado”.

³³⁸ Pedro Paulo Funari e Sandra C. A. Pelegrini (2006) destacam que, no decorrer das décadas, foram criadas na França novas legislações, serviços de proteção e instituições patrimoniais com vistas a uma administração patrimonial consolidada no século XIX.

O barroco, presente na antiga zona da mineração portuguesa no Brasil (principalmente em Minas Gerais), constituiu-se, naquele momento, como o primeiro símbolo da cultura nacional (Costa, 2012). Representação essa que deveria ser tutelada pelo Estado. A Constituição de 1946, por exemplo, em seu Capítulo II, nas disposições sobre educação e cultura estabelece que: “As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do Poder Público” (Brasil, 1946, Art. 175). Ou seja, é atribuído ao Estado cuidar dessas dimensões. No mesmo sentido, na Constituição de 1967, novamente o poder público impõe-se como garantidor da proteção do patrimônio histórico nacional:

O amparo à cultura é dever do Estado. Ficam sob a proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas (Brasil, 1967, Art. 172).

A Constituição de 1988, embora reconheça as atribuições de outros atores como a comunidade e os próprios indivíduos na proteção do patrimônio histórico e cultural, ainda assim, reafirma o governo federal como arnês na condução das políticas e diretrizes desses assuntos. “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (Brasil, 1988, Art. 215).

Decreto n.º 3.551, de 4 de agosto de 2000 compreende outras formas e dimensões do patrimônio, ao mesmo tempo em que, abre mais o leque, de participação civil na proteção dos bens culturais. Em seu Art. 1º, cria o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro. Em seu parágrafo 1º estabelece que o mesmo poderá ser realizado nos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; III – Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; IV – Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas (Brasil. Decreto n.º. 3.551, de 4 de agosto de 2000).

De acordo com o § 2º, a inscrição em quaisquer livros de registro, “terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira”.

O Art. 3º, preconiza que as propostas para registro e toda a documentação técnica, deverão ser dirigidas “ao Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, que as submeterá ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural” e em seu § 1º que a “instrução dos processos de registro será supervisionada pelo IPHAN” (Brasil. Decreto n.º 3.551, de 4 de agosto de 2000). O § 3º, que trata da instrução dos processos, inclui a participação de outros atores, desde que tenham conhecimentos técnicos para este fim. Como destaca:

A instrução dos processos poderá ser feita por outros órgãos do Ministério da Cultura, pelas unidades do IPHAN ou por entidade, pública ou privada, que detenha conhecimentos específicos sobre a matéria, nos termos do regulamento a ser expedido pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. (Brasil. Decreto n.º 3.551, de 4 de agosto de 2000).

Em seu Art. 8º o documento, através do Ministério da Cultura, institui o "Programa Nacional do Patrimônio Imaterial", para implementar “política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio” (BRASIL. Decreto n.º 3.551, de 4 de agosto de 2000). O decreto pode ser considerado como um avanço na legislação dos bens culturais, ao reconhecer as dimensões imateriais como patrimônio a ser cultivado, reconhecido e preservado. No entanto, mesmo ao abrir outras janelas de participação para as comunidades, é ainda o Estado, através de escrutínio de especialistas, quem direciona o que pode ser ou não considerado patrimônio imaterial nos livros de registros. Percurso esse que coaduna com os predicados do Discurso Autorizado de Patrimônio que discutiremos mais adiante.

Neste percurso histográfico, podemos observar as variações na noção de patrimônio, tal qual é compreendida nos dias de hoje (Fonseca, 2005; Costa, 2012) e como estas mudanças moldaram as políticas nacionais de proteção e salvaguarda. Ao Estado, chama nossa atenção o papel de tutor e balizador das diretrizes preservacionistas. Às metamorfoses do verbete “Patrimônio”, somos impelidos a analisar cada movimento: da concepção de um objeto particular, isolado, contemplado, até meados do Século das Luzes, passando pela institucionalização jurídica no século XIX, até à visão contemporânea, que abrange formas complexas dos vários bens (materiais ou imateriais).

À discussão do patrimônio, alguns eventos foram fundamentais no decorrer do século XX para “amadurecer” os conceitos de monumento e patrimônios histórico e cultural. Dentre estes, destacamos aqui, a Carta de Atenas em 1931. No aspecto positivo este foi o primeiro documento importante que alertou sobre a necessidade de proteger os monumentos da destruição. Porém, como destaca Cíntia Nigro (2001), por ser elaborada em um período entre guerras, a Carta de Atenas apresenta uma concepção de patrimônio muito restritiva e elitista,

de forte caráter nacionalista dos países. Ou nas palavras de Meneses (1996, p. 50), trata o monumento como “[...] aquilo que o seu entorno não é”.

Mais adiante, em 1964, contexto de questionamentos ao campo preservacionista, se destaca a Carta de Veneza. Os conceitos de monumento e de preservação do patrimônio no território urbano são ampliados com a inclusão do cuidado aos prédios particulares e sítios urbanos ou rurais. Em seu conteúdo o tratado compreende monumento, não somente no que tange às grandes obras, mas também às construções modestas que adquiriram, com o tempo, uma significação cultural. “O patrimônio adquire, nesta Carta, dimensões temporal e espacial ao afirmar que o monumento é inseparável da história e do meio em que se situa” (Costa, 2012, p. 16). Desta forma este documento se difere da Carta de Atenas, que não considerava a preservação de sítios históricos, mas somente de monumentos isolados – visão reducionista do patrimônio (Costa, 2012).

O passo mais significativo, porém, viria em 1972 com 17ª Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que consolidou uma estrutura (autoridade mundial) de proteção do patrimônio. Entre os principais avanços contidos nesta Convenção (Unesco, 1972, p. 2), podemos destacar as definições de: 1) *monumentos*: obras arquitetônicas, de escultura ou pinturas, estruturas de características arqueológicas, grupos de elementos de valor universal do ponto de vista da história, arte ou da ciência; 2) *conjuntos*: grupos de construções isoladas ou reunidas com arquiteturas integradas à paisagem que tenham um valor universal excepcional; e 3) *os sítios*: obras da ação humana ou conjugadas do homem e da natureza, bem como as zonas de sítios arqueológicos de raro valor histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Ampliando a estratégia da Unesco em conscientizar os governos a respeito da proteção do patrimônio, foi lançada em 1975 a Declaração de Amsterdã, fruto do Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu, organizado pelo Conselho da Europa. Como detalha Costa (2012), este documento introduziu orientações importantes para a implementação de políticas de preservação integradas, com uma abordagem pioneira, pautada na incorporação do patrimônio à vida social, conferindo ao poder institucional local (governos municipais) o papel de elaborar programas e políticas públicas.

Além disso, a Declaração de Amsterdã considerou que o patrimônio não se restringe apenas às construções isoladas de um valor excepcional e seu entorno, mas considera também “[...] os conjuntos, bairros de cidades e aldeias que apresentem um interesse histórico e cultural” (Cury, 2004, p. 200). Outro ponto relevante neste documento diz respeito à inclusão da população nos processos de preservação, como destacam Funari e Pelegrini (2006, p. 33), que

visava “[...] garantir maior observância dos valores ligados à identidade microlocal e a evitar a evasão dos habitantes em virtude de especulação”.

Françoise Choay (2006, 2009) chama a atenção para este ponto ao denunciar que, quando a patrimonialização é regida por interesses lucrativos (que determinam quais áreas serão exploradas para fins comerciais), os sítios históricos se descolam da integralidade do tecido urbano – o que acaba prejudicando a própria preservação e sobrevivência destes espaços como parte importante da totalidade das cidades.

No que tange às políticas de educação patrimonial, de preservação e desenvolvimento urbano sustentável, a Declaração de Amsterdã forneceu parâmetros essenciais para a implementação destas ações ao redor do mundo. Um dos elementos principais é o plano diretor, uma ferramenta crucial para o desenvolvimento inevitável das cidades na contemporaneidade, que visa garantir a expansão urbana sob os princípios do respeito ao patrimônio histórico, cultural e ambiental. No Brasil a Lei n.º 10.257/2001,³³⁹ denominada Estatuto da Cidade, estabelece que este documento deve visar o “[...] pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana”, e garantir “[...] a proteção, a preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico” (Idem, 2001).

À educação patrimonial, Pelegrini (2006) argumenta que esta política tem um importante papel de integrar a construção de identidades heterogêneas e possibilitar, ao mesmo tempo, um significado plural da história, integrando sujeitos e territórios. Neste sentido, se a educação for utilizada para promover o desenvolvimento intelectual e moral de crianças ou adultos, irá suscitar a sua integração (individual e coletiva) com o patrimônio (Idem, 2006). De forma mais veemente, Pelegrini faz uma defesa da educação patrimonial³⁴⁰ como ferramenta promotora da identidade e do sentimento de pertencimento do cidadão:

Faz-se necessário desvendar e advertir a população sobre os procedimentos para a preservação dos bens (manutenção, conservação, restauração, uso e administração). Contudo, deve-se ambicionar algo mais, como por exemplo, irradiar o saber referente ao patrimônio por meio de agentes comunitários, professores do ensino fundamental, médio e universitário, propalando o

³³⁹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 04 de jun. 2023.

³⁴⁰ Ao destacar o contexto brasileiro, Pelegrini (2006) ainda lembra que a educação patrimonial no país tem sido praticada de modo não sistemático desde a década de 1940, em especial nas cidades onde o Iphan possui uma unidade administrativa, se concentrando em atividades extracurriculares que visam reconhecer e valorizar as referências culturais e históricas das localidades.

significado dos bens culturais e naturais entre as comunidades (Pelegri, 2006, p. 10).

Neste início de século, diante das perspectivas de perda e esquecimento das tradições e saberes e de crise de identidades, a ativação da memória se torna, cada vez mais, uma necessidade dos movimentos preservacionistas. É por meio dela que o homem articula a noção de si mesmo e da consciência coletiva, através da apropriação do passado e da perspectiva de transmissão de futuro (Almeida, 1993).

Se estamos falando de usos e apropriações da linguagem e do discurso na construção de uma representação cultural do patrimônio, é preciso compreendermos como este processo se articula com a narrativa preservacionista ocidental, à qual o Brasil e sobretudo, Congonhas se inspiram. A partir das indagações de Viñas (2003, p. 152) sobre a relação dos indivíduos e grupos com o patrimônio, Féres (2021, p. 28) questiona: “se o patrimônio cultural constitui aquilo que a sociedade atribui valores e significados, como se dá o processo de valoração e patrimonialização? Quem define o que é Patrimônio? E Para quem?”

Para tentar esclarecer essas questões, convidaremos Choay (2006; 2009), Laurajane Smith (2006; 2021) e Stuart Hall (2016) a se sentarem à mesa. A primeira autora denuncia, como salientamos anteriormente, o que chama de patrimonialização. Esse predicado está presente no discurso e nas práticas de determinados atores como estados e iniciativa privada que buscam converter os espaços e locais históricos a uma lógica do lucro. Ao determinarem quais áreas serão preservadas direcionam também para onde vão os recursos e infraestrutura para atender aquele sítio. Isso acaba por distanciar ainda mais os moradores e habitantes destes espaços, que à margem da especulação imobiliária, caem no processo de gentrificação ou “expulsão” gradativa destes lugares. Esse fato, de acordo com Choay (2006; 2009), afeta não somente as populações, envolvida nessa trama de interesses, como imobiliza a relação natural dos habitantes com os sítios e a própria sobrevivência destes bens. Laurajane Smith tem chamado de Discurso Autorizado de Patrimônio (ADH),³⁴¹ a conduta, sobretudo do Ocidente no mapeamento, preservação e conservação dos bens culturais nos últimos séculos, notadamente, a partir do século XIX. Nesta chave interpretativa, instituições como Unesco e ICOMOS orientam a legislação e cumprimento das normativas que são estabelecidas em convenções, cartas internacionais e órgãos institucionais dos estados-membros articulam-se para o cumprimento das premissas estabelecidas nestes documentos. Assim, patrimônio

³⁴¹ Do inglês AHD – *Authorized Heritage Discourse* (Smith, 2006).

compreende a tudo o que está sujeito aos processos técnicos da gestão e preservação (Smith, 2006). Esse processo discursivo não apenas identifica e classifica os sítios e lugares que deverão ser administrados e amparados por estes órgãos, mas permeia toda a prática profissional na “gestão” dos valores e significados do patrimônio (Smith, 2006). Como explica:

[...] há um Discurso Autorizado de Patrimônio (AHD) internacional que é continuamente autorizado por agências intergovernamentais, como a UNESCO, e por organizações profissionais internacionais, como o ICOMOS e a UICN. As características fundamentais desse discurso profissional internacional tendem a ser reproduzidas em vários contextos nacionais. O Discurso Autorizado de Patrimônio (AHD) é um discurso altamente contestado e que também está sempre se deslocando e alterando (Smith, 2021, p. 140).

O Discurso Autorizado de Patrimônio (AHD), permite-nos, diz a autora, que entendamos como essa visão interfere “na forma como pensamos e agimos em relação ao passado e ao presente” (Smith, 2021, p. 143).

Há muitos discursos sobre patrimônio. Mas há um discurso dominante. O Discurso Autorizado de Patrimônio ou AHD desenvolveu-se na Europa Ocidental no século XIX e fluiu diretamente da mobilização de arqueólogos, arquitetos e historiadores da arte pela proteção da cultura material que eles consideravam ter valor inato e hereditário. Tais debates ocorreram simultaneamente à ascensão do nacionalismo em toda Europa, na medida em que os poderes europeus buscaram assegurar suas identidades nacionais (Smith, 2021, p. 143).

As construções e monumentos, na visão da autora, são supervalorizados em detrimento das relações subjetivas que os habitantes têm com os lugares e outras práticas culturais imateriais.

[...] o Discurso Autorizado de Patrimônio (AHD) foca sua atenção em objetos materiais, sítios, lugares e/ou paisagens esteticamente agradáveis que as gerações presentes devem cuidar, proteger e reverenciar para que possam ser transmitidos para nebulosas gerações futuras com vistas a “educá-las” e a forjar um sentido de identidade comum baseada no passado. A ideia de que o valor da cultura material é inato ao invés de atribuído está seguramente incrustado nesse discurso. Patrimônio como algo frágil, finito e não renovável é assim visto no contexto desse discurso como estando corretamente sob os cuidados daqueles especialistas, que teriam um lugar privilegiado para se apresentarem como condutores para o passado e para entender e comunicar o valor do patrimônio para a nação (Smith, 2021, p. 143-144).

Ao construir o conceito de Discurso Autorizado de Patrimônio (ADH), Smith (2021) procura distanciar-se da ideia de discurso de Foucault (2012), acreditando que este último

desenvolve uma abordagem estritamente teórica, enquanto sua proposta concentra-se nos aspectos práticos desse discurso.

Eu explicitamente me valho das definições que fundamentam a Análise Crítica do Discurso, em que discurso está ligado a práticas sociais em termos realistas. Discurso é definido como tendo consequências materiais e como sendo influenciado por questões materiais. Por “material”, refiro-me a coisas tais como o impacto das práticas e dos discursos estruturantes de patrimônio sobre problemas, debates e questões sociais. Isto é, nas vidas e experiências das pessoas (Smith, 2021, p. 147).

Talvez, ao se distanciar de Foucault, a autora tenha perpassado por alguns aspectos da elaboração conceitual do filósofo francês. Na verdade, este não realiza uma análise estritamente conceitual do discurso. Ao realizar uma genealogia da 'Ordem do Discurso', Foucault busca, sobretudo, denunciar como a interdição, separação e rejeição das palavras ditam essa forma de poder, influenciando em consequências práticas que definem o que é certo e o que é errado, quem está incluído ou excluído. O poder é exercido, assim, nas diversas dimensões do discurso.

Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui (Foucault, 2012b, p. 45).

Ou seja, ninguém é seu detentor. O que não quer dizer que não há certos discursos que têm mais penetração, ou indivíduos ou grupos que o exercem com mais habilidade. Porém, na arena discursiva, mesmo os grupos minorizados, a depender do contexto e do embate, podem reaver certas ordens das coisas. Isso é bem visível no debate político entre os representantes e representados. O poder se tensiona e se exerce, em diferentes proporções e intensidades pelos atores e instituições. Neste sentido, o Conceito de Discurso Autorizado de Patrimônio, pode sim, aproximar-se das postulações de Foucault (2012), na medida em que este último considera que o discurso é sobretudo, uma prática estruturante e estruturada de poder.

Outra contribuição fundamental de Smith (2021) é a de conceber o patrimônio como performance. Dentro dessa perspectiva, a autora destaca a dimensão política que permeia a relação das pessoas com o lugar, influenciando a construção de identidades, bem como o papel das instituições de proteção na gestão desses bens. Para Smith (2021), é imperativo não considerar o patrimônio exclusivamente em sua dimensão material; ao contrário, conforme argumenta, todo patrimônio é, primordialmente, imaterial."

Tenho, porém, contestado a ideia de que patrimônio seja apenas um objeto material, um sítio ou um lugar. É mais profícuo entender patrimônio como uma negociação política subjetiva de identidade, lugar e memória. Todo patrimônio é intangível, na medida em que patrimônio é um momento ou um processo de (re) construção cultural e social de valores e sentidos. É algo que acontece em sítios e lugares que, em linhas gerais, podemos definir como sítios patrimoniais, mas que não pode ser reduzido a coisas materiais. É um processo, ou de fato uma performance, em que identificamos valores e sentidos culturais e sociais que nos ajudam a dar sentido ao presente, às nossas identidades e aos sentidos de lugar físico e social (Smith, 2021, p. 141).

Nesta chave, patrimônio é mais do que o que é classificado ou preservado, é antes, porém um

[...] processo de negociação de sentidos e valores históricos e culturais que ocorrem no âmbito das decisões que tomamos para preservar ou não preservar determinados lugares ou objetos físicos e elementos intangíveis, assim como no âmbito das formas como estes objetos e elementos são então geridos, exibidos ou salvaguardados. Também ocorrem na forma como visitantes ou o público se vincula ou se distingue dessas coisas – patrimônio é o que é feito com eles e como eles são usados. Aos lugares e aos elementos intangíveis são atribuídos valores por meio da ação de nomeá-los patrimônio e por meio dos processos de negociação e (re)criação do patrimônio que ocorrem em tais lugares e em relação a tais elementos (Smith, 2021, p. 141).

A trama que envolve o patrimônio como performance, argumenta Smith (2021) pressupõe que o mesmo ocorrem em diferentes níveis: 1) Institucional (órgãos de preservação e governos envolvidos nas políticas de proteção, financiamento e na escolha do que deverá ou não fazer parte dos museus e através das listas nacionais e internacionais dos bens culturais reconhecidos); 2) Comunitário: na relação dos habitantes com os lugares e nos conflitos com os órgãos institucionais de preservação; e 3) Individual e familiar: nas narrativas, tradições orais, em fotografias, nas árvores genealógicas, ou mesmo quando os indivíduos visitam os sítios e lugares preservados. As principais críticas da autora se dirigem à primeira dimensão, especialmente à Unesco ao afirmar que.

A Lista do Patrimônio Mundial é uma ação performativa da constituição do patrimônio – ela constrói certos significados ou formas de conhecer a história da humanidade. Uma coleção museológica diz respeito, da mesma forma, à constituição do patrimônio. Sítios e objetos não são “encontrados”, mas identificados como representativos das narrativas patrimoniais que os profissionais do patrimônio e dos museus querem compor (Smith, 2021, p. 143).

Patrimônio como performance não apenas constrói e corporifica abstrações, como identidade e sentido de lugar, mas também representa a materialização de formas particulares

de conhecer e compreender o mundo. Patrimônio assim, é uma performance que ocorre em uma variedade de escalas e contextos diferentes.

O último a falar nesta mesa de debates é Stuart Hall (2016). No primeiro capítulo abordamos o conceito de representação cunhado por este autor no encontro entre a linguagem (a partir dos estudos de Saussure) e do discurso (Foucault). Com essa premissa Hall (2016) encadeia as relações entre cultura, discurso e produção subjetiva. Atenta-se, sobretudo à produção de sistemas simbólicos e linguísticos, à dinâmica simbólica da apropriação da *langue* no exercício cotidiano da *parole*, aos usos dos signos na produção e práticas culturais e por fim, à classificação e exclusão determinadas pela ordem do discurso nas redes capilares onde circulam o poder.

Diante desta junção cognitiva de conceitos, que nos abrem as janelas do entendimento sobre o patrimônio, notadamente ao objeto da presente tese, indagamos: qual é a extensão do Discurso Autorizado de Patrimônio, preconizado pela Unesco e apropriado pelo Iphan e pela Prefeitura Municipal? A Igreja Católica concorda com esse discurso, ou ela mesma propõe outras narrativas para representar os seus valores?

O fenômeno de Zé Arigó nas décadas de 1950 e 1970, como analisamos no capítulo anterior, no confronto com a religiosidade católica e a negativa dos moradores locais à retirada³⁴² das peças sacras atribuídas a Aleijadinho para a exposição do MAM em 1978 no Rio de Janeiro – com autorização da Arquidiocese e do Iphan, nos dão alguns indícios do embate dos interesses que se travam no discurso e pelo discurso. Diante dos fatos escrutinados até aqui acreditamos que Congonhas encontra-se na tensão de três discursos autorizados: 1) da fé católica (detentora da tradição que se fundou em torno da devoção ao Bom Jesus e dos bens culturais que abrigam as obras de arte barroca e rococó atribuídas a Aleijadinho); 2) do Patrimônio (narrativa amparada nos órgãos de proteção nacionais e internacionais que ligam o sítio histórico de Congonhas à uma história universal); e 3) do Progresso (movido pelos interesses de empresas minero-metalúrgicas, acionistas e políticos na exploração das riquezas minerais do município em nome do desenvolvimento econômico).

Na disputa da representação (que ocorre pelo discurso, nas mais variadas teias de poder), encontram-se, de um lado³⁴³ do cabo, a afirmação de um passado (Igreja Católica e dos órgãos de proteção e salvaguarda do patrimônio como Prefeitura, Iphan e Unesco) e de outro, a

³⁴² O conturbado episódio também é conhecido como “dia do fico”, nas palavras de André Candreva (2021), nosso entrevistado.

³⁴³ Apesar de certa convergência ela nem sempre ocorre de forma harmônica, mas de acordo com interesses que estão em jogo em determinados momentos da história.

promessa de um futuro pelos interesses políticos e econômicos da mineração, quando na defesa das práticas do presente (presentismo, que se impõe na exploração e venda das *commodities* do minério de ferro e da produção do aço).

Progresso é entendido aqui nesta tese, no sentido em que aponta Koselleck (2006, p. 320), como uma certa ordem linear,³⁴⁴ cartesiana, que se identificou no século XIX como “o primeiro conceito genuinamente histórico que apreendeu em um conceito único, a diferença temporal entre experiência e expectativa”. A crítica que fazemos ao progresso também se ancora nas reflexões de Benjamin sobre o anjo da história. Retomemos o que disse o filósofo, mais uma vez.

O anjo da história parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se, mas uma tempestade o impele irresistivelmente para o futuro. Essa tempestade é o que chamamos de progresso (Benjamin, 2010, p. 226, grifos nossos).³⁴⁵

Neste sentido, a crítica ao progresso é sobretudo, uma crítica ao pensamento linear. Para Benjamin na Tese XIII das “Teses sobre o conceito de História”, seria o despertar do-tempo-do-agora (*Jetztzeit*), que se encontra em oposição ao tempo homogêneo e vazio, preenchido pelas linhas férreas do progresso. Na Tese XIV, argumenta Benjamin:

A história é objeto de uma construção cujo lugar é constituído não por um tempo vazio e homogêneo, mas um tempo preenchido pelo Agora (ou tempo-do-agora) (*Jetztzeit*). Assim, para Robespierre, a Roma antiga era um passado carregado de Agora, que ele arrancou ao contínuo da história (Benjamin, 2013, p. 18).

O discurso autorizado da Prefeitura Municipal e do Iphan, que inspirou a candidatura de Congonhas a Patrimônio Mundial, amparado, sobretudo nas diretrizes da Convenção da Unesco (1972), entraria em confronto como detalharemos no capítulo final, com o discurso do avanço da indústria (de meados dos anos 1970 até a sua radicalização como única saída possível para o futuro). Esse confronto se agravaria ainda mais nos anos 1990 com as privatizações das

³⁴⁴ Definição do Dicionário Aurélio Buarque de Holanda Ferreira define Progresso como: “Movimento ou marcha para diante; avanço, melhoria. Acumulação de aquisições materiais e de conhecimento objetivos capazes de transformar a vida social e de conferir-lhe maior significação e alcance no contexto da experiência humana; civilização, desenvolvimento”. Cf. Ferreira (2004, p. 1638).

³⁴⁵ Grifos nossos.

empresas e com o avanço da atividade minero-metalúrgica em Minas Gerais no atual milênio. Aprofundaremos esse debate no capítulo seguinte. Por agora, nos dedicaremos à análise histórica de como se delineou a estrutura de uma história universal contada pelo Ocidente, especialmente a partir da convenção da Unesco de 1972, e examinaremos como se entrelaçaram os interesses que impulsionaram a candidatura de bens brasileiros, como o Santuário do Bom Jesus de Matozinhos, à busca pelo título de Patrimônio Mundial.

Por fim, debateremos como esse discurso “oficial” ou “autorizado” como critica Smith (2006; 2021) se manteve presente nas décadas seguintes nas políticas e ações do patrimônio empreendidas pela Unesco, Iphan e Prefeitura Municipal em Congonhas (MG).

3.2. A Convenção da Unesco de 1972 e a largada brasileira das candidaturas à Lista do Patrimônio Mundial

Em 1977, por intermédio do Decreto n.º 80.978 o Brasil promulgou a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural realizada pela Unesco em Paris em 1972. A chamada Recomendação de Paris (1972) universalizou a compreensão dos patrimônios cultural e natural de valor excepcional ao estabelecer critérios de seleção e definir as atribuições para proteção e salvaguarda destes bens. A cada Estado parte competiria, a partir de então, assegurar a identificação, proteção e transmissão às gerações futuras por meio de recursos próprios ou fontes de apoio da comunidade internacional, quando necessários.

A Convenção ainda estabeleceu a criação de um sistema de cooperação internacional com vistas a auxiliar os Estados-parte para a preservação e identificação dos patrimônios mundiais. No Brasil, houve uma corrida à inscrição desses bens à lista de Patrimônio Mundial da Unesco em fins dos anos 1970 e início da década seguinte. O Centro Histórico de Ouro Preto (MG), em 1980, foi o primeiro Patrimônio Mundial reconhecido pelo organismo internacional. Em seguida, o Centro Histórico de Olinda-PE (1982), o sítio arqueológico de São Miguel das Missões-RS (1983), o Centro Histórico de Salvador (BA) e o Santuário do Bom Jesus de Matozinhos em Congonhas (MG) – ambos em 1985 – e o Plano Piloto de Brasília (DF), em 1987.

O dossiê de Congonhas enviado à Unesco em 1984³⁴⁶ sobre o Santuário do Bom Jesus de Matozinhos foi aprovado pelo órgão internacional no ano seguinte.³⁴⁷ A candidatura destacava a importância da religiosidade e da atividade mineradora na imaginação local, além de salientar, uma certa narrativa, construída ao longo do século XX em torno da excepcionalidade da obra atribuída a Antônio Francisco Lisboa (o Aleijadinho). Segundo o dossiê, Aleijadinho teria deixado em Congonhas sua principal obra: a série dos 12 profetas do Antigo Testamento em pedra-sabão e as 64 esculturas em cedro distribuídas nas cenas dos Passos da Paixão de Cristo (Ceia, Horto, Prisão, Flagelação, Coração de Espinhos, Cruz-às-Costas/Crucificação) situadas no Santuário do Bom Jesus de Matozinhos. A “genialidade” do “mestre barroco” é destacada no documento por pesquisadores como Robert C. Smith e Germain Bazin. O dossiê de candidatura à Patrimônio Mundial salienta uma das análises feitas por Robert C. Smith ao destacar que Aleijadinho é:

[...] um dos maiores artistas do século XVIII, não apenas por ter sido superior a tantos outros na linguagem rococó, mas também por não se ter deixado limitar por este estilo, chegando a realizar o que foi dificilmente atingido em todos os tempos. De fato, ele soube criar [...] imagens poderosas independentemente do estilo de sua época. O Aleijadinho foi ao mesmo tempo um arquiteto audacioso, experimentando uma nova dimensão sofisticada do rococó, um renovador espiritual insuflando vida e força à nova estatuária em madeira policromada do século XVIII e um “primitivo” na escultura em pedra, onde atingiu uma grandeza de sentimento que pouco tinha a ver com a época em que viveu (Smith, 1973, p. 9).

Ao endossar esta análise o documento observa que Aleijadinho cunhou um dos últimos exemplares da série Sacro Monte³⁴⁸ da arte cristã ocidental (França, 2015). Do ponto de vista iconográfico, a proposta destacou que o Santuário do Bom Jesus de Matozinhos em Congonhas

[...] é o único que apresenta a justaposição das profecias bíblicas e do drama da Redenção, segundo a linha tradicional de interpretação teológica em busca de harmonias e concordâncias entre o Antigo e o Novo Testamento,

³⁴⁶ Iphan, Proposta de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco, 1984, p. 1-45. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie%20CONGONHAS.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

³⁴⁷ A escolha do Santuário foi aprovada em reunião ordinária da Unesco, na cidade de Paris, em 3 de dezembro de 1985, e sancionada no dia 6, do mesmo mês.

³⁴⁸ Historicamente, no itinerário destas peregrinações foram criadas as estações (inicialmente conhecidas como paixões), à semelhança do que teria havido em Jerusalém, nas quais os devotos paravam, ouviam prédicas e oravam contemplando uma a uma as cenas do sofrimento dos passos de Cristo. Dentre as peregrinações mais conhecidas do Ocidente estão a do túmulo de Santiago de Compostela, Espanha, datada do século X; a do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Portugal, século XI; a do mesmo Bom Jesus, em Congonhas, a partir do século XVIII; além dos santuários de Aparecida (1717), Lourdes (1858) e Fátima (1917).

abundantemente ilustrado nas catedrais medievais (Santuário Bom Jesus de Matozinhos. Proposta de inscrição na lista de patrimônio mundial da Unesco, 1984, p. 38).³⁴⁹

Como meios de proteção e conservação, além de relatar historicamente as principais intervenções que as obras sacras e o espaço arquitetônico receberam desde o final do século XIX, o documento apresentado à Unesco destacou que o conjunto histórico contava com proteção federal assegurada pelo Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, que garantia a conservação e preservação dos principais elementos. O relatório ressaltou também o tombamento realizado pelo Sphan³⁵⁰ em 1939 e a legislação do estado de Minas Gerais, especialmente a Lei n.º 5.775, de 30 de novembro de 1971, que regulamentava a organização e a proteção dos bens culturais.

Além desses argumentos, o relatório enfatizou os vários processos de restauração pelos quais o Santuário passou, com destaque para a chamada Reconquista de Congonhas³⁵¹ em 1957, uma restauração liderada por Edson Motta,³⁵² que reconstituiu as imagens sacras e as pinturas no interior das capelas. Também foi mencionada a revitalização dos jardins por Burle Marx em 1974, iniciativa do Iepha-MG.

³⁴⁹Cf. Iphan (1984, p. 35). Disponível em: <<https://shre.ink/IphanCand>>. Acesso em: 10 de jun. 2023.

³⁵⁰ Livro do Tombo de Belas-Artes, inscrição datada de 8 de setembro de 1939.

³⁵¹ As intervenções tiveram grande repercussão na imprensa. Reconquista de Congonhas é um termo atribuído ao crítico de arte Lourival Gomes Machado, colunista do Suplemento Literário do jornal "O Estado de São Paulo". A convite de Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor-presidente do Sphan, o jornalista Lourival e o fotógrafo Eduardo Ayrosa publicaram diversas matérias sobre as obras de restauro em 1957 e lançaram em 1960 o livro "Reconquista de Congonhas". O nome faz uma alusão aos 200 anos de início da devoção no santuário do Bom Jesus de Matozinhos em Congonhas (1757). Cf. Machado (1960).

³⁵² Pintor e restaurador, responsável por coordenar a primeira restauração dos elementos artísticos do conjunto arquitetônico pelo Sphan em 1957. Organizou e foi conservador-chefe do Setor de Recuperação de Obras de Arte do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Sphan, onde permaneceu no cargo de diretor até 1976. Entre suas obras estão: "O Papel: Problemas de Conservação e Restauração", de 1971, e "Iniciação à Pintura", de 1976, ambos escritos em parceria com Maria Luiza Salgado.

Figura 42 – Selo dos Correios com o perfil do profeta Joel da série das esculturas de Aleijadinho em comemoração ao bicentenário da Basílica



Selo de 1958, comemorativo do bicentenário da Basílica, parte do vasto material iconográfico sobre o Sítio. Acervo Museu de Congonhas

Acervo: Museu de Congonhas. Reprodução/Machado (2017).

A proposta salientou ainda que a comunidade, a Igreja e os poderes locais eram vigilantes³⁵³ em alertar aos órgãos responsáveis como o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan)³⁵⁴ e o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (Iepha-MG) a qualquer sinal de danos ao sítio histórico. No que tange aos planos de gestão, a proposta de candidatura destacou que:

³⁵³ Os organismos responsáveis pela manutenção e conservação das obras barrocas que compõem o Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos são o Governo Municipal, em parceria com o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Congonhas (COMUPHAC) e a própria Basílica que administra o santuário, por meio da Arquidiocese de Mariana (MG) – todos sob orientação do Governo Federal por intermédio do Iphan. Somam-se a estas instituições a Câmara Municipal com a aprovação de leis de proteção; o Ministério Público local e estadual na fiscalização dos recursos e a aplicação de Termos de Ajustamentos de Condutas (TACs) às mineradoras locais, revertendo infrações em subsídios ao restauro e à manutenção dos sítios históricos; a Arquidiocese de Mariana (MG) no apoio à conservação; e a sociedade civil organizada (com o olhar sempre atento na defesa dos bens tombados) como o COMUPHAC, a União das Associações Comunitárias de Congonhas (UNACCON) e a ONG Gota D'água.

³⁵⁴ Atualmente Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Para maiores garantias, a administração municipal estuda atualmente uma lei específica sobre o uso do solo urbano³⁵⁵ para assegurar a segurança das encostas limitrofes e as superfícies planas ao pé da colina onde se encontra o santuário (Santuário Bom Jesus de Matozinhos. Proposta de inscrição na lista de patrimônio mundial da Unesco, 1984, p. 35).³⁵⁶

A justificativa da Inscrição da Lista de Patrimônio Mundial, por fim, salientou que o santuário de Congonhas deveria ser reconhecido pela UNESCO: “Por representar uma realização artística única, verdadeira obra-prima do espírito criador do homem; e (2) por estar associado às crenças e eventos de considerável significado” (Santuário Bom Jesus de Matozinhos. Proposta de inscrição na lista de patrimônio mundial da Unesco, 1984, p. 35).³⁵⁷

Figura 43 – Diploma de patrimônio Mundial concedido ao Santuário do Bom Jesus de Congonhas em 6 de dezembro de 1985



Fonte: Reprodução do documento original no Museu de Congonhas (MG).

³⁵⁵ Nas décadas seguintes a prefeitura regulamentou o uso e ocupação do solo nos arredores da Basílica e realizou obras de restauração e requalificação do espaço urbano com recursos próprios e outras receitas do Governo Federal.

³⁵⁶ Cf. Santuário Bom Jesus de Matozinhos. Proposta de inscrição na lista de patrimônio mundial da Unesco, 1984, p. 35. Disponível em: < <https://shre.ink/IphanCand>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

³⁵⁷ Idem, p. 39.

O dossiê foi aprovado por unanimidade pelo comitê da Unesco e o conjunto foi considerado Patrimônio da Cultural Mundial em 3 de dezembro de 1985 com publicação no dia 6 do mesmo mês (ver acima a Figura 43).

A conquista da chancela teria repercussão na chamada grande imprensa brasileira. O então prefeito Gualter Monteiro, se apresentaria na ocasião como o grande mentor de todo o processo, em uma clara demonstração de uso político do título de Patrimônio Mundial.

3.3. A recepção do título de Patrimônio Mundial pela imprensa nacional e habitantes de Congonhas: comemorações e novas expectativas com a conquista da chancela

“A humanidade curvou-se diante do talento de Aleijadinho, através do reconhecimento da Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade do Santuário Bom Jesus de Matozinhos”. Essas foram as palavras do então prefeito de Congonhas Gualter Monteiro Jornal, que abriram matéria do jornal O Globo, de 19 de dezembro de 1985, na edição de quinta-feira no caderno Turismo. O texto foi publicado dias após a Unesco reconhecer, em reunião realizada em Paris, em 3 de dezembro daquele mesmo ano e publicada dia 6, o Santuário do Bom Jesus de Matozinhos como Patrimônio Mundial. A Prefeitura de Congonhas, em parceria com o Iphan e o Iepha-MG, havia enviado, em dezembro de 1984, um dossiê para pleitear a chancela como apresentamos anteriormente.

Vamos examinar mais de perto esse pronunciamento. A argumentação do prefeito Gualter concentra-se em dois eixos principais: a afirmação de que Aleijadinho tornou o Santuário de Congonhas sua obra-prima e que este legado agora recebe o reconhecimento da Unesco, abrangendo grande parte da comunidade internacional. Ao buscar a empatia da audiência (*phátos*) e ao enumerar que o reconhecimento (*lógos*) parte de uma autoridade, a saber, a Unesco (*éthos*), as palavras do então prefeito visam firmar-se em torno da autoridade dele mesmo, o próprio Gualter. Como um profeta, revoga a autoridade (*éthos*) para si, ao anunciar que a profecia (de que toda a humanidade um dia reconheceria a singularidade das obras que Aleijadinho fez em Congonhas no Santuário do Bom Jesus de Matozinhos) se cumpriu.

Aproximemos um pouco mais nosso olhar, desta vez com as lentes do conceito de representação de Hall (2016): a que se situa entre a linguagem e o discurso. No entender do

sociólogo britânico-jamaicano a linguagem atribui sentido, à medida que os significados são partilhados de forma comum pelos ouvintes e falantes. Sendo assim a representação pela linguagem seria fundamental ao processo de construção de significados. Com as lentes de Hall (2016) podemos verificar, que os enunciados, “a humanidade curvou-se diante do talento de Aleijadinho, e “reconhecimento da Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade do Santuário Bom Jesus de Matozinhos”, presentes na matéria mencionada, direcionam nossa cognição para interpretar esse ato de fala (parole) – o discurso do prefeito, ao apropriar-se da linguagem pelos sistemas de signos (langue) – a partir da concepção do que é e como é definido o patrimônio pela Unesco. Mais detidamente, cabe-nos destacar, que essa dicotomia, de forma nem sempre harmônica, mas sobretudo convergente, organizou-se nos muros dos tempos históricos calcificando assim: a ideia de uma “história universal” (que conectaria as culturas de todos os povos em um objetivo comum e partilhado), a do mito do herói nacional (construído pelo imaginário popular e por intelectuais e políticos ao longo dos séculos XIX e XX) e da religiosidade secular da Igreja Católica na devoção do Bom Jesus de Congonhas.

A dimensão do discurso por outro lado, é ao mesmo tempo, no nosso entender o ponto de chegada e o de partida, o meio (ou a estação), onde circulam diferentes dimensões e intensidades de poder. Aliás, o discurso, como nos esclarece Foucault (2012a), é o próprio poder. Nada tem sentido a não ser no discurso, admoesta o filósofo, já que o discurso é o poder materializado da palavra pronunciada, aquela que interdita, classifica e define o que está dentro e o que está fora, que regula as práticas e a que elege vencedores e perdedores em determinado período histórico.

Como ponto de chegada o discurso (do reconhecimento internacional do patrimônio do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos de Congonhas), proferido pelo ex-prefeito Gualter Monteiro, opera como uma espécie de “galardão” ofertado ao esforço de personalidades (intelectuais e políticos) no esmero empenho, de mais de um século, na defesa do legado artístico do barroco e do rococó, sob a liderança de um herói nacional identificado na figura de Antônio Francisco Lisboa (o Aleijadinho). Mito este que, a partir de então, sob o assentimento da comunidade internacional reuniria as qualidades estéticas da arte de excelência brasileira e que representaria, ao mesmo tempo, a dor e o sofrimento de mestiços anônimos, tratados com alcunhas pejorativas no vocabulário popular, como Aleijadinho, que, esquecidos na dispersa tradição oral, superaram as adversidades do seu tempo. Coragem e tenacidade dariam sentido ao seu "destino", como um Odisseu, ao gravar, com a talha amarrada em suas mutiladas mãos (com o amparo, nunca esqueçamos de mencionar, de escravizados), a beleza e a dor da vida –

uma existência como transcendência, uma arte que desafia os golpes do implacável Cronos.

É sobretudo pelo discurso, que o mito do gesto criativo de Aleijadinho materializado em Congonhas é, em nosso entender, um ponto de partida. Com a chancela têm-se não apenas o reconhecimento das identidades brasileira e mineira, mas a definição das fronteiras ou referenciais simbólicos dessa representação cultural do patrimônio histórico, artístico e arquitetônico de Congonhas. A partir dali toda vez que alguém se referisse à Congonhas, imediatamente, como um lampejo (*Jetztzeit*),³⁵⁸ seria arrastado de qualquer temporalidade, para o tempo-do-agora (*nyn*),³⁵⁹ como dizia Benjamin (2013), à lembrança imediata do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos de Congonhas, Patrimônio Mundial pela Unesco.

O discurso é, sobretudo, o meio, aquele que direciona e disciplina as palavras para reforçar e defender uma imagem dialética do tempo, aquela “que se ilumina a partir do contraste dialético dos limiares do tempo”,³⁶⁰ a que demarca o antes e o depois da chancela da Unesco em 6 de dezembro de 1985. Tendo como moldura esse emblema, o patrimônio passará a ser discutido por atores políticos, comunidade (local, regional, estadual e nacional), intelectuais e burocratas do Estado em temas como: preservação, salvaguarda, religiosidade, desenvolvimento econômico e meio ambiente nas décadas seguintes até o nosso presente. O discurso, como meio, tensionará dois lados de uma corda, quase a ponto de romper-se: de um lado, os enunciados que buscam afirmar uma representação fundamentada na tradição religiosa e no legado artístico, e do outro, com uma capacidade financeira e influência política infinitamente desleais, a imposição do progresso minero-metalúrgico como a vitória do presente – mais precisamente, do presentismo – sobre os demais tempos históricos.

Nesta disputa simbólica pela representação, interessa-nos muito mais identificar e analisar a natureza e as formas em que se exerce o poder (na linguagem, mas sobretudo no discurso), em como se definem vencedores e perdedores, quem está 'do lado certo da história'. A fala do então prefeito de Congonhas, Gualter Monteiro, na época do reconhecimento da Unesco em dezembro de 1985, revela que mesmo o discurso que busca afirmar esse passado pode ser carregado de intenções. Aliás, como discutimos no início deste capítulo, o entendimento sobre o que é patrimônio e a relação dos atores locais e instituições do Estado

³⁵⁸ Tempo-do-agora, conceito de Walter Benjamin em oposição ao tempo homogêneo e vazio. Cf. Introdução desta Tese, tópico, “O novo conceito de história e o ofício do historiador”.

³⁵⁹ Para Aristóteles, à revelia de Cronos, *nyn* é tudo determina pontos específicos no tempo, de forma a apreendê-lo. Cf. Aristóteles (2014, p. 237).

³⁶⁰ Cf. Santaella e Ribeiro (2017, p. 73).

com o mesmo não é assunto pacificado. Longe de um consenso, a defesa do “título” ou “selo” da Unesco foi motivo de divergências e disputas simbólicas como veremos entre agentes públicos, comunidade e autoridades eclesíásticas – tensão que permanece no tempo presente.

Detenhamo-nos, por hora, mais um pouco na matéria em questão do Jornal O Globo, denominada, “Ato da Unesco fará Congonhas mais turística”. A notícia também destaca o pensamento de outros prefeitos da região como José Evangelista de Souza Filho, Prefeito de São Brás do Suaçuí (cidade de cerca de 5 mil habitantes e localizada a 100 km de Belo Horizonte). “É a valorização da arte barroca mineira, de nossa colonização”, afirma³⁶¹ o mandatário da cidade próxima.

Figura 44 – Fala destacada do prefeito de Santana dos Montes



**“Nós, Prefeitos
de cidades com
acervo cultural,
ganhamos força”**
AMADEU GONÇALVES

Reprodução: O Globo (19/10/1985).

³⁶¹ Cf. O Globo (19/10/1985, p. 6).

Amadeu Gonçalves Ribeiro, prefeito de Santana dos Montes (ver Figura 44), cidade de cerca de 5 mil habitantes³⁶² (à época), localizada a 62 Km de Congonhas, foi outro que festejou a chancela da Unesco.

Nós, Prefeitos de cidades com importantes acervos culturais, ganhamos uma força para lutar pelo tombamento dos nossos monumentos com a conquista de Congonhas. O Gualter alcançou mais um dos seus objetivos, porque, mesmo tendo certas pessoas contra o seu projeto, tinha o povo ao seu lado, que agora se orgulha de morar em uma cidade com um Patrimônio Cultural da Humanidade.³⁶³

Como podemos observar, um clima de comemoração extrapolou o território de Congonhas. Havia um desejo de que os holofotes gerados na cidade próxima (Congonhas) trariam novos investimentos para incentivar o turismo na região e a expectativas em torno de outras candidaturas de cidades mineiras – fatos que não se confirmaram à época. A Unesco reconheceria como patrimônios mundiais, apenas nas décadas seguintes, o centro histórico de Diamantina-MG (1999) e o conjunto arquitetônico da Pampulha, em Belo Horizonte-MG (2016).

A chancela também foi destaque no Jornal O Estado de Minas. Na edição de 4 de dezembro de 1985 trouxe na capa:³⁶⁴ “Congonhas é Conhecida pela Unesco” (ver Figura 45). Talvez, por falta de perícia, o texto anunciou que a cidade também foi reconhecida como Patrimônio Mundial, não apenas o conjunto do santuário. Como salientou:

Congonhas do Campo foi considerada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) como Cidade Monumento Mundial e o conjunto arquitetônico, paisagístico e artístico da Basílica do Senhor Bom Jesus de Matozinhos Patrimônio Cultural da Humanidade. As decisões da Unesco foram tomadas em sua última reunião em Paris, a qual esteve presente o prefeito de Congonhas, Gualter Monteiro. Congonhas passa a ser assim, a terceira Cidade Monumento, ao lado de Ouro Preto e Olinda (Estado de Minas, 04 de dezembro de 1985).

³⁶² Dados do IBGE de 2010 mostram que a população da cidade diminuiu para 3.822 pessoas. Cf. IBGE, 2010.

³⁶³ Cf. O Globo (19/12/1985, p. 6).

³⁶⁴ Cf. Estado de Minas (04/12/1985, capa).

Chamamos a atenção para duas correções na chamada da matéria do jornal: 1) Congonhas do Campo não era mais o nome da cidade desde a emancipação política em 1938³⁶⁵ que simplificou o nome para “Congonhas”, apenas; e 2) o que a Unesco reconheceu como Patrimônio Mundial foi apenas o Santuário do Bom Jesus de Matozinhos, não o município. Até mesmo em Ouro Preto e Olinda, cidades às quais a mesma matéria se refere, apenas certo perímetro urbano, vulgarmente chamados de centros históricos – que datam do período colonial – foram reconhecidos pela Unesco, não as cidades. Essa certa pressa em noticiar os fatos é conhecida no jargão jornalístico como “barriga”, quando se noticia notícias erradas ou com informações incompletas. Descontemos a pressa. Afinal, à época (dezembro de 1985) a notícia, provavelmente veio por telefone ou fax e, neste caso, parece ter sido dada pelo próprio prefeito, que ainda se encontrava em Paris.

Figura 45 – Capa do jornal Estado de Minas, de 04 dezembro de 1985, destaca a chancela concedida pela Unesco ao Santuário do Bom Jesus de Congonhas



Reprodução: Estado de Minas.

³⁶⁵ Em 31 de agosto de 2003, a Prefeitura Municipal realizou um plebiscito consultando a população se o nome da cidade se manteria simplificado ou se voltaria para a origem, “Congonhas do Campo”, antes da emancipação política de 1938. A maioria dos votos indicou que o nome simplificado de “Congonhas” deveria ser mantido.

O clima de comemoração dessa espécie de “título” também se revela no ensejo de se obter o reconhecimento internacional. O tombamento de 1939 do Iphan em nível federal foi um passo importante para proteção e salvaguarda do patrimônio de Congonhas, mas a Convenção do Patrimônio Mundial de 1972 (Paris) parece ter despertado o desejo de uma proteção como uma espécie de guarda-chuvas para os bens culturais. Neste sentido, acreditamos que o que se desenhava era que a necessidade de que a comunidade internacional também reconhecesse a qualidade estética e artística, histórica e arquitetônica do conjunto atribuído a Aleijadinho. Isso está evidente na legenda³⁶⁶ da fotografia do Santuário que estampa a capa do Jornal: “Agora, mais do que nunca, a obra de Aleijadinho deve merecer cuidados e proteção”.

O corpo da matéria, na página 9 do jornal, destaca ainda que o pedido havia sido encaminhado à Unesco, há vários meses, pelo prefeito de Congonhas Gualter Monteiro com as informações completas da Basílica (do conjunto dos profetas e dos Passos da Paixão de Cristo e a biografia de Aleijadinho) em documento preparado pela prefeitura, Sphan, Iepha e CETEC (Centro Tecnológico de Minas Gerais), órgãos estes que, cabe ressaltar, realizavam à época, um trabalho de recuperação de algumas peças do santuário.³⁶⁷ Estes dados também teriam sido entregues por Gualter à Unesco com o apoio do embaixador Josué Montello.³⁶⁸ A matéria ainda destaca, de maneira exclusiva, a fala do então prefeito, ao destacar que o conjunto de Congonhas “é, sem dúvida, o maior de arte barroca reunido em um só local em todo o mundo”, e que a chancela veio a fazer justiça “ao povo de Congonhas, sempre solidário em defesa e na guarda do patrimônio artístico e cultural existente no município”. Ao temor da salvaguarda do patrimônio, o texto salienta:

“Por outro lado – diz Gualter Monteiro – a elevação do Conjunto Arquitetônico de Congonhas em Patrimônio Cultural da Humanidade traz a todos da cidade uma responsabilidade maior”. Desde já, o prefeito acredita que essa responsabilidade será assumida integralmente, “pois o povo está consciente disso, tendo ainda um apoio eficaz da Polícia Militar, que vem contribuindo com dedicação e carinho na defesa do patrimônio”.³⁶⁹

³⁶⁶ Cf. Estado de Minas (04/12/1985, capa).

³⁶⁷ Os profetas de pedra-sabão passaram por duas intervenções de restauro do Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC-MG), sendo a primeira em 1985 e a outra em 1988. As intervenções buscaram eliminar os fungos que se juntavam nas esculturas, danificando-as com pequenas perfurações.

³⁶⁸ De 1985 a 1989 foi embaixador do Brasil junto à Unesco.

³⁶⁹ Cf. Estado de Minas (04/10/1985, capa).

A matéria ainda enfatiza o envolvimento local que a candidatura alcançou, na visão do então prefeito. Como relata Gualter:

“Mais do que isso, porém, é o sentimento de receptividade que a campanha encontrou, o que nos levou” diz Gualter Monteiro – “a acreditar que o título a Congonhas representa o fruto, não de um trabalho isolado da Prefeitura, mas de toda a comunidade local”.³⁷⁰

Na viagem a Paris, o prefeito Gualter seguiria para Portugal, em Matosinhos para tratar sobre a construção de um acordo de gemação entre as duas cidades, que acabaria sendo firmado no ano seguinte (1986). Sobre este convênio, falaremos mais adiante. Detenhamo-nos por enquanto, a esquadrinhar melhor como foi a recepção dos moradores de Congonhas ao reconhecimento da Unesco. A entrada de Congonhas na lista de Patrimônio Mundial da Unesco também é destacada por Fábio França, ex-padre redentorista e escritor.

Isso foi motivo de muita alegria para Congonhas, muita segurança e também, é... para os administradores da basílica foi um grande evento, uma grande notícia. Foram comemoradas e bem divulgadas. Congonhas agora era um patrimônio, o que faltava para Congonhas, né? Faltava um título mundial. E Congonhas na época foi então uma das poucas cidades, que até então, tinham esse reconhecimento das cidades do Brasil, né, que era Ouro Preto (MG), enfim essas cidades mais antigas. Então Congonhas entrou nesse rol da Unesco como patrimônio cultural da humanidade e isso foi muito comemorado, muito comemorado... e causou muita... maior preocupação com a conservação das obras, quer dizer, cada vez mais tem que conservar as obras, né? Inclusive a gente falava isso quando eu estava na rádio eu falava também bastante sobre a preservação das obras, né, porque não adianta você ter a obra e o povo não conhecer a obra, né? Então aí que foi um reconhecimento muito comemorado, muito comemorado.³⁷¹

Luciomar Sebastião de Jesus, escultor e morador da cidade, ouviu a notícia pelo rádio, que deu grande destaque ao evento. Como relata:

Olha, da época, eu me lembro que, eu sabia que o prefeito [Gualter Monteiro] tinha viajado pra Europa e que Congonhas estava pleiteando ser patrimônio cultural mundial. Eu não acreditava muito, não. Não que eu não acreditasse no patrimônio, porque é uma chancela tão fechada, hoje abriu um pouco mais, mas era uma coisa muito restrita e teria de ter um argumento muito grande pra que as pessoas reconhecessem. É, mas a vantagem é que quando apresentaram, isso eu fiquei sabendo depois, né? do título, quando Congonhas apresentou o patrimônio pra comissão que iria avaliar, eles ficaram de queixo caído. Embora o patrimônio nosso é todo inspirado em Portugal, no Bom Jesus do Monte, onde eu tive o privilégio de conhecer esse ano [2018], é, Aleijadinho tava muito à frente do tempo dele, né? ele realmente supera os seus, é,

³⁷⁰ Cf. Estado de Minas (04/10/1985, capa).

³⁷¹ Entrevista cedida por Fábio França em 30 de julho de 2021.

antepassados todos. Portugal, embora venha de lá toda sua inspiração, Aleijadinho tá muito à frente. Então, eles reconheceram que era algo diferenciado de todo o resto do mundo, era algo inédito mesmo. Embora a temática fosse tão usual, né? um repertório já usado, que é o Barroco, que é o Rococó, mas Aleijadinho faz que não tem nada igual no mundo. Por isso então eu fiquei sabendo foi através de reportagem no rádio, falava o tempo todo. É, quando realmente recebeu o título de patrimônio cultural mundial, foi um foguetório na cidade, foi uma festa, foi foguete pra todo lado, e o pessoal esperando que o prefeito viesse, na época era o Gualter Monteiro [1983-1988 – cumpriu outros dois mandatos entre 1993-96 e 2001-2003], pra que Congonhas festejasse, como festejou esse título tão almejado, né? e tão raro, tão difícil de ser conquistado, pra ter esse reconhecimento a nível mundial, então foi realmente uma festa e Congonhas viveu um período de muita alegria com esse título e de muita pressão também, a responsabilidade de manter algo que o mundo reconhece como um tesouro, né? E guardar um tesouro é realmente difícil manter esse tesouro bem guardado e bem cuidado.³⁷²

O escultor, que já estudava o traço de Aleijadinho, atribui à chancela da Unesco de dezembro de 1985 uma mudança de perspectiva em seu próprio entendimento sobre o patrimônio do Santuário do Bom Jesus. Como ele explica:

Na época, eu não tinha esse amadurecimento todo de patrimônio, embora já conhecesse bastante sobre a história do Aleijadinho e o que ele fez em Congonhas, mas a minha visão era muito diferente do que é hoje. Mas me lembro, sim, da alegria, da euforia, por Congonhas receber um título, uma chancela muito importante e que os focos voltavam pra Congonhas, e aí já não era só nacional, era internacional. As pessoas do mundo todo que visitavam e que visitam Congonhas já olhariam com outros olhos uma coisa que foi reconhecida como patrimônio cultural mundial. Então esse patrimônio está junto com Michelangelo,³⁷³ tá junto com a Torre Eiffel, de Paris, enfim, com todos os grandes monumentos do mundo. Então, pra Congonhas, foi extremamente importante, é extremamente importante. Na época, eu fiquei muito feliz com isso, muito feliz mesmo. Era algo que reconhecia, né? O que o Aleijadinho e os artistas que aqui trabalharam, é o reconhecimento de um trabalho bem-feito, de uma comunidade que, realmente, pensou em algo que, talvez não tivesse essa consciência que isso ia ser além-mar, né?³⁷⁴ E realmente foi. Então a gente ficou muito feliz, em receber essa chancela da Unesco, um patrimônio cultural mundial, muito importante.³⁷⁵

³⁷² Entrevista cedida por Luciomar Sebastião de Jesus em 9 de agosto de 2018.

³⁷³ Pintor, escultor, arquiteto e poeta do Renascimento Italiano. Michelangelo di Lodovico Buonarroti Simoni nasceu em Caprese, República Florentina em 1475 e faleceu em Roma no ano de 1564.

³⁷⁴ Grifos nossos.

³⁷⁵ Entrevista cedida por Luciomar Sebastião de Jesus em 9 de agosto de 2018.

A repercussão da notícia também foi destaque no jornal Folha de São Paulo (ver Figura 45): “Congonhas recebeu com foguetes e festa nas ruas a notícia transmitida à tarde de Paris pelo prefeito Gualter Monteiro (PMDB)”.³⁷⁶

Figura 46 – Repercussão do Jornal Folha de São Paulo sobre a chancela da Unesco. Edição de 4 de dezembro de 1985

Unesco distingue Congonhas

BELO HORIZONTE — O Centro Histórico de Salvador (BA) e o conjunto arquitetônico da Basílica Nosso Senhor do Bom Jesus de Matosinhos, de Congonhas (a 78 km de Belo Horizonte), onde se acham agrupadas algumas das mais importantes obras do escultor Antônio Francisco Lisboa — o Aleijadinho —, foram declarados ontem "patrimônio cultural da humanidade" pela Unesco (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura). Até ontem, tinham a distinção no Brasil as cidades de Ouro Preto (MG), Olinda (PE) e as missões gaúchas. Congonhas recebeu com foguetes e festa nas ruas a notícia, transmitida à tarde de Paris pelo prefeito Gualter Monteiro (PMDB). Do santuário de Nosso Senhor do Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas, erguido a partir de 1757 pelo português Feliciano Mendes, fazem parte 66 imagens esculpidas pelo Aleijadinho e pintadas por Athayde, reproduzindo os passos de Jesus Cristo, da Última Ceia à Crucificação.

Acervo: Folha de São Paulo.

Como a matéria revela, havia uma expectativa em torno da notícia da chancela no imaginário da população. Sob este aspecto, rememora também Míriam Palhares Silva, que havia se mudado para a cidade em 1983 e se tornaria, anos depois, presidente da Fundação de Cultura, Lazer e Turismo de Congonhas (FUMCULT) e secretária de Cultura (2013-2020):

Eu lembro, que na época eu morava aqui. Eu lembro que a nível nacional (sic) foi muito divulgado, né? A cidade foi uma festa imensa, porque ganhar um título, né? quantas cidades históricas almejam, até hoje não conseguiram, e Congonhas conseguiu. Então, foi um trabalho muito grande, na época, do prefeito, é, Gualter Monteiro [1983-88/ 1993-96 e 2001-2004] junto com historiadora Myriam Andrade Ribeiro. A Myriam Andrade Ribeiro foi a responsável de (sic) fazer todo o projeto, de fazer todo o histórico para que Congonhas pudesse almejar esse título de patrimônio [cultural mundial]. E aí em 1985, Congonhas, né? foi consagrada com o título de patrimônio mundial. Quando eu vim em 1989 [quando assumiu um cargo público], Congonhas já tinha esse título há quatro anos e as coisas começam a mudar. A partir do

³⁷⁶ Cf. Folha de São Paulo (04/12/1985, p. 22).

momento que você ganha um título de patrimônio, a cidade tem outra visão, né? ³⁷⁷

O selo de Patrimônio Mundial da Unesco também é lembrado por Sandoval de Souza, militante ambiental, na ocasião, ainda um jovem iniciando a carreira em uma das empresas mineradoras de Congonhas.

Em 85 eu tinha 20 anos, não tava muito ligado nessas coisas não, eu tava (sic) ligado na minha vida, começando a trabalhar e tudo, mas a gente ouvia com grande, é... Assim, o título foi recebido com grande alegria, com grande... De grande importância. É... Eu realmente não prestava muita atenção nessas coisas mesmo não, mas eu vi muita coisa em torno disso, meu pai era da política, né? Meu pai era vereador a essa época e tudo, e a gente ouvia falar muito, muito, muito, muito... Mas em jornais e tudo, deu uma visibilidade muito grande para o município, né? Em rede nacional, toda hora a gente via na televisão, que nem era muito comum, assim tanto quanto hoje, né, mas teve uma repercussão muito forte, né, em termos de visibilidade pro município e tem ao longo dos tempos, né? ³⁷⁸

Reconhecimento esse que poderia ter vindo há muito tempo, ensejavam os modernistas, assim como intelectuais como Rodrigo Melo de Franco Andrade, Aloísio Sérgio Magalhães, que viam no legado atribuído a Aleijadinho a principal bandeira da arte do Brasil.

Isso [a chancela] é uma distinção muito grande pra cidade e... Além do que, é merecidíssimo, essas obras daqui estão obras ímpares, obra que não tem lugar nenhum do mundo, não é? A primeira manifestação de arte genuinamente brasileira de vulto, né? Foi o canto de Cisne (Sic) no final da carreira de Aleijadinho, do próprio Barroco no Brasil e tudo. Uma coisa muito importante. Isso aí, acho que foi até tardio em [19] 85. Congonhas já podia e... Congonhas já poderia ter sido reconhecido a cidade toda e não só o conjunto escultórico lá, né? ³⁷⁹ – lá da Basílica...³⁸⁰

O Jornal O Globo, por sua vez, na edição de 4 de dezembro de 1985,³⁸¹ deu destaque ao telefonema, de Paris, do embaixador Josué Montello ao Governador de Minas Gerais, José Aparecido de Oliveira (ver Figura 47).

³⁷⁷ Entrevista cedida por Miriam Palhares em 9 de agosto de 2018.

³⁷⁸ Entrevista cedida por Sandoval de Souza Pinto em 6 de setembro de 2019.

³⁷⁹ Grifos nossos.

³⁸⁰ Entrevista cedida por Sandoval de Souza Pinto em 6 de setembro de 2019.

³⁸¹ Cf. Jornal O Globo. Patrimônio. Matutina, Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1985.

Figura 47 – Jornal O Globo de 4 de dezembro de 1985 traz uma charge de Josué Montello³⁸²



Acervo: O Globo.

Antônio Odaque também descreve o resultado do reconhecimento do santuário pela Unesco. Ressalta, no entanto, que havia pouca compreensão da população sobre o que realmente estava em jogo.

Naquela época... Mais, quando veio o título do tombamento, num primeiro momento as pessoas mais envolvidas, a população, os moradores daquela região, daquele entorno, é... Ficaram, com certeza, mais sensibilizados. Visto que, ah... Tinha havido uma tentativa à essa época, um pouco antes, de retirar até umas imagens daqui, para uma exposição fora, que a população não deixou, o povo fez uma manifestação, tiraram peças, até que já estavam embaladas dentro de caminhão para transportar. E, daí pra frente, Congonhas teve um... A população de Congonhas passou a ter um olhar diferenciado disso. Então, é... Começou a despertar o interesse pela proteção... Pela proteção desse patrimônio, que até então, até existia, mas as pessoas, no cotidiano, no dia a dia – não levou as pessoas... Não levava as pessoas a ter esse cuidado,³⁸³ a esse zelo com isso.³⁸⁴

³⁸² A charge supõe que, Montello estaria à frente (levando consigo a pasta) dos processos de candidaturas de Congonhas e de outras cidades como Brasília ao título de Patrimônio Mundial da Unesco.

³⁸³ Grifos nossos.

³⁸⁴ Entrevista cedida por Antônio Odaque em 10 de agosto de 2018.

Gualter Monteiro, prefeito na ocasião, também reconhece que poucos moradores tinham consciência do que estava sendo discutido em torno da candidatura de Congonhas na Unesco. Como relata:

Na realidade, a grande maioria da população achava que não era, não tinha – é claro que tinha muita gente esclarecida, que sabia da importância que era o título. Mas uma grande parte da população num tinha assim (sic), num tinha (sic) ideia da importância do que era o título (sic), o título de patrimônio do mundo. E aí, depois disso nós fizemos, nós procuramos, com isso divulgar bastante,³⁸⁵ melhoramos o turismo na época...³⁸⁶

A essa visão divergente que a população tinha do patrimônio frente aos interesses dos agentes políticos e técnicos dos órgãos institucionalizados da cultura como o Iphan e a Unesco, a Prefeitura Municipal parecia ter o remédio certo: a propaganda. A estratégia de enaltecer as obras de Aleijadinho na imprensa buscava, por meio do olhar dos que estão de fora (público), inspirar os habitantes do lugar na afirmação de uma representação que fosse convergente ao Discurso Autorizado de Patrimônio (AHD),³⁸⁷ ao mesmo tempo em que se mostraria ainda, muito assertiva na construção de um Soft power que fortaleceria esta imagem. Se o AHD busca “privilegiar os entendimentos e os valores profissionais ou especializados referentes ao patrimônio”, como argumenta Laurajane Smith (2021, p. 140), também é verdade que esse discurso autorizado constitui-se em um campo de tensões e relações de poder (Christofoletti, 2017). O que nos leva a crer que a representação do patrimônio é, sem dúvidas, um dos principais elementos dessa disputa simbólica.

Buscando ampliar o nosso olhar sobre o desenvolvimento de políticas de patrimônio, em 2018, através de uma seleção do Edital do Governo Estadual, denominado Circula Minas, os professores Marcos Olender e Rodrigo Christofoletti, coordenadores do Laboratório de Patrimônios Culturais (LAPA) e do Grupo de Pesquisa Patrimônio e Relações Internacionais, respectivamente, e os pesquisadores do Thiago Tavares, Kathia Martua, Gabriella Araújo e eu, fomos selecionados para uma visita técnica às cidades do Porto, Lisboa e Matosinhos. Na ocasião, visitamos o museu do Infante no Porto, nos reunimos com o Clube da Unesco,

³⁸⁵ Grifos nossos.

³⁸⁶ Entrevista cedida por Gualter Monteiro em 2 de agosto de 2018.

³⁸⁷ Ao usarmos este conceito o atribuímos, especialmente ao discurso manifestado nas convenções, cartas e resoluções da Unesco, nos estudos e pareceres do ICOMOS e nas diretrizes e normativas do Iphan quanto à identificação, salvaguarda e proteção dos bens culturais.

visitamos as instalações do Museu de Matosinhos que se inspirou no Museu de Congonhas e estreitamos os laços com os pesquisadores da Universidade do Porto.

Nesta visita técnica pudemos conhecer os desafios das cidades portuguesas frente aos avanços do turismo, as políticas de patrimônio daquele país e apreender como os habitantes se relacionam com os bens culturais. Na realidade de Portugal, as entidades privadas têm uma ampla penetração no desenvolvimento de ações e programas voltados à restauração, conservação dos bens e na promoção do turismo. Esta atividade econômica no contexto de Portugal tem provocado impactos na configuração urbana, especulação imobiliária, gentrificação e elitização dos espaços, que têm passado por intervenções de revitalização. Pudemos conhecer *in situ*, especialmente as soluções propostas por pesquisadores como Maria Leonor Botelho no questionamento dos programas de revitalização motivados, especialmente pelo título de Patrimônio Mundial concedido pela Unesco ao Porto (1996) e pela escolha da cidade, no mesmo ano, como a Capital Europeia da Cultura para 2001. Destacamos, sobretudo as profícuas parcerias que nós, pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em história da UFJF firmamos com o Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

No ano seguinte em 2019, realizamos o I Congresso Internacional Gestão dos Patrimônios da Humanidade Urbanos na UFJF em Juiz de Fora e reunimos pesquisadores de Portugal e de diversas universidades do Brasil, além de profissionais que atuam na Unesco, ICOMOS, Iphan para debatermos o patrimônio no contexto das cidades que possuem o título de Patrimônio Mundial. O intercâmbio entre pesquisadores permitiu ainda a produção de trabalhos publicados na revista *Locus*, “Rupturas e continuidades na preservação do patrimônio cultural internacional” (2020)³⁸⁸ e “As relações internacionais ligadas à preservação do patrimônio mudarão em um mundo pós pandemia?” (2020),³⁸⁹ além dos livros, “*World Heritage Patinas: action, alerts and risks*” (2021)³⁹⁰ e “*International relations and heritage*” (2021),³⁹¹ ambos pela editora Springer.

A experiência foi muito enriquecedora à presente tese, pois a compreensão de uma realidade distinta do contexto brasileiro revelou que os dilemas enfrentados por cidades que possuem sítios Patrimônio Mundiais como Porto e Congonhas, por mais que tenham

³⁸⁸ Cf. Christofolletti; Botelho (2020a).

³⁸⁹ Cf. Christofolletti; Botelho (2020b).

³⁹⁰ Cf. Christofolletti; Olender (2021)

³⁹¹ Cf. Christofolletti; Botelho (2021).

características diferentes, se apresentam como desafios à novas leituras e práticas nas políticas voltadas ao patrimônio. Enquanto o Porto enfrenta os impactos do turismo e procura alternativas para o desenvolvimento da cultura criativa, a Cidade dos Profetas por outro lado, sofre com as agressões da atividade minero-metalúrgica e aposta nos programas de requalificação urbana como o PAC Cidades Históricas e em equipamentos culturais como o Museu de Congonhas para “virar a chave” da dependência econômica do minério de ferro e do aço.

Voltemos à publicidade paga da edição do jornal Estado de Minas de 4 de dezembro 1985 (ver Figura 35), lançada um dia após o anúncio da chancela da Unesco. A peça reúne uma grande quantidade de enunciados convergentes que materializam o que já estava em curso no jogo da representação: a perfeita junção entre o significante “Congonhas, monumento cultural da humanidade” e significado (a “genialidade” atribuída ao “Patrono da Arte no Brasil”, Aleijadinho).³⁹² Em outras palavras, o Discurso Autorizado de Patrimônio (Smith, 2006, 2022) e o Soft Power (Nye Jr., 2004; Christofoletti, 2017), caminham de mãos dadas.

³⁹² O empenho de intelectuais e políticos foi determinante para a aprovação da Lei nº. 5.984, de 12 de dezembro de 1973, sancionada pelo então presidente do Brasil, Emílio G. Médici, que declarou Antônio Francisco Lisboa, "O Aleijadinho", Patrono da Arte no Brasil.

Figura 48 – Propaganda da Prefeitura de Congonhas no jornal Estado de Minas destacando o conjunto escultórico de Aleijadinho e o Santuário do Bom Jesus de Matozinhos

DEZEMBRO
3
1985

Uma data histórica para Minas Gerais.

CONGONHAS

MONUMENTO CULTURAL DA HUMANIDADE.



Em nome de Feliciano Mendes que veio das Paragens Guimaraes, em busca do ouro do Rio Maranhão e aqui este morro a carregar uma cruz...
Em nome das imortais visões de Athaide, de Bernardo da Silva, de João Nepomuceno, de Vieira Servas...
Em nome de todos que amaram e amam esta obra de uma e múltipla...
Em nome do Aleijadinho que profetizou este momento glorioso.

Congonhas aperta comovidamente a mão que agora lhe estende a humanidade ao ser declarado pela UNESCO Patrimônio Cultural, o Conjunto Arquitetônico e Escultórico da Basílica do Senhor Bom Jesus de Matozinhos em Congonhas.

Uma luta do Governo Gualter Monteiro e uma vitória do povo de Congonhas, o maior guardião deste patrimônio.



PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL DE CONGONHAS
Governo Gualter Monteiro

ESTADO DE MINAS — Quarta-feira, 4 de dezembro de 1985 — 5

Acervo: Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais/Jornal Estado de Minas.

O título em CAIXA ALTA da propaganda merece ser olhado com mais atenção. Vamos aos enunciados do texto:

Em nome de Feliciano Mendes que veio das Paragens de Guimarães, em busca do ouro do Rio Maranhão e subiu este morro a carregar uma cruz...

Em nome das imortais visões de Atháide, de Bernardo Moraes da Silva, de João Nepomuceno, de Vieira Servas...

Em nome de todos que amaram e amam esta obra de arte, una e múltipla...

Em nome do Aleijadinho que o profetizou este momento sacrossanto.

Congonhas aperta comovidamente a mão que agora lhe estende a humanidade ao ser declarado pela UNESCO Patrimônio Cultural, o Conjunto Arquitetônico e Escultórico da Basílica do Senhor Bom Jesus de Matozinhos em Congonhas.

Uma luta do Governo Gualter Monteiro e uma vitória do povo de Congonhas, o maior guardião deste patrimônio.³⁹³

O anúncio, como podemos observar, atendeu, em tese, aos anseios, não apenas da Prefeitura de Congonhas à época da corrida à chancela (iniciada nos anos 1970, ainda anterior ao governo Gualter), mas da narrativa que constituiu o Discurso Autorizado de Patrimônio adaptado da ótica europeia, ao Brasil. Os enunciados propõem um encontro predestinado, o da arte com a fé. Devoção que liga o mito fundador de Congonhas ao gesto de duas personagens: o minerador português Feliciano Mendes que, após ter sido curado de uma doença, viveu a esmolar, para fundar um templo em devoção ao Senhor Bom Jesus e Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, que, como um Cristo, também carregou sua cruz, entregando-a com a beleza de sua dor, por meio de sua arte, ofertada às futuras gerações. À primeira narrativa, como detalhamos no capítulo anterior, empenhou-se, sobretudo a Igreja Católica no cultivo da devoção ao Senhor Bom Jesus de Matozinhos – tradição que perdura há mais de séculos com o jubileu. Quanto ao mito Aleijadinho, personagem do imaginário popular, é atribuído especialmente, o engajamento dos modernistas – e outros intelectuais ligados ao Iphan – a construção do gênio mestiço, Patrono da Arte do Brasil (ver Figura 49). Este enredo atravessou todo o século XX, até ser costurado com o selo de Patrimônio Mundial da Unesco em 1985, que, com a precisão de uma máquina de tecer, apenas bordou o emblema antes desenhado pelas mãos e mentes criativas de intelectuais e agentes da cultura no atravessar dos tempos históricos.

³⁹³ Cf. Estado de Minas (04/12/1985, capa).

Figura 49 – Réplica do Profeta Joel na Escola de Arquitetura da UFMG



Fotografia: Próprio autor (2019).

Quando uma história é contada novamente, usamos outras palavras para descrevermos o mesmo enredo. Mas ao fazermos isso, também encontramos, neste exercício de memória, outras personagens ou detalhes que, à primeira vista, fugiram ao nosso entendimento e à própria compreensão do leitor. Dito isto, é preciso observarmos com atenção outros detalhes dessa história. O papel do ex-prefeito de Congonhas Gualter Monteiro no processo de candidatura do sítio histórico do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos é evidente ao olhar do pesquisador. Mas a investigação histórica impõe ampliarmos o alcance das nossas lentes para outras personagens e agentes que teriam contribuído nesta corrida ao reconhecimento internacional. Antes de prosseguirmos, porém, exploremos os detalhes da reunião ocorrida em Paris em 3 de dezembro de 1985,³⁹⁴ que reconheceu o Santuário do Bom Jesus de Matozinhos como Patrimônio Cultural Mundial.

3.4. A reunião da Unesco em Paris (1985) por detrás do palco

A Prefeitura de Congonhas, o Iepha-MG e o Iphan protocolaram na Unesco o dossiê de candidatura do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos de Congonhas, em 19 de dezembro de 1984. O comitê da Unesco, em reunião na cidade de Paris, aprovaria no ano seguinte o pedido de Congonhas. As decisões da entidade foram primeiramente debatidas no encontro de 3 de dezembro de 1985 e ratificadas, nos dias seguintes, de 5 a 6 daquele mês. Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, a responsável técnica pelo dossiê³⁹⁵ nos conta alguns detalhes dessa reunião da Unesco em Paris.

Eu tinha acabado de ser contratada pelo Iphan e demorou muito tempo a minha contratação, antes eu trabalhei no Iepha, lá em Belo Horizonte, esperando a contratação no Iphan e aí um dos meus primeiros trabalhos foi ajudar a fazer esse dossiê, não é? Eu tinha acabado de publicar [...] dois livros. Agora, esse material não está aqui comigo, mas eu lembro na época isso me valeu uma comenda da Prefeitura de Congonhas e o prefeito de Congonhas resolveu que queria assistir a reunião da Unesco, você imagina? – em Paris. E falou que pagava minha passagem pra ir com ele, então eu assisti essa reunião, saímos do Brasil, eu levando o prefeito e assistimos a reunião lá. Acho que foi no Petit Palais...³⁹⁶

³⁹⁴ Na reunião do dia 3 de dezembro de 1985, foi julgada a candidatura do Santuário de Congonhas, que havia sido apresentada à Unesco no ano anterior, em 1984. No dia 6 de dezembro de 1985 o comitê ratificou a aprovação do processo de Congonhas, aprovado por unanimidade no último dia 3, em Paris.

³⁹⁵ A historiadora era recém-contratada do Iphan em 1983. No ano seguinte elaborou o dossiê que seria apresentado à Unesco. Antes, em 1981 havia vencido um concurso municipal promovido pelo então prefeito de Congonhas, Altary de Souza Ferreira Junior, com a temática de Aleijadinho.

³⁹⁶ Entrevista cedida por Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira em 26 de janeiro de 2021.

Na ocasião, Gualter Monteiro, em exceção protocolar, pediu a palavra para defender o pedido de Congonhas, como explica Myriam.

Mas olha, você imagina, me facultou a ida a Paris, jamais poderia pensar. Agora, se não fosse eu, ele não teria tido acesso, porque era uma coisa muito técnica. Eu como sendo do Iphan consegui entrar e ele veio comigo. E ele ainda quis falar lá na hora. Discursou, e eu ainda tinha que traduzir.³⁹⁷

O clima do encontro à época, foi marcado pela recente saída dos EUA da Unesco no ano anterior, em 1984. O então prefeito de Congonhas via na reunião da entidade internacional uma chance singular, para defender a candidatura da Cidade dos Profetas.

[...] foi uma reunião complicada, porque naquela época os Estados Unidos estavam com uma divergência com o presidente que era um africano³⁹⁸, que queria tombar, não me recordo mais, as obras de um país lá. Aí o pessoal dos EUA não queria. Então era talvez a única oportunidade – a última reunião do mês, porque o EUA ia sair fora. Depois até acabou resolvendo (Sic), voltou atrás³⁹⁹ e quando eu cheguei em Paris (Sic), peguei um dicionáriozinho de bolso e fui aprendendo alguma coisa ali de francês. Fui na embaixada, pedi o apoio da embaixada, (sic) o Zé Aparecido⁴⁰⁰ já tinha recomendado pra me dar apoio. Aí nós fomos na Unesco, o presidente falou da dificuldade que tinha de ter a reunião, mas que tinha Congonhas e o Pelourinho pra ser julgado, e que ele achava que não ia ter condição.⁴⁰¹

Segundo Gualter, o que Congonhas desejava era apenas o reconhecimento, pois já cuidava do patrimônio em nível municipal. Como argumenta...

Aí eu fiz um apelo a ele muito grande. Eu não sei, eu consegui (sic) a sensibilizar o presidente. – Ô presidente, nós não precisamos da ajuda da Unesco não, nós queremos só o reconhecimento. O problema de manter as obras, (Sic) dos recursos necessários, Congonhas não precisa disso não. – Nós queremos é o reconhecimento, o resto o povo de Congonhas sabe cuidar do seu Patrimônio.⁴⁰² E eu acho que eu sensibilizei ele, (sic) ele conseguiu na reunião, a que (Sic) fosse votado os 2 projetos e ia ser votado os 2 projetos (sic) e encerrava a reunião (sic), não ia ter reunião da Unesco até que resolvessem o problema com os Estados Unidos. Inclusive quando pôs a... O...

³⁹⁷ Entrevista cedida por Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira em 26 de janeiro de 2021.

³⁹⁸ Amadou-Mahtar M'Bow, diretor-geral da Unesco de 1974 até 1987, fez uma gestão voltada às minorias e questionou políticas de ocupação do território de Israel frente aos palestinos, e o apartheid na África do Sul, o que desagradou os americanos.

³⁹⁹ Os Estados Unidos da América só voltaram à Unesco, oficialmente, em 2003 no governo do presidente George W. Bush.

⁴⁰⁰ Governador do Distrito Federal pelo PMDB (1985-1988) e Ministro da Cultura (1988-1990) do presidente José Sarney (1986-1989).

⁴⁰¹ Entrevista cedida por Gualter Monteiro em 2 de agosto de 2018.

⁴⁰² Grifos nossos.

Eles não deixavam nenhum, ninguém, a não ser os membros da coisa (sic) manifestar. Eu ainda consegui 3 minutos pra mim (sic) poder fazer a defesa de Congonhas. E acabei quando iniciou, passou Pelourinho,⁴⁰³ passou Congonhas, eu manifestei sobre o Pelourinho, que era um patrimônio belíssimo, mas assim, coisa bem rapidinha pra não ficar, (sic) porque não tinha ninguém do Brasil pra defender o Pelourinho. E falei sobre Congonhas, que Congonhas tava ali, e não estava pedindo esmola não. Congonhas – (sic) desse jeito – Congonhas tava pedindo o apoio da Unesco, que o título de patrimônio do mundo, era de uma importância muito grande pra nós, e que a cidade tinha recurso suficiente pra manter as obras, pra preservar o seu acervo e tal e tal. [...]. Aí e tal (sic), acabei de falar, puseram em votação (sic) – aprovado. Aprovaram o Pelourinho e aprovaram o reconhecimento da Unesco⁴⁰⁴ [à Basílica de Bom Jesus de Matosinhos em Congonhas].

Neste pronunciamento podemos observar como o Discurso Autorizado de Patrimônio (AHD) opera, materialmente (Smith, 2006; 2021). A narrativa semeada pelo Estado brasileiro em eleger Aleijadinho o principal artista do período rococó, acabou por privilegiar os sítios pedra e cal. Discurso que, à época, foi completamente absorvido por prefeitos Brasil afora, incluindo-se Gualter Monteiro, que não somente aderiu a esta chave enunciativa, mas a utilizou para defender que a população sabia cuidar do patrimônio e que os bens culturais de Congonhas se ligavam à uma história universal, ou a este Discurso Autorizado de Patrimônio.

Encerrada a reunião da Unesco, o prefeito de Congonhas seguiu para a cidade de Matosinhos em Portugal para iniciar as tratativas da elaboração de um acordo de gemação entre as duas cidades, estimulado, nomeadamente na devoção ao Bom Jesus, elo histórico-cultural em comum.

Antes de prosseguirmos, cabe-nos fazer uma breve contextualização daquele ano de 1985. Tancredo Neves havia sido eleito pelo Colégio Eleitoral como o primeiro presidente do Brasil da abertura do regime militar em transição, mas 12 horas antes de tomar posse, em 15 de abril, foi internado no Hospital Base de Brasília para uma cirurgia no abdômen. O vice, José Sarney, tomou posse e assumiu como presidente interino. Tancredo não resistiu às complicações da cirurgia e faleceu no dia 21 de abril de 1985. Para a cerimônia da posse, vários chefes de estado compareceram, dentre eles, o primeiro-Ministro de Portugal, Mário Soares.⁴⁰⁵

⁴⁰³ O Centro Histórico de Salvador (BA) foi reconhecido pela Unesco em decisão ratificada no dia 5 de dezembro de 1985, Patrimônio Cultural Mundial.

⁴⁰⁴ Entrevista cedida por Gualter Monteiro em 2 de agosto de 2018.

⁴⁰⁵ O Primeiro-ministro de Portugal Mário Soares veio ao Brasil para a posse do novo presidente e foi surpreendido com a notícia da entrada de Tancredo Neves ao Hospital de Base, em Brasília na noite do dia 14 de março de 1985. Matéria do Jornal O Globo intitulada “a noite e a manhã”, publicada em 03/03/2005 recupera este fato histórico. “Da embaixada de Portugal, de um jantar com o primeiro-

O chefe de Estado retornaria ao Brasil no mês seguinte para acompanhar o velório de Tancredo. Durante a visita ao Brasil Mário Soares foi à Congonhas (MG). Na visita à cidade mineira, nas palavras do ex-prefeito Gualter Monteiro, surgiu uma aproximação com o país lusitano e nasceu naquela oportunidade, a ideia do primeiro convênio de geminação⁴⁰⁶ entre Congonhas e Matosinhos de Portugal (cidade coirmã, onde teria surgido a devoção ao Bom Jesus).⁴⁰⁷

Nesse meio tempo, houve o problema da eleição pra presidente. O doutor Tancredo morreu, é, aí o Zé Aparecido⁴⁰⁸ me ligou – Ô Gualter, eu preciso de um favor seu, eu falei quê que foi ministro? O Mário Soares veio pro enterro do Tancredo, como ele morreu, e ele quer visitar uma cidade mineira, como eu sei que você recebe bem, a recepção que você faz é, pras pessoas (sic) que visitam aí, as autoridades, é impressionante, eu quero que ele visita (sic) Congonhas.⁴⁰⁹ Eu falei – tudo bem, pode mandar o Mário Soares vir, que nós vamos receber ele. Por sorte eu tinha lido um livro dele que contava como que foi a Revolução dos Cravos em Portugal. E no ler aquilo (sic) no pedido do ministro, me veio a intenção, falei: quem sabe eu vou convocar? E lembrei logo da cidade de Matosinhos, que o Feliciano Mendes era de Matosinhos, que era o que construiu a Basílica, vou pedir o ministro pra gente fazer um convênio com essa cidade de Matosinhos. Aí ele chegou, eu lembrei do negócio do cravo [Revolução dos Cravos], comprei seis mil cravo vermelho (sic) e convidei a população pra vinda dele a Congonha (sic). Que era importante a vinda dele, e pedi o povo. Eu naquela época eu tinha uma força política muito grande, o povo veio pra rua. Nós enchemos a frente da prefeitura de gente e eu distribui um cravo pra todo mundo, todo mundo pôs na lapela. Aí na hora que o Mário Soares chegou, ele ficou impressionado com aquilo, né? A cidade do interior, Congonhas e tal. Aí recebemos ele e tal, fomos pro almoço – fiz um almoço muito bonito lá em cima da Cova do Daniel [restaurante] e aí eu conversei com ele, eu falei: – Ô ministro, nós estamos precisando do senhor nos ajudar, nós precisamos de fazer um convênio com a cidade de Matosinhos em Portugal, porque o Feliciano Mendes era de Matosinhos. Ele falou: – Ah, o prefeito de lá⁴¹⁰ é do PS,⁴¹¹ é do meu partido. Era o único – prefeito não, que lá é presidente da Câmara, lá não tem prefeito. – [...] é do meu partido, eu vou providenciar isso. E ele foi embora muito alegre com a recepção que ele teve aqui. Passou 15 dias ele [Mário Soares] me ligou, que tava acertado e eu tava (sic) convidado como hóspede oficial do

ministro Mario Soares, saíram esbaforidos, entre outros, o futuro ministro da Justiça, Fernando Lyra, e o líder do novo governo no Congresso, senador Fernando Henrique”. Cf. O Globo (13/03/2005, p. 2).

⁴⁰⁶ Este convênio foi efetivado em 1986 e durou até 1996 e consistia no envio de estudantes de ambos os países para intercâmbios culturais. O tratado foi retomado em 2018 e ampliado para o intercâmbio de artistas e gestores do patrimônio.

⁴⁰⁷ O minerador Feliciano Mendes, que iniciou a devoção ao Senhor Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas, após a cura de um milagre em 1757, nasceu em Guimarães, norte de Portugal, região onde há a tradição do culto ao santo como nos santuários de Braga e de Matosinhos.

⁴⁰⁸ José Aparecido havia sido convidado pelo presidente eleito Tancredo Neves para ser Ministro da cultura. Com a morte de Tancredo, o vice, José Sarney assumiu a presidência da República e o convidou para ser Governador do Distrito Federal.

⁴⁰⁹ Grifos nossos.

⁴¹⁰ Narciso Miranda – Presidente da Câmara de Matosinhos, assumiu o cargo em 1977. Reeleito, sucessivamente, permaneceu por 29 anos à frente do município.

⁴¹¹ Partido Socialista – legenda de centro-esquerda, fundada a 19 de abril de 1973 por militantes da Ação Socialista Portuguesa.

Governo pra participar da Festa dos Navegantes na Cidade de Matosinhos. Uma festa bonita, dos pescador (sic), tem desfile da Nossa Senhora nos barcos. O Ministro vai (sic), o primeiro presidente vai... E coincidiu,⁴¹² no mês de dezembro, coincidiu com a reunião da Unesco em Paris. E então o que que eu pensei... Aí o que que eu pensei. Eu vou de Portugal na reunião da Unesco, da França eu vou pra Portugal, né? E participo lá do convênio. Isso daí era a assinatura do convênio só? Então eu fui para Portugal.⁴¹³

Gualter Monteiro destaca o esforço pessoal para a candidatura do Santuário do Bom Jesus de Congonhas como Patrimônio Mundial no primeiro mandato como prefeito (1983-1988). Atribui ao bom relacionamento com José Aparecido, ex-governador do Distrito Federal (1985-1988) e ex-Ministro da Cultura (1988-1990) do Governo do Presidente José Sarney (1985-1989), um papel decisivo neste processo e ressalta, que a iniciativa partiu quando ainda era vereador em Congonhas. Como destaca:

[...] eu tinha uma grande amizade com o ministro da época, Zé Aparecido de Oliveira e na época a gente tinha encaminhado, organizado uma documentação pra encaminhar pra Unesco já no meu segundo mandato [1983-1988]. No meu segundo mandato⁴¹⁴ eu já tinha tentado organizar junto ao Ministério da Cultura. E acabou, eu perdi a eleição. E acabou esse processo, os prefeitos que me sucederam mandaram arquivar o processo.⁴¹⁵ Quando eu entrei pela terceira vez – vou dar uma cortada aqui [entrevistado atende ao telefone]. Aí quando eu voltei a ser prefeito, liguei pro ministro, que ele era amigo meu, amigo demais, aí ele falou comigo – Gualter, o que você precisar, eu te ajudo. Aí eu comecei arrumar a documentação e arrumei todo o processo, ficou pronto aí eu encaminhei pra Unesco. Aí a Unesco mandou uma diretora de lá da Unesco chamada Madame Hainer vir conhecer o patrimônio, (sic) fez uma avaliação, analisou, é, e ficou impressionada (sic) do patrimônio e falou comigo que ela ia emitir um parecer favorável ao reconhecimento da Unesco.⁴¹⁶

Na volta ao Brasil, Gualter Monteiro lembra, com emoção, a receptividade ao chegar em Congonhas com conquista do reconhecimento do Santuário do Bom Jesus de Matosinhos como Patrimônio Mundial.

Eu vim embora (sic) [...] eu cheguei no aeroporto de Confins, deveria ter uns 8 ônibus de gente (Sic) da população lá [de Congonhas] me esperando. Aí eu

⁴¹² Grifos nossos.

⁴¹³ Entrevista cedida por Gualter Monteiro em 2 de agosto de 2018.

⁴¹⁴ Aqui, provavelmente o entrevistado se confundiu. Antes de ser prefeito de 1983 a 1988, havia sido vereador de Congonhas (1973 a 1976). Gualter disputou as eleições para prefeito em 1976 e perdeu para Altary de Souza Ferreira Júnior que exerceu mandato de 1977 a 1983.

⁴¹⁵ Grifos nossos.

⁴¹⁶ Entrevista cedida por Gualter Monteiro em 2 de agosto de 2018.

cheguei no Profeta,⁴¹⁷ na entrada de Congonhas, de lá pra cá eu vim nos braços do povo. Isso me emociona muito. Na época, realmente, foi muito gratificante, o povo naquela época me carregava.⁴¹⁸

Como claramente podemos observar, havia um entusiasmo muito grande na promoção da chancela na busca do fortalecimento do patrimônio como um espelho do discurso predominante da comunidade internacional, mesmo uma década após a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural realizada pela Unesco, em Paris (1972). Esta motivação também teria partido de outros agentes políticos como veremos a seguir.

2.4. Preparação da candidatura do Santuário do Bom Jesus de Congonhas à Unesco

Apesar de reconhecer o papel do ex-prefeito Gualter Monteiro na condução da candidatura à Unesco, o ex-prefeito Zelinho (2012/2020), que era vereador à época da chancela, diverge quanto ao início das movimentações junto ao órgão internacional para a conquista do título. Para Zelinho, a visita do diretor Geral da Unesco foi articulada pelo ex-prefeito de Congonhas Altary de Souza Ferreira Júnior (1976/1983) junto ao então presidente do Iphan, Aloísio Magalhães (1979-1981):

O legado maior que Congonhas tem, que nós vamos deixar, é essas obras maravilhosas que nós temos aqui, que é patrimônio cultural da humanidade, que foi em 1985 né, reconhecido pela Unesco como patrimônio da humanidade e na década de 80, no final de década de 70, esteve visitando aqui o presidente da Unesco na época Amadou Mahtar M'Bow [...] e naquela época o prefeito era [o] Altary... [...] E foi entregue a ele [Amadou Mahtar M'Bow] um pedido para análise, para que Congonhas pudesse ser patrimônio da humanidade. Depois do governo do Gualter, né – o Gualter esteve também com a equipe é... na França pra defender esse projeto que elevou Congonhas como patrimônio cultural da humanidade onde hoje são as obras do Aleijadinho. [...] E o presidente da Unesco ficou impressionado com o que ele viu, né? – e daí para Congonhas ser elevado para Patrimônio da Humanidade foi um pulo, porque porque logo após o governo do Altary, entrou o governo do Gualter, o Gualter deu continuidade a esse pedido, né? E Congonhas foi aprovada. Ah, olha ... foi um orgulho muito grande, que eram poucas cidades, né? – em Minas Gerais era só Ouro Preto na época, né? Congonhas me parece que foi a segunda cidade a ser patrimônio da humanidade de Minas Gerais, né? Então foi um... Uma festa que teve em Congonhas, muitos foguetes, né? E foi um orgulho para todos os congonhenses...⁴¹⁹

⁴¹⁷ Bairro Jardim Profeta em Congonhas (MG), às margens da BR-040.

⁴¹⁸ Entrevista cedida por Gualter Monteiro em 2 de agosto de 2018.

⁴¹⁹ Entrevista concedida por José de Freitas Cordeiro (Zelinho), em 10 de agosto de 2018.

Matéria do Jornal O Globo de 23 de abril de 1981, intitulada “Preservação da herança cultural do País: M’Bow elogia contribuição da FRM,⁴²⁰” e destaca que o então diretor geral da Unesco, após ter participado de uma solenidade em Ouro Preto (MG) em comemoração ao título de Patrimônio Mundial, seguiu para Congonhas, “onde conheceu os profetas do Aleijadinho, que considerou ‘excepcionais’.” De acordo com o texto M’Bow prometeu cunhar medalhas da Unesco com a iconografia dos profetas de Congonhas. Ao receber uma réplica em pedra-sabão do profeta Daniel, garantiu que iria colocar a réplica na sede da Unesco em Paris, para que “Congonhas seja conhecida no mundo inteiro pela importância que a obra do Aleijadinho representa para a cultura brasileira” (O Globo, 1981, p. 8). No restaurante Cova do Daniel, almoçou ao som do Coral de Congonhas e salientou, o que pouco se discutia até então, a importância da dimensão imaterial da cultura. “A cultura não se perpetua e nem se transmite apenas na pedra e na arquitetura, mas também pela música popular”, disse M’Bow na matéria. O texto salienta ainda dois pontos importantes que vão ao encontro da discussão colocada aqui do Discurso Autorizado de Patrimônio de Smith (2006; 2021) na representação dos bens culturais do Brasil: O primeiro se refere ao empenho do governo brasileiro em preparar outras candidaturas para a Unesco.⁴²¹

Aloísio Magalhães informou que um grupo com representantes do Itamaraty, Patrimônio Histórico, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e Secretaria do Meio Ambiente estudará detalhadamente os próximos tombamentos no País. Disse que, após um inventário preliminar de todos os sítios, cidades, bens culturais, igrejas e monumentos, a equipe preparará dossiês que serão encaminhados à Unesco tendo em vista possíveis tombamentos.⁴²²

Outro elemento fundamental que a matéria traz, é a manifestação da Prefeitura Municipal para que Congonhas, também se candidatasse para obter a chancela, referendando assim o Discurso Autorizado de Patrimônio (ADH) do Iphan, em consonância com a Unesco.

No local, o prefeito⁴²³ Altary Junior sancionou a lei, que dá a Congonhas título de Cidade dos Profetas e entregou ao secretário de Cultura do MEC, Aloísio Magalhães ofício em que pede que o santuário de Bom Jesus de Matosinhos seja tombado como monumento nacional e mundial.⁴²⁴

⁴²⁰ Fundação Roberto Marinho, que leva o nome do então presidente do Grupo Globo.

⁴²¹ A matéria destaca, sobretudo o desejo para que Congonhas e Olinda (PE) fossem incluídas na Lista de Patrimônios Mundiais.

⁴²² Cf. O Globo (1981, p. 8).

⁴²³ Grifos nossos.

⁴²⁴ Cf. O Globo (1981, p. 8).

O pedido do ex-prefeito Altary de Souza Ferreira Jr (1977 a 1983/1997 a 2000) ao diretor da Unesco em 1981 é salientado por André Candreva:

Ele [Amadou Mahtar M'Bow, diretor da Unesco] visita o Santuário e já recebe, de antemão, um grande, é, material já preparado pelo próprio prefeito, que já havia solicitado isso, o Altary um levantamento mais apurado de todo esse patrimônio, entrega esse material pra ele, que, daí em diante, a coisa vai seguir o trâmite normal até a conclusão do processo em dezembro de 1985, já na gestão do governo sucessor, que era a figura do Sr. Gualter Pereira Monteiro. Ele que fato, é, traz esse título de volta pra Congonhas, né? Congonhas então ganha o título de que tem um sítio declarado patrimônio histórico da humanidade. Aí é bom lembrar que não é a cidade patrimônio cultural da humanidade, é um sítio histórico que é declarado patrimônio cultural da humanidade, que é um sítio onde tá compreendido todo o entorno do Santuário do Bom Jesus.⁴²⁵

Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira foi personagem central no processo de candidatura. A proximidade com Rodrigo Melo Franco de Andrade, a especialização em História da Arte que realizou na Universidade Católica de Louvain, na Bélgica, o bom relacionamento com intelectuais como Germain Bazin e autoridades brasileiras ligadas ao Iphan e Iepha foram essenciais para destacá-la na liderança deste processo de candidatura. O grande passo, porém, viria através de um concurso de monografias promovido pelo então prefeito de Congonhas, Altary de Souza Ferreira Jr (1977 a 1983) no ano de 1981 (ver Figura 50). Myriam participou e venceu o concurso que tinha como temática as obras de Aleijadinho no Santuário.

Figura 50 – Altary de Souza, então prefeito, entrega premiação à vencedora do concurso de monografias sobre Aleijadinho em 1981



Reprodução: Jornal da Prefeitura de Congonhas (1981).

⁴²⁵ Entrevista concedida por André Candreva em 10 de abril de 2021.

Essa notoriedade a fez publicar o primeiro livro, poucos anos mais tarde, “O Aleijadinho. Passos e Profetas” (1984).⁴²⁶ No mesmo ano em que lançava sua obra, Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira estava trabalhando no Iphan quando foi convidada pelo prefeito adversário de Altary, Gualter Monteiro, para elaborar o dossiê de Candidatura. A qualidade do dossiê é salientada por André Candreva.

[...] a Myriam, ela presta uma grande contribuição a Congonhas, a pedido do Altary na época, ao fazer esse catálogo, ao fazer esse referenciamento do que Congonhas possuía. E aí uma vez isso chegou para discussão dentro da Unesco, viram a grandiosidade que era essa obra barroca brasileira. Ímpar, não existe nada igual a isso no mundo, né? Congonhas foi projetado, na época, por Feliciano Mendes, né? Claro que após a morte do Feliciano Mendes, é, houve algumas mudanças no projeto original dele, mas a ideia, o cerne do que ele plantou é aquilo ali. Então, ele se inspirou aonde? Nas gravuras daquilo que ele conhecia, que ele veio de Portugal, ele conhecia o Sacro-Monte de Braga [cidade localizada ao Norte de Portugal], o Bom Jesus de Braga. Então Congonhas é uma cópia daquilo, mas só que é uma cópia, em escala menor, porém, na minha modesta opinião, uma cópia muito mais aprimorada, dada a genialidade do Aleijadinho e seu ateliê, porque ele também orienta os seus discípulos a traçarem, é, um plano de desenvolvimento escultórico tão perfeito, tão próximo de uma realidade, mas também, ao mesmo tempo, tão dúbio, né? – porque a obra em si dá várias interpretações. Se você for discutir a obra em si, você leva ela (sic) pra caminhos infundáveis, porque o artista, só ele sabe o que ele está expressando ali. Pra nós, que vamos contemplar a obra do artista, nós temos várias linhas de raciocínio. Então, ali cabe, inclusive, até a manifestação da dor, tristeza e sofrimento do próprio Aleijadinho, como ele também expressou a dor e sentimento e frustração dos seus amigos da recém-frustrada Conjura Mineira. Então tá tudo incluído nesse pacote ali. A obra magnífica. Então, isso, ao ser alçado pela Myriam, coloca a ONU [Unesco] numa situação, né? – de uma análise mais acurada.⁴²⁷ E perceberam que essa obra merecia ser, sim, levar o título de patrimônio cultural da humanidade.⁴²⁸

Na corrida à candidatura de Congonhas, a representação da cidade parecia ser disputada como um troféu pelos atores políticos locais. As motivações várias, ao que presumem, convergiam ao Discurso Autorizado de Patrimônio (ADH) que a Unesco referendava, dentre diversas formas, nomeadamente, através da lista dos Patrimônios Mundiais.

Mais evidências do engajamento de agentes do Estado para a corrida ao reconhecimento internacional são apresentadas na matéria do jornal O Globo, de 26 de Outubro de 1984, sob o título, “Brasil quer tombamento de Congonhas pela Unesco” (ver Figura 51). O texto enaltece

⁴²⁶ Cf. Oliveira (1984).

⁴²⁷ Grifos nossos.

⁴²⁸ Entrevista concedida por André Candreva em 10 de abril de 2021.

as prerrogativas do Discurso Autorizado de Patrimônio que, no âmbito nacional elegia artistas como Aleijadinho e Manoel da Costa Ataíde como principais referências do barroco-rococó.

O Brasil vai propor ao Comitê do Patrimônio Histórico da Unesco a transformação da cidade histórica mineira de Congonhas do Campo em patrimônio cultural da humanidade. A proposta foi levada à reunião do Comitê que começa amanhã em Buenos Aires e vai até o dia quatro de novembro pelo Secretário de Cultura do Ministério da Educação, Marcos Vinicius Vilaça. O Comitê da Unesco, integrado por 21 países só deverá julgar a proposta no ano que vem. Se aprovar a reivindicação brasileira, Congonhas será a segunda cidade do País declarada patrimônio da humanidade. A outra também é uma cidade histórica mineira: Ouro Preto. De acordo com a avaliação da Secretaria de Cultura, Congonhas tem um dos mais expressivos conjuntos da arquitetura barroca, destacando-se a Basílica do Senhor do Bom Jesus, com os famosos profetas em pedra-sabão esculpidos por Antônio Francisco Lisboa, o "Aleijadinho". Nas seis capelas em frente à igreja estão também as cenas da paixão de Cristo, trabalhadas em madeira. O nome da cidade é originário de uma planta abundante na região. Seus primeiros habitantes foram portugueses, que ali chegaram por volta de 1700. A Igreja de Bom Jesus começou a ser construída em 1775, por Feliciano Mendes, mas só foi concluída anos depois, pelo "Aleijadinho", Manoel da Costa Ataíde e outros artistas.⁴²⁹

⁴²⁹ Cf. O Globo (26/10/1984, p. 6).

Figura 51 – Matéria destaca que o empenho do Brasil à candidatura de Congonhas à Unesco

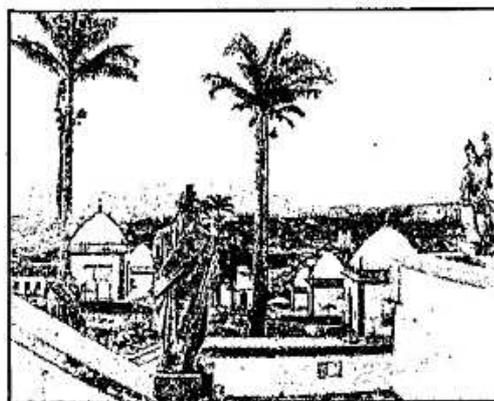
Brasil quer tombamento de Congonhas pela Unesco

BRASÍLIA — O Brasil vai propor ao Comitê do Patrimônio Histórico da Unesco a transformação da cidade histórica mineira de Congonhas do Campo em patrimônio cultural da humanidade. A proposta será levada à reunião do Comitê que começa amanhã em Buenos Aires e vai até o dia quatro de novembro pelo Secretário de Cultura do Ministério da Educação, Marcos Vinicius Vilaça.

O Comitê da Unesco, integrado por 21 países, só deverá julgar a proposta no ano que vem. Se aprovar a reivindicação brasileira, Congonhas

será a segunda cidade do País declarada patrimônio da humanidade. A outra também é uma cidade histórica mineira: Ouro Preto.

De acordo com a avaliação da Secretaria de Cultura, Congonhas tem um dos mais expressivos conjuntos da arquitetura barroca, destacando-se a Basílica do Senhor do Bom Jesus, com os famosos profetas em pedra-sabão esculpidos por Antônio Francisco Lisboa, o "Aleijadinho". Nas seis capelas em frente à igreja estão também as cenas da paixão de Cristo, trabalhadas em madeira.



As esculturas de Aleijadinho na Igreja de Congonhas do Campo

O nome da cidade é originário de uma planta abundante na região. Seus primeiros habitantes foram portugueses, que ali chegaram por volta de 1700. A Igreja de Bom Jesus começou a ser construída em 1775, por Feliciano Mendes, mas só foi concluída anos depois, pelo "Aleijadinho", Manoel da Costa Ataíde e outros artistas.

Reprodução: Jornal O Globo.⁴³⁰

Neste longo relato, Angelo Oswaldo nos fornece detalhes do empenho do Iphan no final nos anos 1970 e início de 1980, para pleitear candidaturas na Lista de Patrimônio Mundial da Unesco. O desejo ganharia fôlego a partir da Convenção do Patrimônio Mundial realizada em Paris, em 1972. Os sítios a serem reconhecidos pelo órgão internacional incluíam Ouro Preto, Olinda e Congonhas.

Esse processo começa, praticamente, desde que a Unesco criou o convênio [Convenção] do patrimônio mundial em 1972. É, e a Unesco sempre se interessou por Ouro Preto. Nos anos 1950, ela havia mandado a Ouro Preto uma missão de Michel Parent [então perito da Unesco], é, houve duas ou três missões. O Dr. Augusto Carlos da Silva Telles, que foi diretor do Iphan [dirigiu a Fundação Pró-Memória entre 1988-1989], ele tem uns textos sobre essas missões que a Unesco enviou a Ouro Preto.⁴³¹ Isso deve estar no arquivo

⁴³⁰ Cf. O Globo (26/10/1984, p. 6).

⁴³¹ Cf. Telles (1980 [1975]).

do Iphan no Rio de Janeiro. A Unesco enviou, eu me lembro de Michel Parent que foi mandado e o Alfredo Viana de Lima [arquiteto português -1913-991] em 1970 para ver a situação urbana de Ouro Preto. E uma das razões que levaram a Unesco⁴³² a optar por Ouro Preto em 1980, ao inscrever Ouro Preto como o primeiro bem brasileiro na lista do patrimônio mundial foram (sic) duas razões principais: primeiro, por ser a cidade do Aleijadinho, onde ele nasceu e morreu; e onde ele tem a sua maior obra como arquiteto e escultor, que é a Igreja de São Francisco de Assis.⁴³³

Oswaldo destaca que havia uma abertura muito favorável na comunidade internacional para reconhecer a arte de Antônio Francisco Lisboa como principal nome da identidade brasileira.

É, a Unesco estava muito empenhada em valorizar o Aleijadinho e reconhecer o Aleijadinho.⁴³⁴ E segundo porque Ouro Preto sofreu muito com as chuvas de 1978 pra 1979, a cidade tinha tido uma série de deslizamentos e tudo e a Unesco queria enfatizar também, como ela sempre tem feito, que a lista do patrimônio mundial não é só para, é, o que é belo, o que é estético, de excepcional qualidade, mas é também para o que é belo e estético, de excepcional qualidade ‘em risco’. É essa é uma (sic) e por isso tem que haver uma proteção, uma salvaguarda, é, um esforço que se faz por meio desse reconhecimento singular de que aquele bem necessita de uma proteção especial. E foi por isso que eles escolheram Ouro Preto. [...] Aleijadinho pesou muito para Ouro Preto, porque já havia um interesse grande no Aleijadinho.⁴³⁵

O relato de Angelo Oswaldo vai ao encontro do que temos defendido nesta tese de que a representação cultural do patrimônio no Brasil teve um papel ativo e engajado de intelectuais. As mentes pensantes e dirigentes desse Discurso Autorizado de Patrimônio (Smith, 2006; 2021) se concentravam em círculos de intelectuais como um Rodrigo Melo Franco de Andrade e Aloísio Magalhães. A liderança deste último é ressaltada por Oswaldo:

Na verdade, o Aloísio Magalhães [presidente do Iphan entre 1979 e 1981] era o diretor do Iphan, ele havia sido nomeado em 1979 diretor do Iphan, pelo ministro Eduardo Portela. Aloísio Magalhães era um grande designer, era pernambucano de Olinda, era um artista plástico, um designer, um intelectual, ele tinha excelentes ideias para o patrimônio, eu me encontrei com ele antes da posse, logo quando ele foi convidado, fui a Belo Horizonte, [com] um grupo de amigos na casa do deputado Israel Pinheiro, é, casado com Vera Pinheiro, de origem pernambucana, cuja família era amiga de Aloísio Magalhães. Vera fez um almoço, fomos convidados... algumas pessoas,

⁴³² Grifos nossos.

⁴³³ Entrevista concedida por Angelo Oswaldo em 11 de agosto de 2021.

⁴³⁴ Grifos nossos.

⁴³⁵ Entrevista concedida por Angelo Oswaldo em 11 de agosto de 2021.

Priscila Freire,⁴³⁶ José Alberto Nemer⁴³⁷ e eu pra conversar com o Aloísio Magalhães e Aloísio assumiu o Iphan no governo Figueiredo. E ele logo quis reestruturar o Iphan, transformou o Iphan numa Secretaria e depois numa Sub-Secretaria de Cultura que ele conseguiu criar, propôs a criação da Fundação Pró-Memória, pra dar mais agilidade ao Iphan, e pegou de empreitada a questão do patrimônio mundial.⁴³⁸ E ele queria que o primeiro bem fosse Olinda [...] Por quê? Por causa do foral de Dom Duarte Coelho⁴³⁹ é, Olinda recebe os foros de cidade em 1535, quer dizer, ela, Olinda é um bem altamente representativo do Brasil quinhentista, do Brasil, é, que nasce ali da colonização portuguesa em 1535. Ouro Preto foi fundada em 1698 e é uma cidade, iminentemente setecentista. Mas a presença do Aleijadinho, a singularidade do conjunto e das manifestações artísticas que ele encerra e engloba e o risco evidenciado pelos desastres, é, que nós tivemos aqui, os desastres geológicos que nós tivemos em 1979 contribuíram para que o primeiro bem fosse, é, Ouro Preto. E eu participei disso com muito entusiasmo. Em 1981, nós recebemos o senegalês Amadou Mahtar M'Bow⁴⁴⁰ que era diretor geral da Unesco, que veio trazer a Ouro Preto as insígnias aí de patrimônio mundial.⁴⁴¹

Essa sinergia da linguagem e do discurso nas relações de poder destes círculos intelectuais, ao que parece, fez a roda girar a favor da inscrição dos bens brasileiros nos anos 1980. Mesmo com o regime militar em declínio, o que viria a se confirmar com a reabertura democrática do Brasil em 1985, o discurso em torno da representação da cultura brasileira (mestiça e multicultural) mostrava-se, cada vez mais aceito pela comunidade internacional. Cidade Histórica de Ouro Preto (1980), Centro Histórico de Olinda (1982), Missões Jesuíticas Guarani e Ruínas de São Miguel das Missões (1983), Centro Histórico de Salvador e Santuário do Bom Jesus de Matozinhos em Congonhas (MG) – 1985, Parque Nacional do Iguaçu (1986) e Brasília (1987) foram os bens que passaram a figurar na lista da Unesco naquela década. Angelo Oswaldo nos fornece mais pistas deste percurso que foi inaugurado pela aprovação de Ouro Preto, tenho à frente o legado artístico atribuído a Aleijadinho.

E, então, o primeiro bem é Ouro Preto, o segundo foi Olinda, em 1982, e, logo depois, Aloísio Magalhães⁴⁴² falece – eu acho que até ele, mas ele chegou a ver Olinda como patrimônio mundial – [e] Ouro Preto (1980) –, 1982 é o ano em que Aloísio vai morrer – ele teve um distúrbio, um problema, é, ele teve um A.V.C, é, em Veneza, ele morreu em um hospital em Pádua [cidade italiana, a exemplo de Veneza], se não me engano, ele estava representando o

⁴³⁶ Ex-superintendente dos museus de Minas Gerais.

⁴³⁷ Artista plástico e doutor em Artes.

⁴³⁸ Grifos nossos.

⁴³⁹ Militar e administrador colonial português (1485-1554).

⁴⁴⁰ Diretor-geral da Unesco (de 1974 até 1987).

⁴⁴¹ Entrevista concedida por Angelo Oswaldo em 11 de agosto de 2021.

⁴⁴² Secretário de Cultura do MEC, acumulava as funções de Diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico — IPHAN e Presidente da Fundação Pró-Memória.

Brasil em um congresso internacional⁴⁴³, é, acho que até de patrimônio mundial, em Veneza –; e Olinda foi o segundo bem. O terceiro foram as Missões [Jesuíticas Guaranis – no Brasil, Ruínas de São Miguel das Missões (RS)], as Missões, é, do Rio Grande do Sul; e o quarto, Salvador [Centro histórico em 1985]; e o quinto, em 1985, foi, exatamente, o conjunto do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, de Congonhas do Campo (sic).

O Discurso Autorizado de Patrimônio (Smith, 2006; 2021), tão caro e atraente à representação, como um Narciso à frente de seu reflexo no lago, inspiraria, a partir da chancela, ainda mais o repertório dos enunciados de agentes políticos, artistas e intelectuais. Em menor medida, os próprios moradores e visitantes de Congonhas.

Aí enquanto eu fui prefeito eu sempre divulguei isso, sempre explorei muito o título de patrimônio da humanidade. Congonhas é o maior patrimônio da América, já tinha esse espírito de patrimônio (sic), por que que não é patrimônio da humanidade?⁴⁴⁴ E na época, não lembro mais, foi depois do Jarbas Passarinho [ex-ministro da Previdência Social do presidente João Figueiredo – de 1983 a 1985]. Eu não lembro quem que era o ministro. Eu procurei saber o quê que precisava pra cidade ser patrimônio. Então eles me orientaram o processo que tinha (Sic). Sabia que era difícil...⁴⁴⁵

⁴⁴³ Aloísio Magalhães participava de um seminário sobre cooperação cultural entre América Latina e países europeus em Veneza, em 13 de junho de 1982, quando teve um acidente vascular cerebral e veio a falecer. Disponível em: <<https://aloiisomagalhaesbr.wordpress.com/1981-2/seac/aloisio-magalhaes-morre-na-italia/>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

⁴⁴⁴ Grifos nossos.

⁴⁴⁵ Entrevista concedida por Gualter Pereira Monteiro em 2 de agosto de 2018.

Figura 52 – Escultura do profeta Baruc no adro do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos



Fonte: Próprio autor (2019).

O selo internacional da Unesco, definiria uma nova fronteira da representação, defendida com a nostalgia de um tempo emoldurado no correr dos tempos históricos, como uma imagem dialética no sentido de Benjamin,⁴⁴⁶ a oprimir-se entre os interesses do progresso industrial por que passaria Congonhas nas décadas seguintes. Essa “virada”, porém, não teria tanta aceitação por parte da Igreja Católica, como descreve Candreva:

[...] eu não sei te dizer se a Igreja tinha declarado algo a respeito [da candidatura em 1984 e a consequente chancela da Unesco em 1985]. Eu creio que não, porque eu nunca li algo a esse respeito, pelo menos por enquanto. E pelo fato de saber que a Arquidiocese de Mariana, ela sempre foi conservadora.⁴⁴⁷ Embora, ela sempre ver com bons olhos esse tipo de ação, porque, de certa feita, protege ainda mais o seu rico patrimônio. Isso [o patrimônio] pertence a ela.⁴⁴⁸

⁴⁴⁶ Cf. Benjamin (2009, p. 505, fragm. [N 3, 1]).

⁴⁴⁷ Grifos nossos.

⁴⁴⁸ Entrevista concedida por André Candreva em 10 de abril de 2021.

Como relatamos no percurso metodológico da presente tese, o investigador tentou várias vezes⁴⁴⁹ conversar com o reitor da Basílica de Congonhas, Padre Benedito Pinto Rocha (Adm. 1975/2012) e ele se mostrou muito reativo a fornecer qualquer informação sobre a corrida da chancela durante sua administração no santuário. Alguns dos entrevistados, os quais guardamos o sigilo da fonte, apontaram no mesmo sentido. Quando o pesquisador compartilhou que, mesmo após insistir muito e tentar um encontro – frustrado por sinal – não, conseguiu um mínimo contato, com o referido reitor, disse a fonte:

Entrevistador: eu tive lá [em Congonhas] [...] e tentei entrevistar o padre Rocha, até por intermédio de um amigo meu pra ele falar desse período [Chancela da Unesco em 1985]. Ele só me disse 'eu não comento nada disso. Eu não quero falar desse assunto, porque senão eu vou ficar com muita raiva'...

1º Oráculo de Delfos: Olha, não tente, viu, porque.... Esse padre Rocha, eu nunca consegui nada com ele. Pensei nele outro dia, deve ter quase 100 anos, não é possível! E ainda está lá. Eu sempre digo que quando o padre Rocha não estiver aqui vai ser mais fácil trabalhar.⁴⁵⁰ Mas.... Nossa mãe! [cara de preocupação].⁴⁵¹

Outra fonte que pediu anonimato, descreve as dificuldades de se ter acesso ao ex-administrador do Santuário.

O padre Rocha é muito difícil.⁴⁵² Eu falei com ele umas três vezes, mas sempre desconfiado. Ele ficou muitos anos em Congonhas. [...] ele falava sempre [...]. 'eu sozinho tomo conta disso, faço o jubileu, faço tudo. Os redentoristas tinham 30 padre aqui (sic) fazendo o quê, né'? Aquela história, é de briga eclesialística, né, bobagem. Mas ele [padre Rocha] é muito difícil na abordagem.⁴⁵³

Essa desconfiança do ex-reitor, porém, teria origem na relação com a Prefeitura Municipal.

[...] devia (sic) haver uma colaboração – Congonhas sempre houve (sic) muita rivalidade da prefeitura com a obras da Igreja, sempre houve rivalidade, acho que acabou hoje, não sei. Mas antigamente havia. Os prefeitos queriam usar a

⁴⁴⁹ O investigador tentou ainda durante os anos de 2019 contato com o administrador que sucedeu a Padre Rocha no Santuário do Bom Jesus, Geraldo Leocádio e com o assessor de Comunicação da Arquidiocese de Mariana, Pe. Paulo Barbosa. Ambos se mostraram mais abertos, mas preferiram não se manifestarem e recomendaram que o pesquisador insistisse no contato com o padre emérito, Pe. Rocha. O ex-reitor, como salientamos aqui, repudiou comentar sobre a chancela da Unesco no período em que foi administrador da Basílica (1975-2012).

⁴⁵⁰ Grifos nossos.

⁴⁵¹ Entrevista concedida pelo 1º Oráculo de Delfos, em 2021.

⁴⁵² Grifos nossos.

⁴⁵³ Entrevista concedida pelo 2º Oráculo de Delfos, em 2021.

obra da Basílica como se fosse da prefeitura e os padres não admitiam. 'Isso não é da prefeitura, é da Diocese!' Essas coisas de política, né? Mas nunca entrei no mérito disso não porque era da minha parte. Mas são coisas que prejudicam, né? ⁴⁵⁴

Se ao pesquisador compete analisar os fatos que já foram articulados na linguagem, ou com a ajuda de hipóteses e métodos, reconstruir fatos que ainda não chegaram a ser articulados, como sugere Koselleck (2006), os vestígios do embate entre o Discurso Autorizado de Patrimônio (Smith, 2006; 2021) de órgãos como Unesco, Iphan e Prefeitura Municipal, de um lado e Igreja e comunidade, de outro, nos levam a inferir que nesta complexa e rizomática trama em que circula o poder, a representação do patrimônio está, ainda longe, de ser um assunto pacificado em Congonhas.

Revelados os embates entre as autoridades eclesiásticas e os intelectuais e tecnocratas dos órgãos institucionalizados de preservação, voltemos ao Discurso Autorizado de Patrimônio (Smith, 2006, 2021). A mudança de perspectiva, que teria sido inaugurada a partir do novo regime de historicidade que defendemos, inaugurado na corrida ao reconhecimento de Patrimônio Cultural Mundial pela Unesco em fins de 1970 e consolidado em 1985 com a chancela, provocaria ainda, uma reação em cadeia. Os reflexos desta fenda no tempo (Hartog, 2014), inspiraria uma nova relação dos habitantes e governantes com o patrimônio, como destaca o ex-prefeito Anderson Cabido (2005 a 2012):

Se a gente fizer uma avaliação, uma análise mais longa no tempo, a gente vai ver que Congonhas mudou muito pouco ou quase nada no seu patrimônio. Tanto é que boa parte do patrimônio edificado, tamo aqui falando aqui do patrimônio arquitetônico edificado, né? – esse patrimônio se perdeu, né? – foi preservado só aquela área histórica ali que veio a ser tombada depois de em 1985. Não. Tombada não, veio a ser declarado um patrimônio da humanidade em 85. Então, a relação que a cidade estabeleceu com o patrimônio foi uma relação ruim e que foi melhorando ao longo do tempo, né? Então, ao longo dos anos, com o passar dos anos, com o aumento do nível de conscientização, de conhecimento das pessoas acerca do valor que o patrimônio tem, inclusive da constituição da identidade da cidade, é... Esse patrimônio foi sendo mais valorizado, mais reconhecido, foi se tornando de fato, uma referência pra população. ⁴⁵⁵

Esse tomar de consciência da população em relação ao patrimônio seria uma das consequências da chancela da Unesco, ou para além do Discurso Autorizado de Patrimônio (Smith, 2006; 2021), essa identificação já existia, como demonstramos no caso da tentativa de

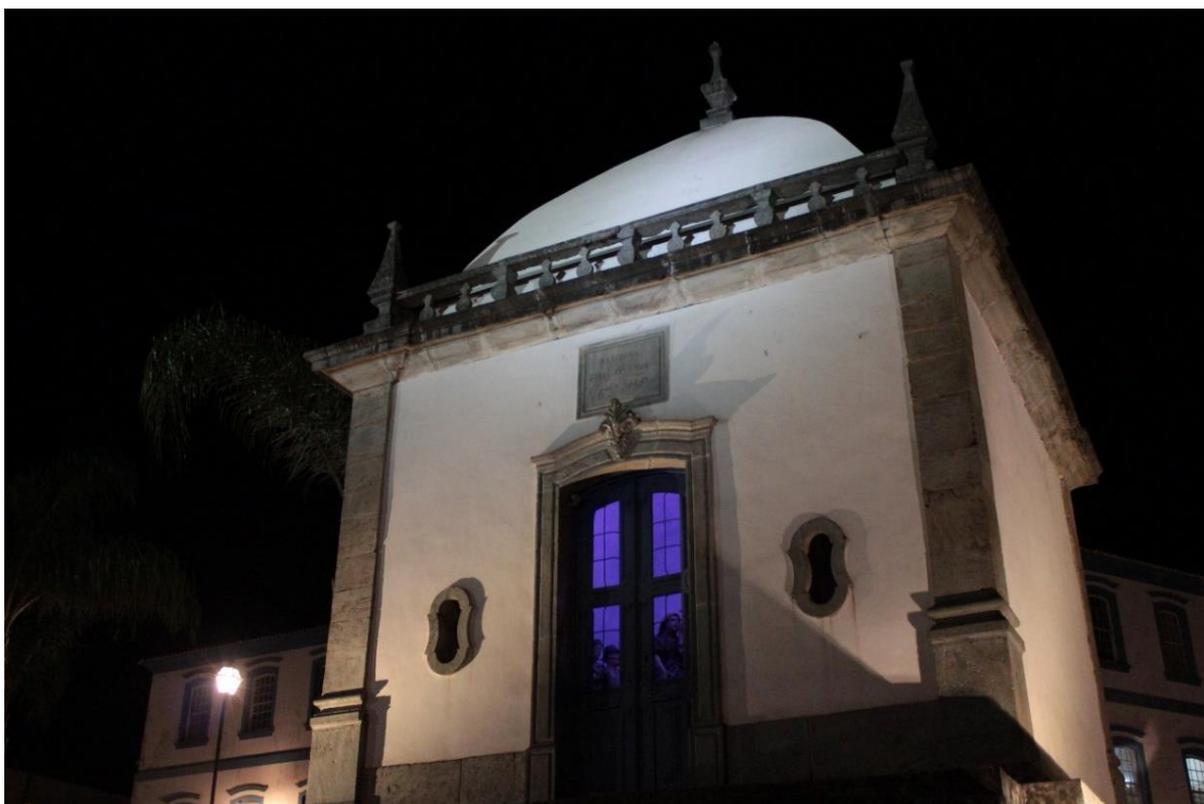
⁴⁵⁴ Entrevista concedida pelo 2º Oráculo de Delfos, em 2021.

⁴⁵⁵ Entrevista concedida por Anderson Cabido em 23 de março de 2021.

retirada das obras de arte para a exposição do MAM do Rio de Janeiro, em 1978. Ao que observamos, o reconhecimento da Unesco aproximou reconhecidamente os habitantes de um discurso patrimonial conectado a um sentimento universal. Se esse movimento pode ser considerado uma tomada de consciência no olhar do morador ao patrimônio, também realça o fato de que o Discurso Autorizado de Patrimônio é bem capilar. No entanto, esta é uma questão que está longe de ser resolvida. A chancela, como demonstramos, acentuou ainda mais as disputas simbólicas dessa representação.

3.5. A declaração retrospectiva do ICOMOS

Figura 53 – Capela “Cruz às Costas” dos Passos da Paixão do Santuário de Congonhas



Fonte: Próprio autor (2014).

Em 2012, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)⁴⁵⁶ realizou uma perícia que culminou no relatório de Declaração Retrospectiva,⁴⁵⁷ ratificando a decisão tomada em 1985 pelo Comitê da Unesco. Assim, o documento destacou os critérios antes aprovados:

Critério (I): O conjunto arquitetônico e escultórico do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos representa uma realização artística singular, uma joia do gênio humano, refletindo o ápice da arte cristã na América Latina, expressa na obra de Aleijadinho, um Obra totalmente original e expressiva do estilo barroco transportado para os trópicos. Critério (IV): O Santuário do Bom Jesus de Matozinhos em Congonhas marca uma encruzilhada na evolução da arquitetura religiosa de meados do século XVII na América portuguesa, mais especificamente em Minas Gerais, como refletido nas torres ligeiramente recuadas da basílica e inovadoras fachada de estilo rococó que converge para formar um importante exemplo da arte barroca na América Latina (ICOMOS, 2012).⁴⁵⁸

Quanto à integridade, a Declaração Retrospectiva constatou que o sítio histórico se encontrava em bom estado de conservação:

O Santuário do Bom Jesus de Congonhas continua em boas condições. O conjunto material continua a expressar todo o significado dos valores atribuídos ao bem cultural, representando uma realização artística única e exemplar marcante da arquitetura brasileira do século XVIII. Apesar das mudanças provocadas pelo crescimento urbano de Congonhas, o Santuário permanece intacto e sobrevive até hoje como um ícone religioso da região (ICOMOS, 2012).⁴⁵⁹

À autenticidade, tão cara aos órgãos de preservação como o ICOMOS, como argumenta Smith (2006; 2021), o documentou salientou:

O conjunto arquitetônico e escultórico do Santuário do Bom Jesus do Matozinhos em Congonhas tem mantido seus valores intrínsecos graças à efetiva conservação de seus elementos constituintes, nomeadamente: a igreja do Bom Jesus, concluída em 1772; a escadaria, decorada com esculturas em pedra-sabão dos profetas; e as capelas que marcam as estações da Via Sacra com expressivos grupos escultóricos representando a Paixão de Cristo. Apesar das mudanças provocadas pelo crescimento urbano de Congonhas, o Santuário permanece intacto e continua sendo um foco de peregrinação em toda a região (ICOMOS, 2012).⁴⁶⁰

⁴⁵⁶ Sigla em inglês de *International Council of Monuments and Sites*.

⁴⁵⁷ ICOMOS (2012). Disponível em: <<https://abrir.link/cUpO8>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

⁴⁵⁸ Disponível em: <<https://abrir.link/cUpO8>>. Acesso em: 08 jul. 2023.

⁴⁵⁹ Disponível em: <<https://abrir.link/cUpO8>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

⁴⁶⁰ Disponível em: <<https://abrir.link/cUpO8>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

A proteção de órgãos como Iphan é ressaltada no documento, como primordial à preservação de todo o conjunto artístico e arquitetônico.

Desde a tombamento federal do Santuário, em 1939, como bem histórico, reconhecido oficialmente por meio de sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) tem trabalhado assiduamente para proteger e conservar localização, de forma a preservar o significado do bem cultural e os consequentes valores que lhe são atribuídos (ICOMOS, 2012).⁴⁶¹

A Declaração Retrospectiva do ICOMOS destaca ainda, que já foram realizadas várias propostas para...

[...] expandir a área protegida em torno do local para incluir não apenas as áreas do entorno imediato, mas um perímetro significativo que abrange o Conjunto Arquitetônico e Urbano da cidade de Congonhas, que se tornou progressivamente um centro de peregrinação religiosa, devido principalmente ao Santuário do Bom Jesus de Matozinhos (ICOMOS, 2012).⁴⁶²

Neste esforço pela preservação o Iphan e a Prefeitura Municipal de Congonhas, através do Monumenta (Programa de recuperação do patrimônio com patrocínio do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID), realizou investimentos para recuperar os “espaços e edifícios históricos significativos em toda a cidade” (ICOMOS, 2012).⁴⁶³ Foram realizadas intervenções, especialmente, na infraestrutura com a substituição do cabeamento aéreo pelo subterrâneo e obras de saneamento na rua Aleijadinho, antiga via principal de acesso ao sítio histórico do Santuário. O documento, também reconhece o esforço das autoridades locais para a preservação do Morro de Santo Antônio (localizado na Serra Casa de Pedra), com a criação de “diretrizes para sua ocupação, inclusive no entorno, com vistas a reforçar a proteção desse elemento crítico da paisagem cultural de Congonhas” (ICOMOS, 2012).⁴⁶⁴ A definição da área de proteção ainda seria motivo de muitas controvérsias como detalharemos no capítulo seguinte,⁴⁶⁵ com a aprovação naquele mesmo ano, em fins de 2012, da área de preservação que

⁴⁶¹ Disponível em: <<https://abrir.link/cUpO8>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

⁴⁶² Disponível em: <<https://abrir.link/cUpO8>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

⁴⁶³ Disponível em: <<https://abrir.link/cUpO8>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

⁴⁶⁴ Disponível em: <<https://abrir.link/cUpO8>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

⁴⁶⁵ O assunto será abordado no tópico “4.1. O espelho da mineração”.

definiria os limites da exploração mineral.⁴⁶⁶ O debate encadeou-se em uma grande mobilização de autoridades públicas e da população na realização de audiências públicas para aprovação da PL 09/2007 em um embate com a CSN, que ensejava explorar a Serra Casa de Pedra – à qual o Morro de Santo Antônio Pertence – em um investimento na ordem de R\$11 bilhões no ano de 2012. Após muita contestação popular o projeto foi cancelado pela empresa.

Em última análise, a Declaração Retrospectiva do ICOMOS (2012)⁴⁶⁷ destaca ainda, a importância do plano diretor de Congonhas, sancionado pela Lei n.º. 2.457/2004, que “[...] estabelece regras e diretrizes para o uso e ocupação das áreas no entorno dos monumentos históricos do município”, o que obriga as “novas obras no município são submetidas à análise conjunta da Secretaria Técnica do IPHAN em Congonhas e da Prefeitura Municipal, medida que visa mitigar a degradação das áreas no entorno do Santuário”.

Mas o principal desafio à proteção do patrimônio de Congonhas, de acordo com a Declaração Retrospectiva do ICOMOS (2012), é a necessidade de se adotar uma abordagem participativa de gestão do centro histórico, “centrada na promoção da integração do local com a paisagem urbana envolvente através de um processo de inclusão ativa das várias comunidades”.

3.6. O acordo de geminação entre Congonhas e Matosinhos

Um ano após receber a chancela de Patrimônio Mundial (1985), a Prefeitura de Congonhas firmou, em 1986, como anteriormente relatamos, um convênio com a Câmara de Matosinhos de Portugal, autorizada pela Lei n.º. 1465.

O principal interesse era a promoção do intercâmbio de estudantes de Congonhas e Matosinhos para troca de experiências nos âmbitos cultural e educacional. Por meio de uma comissão nomeada pelo prefeito de Congonhas e o presidente da Câmara do país Lusitano, os alunos de diversas escolas (entre particulares e públicas) eram escolhidos através de um concurso. Os candidatos tinham que responder questões abertas sobre a história do lugar, a arte

⁴⁶⁶ Em 2007, a Serra Casa de Pedra foi tombada pela Lei n.º 2.697, que previa a necessidade de legislação específica para delimitar os limites do polígono do bem tombado. Neste sentido, foi apresentado o projeto de Lei de iniciativa popular n.º. 027/2008.

⁴⁶⁷ Disponível em: <<https://abrir.link/cUpO8>>. Acesso em: 08 jun. 2023.

barroca, dados sobre os municípios e aspectos em comum dos dois países, além de fazer uma redação.

Miriam Palhares, ex-diretora da Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo de Congonhas – FUMCULT (1989-1996) conta detalhes.

[...] essa parceria, cidades irmãs (Sic). Na época, foi o prefeito Gualter Monteiro. Por quê, se são cidades irmãs, vamos fazer uma cooperação. Tanto foi aceito lá pela Câmara de Matosinhos, como aqui. Essa parceria era o seguinte: Congonhas, é, fazia um concurso com o melhor estudante do 2º grau, tá? É, cada escola, lá com seu corpo docente, né? escolhia o melhor estudante. Escola "X" escolhia, escola, é, "A", a "B", "C" e, no final, cada escola mandava o seu representante. Esses representantes de cada escola - era um de cada escola – passava (Sic) por uma prova oral e uma prova escrita, tinha uma comissão nomeada pelo prefeito, conhecimentos gerais, eles tinham de saber muito a história de nossa cidade, a história de Matosinhos, certo? Por quê? Na hora da prova, eles tinham – prova escrita – de fazer uma redação. Geralmente, era uma redação sobre a sua cidade ou uma redação, qual o olhar que eles tinham por Portugal, por Matosinhos, onde que quem fosse contemplado ali iria visitar, então eles tinham de ter um conhecimento. E a prova oral era muito importante, porque cê ia ..., na hora de cada um dos sabatinadores, eram seis membros da comissão, cada um fazia uma pergunta. Aí você ia saber: esse aluno tá pronto pra ir? Se ele chegar lá, ele vai saber contar a história de Congonhas?⁴⁶⁸

Patrícia Monteiro, filha do ex-prefeito Gualter, e presidente da FUMCULT nos anos 2000, nos fornece detalhes do intercâmbio, ao dizer que os estudantes...

Iam pra lá, ficavam por conta, é... a prefeitura que pagava, é... a passagem e dava uma ajuda de custo, tenho aqui no processo, não sei se eram 300 dólares na época, e ele ficava por conta do governo português e o mesmo acontecia aqui: a prefeitura, né de Matosinhos pagava a passagem é... aérea, só e aí, hospedagem, comida, passeios e aqui, sempre, durante todos esses 11/12 anos, é... eles visitaram o Rio de Janeiro, é... Brasília e todas as cidades históricas, essas cidades eram... E uma coisa, é... uma particularidade que tinha aqui em Congonhas também: a prefeitura dava uma viagem pra Diamantina, é... pros (sic) alunos que não, é... Assim que os portugueses chegavam, eles faziam uma viagem com o português, né, e os alunos que não passaram no processo seletivo. E aí ia pra Diamantina.⁴⁶⁹

Alguns estudantes de Matosinhos também chegavam a se hospedar em casas de outros alunos em Congonhas, relata Patrícia Monteiro.

Eu tenho um irmão mais novo e esses estudantes, eles é... vinham e ficavam hospedados – a ideia era ficar hospedados no... no hotel, mas o que, eu tinha

⁴⁶⁸ Entrevista cedida por Miriam Palhares Silva em 9 de agosto de 2018.

⁴⁶⁹ Entrevista cedida por Patrícia Monteiro em 10 de agosto de 2018.

que, 18 anos, agora não sei é certo, não tinha mais que 20 anos, assim até o final, né? Mas eu tinha um irmão mais novo, de 15, 14 anos e esses estudantes eram dessa idade do meu irmão e, o que que acontece, quando eles chegavam, assustados lá em Portugal, outro país, acabava que a mamãe não dei deixava eles ficarem no hotel, levava lá pra casa, né? Então, assim, até porque tinha, né, eu queria não (sic) já adulta, mas ainda numa fase assim, 18 anos, meu irmão com um 14/15 e esses estudantes [frase direcionada a outra pessoa no local da entrevista – 'é no tratamento da cidade'], então, é... durante todo o mês, e outra coisa, mais interessante. A ideia era pra eles ficarem entre 20 dias, 15 – todos passaram de 1 mês, que eles não queriam ir embora de jeito nenhum.⁴⁷⁰

O convênio porém, gerou controvérsias na Câmara Municipal repercutidas no Jornal O Globo,⁴⁷¹ na edição de 17 de agosto de 1986 com o título, “Congonhas paga viagem de 14 delegados para Portugal”. A crítica era direcionada ao tamanho da delegação (ver Figura 54).

Figura 54 – Matéria do Jornal O Globo de agosto de 1986 questiona o tamanho da delegação de Congonhas para com recursos da prefeitura que foi à Matosinhos em Portugal

Congonhas paga viagem de 14 delegados a Portugal

CONGONHAS, MG — Marcada por um comportamento controverso, a administração do Prefeito desta cidade, Gualter Monteiro, envolveu-se recentemente em um caso pouco comum de intercâmbio cultural. Em maio passado, a pretexto de firmar um “termo de germinação” entre Congonhas e a cidade portuguesa de Matosinhos, a Prefeitura custeou a viagem a Portugal do vice-Prefeito, Arnaldo Osório, de 12 dos 13 vereadores locais e da secretária do Prefeito, Vanda.

A exceção do Vereador José Hélio de Miranda, que não viajou, e do Vereador Antônio Oliveira, que decidiu voltar ao Brasil menos de 24 horas depois de ter chegado em Portugal, o restante da comitiva conviveu durante oito dias com a hospitalidade portuguesa. As passagens foram pagas pela Prefeitura de Congonhas e as despesas em Portugal, incluindo hospedagem em hotel de 5 estrelas, ficaram por conta dos Vereadores de Matosinhos.

— Eu sei que foi uma mordomia, mas jamais poderia perder uma viagem como aquela. Até os adversários políticos sabem disso e agiriam da mesma forma — confessa um dos vereadores de Congonhas, que integrou a comitiva e pediu para não ser identificado. Para ele, não se justificava a ida de tanta gente para a assinatura do termo de germinação, ou seja, de intercâmbio cultural entre as duas cidades.

O Prefeito conta uma história diferente. Segundo ele, quando a visita do Primeiro-Ministro de Portugal, Mário Soares, a Congonhas, em 1985, surgiu a idéia de estreitar os laços culturais, “devido ao fato de a cidade ter sido fundada, em 1746, por um português de Matosinhos”. A visita a Portugal, a convite do Primeiro-Ministro, teve o objetivo de incentivar o intercâmbio não só no plano cultural, “mas também porque os portugueses, depois dos franceses, são os que mais têm conhecimentos sobre a pedra sabão, segundo o Prefeito.

Reprodução: Jornal O Globo.

⁴⁷⁰ Entrevista cedida por Patrícia Monteiro em 10 de agosto de 2018.

⁴⁷¹ O Globo (17/09/1986, p. 15).

A respeito das motivações do convênio, o escultor e artista plástico Luciomar Sebastião de Jesus explica que:

[...] a ideia foi criar um compromisso de geminação entre Matosinhos e Congonhas como cidades coirmãs na fé ao Bom Jesus de Matosinhos. A devoção surge lá em Matosinhos, né? E o Feliciano Mendes traz essa devoção pra Congonhas. Em 1757, ele funda a devoção ao Bom Jesus de Matosinhos. Então, Congonhas é cidade coirmã na fé ao Bom Jesus. Então, baseado nisso, eles criaram um compromisso de geminação, que consistia num concurso público, seja em Matosinhos ou em Congonhas, onde o melhor aluno da rede pública, os melhores alunos eram submetidos à provas de conhecimentos gerais, específicos e tal, e depois de uma entrevista, eles escolhiam o melhor aluno pra representar Congonhas e Matosinhos. E Matosinhos da mesma forma, mandava um aluno pra Congonhas, ele ia conhecer o Brasil, as principais capitais, o patrimônio nosso. E o de Congonhas, a mesma coisa, conhecia os principais atrativos culturais de Portugal e voltava com essa bagagem. Esse convênio, realmente, durou um bom tempo e era muito concorrido mesmo.⁴⁷²

No ano de 1993, a parceria daria mais um passo na política de geminação entre as duas cidades. O Decreto legislativo nº. 222, de 06 de julho de 1993, modificaria o nome da Alameda das Palmeiras no Bairro Basílica para “Alameda Cidade Matosinhos de Portugal” (ver Figura 55).

⁴⁷² Entrevista cedida por Luciomar Sebastião de Jesus em 9 de agosto de 2018.

Figura 55 – Vista da Alameda Cidade Matosinhos de Portugal com as torres da Romaria ao fundo



Fonte: Próprio autor (2023).

O acordo de gemação se encerrou no ano de 1996. Ao todo 12 alunos visitaram a cidade de Matosinhos de Portugal e outros 12 vieram à Congonhas. Em 2018, o acordo internacional foi retomado. A nova proposta, porém, era a de ampliar o intercâmbio e estendê-lo também a artistas plásticos e músicos. O pedido partiria de Patrícia Monteiro em requerimento enviado ao prefeito de Congonhas, José de Freitas Cordeiro (Zelinho – Adm. 2013/2020). Em 2018, o então mandatário da Cidade dos Profetas foi à Matosinhos celebrar a retomada do acordo (ver Figura 56).

Figura 56 – Prefeito de Congonhas Zelinho (2013-2020) e a presidente da Câmara Municipal de Matosinhos Luisa Salgueiro retomam acordo de gemação em 2018



Fonte: Secretaria Municipal de Comunicação (Prefeitura de Congonhas).

Às motivações que levaram a retomada do convênio, o escultor e artista plástico Luciomar Sebastião de Jesus explica que:

É, a ideia foi criar um compromisso de geminação entre Matosinhos e Congonhas como cidades coirmãs na fé ao Bom Jesus de Matosinhos. A devoção surge lá em Matosinhos, né? E o Feliciano Mendes traz essa devoção pra Congonhas. Em 1757, ele funda a devoção ao Bom Jesus de Matosinhos. Então, Congonhas é cidade coirmã na fé ao Bom Jesus. Então, baseado nisso, eles criaram um compromisso de geminação, que consistia num concurso público, seja em Matosinhos ou em Congonhas, onde o melhor aluno da rede pública, os melhores alunos eram submetidos à provas de conhecimentos gerais, específicos e tal, e depois de uma entrevista, eles escolhiam o melhor aluno pra representar Congonhas e Matosinhos. E Matosinhos da mesma forma, mandava um aluno pra Congonhas, ele ia conhecer o Brasil, as principais capitais, o patrimônio nosso. E o de Congonhas, a mesma coisa, conhecia os principais atrativos culturais de Portugal e voltava com essa bagagem. Esse convênio, realmente, durou um bom tempo e era muito concorrido mesmo. O crivo da comissão era muito rigoroso, eu me lembro que era bem rigoroso.⁴⁷³

Luciomar defende que apesar da interrupção do convênio, o elo entre as duas cidades sempre se manteve. Isso ficou ainda mais evidente para o nosso entrevistado quando visitou as celebrações das romarias do Bom Jesus na cidade de Matosinhos em Portugal. Como explica:

Ficou adormecido esse compromisso, ele [o convênio] não acabou, ele foi reativado. Agora recentemente em maio, nós estivemos lá em Matosinhos pra festa do Jubileu. Lá, acho que são duas semanas de festa, me parece, e é uma festa grandiosa, e a gente teve oportunidade de conhecer, elencar os principais pontos que eram importantes pra nós. Fui eu, o prefeito Zelinho, o diretor-presidente da FUMCULT, Sérgio Rodrigo, a Wanda Lúcia e a primeira-dama, a Dra. Miriam. Então, nós fomos a Matosinhos. Ficamos no Porto, mas visitamos Matosinhos, que era o nosso foco de estudos, e também Guimarães e Braga, por se tratar de uma inspiração - todo o conjunto nosso, do Santuário, é inspirado em Braga, a devoção vem de Matosinhos, mas a inspiração do Sacro monte vem de Braga. A gente pôde conferir isso *in loco*. Mas mudou algo nesse compromisso de geminação: antes era só um estudante que ia e que voltava e aí, o quê que dava? qual era o produto disso? ficava com ele. Agora não, a ideia é, não é mandar qualquer estudante da rede pública. É mandar pessoas ligadas às áreas das artes cênicas, das artes plásticas, pra que essa pessoa - um escritor, ou seja, lá de qualquer área afim - pra que possa ir e isso, de alguma forma, mudar ou ele trazer na bagagem ou ele trazer na bagagem algo que possa ajudá-lo ou que possa transmitir isso pra outras pessoas, através de seu trabalho. E a ideia é essa, que as pessoas façam esse intercâmbio mais cultural do que qualquer outra coisa. Então, imagina, uma pessoa sai daqui de Congonhas e vai pra Portugal, vai pra Coimbra, vai pra Braga, e lá tem uma aula de teatro, por exemplo, ou vai assistir a grandes espetáculos e conversar com pessoas da área afim, por exemplo, ele volta com outra cabeça. O escultor da mesma forma, um pintor da mesma forma, um escritor da mesma forma. Então, a ideia é que, de alguma forma, isso venha contribuir culturalmente pra

⁴⁷³ Entrevista cedida por Luciomar Sebastião de Jesus em 9 de agosto de 2018.

cidade, não só ficar na mala ou na memória daquela pessoa que foi, mas que isso possa ser repassado.⁴⁷⁴

O escultor congonhense ainda nos revela a percepção dos portugueses sobre Santuário do Bom Jesus de Congonhas.

[se] vocês entrarem na internet, vocês vão encontrar ... Matosinhos [de Portugal] aparece Congonhas (sic). Então, eles veem com orgulho: olha, isso aqui é inspirado na nossa devoção aqui. Nós estamos lá no Brasil, especificamente em Congonhas, porque tem uma devoção de Matosinhos lá, que foi um nosso conterrâneo que criou isso lá, que desenvolveu isso lá. Então, eles veem com esse orgulho também, eu percebi isso. Mas, ainda assim, desconhecem, muitos desconhecem, a maioria desconhece, sabe da importância, mas não conhece, por exemplo, a história do Feliciano Mendes. Que, inclusive, isso já é um ponto de partida pra gente.⁴⁷⁵

Na visita que fez com a comitiva de Congonhas à Portugal, Luciomar, destaca ainda, a proeminência do trabalho de Aleijadinho em uma breve comparação com as obras dos santuários da cidade mineira e de Matosinhos.

Agora uma coisa curiosa, é, teve um colega meu que falou comigo assim: - pô, cê teve lá em Portugal (sic), visitou as igrejas do Porto, viu lá o escadório, foi em Braga e como é que fica o Aleijadinho nessa história? (riso) Como se o Aleijadinho fosse um cara assim, tipo assim: "lá tem mais do que ele, né?". Rapaz, eu tive nas igrejas do Porto, eu fiz questão de olhar cada talha daquelas assim, que eu gosto, que eu pude entrar, né? que eu entrei, e eu vi que, realmente, os mestres saíram todos daquela região do Minho, né? do norte do Portugal – Braga, Guimarães, aquela turma toda lá. Mas eu percebi o seguinte: que vendo o trabalho que está lá, da capela dos Passos lá e vendo os Passos nossos aqui, o nosso conjunto, embora seja menor, com os Profetas, né? são só 12, lá tem uma infinidade de esculturas, além de Profetas, né? a nossa... embora seja mais completa é a obra de Congonhas – em termos de Profetas. O Aleijadinho, eu posso dizer pra você que, vendo a origem de lá e tudo, o Aleijadinho tá muito à frente do seu tempo, muito à frente. Os Passos lá são bonitos, mas, se comparados ao Aleijadinho, é inexpressivo, é muito inexpressivo (sic).⁴⁷⁶

Fernando Rocha, vereador de Cultura de Matosinhos,⁴⁷⁷ relata o desejo da Câmara do município português em renovar estes laços com os países que possuem devoção ao Bom Jesus.

É... no início abrangeu várias cidades. E, entretanto, há aqui uma curiosidade muito interessante porque o presidente da Câmara de Matosinhos, anterior à

⁴⁷⁴ Entrevista cedida por Luciomar Sebastião de Jesus em 9 de agosto de 2018.

⁴⁷⁵ Entrevista cedida por Luciomar Sebastião de Jesus em 9 de agosto de 2018.

⁴⁷⁶ Entrevista cedida por Luciomar Sebastião de Jesus em 9 de agosto de 2018.

⁴⁷⁷ Equivalente à secretário de Cultura no Brasil.

Luiza Salgueiro era o Guilherme Pinto (2005/2017), que infelizmente já faleceu, (1959/2017) tinha a ideia de retomar o diálogo com Congonhas, mas alargar outras cidades que tinham histórias semelhantes à nossa: a devoção ao senhor de Matosinhos e outras que tinham Cristos que são atribuídos à Nicodemos, como é o caso do Matosinhos. Nós, nessa altura estamos a falar há uns quatro anos, sensivelmente, fizemos uma carta para todas essas cidades, que incluíam várias cidades brasileiras e, eu não sei se sabe, mas nós temos uma estudiosa em Matosinhos chamada Isabel Lago, que identificou mais de 100 igrejas no Brasil do culto ao Senhor do Matosinhos. Nós, o que foi possível, contactamos... e contactamos outras igrejas em outras partes do mundo, nomeadamente em Itália e em Espanha. Mas não obtivemos respostas a não ser de Congonhas e de Luca na Itália.⁴⁷⁸ Entretanto, mais uma coincidência, há um amigo nosso que está aqui presente neste momento, que é o arquiteto António Carlos, que é também, é [de] Matosinhos [cresceu na cidade portuguesa], mas nascido no Brasil, no Rio de Janeiro e o próprio, por iniciativa, conectou nomeadamente aqui o prefeito [de Congonhas] pra ver essa disponibilidade. E a partir daqui despontou todo esse rio a ascender das relações entre Matosinhos e Congonhas e que nós, agora estamos a intensificar e pretendemos intensificar, porque nossa história tem tantos laços em comum que seria quase um crime é, nós não levarmos estas ações bilaterais em frente. Por outro lado, aqui há um aspecto que também é muito importante, é, a criação do museu aqui de Congonhas, veio dar também um alento, porque nós estamos nesta fase também a criar um museu. E acho que...⁴⁷⁹

O Museu de Congonhas, enaltecido pelo vereador de Cultura da cidade de Matosinhos, foi inaugurado em 2015 por iniciativa da Prefeitura Municipal, Iphan e Unesco com o patrocínio do BNDES, Vale, CSN, Gerdau e Santander. O edifício está localizado na Alameda Cidade Matosinhos de Portugal (ver figuras 57 e 58).

⁴⁷⁸ A Câmara Municipal de Matosinhos de Portugal, além de Congonhas, mantém acordos de Geminação, com as cidades de Mérignac (França, 1988), Angolares (São Tomé e Príncipe, 1989), Mansoa (Guiné Bissau, 1992), São Filipe (Cabo Verde, 1992) e Nacala (Moçambique, 1997).

⁴⁷⁹ Entrevista cedida por Fernando Rocha em 10 de setembro de 2018.

Figura 57 – Vista panorâmica do Museu de Congonhas



Reprodução: Prefeitura Municipal de Congonhas.

Figura 58 – Exposição permanente do Museu de Congonhas



Reprodução: Prefeitura Municipal de Congonhas.

O museu da Memória de Matosinhos (Mumma)⁴⁸⁰ foi instalado nos anos seguintes no Palacete do Visconde de Trevões, construção⁴⁸¹ de 1906 do arquiteto Constantino Neri (ver figuras 59 e 60). Emidio José Ferreira, o Visconde de Trevões, foi um empresário português que fez riqueza no Brasil no ramo da borracha. Também chamado de “brasileiro de torna-viagem”⁴⁸² o mecenas contribuiu, dos anos 1920 e 1930, na reforma do santuário do Bom Jesus do município português. A proposta do museu, como Argumenta Fernando Rocha,

[...] é contar a história de Matosinhos e portanto, contar a história de Matosinhos é impossível passar ao lado do Senhor do Matosinhos, da lenda do senhor do Matosinhos da história da imagem do Senhor de Matosinhos, não sei se sabe, na história, a imagem do Bom Jesus de Matosinhos, remonta ao século XII, século XIII – não há certeza sobre isso –, será a imagem mais antiga da Península Ibérica e tamanho natural. Estava a dizer [inaudível], ou seria um crime, nós, ao construirmos um museu e haver um museu em Congonhas, não haver aqui uma livre ação através desta coincidência dos dois [municípios] termos o Senhor do Matosinhos como culto e fazia parte da história, porque toda a história de Matosinhos se desenvolveu muito, a partir do santuário do Bom Jesus do Matosinhos. E a história de Congonhas também anda à volta disso. E, portanto, nós entendemos que agora tem que haver esse diálogo que está a ser intensificado e isso também tem a ver com a boa vontade do prefeito, com a boa vontade do presidente da Câmara que [inaudível] em Portugal e acho que agora estão reunidas as condições para alargarmos, inclusivamente, este tipo de parcerias para outras áreas como educação, outras áreas culturais, ação social, que é uma grande preocupação aqui [em Congonhas]. Nós também temos essa preocupação, de maneira que a ideia é essa e agora de caminharmos juntos, porque o que está errado foi não termos feito até agora, portanto é isso.⁴⁸³

⁴⁸⁰ Disponível em: <<https://www.cm-matosinhos.pt/servicos-municipais/cultura/equipamentos/museu-da-memoria-de-matosinhos>>. Acesso em: 10 de jun. 2023.

⁴⁸¹ Título concedido por D. Manuel II a Emidio José Ferreira, pelas benfeitorias realizadas no município de Matosinhos.

⁴⁸² Alcinha atribuída aos portugueses que voltavam do Brasil, enriquecidos.

⁴⁸³ Entrevista cedida por Fernando Rocha em 10 de setembro de 2018.

Figura 59 – Exposição do Museu da Memória de Matosinhos (Mumma)



Reprodução: Câmara de Matosinhos.

Figura 60 – Detalhes do interior do palacete do Museu da Memória de Matosinhos (Mumma)



Reprodução: Câmara Municipal de Matosinhos.

À amplitude do novo acordo de gemação, o vereador de Cultura manifestou boas expectativas, especialmente nas trocas nos âmbitos da devoção e da música.

Nós temos que fazer trocas do ponto de vista do conhecimento, mas também até do ponto de vista científico do conhecimento porque há muitas coisas que estão a acontecer aqui que nós também temos – a preservação do patrimônio fundamental. É, a forma – e voltamos outra vez ao museu – a forma como contamos esta história também é importante de forma a torná-la atrativa, porque a história, o museu passa muito mais uma mensagem se o fizeram de uma forma apelativa, de uma forma atrativa, de maneira a cativar a atenção das pessoas, nomeadamente os mais jovens, porque aqui há um objetivo que é importante, é, nós temos esse objetivo há muitos anos, é... e Congonhas também, que é não deixar perder a tradição do que era o... as festas do Senhor do Matosinhos, aqui o jubileu, nós lá chamamos de romaria do Senhor do Matosinhos. E é, porque a romaria do Senhor do Matosinhos é, honestamente, uma das maiores romarias portuguesas da atualidade. Só para ter uma ideia, neste ano 2018, é... foram à romaria, à festa, cerca de 1 milhão de pessoas, o que é um número bastante elucidativo para Portugal e para Matosinhos, e só para ter uma ideia, Matosinhos tem 200 mil habitantes. Ter 1 milhão de pessoas nas festas é realmente, fora do comum, aliás este ano o prefeito de Congonhas assistiu à festa, porque nós o convidamos pra estar lá, e portanto, nós podemos agora trocar muitas experiências e hoje, eu próprio contactei (sic) com a experiência no âmbito da educação associado à música, por exemplo. Nós temos uma orquestra de jazz e temos um quarteto de cordas. São duas formações profissionais, mas desenvolvem, paralelamente projetos educativos que são muitos idênticos aos que aqui se faz, e portanto, é fundamental que saibamos...⁴⁸⁴

A parceria renovada entre as duas cidades promoveu, logo de saída, trocas de conhecimentos culturais, como frisamos. No ano de 2018 uma equipe de Congonhas visitou o município de Matosinhos para acompanhar as celebrações das romarias,⁴⁸⁵ e naquele mesmo ano, uma comitiva portuguesa, composta pelo Vereador de Cultura,⁴⁸⁶ Antonio Rocha, Joel Cleto, Arqueólogo, Historiador do Patrimônio, especialista em mitos de origem de Portugal e o Padre Manoel Mendes, pároco da Igreja de Bom Jesus de Matosinhos, acompanhou as celebrações do Jubileu na cidade mineira, de 7 a 14 de setembro. O Pe. Manoel Mendes

⁴⁸⁴ Entrevista cedida por Fernando Rocha em 10 de setembro de 2018.

⁴⁸⁵ A parceria ainda realizaria dois eventos importantes. De 10 a 13 de junho de 2019, aconteceu o I Congresso Internacional de Culto ao Senhor Bom Jesus de Matosinhos, realizado no Salão Nobre dos Paços do Concelho na cidade portuguesa. Em 2022 foi a vez de Congonhas e Ouro Preto sediarem a segunda edição do evento. Ambas as edições reuniram pesquisadores, artistas, representantes da comunidade e autoridades políticas para discutirem sobre a história da devoção ao santo. Ver mais em: <<https://www.cm-matosinhos.pt/servicos-municipais/comunicacao-e-imagem/noticias/noticia/ii-congresso-internacional-do-senhor-de-matosinhos>> e em: <<https://bheventos.com.br/noticia/06-12-2019-museu-de-congonhas-participa-do-congresso-internacional-sobre-as-devoco-es-ao-bom-jesus-de-matosinhos-em-portugal>>. Acesso em: 18 jun. 2023.

⁴⁸⁶ Em Portugal, vereador de Cultura é equivalente a secretário de Cultura.

celebrou, de forma conjunta, pela primeira vez na história⁴⁸⁷ da Cidade dos Profetas, ao lado do Cônego Geraldo Leocádio, Pe. Rosenberg, Pe. Geraldo Souza, a Santa Missa no Jubileu do Bom Jesus de Matosinhos. Sobre os aspectos que ligam as duas cidades e as possíveis trocas, argumenta Joel Cleto, historiador português.

[...] a partir daí, podemos ver uma série de outras aproximações. Por exemplo, o Santuário do Senhor de Matosinhos em Portugal é um dos grandes santuários barrocos do século 18 no Norte de Portugal. Bom, nós aqui em Congonhas estamos perante um dos maiores conjuntos, um dos maiores e um dos mais belos conjuntos de estatuária barroca em todo o planeta graças à genialidade do Aleijadinho. E por isso, quer em Portugal com famosos arquitetos escultores como Nasoni,⁴⁸⁸ que trabalham na Igreja de Matosinhos em Portugal, quer aqui em Congonhas com a genialidade de grandes criadores como Aleijadinho, temos aqui uma outra... Pontos de encontro nos nossos dias, que é esta promoção dos grandes artistas que trabalharam nos santuários. Depois há uma série de outros projetos mesmo nos nossos dias. Muitos das pessoas que se deslocam a Matosinhos Portugal fazem para irem ver Senhor de Matosinhos. Muitos fazem por devoção religiosa, mas muitos fazem por exemplo, em ir à grande romaria, à grande festa, que há todos os anos ao Senhor de Matosinhos – tal como aqui, como nós estamos a fazer esta entrevista em pleno Jubileu.⁴⁸⁹

O historiador português também ressalta que o desenvolvimento de políticas públicas de turismo pode uma oportunidade de aprendizado e desenvolvimento entre os municípios.

Nestas duas cidades o turismo religioso é de facto crucial, é fundamental. Ahm... Sobre Matosinhos, Portugal. poderia dizer que há outros fatores evidentemente: o mar, as praias, a arquitetura contemporânea, ahm. Mas o Senhor de Matosinhos, o turismo religioso é um esteio fundamental tal como aqui [inaudível]. Hum... Ou seja, e nos nossos dias estão a surgir estruturas ligadas à memória desta devoção que são também fundamentais num lado e do outro do Atlântico. Aqui, por exemplo, em Congonhas o papel importantíssimo que tem agora o museu de Congonhas em torno aqui da devoção do Senhor de Matosinhos. Também em Matosinhos a atividade cultural em torno do santuário é muito importante.⁴⁹⁰

Sobre as perspectivas do acordo de gemação, Cleto ainda ressalta a possibilidade de ampliação para intercâmbios esportivos e culturais entre as duas cidades:

⁴⁸⁷ Disponível em: <<https://www.congonhas.mg.gov.br/index.php/o-jubileu-2018-fortaleceu-os-lacos-fraternais-e-religiosos-entre-matosinhos-e-congonhas/>>. Acesso em: 18 jun. 2023.

⁴⁸⁸ Nicolau Nasoni, arquiteto italiano, autor de vários projetos famosos como a Igreja Bom Jesus de Matosinhos em Portugal e a Torre dos Clérigos, no Porto.

⁴⁸⁹ Entrevista cedida por Joel Cleto em 10 de setembro de 2018.

⁴⁹⁰ Entrevista cedida por Joel Cleto em 10 de setembro de 2018.

Estou com grande expectativa e com grande esperança. Infelizmente durante os últimos anos esta geminação, esta parceria estava algo adormecida, mas agora acho que estão reunidas condições com a recente deslocação do prefeito à Portugal. Também com a nossa prefeita que já cá veio no início deste ano e agora com a vinda desta delegação, acho que se estão já a traçar algumas... Ahm... Projetos concretos porque está em passar... Não apenas por esta – o que já não é pouco – por exemplo, esta nossa delegação venho aqui aprender muito daquilo que está a ser feito em termos de Restauro e termos de Gestão do Património e que estamos muito... Estamos a aprender muito e, portanto, só por si estas visitas mútuas já são importantes, mas há que dar outros passos em frente noutras áreas, no ensino, na música, na cultura, no desporto, por que não! E, portanto, a sombra do Senhor de Matosinhos seguramente que temos aqui a oportunidade de trilhar caminhos de identidade que unem ainda mais estas duas cidades que tenham em torno do Senhor de Matosinhos uma docinhos esta forte ligação.⁴⁹¹

A religiosidade, comum nos dois municípios é ressaltada pelo pároco de Matosinhos, Pe. Manoel Mendes.

Ora bem, nós temos a mesma devoção ao Bom Jesus de Matosinhos e a partir daí certamente que temos muitos pontos de diálogo, que é exatamente até na capacidade de expressar a mesma fé e a mesma devoção. São os passos diferentes, são seguramente modos diferentes de se louvar essa fé e essa devoção, mas creio que teremos alguma coisa a aprender uns dos outros. Isso parece que é verdade.⁴⁹²

A respeito da expectativa que antecedeu a celebração conjunta do Jubileu de Congonhas com representantes eclesiais de ambos os países, narra Manoel Mendes:

[...] eu sou pároco do Matosinhos em Portugal há 3 anos. E sempre me dediquei a paróquia, sempre ouvir falar do Bom Jesus e do Santuário do Bom Jesus do Matosinhos em Congonhas. Nunca cá estado, e pra mim está sendo uma experiência de fato muito forte, muito intensa. Estar aqui exatamente neste tempo do jubileu, e ver todo este ambiente, ver o que fazem e ter essa oportunidade de participar na eucaristia que encerra o jubileu no dia 14, agora, de setembro, que é a festa da exaltação da santa Cruz, festa de Matosinhos é num momento em diferente – não é 14 de setembro, mas nós usamos lá também as mesmas leituras da festa da exaltação da Santa Cruz. E portanto, em relação ao que perguntava, o fato de estar aqui neste momento, no tempo que estão, está aqui tudo, desculpa a expressão, “montado à volta da festa”, mas é uma experiência ser realmente muito significativa pra mim e, como explicar, me deixa bastante emocionado e comovido, porque é ver como tantos quilômetros longe de Portugal, num lugar completamente diferente, num continente completamente diferente, nós olharmos pra uma imagem que, estão aqui uma imagem muito parecidas, muito semelhante, e como de facto temos,

⁴⁹¹ Entrevista cedida por Joel Cleto em 10 de setembro de 2018.

⁴⁹² Entrevista cedida por Manuel Mendes em 10 de setembro de 2018.

sentimos o mesmo estremecer do coração. Pra mim, de fato, é uma experiência muito forte, muito emotiva.⁴⁹³

Apesar da devoção comum ao santo e aos aspectos históricos e culturais que unem as duas cidades, o padre de Matosinhos destaca as características peculiares de cada um.

Sim, é diferente. De facto, aqui e em Matosinhos a comoção, a emoção, o puro coração, é mais forte aqui. Aqui nota-se muito mais este envolvimento com a festa e com esta devoção. Em Portugal eu creio que há uma distância um pouco maior, nós louvamos, visita-se a igreja, mas não com esta intensidade. Neste aspecto creio que nós também, temos de aprender aqui, eu tenho que aprender algumas coisas aqui. Como reavivar algumas tradições, reavivar alguns gestos, que também possam envolver mais as pessoas, porque aqui é mais intenso, disso não tenho dúvida.⁴⁹⁴

À percepção dos aspectos devocionais, Luciomar Sebastião de Jesus, que acompanhou a celebração do Jubileu em Congonhas, em setembro de 2018, com a comitiva portuguesa, relembra.

Eu comentei com ele [Pe. Manuel Mendes] à respeito disso, uma coisa muito pessoal, eu falei assim: – ô padre, eu assistindo à missa aqui e tudo, eu percebi uma coisa, não sei se eu tô enganado, mas o fervor no rosto do romeiro eu percebo em Congonhas, eu não vi isso aqui, esse fervor religioso eu percebo muito lá⁴⁹⁵ e não aqui, aqui eu vi que ter um certo distanciamento, foi a minha impressão. E ele falou: – olha, é, essa impressão que você teve, (sic) eu também tenho. E a gente tem perdido um pouco isso, sim. E eu fui perceber depois que são algumas imposições que a Igreja colocou. Aqui [em Congonhas] é com fervor, lá não, bem menos, bem menos. Você não vê essa manifestação de fé como se vê aqui.⁴⁹⁶

Ao restabelecer o acordo de geminação, que havia sido paralisado em 1996, constatamos que, após a entrada na Lista de Patrimônios Mundiais da Unesco em 1985, o convênio foi a primeira medida de projeção da representação refletida no espelho do patrimônio. A cidade mineira buscou, na afirmação desse passado de religiosidade e arte, marcar as fronteiras simbólicas da representação que se afirmaria dali em diante. Neste posicionamento discursivo, acionaria enunciados como “religiosidade”, “proteção do patrimônio”, “tradição”, “desenvolvimento do turismo”, “cooperação internacional”, etc.

⁴⁹³ Entrevista cedida por Manuel Mendes em 10 de setembro de 2018.

⁴⁹⁴ Entrevista cedida por Manuel Mendes em 10 de setembro de 2018.

⁴⁹⁵ Grifos nossos.

⁴⁹⁶ Entrevista cedida por Luciomar Sebastião de Jesus em 9 de agosto de 2018.

A ampliação das intenções do acordo, inicialmente focado no intercâmbio entre estudantes, para áreas mais abrangentes como gestão de museus, intercâmbio de artistas e desportistas revela-se uma medida acertada no fomento da relação entre os estados e os municípios. No entanto, essa atitude traz consigo novos desafios, como sobreviver às mudanças nos mandatos políticos – que podem suspender o acordo – ou ter recursos para cumprir uma agenda tão abrangente. Fontes de financiamento alternativas aos cofres públicos como empresas mineradoras ou do setor hoteleiro, e uma maior transparência nos processos de escolha das pessoas contempladas para as viagens, tornam-se imperativos.

3.7. Um novo olhar às políticas de patrimônio em Congonhas a partir do reconhecimento da Unesco

As décadas que se seguiram à chancela da Unesco em 1985 foram marcadas por significativos investimentos na área do patrimônio em Congonhas. Dez anos após a conquista do título de Patrimônio Mundial, o prédio da Romaria, um antigo pouso que acolhia os romeiros do Jubileu do Bom Jesus de Matozinhos, construído nos anos 1930 e demolido na década de 1960, foi reconstruído. O entorno do sítio histórico passou por diversas intervenções arquitetônicas de requalificação urbana, realizadas pelo governo municipal e pelo Iphan.⁴⁹⁷

O principal aporte financeiro, no entanto, viria com o PAC Cidades Históricas, um programa do Governo Federal que surgiu em resposta às demandas dos prefeitos da Associação das Cidades Históricas de Minas Gerais em 2012. Em 2013, Congonhas teve 10 projetos aprovados, totalizando R\$25,08 milhões em obras de requalificação urbana e restauração do patrimônio. Dentre as diversas intervenções, destacam-se a construção do Parque Ecológico da

⁴⁹⁷ Dentre essas intervenções, destacam-se: o projeto "Congonhas Mais Bonita", concebido durante o segundo mandato do prefeito Anderson Cabido (2009-2012), que realizou obras de requalificação urbana no centro de Congonhas, como o alargamento de calçadas, embutimento da fiação aérea (de postes de telefonia, internet e eletricidade), e a construção da moderna Praça JK, projetada pela arquiteta Maria Caldas. Essa praça conectou os dois lados do rio Maranhão, onde se encontram as igrejas da Matriz de Nossa Senhora da Conceição e do Bom Jesus de Matozinhos. Outras intervenções incluem a construção do Museu de Congonhas, uma iniciativa da Prefeitura, Iphan e Unesco, situado no sítio histórico e dedicado a ações culturais, educação patrimonial e promoção turística, e o PAC Cidades Históricas, um programa federal lançado em 2007 pelo Ministério do Planejamento, voltado para a elaboração e execução de obras de infraestrutura social, urbana e logística em várias cidades históricas do país.

Romaria, do Teatro Municipal no entorno histórico, e a restauração da estrutura e dos elementos artísticos das principais igrejas do período colonial.

Esses investimentos foram amplamente explorados pelos governantes locais para reforçar o Discurso Autorizado de Patrimônio (Smith, 2006, 2021). Essa estratégia foi utilizada como um instrumento de Soft Power, fortalecendo a representação simbólica do patrimônio. Sob essa ótica, a narrativa construída pelos líderes locais sugere que, apesar dos desafios ambientais oriundos da atividade minero-metalúrgica, a cidade mineradora é um local que preserva suas tradições religiosas e artísticas, zela pelo patrimônio cultural (especialmente o construído em pedra e cal), e utiliza seu prestígio como Patrimônio Mundial da Unesco para atrair investimentos e recursos. No entanto, como salientamos em outro trabalho (Costa, 2019), é necessário questionar, nessas intervenções do espaço urbano, capitaneadas pelo discurso da requalificação do patrimônio, qual é a qualidade do diálogo do poder público municipal com os moradores de Congonhas. Além disso é importante investigar se existe ou não a imposição de uma narrativa em torno da construção de uma representação “vencedora”, que poderia ofuscar outras memórias e tradições do lugar.

A corrida ao reconhecimento do Santuário pela Unesco como Patrimônio Mundial, mostrou-se uma estratégia liderada por intelectuais e governos locais, como evidenciado em Congonhas (MG). Ademais essa busca representou uma forma de reconhecimento e visibilidade às políticas de proteção e salvaguarda e serviu à ampliação do papel do poder público como *player* fundamental nesse cuidado e gestão dos sítios históricos. A candidatura de Congonhas (MG), justificada, especialmente, na genialidade atribuída ao mestre Aleijadinho, empreendeu esforços de pesquisadores e autoridades públicas na afirmação do que seria uma das características da representação da arte brasileira (nomeadamente pelo Barroco-rocó), como elemento fundador do *genius loci* de Congonhas.

Neste percurso detalhamos a participação de alguns intelectuais e políticos na defesa do Discurso Autorizado de Patrimônio (ADH), conceito cunhado por Laurajane Smith (2006), em consonância com os pressupostos propagados pela Unesco no que chamamos de “Corrida às Candidaturas da Lista de Patrimônio Mundial,” inaugurada com a Recomendação de Paris (1972). Por outro lado, buscamos revelar, que a construção do discurso se articula também na linguagem. Isso se mostrou evidente nos enunciados partilhados pelos mais diferentes atores políticos destacados nas manchetes dos jornais, bem como no próprio posicionamento da imprensa em relação a esse discurso. Essa reflexão nos remete, especialmente, à ideia de Hall

de que a linguagem e o discurso funcionam como formas de poder no jogo da representação. Nesse contexto, os atores em destaque nos fazem pensar que as motivações por trás das candidaturas à Lista de Patrimônio Mundial, incluindo o Santuário do Bom Jesus de Matozinhos em Congonhas, ao elegerem Antônio Francisco Lisboa como o principal arquiteto do barroco-rococó, refletem mais a vontade de uma classe intelectual e política dirigente do que um desejo manifesto e proposto pela comunidade local.

Eles elementos nos instigam a pensar nas reflexões de Christofolletti (2021) quando argumenta que o patrimônio é um lugar de disputa, conflitos e de interesses, o que implica em usos instrumentais na afirmação das representações. Nessa mesma direção, acreditamos também fazer sentido as reflexões deste autor (Christofolletti, 2021) quando diz que o que diferencia um ator político na acirrada arena das relações internacionais contemporâneas é a habilidade de manusear os discursos, valores e aspectos culturais de um povo. Observamos isso, de forma clarividente, nos destaques das falas dos agentes políticos nos jornais. Mas isso não se restringe somente ao Brasil. Ao que defendemos nesta tese, a própria Unesco tem se apropriado do Soft Power, através do Museu de Congonhas (como será detalhado no capítulo seguinte).⁴⁹⁸ Por outro lado, se as razões que levaram à candidatura do Santuário como Patrimônio Mundial, em 1985, não estão totalmente claras, a percepção revelada nas entrevistas é a de que a chancela de apenas “selou” ou, em outras palavras, “etiquetou” algo que, antes de ser uma coisa apropriada pela população, já era uma convicção dos intelectuais e políticos: o poder da representação reside na característica multicultural e excepcional do patrimônio.

⁴⁹⁸ Esta temática será abordada no tópico “4.2.3. O Museu de Congonhas como projeção do Soft Power”.

Figura 61 – Profeta Abdias aponta para a lua



Fonte: Próprio autor (2023).

CAPÍTULO 4. REFLEXOS DA CIDADE

Figura 62: Profeta Habacuc, de máscara, em “protesto” à poluição do ar pelas mineradoras. A réplica da escultura está situada no trevo principal de Congonhas na BR-040



Fonte/autor: desconhecido, s/d.

O reconhecimento do valor patrimonial desses sítios nada mais é do que o reflexo direto do rico e particular universo material, traduzido em arte e cultura, que teve lugar na região de produção aurífera. Na contemporaneidade, prossegue a exploração de recursos minerais, agora em moldes industriais, bem como a necessidade de se encontrar um equilíbrio desejável entre essa fonte de riqueza e a proteção da qualidade de vida e do patrimônio. Esse contexto está diretamente associado à criação do Museu de Congonhas (Machado, 2017, p. 11).

Não há metáfora, teoria ou conceito que dê conta do jogo da representação. É preciso desafiá-lo, arriscar os lances, mesmo que não se tenha na mão as melhores cartas entre os dedos. Compreender o jogo da representação é antes, perdoe-nos o leitor a redundância, é uma coisa que se aprende jogando. E um signo sempre remete a outro signo, que por sua vez, aciona outro e assim por diante, em um movimento pendular ou rolar dos dados... Bakhtin chama isso de relação dialógica, algo como o misturar dos ingredientes da massa nas mãos. "Cada um tem uma mão", diz o ditado popular. Assim, o "produto final" dessa mistura varia não apenas de acordo com os ingredientes à disposição, mas também do trabalho do próprio sujeito que manipula a massa, das condições de temperatura do forno e do próprio tempo em que essa mistura ficará assando. Em outras palavras, o sujeito desempenha um papel decisivo neste preparo. O mesmo podemos dizer do jogador, quando desafia a sorte, interpreta as jogadas e cria novos lances a partir dos seus movimentos. Em ambos os exemplos, o poder se exerce pelos sujeitos e nos sujeitos, pois o sucesso de suas ações depende de outros fatores externos que podem definir ou destruir o resultado almejado. Na representação, acontece algo semelhante. Construída ao longo dos tempos históricos pela linguagem (no fluir dos usos da *langue* pela *parole*) e no discurso, ela é um resultado das relações de poder dos sujeitos na costura das malhas do tecido social.

No objeto em questão desta tese, podemos constatar que, se há 50 anos atrás a representação de Congonhas poderia ser compreendida na disposição triangular da fé, da mineração e da arte, ao virar o jogo (o que chamamos de novo regime de historicidade a partir de meados dos anos de 1970), as próprias formas de interpretá-la se alteraram.

Nesta esteira cognitiva, acreditamos que a disposição geométrica tradicional que construía a representação de Congonhas (fé, mineração e arte) tornou-se inadequada. Esta fissura na ordem dos tempos, ao separar o espaço de experiências (passado no presente) do horizonte de expectativas (futuro no presente), como salientava (Koselleck, 2006), ao colocar de um lado, os ambiciosos investimentos da indústria minero-metalúrgica (a partir dos anos 1970, com a construção da Ferrovia do Aço (1985/1989), a expansão da CSN nos primeiros anos da década e a implementação da Açominas (1976/1986); e de outro, a corrida ao reconhecimento internacional, conquistada em 1985, com a chancela de Patrimônio Mundial, fragmentou essa representação tradicional amparada na linguagem e no discurso da fé, da arte e da religiosidade. Uma pergunta então se apresenta inevitável: como interpretar esse novo regime de historicidade de Congonhas? Para responder a essa questão, propomos duas chaves interpretativas. A primeira abrange um prisma que, a partir da posição, do olhar dos sujeitos e

da influência da luz nos objetos projetados, reflete diversas imagens do tempo, ou imagens dialéticas. A partir desse insight poderíamos discutir, por exemplo o leque de cores dessa projeção de Congonhas nesse novo regime da ordem dos tempos: Cidade Mineradora, Cidade Patrimônio Mundial, Cidade Histórica, Cidade do Desenvolvimento e Geração de Empregos, Cidade Caótica, Cidade do Turismo, Cidade Ameaçada pela Degradação do Meio Ambiente, Cidade Rica em Recursos, Cidade Imagem de Minas Gerais, Cidade das Artes, Cidade Religiosa, assim por diante.

A segunda chave de interpretação que propomos é visualizar essa nova representação (pós-moderna) como se fosse refletida em um espelho quebrado. Se a imagem do espelho representa o resultado da projeção da luz sobre objetos em uma superfície lisa, como seria essa representação em um espelho fragmentado? Quais interpretações seriam possíveis a partir da projeção de uma cidade fragmentada? Essas indagações nos conduziram, por exemplo, a refletir sobre os reflexos distorcidos da cidade de Congonhas, ora reproduzindo fielmente as imagens referenciadas, ora "estourando" a luz ou "embaçando" as definições desse objeto representado. Isso nos levaria não apenas a considerar a imagem ou representação refletida, mas também a questionar as razões que levaram esse espelho a se quebrar.

Estes indícios nos sugerem a possibilidade de uma nova leitura das características de Congonhas, diante da fenda do tempo aberta em meados dos anos 1970, marcada pela "quebra do espelho" da representação através de dois golpes simbólicos: a expansão minero-metalúrgica e a busca pelo reconhecimento internacional do patrimônio pela Unesco. Tais fatos, como defendemos na presente tese, teriam consequências até nos presentes dias. Muito já foi discutido aqui sobre a convergência dessas duas temporalidades (do progresso e da proteção do patrimônio). O que propomos nesta parte final da tese é direcionar as lentes do entendimento para guiar nosso olhar às principais representações do município refletidas neste espelho fragmentado, que entendemos ser um novo regime da ordem dos tempos. Buscamos revelar isso através dos "reflexos da cidade". A expressão corresponde exatamente ao nome do livro de Henri-Pierre Jeudy. Neste trabalho, o autor se baseia no que chama de reflexividade, uma certa preservação de uma ordem simbólica que organiza e atualiza o sentido das coisas. As críticas de Jeudy se direcionam especialmente às condutas ou políticas de patrimonialização⁴⁹⁹

⁴⁹⁹ Como enfatiza Oliveira (2022, p. 234), este conceito, também denominado por Harvey (2001, p. 332) como "*heritageisation*" (em francês), ou "patrimonialização" (em português), consiste em um processo que está à serviço do presente.

e musealização do Ocidente, que buscam eleger lugares de memória, atualizando-os numa busca desesperada de se preservar tudo e conter o esquecimento. Neste sentido, questiona

[...] esse trabalho de luto [promovido pela eleição dos lugares de memória], se exercido em demasia, não corre o risco de provocar excesso de tranquilidade nas memórias coletivas? O “dever de memória” que hoje nos é imposto instaura um estado culpabilizante estimulado pela necessidade moral da rememoração. Não temos mais a liberdade de esquecer, pois isto seria um crime. “Esquecer é ocultar”, tal seria a nova regra de uma boa gestão de memórias. Censuramos as gerações que nos precederam por terem tão facilmente esquecido. É provável que elas tenham achado possível viver o tempo presente tal como ele era. A partir de agora é necessário que a lembrança nos faça sentir culpados, que ela nos provoque vergonha, vergonha causada pelo simples desejo de esquecer (Jeudy, 2005, p. 16).

Jeudy (2005) advoga assim, o direito ao esquecimento. Nem tudo precisa ser catalogado, reunido em um museu. A vara do tempo de Chronos pesa sobre tudo o que está debaixo do céu, poderíamos dizer. Não é que o autor seja contrário às políticas de salvaguarda e proteção. O que chama atenção, porém, é quanto aos excessos que podem ocorrer nesta busca inexorável pela atualização. Como descreve.

Se o risco do esquecimento engendra a culpa e legitima os projetos de revisitação da história, a conservação patrimonial nos dá como compensação a nostalgia. Mas o gozo da nostalgia se transforma depressa em morbidez. A repulsão inspirada pela exibição dos vestígios conservados, da sua teatralização excessivamente despropositada, pode da mesma maneira engendrar o ódio ao patrimônio (Jeudy, 2005, p. 15).

Ou seja, devemos ter atenção às representações da ordem de transmissão. Esse processo, cada vez mais engendrado pela reflexividade, se caracteriza como um “estímulo contínuo de se olhar no próprio espelho”, descreve Paola Berenstein Jacques na introdução do trabalho de Jeudy (2005). Essa saturação da imagem ou desse reflexo do espelho seria fruto da exposição prolongada. “Pois a reflexividade patrimonial se desenvolve a partir de um certo exibicionismo cultural: tudo está à mostra, tudo se tornou visível, até mesmo super visível, ou seja, o especular passou a ser espetacular, principalmente nas cidades contemporâneas”, complementa Jacques na introdução do livro. “A organização patrimonial do final do século XX não conseguiu até abolir o ato de transmissão, suprimindo-lhe a possibilidade de ser acidental?”, questiona Jeudy (2005, p. 15). Desse modo o autor defende que, “a significação contemporânea do conceito de patrimônio cultural vem de uma reduplicação museográfica do mundo” (Jeudy, 2005, p. 17). Como descreve, mais precisamente,

A regra é clara: para que o passado não seja abolido é preciso que tudo o que se vive seja atualizado. As diferenças temporais entre o passado, o presente e o futuro são aniquilados graças aos simulacros dessa atualização. O passado e o futuro parecem se conjugar no presente, ao passo que o próprio presente se torna o tempo da reprodução antecipada do passado (Jeudy, 2005, p. 15).

Atualizar neste sentido seria, sobretudo, anular a temporalidade do passado, de modo que ele se torne atemporal. Este jogo, porém,

nada tem de aventuroso, de acidental, ele é o fruto de uma estratégia que visa desestabilizar nossas representações do tempo presente. Um jogo que, em resumo, não seria deplorável se não adotasse ares de complacência moral, que consiste em repetir que “o passado ilumina o presente (Jeudy, 2005, p. 50).

Retomando a epígrafe de “Passagens”, em que Walter Benjamin (2006) abre o texto com Michelet, Jeudy (2005, p. 20) recorda como o pensador alemão mostrou que as fantasmagorias do sonho coletivo podem antecipar o futuro. Esse movimento, no entanto, só ocorreria na medida em que as pessoas em cada época, de forma contrária, conseguissem, no próprio sonho, livrar-se do sono. As reflexões de Jeudy nos convocam para este despertar do sonho – *Jetztzeit* (tempo-de-agora), como em Benjamin. A estetização das cidades contemporâneas, as chamadas revitalizações dos espaços públicos das cidades históricas como é o caso de Congonhas (especialmente com o Museu da Unesco e as Obras do PAC Cidades Históricas), que buscam ligar o particular ao universal, a museificação (a cidade como um grande museu) e a musealização (proliferação de novos museus) emergem como tópicos prementes para a discussão sobre o patrimônio. Debate que atravessa essas questões é o processo de novos investimentos do setor minero-metalúrgico em Congonhas. Como veremos nas páginas a seguir, os interesses das empresas do setor não parecem dividir a mesma mesa das políticas de salvaguarda, proteção e promoção do patrimônio. Qual seria então o lugar da mineração em Congonhas? Há alguma preocupação com a preservação do passado, ou o que a interessa é antecipar o futuro no presente? Deixemos que os entrevistados desatem esse nó interpretativo.

4.1. O espelho da mineração

Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa (Marx, 2011, p. 25).

As palavras de Marx que abrem o Capítulo I de “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”,⁵⁰⁰ após o golpe de estado do sobrinho do soberano em 2 de dezembro de 1852, exatamente 47 anos após a coroação de seu tio, o general Napoleão, como imperador da França, parecem elucidar não apenas uma conjuntura específica da França. A mensagem, como um clarão, abriu nossas pupilas na direção da luz das consequências das palavras e das ações dos homens através dos tempos históricos. Pouco mais de um século e meio depois que Marx escreveu este célebre texto, nossos olhos ainda procuram definir os contornos e contrastes das imagens que podem ser refletidas através desse lampejo. Mais precisamente, do outro lado do Atlântico, em Minas Gerais, na segunda década do novo milênio, dois desastres causados pela negligência dos processos de extração de minério de ferro por empresas ligadas à mineradora Vale – Mariana-MG (2015)⁵⁰¹ e Brumadinho-MG (2019)⁵⁰² – mostraram, que não havia um lobo atrás da porta,

⁵⁰⁰ Escrito por Karl Marx, entre dezembro de 1851 e março de 1852, ano em que foi publicado na revista *Die Revolution*, “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte”, descreve um golpe de Estado que acabara de ocorrer na França. Carlos Luís Napoleão Bonaparte, que havia sido eleito presidente do país em 1848, num surpreendente gesto autoritário, acabou por impor uma ditadura três anos depois. O golpe foi dado em 2 de dezembro de 1851, exatamente 47 anos após a coroação de seu tio, o general e estadista Napoleão Bonaparte, imperador da França. Como lembra Carlos (2021), Napoleão também havia dado um golpe de Estado, em 9 de novembro de 1799, ocasião em que se tornou cônsul da França. No novo calendário que o país havia adotado após a revolução de 1789, a data do golpe de Napoleão correspondia ao dia 18 do mês de Brumário. Assim, ao chamar a obra de “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”, Marx pressupõe que o golpe de estado de Napoleão III, foi exatamente, uma cópia do gesto dado anteriormente pelo tio de Carlos Luís Napoleão Bonaparte. Essa repetição da família dos Napoleões no poder inspirou Marx a proferir a célebre frase que abre seu texto, em diálogo com Hegel. Cf. Vermelho (10/01/2021). Disponível em: <<https://shre.ink/BlogVermelho>>. Acesso em: 07 de jun. 2023.

⁵⁰¹ Em 5 de novembro de 2015 na cidade de Mariana (MG) se rompeu a Barragem do Fundão pertencente à mineradora Samarco S/A (uma *joint venture* entre a empresa brasileira Vale e a anglo-australiana BHP Billiton). A tragédia inundou várias comunidades e deixou 19 mortos. Ao todo 39 cidades foram afetadas e 11 toneladas de peixes foram mortos. A fauna e a flora do Rio Doce ficaram muito comprometidas e algumas espécies correm risco de extinção. Ver mais em: <<https://shre.ink/Desastre>>, e em: <<https://shre.ink/DesastreMar>>. Acesso em: 07 de jun. 2023.

⁵⁰² No dia 25 de janeiro de 2019 a barragem pertencente à mineradora Vale se rompeu na cidade de Brumadinho (MG) e deixou um grande lastro de devastação do rio Paraopeba e mais de uma centena de mortos. O desastre é considerado o maior acidente de trabalho já registrado no Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47012091>>. Acesso em: 07 jun. 2023.

mas um elefante no centro da sala no município de Congonhas: o enorme complexo de barragens,⁵⁰³ com reservatórios de cerca de 100 milhões de metros cúbicos de lama, água e rejeitos de minério, em estruturas de 30 a 70 metros de altura, a oprimir os habitantes dos bairros Cristo Rei, Residencial Gualter Monteiro e Casa de Pedra. Como que a tapar o sol na cidade, a gigantesca estrutura (ver Figura 63), ao mínimo descuido da empresa, do poder público ou dos moradores pode vir a ruir e provocar um desastre em uma escala mais trágica do que os eventos de Mariana-MG (2015) e Brumadinho-MG (2019).

Figura 63 – Barragem da CSN, em Congonhas (MG) próxima às residências dos moradores



Autor: Sandoval de Souza Pinto Filho.

⁵⁰³ À CSN pertencem as barragens: B5 (descomissionada); B4 (em descomissionamento) e a grande barragem também chamada Casa de Pedra (fruto da junção entre B3, B4 e B6). Já a barragem B1, nome anteriormente denominado à Mina Retiro do Sapicado, que se rompeu em 10 de setembro de 2014, em Itabirito, foi atribuída com o mesmo codinome à barragem da Mina Córrego do Feijão, que pertencia à Vale em Brumadinho e que estourou em 25 de janeiro de 2019. Cf. Parreiras (Estado de Minas, 21/08/2022). Disponível em: <<https://shre.ink/CsnObras>>. Acesso em: 07 de jun. 2023.

A lama do desastre, que soterrou mais de 200 pessoas na Barragem 1 da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 25 de janeiro de 2019, parece repetir-se na enxurrada que arrastou corpos humanos e animais mortos, do Rio Doce até o Espírito Santo, desaguando no mar, da tragédia do Fundão em Mariana (MG), em 5 de novembro de 2015.

Não fossem os fatos, tão cristalinos aos nossos olhos, da dor, do luto e do medo que ronda todo o estado de Minas Gerais, especialmente nos municípios mineradores, a narrativa desses trágicos eventos soaria como uma repetição do absurdo, ou farsa de uma tragédia a repetir-se. Os dois desastres⁵⁰⁴ revelaram, como numa imagem dialética do tempo, no entender de Benjamin, o prelúdio do horror que se anunciava e ainda persiste em Congonhas. Não bastasse a poeira, a poluição, o comprometimento de nascentes, a agressão à Serra Casa de Pedra (moldura natural do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos), o complexo de barragens da CSN – clareado com o lampejo das tragédias recentes dos municípios vizinhos – mostrou-se ser o fantasma que sitia a Cidade dos Profetas (ver Figura 64).

Figura 64 – Barragens do Complexo Casa de Pedra da CSN ameaçam a vida de moradores em Congonhas



Fonte: Reprodução Observatório da Mineração.

⁵⁰⁴ Dezenove pessoas morreram com o rompimento da Barragem do Fundão, no distrito de Bento Rodrigues, em Mariana (MG). A tragédia de Brumadinho (MG) tirou a vida de 272 pessoas.

4.1.1. A violência da mineração e a luta dos habitantes pelo direito ao território

A tensão em torno das barragens em Congonhas como destacamos anteriormente, ganhou novos estímulos após as tragédias de Mariana (MG) e Brumadinho (MG). O desenrolar dos fatos, porém, quando apresentados na lousa, mostra que este grave problema é apenas uma das graves consequências da atividade minerária na cidade, que acelerou sua escala e capacidade de extração, produção e escoamento do minério de ferro e do aço, notadamente, a partir dos anos 1970, no que defendemos ser a abertura de um novo regime de historicidade. Antes de direcionarmos nossa análise para as possíveis razões que fundamentaram uma representação do progresso, ou o que aqui denominamos "Discurso Autorizado do Progresso", é pertinente focarmos um pouco mais na apreensão que tomou conta dos corações e mentes dos moradores, assim como nas opiniões veiculadas pelos jornais acerca de um possível rompimento de uma das barragens do Complexo Casa de Pedra em Congonhas.

Congonhas, 29 de abril de 2019. O Promotor de Justiça Vinícius Alcântara Galvão, acata a um pedido dos representantes das comunidades dos bairros Cristo Rei e Residencial Gualter Monteiro – que haviam protocolado em 11 de março de 2019 na Promotoria uma representação solicitando medidas efetivas, concretas e urgentes para sanar os graves problemas provocados pela mineradora CSN aos moradores próximos às barragens em Congonhas – e dá entrada com a “Ação civil pública com pedido de liminar (tutela de urgência)” em face da empresa CSN Mineração S/A” na 2ª Vara/Infância e Juventude da Comarca de Congonhas/MG. Um dos autores da ação, Sandoval de Souza Pinto Filho, diretor de Meio Ambiente da UNACCON (União das Associações Comunitárias de Congonhas – MG) esclarece as motivações que levaram a comunidade a entrar com a Ação Civil Pública.

Foi uma representação de iniciativa minha enquanto diretor de Meio Ambiente da UNACCON, de novas surgências na barragem Casa de Pedra, e teve que fazer o serviço de novo, veio perícia de novo, entende? Nós temos representações de 2009, [20]10 da poluição da água do Pires, que a própria Namisa/CSN entupiu lá as nascentes deles com a terra de uma estrada... Ah, são várias, são muitas representações. O Ministério Público sempre atuou dentro papel dele, ele é um órgão de controle, né? E ele, provocado, ele não pode se furtar. Agora o Dr. Vinícius, enquanto promotor sempre foi muito solícito, muito atencioso pra com essas, mas cumprindo o dever é... De ofício dele né, porque ele está distrito atuar dentro da lei, a regra dele é a lei, né? Não é porque ele gosta de um ou deixa de gostar do outro, não tem lado. E nós também não temos raiva de mineração não, não é demonizar não! Agora, que tá havendo (sic) abuso com direitos básicos da sociedade, não

é de hoje, né? Uma empresa que instala uma estrada entope a água de 3000 pessoas, isso aí é coisa natural, é normal é boa? Não pode!⁵⁰⁵

Uma série de elementos fundamentaram o documento, como as imperícias da empresa em todas as barragens do complexo Casa de Pedra, a publicação do ato administrativo da Prefeitura Municipal que suspendeu todas as atividades da Creche Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida e da Escola Municipal Conceição Lima Guimarães em fevereiro de 2019 e a Resolução n.º. 04 da Agência Nacional de Mineração (ANM),⁵⁰⁶ de 15 de fevereiro daquele ano,⁵⁰⁷ que proibiu a construção ou a concentração de trabalhadores em recintos próximos às barragens. O texto, ainda destaca outros procedimentos negados pela empresa, como a Recomendação n.º. 02/2019.⁵⁰⁸

Um ponto que precisa ser destacado é que essas estruturas estão interligadas e só podem ser compreendidas em conjunto. A perícia do Ministério Público observou que: “A Barragem Casa de Pedra opera dentro de um sistema complexo de disposição de rejeitos, sendo impossível avaliar a segurança de um elemento qualquer, sem envolver as outras estruturas de barramento interligadas. Por este motivo, durante a vistoria foram percorridas também as áreas correspondentes ao barramento principal da BCP e as barragens B4 e B5 (posicionadas imediatamente a montante da Barragem Casa de Pedra) (Ministério Público de Minas Gerais, 2019).

Na peça a promotoria ainda destaca que a Ação Civil Pública é amparada, dentre outros elementos elencados, pelos artigos 127, *caput*, e 129, incisos II e III, e no artigo 225 da Constituição Federal que prevê que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente

⁵⁰⁵ Entrevista cedida por Sandoval de Souza Pinto Filho em 13 de setembro de 2019.

⁵⁰⁶ A Lei n.º. 13.575, de 26 de Dezembro de 2017, cria a Agência Nacional de Mineração (ANM) e extingue o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) – órgão fiscalizador da atividade minerária, até então. Em seu artigo 2º estabelece que compete à ANM, “fiscalizar a atividade de mineração, podendo realizar vistorias, notificar, autuar infratores, adotar medidas acautelatórias como de interdição e paralisação, impor as sanções cabíveis, firmar termo de ajustamento de conduta, constituir e cobrar os créditos delas decorrentes, bem como comunicar aos órgãos competentes a eventual ocorrência de infração, quando for o caso”. Cf. Brasil (2017).

⁵⁰⁷ A Resolução aponta que à data de sua publicação existiam “em Minas Gerais 84 (oitenta e quatro) barragens de mineração construídas ou alteadas pelo método “a montante” ou por método declarado como desconhecido na Política Nacional de Segurança de Barragens – PNSB”. Entre as normativas estabelecidas no documento, o Art. 2º estabelece que a partir da publicação “fica proibida a utilização do método de construção ou alteamento de barragens de mineração denominado “a montante” em todo o território nacional”. Por método à montante, esclarece o inciso I, compreende-se “a metodologia construtiva de barragens onde os diques de contenção se apoiam sobre o próprio rejeito ou sedimento previamente lançado e depositado”. A resolução ainda estabeleceu o prazo até 15 de agosto de 2021, para as empresas concluírem “o descomissionamento ou a descaracterização da barragem”. Cf. Diário Oficial da União (2019).

⁵⁰⁸ Cf. Ministério Público de Minas Gerais (Recomendação n.º 02/2019, p. 712).

equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida” (BRASIL, 1988) e que é dever do Poder Público defendê-lo de forma a garantir a sua preservação às gerações presentes e futuras. Outrossim, o texto baseia-se na Resolução nº. 4, de 15 de fevereiro de 2019 da Agência Nacional de Mineração (ANM), que estabelece em artigo 3º, Inciso I,⁵⁰⁹ que

Ficam os empreendedores responsáveis por barragens de mineração inseridas na PNSB,⁵¹⁰ independentemente do método construtivo adotado, proibidos de manter ou construir, na Zona de Autossalvamento – ZAZ: I – Qualquer instalação, obra ou serviço permanente ou temporário, que inclua presença humana,⁵¹¹ tais como aqueles destinados a finalidades de vivência, alimentação, de saúde ou de recreação (Ministério de Minas e Energia; ANM, 2019).

Cerca de 130 crianças estudavam na creche Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida, além de aproximadamente 50 servidores, que, em caso de alerta ou pane na fiscalização das barragens não conseguiriam escapar de forma segura de seus locais. Além do risco iminente, o deslocamento de alunos e profissionais da Escola Municipal Conceição Lima Guimarães, seriam ainda os forçaria a se distribuírem em outras instalações distantes do local de origem, o que viria a afetar a evasão escolar e a quebra dos vínculos comunitários.

De acordo com a Recomendação nº. 02/2019, constante na Ação Civil Pública do Ministério Público de Minas Gerais, a própria CSN, em revisão do *Dam Break*,⁵¹² realizado em 2017, admitiu que, em um eventual rompimento do Maciço Principal da Barragem Casa de Pedra, em apenas 15 minutos, 3.740 edificações seriam atingidas. Alguns dos depoimentos do inquérito trazem à tona a apreensão dos moradores próximos às barragens da mineradora. Como narra o texto, um dos habitantes argumenta...

[...] que desde o ano de 1982 foi morar no bairro Cisto Rei; que o local onde é barragem Casa de Pedra era uma lagoa pequena e virou um ‘monstro’; que desde o ocorrido na Barragem de Mariana atinou para o perigo do que pode vir a acontecer em Congonhas; que desde então toma calmante todos os dias para dormir, porque não tem paz; que tem o seu neto Artur, de seis anos, que

⁵⁰⁹ A Ação Civil Pública destaca que a norma só pode ser compreendida de forma extensiva. Se o objetivo inicial foi o de proteger os trabalhadores, impõe-se que as crianças também sejam contempladas na interpretação do artigo, já que a Constituição Federal frisa, expressamente que “é dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida” (art. 227). Neste sentido, o documento reivindica “o aspecto espacial da regra”. (Ministério Público de Minas Gerais, 2019).

⁵¹⁰ A Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB) estabelecida pela Lei nº. 12.334 de 20 de setembro de 2010 estabelece, entre outros princípios normativos, os dispositivos necessários à atividade industrial destinada à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais. Cf. Brasil (2010).

⁵¹¹ Grifos nossos.

⁵¹² Falha ou rompimento de barragem (tradução livre.)

mora na sua casa; que não sai mais da sua casa, nem para ir à padaria, porque tem medo de deixar o seu neto de seis anos sozinho dentro de casa, e vir a acontecer alguma coisa; que qualquer barulho fica todo mundo com medo dentro de casa.⁵¹³

Outro morador, admite o receio de um potencial incidente, dada a proximidade da barragem com o bairro onde mora. Assim, argumenta:

Que tem medo e insegurança por estar próximo da barragem Casa de Pedra; que acha que ‘está com a sentença de morte assinada, só esperando o carrasco’; que a insegurança é muito grande...que a sua janela ‘dá de cara’ com o paredão da barragem Casa de Pedra, a menos de trezentos metros de distância; que dia e noite fica olhando ‘aquele paredão’ da Barragem Casa de Pedra; que qualquer barulho, até uma moto que passa ou o trem que passa, acha que já é o rompimento da barragem Casa de Pedra... que vive um ‘pesadelo todos os dias e que acorda e pensa, que bom que não morri durante a noite, estou viva’; que muitos vizinhos estão depressivos devido à situação da Barragem Casa de Pedra; que não tem mais ânimo para plantar uma horta e zelar da casa, porque perderam a expectativa de vida; que ‘está todo mundo na corda bamba’; que pede providências a este Ministério Público.⁵¹⁴

As consequências na saúde mental estão também presentes no próximo destaque. Raimunda Teresinha Neiva Gomes, diz, por exemplo...

Que está debaixo da barragem Casa de Pedra, que tem problema no joelho e seu marido está doente; que seu marido faz uso de oxigênio direto; que tem medo que possa acontecer com a barragem Casa de Pedra; que não dá tempo de correr, caso aconteça alguma coisa; que seu marido deu pneumonia, embolia pulmonar e ainda tem problema de arritmia; que seu marido agravou a sua situação de saúde devido ao medo da Barragem Casa de Pedra; que tem vinte e seis anos que mora no bairro Cristo Rei e que quando mudou para o bairro funcionava a Lagoa do IMEC no local onde hoje é a Barragem da CSN... que está vivendo um ‘pesadelo’; que faz uso de clamante Diazepam à noite para dormir, porque não tem sossego mais com a presença da Barragem Casa de Pedra; que pede providências a este Ministério Público.⁵¹⁵

Na arguição da Ação Civil Pública, o Promotor de Justiça Vinícius Galvão, destaca como o pânico tem incomodado os habitantes. Como relata:

Um dos moradores, com uma expressão de perplexidade, me disse que em sua casa existe um revezamento na hora de dormir. ‘Alguém tem que ficar de sentinela para “avisar” os outros. Quando me mudei para o bairro, existia apenas uma pequena lagoa. A Barragem veio depois’, completou com o semblante franzido. Os nervos, portanto, desde o rompimento em

⁵¹³ Cf. Ministério Público de Minas Gerais (Recomendação nº 02/2019, p. 10).

⁵¹⁴ Cf. Ministério Público de Minas Gerais (Recomendação nº 02/2019, p. 30).

⁵¹⁵ Cf. Ministério Público de Minas Gerais (Recomendação nº 02/2019, p. 12).

Brumadinho, andam à flor da pele, e o pedido das pessoas é de que a CSN, de imediato, pague um aluguel aos que quiserem deixar suas residências, e depois, construa novos bairros ou indenize os proprietários.⁵¹⁶

A CSN, porém, como consta em ofício enviado ao MP no dia 26 de março de 2019 – documento esse juntado nos autos da Ação Civil Pública – parece não querer se abrir ao diálogo:

Destaque-se, ademais, que a alegada angústia (grifo nosso) vivenciada pelos moradores contradiz os atos da própria população. Demonstra esse fato o baixíssimo índice de participação da comunidade local nos simulados promovidos pela CMIN (CSN Mineração S/A.) e Defesa Civil, amplamente divulgados para evacuação das áreas em caso de eventual acidente nas estruturas, o que evidencia a tranquilidade da população da área quanto à própria segurança.⁵¹⁷

Em 02 de abril de 2019, ocorreria uma reunião⁵¹⁸ entre a empresa e o MP, na sede do Núcleo de Resolução de Conflitos ambientais – NUCAM/MPMG, em que seriam discutidos o aluguel emergencial para as famílias afetadas, o pagamento emergencial de R\$1.500,00, a realocação da creche que havia sido fechada pela prefeitura e a contratação de peritos em barragens e uma equipe multidisciplinar. No entanto as pautas não foram discutidas e a empresa teria buscado protelar as proposições, como relata o MP:

Depois desta data, a CSN se manifestou mais duas vezes nos autos, requerendo pedidos abstratos, e procurando retroceder à discussão para o mérito da Recomendação, o que já tinha sido negado pelo Ministério Público. A empresa, ao invés de discorrer sobre os pontos que tinham sido fixados na reunião, veio pedir meramente a dilação de prazos e o chamamento de outros órgãos à mesa de debate.⁵¹⁹

Pouco antes, em 22 de março de 2019, a CSN não havia comparecido à Audiência Pública Federal sobre a Barragem Casa de Pedra⁵²⁰ realizada por uma comissão de deputados liderada pelo deputado federal Padre João (PT). Também se negou a prestar informações aos representantes dos moradores dos bairros Cristo Rei e Residencial Gualter Monteiro. Em nova manifestação da empresa ao Ministério Público, em 22 de abril daquele ano, a empresa alegou não possuir condições financeiras para atender à Recomendação n.º. 02/2019⁵²¹ da Promotoria

⁵¹⁶ Cf. Ministério Público de Minas Gerais. Ação Civil Pública (2019).

⁵¹⁷ Cf. Ministério Público de Minas Gerais. Ação Civil Pública (2019).

⁵¹⁸ Cf. Ministério Público de Minas Gerais (Recomendação n.º 02/2019, p. 519-520).

⁵¹⁹ Cf. Ministério Público de Minas Gerais. Ação Civil Pública (2019).

⁵²⁰ Cf. Ministério Público de Minas Gerais (Ata da Audiência Pública Federal sobre a Barragem da CSN, 2019).

⁵²¹ Cf. Ministério Público de Minas Gerais (Recomendação n.º. 02/2019).

de Congonhas, para realizar a remoção voluntária dos moradores dos bairros Cristo Rei e Residencial Gualter Monteiro.⁵²² Como consta no documento, nas palavras da CSN:

Tal remoção não trará só um prejuízo insuportável para a empresa, mas afetará fortemente (se não liquidar) a economia da cidade de Congonhas, afetando negativamente, com todo o respeito, todos os seus habitantes. Transformar dois bairros inteiros em bairros ‘fantasma’ significa condenar a cidade e todos os imóveis e empreendimentos nela existentes a uma desvalorização brutal e imediata, sem contar na aniquilação do turismo na região.⁵²³

O argumento da empresa, porém, não se sustenta, pois como rebate o MP, à mesma época em 2019, o noticiário destacava os bons resultados financeiros, como na matéria da revista Exame,⁵²⁴ intitulado, “Apreensão Em Congonhas, festa na bolsa: o 2019 da CSN.” O texto destaca a alta das ações da empresa naquele mês, e ressalta que a Mina Casa de Pedra em Congonhas é um dos principais ativos da CSN, mesmo sendo motivo de preocupação dos moradores após o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho. Matéria anterior da mesma revista, de 02 de fevereiro de 2019, intitulada, “CSN quer captar R\$ 5 bilhões até o fim do ano”, já havia ressaltado um pouco antes, o otimismo dos acionistas após divulgação de lucro líquido de R\$1,8 bilhão no terceiro semestre de 2018 (cinco vezes maior que no mesmo período em 2018).⁵²⁵

A pujança do bom desempenho da CSN a bolsa de valores não parece, no entanto, caminhar na mesma intensidade das preocupações dos moradores do entorno do Complexo de Barragens Casa de Pedra frente a um possível rompimento. Como argumenta o Ministério Público a partir da Recomendação 02/2019, nos autos da Ação Civil Pública:

Os números não mentem, e pela simples aritmética se vê que somente o lucro da empresa no último trimestre de 2018 – quase 2 bilhões de reais supera, com folga, o valor dos imóveis dos bairros Cristo Rei e Residencial Gualter Monteiro. Pela estimativa apresentada, o preço médio de uma residência nestes locais gira em torno de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais – os dados precisos e estimados por corretor de imóveis estão nas fls. 890-915), e multiplicando-se o valor pela quantidade de edificações – 707 (dados fornecidos pela Prefeitura) chega-se ao resultado de menos de R\$

⁵²² A Recomendação da Promotoria estabeleceu a remoção voluntária de 2.500 pessoas dos referidos bairros pela empresa CSN.

⁵²³ Cf. Ministério Público de Minas Gerais. Ação Civil Pública (2019).

⁵²⁴ Cf. Exame (2019). Disponível em: <<https://exame.com/negocios/apreensao-em-congonhas-festa-na-bolsa-o-2019-da-csn/>>. Acesso em: 06 jun. 2023.

⁵²⁵ Cf. Exame (2019). Disponível em: <<https://exame.com/negocios/csn-quer-captar-r-5-bilhoes-ate-o-fim-do-ano/>>. Acesso em: 06 jun. 2023.

150.000.00,00 (cento e cinquenta milhões de reais), o que é aproximadamente $\frac{1}{4}$ do lucro líquido mensal da Empresa.⁵²⁶

Último levantamento do Observatório dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais, em de 31 de outubro de 2022 sobre “Movimento de resistência à mineração em Congonhas”, informa que, com as medidas de isolamento em função da pandemia da Covid19, as aulas da Creche Dom Luciano e da Escola Municipal Conceição Lima Guimarães adotaram, de forma provisória o ensino on-line e que no período a decisão da justiça em obrigar a CSN a custear a alocação das crianças e profissionais para outras escolas, foi suspensa. No entanto, em 26 de setembro de 2022, a discussão foi novamente retomada. A CSN obteve parecer favorável do Tribunal de Justiça de Minas Gerais ao recurso apresentado em que questionava o pagamento do auxílio aluguel aos moradores do bairro Cristo Rei e Residencial Gualter Monteiro, assim como os custos de aluguel de novos prédios a Creche Dom Luciano e da Escola Municipal Conceição Lima, que haviam sido desativadas em decisão anterior, devido à proximidade com a barragem Casa de Pedra. Como revela o Observatório:

O resultado do julgamento foi a favor da empresa e nenhum direito de realocação, auxílio-aluguel ou custeamento da construção da creche e da escola foram deferidos. Uma das principais justificativas mobilizadas pela empresa durante a audiência foi a de que as ações de realocação e retirada das instituições de ensino ocorreu em 2019, e que, em dois anos, a barragem demonstrou ser estável e segura, de forma que a angústia e o sentimento de insegurança se provaram infundados.⁵²⁷

Porém, no mesmo dia em que ocorria o julgamento do recurso, sirenes da barragem foram disparadas.

A Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Civil e Social declarou, em nota postada pela Prefeitura nas redes sociais, que as sirenes haviam sido acionadas por conta da prestação de um serviço de prevenção efetuado por uma empresa terceirizada na barragem. Enquanto alguns moradores reclamaram da recorrência com que as sirenes tocam devido a erros da empresa, alertando que isso descredibiliza o sistema de aviso de evacuação em situações de rompimento de barragem, outros moradores, inclusive do bairro Cristo Rei, alegaram nas redes sociais que em suas vizinhanças as sirenes não tocaram.⁵²⁸

⁵²⁶ Cf. Ministério Público de Minas Gerais. Ação Civil Pública (2019).

⁵²⁷ Ver mais em: <<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=237>>. Acesso em: 04 jul. 2023.

⁵²⁸ Cf. Ver mais em: <<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=237>>. Acesso em: 04 jul. 2023.

A naturalização dessas desigualdades pela empresa causa espanto. A indiferença e a protelação de medidas emergenciais pela CSN frente ao dilema de milhares de moradores que já habitavam o lugar⁵²⁹ antes da construção da primeira barragem em 1978 e às dezenas de crianças sem acesso à creche e à escola, parece calar, até mesmo, os gritos “inexprimíveis” do sofrimento da população, oprimida diante da violência dos interesses do capital. Nem mesmo a indignação dos moradores, as recomendações do Ministério Público para amenizar o problema parecem sensibilizar a empresa. A CSN, ao questionar em ofício as condições que os moradores se encontram e tratar com certa ironia a situação reduzida, “à pouca participação popular”, inclina-se a uma postura semelhante a Pilatos, a de lavar as mãos diante do terror. Não bastasse o olhar cinzento e os ouvidos tapados ao dilema dos mais vulneráveis frente aos impactos perversos da atividade minerária, a empresa, de uma forma ainda mais cruel, solapa o futuro desses habitantes de duas maneiras. Primeiro, porque impõe, com violência (econômica, ambiental, social) uma atividade exploratória que esgota os recursos naturais e cria um espólio (crateras e barragens enormes) às gerações do presente e futuras. Segundo, porque dita, direciona e interdita “o amanhã”, ao preconizar que o futuro não é nada mais do que a mera repetição desse presente. Ou seja, o da exploração dos recursos minerais, aumento dos papéis da empresa na bolsa de valores, investimentos e degradação ambiental etc. Sobre estes problemas, descreve Guilherme Maciel Araújo:

A mineração tem como pilar de sustentação a crença no desenvolvimentismo como uma ideologia, que, ainda hoje, possui aceitação na sociedade. Essa crença baseia-se na exploração irrestrita de recursos naturais existentes no território como forma de criar riqueza para o Brasil, contribuindo para superar a condição de subdesenvolvido. Contudo, percebe-se que essa crença, longe de levar a algum desenvolvimento às comunidades diretamente afetadas pelos projetos de mineração, deixa grandes passivos socioambientais, permeados de exclusão territorial e de transformação dos ambientes (Araújo, 2021, p. 100).

O imperativo da atividade minero-metalúrgica como o único caminho possível para o desenvolvimento persiste, tanto pelo discurso quanto no discurso. As palavras e as ações, aqui, se unem para impulsionar os interesses do que denominamos nesta tese, a partir de uma extensão que acreditamos ser possível das reflexões de Laurajane Smith sobre o patrimônio (Smith, 2006; 2021), como o Discurso Autorizado do Progresso. O que estaria imbuído neste

⁵²⁹ Quando adquiriu a mina Casa de Pedra em 1946, uma das primeiras medidas da CSN foi a de construir cerca de 500 moradias para os trabalhadores da empresa. “Naquela época, as empresas assumiam a responsabilidade de oferecer moradia e infraestrutura urbana aos seus trabalhadores, ao invés de transferir este ônus para os municípios ou para os especuladores imobiliários” (Milanez, 2011, p. 202). Cf. Milanez (2011).

discurso? A eficiência, o menor custo, o maior benefício econômico, a exploração de novas jazidas, a ampliação das plantas industriais, o crescimento... Em um breve resumo, seriam aqueles enunciados do neoliberalismo e do neoextrativismo praticado notadamente na América Latina, em consonância com os grandes blocos econômicos. Dimensões essas que pensam o crescimento econômico como única saída para um futuro melhor. Apregoam sempre que o bolo deve crescer para que todos comam, mas o que ocorre é que esse Discurso Autorizado do Progresso parece ignorar o fato de que as pessoas podem morrer muito antes de isso acontecer, precisamente por não terem sequer a chance de comer uma fatia desse bolo. Pior, podem padecer, ainda na mesa, à espera infinita desse preparo que nunca será servido. Se o futuro é sempre adiado em nome de outra coisa, o que será do presente? A dor e o sofrimento continuarão a ser ignorados pela atividade industrial? O que farão estes moradores defronte à barragem, esperarão pela morte?

Estas são questões que precisam ser enfrentadas por todos os atores envolvidos (sociedade civil, poder público e empresas), ainda no presente. Em Congonhas, esse debate ainda não está encerrado. Para entendermos como a situação chegou a esse ponto, a de inviabilização do próprio habitar, a de uma representação de interesses e condições desiguais e difusas, como, em alguma medida – perdoe-nos o leitor a força da expressão – poderíamos resumir como a reprodução da “Casa Grande e da Senzala” na contemporaneidade, precisamos voltar alguns anos no tempo. Este esforço é necessário, não apenas para tentarmos encontrar a origem dessa tensão, mas para percorrermos alguns pontos agudos que podem nos ajudar a compreender como esse conflito “explode” no presente e quais os reflexos possíveis dessa representação fragmentada de Congonhas.

4.1.2. Uma cidade mineradora ou minerada?

A instalação da Fábrica Patriótica em 1812, primeira siderurgia do Brasil, na divisa entre Congonhas e Ouro Preto, por iniciativa do Barão Wilhelm Ludwing Von Eschwege, engenheiro de Minas alemão, coronel dos reais engenhos de Portugal e intendente geral das Minas, em sociedade com os irmãos Monteiro de Barros,⁵³⁰ teria sido o primeiro passo de um processo –

⁵³⁰ Os irmãos Monteiro de Barros foram muito atuantes nos negócios e na política na primeira metade do século XIX. Romualdo José Monteiro de Barros (o Barão de Paraopeba), por exemplo foi o primeiro Presidente da Província de Minas Gerais (10 de junho a 17 de julho de 1850) e Lucas Antônio Monteiro

não exatamente linear – de industrialização de Congonhas. A decadência do ouro em fins do século XVIII favoreceu à alternativas industriais como a Fábrica Patriótica,⁵³¹ que se aproveitou do minério de ferro abundante na região de Congonhas para produzir ferro. Além disso, a instalação da fábrica tinha, entre outras vantagens, a facilidade da administração ficar, “sob fiscalização imediata dos acionistas mais importantes, que tinham suas propriedades nas cercanias” (Eschwege, 1979, p. 247).

O empreendimento, no entanto, duraria pouco anos. Como ressalta Silva (2014, p. 131), “por conta de fatores como a pequena população consumidora da região, a falta de trabalhadores especializados e a concorrência europeia, que impossibilitaram o funcionamento da fábrica por pouco mais que uma década”. O próprio Barão de Eschwege relata os percalços que impediram o progresso do empreendimento. “Dificuldades sem conta tornariam o produto manufaturado no Brasil dez vezes mais caro do que o similar europeu. A mais, o estabelecimento de empresas e a realização de planos de vulto tropeçariam em obstáculos invencíveis” (Eschwege, 1974, p. 257). A baixa demanda do mercado interno também foi outro fator que contribuiu para a fábrica fechar em 1822: [...] “indiscutivelmente, no Brasil, sem aumento considerável da população, nenhuma grande fábrica se poderá manter” (Eschwege, 1979, p. 261). Mesmo com o insucesso do empreendimento, Silva e Santos (2010, p. 10), destacam que a iniciativa “recolocou insistentemente a economia do estado em conexão estreita com setores-chave da economia global” (Silva; Santos, 2010, p. 7).

Em 1913, o dinamarquês Arn Thun adquiriu algumas terras no Vale do Paraopeba com vistas a explorar as jazidas de ferro da região e fundou a empresa “A. Thun & Cia Ltda. – Mineração de Ferro e Manganez” na Mina Casa de Pedra. A CSN incorporou-a aos seus ativos em 1946. Como destaca Araújo (2021, p. 191-192), a instalação da CSN em Congonhas “trouxe graves consequências para a preservação do patrimônio cultural, em função do crescimento desordenado”. Essa explosão demográfica é destacada no relatório do programa Monumenta divulgado no ano de 2005, quando diz que

de Barros (o Visconde de Congonhas do Campo) foi Presidente da Província de São Paulo (1824-1827) e Presidente do Supremo Tribunal Federal (1832-1842). O hoje conhecido Aeroporto de Congonhas, recebeu esse nome de batismo, em homenagem ao Visconde de Congonhas, que possuía muitas terras onde hoje se encontra a pista de pouso.

⁵³¹ Situada na divisa de Congonhas e Ouro Preto, “Fábrica Patriótica” era a alcunha dada à sociedade dos acionistas que financiaram a construção da empresa. O nome de batismo, porém teria sido outro, “Fábrica de Ferro do Prata”, em referência à região do Prata, local onde a fábrica foi instalada. Atualmente as ruínas do sítio arqueológico pertencem à mineradora Vale, que controla o acesso aos visitantes e pesquisadores. Cf. Silva (2014, p. 131).

[...] as transformações provocadas pela mineração e metalurgia nos Sítios Históricos Mineiros, a partir da década de 60, do século XX, foram mais sentidas em Congonhas, do que em qualquer outra cidade. A implantação do complexo siderúrgico da Açominas, entre 1976 e 1987, teve um efeito arrasador sobre Congonhas. A população passou de 14.126, em 1970, para 25.282 em 1981, e para 45.000 em 1988. Apresentando um crescimento de 900% em relação a 1941, e causando modificações na estrutura espacial, na ocupação desordenada da área central, na expansão da periferia e no surgimento de novos bairros (Brasil, 2005, p. 44).

Estes dados vão ao encontro do movimento que acreditamos ser a afirmação de um novo regime de historicidade, na tensão entre o espaço de experiências e o horizonte de expectativas (Koselleck, 2006), entre a representação de um passado inspirado no legado do barroco e do rococó – na corrida ao reconhecimento de Patrimônio Mundial da Unesco após a Convenção de Paris (1972) – e o futuro antecipado pela ideia de progresso puxado pelos investimentos da indústria minero-metalúrgica na mesma década. A expansão da CSN nos anos 1970, a construção da Ferrovia do Aço (1975-1989), a instalação da Açominas (atual Gerdau) de 1976 a 1986, os projetos de expansão nos anos 2000 (após uma década de privatizações das estatais do setor e o aumento da escala de produção) são algumas das evidências que apontam neste sentido.

Os reflexos da produção industrial no tempo presente são inúmeros, com impactos demográficos, culturais, sociais e financeiros. Nesta última dimensão, por exemplo, talvez residam as razões que nos levam a pensar na dependência econômica de Congonhas às *commodities* do minério de ferro. Só para se ter uma ideia do quanto isso impacta os cofres públicos, em 2021, dos mais de R\$ 4 bilhões arrecadados do total de municípios em Minas Gerais, Congonhas colheu cerca de R\$570 milhões da Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM.⁵³²

Estas cifras, porém, só ganharam essa proporção após muito debate e articulação política dos prefeitos dos municípios minerados. Depois de anos de discussão, a Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (AMIG), a Associação dos Municípios Mineradores Brasileiros (AMIB) e a Associação Nacional dos Municípios Mineradores (ANAMUP), lançaram em março de 2014, o movimento “Minério Justo. Nosso Marco”. O movimento buscava um novo patamar para o repasse da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). A alíquota da CFEM repassada para os municípios

⁵³² Disponível em: <<https://11nk.dev/GwWfD>>. Acesso em: 24 jul. 2023.

era considerada a menor do mundo, fixada em apenas 2%. Em comparação, o *royalty* do minério de ferro no Canadá naquela época chegava a 20%, destacando a significativa discrepância na arrecadação.

Com a aprovação da Lei nº. 13.540/2017, também chamada de “Novo marco da mineração”, a distribuição da CFEM ficou da seguinte forma: 60% passou a ser destinado aos municípios produtores, 15% aos estados produtores, 15% para os municípios impactados, 7% para a Agência Nacional de Mineração (ANM), 1,8% para os Ministérios de Ciência, Tecnologia, Inovação e comunicações (MCTI), 1% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Ciência e Tecnologia (FNDCT) e 0,2% para o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). De acordo com Luciana Mourão, economista da AMIG: “A Lei também trouxe mudanças nas alíquotas da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), de algumas substâncias. As rochas, areias, cascalhos, saibros e demais substâncias minerais para uso imediato na construção civil, além de rochas ornamentais, águas minerais e termais as alíquotas cobradas pela CFEM foi de 1%. No caso do ouro, passou de 1% para 1,5%. Já para o diamante extraído, que pagava 0,2%, passou a pagar 2%. Em relação aos metais bauxita, manganês e sal-gema, permaneceu os 3%, mas o nióbio sofreu reajuste de 2% para 3%. Quanto ao minério de ferro, responsável por 76,1% da produção mineral no Brasil em 2022, a alíquota deixou de ser de 2% sobre a receita líquida para 3,5% sobre a receita bruta”.⁵³³

De 2018 a 2022 os municípios mineradores tiveram um aumento da receita de 75% sobre a CFEM. Na regra antiga receberiam R\$ 9 bilhões neste período. Com o novo marco da mineração, os rendimentos chegaram a R\$16 bilhões. Em Congonhas o total acumulado de 2018 a 2022 foi de R\$ 692.213.104,95. Outras mudanças, a partir dos empenho da AMIG, foi a aprovação da Lei nº. 13.575/2017, que criou a Agência Nacional de Mineração (ANM), responsável por regular a atividade minerária no país, em substituição do extinto Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e a aprovação da Lei nº. 14.514/202, que passou a cobrar o imposto nos municípios que são pequenos produtores da atividade de mineração.

Se, por um lado, a indústria minero-metalúrgica faz o caixa do município manter-se forte, proporcionando à prefeitura uma maior capacidade de investimentos, por outro, produz um alto passivo ambiental como a poluição do ar e comprometimento de nascentes, a destruição

⁵³³ Cf. AMIG (2023). Disponível em: <<https://www.amig.org.br/noticias/4anos-lei-13540>>. Acesso em: 04 jul. 2023.

das serras e a construção de barragens de rejeitos. A CSN, por exemplo, possui a maior barragem de rejeitos de minério de ferro da América Latina⁵³⁴ e apenas encerrou as atividades de depósito do escoamento da produção no principal reservatório em 2020, após diversas audiências públicas e denúncias movidas pela sociedade civil com o apoio do Ministério Público Estadual, do Ministério Público do Trabalho, e por imposição da Lei nº. 23.291/2019⁵³⁵ que instituiu a política estadual de segurança de barragens e da Resolução Conjunta SEMAD/FEAM nº. 2.784, publicada em 21 de março 2019. Esta lei estabeleceu, entre outros critérios, que as empresas mineradoras ficariam impedidas de usar este modelo de armazenamento e que as barragens de rejeito deveriam ser descaracterizadas até 2021. A Resolução Conjunta SEMAD/ FEAM nº. 2.784, estabelece no Artigo 1º, que:

1º – As barragens de rejeitos da mineração, inativas ou em operação, que utilizem ou que tenham utilizado o método de alteamento a montante, deverão ser descaracterizadas no prazo máximo de três anos, contados a partir da data de publicação da Lei nº. 23.291, de 2019. § 2º – No caso das barragens de mineração que utilizem o método de alteamento a montante em operação, os empreendedores que optarem pela continuidade da atividade, deverão migrar para a tecnologia alternativa de acumulação ou disposição de rejeitos, nos termos do §2º do art. 13 da Lei nº. 23.291, de 2019, observando o prazo máximo de três anos, contados da data de publicação dessa lei.⁵³⁶

As mudanças, porém, têm ocorrido em um ritmo lento e ainda não foram totalmente cumpridas pelas empresas. Relatório de Segurança de Barragens da ANM⁵³⁷ destaca que a B4 (SNISB 704), nome técnico dado a uma das barragens do complexo Casa de Pedra da CSN na cidade de Congonhas, “preocupa a ANM por ter DPA alto e estar em descaracterização por ser alteada a montante” (ANM, 2021, p. 39).

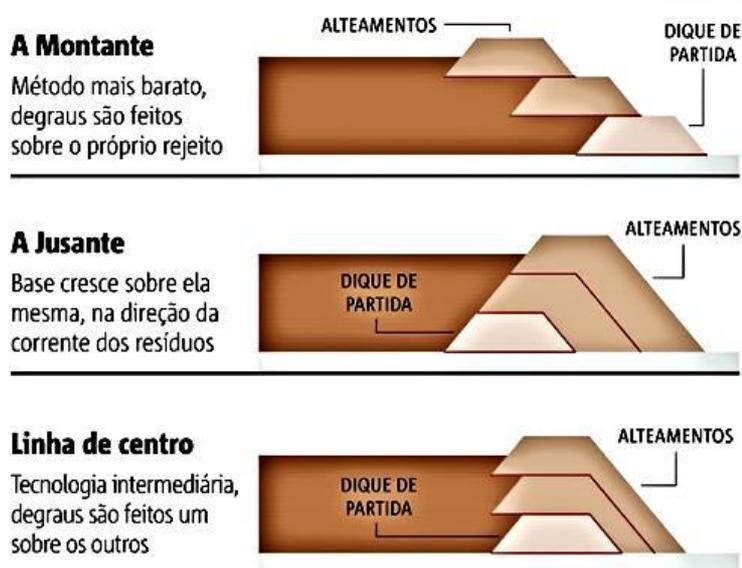
⁵³⁴ Cf. Jornal GGN (31/01/2019). Disponível em: <<https://jornalgggn.com.br/defesa-civil/congonhas-quer-evitar-tragedia-9-vezes-maior-que-brumadinho/>>. Acesso em: 04 jul. 2023.

⁵³⁵ As barragens que foram rompidas em Mariana-MG (2015) e em Brumadinho-MG (2019) utilizavam o método montante. Considerado o mais barato, sua construção caracteriza-se por um dique inicial que é utilizado como aterro compactado. O rejeito então é descarregado hidraulicamente, formando uma espécie de praia de rejeito que será adensada e servirá como fundação de outro nível acima de rejeitos. Já o método a jusante, é considerado o mais seguro para reduzir riscos de liquefação. Também é construído a partir de um dique e à medida que a capacidade se esgota, são construídos novos alteamentos impermeáveis com canais de drenagem.

⁵³⁶ Cf. SIAM (21/03/2019). Disponível em: <<https://shre.ink/resolSIAM>>. Acesso em: 04 jul. 2023.

⁵³⁷ Cf. ANM (2021, p. 39). Disponível em: <<https://www.snisb.gov.br/relatorio-anual-de-seguranca-de-barragem/2021/rsb-2021.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2023.

Figura 65 –Tipos de alteamento de barragens



Autora: Viviane Zhu.⁵³⁸

Por traz desse “apetite” por novos investimentos da indústria minero-metalúrgica está o aumento da escala de extração do minério de ferro, como comenta o ambientalista e diretor de meio ambiente da União das Associações Comunitárias de Congonhas (UNACCON), Sandoval de Souza Pinto Filho:

Então as pessoas ganhavam melhor – assim, a percepção que a gente tinha, é que quem... E outra, então nós falamos da privatização, nós vamos falar da... O aumento da escala, porque as empresas pri-va-ti... Estatais, por exemplo: tipo CSN. Vou focar na CSN, que é a maior mineração tem no território de Congonhas. A CSN era uma mina cativa. O quê que é uma menina cativa? Ela abastecia a siderúrgica de Volta Redonda dela. Ela não passava da produção que ela precisava, ou seja, a extração de minério se dava num ritmo menor, com tempo para... Pra... Até para reparação de, de... Você tirar o *topsoil*, você sabe o que é o *topsoil*? – que é a terra fértil – tirar.... A mineração quando ela trabalha numa escala menor, o certo, a técnica dela, é tirar a terra fértil, encostar para um canto, né... Uns, o horizonte, a primeira camada superficial da terra - tirar isso, encostar pra um canto, tirar o minério, por terra ali, estéreo e voltar com esse húmus pra cima, que é um banco genético que tem na natureza. Então, com a escala de produção pequena que era empregada,

⁵³⁸ Cf. Zhu (2020). Disponível em: <<https://shre.ink/Barragens/>>. Acesso em: 04 jul. 2023; e Silva e Pereira (2021). Disponível em: <<https://shre.ink/OquesaoBarragens/>>. Acesso em: 04 jul. 2023.

tecnicamente isso aí, era de certa forma, até possível. Ferteco⁵³⁹ fazia um pouco, a CSN um pouco... Não era perfeito, mas fazia. Agora, hoje, com uma escala absurda, que não tem limite, né? Qual que é o limitador de venda por exemplo, da mina de Casa de Pedra, que era cativa que era... Abastecia a usina de Volta Redonda? Hoje é o mercado asiático, ué? Não tem limite não!⁵⁴⁰ Quanto mais siderúrgica for montando lá e tudo, o cara quer vender – tem lógica para mandar! – a ferrovia dedicada, ela não tem nem passageiro mais, hoje, né? Então, a ferrovia é uma linha direta de trem saindo, um engatado no outro, sem implicação logística nenhuma com transporte de passageiro, nem com de boi, nem com carro, nem com nada. Ela é dedicada para a mineração, né? E a escala de produção é um fator importante, que ela... Ela nem dobrou, ela multiplicou por dez...⁵⁴¹

Isso se agravou, segundo nosso entrevistado, com o aumento da escala de extração, mas o método de armazenamento, porém, é uma prática antiga das empresas em Congonhas.

Barragem é uma tecnologia que vem... Que começou a ser empregada aqui no território de Congonhas – vou focar aqui que é onde eu conheço bem – na década de 70 se faziam pequenos diques, barragem, barragem mesmo, começou na hora que... Que a mineração começou a separar o minério fino com as mudanças de tecnologia, né? – confrontação que veio para cá, que é uma lavagem do minério fino em larga escala. Antes, tinha um lado de...O fino não servir pra nada, ele às vezes ficava até na mina, né, em forma de estéreo, e também descia para os rios, não é? – não tinha controle ambiental, a gente não ficava sabendo dessas coisas, os rios eram vermelhos aí, a gente não sabia o quê que era. As barragens começaram, mesmo aqui no território Congonhas, [19]70, e coisa muito artesanal (sic); 79 teve um rompimento de uma barragem... Duma barragem que chamava a Barragem 1 na fazenda Casa de Pedra, esse rompimento foi da CSN, estatal ainda, mas ficou... Acho que levou um vigia, arrastou um cara lá, (sic), mas não matou não. E levou um alojamento, mas ao que falam os antigos aí (sic). Essas barragens eram lagoinhas aí pequenininhas, né? Agora, crescimento em escala, mesmo da CSN, na medida em que ela foi privatizada em que ela descruzou as ações com a Vale – que ela tinha um cruzamento de ações para Vale, era uma ação judicial (sic) – aí ela começou a meter o cacete, né? Foi época em que, 2000... [200]3 pra sempre (sic), é o marco temporal que começava a gerar fino demais (sic), eles tocaram em barragem, né? A barragem Casa de Pedra começou em 2004, 2003 ela já estava planejando, né, e começou pequenininha no lugar que tinha uma lagoa de água, que era a IMEC que o povo ia nadar, que era uma praia aqui de Congonhas. Então é... Infância... (sic). A gente só ouvia falar bem, Casa de Pedra, o baile (sic) é uma comunidade lá que – eu nunca fui em Casa de Pedra, a vila, não, sabe? - a gente ouvia falar que tinha lagoa, que era um lugar aprazível, que que tinha campo futebol, escola, hospital, sei lá... A

⁵³⁹ Atual Vale. Em abril de 2001, a Companhia Vale do Rio Doce comprou do grupo alemão Thyssen Krupp Stahl, a Ferteco, considerada a terceira maior mineradora de ferro do Brasil, por cerca de US\$ 700 milhões.

⁵⁴⁰ Grifos nossos.

⁵⁴¹ Entrevista cedida por Sandoval de Souza Pinto em 6 de setembro de 2019.

gente ouvia falar com um lugar meio paradisíaco, né, e uma vila ao lado da mina.⁵⁴²

Padre Antônio Claret, ativista ambiental do Movimento dos Atingidos por Barragens, comenta sobre a tensão da relação das empresas mineradoras, das instituições públicas com os moradores:

Toda Congonhas e cidade abaixo, na Bacia do Paraopeba, são atingidas, mas, na área de risco, existem, aproximadamente, 5 mil pessoas. Algumas casas estão a 200 metros da barragem e, numa situação de rompimento, os moradores teriam 20 segundos para fugir da morte. Existe processo de relocação voluntária dos moradores, com seus direitos garantidos, mas está parado na Justiça. Duas instituições de grande relevância social, a Creche Dom Luciano e a Escola Municipal Conceição Lima Guimarães, no bairro Residencial, foram fechadas em fevereiro de 2019 por causa da insegurança de Casa de Pedra. A justiça bloqueou 3 milhões da CSN para construção desses equipamentos em local seguro. A empresa, porém, vai recorrendo, eternamente.⁵⁴³ A luta do MAB, a partir da organização do povo, sempre foi no sentido de que o Poder Público deve construir a creche e a escola com recursos públicos e cobrar da CSN. Existe, inclusive, terreno público disponível no bairro Lucas Monteiro, em local seguro. Mas tanto a Administração municipal passada quanto a atual – que assumiu com 200 milhões em caixa - ainda não viram nisso uma prioridade. Aliás, a impressão que se tem⁵⁴⁴ é que não existem nem Prefeitura nem Câmara Municipal nem Iphan no que se refere à ‘necromineração’. É um processo completamente naturalizado.⁵⁴⁵

A luta dos movimentos sociais e do poder público em relação às empresas mineradoras para garantir a segurança das pessoas e o respeito ao meio ambiente se apresenta como um embate bastante desproporcional. O líder ambiental do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) destaca que a Prefeitura e a Câmara deveriam adotar uma postura mais incisiva na fiscalização das empresas, especialmente no que diz respeito às barragens de rejeito.

Já Vinícius Alcântara Galvão acredita que o meio ambiente deve ser um bem garantido a todos os habitantes e que as empresas mineradoras devem se pautar pelo respeito a esse valor. As barragens têm afetado, segundo o promotor, a partir dos estudos de uma Ação Civil Pública

⁵⁴² Entrevista cedida por Sandoval de Souza Pinto em 6 de setembro de 2019.

⁵⁴³ A CSN, apesar de ter sido penalizada na Vara de Justiça de Congonhas, tem recorrido às instâncias superiores e protelado o pagamento de multas e o cumprimento das sentenças que exigem uma solução definitiva para os moradores e as crianças da referida escola e da creche. Cf. Estado de Minas (29/09/2022). Disponível em: <<https://shre.ink/LiminarCSN>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

⁵⁴⁴ Grifos nossos.

⁵⁴⁵ Entrevista cedida por Antônio Claret em 02 de abril de 2021.

contra a CSN, a saúde das pessoas, muitas, com problemas de depressão e ansiedade. Como explica:

As atividades minerárias em Congonhas são, basicamente, a céu aberto, gerando, por conseguinte, problemas ambientais diretos como a poluição atmosférica com todos os incômodos decorrentes; também temos o desmate de áreas verdes, e o depósito de rejeitos em barragens, dentre outros pontos. Esta última questão é bastante melindrosa, já que gera riscos ao meio ambiente, e as populações que vivem a jusante dos empreendimentos. A história recente mostrou o gigantesco impacto dos rompimentos de barragens, como os casos de Herculano, Mariana e Brumadinho. O conceito de poluição também deve ser entendido de forma holística. O artigo 3º da Lei 6.398/81 diz que poluição é a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades, que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população. Portanto, vista a questão por este prisma, vemos que a diminuição da qualidade de vida das pessoas que vivem logo abaixo de grandes barragens de rejeitos é afetada diretamente. Em Congonhas, ao preparar uma Ação Civil Pública, constatei que houve um aumento considerável no número de atendimentos médicos relativos à depressão e outros problemas psicológicos de pessoas que vivem bairros Cristo Rei e Residencial Gualter Monteiro (localizados próximos à Barragem Casa de Pedra). Vários moradores abandonaram as suas residências, e houve relatos de pessoas que permaneciam acordados de madrugada, com receio de que todos fossem colhidos abruptamente em caso de um eventual rompimento da barragem. A pergunta é clara e inafastável. Nestes casos, não há uma diminuição considerável no padrão de qualidade de vida?⁵⁴⁶ E considerando que tal contexto se encaixa, perfeitamente, no conceito de poluição, vemos, como uma decorrência lógica e silogística, a necessidade de aplicarmos outro princípio basilar do direito ambiental: o princípio do poluidor-pagador. Adotando-se este entendimento, chega-se à conclusão necessária de que os atingidos, em seu sentido amplo, e não apenas restrito dos desalojados pelos rompimentos, devem ter seus direitos reconhecidos.⁵⁴⁷

Essa naturalização da representação do Progresso dos agentes políticos e industriais, ou do que entendemos aqui ser um Discurso Autorizado do Progresso, parece ignorar o sofrimento dos habitantes dos bairros que estão defronte ao complexo de barragens. A empresa, como demonstramos, não tem poupado caixa para acessar todos os recursos previstos em lei para protelar as decisões judiciais. Mesmo iniciativas do Executivo Municipal como o Decreto nº. 5.356 de 2 de agosto de 2011, que regulamentou a Lei nº. 3.096 de 05 de julho de 2011 sobre a Política Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Congonhas quanto à fiscalização, autuação e procedimento administrativo e que criou o Fundo Municipal de Proteção Ambiental – FMPA, têm se mostrado ineficazes. Nem mesmo a chamada “Guerra

⁵⁴⁶ Grifos nossos.

⁵⁴⁷ Entrevista cedida por Vinícius Alcântara Galvão em 02 de agosto de 2021.

contra a poeira”⁵⁴⁸ travada pela Prefeitura em 2011 e a criação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente em 2013,⁵⁴⁹ parecem dar conta de exigir das empresas uma postura mais respeitosa à cidade e aos habitantes.

Mas a postura protelatória não é uma exclusividade da CSN. Até o ano de 2022 a Vale, BHP e Samarco não responderam pelos crimes cometidos no rompimento da barragem do fundão em Mariana (MG), em 2015. Dos 26 acusados nenhum foi punido, sendo 15 réus já considerados inocentes e 11 ainda aguardam recursos. Como detalha matéria do Diário do Centro do Mundo, publicada em 5 de novembro de 2022:

Ainda respondem pelos crimes a Samarco, Vale, BHP Billiton Brasil, a VogBR Recursos Hídricos e os empresários e administradores destas empresas. No entanto, especialistas apontam que, diante da morosidade do processo, todos os acusados provavelmente ficarão livres de qualquer condenação no âmbito penal, restando às milhares de vítimas apenas a reparação na instância cível. Os crimes ambientais, porém, devem prescrever no máximo até 2024 e muitos já prescreveram. Entre os fatores que ajudaram a atrasar o andamento do processo, segundo as fontes ouvidas pela reportagem, estão a complexidade do caso, o número de acusados e testemunhas arroladas, a interrupção das audiências durante a pandemia e os vários escritórios de advocacia que representam os réus, alguns entre os mais poderosos do país. Se sobressai, porém, a falta de estrutura do Judiciário e a inadequação da legislação brasileira para lidar com um crime de tal magnitude. Com isso, no âmbito criminal, o caso tem grandes chances de ter como desfecho a impunidade por prescrição.⁵⁵⁰

Diante de tais fatos as reflexões de Araújo (2021, p. 121), ao argumentar que a região do Alto Paraopeba,⁵⁵¹ onde Congonhas está inserida, historicamente se consolidou como polo

⁵⁴⁸ No ano de 2011, o então prefeito de Congonhas, Anderson Cabido (PT), amparado no Código de Posturas do município e no Código Nacional de Trânsito decidiu, através do Decreto nº. 5.347/2011 que a prefeitura deveria multar os veículos de empresas sujeitos de barro que circulassem na cidade. No referido ano a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, a Guarda Civil Municipal, com apoio da Polícia Militar, autuaram centenas de veículos das mineradoras que estavam muito sujeitos. Como relatou ao Jornal O Tempo o prefeito Cabido: "Não iremos mais permitir tanta sujeira. Todo dia são retiradas de 5t a 7t de pó e lama de minério das ruas". As empresas recorreram das multas. Somente a Ferrous Resources do Brasil e a Ferro + acataram as autuações. As demais empresas negaram e recorreram na justiça. O total acumulado em multas havia chegado a R\$10 milhões, somente em 2012. A prefeitura acabou recuando da decisão ao instruir que as blitzes eram somente medidas educativas. Cf. O Tempo (25/07/2011). Disponível em: < <https://shre.ink/GuerraPoeira>>. Acesso em: 23 jun. 2023.

⁵⁴⁹ A Secretaria Municipal de Meio Ambiente foi criada pelo prefeito José de Freitas Cordeiro – PSDB (Adm. 2013-2020), sucessor de Anderson Cabido – PT (Adm. 2005-2012).

⁵⁵⁰ Diário do Centro do Mundo (05/11/2022). Disponível em: < <https://shre.ink/CrimeMariPresc>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

⁵⁵¹ Araújo (2021, p. 123) salienta que, tanto o Quadrilátero Ferrífero, quanto a região do Alto Paraopeba, são objetos de implementação de planos, programas e de projetos coordenados pelo Governo do Estado de Minas Gerais e pela iniciativa privada, como: o “Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI 2007-2023)”, o programa “Polo de Excelência Mineral e Metalúrgico (PEMM)”, o projeto

minerador, parecem trazer à luz estes problemas. Como argumenta: “A construção social da vocação minerária do território segue a lógica do projeto desenvolvimentista instaurado no país desde a década de 1940, e que segue bastante atual”. Ao trazer as reflexões de Pedro Cezar Dutra Fonseca (2015), Araújo (2021) indica que a retórica desenvolvimentista ainda continua viva no discurso de economistas e governos. Neste sentido, Araújo (2021) relembra que, para Fonseca (2015), a abordagem desenvolvimentista possui três características fundamentais: 1) a existência de um projeto nacional de crescimento; 2) a intervenção do Estado para viabilizar essa premissa, com o apoio de artistas e seguimentos de classe influentes na sociedade, e; 3) a industrialização como única via ao desenvolvimento do país. Em outras palavras, descreve Ricardo Bielschowsky, esse conceito visa “superar o subdesenvolvimento por meio da industrialização integral, com apoio do planejamento e de um forte respaldo estatal” (Bielschowsky, 2009, p. 28).

É neste sentido que o projeto da atividade minero-metalúrgica se apresenta “como uma forma de desenvolvimento legítimo da sociedade” (Araújo, 2021, p. 121). No entanto, o mesmo Araújo alerta que

[...] esse desenvolvimento tem sido medido muito mais em números e dados econômicos. Exaltam-se os grandes números absolutos em termos de investimento e lucros, levando ao entendimento de que beneficiam toda a sociedade, deixando de lado os debates sobre a concentração de renda como um de seus efeitos. Desta maneira, assiste-se à naturalização da suposta vocação da região para a mineração como o próprio nome Quadrilátero Ferrífero aponta, em decorrência das jazidas de minério de ferro em seu território, e à naturalização das paisagens resultantes da mineração (Araújo, 2021, p. 122).

Sérgio Rodrigo Reis, ex-diretor do Museu de Congonhas (2015-2020) faz um balanço pouco otimista da relação das mineradoras com a cidade, que veem o compromisso com o lugar apenas no pagamento obrigatório de impostos e na geração de empregos.

Eu vejo... As mineradoras, elas... A maioria, eu acho, que praticamente todas elas, acham que o papel delas é – ao pagar imposto tá resolvido, entendeu? Eu acho que [inaudível]. Eu acho que quando você está no lugar, a sua atividade impacta aquele lugar e transforma a vida daquele lugar positivamente, negativamente, você tem que se inserir naquele contexto – não basta pagar

“Quadrilátero 2050” e o “Plano de Desenvolvimento Regional do Alto Paraopeba (PDRAP)”. Além desse programas, Araújo ressalta que no Quadrilátero Ferrífero estão em curso “grandes projetos de investimento no setor minero-siderúrgico, como, por exemplo, o projeto ‘Apolo’ e o projeto ‘Sistema Minas-Rio’”. Cf. Araújo (2021, p. 123).

imposto não. Do mesmo jeito que a gente... Que a gente tem – a mineradora traz coisas positivas pro lugar – ela traz coisas negativas também. A gente tem um índice de população flutuante aqui em Congonhas muito grande. A gente tem que fazer uma série de atendimentos na cidade que a gente não deveria, não teria que fazer se a gente não tivesse uma atividade acontecendo aqui no entorno. Então, Congonhas é uma cidade muito mais cara de manter do que uma outra, por quê? Porque tem um tanto de gente que vem aqui todo dia, usa toda cidade, impacta a cidade inteira e depois vai embora dormir em outras cidades, em outros lugares, e tal. Precisa usar toda a rede municipal de Saúde. Às vezes as pessoas são temporárias aqui na cidade, então elas usam toda a rede municipal de Educação. Elas vão e vem, então usam todo o trânsito da cidade, né? E muitas vezes qual que, o que que elas deixam na cidade, essa população flutuante? Praticamente nada! Elas vêm, usam a cidade, impactam a cidade inteira, param a cidade inteira – isso tem um impacto na cidade – e vão embora, todo dia esse vai-e-vem. A gente tem coisa positiva? Um monte de coisa positiva. É uma cidade que sofre menos com a questão do desemprego, tem uma economia que gira, tem os impostos todos que vêm. Então, assim, tem os prós e contras, mas eu acho que além disso, essas mineradoras e essas grandes empresas, as empresas mais responsáveis quando elas são inseridas num contexto como outro, elas realmente começam a fazer parte do cotidiano do lugar, elas constroem junto com o lugar esse futuro, esse dia a dia, essa convivência. E eu vejo pouco essa palavra, 'convivência'. Ficam, a extração, de um lado, e a cidade como se fosse um foco de resistência do outro. Não pode ser assim... Não pode ser assim. A gente tem que construir com essas grandes empresas que estão aqui, inclusive um futuro, porque a atividade que elas tão fazendo, 'vai' acabar daqui a pouco. E o quê que vai ficar pra gente depois? Esse 'pós', a gente tinha que tá construindo com eles. E a gente não vê esse diálogo. A gente não vê esse tipo de troca. E são coisas muito simples de fazer. Eu acho assim, se tivesse um envolvimento maior, se tivesse uma preocupação maior em estabelecer esse tipo de diálogo, é... Estabelecer esse tipo de retorno, de troca, muitas das coisas que poderiam ser, é... 'positivo', inclusive pra a extração mineral deles mesmos.⁵⁵²

Já Ana Alcântara, ex-diretora de turismo e ex-presidente da FUMCULT chama atenção para os problemas ambientais e como as mineradoras parecem ignorar essas agressões ao meio ambiente.

Eu vejo uma relação é, complicada, porque, o quê que acontece? Há sim muita emissão de partículas, uns a chamam de 'Cidade da Poeira'. Isso [a poluição] prejudica muito a saúde. Por outro lado, tem a questão de que a mineradora arrecada valores homéricos altíssimos e os trabalhadores da mineração ganham pouco (salários pequenos) e eles acham que tá bom. – Tô empregado, tô recebendo todo fim de mês (sic), então está bom. Então essa cultura da exploração que existe, né, a nossa cidade, ela antes era (sic) territórios mineradores, hoje, rompimento de barragens, é, rebaixamento de lençol freático com secamento das nascentes, é, contaminação de cursos de água, emissão de partículas, muitos conflitos sociais que as mineradoras ocasionam, é, as pessoas, muitas vezes não vê (sic) o dano que traz. Então, assim, é uma conversa assim: – Eu tô na mineração, eu tô trabalhando, eu tô bom, tá ótimo pra mim (sic). E não pode ser assim, mas, infelizmente é uma relação de

⁵⁵² Entrevista cedida por Sérgio Rodrigo Reis em 10 de agosto de 2018.

descharacterização, de uso – não estou negando aqui que a mineração, ela traz questões importantes para a humanidade (a gente não pode negar) –, mas eu estou dizendo que essa relação, morador/mineradora é uma relação muito delicada.⁵⁵³

Seria a mineração um “cheque em branco” ao desenvolvimento de Minas Gerais ou uma cruz pesada, a ser carregada por toda a população, nas tortuosas ladeiras de Congonhas, até os habitantes alcançarem a redenção ou um futuro melhor? Parafraseando Eduardo Galeano, seria este o futuro, sempre adiado, que se desloca no horizonte toda vez que nos aproximamos dele, de forma que nunca o alcancemos?

Estas inquietações nos levam a pensar nas qualidades e atributos que constroem a representação de Congonhas, alimentada, notadamente, pelo que acreditamos ser um Discurso Autorizado do Progresso – certa narrativa linear, estruturada e estruturante da cultura e do pensamento econômico, em todas as suas dimensões, que pressupõe o sacrifício do presente em nome do futuro. Esse discurso, que antecipa o futuro no presente – ou horizonte de expectativas como diz Koselleck (2014) – muito propagado pelo espírito desenvolvimentista dos anos 1940, 1950 e 1960, foi sendo enfraquecido no debate da Pós-Modernidade nas décadas de 1980 e 1990⁵⁵⁴ com a necessidade de maior abertura da economia. Porém, voltou a ganhar força no início dos anos 2000 no Brasil e em boa parte da América Latina, com uma nova roupagem: o neoextrativismo (Milanez, 2014). Este conceito pressupõe que o Estado deve investir na exploração de *commodities*, notadamente gás, petróleo e minério de ferro, para alcançar o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) e o aumento das reservas cambiais, e assim desenvolver políticas públicas de distribuição de renda.

Essa construção da ideia de um progresso autorizado pelo discurso também encontra amparo na Cidade dos Profetas. Matéria do jornal O Globo de 5 de abril de 1987, intitulada, “Em dez municípios, o Brasil que está dando certo”, destaca ao centro da página, “Congonhas do Campo”. Como descreve o texto:

Ostentando os títulos de Patrimônio Histórico da Humanidade e de primeira cidade brasileira onde seus habitantes não pagam o IPTU, taxas de água ou esgoto, Congonhas, na Zona da Mata mineira, tem quase todos os problemas de infraestrutura urbana resolvidos. Quase 90 por cento de suas casas têm ligação de redes de água e esgoto e, nos últimos quatro anos, foram calçados 100 mil metros quadrados de ruas. O ensino público estadualizado é gratuito

⁵⁵³ Entrevista cedida por Ana Alcântara em 27 de julho de 2021.

⁵⁵⁴ O discurso de não intervenção do Estado na economia propagou-se, especialmente nos anos 1990, com o plano de privatizações do presidente Collor, continuado pelos sucessores Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1994-2002).

até a 8ª série. Não há desemprego. Essa surpreendente condição, em contraste com a realidade da grande maioria dos municípios brasileiros, foi possível porque a bicentenária cidade tem no Imposto Único sobre Minerais (IUM) a principal fonte de sua receita mensal de CZ\$ 4,5 milhões, cabendo ao Fundo de Participação dos Municípios apenas 30 por cento deste valor. Assim, o minério de ferro e o manganês abundantes, aliados a uma agressiva política de convênios para a construção de escolas, unidades de saúde e outras obras, acabaram projetando a cidade dos Profetas de Aleijadinho como modelo nacional — um paraíso tributário e social para seus 50 mil habitantes.⁵⁵⁵

A matéria, como podemos ver, endossa, em tese, uma representação do progresso, ou o que chamamos de Discurso Autorizado do Progresso, quando destaca o que seriam os benefícios do desenvolvimento econômico da atividade industrial minero-metalúrgica e das boas práticas de gestão. Características estas que seriam responsáveis por dar mais visibilidade ao município que “ostentava” o títulos de “Patrimônio Histórico da Humanidade” e de “primeira cidade brasileira onde os habitantes não pagam IPTU, taxas de água ou esgoto”.⁵⁵⁶ O tom propagandístico do texto não se limita aos adjetivos de qualificação a esse “paraíso tributário”. Antes revela, como este discurso do progresso (que ganhou novos contornos após as privatizações dos anos 1990 e que persiste atualmente), ganha terreno, já nos anos 1980, como uma espécie de reverência aos cofres públicos “cheios”, em decorrência da arrecadação do imposto sobre a mineração, cenário esse ofertado a qualquer gestor que soubesse aplicar bem estes recursos. Por outro lado, o texto ainda mostra como os enunciados “patrimônio” e “desenvolvimento” se entrecruzam em Congonhas no período que entendemos ser o ponto-chave da brecha do tempo ou novo regime de historicidade: a cisão da representação calcada na arte e na fé (reconhecidas pela Unesco) e os interesses do progresso da atividade industrial.

Aprofundemos um pouco mais neste debate. Em meados de 1990, a criação do Programa Nacional de Desestatização (PND) pelo então presidente Fernando Collor de Melo abriu caminho para uma série de privatizações que seriam realizadas nas empresas do setor produtivo de metalurgia e extração mineral: Açominas (1993), CSN (1993), a Rede Ferroviária Federal S.A. (1996) e Vale do Rio Doce (1997) são algumas das empresas presentes em Congonhas. Como destacamos anteriormente, antes de ser vendida ao capital privado em 1993, por US\$598,5 milhões, a Açominas fez uma série de cortes e reajustes e demitiu 5 mil funcionários. De 1999 a 2000 o Grupo Gerdau assumiu o controle acionário da empresa e desde então, a fábrica adotou o nome do sócio majoritário.⁵⁵⁷ Quanto à CSN, principal empresa mineradora

⁵⁵⁵ Cf. O Globo (05/04/1987, p. 14).

⁵⁵⁶ Cf. O Globo (05/04/1987, p. 14).

⁵⁵⁷ Cf. Greco e Coutinho (2002).

em Congonhas, recorremos à Milanez (2011), que se baseou nos estudos de Silva Filho (2002) e Correa (2006), para analisar os impactos da privatização.

O Plano Nacional de Desestatização (PND), criado no governo Collor, objetivava diminuir a participação estatal nas atividades produtivas. O PND previa a privatização de quase 70 empresas em setores como siderurgia e petroquímica. Para que a CSN fosse vendida, foi necessário fazer um forte reajuste na empresa. A mão de obra foi reduzida em 25%, o que significava a extinção de cerca de seis mil postos de trabalho, diretos e indiretos. Embora a maior parte desse impacto tenha sido sentida em Volta Redonda, ele também teve efeitos na economia de Congonhas. Uma vez feitos os “ajustes”, a empresa foi vendida em abril de 1993. Após a privatização, a empresa começou a investir em atualização tecnológica e aumento de escala na extração mineral. Ainda em 1993, ela aumentou a produção de 8,5 para 13 milhões de toneladas por ano. Além disso, o uso de novos equipamentos permitiu a ampliação da unidade de concentração de finos (Milanez, 2011, p. 202).

Na passagem da tutela da administração do Estado para o capital privado, empresas como a CSN e Açominas (atual Gerdau) promoveram como relatamos, a demissão de milhares de trabalhadores e apostaram em novos investimentos para aumentarem os lucros.⁵⁵⁸ A privatização, entre as inúmeras mudanças no tecido social, provocou ainda o “divórcio” entre as empresas e comunidade.

Você viu o quê que a escala de produção faz, né? O menino via o pai trabalhar na mina, não é? São coisas assim – a escala é importante – e uma outra... Fator também, é... De depreciação dos empregos e da... Do retorno – emprego não é retorno, é troca né? Emprego é... Paga por um trabalho, então eu não vejo emprego como favor, como muitos vêem hoje aí. Mas os empregos depreciaram muito, na medida em que a privatização, a terceirização se tornou (sic) prática corrente. Houve uma certa discussão judicial, se podia terceirizar as atividades primárias... No momento houve ações aí, até famosas aí da Cemig, na própria Vale, que teve que voltar a gente e tudo. Mas a terceirização, ela ganhou espaço e hoje ela é comum, hoje não sabe mais o que que é primário, o quê que é terciário, quaternário, vai trocando por aí afora. Então o emprego, a desvalorização do emprego, do empregado, da família do empregado, da sociedade como um todo, nessa... Nesse dividir o lucro com quem trabalha, que é o emprego, né, a divisão ficou mais injusta, concentrou mais renda na mão de quem é dono, com a terceirização.⁵⁵⁹ Então são três coisas, assim, bastante importantes que eu me lembro de relação com a sociedade, sendo que o aumento de escala, ele tem consequências importantes, né? – que é entrada em cima de áreas de mananciais, aproximação do município, aumento das barragens...⁵⁶⁰

⁵⁵⁸ Relatório da empresa de 18 de fevereiro de 2020, salienta que a oferta pública inicial (IPO) na B3, foi classificado “entre os 10 maiores IPOs da história da bolsa brasileira em volume”. Ver mais em: <<https://www.csn.com.br/quem-somos/grupo-csn/csn-mineracao>>. Acesso em: 30 jun. 2023.

⁵⁵⁹ Grifos nossos.

⁵⁶⁰ Entrevista cedida por Sandoval de Souza Pinto em 6 de setembro de 2019.

O depoimento acima mostra a dissolução de uma relação mais próxima, provinciana, entre os trabalhadores e filhos de empregados das empresas mineradoras e o quanto isso afetou no dia a dia dos habitantes de Congonhas (MG). Elementos estes que encontram justificativas no aumento da escala da extração de minério de ferro e abertura do mercado de *commodities*. Como mais detidamente, esclarece Sandoval:

Não tem como você é... Avaliar a atuação da mineração em Congonhas sem fazer duas linhas de corte: a primeira linha de corte, cê já tocou nela (sic) que é da privatização. Quando as empresas eram estatais... É havia outro modo de conduta, né? CSN, por exemplo... É... Havia um, assim, a gente percebia, mesmo criança, a gente percebia um cuidado maior com a cidade, né? ⁵⁶¹ [...] com os empregados, com, assim... Uma... manifestação exterior de... Patrimonial (sic) mais robustas do que hoje né? As pessoas falava (sic), “óh! Trabalha na CSN, trabalha na Açominas”... A própria Ferteco que era uma empresa privada, mas também tinha relações, assim. Essa... A essa época, as empresas eram... A responsabilidade social⁵⁶² era mais palpável pra população.⁵⁶³

Com a abertura neoliberal da economia nos anos 1990 e as privatizações das estatais do minério de ferro e do aço, Milanez (2011), destaca que a CSN por exemplo, passou a abastecer, não apenas, a Usina Presidente Vargas em Volta Redonda (RJ),⁵⁶⁴ mas ao mercado internacional,⁵⁶⁵ notadamente o asiático. Com a privatização, a empresa tem investido em novos projetos de expansão sob a ótica da responsabilidade social,⁵⁶⁶ mas a relação com os habitantes nem sempre é colocada no plano de prioridades.

Numa forma geral a gente vê mais discurso do que prática, né? Fala-se muito em responsabilidade social, fala-se muito, como disse aí há pouco em normas, normatização de responsabilidade social, de gestão de risco, de segurança, de qualidade de meio ambiente e tudo... Porém, na prática, é... Há uma certa, diria

⁵⁶¹ Grifos nossos.

⁵⁶² Grifos nossos.

⁵⁶³ Entrevista cedida por Sandoval de Souza Pinto em 6 de setembro de 2019.

⁵⁶⁴ Criada a partir do decreto-lei n.º 3.002/41 do presidente Getúlio Vargas em 9 de abril de 1941.

⁵⁶⁵ Em 2008 a CSN adquiriu a Namisa, em um negócio de US\$ 3,8 bilhões com sócios asiáticos. Com a fusão em 2015 entre os ativos de mineração da CSN e Namisa, foi criada a CSN Mineração S.A. dividida entre CSN (87,52%) e consórcio composto por grandes siderúrgicas asiáticas (12,48%). Em 2021 a nova composição acionária, a CSN controla 79,14% das ações, enquanto empresas asiáticas (11,30%) e outros acionistas (9,55%). Ver mais em: <<https://www.csn.com.br/quem-somos/grupo-csn/csn-mineracao/>>. Cf. Scaramuzza e Guimarães (25/11/2014). Disponível em: <<https://exame.com/negocios/csn-anuncia-fusao-de-ativos-com-a-namisa/>>. Acesso em: 30 jun. 2023.

⁵⁶⁶ Em 6 de setembro de 2021 a CSN, por meio de sua controlada CSN Cimentos, adquiriu a Lafarge-Holcim (Brasil) S.A. situada na cidade de Barroso (MG) em um negócio R\$ 5,2 bilhões. De acordo com matéria publicada pela revista Exame, com a aquisição da empresa o grupo CSN “chegou ao posto de segundo maior produtor de cimento do país, ficando atrás apenas da Votorantim Cimentos”. Cf. Ribeiro (Valor, 07/09/2022). Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2022/09/07/csn-assina-cheque-de-r-52-bilhes-e-finaliza-compra-da-cimenteira-lafargeholcim-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

arrogância, de... Podemos tratar diretamente assim, sem muito rodeio, um abuso do poder econômico,⁵⁶⁷ né? – das empresas em cima de sociedades que vão ficando cada vez mais depauperadas e vão se sujeitando a coisas que não são, não levam a... Não são vetores de dignidade, como por exemplo morar debaixo de uma barragem (sic), sem ter informação – dá um terremoto, aí a família do (sic)... As famílias que moram lá de baixo vão procurar a empresa: 'Ô, tá tudo bem aí'? Enquanto era pra ser o contrário, né, entendeu? Então é uma relação truncada, uma relação – não é boa não!⁵⁶⁸ – e isso não vem da sociedade não. Isso vem das empresas a meu ver.⁵⁶⁹

Um dos investimentos que destacaremos nesta tese foi apresentado em 2007/2010 pela CSN. Após grande resistência popular da comunidade de Congonhas, acabou sendo cancelado, em 2012. No entanto, novos investimentos foram concedidos, como veremos adiante. Antes, porém, iremos nos deter no debate da expansão da atividade mineradora, da agressão ao meio ambiente e da resistência dos habitantes e dos movimentos sociais aos avanços da mineração.

Matéria da revista Exame, de 10 de outubro de 2010, intitulada, “CSN vai investir quase US\$ 10 bilhões para crescer e se diversificar”, destaca que os projetos da empresa pretendiam “triplicar a capacidade instalada de placas e entrada em novos segmentos devem ser concluídos até 2010”. De forma mais detalhada o texto explica os investimentos.

Os projetos devem ser concluídos até 2010 e incluem a construção de duas usinas de placas de aço, uma de aços longos, o aumento da produção da mina de Casa de Pedra, e uma fábrica de cimento. O maior investimento, 3,7 bilhões de dólares, será realizado na expansão da Casa de Pedra, cuja capacidade instalada atual é de 16 milhões de toneladas por ano. Dividida em quatro etapas, a expansão deverá elevar a capacidade da mina para 21 milhões de toneladas em fevereiro de 2008. Ao final da última fase, em julho de 2010, a planta estará apta a extrair 53 milhões de toneladas anuais. As reservas comprovadas da Casa de Pedra são de 1,6 bilhão de toneladas. A ampliação da mina contempla a instalação de uma usina de pelotização (que transforma o minério de ferro bruto em pelotas, produto mais nobre no mercado internacional) com capacidade de 6 milhões de toneladas por ano até 2011. Outro projeto ligado à mina é a expansão do Porto de Itaguaí, que chegará a março de 2009 capaz de embarcar 40 milhões de toneladas por ano [...] Segundo os analistas, a ampliação da Casa de Pedra é o pilar dos demais planos da empresa.⁵⁷⁰

No caminho dos investimentos da CSN, porém estava a retomada da discussão do tombamento da Serra Casa de Pedra, onde está localizado o Morro do Engenho, principal mina

⁵⁶⁷ Grifos nossos.

⁵⁶⁸ Grifos nossos.

⁵⁶⁹ Entrevista cedida por Sandoval de Souza Pinto em 6 de setembro de 2019.

⁵⁷⁰ Cf. Exame (10/10/2010). Disponível em: <<https://exame.com/negocios/csn-vai-investir-quase-us-10-bilhoes-para-crescer-e-se-diversificar-m0127757/>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

a ser expandida. Desde 2007 a empresa havia anunciado um investimento na ordem de R\$10 bilhões para ampliação de suas atividades, com a construção de uma siderúrgica, duas usinas de pelotização e um condomínio industrial.

A área a ser expandida, no entanto, iria envolver, exatamente, o Morro do Engenho, localizado na Serra Casa de Pedra. Os bastidores com as motivações e articulações políticas dos investimentos entre a empresa e alguns dos principais políticos da esfera estadual são descritos na matéria, “Projeto de lei barra planos de expansão da CSN em Minas”, do jornal Indústria Hoje, de 17 de agosto de 2012. Segundo o texto, a politização dos planos de expansão era algo que a empresa não esperava. Como descreve a matéria, o presidente da CSN, Benjamin Steinbruch, procurou o então Sérgio Guerra, presidente nacional do PSDB e deputado federal por Pernambuco, se queixando da situação em Congonhas.

“Ele é amigo meu e disse que tem esse projeto grande em Congonhas e que estava tendo problemas lá”, disse Guerra. Segundo ele, a conversa ocorreu há três ou quatro meses. “Falei com o Rodrigo de Castro e com o Marcos Pestana [deputados federais por Minas] e perguntei como estavam as coisas. E aí não soube mais o que aconteceu”. Pestana, que tem parte de sua base eleitoral em Congonhas, diz que está tentando ajudar a promover o diálogo entre a CSN e lideranças políticas na cidade “para criar um consenso técnico e político”. Mas admite: “É evidente que o clima eleitoral já contamina um pouco”.⁵⁷¹

O texto também detalha a articulação da empresa com o então governador Aécio Neves para a implementação da expansão em Congonhas.

Em 2007 foi com os tucanos que Steinbruch (presidente da CSN) discutiu os planos de ampliação – a maior parte em Congonhas e outra parte em Arcos. Naquele ano, ele assinou com o então governador de Minas Aécio Neves (PSDB) – hoje senador – um protocolo de intenções de investimentos de R\$ 9,5 bilhões. Reafirmados em 2009, em cerimônia em Belo Horizonte, os planos incluíam a ampliação de produção de minério de ferro na Serra da Casa de Pedra, uma siderúrgica e uma pelotizadora. Tudo isso em Congonhas. Em Arcos, uma fábrica de clínquer e uma cimenteira. A primeira iniciou operações em 2011 e a cimenteira está em obras. Em Congonhas, apenas a expansão de Casa de Pedra foi à frente, mas em ritmo gradual.⁵⁷²

A Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº. 2.697/2007, estabelecem “o tombamento do conjunto das vertentes da Serra Casa de Pedra voltadas para a área urbana, ficando estabelecido que os limites do polígono do bem tombado seriam definidos em lei

⁵⁷¹ Cf. Indústria Hoje (2012). Disponível em: <<https://industria hoje.com.br/projeto-de-lei-barra-planos-de-expansao-da-csn-em-minas>>. Acesso em: 03 jul. 2023.

⁵⁷² Cf. Indústria Hoje (17/08/2012). Disponível em: <<https://industria hoje.com.br/projeto-de-lei-barra-planos-de-expansao-da-csn-em-minas>>. Acesso em: 03 jul. 2023.

específica” (Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente, 2011). Foi aí que o Projeto de Lei nº. 27/2008 de iniciativa popular propôs então, a definição de um polígono de tombamento da Serra Casa de Pedra, como prevê o art. 4º da Lei nº. 2.694/2007. No entanto, a CSN contestou o projeto, “afirmando que faltavam elementos técnicos para justificá-la e contratou uma empresa de consultoria para fazer o levantamento da área”. Diante do impasse, Esclarece a Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente,

a Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural de Congonhas instaurou inquérito civil público e requisitou a realização de vistoria e elaboração de um laudo por peritos da Central de Apoio Técnico do Ministério Público, que concluiu que a área de proteção deve ser, no mínimo, a constante do PL 27/2008.⁵⁷³

Em março de 2012, o MPMG, por meio do promotor estadual Marcos Paulo de Souza Miranda ameaçou pedir à Unesco que a cidade perdesse o título de Patrimônio Mundial, caso a Câmara Municipal votasse contra o Projeto de Lei nº. 027 de 2008⁵⁷⁴ que estabelecia os limites da exploração da mineradora e protegia a silhueta da serra Casa de Pedra. Em entrevista ao jornal Estado de Minas, o promotor anunciou: “Vou pedir à Unesco que Congonhas perca o título de Patrimônio da Humanidade por descumprimento da convenção”.⁵⁷⁵ Para o MPMG o morro é a moldura natural do conjunto arquitetônico da Basílica de Bom Jesus do Matosinhos e dos 12 profetas cunhados por Aleijadinho.

Anderson Cabido, prefeito de Congonhas pelo PT à época da discussão, avalia as tensões e o que ele entende como contaminação do debate. Para o ex-mandatário era possível que o investimento fosse realizado, desde que a CSN preservasse a silhueta da serra Casa de Pedra.

O nosso governo, se eu não me engano (2006 ou 2007) aprovou a lei que fazia o tombamento do... Da silhueta da serra, do perímetro da serra pra evitar com que a serra perdesse o seu caráter cênico em relação a Congonhas, ou seja, a silhueta da serra deveria ser preservada. Essa foi uma lei que foi aprovada durante o nosso governo. Logo em seguida, com o acordo que o governo do estado fez envolvendo a CSN [investimento bilionário em um forno de fundição] surgiu a oportunidade de Congonhas beneficiar o minério que hoje

⁵⁷³ Ver mais em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/mpmg-recomenda-protecao-da-serra-casa-de-pedra-em-congonhas-mg/2675340>. Acesso em: 03 jul. 2023.

⁵⁷⁴ Em 2007, a Serra foi tombada pela Lei nº 2.697, que previa a necessidade de legislação específica para delimitar os limites do polígono do bem tombado. Neste sentido, foi apresentado o projeto de Lei de iniciativa popular nº. 027/2008, que somente foi votado pela Câmara Municipal em 22 de dezembro de 2012 através da Lei nº. 3.224.

⁵⁷⁵ Cf. Estado de Minas (12/03/2012). Disponível em: <<https://shre.ink/PerdadotituloUnesco>>. Acesso em: 04 jul. 2023.

é retirado sem nenhum tipo de valor agregado... É retirado da nossa cidade e vai embora, vai pra Volta redonda, vai pra outros lugares, né? Então havia ali uma oportunidade, mesmo sendo uma negociação à época, travado pelo governo do estado – o governo do estado que sinalizou e prometeu o distrito industrial lá de Congonhas que seria o maior distrito industrial do Brasil, não é? Dizendo isso, a gente via com bons olhos a iniciativa, desde que ela respeitasse algumas condicionantes que o município entendia ser necessárias, né? Ter a usina ali era uma boa coisa, por quê? Porque a gente beneficiaria do minério. Agora, deveriam ser respeitadas algumas condicionantes e essas condicionantes foram, é... duramente negociadas com ali com a empresa, né? E uma delas era, justamente a de preservar a silhueta da serra, né?⁵⁷⁶ Havia um mito de aqui ali viraria uma grande planície, que seria retirada toda a serra, que a serra seria substituída por uma planície ali de tanto, é... De tanta mineração que passaria a acontecer – o que era um grande, uma grande (sic) a gente não usava esse termo na época, era uma grande fake news, que mobilizou aí, de uma forma maliciosa, até... Mobilizou o interesse de um tanto de gente que se sentiram ameaçadas, né? – pessoas que se sentiram ameaçadas. Mas isso não procedia, não era verdadeiro.⁵⁷⁷

Cabido ainda salienta que a desinformação teria atingido até mesmo o Ministério Público, pois, segundo o ex-prefeito, seria impossível Congonhas perder a chancela da Unesco como Patrimônio Cultural Mundial.

O que havia era a intenção de fazer uma usina e de aumentar a produção, mas era possível fazer a compatibilização ali dos interesses da cidade. Só que o clima ficou tão, tão, tão contaminado que, é... Qualquer avanço que possa ter existido – ele foi alcançado com muito sofrimento, com muito custo, com muita desinformação e muito embate, né? E uma das coisas... E essa fake news alcançou o próprio Ministério Público, né?⁵⁷⁸ – que soltou uma notícia na época, soltou essa entrevista na época afirmando que Congonhas perderia o título de patrimônio mundial, né? E, obviamente isso não procedia. Tivemos o cuidado na época de consultar a Unesco – a gente tinha uma relação bastante próxima com a Unesco, e a Unesco falou que não, que não era um risco iminente Congonhas perder seu patrimônio. Pelo contrário. Que Congonhas vinha fazendo um trabalho tão valioso e tão importante no seu patrimônio que, é... Congonhas talvez fosse uma das cidades, que o risco de perder o título fosse menor... Uma das menores cidades do Brasil, que tinha o risco de perder o título, né?⁵⁷⁹ Então, deixa eu refazer. Congonhas era, dentre as cidades patrimônio mundial, talvez uma das que menos corriam o risco de perder o título de patrimônio, justamente, por causa de todo o trabalho de preservação, proteção, conservação, promoção do patrimônio que a gente fazia durante o nosso mandato. Então foi uma notícia é... Que eu tenho hoje, que eu classifico hoje, como uma fake news, que levou a uma desinformação e um pânico generalizado na cidade – e que ela tava fundamentada em informações que

⁵⁷⁶ Grifos nossos.

⁵⁷⁷ Entrevista concedida por Anderson Cabido em 23 de janeiro de 2021.

⁵⁷⁸ Grifos nossos.

⁵⁷⁹ Grifos nossos.

não procediam.⁵⁸⁰ Então esse é o meu entendimento do que aconteceu na época.⁵⁸¹

Tanto o depoimento de Benjamin Steinbruch no diálogo com o então Governador de Minas Gerais Aécio Neves, com o Presidente Nacional do PSDB, Sérgio Guerra, e os deputados federais ligados aos tucanos, quanto a avaliação do ex-prefeito de Congonhas, Anderson Cabido, convergem para a discussão sobre o neoextrativismo que iniciamos neste capítulo. Segundo essa visão, compartilhada pelos agentes mencionados, os recursos naturais deveriam ser utilizados para um "benefício" maior às gerações atuais e futuras: crescimento econômico, geração de empregos, aumento da arrecadação de impostos, entre outros. Por outro lado, essa representação do progresso ou Discurso Autorizado do Progresso, presente nas palavras e nas ações de autoridades políticas e empresários, relega a segundo plano impactos negativos como a poluição, a degradação de nascentes, especulação imobiliária e possíveis ameaças ambientais.

De acordo com estudo encomendado pelo MP, a área dos investimentos da CSN em 2007 a 2012 era destinada a uma reserva ambiental, desde 2004, e não poderia ser minerada pela empresa.⁵⁸² A empresa à época, em 2012, até tentou redistribuir a área destinada a uma reserva de proteção permanente para outra cidade da região, mas o pedido foi negado pela Justiça.⁵⁸³ Salientamos a importância do bioma do Morro do Engenho na sobrevivência da cidade. No local se encontram 29 captações de água, que respondem à metade do abastecimento de Congonhas.

⁵⁸⁰ Grifos nossos.

⁵⁸¹ Entrevista concedida por Anderson Cabido em 23 de janeiro de 2021.

⁵⁸² O impasse só teria uma saída em 5 de dezembro de 2016 através do Termo de Composição firmado entre o Ministério Público e a Congonhas Minérios S.A. subsidiária da CSN, em que ficou estabelecido que a empresa não poderia modificar, substituir ou realocar a reserva legal definida pelas Leis Municipais nº. 2.694/2007 e nº. 3.224/2012, ou mesmo desenvolver quaisquer atividades minerárias ou de pesquisa nas áreas de tombamento da Serra Casa de Pedra que comprometessem os atributos naturais. O termo ainda instituiu que a empresa criasse uma RPPN até 90 dias depois da aprovação do Instituto Estadual de Florestas (IEF). Este último compromisso ainda não foi efetivado, como podemos observar na consulta à lista de RPPNs do site do IEF. <<https://shre.ink/IEF/>>. Acesso em: 04 jul. 2023. Cf. Ministério Público (Ação Civil Pública, 2016).

⁵⁸³ Matéria do jornal Estado de Minas revela que a 2ª Vara de Justiça de Congonhas “acatou ação civil pública do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) que impede que a empresa transfira a reserva ambiental legal de aproximadamente 978 hectares para duas localidades: a vizinha Belo Vale e o distrito de Alto Maranhão. A transferência é um subterfúgio da empresa caso os vereadores de Congonhas aprovem o Projeto de Lei nº. 027 de 2008 “[...]. O projeto limita a expansão da mineração no Morro do Engenho, parte da já tombada Serra da Casa de Pedra, que emoldura os Profetas do Aleijadinho”. Cf. Estado de Minas (10/05/2012). Disponível em: <<https://shre.ink/JusticaimpedeCSN>>. Acesso em: 04 jul. 2023.

Com posse das informações⁵⁸⁴ do estudo do MPMG, quatro promotores entraram com uma ação civil pública, com pedido de liminar, para impedir que a CSN levasse adiante os planos de expansão. Esta ação mobilizou uma força tarefa do MPMG com as participações do promotor de Congonhas, Vinícius Alcântara Galvão, do coordenador das Promotorias de Justiça de Defesa da Bacia dos Rios das Velhas e Paraopeba, Carlos Eduardo Ferreira Pinto, e do coordenador das Promotorias de Justiça de Defesa das Bacias Hidrográficas, Paulo César Vicente de Lima.

Vinicius Alcântara Galvão, Promotor de Justiça de Congonhas relata as iniciativas que foram tomadas para se preservar a paisagem da Serra em 2012.

Em 2012, a Câmara Municipal de Congonhas estava em vias de delimitar a área, no entorno do Morro do Engenho, que já sido tombada. Para fornecer parâmetros à questão, pedi ao Setor Técnico da Promotoria que fizesse um levantamento dos atributos ambientais da área, e com base neste estudo, fizemos uma Recomendação aos vereadores para que, na delimitação do perímetro a ser protegido, fossem observados os parâmetros técnicos colhidos no estudo da Promotoria.⁵⁸⁵ Um dos pontos, foi a identificação de todas as nascentes utilizadas para o abastecimento público da população local. Mostramos, que a legislação proíbe mineração nestes espaços, e que este era um parâmetro fundamental na delimitação da área a ser agregada ao Tombamento do Morro do Engenho.⁵⁸⁶ Como a votação não estava a contento do que tínhamos observado, o Ministério Público entrou com uma Ação Civil Pública, com o pedido de que a área delimitada no estudo não fosse minerada. A liminar foi deferida, e ao final, a Promotoria e a CSN fizeram um acordo preservando este importantíssimo espaço ambiental, que é rico em atributos naturais, e também compõe a visão do Adro do Bom Jesus de Matosinhos.⁵⁸⁷ Na época, falou-se muito sobre o limite do tombamento do Adro do Bom Jesus de Matosinhos, e alguns políticos diziam que a área protegida pela Unesco era restrita ao limite espacial do Adro. Em uma entrevista ao Jornal o Tempo, disse que me recordava de um poema de Oswald de Andrade, que dizia: "No anfiteatro das Montanhas/Os profetas do Aleijadinho/Monumentalizam a paisagem". Ora, o poeta, numa visão epifânica, enxergou uma interface entre as montanhas e as esculturas, mostrando como o espaço das montagens, e a perspectivas das esculturas a céu aberto se agregam ao cenário geral. Um artista genial como o Aleijadinho, certamente trabalha de uma perspectiva holística, e a escolha do local, com os profetas comungando com as montanhas, forma um conjunto indelével e inseparável. Lembrei de uma conversa que tive com um geólogo do Iphan, que me contou que nos anos 80 fizeram réplicas dos Profetas do Aleijadinho, e as expuseram em Nova York, mas que o público não gostou das imagens. No caso, "faltou" as réplicas,

⁵⁸⁴ Cf. Estado de Minas (2012). Disponível em: <<https://shre.ink/areaqueCSN>>. Acesso em: 04 jul. 2023.

⁵⁸⁵ Grifos nossos.

⁵⁸⁶ Grifos nossos.

⁵⁸⁷ Grifos nossos.

nitidamente, o espaço circundante das montanhas,⁵⁸⁸ que dão textura e sentido às genais esculturas.⁵⁸⁹

Estes fatos nos mostram que as motivações da Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público vão ao encontro do pensamento de Sandra Pelegrini (2006, p. 84) quando a autora afirma que, “[...] as singularidades relacionais entre as culturas e o meio ambiente definem, conforme os fundamentos da geografia cultural, os traços da própria paisagem e a distinguem de outros espaços, determinando o seu *geni'us loci*, ou seja, a ‘alma do lugar’”.

Um dos principais atores neste imbróglio que afetaria, radicalmente, a experiência dos moradores com o lugar, com consequências (reflexos) à memória coletiva e ao meio ambiente – caso a CSN pudesse explorar a Casa de Pedra – foi a Câmara Municipal. Tendo a empresa Galvasud S.A.,⁵⁹⁰ ligada à mineradora como a principal financiadora da campanha eleitoral em 2008, com um total de R\$80 mil⁵⁹¹ – que contemplou todos os vereadores candidatos à reeleição no ano de 2012 – os legisladores sofreram uma forte pressão popular para a aprovação da PL nº. 027/2008 que delimitava a área de atuação da CSN. A esse conflito de interesses, destaca Sandoval de Souza Pinto:

Então, na verdade, quem estava aceitando ela (sic) [a expansão da CSN] só quem levava vantagem, quem tivesse na possibilidade de levar vantagem. A gente não tem como provar, mas fala-se muito que políticos estavam sendo... E na época também as empresas podiam dar dinheiro para as campanhas políticas e a gente sabe como é esse negócio, né? E na época a empresa deu dinheiro aí adoidado pra campanha política, de A, de B, de C, pra candidato a vereador, pra candidato a prefeito e tudo, e o pessoal... E coincidentemente ou não os caras que ganhavam esse dinheiro, eram os que estavam mais a favor, né: 'não, isso é bom demais!' Teve sujeito que falou até em desmanchar a serra e fazer uma serra de ferro, de chapa – teve isso, né? – que chegaram a falar em pegar água do Rio Maranhão pra abastecer a cidade. Água que pega o esgoto todo de Congonhas, de Lafaiete, entendeu? Falar não, colocar isso em projeto e apresentar à população.⁵⁹²

Apesar de apoiar a organização de dez⁵⁹³ audiências públicas sobre o tema, às vésperas da votação final do projeto de lei que impunha limites à atuação da CSN, os vereadores ainda estavam sob desconfiança dos movimentos sociais e da imprensa. Em 18 de dezembro de 2012, a Câmara aprovou em segundo turno, por sete votos a zero e uma abstenção, o PL nº.

⁵⁸⁸ Grifos nossos.

⁵⁸⁹ Entrevista concedida por Vinícius Alcântara Galvão em 02 de agosto de 2021.

⁵⁹⁰ Hoje denominada CSN Porto Real.

⁵⁹¹ Cf. Borato (2012). Disponível em: <<https://shre.ink/monumenta>>. Acesso em: 04 jul. 2023.

⁵⁹² Entrevista cedida por Sandoval de Souza Pinto em 6 de setembro de 2019.

⁵⁹³ Cf. Indústria Hoje (2012). Disponível em: <<http://www.industriahoje.com.br/projeto-de-lei-barras-planos-de-expansao-da-csn-em-minas>>. Acesso em: 04 ago. 2023.

027/2008.⁵⁹⁴ A decisão embasou a promulgação da Lei nº. 3.224, de 28 de dezembro de 2012, que definiu os limites de atuação da atividade mineradora. Como estabelece o documento no Art. 1º. “Fica reconhecido como bem tombado, o conjunto paisagístico da Serra Casa de Pedra, para fins definidos na Lei Municipal nº. 2.694, de 2 de maio de 2007, constituído pelo perímetro descrito nos termos do Anexos I, II e III e do Mapa que constitui o anexo dessa Lei”. Ou, seja, em tese a proteção seria garantida. No entanto, a inclusão de um dispositivo poderia servir como ponto de partida para estudos técnicos que embasariam investimentos futuros, conforme descrito no § 1º:

Fica permitida, por um prazo de três anos, a realização de pesquisas e sondagens geológicas⁵⁹⁵ na área descrita no ANEXO III – Mapa e Memorial Descritivo, sem prejuízo da necessidade de autorizações e licenciamentos ambientais previstos em lei.⁵⁹⁶

A possibilidade de a CSN realizar estudos no Morro do Engenho foi considerada pelos defensores da área de proteção, como o primeiro passo para novas brechas à exploração da Serra Casa de Pedra, o que pode fazer sentido, já que o assédio a novos investimentos, mesmo sob a obrigação legal de proteção da reserva, continua.⁵⁹⁷

A tentativa frustrada da empresa quanto ao investimento bilionário em 2012, cancelado após a aprovação da Lei nº. 3.224/2012, que sancionou o tombamento previsto no PL nº. 027/2008 foi comemorada pelo ex-prefeito, José de Freitas Cordeiro – Zelinho (2013-2020) que sucedeu Cabido (2005-2012). Como argumenta:

⁵⁹⁴ Estado de Minas (2012, 19/12/2012). Disponível em: <<https://shre.ink/Leiprotege>>. Acesso em 04 ago. 2023.

⁵⁹⁵ Grifos nossos.

⁵⁹⁶ Cf. Câmara Municipal de Congonhas. Lei nº 3.224, de 28 de dezembro de 2012.

⁵⁹⁷ O Termo de Composição firmado entre a empresa e o Ministério Público em 5 de dezembro de 2016, o qual mencionamos anteriormente, em que ficou estabelecido que a CSN não poderia realizar atividades minerárias de qualquer espécie, mesmo estudos de pesquisa na área de reserva legal estabelecidas nos limites do tombamento pelas Leis Municipais nº. 2.694/2007 e nº. 3.224/2012, foi um importante avanço na proteção ambiental. No entanto, a empresa, como também mencionamos não instituiu a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), como havia sido acordado. Essa falta de transparência da empresa levanta suspeitas quanto aos novos investimentos. Em 29 de abril de 2022, a Câmara de Atividade Minerária (CMI) do Conselho de Política Ambiental (Copam), aprovou os planos de expansão de 50% da capacidade de produção da CSN na Mina Casa de Pedra. Com a autorização a empresa deverá passar de 10 para 15 milhões de toneladas/ano de minério de ferro. Sobre a ausência da RPPN de Casa de Pedra, consultar: <<https://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/publico/rppn/MG/>>. Sobre a ampliação da produção da CSN na Mina Casa de Pedra. Cf. O Tempo (15/05/2022). Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/csn-aumentara-em-50-producao-na-mina-casa-de-pedra-em-congonhas-1.2667535>>. Acesso em: 07 dez. 2022.

A princípio quanto você é... está numa cidade, você participa duma cidade como um vereador, ou como prefeito, que você vai receber uma usina, você pensa logo em desenvolvimento da cidade, pensa logo em empregos, geração de renda – de empregos pra cidade – que é importante, como veio... como foi o caso da Gerdau. Veio pra nossa região, veio pra Congonhas porque a Gerdau está em Congonhas e Ouro Branco. 84% da Gerdau é Congonhas – da área da Gerdau – e 16 [%] em Ouro Branco. Mas na época teve um acordo, que foi dividido o ICMS, 51[%] pra Congonhas e 49[%] para Ouro Branco. Então é um presente se a cidade ganha, como foi o caso agora de Jeceaba, Vallourec, né? A Vallourec quando o governador Anastasia chamou o prefeito Júlio pra informar que Jeceaba iria receber a Vallourec, o Júlio não sabia – prefeito de Jeceaba – e o Júlio começou a reclamar com o governador que Jeceaba era uma cidade muito pobre, que a cidade não tinha nada, que ele gostaria de um incentivo... ele gostaria de um incentivo pra... pra uma fábrica de marmelo, de marmelada, que lá tinha muito marmelo. Aí o governador falou assim, 'não, eu não vou te dar uma fábrica de marmelo, eu vou te dar uma usina' (A Vallourec) – e ele caiu duro, segundo o próprio governador. Então isso muda a cidade como está mudando, né, a receita de Jeceaba gera renda, gera emprego. Então a princípio a gente acha que... que é o desenvolvimento que está chegando. Mas eu te confesso que hoje, graças à Deus que essa usina [da CSN] não veio, porque traz problemas também para a cidade. Essa usina iria ficar muito próxima de Congonhas, né, lá tem Casa de Pedra.⁵⁹⁸ Então, foi abortado esse projeto, né? Ainda bem, porque vem problemas também, não é? É uma usina que ficaria muito próxima da cidade.⁵⁹⁹

O cancelamento do investimento da CSN em 2012 parece revelar, não apenas a dependência econômica da cidade à mineração, mas a própria relação que as empresas têm com Congonhas. Como comenta Zelinho:

E Congonhas e eu gostaria que Congonhas continuasse essa cidadezinha tranquila, cidade turística, né, com as mineradoras que nós temos, que é aqui, o minério está aqui, né? Mas hoje eu já penso diferente, eu acho que essa usina não traria benefício, é... pra nossa cidade não. Eu acho que teve um grande problema, porque viriam muitas pessoas trabalhar, mais de 30 mil pessoas 'trabalharam' no início, né, a cidade, é... não cresceria, iria inchar. É... como uma cidade patrimônio da humanidade, não é, então eu acho que, é... traria mais problemas que benefícios. Se a usina ficasse distante da cidade, mas a usina ia ficar bem próxima da cidade, né?⁶⁰⁰ Pra você ir em Casa de Pedra você tem que passar por dentro de Congonhas, né?⁶⁰¹

À época dos investimentos da CSN aventou-se a necessidade de se construir uma rede hoteleira em Congonhas, o que acabou não se concretizando após a votação contrária aos interesses da empresa mineradora em dezembro de 2012. No entanto, parece não haver outros movimentos (da iniciativa privada e do poder público) que indiquem uma retomada da

⁵⁹⁸ Grifos nossos.

⁵⁹⁹ Entrevista cedida por José de Freitas Cordeiro em 10 de agosto de 2018.

⁶⁰⁰ Grifos nossos.

⁶⁰¹ Entrevista cedida por José de Freitas Cordeiro em 10 de agosto de 2018.

necessidade de se pensar em uma rede de hotéis para atender ao turismo, por exemplo. Ao que também indaga Ana Alcântara, ex-diretora de Turismo da Prefeitura de Congonhas:

[...] é primordial que se faça. Porque dentro da cadeia produtiva do turismo a hotelaria, ela tem uma aba de destaque. Então nós precisamos sim, pensar nessa questão. O que que acontece? Você disse a questão da CSN, que pensou-se (sic) em construir um grande empreendimento hoteleiro... Mas pra construir esse grande empreendimento hoteleiro nós temos que saber: – quem que eu vou colocar ali dentro para hospedar? Eu vou colocar operário da mineração ou eu vou colocar o turista ou visitante lá dentro? – E a mesma coisa para os nossos hotéis. Nós precisamos traçar como é que vai ser o nosso foco de ação. Se eu sou um empreendedor de hotel, eu quero trabalhar o meu hotel só com visitante, só com turista, ou quero só com empregado da mineração? E quando o empregado da mineração não tiver aqui, hospeda o turista num quarto totalmente sem identidade cultural? Então nós precisamos trabalhar essa capacitação sim, isso é urgente, isso é primordial, porque não tem como trabalhar o turismo se você não envolver a hotelaria diretamente no processo. E aí é o que eu digo, eu repito: nós precisamos de investir nas pessoas. Porque o que que acontece, uma vez eu brinquei com um dono de hotel e falei com ele assim: olha, é, serve um chocolate quente à noite para o seu hóspede. Chega lá com uma xícara bonitinha e fala assim, 'fiz gentilmente pra você"! Ah, então aí vou ter que aumentar minha diária, porque eu vou tirar (sic) a questão do chocolate aqui que é caro, que não sei o quê... Eu virei e falei assim - olha, você então aumente (sic) o valor da sua diária e faça esse mimo pro seu hóspede, porque isso vai marcar para ele. Pergunta se ele fez? Ele não fez. – Ah, se eu for aumentar tem a concorrência e tem não sei o quê... Então o que que acontece, é você chegar com chocolatezinho quente no inverno e dar aquela xícara cheia de carinho, cheia de personalidade pra você ver assim, 'olha, ele lembrou de mim, nesse frio trouxe um chocolate quente para mim. Então vai ser o melhor chocolate que eu tomei em Congonhas, vai ser o chocolate'. Mas as pessoas faltam (Sic) ter essa sensibilidade.⁶⁰²

O dilema parece ainda persistir. Mesmo os hotéis da cidade têm se voltado à demanda de trabalhadores da mineração e têm pouca adesão dos turistas. Talvez um dos problemas esteja na falta de políticas de incentivos aos investimentos neste setor, ainda precarizado e que oferece pouco conforto aos visitantes que preferem se hospedar em cidades mais próximas como Ouro Preto e Ouro Branco.

Como entender o papel da mineração em Congonhas, então? Seria o caso de se reconhecer o *amor fati* e de se aceitar a lei do eterno retorno,⁶⁰³ como argumenta Nietzsche (2001 [1882]) ou de se pensar em alternativas a esse destino? Na opinião do ex-prefeito Anderson Cabido (2005-2012) esta questão está longe de ser pacificada.

⁶⁰² Entrevista cedida por Ana Alcântara em 27 de julho de 2021.

⁶⁰³ Os dois conceitos são abordados pelo filósofo no livro “A Gaia Ciência”. Cf. Nietzsche (2001). Cf. também: Saavedra (2018, p. 43-60).

A mineração é algo muito mal-resolvido em Congonhas, como é mal-resolvido na maioria da cidade mineradas, né? Não é uma peculiaridade, uma exclusividade de Congonhas, né? A forma como, é... Esse relacionamento se dá, né, de grandes empresas mineradoras com as comunidades e com os governos locais, com as lideranças, com as ONGs, com a sociedade civil, enfim, é uma relação que tem um espaço gigante de melhoria, mas não se consegue, porque existe ali uma mútua desconfiança entre as partes que não permite, é... Avançar, né? Não se permite que essa relação avance e se aperfeiçoe. Então a avaliação que eu faço é que poderia ser bem melhor o relacionamento das grandes empresas com a... Com as comunidades onde elas estão presentes, as grandes empresas mineradoras.⁶⁰⁴

Esta perplexidade se aprofunda ao nos depararmos, como relatamos aqui, no uso desproporcional da força econômica e do *lobby* das empresas para garantir os investimentos, que veem nos acordos judiciais a melhor saída para não pagarem as infrações.

Conta-se que há tempos algumas dessas empresas tinham alguma relação de responsabilidade social e ambiental no território. Hoje essa responsabilidade real é zero. Quando muito, cumprem a formalidade ritual dos processos de licenciamento, facilitado. Pires, distrito de Congonhas, é caso emblemático. Os quatro mil moradores estão cada vez mais acuados pelas mineradoras Ferro+, Vale, CSN, com comprometimento da água, da qualidade do ar, de projetos de relocação de casas ... Entre o povo, já se fala que ‘o jeito é sair dali’. A montanha de ferro na Serra do Pires, que alimenta a expansão das mineradoras naquele local, faz piorar a qualidade de vida do povo. Nesse caso cada vez mais. Uma imensa contradição.⁶⁰⁵

À revelia dos interesses das empresas minero-metalúrgicas está uma comunidade engajada e organizada e um Ministério Público atento aos movimentos da exploração mineral. Em junho de 2017, por exemplo, graças a um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com as indústrias locais, o MP colocou em operação a primeira das dez estações de monitoramento do ar na cidade que permitirão à prefeitura e ao Governo Estadual

⁶⁰⁴ Entrevista cedida por Anderson Cabido em 22 de março de 2021.

⁶⁰⁵ Entrevista cedida por Antônio Claret Fernandes em 02 de abril de 2021.

acompanharem a qualidade do ar, com penalizações previstas na legislação municipal⁶⁰⁶ às empresas infratoras. Destas estações, a metade será distribuída em bairros estratégicos de Congonhas e outras cinco funcionarão dentro da CSN, Vale, Ferrous, Ferro+ e Gerdau.

O que se delineia, como defendemos nesta tese, é que a representação de Congonhas se encontra entre os fragmentos de um espelho quebrado, ou em um prisma em que incidem diversas fontes de luz. Em outras palavras, recorrendo mais uma vez a Koselleck (2006) para iluminar nosso entendimento sobre Hall (2016), argumentamos que a representação se situa na tensão entre o espaço de experiências (passado no presente), do legado artístico e religioso, e o horizonte de expectativas (futuro no presente), antecipado pela atividade industrial.

Olha, a identidade de Congonhas, eu vejo que ela está diretamente ligada à cultura barroca. Nós temos dois lados, de um lado, nós temos a opulência, a grandeza dos profetas, do santuário (os profetas do Aleijadinho), é, tanto que a cidade se denomina como Cidade dos Profetas. Então, essa identidade é um lado. Mas nós temos um outro lado nessa balança que é a mineração, não é? Onde os produtos que são extraídos do minério - eles são importantes para a humanidade, a gente não vai falar que não é importante, porque é! Nós temos que reconhecer esse valor que a mineração tem. Mas, por outro lado, essa mineração, ela descaracteriza essa nossa identidade e registra muito poucas ações (sic) é, onde você consegue orientar e recuperar as áreas impactadas. Então, a gente tem que pensar nessa cidade nessa cultura dúbia, nessa cultura barroca, esses dois lados: os profetas do santuário, a riqueza que eles têm e, por outro lado, nós temos que pensar na mineração... Que vem aí (sic) a questão: um é para preservar e o outro, às vezes, descaracteriza ou muita das vezes descaracteriza. Então, essa preservação e essa descaracterização mostram muito essa dubiedade barroca que nós temos.⁶⁰⁷

Representação essa, que se encontra em permanente ameaça com a atividade mineradora, como relata Sérgio Rodrigo Reis, ex-Diretor do Museu de Congonhas (2015-2020):

A gente tem que entender que Congonhas está cercada pelas maiores mineradoras do Brasil – estão minerando de uma forma avassaladora. A gente tem ainda muita fragilidade em relação à proteção às questões ambientais. Por

⁶⁰⁶ O monitoramento é conduzido 24 horas por dia, e as informações são transmitidas simultaneamente à Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura e à Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM), que analisam os dados. Caso o nível de poluição ultrapasse o valor estabelecido pela norma do CONAMA, o operador da rede comunicará ao Departamento de Fiscalização Ambiental, que notificará a empresa infratora. Esta poderá sofrer sanções de acordo com a Legislação Municipal de Meio Ambiente – Lei nº 3096/2011, incluindo advertência, multa, embargo ou interdição das atividades. Os recursos financeiros provenientes das multas serão direcionados ao Fundo Municipal de Meio Ambiente. Disponível em: < <https://shre.ink/MonitAr>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

⁶⁰⁷ Entrevista cedida por Ana Alcântara em 23 de julho de 2021.

mais que esteja evoluída a gente tem exemplo diário de tragédias ambientais e se alguma coisa desse porte acontecer. Congonhas – você já imaginou um desastre pra história da arte, história da humanidade? A gente tem aqui um patrimônio que é do mundo. A gente não pode deixar... A gente não pode ficar refém de nada. Por outro lado, as minerações estão acontecendo. O bicho tá pegando aqui, muito perto, né? ⁶⁰⁸

O paradoxo parece confundir o olhar do expectador. Como uma “sombra doida”, as contradições caminham próximas, porém descompassadas, a equilibrar-se no jogo da representação.

Então, é... Congonhas é uma cidade minerada. Congonhas é uma cidade, é... operária, é uma cidade que se movimenta... Eu estou tirando todo o romantismo, tá, Alexandre, porque não cabe romantismo aqui no seu trabalho, eu acho. Então ela tem esse caráter de cidade operária, de cidade industrial, de cidade minerada – eu não gosto de falar mineradora, eu falo minerada – deveria ser mineradora, né? E vamos fazer essa distinção também. Cidade minerada é porque a cidade não se apropriou da mineração, a mineração não é da comunidade. A mineração não é da cidade, a mineração é de uma empresa, ou das empresas. Então, quando a comunidade, os trabalhadores, a sociedade civil, todo mundo se apropriam (sic), e sente que a mineração é deles, aí todo mundo virou minerador, aí tamo numa cidade mineradora. Mas isso não acontece, né, ainda não acontece. Então apenas somos minerados, né? ⁶⁰⁹ E o fato de sermos minerados nos impacta fortemente e cruelmente - o fato sermos minerados, desde a origem do impacta fortemente cruelmente. Então, é... Essa é a nossa identidade, mas a gente tem potencial para poder formular identidades muito mais é... é... Portadoras de futuro... Identidades muito mais portadoras de futuro do que a gente tem hoje, né? ⁶¹⁰

Seria então o legado artístico-cultural do barroco e do rococó do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos o ponto de referência dessa identificação após essa brecha do tempo aberta em meados de 1970? Ao que Vinícius Alcântara Galvão responde.

A principal identidade de Congonhas é a História. A mineração passará, e deixará seus espólios ambientais. Temos que lutar para minimizá-los. ⁶¹¹ Mas a parte histórica, fundamental para o Brasil, já que a mineração foi o que fixou geograficamente o país, e o elo que explica a nossa territorialidade atual. Em torno da mineração, agregaram-se outras economias regionais. Aqui, em Congonhas e nas cidades históricas como um todo, fortaleceu-se a ideia de nação, e se esboçaram planos de independência. ⁶¹²

⁶⁰⁸ Entrevista cedida por Sérgio Rodrigo Reis em 10 de agosto de 2018.

⁶⁰⁹ Grifos nossos.

⁶¹⁰ Entrevista cedida por Anderson Cabido em 23 de março de 2021.

⁶¹¹ Grifos nossos.

⁶¹² Entrevista cedida por Vinícius Alcântara Galvão em 02 de agosto de 2021.

Neste sentido então a chancela de Patrimônio Mundial concedida pela Unesco teria alguma influência na construção da representação de Congonhas pelos habitantes? A este aspecto observa Ana Alcântara:

Eu vejo o título da Unesco como uma forma de preservar o nosso passado, com essa vivência, com esse ganho presente, agora, e pensando mais nesse conceito de memória, numa memória futura, não é?⁶¹³ Fortalecer essas relações de identidades culturais, essas relações de identidades sociais. Com o título, eu vejo que Congonhas, não só o Santuário, mas Congonhas, é (sic), cria a possibilidade de novas práticas de preservação. Como que são essas novas práticas? É, associar essas práticas de preservação aos movimentos da busca de identidade, aos movimentos da valorização, aos movimentos da memória de Congonhas, né? O que que acontece, Alexandre? Às vezes o título, ele vem, é apresentado como um atestado de excelência, né? Ele confirma a autenticidade, ele confirma a importância do lugar, para que o lugar seja mais protegido, para que o lugar seja mais, é divulgado. Mas, o que que acontece? – eu já vi algumas cidades, que quando recebem os seus títulos, recebe o título como uma festa (sic), onde se exalta as belezas da região, onde se exalta o legado material, onde se exalta o legado imaterial e onde se exalta, sobretudo, os atores da façanha. Então assim, o prefeito quer soltar foguete (Sic) e às vezes não sabe nem para que que está soltando foguete.⁶¹⁴ Nossa, foi patrimônio cultural, vamos soltar foguete, vamos fazer uma festa! Então essas festas, esses fogos, eles têm que vir recheados de educação patrimonial. A festa é preciso? (sic) É preciso a festa. Nós gostamos de festa, nós queremos a festa, mas nós queremos que aquele patrimônio, ele vá além da festa. E que as pessoas continuam entendendo a importância o significado, o significante daquele título, né? Então, assim, têm muitos atores que fazem essa façanha, né, fazem essa comemoração, mas não trabalham a eternidade do patrimônio, porque o nosso patrimônio ele é eterno enquanto dura. Mas ele é eterno, né? Então, assim, esse imaginário que aqui se trabalha com o dia do evento, com dia do título, né, é a gente precisa que ele permaneça. Essa festa ela precisa continuar, nós não queremos a festa só no dia, nós queremos a festa para sempre, para gerar novos comportamentos, para gerar novas relações com o patrimônio. Então, assim, o título ele é muito importante, não é? Então a gente precisa entender o seguinte: que nós não vamos manter o título só com uma carga ideológica de mídia não.⁶¹⁵ – Ah, porque ajuda a divulgar, é bom ter o título de Patrimônio Cultural Mundial, porque ele ajuda a divulgar e tem uma mídia muito forte em cima disso... Nós não podemos ver o nosso patrimônio como uma mercadoria desejável.⁶¹⁶ Nós temos que vê-lo como um bem que é de todos.⁶¹⁷

Antônio Odaque, Secretário Municipal de Planejamento (2013-2020), neste mesmo sentido, destaca as responsabilidades do município ao obter o título da Unesco:

⁶¹³ Grifos nossos.

⁶¹⁴ Grifos nossos.

⁶¹⁵ Grifos nossos.

⁶¹⁶ Grifos nossos.

⁶¹⁷ Entrevista cedida por Ana Alcântara em 23 de julho de 2021.

O título te traz responsabilidades? Traz! Ele é importante? Ele é! Porque ele também desperta nas pessoas o interesse de vir aqui. Antes, você vai consultar em qualquer parte do mundo os bens tombados, na América do Sul, no Brasil e tal... – que Congonhas figura na lista – a pessoa que é interessada, ou que gostaria, ou que aprecia isso, ela já fala com você, ‘eu tenho que ir à Congonhas então’! Então você também abre uma janela maior.⁶¹⁸

E no aspecto econômico, quais então seriam as saídas diante dos avanços da indústria minero-metalúrgica sobre o território de Congonhas? Esse futuro poderá ser diferente do presente, ou apenas uma mera repetição do hoje como a indústria enseja? Para Vinícius Alcântara Galvão...

Existem outras saídas econômicas, mas esta é uma questão que deve ser diuturnamente pensada pelos moradores e poder público. Temos o exemplo, como o da cidade de Dubai, em que se pensa no futuro, e na migração de atividades, considerando que o petróleo é finito, e que existe uma guinada para formas de energias mais limpas. Um dos grandes problemas do Brasil tem sido a incapacidade de pensarmos a médio e longo prazo. As ofertas abundantes de matérias-primas têm restringido a capacidade de articulação e planejamento, o que seria fundamental para uma maior segurança e previsibilidade econômica. Esta é uma questão, como disse, difícil, e que a nosso ver, não está sendo enfrentada.⁶¹⁹

Essa certa “maldição” dos recursos minerais,⁶²⁰ como apontam (Veríssimo; Xavier, 2014; Vieira; Amaral, 2021) parece ofuscar o olhar da iniciativa privada e dos governos em alternativas econômicas mais sustentáveis. Embora Congonhas apresente bons índices de desenvolvimento...

A experiência mostra que as mineradoras não vão buscar, por iniciativas próprias, a proteção do patrimônio histórico, e que um patrimônio histórico só é protegido de verdade quando se incorpora na percepção das pessoas, e quando os cidadãos percebem o quanto esse acervo representa para a preservação da história e identidade de um povo, e que também, pode render dividendos econômicos, como as atividades turísticas.⁶²¹ O problema é que o

⁶¹⁸ Entrevista cedida por Antônio Odaque em 10 de agosto de 2018.

⁶¹⁹ Entrevista cedida por Vinícius Alcântara Galvão em 02 de agosto de 2021.

⁶²⁰ A maldição dos recursos minerais é um termo atribuído às economias de países que possuem grandes reservas de *commodities*, mas que porém não conseguem alcançar bons indicadores de desenvolvimento humano. A dependência econômica é um dos efeitos mais graves, já que impossibilita a realização de políticas sustentáveis de médio e longo prazo. O estudo de Vieira e Amaral (2021) indica que em Congonhas essa certa maldição não se aplica *in totum*, pois apesar de ter a economia voltada à mineração, a cidade possui bons indicadores de desenvolvimento. Cf. Vieira e Amaral (2021).

⁶²¹ Grifos nossos.

incremento das atividades econômicas minerárias, e a falta de uma política educacional que ressalte os valores do patrimônio histórico, traz dificuldades à esta percepção. Como é a mineração quem emprega, e gera recursos financeiros diretos aos municípios, este outro lado (o dos valores culturais e históricos) fica, de certa forma, esmaecido. Acho também que um dos problemas das cidades brasileiras, como um todo, é a incapacidade de efetivação dos planejamentos. Os planos diretores, na prática, têm sido olvidados. Em Congonhas falta, efetivamente, um planejamento de médio e longo prazo, e a chance de melhora neste ponto, é uma maior cobrança e conscientização por parte das pessoas. No fim, só a cidadania nos salvará do caos e do abandono.⁶²²

Acreditamos, diante do exposto que a saída deve passar pela política, especialmente no diálogo e nas negociações dos movimentos sociais organizados da sociedade civil com os órgãos públicos e com as empresas. Neste sentido, os investimentos na agricultura familiar e solidária são imperativos para que Congonhas escape da dependência econômica da exportação das *commodities* e construa uma nova representação pautada em uma ordem do discurso que seja plural, e que se exerça, de fato, em ações práticas de não-submissão aos interesses das empresas minero-metalúrgicas. Como argumenta Padre Antônio Claret, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Do nosso ponto de vista, o primeiro embate é no campo ideológico. O interesse dos impérios econômicos define Congonhas, e outras regiões do mundo, com ‘vocação’ minerária e essa definição é reproduzida pelas autoridades e pelo senso comum. Essa definição cria base para um sofisticado padrão de violência e de exploração, com acumulação de capital, destruição do ambiente e empobrecimento dos povos, que habitam esses territórios. O segundo ponto é que esse embate não se dá no nível discursivo, sem efeito algum. Ele se dá na prática, com propostas concretas, e aproveita todo o acumulado teórico das lutas da classe trabalhadora, inclusive de seus pensadores.⁶²³ Quando a natureza, ao longo de milhares de anos, formou essas lindas e necessárias montanhas de minério, não as fez pensando nas mineradoras. Por isso, a exploração minerária precisa ser atividade secundária. A prioridade é o uso dessas áreas para melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro com iniciativas que deem sentido social a esses bens naturais sem degradação. Uma iniciativa, que vem de parceria entre MAB e comunidades, é agricultura urbana em lotes ociosos na cidade. É pigmeu contra gigante. Mas é uma semente que, se for germinando e se multiplicando, se torna um contraponto da ‘vocação minerário’ imposta no último período. E tem grande potencial para produzir alimento saudável para Congonhas e região.⁶²⁴

⁶²² Entrevista cedida por Vinícius Alcântara Galvão em 02 de agosto de 2021.

⁶²³ Grifos nossos.

⁶²⁴ Entrevista cedida por Antonio Claret Fernandes em 02 de abril de 2021.

Como então potencializar as vozes desses atores de forma que a cidade proporcione alternativas econômicas mais sustentáveis e fuja das “cordas” emparelhada pela atividade minero-metalúrgica? A saída não é tarefa simples. É preciso antes, o entendimento e a disposição de outros atores como Governo Federal (Iphan), Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e empresas mineradoras para se construir planos de trabalho com a comunidade, que não se limitem, somente, a discursos vagos. Além disso é necessário que se criem as condições e se forneçam os meios para que os habitantes alcancem estes objetivos. Uma das saídas encontradas pelo poder público para proporcionar outro caminho para além da mineração é o dos investimentos na requalificação do espaço público e na construção de novos equipamentos culturais como o Museu de Congonhas e as obras do PAC Cidades Históricas, em fase final de conclusão.

Estas iniciativas se somam ao empenho dos agentes da sociedade civil e dos órgãos de proteção como Iphan e Iepha em outras frentes de salvaguarda e proteção motivadas pelo título de Patrimônio Mundial cedido pela Unesco ao Santuário do Bom Jesus de Matosinhos em dezembro de 1985 como: a criação do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Congonhas (COMUPHAC) em 1992; o programa Monumenta⁶²⁵ de 2002; a Lei nº. 3051/2011, que trata do Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural (Fundo Profeta); a Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo (FUMCULT); a restauração do prédio e a implantação do parque ecológico da Romaria⁶²⁶ com a instalação do moderno teatro municipal (Teatro Dom Silvério); a reforma dos elementos artísticos do Santuário e da Igreja Matriz; a requalificação e a inserção de novos elementos arquitetônicos dialogando com a Basílica do Senhor Bom Jesus de Matosinhos – em especial, a restauração da Alameda Cidade Matosinhos de Portugal (que liga a Romaria à Basílica); a reforma e modernização da Praça

⁶²⁵ Monumenta é um programa de recuperação do patrimônio cultural urbano brasileiro, executado pelo Ministério da Cultura e financiado pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. Ele atua em cidades históricas protegidas pelo Iphan. Sua proposta é a de agir de forma integrada em cada um desses locais, promovendo obras de restauração e recuperação dos bens tombados e edificações localizadas nas áreas de projeto; além de atividades de capacitação de mão-de-obra especializada em restauro, formação de agentes locais de cultura e turismo, promoção de atividades econômicas e programas educativos. O Programa Monumenta apoiou a implantação e a modernização de museus nos sítios históricos (equipamentos que fortalecem a dinâmica das cidades) e a estratégia de sustentabilidade dos projetos locais. Disponível em: <http://www.monumenta.gov.br/site/?page_id=164>. Ver mais em: <<https://shre.ink/Cult>>. Acesso em: 04 jul. 2023. Ver mais em: <<https://shre.ink/Monum10>>. Acesso em: 04 de jul. 2023.

⁶²⁶ Como detalhamos anteriormente, em função do grande número deromeiros foi construída a Romaria (década de 1930), uma espécie de pouso para os fiéis, erguida em forma circular ao redor de um grande pátio. Os detalhes sobre a função social e histórica do prédio, que foi demolido em 1968 e reconstruído em 1995, serão detalhados adiante.

JK, que interliga as igrejas da Matriz e do Senhor Bom Jesus; as obras de estruturação de todo o sítio histórico e do centro da cidade (cabearno de rede elétrica, telefone e de internet subterrâneos), além da construção do moderno Museu de Congonhas (Centro de referência em educação patrimonial) de iniciativa da Prefeitura Municipal, Unesco, Iphan e patrocínio das empresas mineradoras.

Considerados estes contornos, analisaremos, em seguida, através dos relatos dos atores envolvidos e dos habitantes do lugar, como estas estratégicas se configuram no tempo presente. Em outras palavras, olharemos para os reflexos que esses espelhos estão refletindo.

4.2. O espelho do patrimônio

4.2.1. Os reflexos do Museu de Congonhas sobre a cidade

Setembro de 2016. Dez meses após o desastre do rompimento da barragem do Fundão em Mariana (MG),⁶²⁷ que soterrou a comunidade de Bento Rodrigues com 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro e sílica, despejando outros 16 milhões que fluíram, lentamente, numa mistura de agonia e espanto e engolindo a paisagem no Rio Doce até alcançar o litoral do Espírito Santo, uma exposição de arte no recém-inaugurado Museu de Congonhas traria as reminiscências da tragédia para o primeiro plano. A obra "Agridoce" (ver figuras 66 e 67), do artista sul-africano Haroon Gunn-Salie, realizou, em um gesto de rara beleza, a fusão entre arte e realidade, apresentando fotografias, vídeos, pedaços de escombros engolidos pela lama e objetos pessoais de moradores desabrigados. Essa performance conectou a tragédia de Mariana ao dilema da mineração em Congonhas, onde réplicas dos profetas de Aleijadinho foram simbolicamente "enterradas" no chão da galeria, misturadas a lama e ao vazio. Entre as principais galerias.....

[...] por sobre toneladas de lama de Bento Rodrigues espalhadas no chão, instalou a estrutura de escombros de uma casa real, extraída do distrito, e reconstruída dentro da galeria. Além disso, o artista propôs uma obra inédita com grande apelo para a comunidade local (Rodrigo, 2020, p. 116).

⁶²⁷ A barragem de rejeitos pertencia à mineradora Samarco (ligada à Vale).

Figura 66 – Réplica de uma casa destruída pelo rompimento da Barragem do Fundão



Autora: Eliane Gouvêa / Reprodução: Museu de Congonhas.

Figura 67 – Estudantes observam réplica de um dos profetas de Aleijadinho sujo de lama



Autora: Eliane Gouvêa / Reprodução: Museu de Congonhas.

O diretor do Museu à época, Sérgio Rodrigo Reis, comenta que as impressões dos representantes das mineradoras ao conhecerem a exposição “Agridoce”.

As mineradoras tinham acabado de inaugurar o museu e começaram a vir no museu, trazer seus chefes aqui pro museu e a visita terminava exatamente nesta exposição. E aí o bicho pegou! Porque eles viram a tragédia anunciada ali. Num determinado momento da exposição, você via, de um lado, a foto aérea de Bento Rodrigues – encostado nela, a foto aérea de Congonhas.⁶²⁸ O estrago da mineração em Congonhas é muito maior do que em Bento Rodrigues.... [inaudível]. Então a gente quis, justamente, mostrar, que a gente tem que pensar sobre isso. Na verdade, a provocação foi essa. Primeiro, trazer uma arte contemporânea pra dentro do museu - e pra nos ajudar a pensar sobre isso. E a rede municipal inteirinha viu essa situação. Nós trabalhamos isso em sala de aula. Aí, teve muita provocação, teve mineradora que falou que, enquanto essa exposição estivesse aqui nunca mais ia fazer nada no museu. Teve mineradora que reclamou. Teve mineradora que pediu minha cabeça⁶²⁹. Teve mineradora que veio aqui fazer um evento aqui dentro do museu, uma união dos principais gestores. E eu confesso que eu esqueci, aquilo foi tão natural pra mim, já tinha alguns meses que a exposição tava acontecendo aqui (sic), e eu distraí.⁶³⁰

Como podemos observar, a exposição foi entendida como uma provocação às empresas patrocinadoras do Museu de Congonhas. “Eles marcaram, eu percebi que tinham [me] marcado (sic), mas também eu não tinha nada que esconder”, complementa Sérgio Rodrigo. À visão de Congonhas pelo olhar das mineradoras, o ex-diretor do museu acrescenta:

Eu vejo muito em ela pensando em como extrair essa riqueza aqui e, se isso aqui acabar 'vamos' fazer em outro lugar. Eu não vejo mineração nenhuma pensando não, devia pensar. Porque é tão mais simples você fazer esse tipo de envolvimento como o local que você tá inserido, e a partir daí fica tão mais natural o seu processo de trabalho, do que você estabelecer... Essas ilhas não conversam com lugar nenhum, e qualquer coisa é justiça, e qualquer coisa é Ministério Público, qualquer coisa é denúncia. Pra quê isso, né? Vamo (sic) colocar a coisa clara! Falar assim, ó: 'temos uma atividade, essa atividade tem esse impacto aqui, e tem esse benefício aqui. Então, vamo ver (sic) como é que a gente faz pra conviver isso da forma mais [inaudível], hum, é. Mas [isto] é um desafio.⁶³¹

Se Foucault (2012b) está certo quando diz que, onde há poder, ele se exerce, a exposição acima pode ser considerada uma clara manifestação desse jogo de poder. Um poder circular,

⁶²⁸ Grifos nossos.

⁶²⁹ Grifos nossos.

⁶³⁰ Entrevista cedida por Sérgio Rodrigo Reis em 10 de agosto de 2018.

⁶³¹ Entrevista cedida por Sérgio Rodrigo Reis em 10 de agosto de 2018.

que emana, mas se distribui de forma capilar, envolvendo as raízes de estruturas profundas da ordem econômica e social. De maneira ampliada, poderíamos inferir ainda que o Museu de Congonhas se tornou uma eficiente máquina semiótica para o exercício do Soft Power na afirmação dos valores do governo local, federal e da própria Unesco sobre o sítio Patrimônio Mundial como veremos nas páginas seguintes.

Nos deteremos, primeiramente, à esclarecer as razões que levaram à construção do museu, a identificar os atores envolvidos no processo e analisar como se desenrolaram os conflitos na concepção e adaptação do projeto, que precisou ser modificado diante do impasse com a igreja e a comunidade local.

4.2.2. Unesco, Iphan, Prefeitura e Igreja: disputas, conflitos e cooperação na criação do Museu

Como relata Jurema Machado, ex-presidente do Iphan e ex-Coordenadora do Setor de Cultura da Representação da Unesco no Brasil, o museu partiria de um começo muito ruim, de ruídos na comunicação entre o Ministério da Cultura, a Igreja Católica e a comunidade e o poder público local. O temor era de uma possível retirada dos profetas de pedra-sabão do adro do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos que estavam tomados por fungos.

Porque ele [o Museu] começou com um anúncio, a princípio, do Francisco Weffort, ministro [da Cultura] no final do mandato do Fernando Henrique e o Weffort, acho que num passeio de férias por Minas, tipo uma semana, um fim de semana, uma coisa assim, ele não tava numa missão oficial. Ele viu a condição dos profetas e achou... É... Ficou assustado com aquela presença, sobretudo dos líquens, né – aquilo dá uma má impressão.⁶³² E aí ele voltou para Brasília, na época estava em andamento o Monumenta, o Monumenta tava começando, o programa Monumenta e ele voltou para Brasília e disse pro coordenador do Programa Monumenta (sic) que precisava tirar aqueles profetas de lá. E eles saíram dizendo isso à revelia de todo mundo... De falar com a comunidade, e de falar com os próprios especialistas da área. O Iphan reagiu muito mal.⁶³³ O Iphan já tinha uma grande aversão ao Monumenta, já tinha grande resistência ao programa. E aí quando o ministro fala isso sem consultar os especialistas, a coisa fica pior ainda. Mas só que isso foi no finalzinho da gestão.⁶³⁴

⁶³² Grifos nossos.

⁶³³ Grifos nossos.

⁶³⁴ Entrevista cedida por Jurema Machado em 29 de setembro de 2019.

As impressões do então Ministro da Cultura de Fernando Henrique Cardoso causaram muitos atritos e abriram espaço para uma desconfiança que permeou toda a concepção e instalação do Museu de Congonhas. Segundo Jurema Machado, o cenário só teria melhorado com a entrada de Gilberto Gil como Ministro da Cultura do governo de Luís Inácio Lula da Silva:

Quando entrou o Gilberto Gil [ministro da Cultura de Lula] o Monumenta tinha uma intenção declarada, enfim, acordada - fazia parte do acordo de cooperação, do acordo técnico entre o BID (Banco Interamericano) e o Ministério da Cultura, de que as áreas que foram objeto do programa, é... O governo deveria buscar ações complementares àquelas áreas. Então deveriam existir museus, por exemplo, com recursos, que se buscarem fora do recurso do programa - para alavancar a vitalidade dessas áreas. Então, entendemos que deveria ter um Museu de Congonhas, é... O Gilberto Gil deu continuidade à essa fala, ainda sem contato com a comunidade local, que começou a pressionar o Dom Luciano [Arcebispo de Mariana] - 'Olha, porque que eles tão dizendo que tem que fazer museu e tem que tirar profeta e tem que não sei o quê, sem falar conosco'? Então a coisa começou muito mal.⁶³⁵

Mesmo com uma pequena melhora no diálogo com os técnicos do Iphan, a Arquidiocese de Mariana e a comunidade permaneceram de fora da discussão. Conforme revelado no capítulo anterior, os especialistas do patrimônio, sobretudo do Iphan, talvez tenham exagerado na medida ao impor o Discurso Autorizado de Patrimônio (Smith, 2006; 2022) – aquele mesmo presente nas convenções, recomendações e cartas da Unesco e nas políticas do Iphan. Essa abordagem, que poderíamos entender como top-down, talvez os tenha feito esquecer das consequências: como o paciente reagiria à dosagem do remédio?

No livro, “Museu de Congonhas, relato de uma experiência”, Jurema Machado (2017) descreve como foi esse processo político:

O Museu, ainda que concebido em benefício da cidade e visando a seu protagonismo foi, naquele momento, visto como mais um gesto distante, de intelectuais, burocratas e preservacionistas, incapazes de perceber quão profunda e imbricada era a relação entre moradores, devotos, romeiros e o patrimônio.⁶³⁶ Foi nesse momento que, em 2004, o Ministério da Cultura, de posse de uma proposta consistente e considerada decisiva para a valorização do patrimônio de Congonhas, mas ciente da necessidade de tecer, passo a passo, uma relação de confiança que deveria possibilitar o bom andamento do Projeto – convidou a Representação da Unesco no Brasil para assumir a sua condução. A condição de Patrimônio Mundial, a confiabilidade da Unesco e sua capacidade de dar continuidade ao Projeto em um eventual cenário de mudanças políticas estavam entre as principais motivações do Ministério⁶³⁷ (Machado, 2017, p. 43).

⁶³⁵ Entrevista cedida por Jurema Machado em 29 de setembro de 2019.

⁶³⁶ Grifos nossos.

⁶³⁷ Grifos nossos.

O aceite da Unesco foi formalizado, no mesmo ano, por intermédio do documento de cooperação que permitiu o repasse de recursos privados, já captados por meio da Lei Federal de Incentivo à cultura, para que fossem destinados, nesta primeira fase à elaboração de projetos e coordenação de execução.

Para a Unesco, o desafio se mostrou estimulante pela amplitude das temáticas que o Projeto envolveria. Não se tratava apenas de apoiar o governo brasileiro em uma ação de preservação do Patrimônio Mundial, o que por si só justificaria o compromisso. Tratava-se, sobretudo, de testar na prática um conjunto de princípios programáticos, referências conceituais e habilidades que a Organização desenvolveu, de tal forma que o sucesso da experiência poderia representara possibilidade de ampliar e aprimorar a cooperação no âmbito do Patrimônio Mundial (Machado, 2017, p. 43).

Desta forma, o arranjo institucional da construção do museu ficou assim, definido:

Tabela 01: Organograma de atribuições dos atores na concepção, elaboração e execução do projeto do Museu de Congonhas

<p>Ministério da Cultura</p> <ul style="list-style-type: none"> • Supervisão • Captação de recursos • Supervisão • Captação de recursos <p>IPHAN</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fiscalização • Captação de recursos • Alocação de recursos próprios 	<p>Unesco Brasília</p> <ul style="list-style-type: none"> • Coordenação geral • Contratação de pesquisas, estudos e projetos • Subsídios e planejamento de apoio à captação de recursos 	<p>Prefeitura de Congonhas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contratação de Obras • Captação de recursos • Alocação de recursos próprios
--	--	--

Fonte: Machado (2017, p. 42) – adaptado.

As ideias de valorizar objetos que vão além das culturas tradicionais reconhecidas pelos livros de história, como é o caso dos artefatos de devoção popular (ex-votos), são destacadas por Jurema Machado. A ex-Coordenadora do Setor de Cultura da Representação da Unesco no Brasil, recorda, que este certo alargamento da visão patrimonial brasileira teria ocorrido algumas décadas atrás, com Aloísio Magalhães, à frente do Iphan. Magalhães abriria um caminho ao reconhecimento de outras manifestações do patrimônio além da pedra e do cal, especialmente quando criou o Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC) em 1975.

Para Jurema, o Iphan, sob a liderança de Aloísio, trouxe, pela primeira vez, a necessidade de valorizar o passado artístico em direção ao reconhecimento do patrimônio no cotidiano das pessoas. Essa "ambiguidade entre valorizar, reconhecer e, ao mesmo tempo, temer por essa valorização externa" é mencionada por ela. A esse respeito, Maria Cecília Londres Fonseca, comenta:

Ao ser criado, em 1º de julho de 1975, o CNRC definia como seu objetivo o traçado de um sistema referencial básico para a descrição e análise de dinâmica cultural brasileira. A escolha do termo referência para caracterizar a atividade do centro tinha um interesse estratégico naquele momento: tratava-se de se distinguir das instituições oficiais, museológicas, e propor uma forma nova e moderna de atuação na área de cultura. Tudo, o objeto, o método, a forma de trabalhar e arregimentar pessoal, e mesmo o formato institucional, se propunha como diferenciado. E Aloísio Magalhães soube, com sua habilidade, como conseguir, para a realização dessa experiência, o apoio de setores mais esclarecidos do governo militar, como o do então ministro da Indústria e Comércio, Severo Gomes, e, posteriormente, do ministro da Educação e Cultura, Eduardo Portella, e dos generais Golbery do Couto e Silva e Rubem Ludwig (Fonseca, 2000, p. 16).

Para Aloísio, teria ocorrido, nas décadas de 50 e 60, um certo encolhimento dos valores ou uma "homogeneização da cultura". De um lado, encontrava-se a cultura oficial referente a um "passado morto", "museificado". Do outro, observava-se "uma absorção acrítica dos valores exógenos, da modernização, da tecnologia e do mercado". A reação a esse impasse deveria ser buscada na cultura, no domínio do particular, na diversidade, observa Fonseca (2000, p. 116). "Era preciso buscar as raízes vivas da identidade nacional exatamente naqueles contextos e bens que o SPHAN excluía de sua atividade, por considerar estranhos aos critérios (histórico, artístico, de excepcionalidade) que presidiam os tombamentos.

Fonseca (2000, p. 116) retoma Aloísio Magalhães, quando o autor diz que o Brasil ocupava uma posição privilegiada em termos de perspectivas de desenvolvimento. "Aqui

coexistiam, naquele momento, o mundo avançado da tecnologia e da indústria e o mundo das tradições populares, do fazer artesanal”. O projeto do CNRC pretendia assim entrecruzar esses dois mundos para atingir o desenvolvimento: a tecnologia a serviço da proteção das “raízes autênticas da nacionalidade” (Magalhães, 1985; Fonseca, 2000, p. 16). Mais precisamente, descreve Fonseca:

As referências que o CNRC se propunha a apreender eram as da cultura em sua dinâmica (produção, circulação e consumo) e em sua relação com os contextos socioeconômicos. Ou seja, um projeto bastante complexo e ambicioso, e que visava exatamente àqueles bens que o IPHAN considerava fora de sua escala de valores. E, gradualmente, a preocupação com os novos patrimônios passou a incluir os sujeitos a que se referiam esses patrimônios, primeiro com a idéia de devolução dos resultados das pesquisas às populações interessadas e, posteriormente, com sua participação enquanto parceiros (Fonseca, 2000, p. 16).

Entre as referências culturais atendidas no projeto do CNRC estavam a organização dos ex-votos. Como relata Jurema:

Na verdade, o que esse grupo do CNRC na época fez com muitos documentários e muita presença em Congonhas foi tentar dizer para aquela comunidade, que aquilo, ou pelo menos, né? Instalasse uma compreensão de que aquela tradição secular é... Religiosa, ela tava viva no presente (sic) e que... Porque da mesma forma que se fazia ex-votos no século 18 – eles estão lá na parede⁶³⁸ – se faz ex-votos hoje com um bilhete no papel impresso no computador,⁶³⁹ uma foto, etc. [...] É aquilo que eu vi, assim (sic) das primeiras tentativas do Iphan de, quebrar um pouco essa pecha, de um patrimônio de interesse artístico, monumental, como se isso fosse em contraposição a uma tradição vernacular e religiosa local.⁶⁴⁰

O valor afetivo, muitas vezes associado ao culto ou à veneração ao objeto, deveria, nessa concepção, ser considerado com o mesmo peso da atribuição histórico-artística do patrimônio..

Tanto que a gente, num primeiro momento chegou a conversar sobre a transferência da coleção [dos ex-votos da Sala dos Milagres] lá pra dentro [do Museu], mas a relação dela é com a basílica, né? E houve aquela oportunidade de comprar aquela coleção que o Iphan comprou, né, da Márcia Moura Castro e aí a gente deu... Vamos dizer, replicou, deu divulgação para um tema que está lá, mas não fizemos a alteração daquela prática que é deixar os ex-votos lá do lado [da basílica].⁶⁴¹

⁶³⁸ A entrevistada se refere à Sala dos Milagres situada ao lado da Igreja do Bom Jesus de Matozinhos de Congonhas.

⁶³⁹ Este processo é descrito por Oliveira (2022, p. 45; p. 178) como co-construção.

⁶⁴⁰ Entrevista cedida por Jurema Machado em 29 de setembro de 2019.

⁶⁴¹ Entrevista cedida por Jurema Machado em 29 de setembro de 2019.

Na perspectiva oposta ao projeto do Iphan se encontrava a Arquidiocese de Mariana. Uma fala do Arcebispo Dom Luciano (Adm. 1988 a 2006) mudaria a forma de abordagem dos técnicos do Iphan.

E outro que bateu muito o pé nessa tecla, foi a primeira vez que eu conversei com ele, ele falou: 'Vocês veem sempre com uma obra de arte. Aquele acervo é um bem de caráter religioso que pertence àquela comunidade. O fato de que seu objeto é uma circunstância, né? Então vocês não podem apartar a comunidade, nada que vocês possam tá concebendo como museu'. – isso foi Dom Luciano. Inclusive a gente alterou o projeto físico do museu, por causa, por razão dessa fala.⁶⁴²

O depoimento de Jurema Machado revela o grande impasse que permeou a concepção e instalação do museu: o choque de visões entre a relação que a igreja e a comunidade tinham com o patrimônio e os valores que o Iphan defendia para aquele acervo, reconhecido como Patrimônio Mundial pela Unesco. A planta original do Museu de Congonhas previa a interligação do prédio situado na Alameda Matosinhos de Portugal ao Santuário do Bom Jesus, em forma de “L”, por meio de um grande paço. Para viabilizar isso, o salão onde eram celebradas as missas, local anexo à igreja desde os anos 1970, deveria ser demolido e transferido para outro local próximo, enquanto no lugar seria construído um novo salão com um layout mais moderno.

O salão da Igreja né e aquele salão dos romeiros (sic) foram construídos com doação, com campanhas, com quermesse – aquela coisa de como as paróquias conseguem mesmo levantar dinheiro. Quando se falou na demolição e substituição daquele 'coisa'... Quer dizer, faríamos a demolição e ia deslocar pra sei lá – cinquenta metros acima e ia ficar ali mesmo – as duas... as duas construções inclusive, em escala maiores, fisicamente, maior, metragem quadrada maior. As pessoas se sentiram ofendidas porque elas tinham vínculo com um objeto que elas deram. Então, por exemplo, 'eu dei os lavabos, eu dei as peças do banheiro, eu dei as telhas pro telhado' (sic). Então, isso... Representou uma agressão, sabe? Porque... E na verdade nessa hora entendi o Dom Luciano falando que a gente tinha uma visão muito estética daquele conjunto e que não era isso que devia predominar.⁶⁴³

O ex-prefeito Anderson Cabido (2005-2012) também comenta sobre os embaraços na concepção e adaptação do museu:

⁶⁴² Entrevista cedida por Jurema Machado em 29 de setembro de 2019.

⁶⁴³ Entrevista cedida por Jurema Machado em 29 de setembro de 2019.

Então, nós herdamos um projeto falido né, do museu, né. Falido, não no sentido financeiro, talvez no sentido financeiro, principalmente, mas no sentido da ideia. Era uma ideia que não tinha viabilidade alguma, né, porque a rejeição era muito grande ao projeto do museu. É... Mas a gente compreendeu desde o início, eu compreendi desde o início, o valor inestimável que o museu tem pra Congonhas – tinha e tem pra Congonhas – tanto do ponto de vista do patrimônio, como do ponto de vista do turismo. Então entendíamos que cabia a nós, à prefeitura, agir com uma grande facilitadora do projeto, pra viabilizar uma ideia boa, mas que não prosperaria, se não tivesse essa sabedoria, essa postura mais facilitadora da prefeitura. Então o museu foi se moldando aos interesses dos diversos parceiros: foi se moldando aos interesses da igreja, foi se moldando aos interesses das empresas que vieram a apoiar, da prefeitura, da comunidade, da comunidade religiosa que era diferente do interesse da igreja. Olha só que interessante. A igreja queria uma coisa e a comunidade religiosa [inaudível - ruído] pensava muitas vezes antagônica.⁶⁴⁴

Já Luciomar Sebastião de Jesus acredita que a aceitação da comunidade aos projetos arquitetônicos de intervenção urbana não se dá de forma harmônica. Na visão do entrevistado, falta aos moradores o entendimento de que a cidade não pode se prender a um passado reificado. Neste sentido, a tradição religiosa e a integralidade das obras artísticas do período colonial devem ser respeitadas, mas é preciso que os habitantes se abram para as mudanças. Como relata a respeito da relação dos moradores com os projetos de requalificação urbana:

É muito difícil [essa relação], porque é o seguinte: tem pessoas que não entendem que um arquiteto pode fazer uma obra contextualizada no presente, nova, contemporânea, como é o Museu [de Congonhas], por exemplo. O Museu, algumas pessoas criticam a forma como ele foi feito. Eu não critico, não, porque foi um dos melhores arquitetos do país, e ali onde ele está, ele não aparece na paisagem, não sei se você percebeu. Qualquer parte que você olhar pra Basílica, você não vê o Museu. Você só vê o Museu quando você está nele ou está de frente dele. Então foi um ganho, acho que o Gustavo Penna foi muito feliz nisso. Há pessoas que contestam: - ah acho que ele tá inserido no lugar errado. Poderia ser em outro local? Claro que poderia, mas, por ser um museu de sítio, por que não ali?⁶⁴⁵

Sobre a localização do museu, entre a Romaria e o Santuário, nosso entrevistado assente à escolha da Unesco e da Prefeitura:

Museu de sítio já diz tudo, tem de estar no sítio. E ali é uma outra proposta, eu acho que o Museu, ele veio num bom momento. E ainda ele vai encontrar a vocação dele, que eu acho que não é aquela vocação que tá ali, a vocação dele é algo bem maior do que o que ali está. E tá muito bom, eu acho, dá pra melhorar bastante? Com certeza dá. Mas é um equipamento formidável e que,

⁶⁴⁴ Entrevista cedida por Anderson Cabido em 22 de março de 2021.

⁶⁴⁵ Entrevista cedida por Luciomar Sebastião de Jesus em 9 de agosto de 2018.

com certeza, é um dos frutos também dessa chancela de patrimônio cultural mundial, que atraiu esse investimento, que foi maravilhoso.⁶⁴⁶

Outro personagem-chave na roda de negociações entre a Prefeitura, Iphan e Unesco foi Benedito Pinto Rocha – o Padre Rocha (reitor da Basílica de 1975 a 2012). O ex-administrador do Santuário não se mostrou muito aberto à construção do museu. Como relembra Jurema:

[Todo o processo] foi muito difícil. Eu acho que, o tempo todo marcada por essa coisa da ambiguidade, porque, o padre Rocha, que era o pároco estava lá todo esse período que eu trabalhei no museu. Ele é extremamente dedicado e interessado e comprometido com o patrimônio. Ele fazia um papel lá, de apoiar, depois a prefeitura passou a ajudá-lo, não sei se ainda na época do Anderson [prefeito] ou se foi só depois, foi o pagamento de pessoal para fazer aquela vigilância externa, né? Mas durante um tempo ele [padre Rocha] chegou a bancar aquilo, com recursos da paróquia para poder garantir a segurança dos projetos. Se, por um lado ele tinha atitudes dessa natureza, por outro lado, ele não tinha nenhuma confiança numa iniciativa que partisse do governo, mesmo que tivesse a Unesco... A Unesco pra ele, eu acho que não tinha significado nenhum.⁶⁴⁷ Tanto ele não teve confiança que ele não cedeu, né? Nenhuma peça, que ele não... Não... Assim... Por mais que nós o convidássemos, ele não quis participar.⁶⁴⁸

O depoimento de Jurema mostra o cerne do conflito entre o que pensava a administração da Basílica e os órgãos de salvaguarda e proteção como Unesco, Iphan e Prefeitura Municipal. O agir com as próprias mãos, como ocorria nos jardins dos passos antes da grande restauração em 1957, era um hábito dos moradores e dos padres que cuidavam da Basílica e dos jardins dos Passos da Paixão. A presença de outros atores como os acima mencionados, muitas vezes eram vistas com desconfiança e mesmo as interferências norteadas por especialistas da área do patrimônio soavam como interferências indevidas.

Após uma tentativa frustrada de uma reunião com o Padre Rocha, no caminho de volta, outro entrevistado, que pediu reserva do que iria compartilhar, confessou-me que o grande incômodo do ex-reitor era que antigamente ele mesmo comprava a tinta para pintar as capelas, o cimento para fazer o reboco de algum muro quebrado, etc. Após a chancela de Patrimônio Mundial concedida pela Unesco em 1985, o Iphan esteve ainda mais presente em Congonhas, a dirimir as normas técnicas e os projetos de interferência no sítio histórico, o que não agradava nem um pouco ao Padre Rocha. Demonstrando ter uma relação distinta dos órgãos de proteção, ele desejava tomar as providências e reparar os danos por conta própria. Mesmo após a

⁶⁴⁶ Entrevista cedida por Luciomar Sebastião de Jesus em 9 de agosto de 2018.

⁶⁴⁷ Grifos nossos.

⁶⁴⁸ Entrevista cedida por Jurema Machado em 29 de setembro de 2019.

construção do museu, Padre Rocha se mostrou resistente em contribuir na concepção da exposição permanente – a da devoção do Jubileu do Bom Jesus de Congonhas.

Pra você ter uma ideia, a peça mais relevante, assim, a mais emblemática do museu que seria o oratório do Feliciano Mendes, ele restaurou aquela peça. Na época ele me disse que ele gastou 5 mil reais para restaurar aquela peça, ou seja, a gente convidou um restaurador de qualidade, a peça tá bem restaurada. O que ele nos autorizou foi, pegar a peça, chamar um ator, nós contratamos um ator que fez uma cena de caminhar com a peça e foi filmada e colocada no Museu para representar o oratório.⁶⁴⁹ Porque, aquela peça, como ela é assim a pedra de Graal daquele museu – ela que começa tudo, ela deveria tá ali na entrada, né? – quer dizer, protegida atrás de vidro.⁶⁵⁰

A despeito da postura protetora da Igreja Católica em guardar os objetos sagrados, nosso entrevistado, o 2º oráculo de Delfos salienta, que apesar do ex-reitor Benedito Pinto Rocha assumir uma posição considerada, muitas vezes arredia, esta conduta teria começado na administração do Padre Penido (1957 a 1960), época em que se detectou muitos furtos na Basílica.

[...] eu sabia que ele tinha lá os objetos do Santuário, que foram guardados, porque o povo tava (sic) roubando tudo. Então, a certa altura, os redentoristas, acho que o padre Penido, resolveu guardar tudo, tirar tudo o que era roubável e guardar.⁶⁵¹

Essa postura teria sido levada ao cabo por Padre Rocha (administração 1975-2012). Mesmo ao Museu de Congonhas, ele permitiu apenas algumas fotografias e filmagens dos objetos sacros.

Mas, afinal, depois de muito tempo o padre Rocha permitiu ao Sérgio [diretor do Museu de Congonhas de 2015 a 2020] ver esse arquivo de objetos da igreja, não é? O Sérgio fotografou, mas o Sérgio queria por isso (sic) no museu, mas ele [padre Rocha] não permitiu, porque sempre a igreja foi muito fechada para permitir as coisas. Agora, não adianta ficar guardado. Roubaram demais na igreja? Roubaram, como em outras muitas igrejas mineiras, né, e também muitos padre venderam obras da igreja. Eu vi padre vendendo obras da igreja, trocando cálice de ouro [...] por coisas de chumbo. Os cara enganava os padres (sic) por quê? Eles não tinham uma formação cultural, uma formação artística e não valorizava (sic) aquilo que tinha em mãos.⁶⁵²

⁶⁴⁹ Grifos nossos.

⁶⁵⁰ Entrevista cedida por Jurema Machado em 29 de setembro de 2019.

⁶⁵¹ Entrevista cedida pelo 2º oráculo de Delfos em 2021.

⁶⁵² Entrevista cedida pelo 2º oráculo de Delfos em 2021.

Na visão de Jurema Machado, Padre Rocha marcou posição durante o processo de concepção, construção e instalação do museu, representando um ponto divergente da proposta de gestão compartilhada do empreendimento pretendido da Unesco, Iphan e Prefeitura Municipal.

O Iphan cedeu lá [para o museu] quinhentas e tantas peças – daqueles pequenos objetos, né, que são todos frágeis, passíveis de... Ele [Padre Rocha] não cedeu, rigorosamente nada. Por quê que eu tô dizendo isso? Porque na verdade ele nunca se sentiu parte. Nós tentamos. Eu acho que começamos muito mal com esses dois episódios, mas a gente achou que ia superar isso ao longo do tempo e a gente não superou. Ele ficou menos, ao longo do tempo, ele ficou menos é... fechado, assim. Já participava das reuniões dando alguma opinião, já abria um pouco a guarda, mas de fato não se tornou parceiro.⁶⁵³

A morte de Dom Luciano, Arcebispo de Mariana em 2006, teria diluído ainda mais os esforços de aproximação entre a Unesco, Iphan e a reitoria da Basílica para a construção do museu. Na visão de Jurema, o novo arcebispo, Dom Geraldo Lyrio, que assumiu no lugar de Dom Luciano, se mostrou ainda mais arredio. As negociações não teriam avançado.

O Dom Luciano é uma pessoa de muita reflexão, um homem culto muito né, e muito... Enfim, ele tinha densidade e profundidade para discutir todos esses temas do patrimônio e um enorme conhecimento do campo das pessoas... Mas faleceu nesse processo, e a sequência dele, na sequência do falecimento, houve um vácuo total. Primeiro a Arquidiocese ficou sem o pároco, o arcebispo, né, definitivo⁶⁵⁴. Nesse período de interinidade ninguém se comprometeu com nada. Depois, quando chegou a Dom Geraldo Lyrio a atitude dele foi muito... Vamos dizer, conservadora no seguinte sentido: 'vamos ver [inaudível]'. – isso devia ser assim, incincho do ano – ele falou: 'eu vou esperar o Jubileu, eu não conheço Congonhas, eu não sou daqui eu quero ver como que... Então eu preciso ver o Jubileu'!... Tudo isso para dizer se poderia se fazer uma permuta de terrenos que permitisse implantar aquele projeto, de dimensão maior, né?⁶⁵⁵

O projeto inicial do museu que interligaria a Alameda Cidade Matosinhos de Portugal ao adro dos 12 profetas teve que ser adaptado (ver figuras 68 e 69). Se Unesco, Iphan e Prefeitura não recuassem, o museu que havia captado recursos para sua construção através da

⁶⁵³ Entrevista cedida por Jurema Machado em 29 de setembro de 2019.

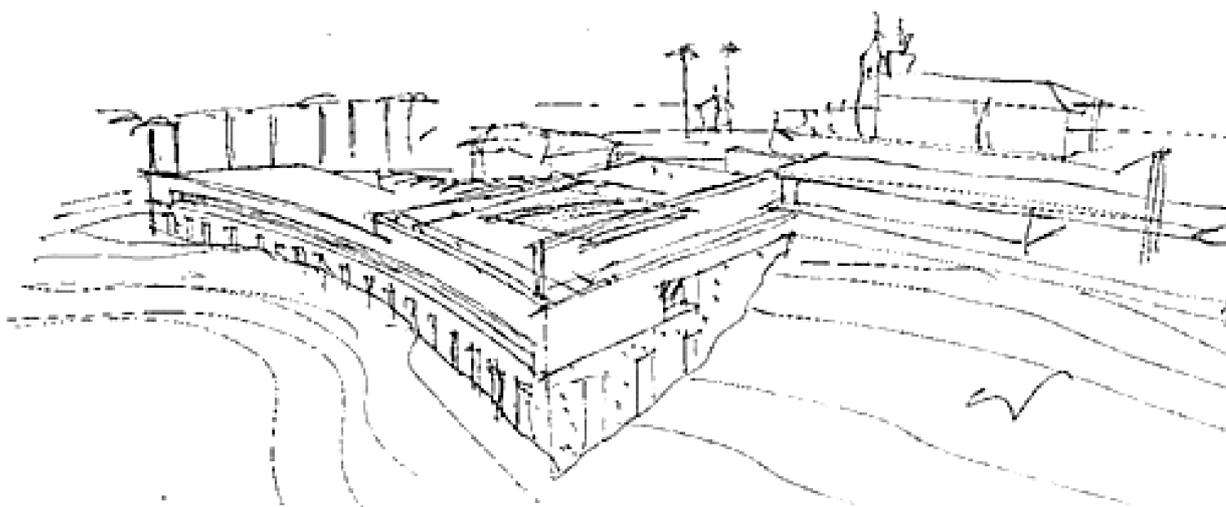
⁶⁵⁴ O sucessor Dom Geraldo Lyrio Rocha assumiu o cargo deixado pelo antecessor, Dom Luciano, morto em 2006, apenas no ano seguinte, em 2007, cadeira que ocupou até 2018, quando pediu renúncia. Em seu lugar assumiu Dom Airton, que permanece atualmente como arcebispo de Mariana.

⁶⁵⁵ Entrevista cedida por Jurema Machado em 29 de setembro de 2019.

intermediação da Unesco, correria o risco de ser inviabilizado. Como relembra Jurema Machado:

[...] e acabou, que nesse momento quando eu vi que o Dom Geraldo Lyrio não, assim – eu não teria um diálogo franco com ele, como tão 'teve' como estava tendo com o Dom Luciano... Eu que coordenava o projeto pela Unesco falei com o Luís Fernando, que era o presidente do Iphan, falei: ‘olha, nós temos que desistir do projeto maior e implantar apenas parte, porque senão a Unesco vai ter que sair disso, porque tem uma situação muito chata externamente que é o fato de nós termos recebido um dinheiro captado e não ter condição de gastar e as pessoas ficarem dizendo, cadê o dinheiro?’⁶⁵⁶

Figura 68 – Croqui do projeto original do Museu interligando o prédio da Alameda Cidade de Matosinhos de Portugal à esquerda com o paço dos profetas ao centro



Autor: Gustavo Penna. Reprodução: Museu de Congonhas.

De fato, a Igreja não cedeu o terreno que contemplaria o projeto original do museu. Além disso vendeu outras as áreas que seriam abarcadas pelo museu à prefeitura.

O Santuário não cedeu o terreno para o museu, ele vendeu o terreno.⁶⁵⁷ Deveria ser uma colaboração, né? – é a minha opinião – é uma colaboração de patrimônio, né? – Eu sou o guarda do patrimônio, mas eu também quero colaborar para a parte social, né? Então essas rivalidades sempre existiram.⁶⁵⁸

⁶⁵⁶ Entrevista cedida por Jurema Machado em 29 de setembro de 2019.

⁶⁵⁷ Grifos nossos.

⁶⁵⁸ Entrevista concedida pelo 2º Oráculo de Delfos, em 2021.

A necessidade de adaptação do projeto diante de tais impasses se tornou imperativa. Como descreve Machado (2017, p. 55):

Em entendimento com o IPHAN, a UNESCO optou por reduzir a proposta a dois módulos do projeto, cuja implantação, como se verá adiante, prescindia dos terrenos junto ao Adro. A modulação do projeto e as condições estruturais do edifício que, ao final, foi construído, permitirão a retomada da solução completa, caso, no futuro, a vitalidade do Museu e sua consolidação como equipamento assimilado e estimado da comunidade ofereçam o ambiente adequado para alterações mais profundas no cotidiano local, como aquelas inicialmente pretendidas.

A declaração acima nos permite inferir que, mesmo tendo sido adaptado devido às necessidades de viabilização naquele momento marcado por conflitos com a igreja, o projeto foi executado de tal maneira que, se posteriormente a Unesco ou o Iphan desejarem concluir a planta original, terão condições para fazê-lo. A relação dos atores com os lugares de memória, no caso do Museu de Congonhas, mostrou-se marcada por conflitos. De um lado, a visão do valor artístico do patrimônio, liderada por estudos de especialistas em arquitetura, história da arte e artes plásticas, frequentemente utilizada por agentes políticos. De outro, um apego afetivo dos habitantes e líderes religiosos pelos bens culturais, considerados sagrados e impróprios para remoção de seu local de origem ou para servir a propósitos que não sejam o culto. Como descreve nosso oráculo:

Então esses aspectos eles depõem muito contra essa rivalidade – que devia (sic) haver uma colaboração. Congonhas sempre houve (sic) muita rivalidade da prefeitura com a obras da igreja, sempre houve rivalidade, acho que acabou hoje, não sei. Mas antigamente havia. Os prefeitos queriam usar a obra da Basílica como se fosse da prefeitura e os padres não admitiam. 'Isso não é da prefeitura, é da Diocese!' Essas coisas de política, né?⁶⁵⁹

⁶⁵⁹ Entrevista concedida pelo 2º Oráculo de Delfos, em 2021.

Figura 69 – Maquete do projeto original e vista aérea do edifício do Museu após a finalização das obras. Na segunda imagem, se destaca o espaço aberto ao fundo, à direita, que corresponde hoje ao Anfiteatro.



Reprodução: Machado (2017). Maquete: Aristides Lourenço. Fotografia aérea: Luis Sardá.

Às visões do patrimônio em disputa, o ex-prefeito Anderson Cabido (2005-2012), relembra a tensão dos atores envolvidos e os interesses que estavam colocados à mesa.

A grande divergência, vou dizer a principal delas, né, que depois... Dela derivaram outras, não é? Mas a principal divergência [...] era a visão é.... A visão da fé, que entendia que aquele espaço ali é um espaço de fé, de devoção, que tudo que tá ali foi construído através da fé, da doação, da contribuição dos romeiros e tudo o mais. Então... E que é um local sagrado e que nos locais sagrados a gente não pode mexer. E do outro lado, a gente tinha a visão cultural, dos artistas, a visão de aquilo ali não é um local sagrado apenas, mas um local que tem um patrimônio cultural valiosíssimo que precisa ser protegido, né? Então essas duas visões antagônicas, até certa medida, é que foram... Essa discussão foi a discussão que conduziu todo o debate que se seguiu, derivando para outros temas, mas sempre com isso como o pano de fundo, né? Então o projeto, que inicialmente demoliria todo o salão da igreja, construiria uma réplica do adro, levaria os profetas, todos pra dentro desse espaço climatizado que era a réplica do adro foi sendo modificado. Ele foi sendo modificado por quê? Pra poder acomodar um interesse, um outro e tudo mais. Então, assim, foi difícil fazer um ladro abrir mão, um outro lado abrir mão, ajustar e tudo o mais... Até que chegamos em um modelo que é um modelo bom, né? – que é um modelo em que, tamo lá com o centro de referência da pedra (sic), tamo lá com o museu, tamo lá com a produção das réplicas, é... Foi feito todo o trabalho de digitalização... É... dos profetas, a imagem, a réplica digital dos profetas... Foi construído um espaço que consegue dialogar com o turista e aumentar a permanência do turista na cidade, que era algo fundamental para acontecer, aumentar a permanência do turista na cidade de acabar com aquele turista beija-flor que passava só 15 minutos, tirava uma foto e ia embora. Então foi possível compatibilizar, a gente conseguiu acomodar os interesses ali. Não fosse esse papel facilitador

do nosso governo na época o projeto não aconteceria, definitivamente ele não aconteceria.⁶⁶⁰

Quando questionado sobre como o conflito foi resolvido, nosso entrevistado não entra em detalhes específicos, mas ressalta que a solução envolveu um extenso diálogo entre os diferentes atores.

[Isso ocorreu] [...] quando teve um ambiente para isso né, porque até então, a gente ia, conversava com um, depois ia, e conversava com outro, depois ia, conversava com um terceiro, depois ia e conversava com o quarto... Ia aparando as arestas, até que a gente começou a construir coletivamente e virou um comitê, um comitê que representada os vários interesses e acabou por viabilizar o projeto, né? Viabilizar inclusive financeiramente, porque ninguém ia colocar recurso no projeto cujo embate, é... Cujá (sic) fosse muito grande, né? E poderia era uma contrapropaganda pro investidor (sic). Então era necessário que se fizesse isso.⁶⁶¹

A participação do BNDES foi destacada pelo entrevistado como decisiva para a viabilização do museu. Ao ser perguntado sobre o papel de outros patrocinadores, como as empresas mineradoras e o banco Santander, ele ressaltou que..."

[...] o principal ainda foi o BNDES, foi uma articulação importantíssima nossa na época pra viabilizar o *sprint*,⁶⁶² o *sprint* final pra fazer a obra, né, que era o investimento do BNDES, que junto com Gerdau, CSN, é... E um trabalho muito importante nosso também, trazendo Iphan e Unesco, aí a coisa aconteceu.⁶⁶³

Podemos afirmar que os usos e apropriações dos bens culturais se apresentam de forma bem diversa, como observamos no caso do Museu de Congonhas. O poder circular, no sentido mesmo em que aponta Foucault (2012b), se exerce em intensidades e maneiras distintas, a depender das condições externas e das intenções ou habilidades dos sujeitos. Neste ponto alguns discursos como os que giram em torno do progresso industrial ou da proteção e salvaguarda do patrimônio parecem estar mais organizados, canalizando em si mesmos o curso do poder, deixando poucas gotas para alimentar outras dissonantes vozes. O que não quer dizer, é claro, que os outros atores em nenhum momento não tenham suas reivindicações atendidas.

⁶⁶⁰ Entrevista cedida por Anderson Cabido em 22 de março de 2021.

⁶⁶¹ Entrevista cedida por Anderson Cabido em 22 de março de 2021.

⁶⁶² Fase final do projeto com duração determinada.

⁶⁶³ Entrevista cedida por Anderson Cabido em 22 de março de 2021.

Como demonstramos em alguns episódios, a sociedade civil questionou a noção de progresso, como no caso em que a CSN teve que cancelar um investimento bilionário que afetaria gravemente o meio ambiente e o valor patrimonial atribuído a alguns bens culturais, conforme relatamos na resistência da Igreja ao projeto do Museu de Congonhas. Quanto a este último, de concepção do que poderíamos chamar de *Top-down*, de cima para baixo, mesmo não sendo ideal, aos poucos, é apropriado pela comunidade. Inúmeros eventos de música, teatro, treinamento audiovisual para produção de documentários, exposições e outras frentes de educação patrimonial têm sido realizadas através de projetos como 'Paixão e fé'. Como relata Sérgio Rodrigo Reis:

Esse projeto 'Paixão e fé', a gente quer mostrar como que, a partir da paixão e da fé que a gente tem por determinada tradição, memória e cultura, a gente não pode deixar nada destruir isso, nada destruir o elo que a gente tem com a nossa origem, com o nosso lugar. [...] O tempo inteiro tem essa situação, a gente quer formar gente que pensa. E o, esse museu, o desafio de fazer um museu da mineração, é não fazer um museu passional não, um museu chapa branca não. A gente quer fazer um museu pra discutir isso tudo. Então, mineração quer ajudar - muito bem-vinda, nós precisamos da sua ajuda, mas não pensa vocês (sic)... – desde o início nós tamo falando isso – que vai ser um museu chapa branca, porque não vai ser não! Se a gente tiver condição de fazer o que a gente quer, vai ser um museu pra pensar.⁶⁶⁴

Estas evidências nos levam a pensar que o Museu de Congonhas, inaugurado em 15 de dezembro de 2015, de iniciativa da Prefeitura Municipal, do Iphan e da Unesco e com patrocínio do banco Santander, CSN, Gerdau e Vale, se configura como um espelho no exercício do Soft Power. Que valores o museu afirmaria? Sobretudo os que ampararam a Convenção da Unesco (1972) e os que destacaram o legado artístico e religioso materializados no Santuário do Bom Jesus de Matozinhos, Patrimônio Mundial, em 1985. Esses atributos, além de conectarem Congonhas a uma história universal, refletem outras tantas imagens de um *éthos* que se pauta pela proteção, salvaguarda e promoção desse patrimônio. A quem interessa então projetar essa imagem? Bom, ao que suspeitamos, ao menos à Prefeitura Municipal, ao Iphan e, em uma menor medida, à própria Unesco, uma das instituições que idealizaram o museu. Nesses termos, a necessidade de afirmar o Discurso Autorizado do Patrimônio por essas instituições (Smith, 2006; 2022), que valoriza as obras de Aleijadinho e o mito de origem do Jubileu do Bom Jesus de Congonhas, seria a principal motivação para o exercício do Soft Power em torno da simbologia e da representação do museu.

⁶⁶⁴ Entrevista cedida por Sérgio Rodrigo Reis em 10 de agosto de 2018.

Ao reunir os interesses convergentes da Unesco, Iphan e Prefeitura Municipal, e em menor medida, da comunidade local, no exercício desse poder brando, o Museu de Congonhas aposta na valorização do patrimônio cultural, especialmente através da educação patrimonial e do incentivo ao turismo. Essas ações são consideradas a chave para abrir novas portas em direção a um futuro que ultrapasse o paradigma da indústria minero-metalúrgica contemporânea. Antes, porém, de compreendermos como o Museu atua no exercício do Soft Power, esclareceremos como se configura este conceito.

4.2.3. O Museu de Congonhas como projeção do Soft Power

Este conceito foi desenvolvido por Joseph Nye Jr. no final da década de 1980 e início dos anos 1990, visando analisar a capacidade de persuasão dos governos na geopolítica, considerando o capital cultural como um novo vetor da política internacional. Segundo o teórico, em virtude das transformações políticas, econômicas e culturais, o exercício do poder passou por diversas mudanças no segundo quinquênio do século XX. O poder coercitivo (hard power), notadamente bélico e econômico, já não exercia tanta influência no jogo das relações internacionais. Outras formas mais sutis, calcadas nos valores e na cultura, se apresentavam como mais eficientes nas relações entre os países. Mais detidamente, Nye Jr. argumenta que o Soft Power,

[...] é a capacidade e habilidade de influenciar os outros por meio do poder de atração e não de coerção. O poder coercitivo seria a ostentação militar/política, classificada como hard power (poder duro), enquanto a identidade cultural, ideológica e política comporia o soft power, o poder brando (Nye, 2004, p. 14).

De acordo com Christofletti (2017), o sucesso das políticas externas de um país estaria, assim, atribuído não mais à coerção, mas à capacidade de sedução e adesão de valores e práticas do campo simbólico constituintes da persuasão. Na mesma vertente, Ouriveis (2013) argumenta que o Soft Power é o elemento principal da credibilidade de uma nação, na capacidade de exercício de poder por vias amistosas e eloquentes, atraentes. Ballerini (2017), ao retomar Nye (2004), argumenta que o poder suave (do Soft Power) tem a capacidade, através da persuasão, de fazer com que outras pessoas deem respostas objetivas aos resultados pretendidos, não sendo necessário coagir, apenas seduzir por meio da linguagem simbólica. Sob este prisma os

produtos culturais podem assim, se transformar em Soft Power. Como salienta Christofolletti (2017), para que se alcance esse fim, basta que os produtos culturais sejam atrativos e traduzam valores universais que sejam compartilhados pela comunidade internacional.

Na cerimônia de encerramento das Olimpíadas realizadas no Rio de Janeiro em 2016, uma cena inusitada⁶⁶⁵ surpreendeu a plateia e milhões de espectadores que acompanhavam a transmissão pela televisão e pela internet em todo o mundo. Ao final da exibição de um vídeo que anunciava a próxima cidade a sediar os Jogos Olímpicos em 2020 (Tóquio),⁶⁶⁶ eis que surge, das telas para o palco, como se fosse transladado, o primeiro-ministro do Japão, Shinzo Ab,⁶⁶⁷ vestido do personagem Mario Bros, simpático encanador da marca de videogames japonesa Nintendo.⁶⁶⁸ Naquela oportunidade, o governo do Japão exibiu um dos ícones da sua identidade, a indústria de videogames, numa clara demonstração da força do Soft Power como estratégia de diplomacia internacional.

A respeito do poder da cultura na afirmação de identidades ou da construção de uma representação de um povo, Cardoso (2023) enuncia uma série de questionamentos que configuram o conceito aqui detalhado.

O que faz a moda francesa despertar atenção mundial? Qual a explicação para a cultura K-pop coreana chegar onde chegou e alcançar tal visibilidade? Por séculos a Igreja Católica vem sendo a instituição mais eficiente do planeta Terra, seria por sua imposição ou persuasão? As normas e deveres católicos, bem como os ensinamentos do papa, são respeitados por uma infinidade de fiéis no mundo todo a partir da legitimidade das palavras. E a delicadeza, serenidade e refinamento presente na encantadora arte milenar chinesa com suas cerâmicas, caligrafia e seda? Certamente batem recordes de vendas e chamam atenção do mundo inteiro. Os episódios mencionados acima, embora possuam histórias, origens e contextos distintos, apresentam um recurso estratégico em comum, sendo este, intangível, imensurável e invisível, conhecido como soft power (Cardoso, 2023, p. 15).

Mais detidamente, a escolha de se valorizar determinados aspectos da cultura impõe que outros sejam negligenciados em prol dos interesses estatais e privados de um determinado país no jogo das relações internacionais. Como salienta Cardoso,

⁶⁶⁵ Cf. CNN Brasil (08/07/2022). Disponível em: <<https://shre.ink/Cnnexpremier>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

⁶⁶⁶ Em função da Pandemia da Covid-19, em 2020, os Jogos Olímpicos de Tóquio foram adiados. O evento só foi realizado em 2021, após avanço nos tratamentos para o vírus e abertura gradual de espaços públicos em todo o mundo.

⁶⁶⁷ O Primeiro-Ministro foi morto em 2021, à tiros, durante a campanha eleitoral.

⁶⁶⁸ Outra grande empresa de games que se destaca no Japão é a Sony, proprietária do console Playstation.

[...] é válido ressaltar que os filmes norte-americanos inspiram uma massa global dentre uma infinidade de tradições e hábitos, por exemplo: no que diz respeito ao modo de vestir como o uso da calça jeans, à culinária como o consumo de fast foods e o estilo musical, como o rap, o hip-hop e o pop, típicos ritmos norte-americanos (Cardoso, 2023, p. 16).

É nesta perspectiva que o Soft Power se manifesta na Indústria Cultural nas mais diversas frentes como o cinema, a música, a moda e nas galerias de arte contemporâneas. A dimensão subjetiva, porém, mesmo pressupondo uma influência que busca romper as barreiras geográficas da língua, dificulta uma análise quantitativa mais específica. Como salienta Cardoso:

O poder brando, no entanto, embora cabível e eficaz em múltiplos contextos, faz-se praticamente impossibilitado de ser quantificado devido sua intangibilidade e relatividade. Ademais, segundo Nye, os resultados obtidos a partir do soft power nem sempre são previsíveis e desejáveis. A nível global, vale ressaltar o fato de que as culturas se pluralizam e, muitas vezes, atravessam fronteiras e se chocam. Logo, um ritmo musical, um posicionamento político, uma percepção cultural ou uma tradição que recorrentemente é aclamada em determinada região, pode representar repulsa às demais partes do globo (Cardoso, 2023, p. 16).

Assim, no exercício da política externa, conforme observa Cardoso (2023), um determinado país teria muito mais êxito em suas estratégias de influência internacional se combinar aspectos tangíveis, como dinheiro e capacidade militar (próprios do hard power), com características intangíveis, como a ideologia, a cultura e as instituições e empresas que representam aquela nação. Nesta esteira, o sucesso do empreendimento de uma agenda internacional na contemporaneidade estaria na capacidade dos atores em romper as formas tradicionais de exercício de poder (econômico, militar) e de aproveitar as oportunidades oferecidas pelas fontes culturais de persuasão (Nye, 2004; Guerardi, 2006).

Não é nossa intenção neste trabalho realizar uma genealogia do conceito de Soft Power ou mesmo discuti-lo no âmbito das teorias das relações internacionais.⁶⁶⁹ Interessa-nos antes, neste enunciado, a convergência de valores, interesses na afirmação do que acreditamos ser uma perspectiva do discurso em torno da preservação e da promoção do patrimônio de Congonhas, enaltecido, sobretudo, no legado atribuído a Aleijadinho e ao passado religioso que

⁶⁶⁹ Dentre os trabalhos recentes que abordam o conceito de Soft Power, destacamos: “Bens Culturais e Relações Internacionais: O Patrimônio como Espelho do Soft Power” (2017), organizado pelo Professor Dr. Rodrigo Christofolletti; “Poder Suave (Soft Power)” (2017), de Frantjesco Ballerini, e as dissertações de mestrado de Ronaldo Guimarães Guerardi, “A Aplicação do Conceito de Poder Brando (Soft Power) na Política Externa Brasileira” (2006) e de Lara Elissa Andrade Cardoso, “As tonalidades do soft power brasileiro: entre a visibilidade e a atuação” (2023).

fundou a devoção ao Bom Jesus de Matozinhos. Nesta via simbólica, o Museu de Congonhas, teria, no nosso entender, um papel central para a Unesco, o Iphan e a Prefeitura Municipal. Ao utilizar-se de seu acervo, das tecnologias de preservação e da abordagem na educação patrimonial, o museu tem a capacidade de reposicionar o espelho da representação e inspirar outras iniciativas, como as obras de requalificação do entorno do sítio Patrimônio Cultural Mundial implementadas pelo PAC Cidades Históricas. Além disso, é capaz de influenciar a concepção de novos museus, como destacamos no capítulo anterior no caso do Museu de Matosinhos em Portugal.

O Museu de Congonhas, assim, tem em mãos, a depender da habilidade dos atores, a capacidade de fortalecer uma visão que pode se inspirar no passado artístico e religioso com vistas a iluminar o presente e anunciar um futuro, que seja mais otimista do que o peso de uma cidade dependente e que sofre com as consequências sociais, econômicas e ambientais da atividade minero-metalúrgica. Como argumenta Jurema Machado

O reconhecimento do valor patrimonial desses sítios nada mais é do que o reflexo direto do rico e particular universo material, traduzido em arte e cultura, que teve lugar na região de produção aurífera. Na contemporaneidade, prossegue a exploração de recursos minerais, agora em moldes industriais, bem como a necessidade de se encontrar um equilíbrio desejável entre essa fonte de riqueza e a proteção da qualidade de vida e do patrimônio. Esse contexto está diretamente associado à criação do Museu de Congonhas (Machado, 2017, p. 11).

Inaugurado oficialmente em 15 de dezembro de 2015,⁶⁷⁰ o Museu de Congonhas⁶⁷¹ está instalado em um edifício de 3.452,30 m² e foi construído muito próximo ao Santuário, a partir de um projeto do arquiteto Gustavo Penna, vencedor de uma seleção a partir de uma *shortlist* do Iphan. O edifício é dividido em três pavimentos: sala de exposições, reserva técnica, biblioteca, auditório, ateliê, espaço educativo, cafeteria, anfiteatro ao ar livre e áreas administrativas. O Museu de Congonhas atua como um 'museu de sítio', sendo uma espécie de mediação entre o Santuário e o público. Busca qualificar a experiência de visita ao intensificar os sentidos e a percepção, seja por meio de descrições, interpretações ou da criação de condições favoráveis à fruição.

⁶⁷⁰ Disponível em: < <https://shre.ink/MuseuCong>>. Acesso em: 04 jul. 2023.

⁶⁷¹ O Museu de Congonhas constitui-se como uma unidade municipal, com estatuto e estrutura organizacional próprios. Criado pela Lei Municipal n.º. 3.554, de 2015 é vinculado à FUMCULT e está em conformidade com a definição estabelecida pelo Estatuto dos Museus (Lei Federal n.º. 11.904/2009).

O edifício ainda guarda réplicas em gesso de dois profetas, Joel e Daniel,⁶⁷² confeccionadas a partir de reproduções em 3D destas e das demais esculturas em pedra-sabão. Essas cópias foram realizadas como parte de um projeto iniciado pela Unesco, que mapeou digitalmente as obras com o objetivo de garantir réplicas fiéis, caso sofram alguma deterioração significativa. Na apresentação do livro, “Museu de Congonhas, relato de uma experiência” escrito por Jurema Machado, Lucien Munoz, Representante da Unesco no Brasil, abre com as seguintes palavras para referir-se à experiência do Museu:

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) se beneficiam de um capital incomparável de experiências e inovação no campo do patrimônio e, por isso, segue com determinação a tarefa de compartilhá-las para inspirar novas ações comprometidas com a diversidade cultural e o desenvolvimento humano. É com esse espírito que a Representação da UNESCO no Brasil, reconhecida por sua capacidade de associar a implantação do programa da Organização às necessidades do país, apresenta um de seus projetos de maior sucesso no campo da Cultura: a concepção e implantação do Museu de Congonhas,⁶⁷³ junto ao Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, na cidade de Congonhas, Minas Gerais (Munoz *apud* Machado, 2017, Apresentação).

Como podemos observar o Museu de Congonhas é apresentado como um case de sucesso, que pôs à prova toda a expertise na criação de um novo espaço de educação, ciência e cultura, valores estes destacados como elementos centrais no Soft Power da entidade. Um pouco mais adiante, o mesmo Munoz salienta a construção do diálogo com a comunidade e a potencialidade do museu em valorizar e interpretar o patrimônio, ao mesmo tempo em que o espaço se propõe a propiciar novas formas de desenvolvimento sustentável ao município.

O caso de Congonhas, tanto pela trajetória da preservação do Sítio, como pela recente criação do Museu, contém elementos que evidenciam quão decisiva pode ser a condição de Patrimônio Mundial quando todos os atores assumem com determinação os seus papéis. O Museu foi concebido como um *museu de sítio*, voltado para a interpretação e a valorização do Santuário do Bonn Jesus de Matosinhos e do seu contexto. Sua perspectiva é contemporânea, ao ambicionar ir além da valorização do bem em si, para ampliar os significados e os efeitos da preservação em favor de formas mais harmônicas e sustentáveis de desenvolvimento Local e regional (Munoz *apud* Machado, 2017, Apresentação).

⁶⁷² Em 2020 o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) aprovou um projeto de R\$ 11,7 milhões, destinado à confecção, em pedra-sabão, de réplicas dos outros 10 profetas (Isaias, Jeremias, Baruc, Ezequiel, Daniel, Oséias, Abdias, Amós, Habacuque e Naum) de Aleijadinho. Cf. O Tempo (05/07/2020). Disponível em: <<https://shre.ink/Museuapoio>>. Acesso em 07 jul. 2023.

⁶⁷³ Grifos nossos.

O livro destaca que o Santuário e o conjunto artístico já eram locais de devoção há muitas gerações, quando houve o reconhecimento nacional pelo Iphan em 1939,⁶⁷⁴ época em que se fortalecia a ideia em torno da eleição de Aleijadinho como o principal artista brasileiro.

Esse reconhecimento agregou novos componentes à maneira como essa comunidade se relaciona com seu acervo. De um lado, exacerbam-se o orgulho e a valorização da identidade local e, de outro, surge desconfiança e receio pela perda dos bens em favor de cidades consideradas mais influentes ou ‘mais importantes’ (Machado, 2017, p. 24).

As tentativas frustradas do Iphan em fazer exposições com algumas das peças sacras, como em 1978, no MAM do Rio de Janeiro e em 1983, em Nova York, acabou por fortalecer ou revelar os vínculos afetivos que a população tinha com o patrimônio. Diante da prática de roubo e subtração de objetos de culto por colecionadores particulares, como o desaparecimento das tábuas votivas (ex-votos) que ficavam na Basílica, a população tinha razões para desconfiar de qualquer movimento, mesmo o dos órgãos de proteção, de retirar algum objeto do Santuário.

Em 1979, num grande esforço do Iphan, foram recuperadas 40 tábuas votivas que foram doadas à Basílica e colocadas na Sala dos Milagres, junto à outras 49 que estavam de posse do Reitor. Com a criação do Museu, como relatamos anteriormente, o Iphan adquiriu a coleção de 198 ex-votos, de Márcia Moura de Castro, que passaram a ficar expostos de forma permanente no Museu.

Além da Convenção do Patrimônio Mundial de 1972, que estabeleceu uma nova forma de cooperação dos países “com vistas à preservação do patrimônio considerado universal” (Machado, 2017, p. 49), a construção do Museu de Congonhas contemplou todos os cinco critérios dos “Objetivos Estratégicos da Convenção do Patrimônio Mundial”, estabelecidos na 31ª Reunião do Comitê do Patrimônio Mundial, em 2007. São eles: 1) Reforçar a **credibilidade** da Lista do Patrimônio Mundial; 2) Assegurar a eficaz **conservação** dos bens do Patrimônio Mundial; 3) Promover o desenvolvimento de **capacitação** eficaz nos Estados-partes; 4) Aumentar a consciência pública, o envolvimento e apoio para o Patrimônio Mundial, através da **comunicação**; e 5) Reforçar o papel das **comunidades** na implementação da Convenção do Patrimônio Mundial (Machado, 2017).

⁶⁷⁴ Além de Congonhas, no ano anterior, também foram tombados nos livros tombo das “Belas artes”, “Histórico”, “Arqueológico”, “Etnográfico” e “Paisagístico” os núcleos urbanos originários do Círculo do Ouro das cidades de Ouro Preto, Mariana, São João del-Rei, Diamantina, Serro e Tiradentes. Em 1941, Congonhas teve um novo tombamento federal, sem menção ao critério de Belas Artes, exceto no que fazia referência ao Santuário.

Partindo dessas premissas, o Museu de Congonhas, desde a sua concepção até a instalação, combinou uma série de fontes de financiamento:

[...] recursos incentivados por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura, recursos diretos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), recursos orçamentários da Prefeitura de Congonhas e recursos orçamentários do IPHAN, totalizando em torno de R\$ 25 milhões, considerando valores históricos (Machado, 2017, p. 56).

Atenta às possíveis variações nas políticas de patrimônio com as alternâncias de poder, a Unesco, o Iphan e a Prefeitura Municipal decidiram pela criação de um Conselho Curador do Museu, formado em 2016, que é composto por oito membros:

[...] o (a) secretário(a) estadual da Cultura e representantes da FUMCULT, da UNESCO, do IPHAN, do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), da reitoria da Basílica do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, além de dois especialistas indicados pelo prefeito (Machado, 2017, p. 56).

O Conselho Curador é de natureza estritamente consultiva e desempenha um papel de auxílio à FUMCULT⁶⁷⁵ e à Diretoria do Museu na elaboração de diretrizes e na construção do bom relacionamento com a comunidade.

A curadoria do Museu foi contratada pela Unesco e construiu um padrão estético que pretendeu fortalecer a imagem da instituição, e ao mesmo tempo refletir o patrimônio como Soft Power. No Museu de Congonhas, a tecnologia de ponta está à serviço dos artistas para a construção de um páthos que reconheça no equipamento um *éthos*, legítimo, na promoção do patrimônio na atualidade. Luis Sardá, designer espanhol contratado pela Unesco para a elaboração do logotipo, também cuidou da expografia e a sinalização do Museu, o que trouxe unidade visual à toda a comunicação do equipamento cultural (ver figuras 70, 71, 72 e 73). A partir de um recibo assinado por Antônio Francisco Lisboa (o Aleijadinho) à Irmandade do Bom Jesus de Matosinhos, em 31 de dezembro de 1758, Sardá extraiu as letras “Mco”, iniciais que definiriam a partir de então o Museu de Congonhas.

⁶⁷⁵ Fundação de Cultura, Lazer e Turismo de Congonhas.

Figura 70 – Processo de construção do logotipo do Museu de Congonhas a partir de um recibo com a letra de Antônio Francisco Lisboa e algumas aplicações no Museu e no uniforme das equipes de trabalho



Autor: Luis Sardá. Adaptado de Reis (2020).

Figura 71 – Coleção Santos de Casa no Museu de Congonhas



Autor: Leo Lara/Árvore Comunicação. Reprodução: Iphan.

Figura 72 – Exposição permanente do Museu mostra os artefatos utilizados para talhar a madeira das figuras dos passos da Paixão de Cristo e na pedra-sabão com os profetas. Ao fundo, uma cópia digital em 3D do profeta Habacuc



Autora: Ana Lúcia Guimarães. Reprodução: ©UNESCO.

Figura 73 – Coleção de ex-votos, coleção Márcia Moura de Castro, Museu de Congonhas



Autor: Leo Lara/Árvore Comunicação. Reprodução: Iphan.

Dada a necessidade de se estabelecer um diálogo entre o interior (a exposição do Museu) e o exterior (Sítio do Santuário do Bom Jesus de Matosinhos e áreas próximas tombadas), foi implantado em Congonhas, de forma pioneira no país, a sinalização dos logradouros e dos monumentos do sítio (ver figuras 74 e 75), a partir da “Sinalização do Patrimônio Mundial no Brasil: orientações técnicas para aplicação” (Iphan, 2013). Como ressalta Machado (2017, p. 68), “a publicação resulta da cooperação técnica estabelecida entre a Unesco e o Iphan e apresenta referências para a adoção de identidade visual dos sítios do Patrimônio Mundial, orientando a produção de projetos de sinalização turística e cultural e a aplicação do emblema da Convenção”.

Figura 74 – Aplicações da sinalização do Sítio de acordo com o manual “Sinalização do Patrimônio Mundial no Brasil: orientações técnicas para aplicação” (Iphan, 2014)



Reprodução: Machado (2017).

Figura 75 – Sinalização com o emblema de Patrimônio Mundial situado nos Passos da Paixão do Santuário Bom Jesus em Congonhas



Reprodução: Site do Iphan.

Iniciativas como estas vão ao encontro dos debates sobre o uso do *Branding* (Kotler; Rainisto, 2003) e do *City Branding* (Kavaratzis, 2004) na afirmação das identidades e no fortalecimento do turismo. Como afirma o primeiro autor:

Branding é uma potencial opção para estabelecer desejadas associações a um lugar. Os lugares bem-sucedidos atraem novos investimentos e criam um círculo positivo sucesso. [...] O branding tem como principal objetivo aumentar a atratividade de um lugar [...] traz atração acrescentada a um lugar”.

É o que podemos observar neste constructo da marca de Congonhas e de sua aplicação conjunta com a sinalização turística da Unesco.

Na mesma medida, o *City Branding* busca alcançar uma vantagem competitiva para alavancar o turismo, de um lado, ao mesmo tempo que incentiva o desenvolvimento da comunidade e a afirmação das identidades locais (Kavaratzis, 2004). Neste sentido, Kotler e Gertner (2004), salientam que, na comunidade internacional contemporânea, municípios e nações competem entre si para atrair novos investimentos, mais turistas e profissionais qualificados. Assim, promover o desenvolvimento local torna-se uma tarefa que vai além das iniciativas governamentais, representando também um desafio no âmbito do mercado. Soma-se a isso a preocupação de que os investimentos no turismo podem gerar também, tensões entre o desenvolvimento econômico e a preservação da autenticidade e das identidades locais.

De maneira mais profunda e atual deste imbricado jogo de interesses que se trava nas relações cotidianas de poder de uma cidade, Almeida (2021), alimenta este debate à luz do conceito de marca territorial, que consiste no produto da gestão de um território (*Place Branding*). Este enunciado engloba, não apenas, a representação gráfica do logotipo, mas as dimensões representativas dos diversos agentes. Como destaca:

[...] a marca territorial faz referência à criação de valor simbólico articulado por um conjunto de atores que muda com o tempo, pois os seus interesses também mudam no longo prazo. Apresenta a articulação dos atores sociais presentes num mesmo território no uso e apropriação das identidades territoriais, valendo-se da cultura como matéria-prima e elemento nuclear da marca de natureza territorial (Almeida, 2021, p. 287).

Um exemplo bem-sucedido de promoção simbólica de uma cidade é a marca 'O Porto', lançada em 29 de setembro de 2014. Na ocasião, a Câmara Municipal promoveu um concurso de designers para a construção da identidade corporativa da autarquia e de suas empresas municipais, reunindo as principais representações de habitantes e visitantes sobre a identidade do Porto. Elaborada pela White Studio, uma empresa da cidade, a marca incorporou vários elementos simbólicos do passado e do futuro, conquistando diversos prêmios internacionais, como um Graphis (Nova Iorque), um 'pencil' da D&AD Awards (Londres) e dois troféus 'ouro' no European Design Awards (Istambul), nas categorias de Branding Implementation e Best of Show, em 2015.⁶⁷⁶

⁶⁷⁶ Disponível em: <<https://www.cm-porto.pt/marca-porto/marca-porto>>. Acesso em 25 nov. 2023.

Considerando que uma única marca não consegue reunir todas as pluralidades de identidades do território, como destaca Almeida (2021), ressaltamos que os territórios podem ter não apenas uma, mas diversas marcas, entre orgânicas e planejadas, disputando espaços simbólicos entre si. Talvez resida aí um dos elementos que fizeram da marca "Porto." um case de sucesso. Com uma variedade de usos e aplicações que conectam visualmente as diversas apropriações e experiências da cidade, o manual da marca, de quase 400 páginas, compreende um verdadeiro tratado iconográfico e estético da cidade. Além disso, poderíamos dizer que se constitui um amplo mapa cultural que traz à luz as tradições, expectativas de futuro e toda a dinâmica do Porto. Sobre este estudo, destaca Oliveira (2022, p. 46):

Com a multiplicidade de utilizadores da cidade, não necessariamente composta por residentes permanentes, mas também por causa da questão digital e das possibilidades de abertura, até o significado de "comunidade" tem vindo a mudar. Estes dois aspetos têm contribuído para uma reinterpretação e hibridização dos valores da cidade do Porto. Verificamos como as narrativas patrimoniais são mediadas no universo emocional. Nas últimas décadas, o seu poder tem atuado através das dimensões afetivas do património para moldar ou perturbar indivíduos e coletivos sociais. Emoções e sensações são, hoje em dia, instrumentos mobilizados pela sociedade civil para incentivar o envolvimento com a paisagem histórica urbana. Os contra-usos do espaço público e a mobilização do espaço íntimo ou dos espaços intermédios, desafiam a hegemonia visual e narrativa dos atores institucionais. Estas dinâmicas são constituídas por apropriações e inversões de sentido.

É nesse sentido que o exemplo resgatado aqui na presente tese, destaca o papel dos governos locais e nacionais ao utilizarem os meios de comunicação na construção de uma “imagem favorável das cidades e países, a fim de atrair turistas e investidores”, conforme destaca Oliveira (2022, p. 46). Essas representações midiáticas provocam profundos impactos “nas políticas urbanas, patrimoniais e turísticas” (Idem, p. 46).

O debate aqui proposto sobre marca territorial e *City Branding* buscou iluminar estas dimensões.

Figura 76 – Placa de publicidade da Marca “Porto.” nos jardins do Palácio de Cristal



Fonte: Reprodução Câmara Municipal do Porto.

Voltemos ao Museu de Congonhas (MG). O ex-diretor, Sérgio Rodrigo Reis, destaca que o equipamento abriu novas oportunidades aos gestores públicos de aprimoramento da comunicação do sítio histórico e de promoção do turismo. Como argumenta:

Como não havia uma política pública de comunicação do patrimônio em Congonhas, coube ao Museu provocar e liberar processos de qualificação turística também no sítio patrimônio mundial elaborando desde a folheteria bilíngue (folders, mapas); até a criação da visita virtual ao Santuário (inclusive com a criação de um guia virtual em formato de aplicativo); passando pela implantação do Canal Congonhas no Youtube, que passou a ser bastante utilizado para levar as questões inerentes ao patrimônio para outras audiências. O uso dos recursos de interação da Internet foi preponderante para repercussão alcançada (Reis, 2020, p. 122).

Desde a sua inauguração em dezembro de 2015, durante as comemorações dos 30 anos do título de Patrimônio Mundial e dos 70 anos da criação da Unesco, o Museu tem desempenhado um papel significativo na educação patrimonial. Isso inclui visitas guiadas para alunos das redes municipal e estadual, além da realização de oficinas audiovisuais e de artes plásticas. Além disso, o Museu tem sido palco de diversos eventos culturais, especialmente de teatro e apresentações musicais, proporcionando mais oportunidades de aproximação entre os artistas locais e o público.

Apesar de reconhecer o trabalho feito no Museu desde a sua inauguração, Ana Alcântara, ressalta que a função social deve ser repensada de forma a se aproximar mais do público leigo. A esse respeito, nossa entrevistada argumenta:

Olha, o Museu, ele é uma ferramenta muito importante para Congonhas. Não só para fortalecer o turismo, mas para acessar uma série de oportunidades que acontece no mundo do turismo, né? Ele é um equipamento cultural muito importante, é, vem desenvolvendo vários projetos como o Museu para Todos, o Circuito Municipal de Museus, é, também por intermédio do próprio museu também a questão da construção do Teatro Municipal [O teatro está sendo construído com recursos do PAC Cidades Históricas] ... Mas o Museu, ele precisa ser mais democratizado. Ele precisa ampliar para o público diversificado, é, de todas as camadas sociais, porque ele precisa ser mais aberto, sabe? Ele precisa ser mais aberto.⁶⁷⁷ É um ganho para Congonhas, é uma ferramenta importante, mas, é, existem eventos lá que vão pouquíssimas pessoas. Por que vão pouquíssimas pessoas? Porque não enche os lugares (Sic), a gente quer os lugares mais... – não é lugares cheios, de estar cheio de gente, transbordando pessoas sem controle, não (sic). É, a gente quer os espaços ocupados, a gente não quer que o nosso museu tenha espaços vazios. Se está tendo espaço vazio e gente está querendo entrar é porque, às vezes, a programação não está de acordo com, ou não está indo ao encontro do que a população realmente precisa. Então a gente precisa ter um Museu menos elitizado e mais popularizado.⁶⁷⁸

Mantido principalmente com recursos da prefeitura, que custeia a equipe de trabalho e os custos de manutenção, o espaço ainda carece de fontes mais variadas de financiamento, especialmente quando observamos que a cidade possui as maiores empresas de mineração e metalurgia do país. O patrocínio pontual de um evento ou outro como o que tem sido praticado pelas empresas, ainda se mostra insuficiente para o desenvolvimento de uma trajetória de vida do museu. Neste ponto, a cadeira permanente da Unesco parece ser uma estratégia bem acertada para equilibrar os interesses divergentes de uma cidade plural, que é simultaneamente um berço de arte e uma potência industrial, preservando o patrimônio cultural, mas enfrentando os danos provocados ao meio ambiente. Especialmente se considerarmos como todos esses fatores influenciam e, ao mesmo tempo, são apropriados pelos gestores públicos nas variações de mandatos eletivos. Essa porta entreaberta, porém, lança um feixe de luz sobre um certo tipo de visão, a da Unesco, que possibilita enquadrar certas imagens dialéticas do tempo pela força de um poder brando, ou Soft Power.

Até aqui vimos como o patrimônio (no caso potencializado pelo museu) pode ser um espelho para o exercício da persuasão e influência cultural como aponta Christofolletti (2017).

⁶⁷⁷ Grifos nossos.

⁶⁷⁸ Entrevista cedida por Ana Alcântara em 27 de julho de 2021.

O protagonismo que a Unesco demonstrou em todo esse processo, ao enfatizar o “alto potencial do Projeto como uma ação demonstrativa dos impactos do Patrimônio Mundial sobre o desenvolvimento local” (Machado, 2017, p. 73), nos fornecem indícios disso. Como salienta a representação da entidade no Brasil, na pessoa de Jurema Machado, ao fim do fim do livro, “Museu de Congonhas, relato de uma experiência” (2017), é possível afirmar que a Unesco foi decisiva nos seguintes pontos-chave do projeto: ⁶⁷⁹

- O primeiro deles, a garantia de continuidade do processo e da preservação dos princípios orientadores do Projeto durante o seu longo cronograma de execução, estendido em razão de conflitos iniciais e, em seguida, por interrupções no fluxo de recursos destinados às obras de engenharia conduzidas pela Prefeitura.

- Apesar dos efeitos adversos do prolongamento do cronograma, essa situação favoreceu a consolidação e o amadurecimento de uma equipe técnica qualificada na Prefeitura de Congonhas que atualmente tem plenas condições de gerenciar o Museu e implementar seus avanços futuros. O mesmo ocorreu na relação com a comunidade, que migrou de uma postura de desconfiança para se apropriar gradativamente do Projeto até se tornar ativa na sua implementação.

- A coordenação exercida pela UNESCO representou a garantia de acesso aos melhores profissionais e serviços do mercado, criteriosamente selecionados para atender às especificidades do Projeto. Não apenas aos profissionais, mas também o acesso a uma rede de instituições de pesquisa, que, uma vez implantado o Museu, deverá passar a fazer parte de uma rede permanente de estudos da conservação dos monumentos em pedra.

- A confiança na solidez do Projeto proporcionada pela presença da UNESCO facilitou o acesso a recursos privados, em especial de instituições que têm a sustentabilidade dos projetos como critério para o aporte de recursos, como é o caso do BNDES (Machado, 2017, p. 73).

Diante dessas evidências, podemos constatar que o selo da Unesco apresenta uma contradição no caso de Congonhas. Enquanto proporciona uma maior visibilidade ao patrimônio e facilita a entrada de recursos e novos parceiros para o desenvolvimento e implementação das políticas de proteção e salvaguarda, especialmente do Iphan e da Prefeitura

⁶⁷⁹ O Museu de Congonhas não representa a primeira experiência da Unesco na gestão de equipamentos culturais localizados em sítios históricos. Outros exemplos da presença da entidade incluem a Fortaleza de São Sebastião na Ilha de Moçambique (inscrito na Lista do Patrimônio Mundial em 1991) e a nova Biblioteca de Alexandria, inaugurada em 2002, no Egito. No primeiro caso, a Unesco atuou na concepção do projeto de restauração, capacitação das equipes locais e como facilitadora de um ambiente seguro para a entrada de recursos privados e do governo moçambiquenho. No segundo exemplo, a entidade realizou um concurso em parceria com a União Internacional dos Arquitetos (UIA) para a elaboração do projeto e liderou uma campanha internacional para arrecadação de fundos para a construção da nova biblioteca (Cf. Machado, 2017, p. 49-50).

Municipal, o selo também se configura, em outros momentos, como uma presença indesejada por autoridades eclesiásticas e moradores. Estes veem na chancela da Unesco uma forma de interferência nos assuntos locais.

Além disso, ao considerarmos o discurso como uma forma de poder, especialmente no contexto do patrimônio onde esse poder se exerce como Soft Power, somos levados a crer, em última instância, que: 1) o selo de Patrimônio Mundial é frequentemente instrumentalizado por agentes políticos na construção de uma representação positiva de Congonhas; e 2) a chancela, ao mesmo tempo, também se configura como uma forma de exercício de poder da própria Unesco, que se vale da lista dos Patrimônios Mundiais como um meio de fazer circular seus interesses e valores, autorizados pelos países signatários. A representação, assim como se delinea, serve a dois senhores.

4.2.4. Os reflexos dos programas de revitalização urbana

Figura 77 – Vista da Praça JK revitalizada no Programa “Congonhas Mais Bonita” da administração do ex-prefeito Anderson Cabido (2009-2012)



Autor: Daniel Silva.

O prisma ou espelho da chancela de Patrimônio Mundial, concedida pela Unesco ao Santuário do Bom Jesus de Matozinhos em 1985, refletiu, nas primeiras décadas do novo milênio, feixes de luz que inspiraram os projetos de requalificação urbana no entorno e nas áreas próximas do sítio histórico. De 2009 a 2012, a Prefeitura Municipal implementou o programa “Congonhas Mais Bonita”, que abarcou políticas de educação patrimonial, além de uma série de intervenções no centro da cidade. Com o projeto arquitetônico de Maria Caldas, a administração municipal substituiu o cabeamento aéreo das redes elétricas, telefônicas e de internet por uma tubulação subterrânea.⁶⁸⁰ Além disso, alargou os passeios, dando prioridade à

⁶⁸⁰ Essa mudança só ocorreu no entorno da Praça JK. No governo seguinte, de Zelinho (2013-2020), o projeto foi descontinuado e as outras áreas que compreendiam o perímetro que ligava o Santuário do Bom Jesus à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição não sofreram intervenções, permanecendo a fiação aérea.

circulação dos pedestres, e revitalizou a Praça JK (como apresentado na Figura 77), que anteriormente era ocupada por camelôs e utilizada como estacionamento para veículos.

À época, quando eu trabalhava como assessor de Imprensa na Secretaria de Comunicação e Eventos da Prefeitura Municipal, recordo-me da oposição dos comerciantes da região às obras de revitalização do centro da cidade. Com a praça fechada para as obras e várias intervenções nos passeios, esses comerciantes protestaram diversas vezes, exibindo faixas de repúdio ao projeto. As faixas traziam dizeres como “Congonhas mais feia”, refletindo a insatisfação com as mudanças propostas. Após a conclusão das obras, a rejeição inicial foi superada, e novos empreendimentos se adequaram a uma estética mais agradável no entorno da praça. Antes das intervenções, não havia nenhuma padronização, e as placas de publicidade disputavam visibilidade entre si.

Entrevistador: Em 2009 você lançou o projeto “Congonhas mais bonita”, que buscava a melhoria e requalificação dos espaços públicos integrando os sítios históricos ao restante da cidade. Qual a avaliação que faz deste projeto?

Anderson Cabido: Eu faço... Eu continuo fazendo uma avaliação, é... muito positiva dele e não é nem porque – aquela coisa do apego ao que a gente fez. É muito mais por entender as demandas urbanísticas que Congonhas tinha e ainda tem. Demandas urbanísticas do tipo: as soluções de mobilidade em Congonhas são complexas difíceis de serem resolvidas, e o projeto propunha isso (soluções de mobilidade); as soluções de requalificação do ambiente urbano, né? – porque Congonhas era uma cidade árida, feia aos olhos da população, feia aos olhos do turista. Esse ‘status’, né? – se é que a gente pode chamar assim, de Congonhas, afetava diretamente a autoestima e a capacidade de relacionamento do cidadão com a sua cidade, né, então... Eu me relacionava de uma maneira ruim com a cidade, né, eu não devolvia, eu não tinha preocupação de devolver pra Congonhas algo de qualidade. Eu não cuidava da minha calçada, eu não cuidava do meu passeio, eu não cuidava da fachada da minha casa, eu não cuidava do muro, eu não cuidava do lote, do meu lote vago. Então isso tudo precisava ser enfrentado, então, o Congonhas Mais Bonita não era apenas um projeto de obra, não era apenas um projeto de refazer uma praça, de alargar as calçadas, né? Ele era um projeto muito ou... Muito além disso, que carregava uma ousadia muito grande que era de promover, de fato, uma requalificação urbana de toda a cidade, passando inclusive pela legislação, né, pelo código de posturas – a questão dos engenhos de publicidade que foi algo que não avançou, que deveria ter avançado... As questões ligadas à mobilidade.⁶⁸¹

⁶⁸¹ Entrevista cedida por Anderson Cabido em 22 de março de 2021.

O projeto “Congonhas Mais Bonita” buscava inspirar uma nova relação dos habitantes com a cidade, promovendo a valorização dos espaços públicos e das fachadas de casas e empreendimentos comerciais.

Entrevistador: O que seriam estes engenhos de publicidade, Anderson?

Anderson Cabido: Engenhos de publicidade a gente identifica em cidades que são menos regradas, né? – cidades que tem políticas públicas, políticas urbanas mais frouxas. A gente vê por exemplo, cada empresa com uma placa do tamanho de um outdoor na sua fachada, cada empresa querendo chamar mais atenção do que outra, sabe? Aquela coisa assim: ah, eu coloco um de neon, o outro vem coloca (sic) um negócio gigante, aí o outro vem e coloca um totem – não sei o quê lá, começando no chão indo até lá em cima, e isso causa uma poluição visual muito grande, isso causa um impacto sobre o patrimônio, sobre a visibilidade do patrimônio... Sobre a arquitetura que está ali por trás dessas placas. Então, aprimorar engenhos de publicidade é algo valioso para cidades que pensam o patrimônio, sabe? – que precisam valorizar o seu patrimônio - e isso não avançou, né? A questão do confinamento, né? O que que é a questão do confinamento? Congonhas, a gente ao longo dos anos, criou um hábito de construir as casas na beirinha da rua, deixando às vezes calçadas, né, passeios super estreitos com um metro de... menos de um metro. Tem passeio que tem menos de um metro. O poste ocupa o espaço quase todo do passeio. Aí você tem vê aquelas ruas, aquele ambiente confinado, né? Essa sensação de confinamento, de sufocamento, você não pode ter arborização, porque você não tem espaço pra isso. Então nós fizemos a modificação dessa lei, ampliamos, alargamos na lei como que a cidade deveria ser, então aumentando os recuos, aumentando o tamanho dos passeios, os afastamentos. Claro que não é praquilo que já existe, que já tá construído. Mas se vai construir algo, temo que respeitar esses afastamentos e tudo mais. A própria questão do afastamento em relação ao rio, né: as áreas de preservação ali, as áreas de recuperação vegetal nas margens dos rios e tudo isso. Tudo isso tava previsto (sic) e programado na lei foi sendo modificado com o passar do, né? A própria... Nos últimos anos a própria Câmara de Vereadores foi fazendo alterações onde a gente foi retrocedendo nesses avanços que a gente teve naquela época.

Entrevistador: esses últimos anos você fala após o seu governo, né?

Anderson Cabido: Pós o nosso governo (sic), logo que a gente saiu, logo que a gente saiu. Então isso foi ruim. É claro que havia um interesse ali, não vou falar que foi uma coisa na Câmara exclusivamente, né? Havia um interesse, uma pressão sobre os proprietários de imóveis, sobretudo os imóveis é... Da área urbana, do centro da cidade, dos bairros mais centrais, uma pressão muito grande para que todas essas regras urbanas, essas novas regras urbanas propostas pelo Congonhas Mais Bonita, pelo nosso governo, voltassem, caíssem, né? – e isso aconteceu em grande parte, né? Então assim, a gente perdeu um pouco ali da pegada do Congonhas Mais Bonita, que acabou virando só obra - aquelas obras ali no entorno da Matriz, aquelas obras ali no centro da cidade que continuaram o projeto que havia sido proposto, só que o projeto não era só de intervenção urbana, só de obras, né? O projeto contemplava também um trabalho de conscientização, de educação patrimonial e tudo mais, né? Era pra a gente ter dado continuidade ao projeto

de cabeamento subterrâneo, né, de energia elétrica, de telefonia e tudo mais. Então, não se avançou tanto nessa área.⁶⁸²

Como podemos observar, as disputas do território (entre os interesses privados e do poder público) permaneceram, mesmo após o fim do projeto. O que seria um processo de educação patrimonial se limitou a melhorias estéticas, em um processo de “embelezamento”, como costumava dizer Henri-Pierre Jeudy (2005).

O Congonhas Mais Bonita ainda assim ele avançou nesse aspecto das obras, né? E uma das coisas, que é importante, mas que faltou a parte, atuar com a parte de educativa que á a questão do alargamento dos passeios. Sabe, assim, muitas críticas acontecendo ao governo do Zelinho na época, ao projeto na época, porque faltou um trabalho educativo, das pessoas entenderem que a cidade não é prioritariamente pro veículo. A cidade tem que tratar prioritariamente do pedestre, o fluxos dos pedestres, dos transeuntes, depois no transporte coletivo, pra depois pensar no veículo.⁶⁸³ pra depois pensar em vi [inaudível]. E aí, como não houve isso no momento anterior o projeto ainda recebia críticas e temo por ele, temo por ele – desmanchar essas calçadas mais largas que foram feitas, pra poder de novo privilegiar o veículo de passeio, né? Não pode ser assim.⁶⁸⁴

Embora não tenha sido integralmente concluído, o projeto 'Congonhas Mais Bonita' marcou um momento histórico na cidade ao introduzir a arquitetura contemporânea como uma solução viável para questões urbanas, como a mobilidade dos pedestres e a criação de espaços públicos de convívio que se diferenciam dos locais históricos. Essa abordagem inovadora permitiu que o passado da arquitetura colonial e da tradição religiosa coexistisse com novos ambientes. Enquanto esses novos espaços prestavam, em alguma medida, uma certa homenagem ao legado de Aleijadinho, eles também se estabeleceram como um novo reflexo da cidade, redefinindo sua identidade.

Neste caminho, nos anos seguintes, outra profunda transformação ocorreria no tecido urbano de Congonhas. Com a criação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC Cidades Históricas, a Prefeitura de Congonhas criou, em 2013, uma equipe de trabalho composta por técnicos em diversas áreas da administração pública⁶⁸⁵ para elaborar, submeter,

⁶⁸² Entrevista cedida por Anderson Cabido em 22 de março de 2021.

⁶⁸³ Grifos nossos.

⁶⁸⁴ Entrevista cedida por Anderson Cabido em 22 de março de 2021.

⁶⁸⁵ A equipe era composta pelo secretário de Planejamento e coordenador, Antônio Odaque da Silva, a secretária de Obras da cidade, Rosemary Aparecida Benedito, o diretor de Patrimônio Histórico, Luciomar Sebastião de Jesus – que é também escultor e pintor – além de dois arquitetos, três engenheiros civis, uma advogada, dois economistas e um urbanista.

captar e executar obras de restauração e de requalificação dos monumentos e sítios históricos. O empenho rendeu frutos, alcançando a aprovação de 10 dos 27 projetos submetidos ao Iphan, adquirindo assim, cerca de R\$ 25 milhões em investimentos.⁶⁸⁶ O fato de a equipe de trabalho já ter elaborado os projetos antes mesmo do anúncio do PAC Cidades Históricas teria sido decisivo para que Congonhas aprovasse o maior número de projetos entre as cidades contempladas pelo projeto. Como comenta Antônio Odaque:

Das 27 ações que nós encaminhamos nós fomos contemplados em dez. O que que eles fizeram? Eles selecionaram dez ações que estavam diretamente ligadas ao patrimônio histórico, ou à região de abrangência história, ou algo que poderia preparar as pessoas pra viver dentro desse ambiente, pra criar esse ambiente. Aí nós tivemos então selecionadas dez ações, e quando o Iphan abriu a possibilidade de apresentar projetos, a gente já começou trabalhar esses projetos. A gente tinha os projetos con-cei... conceituais, certo? E aí, pra apresentar lá. Nós apresentamos os projetos, os conceitos de projeto.⁶⁸⁷

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi lançado em 2007 pelo Governo Federal. Coordenado pelo Ministério do Planejamento dava atenção especial na elaboração e execução de obras de infraestrutura social, urbana e logística. Em 2011, o programa entrou na segunda fase e ampliou a abrangência aos estados e municípios. No ano de 2013, atendendo uma demanda dos prefeitos da Associação das Cidades Históricas de Minas Gerais (ACHMG), o Ministério do Planejamento, em parceria com universidades, governos municipais e a Caixa, criou uma linha específica de atuação centrada nos sítios históricos protegidos pelo Iphan: o PAC Cidades Históricas. A liberação dos recursos é feita pelo Iphan, à medida que os projetos são aprovados e as obras executadas pelas gestões municipais. Antônio Odaque destaca a importância do programa federal para Congonhas.

Eu acho que o PAC, ele veio... Ele foi um programa que ele chegou mais estruturado. A experiência vivida, tanto pelas cidades, como pelo próprio Iphan, pelos ministérios com o programa Monumenta, permitiu que o PAC fosse um programa mais aprimorado do que o Monumenta, tá? É... Ele foi um programa muito importante na conservação do patrimônio histórico brasileiro. Eu acho que o Iphan, ele teve a felicidade de ter esse programa, é... Sobre a gestão deles, ligado ao Ministério da Cultura, passou pro Iphan, até porque era a expertise... É a expertise do Iphan isso, né? Então eu acho que foi muito interessante para o Brasil, como um todo, isso estar nas mãos do Iphan, e foi a oportunidade que o Iphan teve, efetivamente, de fazer uma gestão de recursos em favor do patrimônio histórico brasileiro, que até então, o Iphan dependia de verbas dirigidas pra isso, pra aquilo... Ele ficava mais no trabalho de orientação, de fiscalização, de acompanhamento. Uma ação, propriamente

⁶⁸⁶ Ver mais em: <<https://bityli.com/hvKNn>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

⁶⁸⁷ Entrevista cedida por Antônio Odaque em 10 de agosto de 2018.

de... Propriamente efetiva na manutenção e conservação do patrimônio histórico brasileiro... Não teve outro programa, então o Iphan teve, foi bom. Pra nós aqui, especialmente, Congonhas, nós estamos com todo o nosso patrimônio histórico restaurado ou em restauração.⁶⁸⁸

O PAC Cidades Históricas, apesar de passar por entraves e atrasos nos recursos após a queda da presidente Dilma Rousseff (PT) em 2016, está sendo implantado em 44 cidades de 20 estados da federação. Ao todo foram selecionadas 425 obras de restauração de edifícios e espaços públicos com um investimento de R\$ 1,6 bilhão.⁶⁸⁹ Em Minas Gerais foram aprovados investimentos nas cidades de Belo Horizonte, Diamantina, Mariana, Ouro Preto, Sabará, São João del-Rei, Serro e Congonhas. Como dito, na Cidade dos Profetas foram selecionados 10 projetos de intervenção no restauro de bens históricos com um total de R\$25,08 milhões. Como destaca Machado (2017), a condição de Patrimônio Mundial foi determinante para que Congonhas fosse selecionada no programa federal. Nessa etapa,

[...] além de focar a Basílica e o seu valiosíssimo acervo de artes integradas, foram contemplados os espaços urbanos e os equipamentos públicos no entorno imediato do Sítio, como a Alameda Cidade de Matosinhos de Portugal – que dá acesso ao Museu de Congonhas – e o edifício da Romaria; da mesma forma, ocorreu a implantação de um parque natural localizado nesse mesmo trajeto (Machado, 2017, p. 30).

Ana Alcântara, então secretária-executiva da ACHMG, relembra o processo de criação do programa:

[...] à época, o Anderson [Cabido, prefeito – Adm. 2005-2012] era o presidente da associação e prefeito de Congonhas e, juntamente com outros prefeitos foi feito uma reunião, uma assembleia de prefeitos. É uma prática da Associação das Cidades Históricas: quando um presidente entra, que haja essa assembleia (sic), e nessa assembleia, o que que acontece? É feito um plano de ação pros dois anos de mandato (sic) do presidente. E os prefeitos da época pediram que se criasse um projeto de requalificação para as cidades históricas de Minas que estavam com muitas igrejas e muitos bens em estados, é, graves, não é, de deterioração. Então o Anderson, juntamente com esses prefeitos, nós fizemos (sic) o plano interno dentro da associação. O Anderson e uma equipe de prefeitos levou esse pleito para Brasília, pro governo federal (sic), é, para que se realizasse políticas de preservação para as cidades históricas de Minas. Quando chegou a conversa, foi tão amplo (sic), o ministro do Planejamento estava lá participando, o Ministério do Planejamento estava lá com equipe, eles criaram uma linha destinada, especificamente, para os sítios históricos. Porque já existia o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que era um programa global do governo federal. Então dentro desse PAC, eles criaram

⁶⁸⁸ Entrevista cedida por Antônio Odaque em 10 de agosto de 2018.

⁶⁸⁹ Ver mais em: <<https://shre.ink/PACCIDHIS>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

essa linha das cidades históricas e foi destinada, exclusivamente a sítios históricos, é, urbanos que fossem protegidos pelo Iphan e o projeto foi visto com tão bons olhos que ele foi ampliado para o país. E ao invés de ser PAC das Cidades Históricas de Minas Gerais como foi inicialmente... como inicialmente era um programa para as cidades históricas de Minas... e aí ele passou a ser um programa, é, de aceleração do crescimento das cidades históricas no Brasil como um todo, não é? Então, assim o PAC Cidades Históricas, ele nasceu em Minas. E à época eu tive o privilégio, não é, de enfrentar o grande desafio que é de ir (sic) em todos os municípios mineiros e difundir a metodologia é, de elaboração do plano. Então todos os municípios que receberam, é, o PAC das Cidades Históricas, nós fomos os facilitadores pra essa oficina. Não foi uma tarefa fácil, foi uma tarefa muito difícil, mas a gente vê que o resultado foi promissor, não é? Foram destinados recursos para obras de requalificação de edifícios, de espaços públicos, é, sendo que os trabalhos, eles foram feitos em cooperação com diversas co-executores. Mas quem pegou mesmo na proposição de ação, forte mesmo, foram os municípios. Cada município colocou o seu projeto debaixo do braço e desenvolveu com todo o apoio [da Associação] das Cidades Históricas e todo o recurso foi do Ministério do Planejamento.⁶⁹⁰

No mandato de Anderson Cabido à frente da ACHMG, Ana Alcântara comandou o plano de trabalho, elaborado a partir de reuniões com a comunidade que elegeram por votação quais seriam as obras prioritárias para Congonhas.

[...] dentro dessa linha à época, o Anderson era o nosso prefeito, presidente da associação... Então, assim, o que é que nós fizemos? Nós fazíamos reuniões com as comunidades, a gente ia nos bairros, conversava para que a população elegeisse os bens que gostariam que fossem requalificados. Então, assim, foram vários bens, como você bem disse, não é, todos foram eleitos pela comunidade... foi feita uma votação mesmo, e no final a gente envolveu a cidade inteira... – Por que o que é que você quer que requalifica na sua cidade? Você tem direito a votar em três bens... E aí, a partir disso, os 10 que tiveram maior votação é que foram apresentados pelo governo municipal ao governo federal.⁶⁹¹

O plano de ação teria continuidade no governo de Zelinho (2013-2020) sucessor de Anderson Cabido. Como relata nossa entrevistada:

[...] o plano de ação quando o Anderson saiu já estava aprovado no governo federal e logo que o Zelinho entrou [2013-2020], eu também até fui à Brasília juntamente com ele e uma equipe da prefeitura para mostrar, para reforçar, para que Zelinho pudesse se comprometer com aquele plano que foi construído. – Olha, o plano de Congonhas é esse! Prefeito, você se

⁶⁹⁰ Entrevista cedida por Ana Alcântara em 27 de julho de 2021.

⁶⁹¹ Entrevista cedida por Ana Alcântara em 27 de julho de 2021.

compromete com ele? – Me comprometo! Então foi isso que foi feito em Brasília e o Zelinho foi dando encaminhamento nas obras.⁶⁹²

No governo de Zelinho (2013-2020), a equipe permanente, apesar de preservar boa parte das ideias levantadas pelo seu antecessor, Anderson Cabido (2009-2012), apresentou ao Iphan 27 projetos de intervenções. Esses projetos incluíam o restauro de elementos artísticos de igrejas coloniais, a construção e a requalificação dos espaços públicos no entorno dos sítios históricos, especialmente os pertencentes à área reconhecida pela Unesco como patrimônio da humanidade. No processo seletivo do Iphan, participaram 44 municípios brasileiros com bens reconhecidos nacionalmente e mundialmente.

Figura 78 – Alameda Cidade Matosinhos de Portugal revitalizada com as obras do PAC Cidades Históricas. Ao fundo e ao centro, a Romaria e à direita, a Serra Casa de Pedra



Fonte: Próprio autor (2023).

Congonhas teve 10 projetos aprovados (ver Tabela 02) através da portaria do Iphan nº. 383 de 20 de agosto de 2013, como comenta Antônio Odaque:

⁶⁹² Entrevista cedida por Ana Alcântara em 27 de julho de 2021.

Mas o Iphan tinha um valor de recurso também limitado, quase que pra esse patrimônio. Das 27 ações que nós encaminhamos nós fomos contemplados em dez. O que que eles fizeram? Eles selecionaram dez ações que estavam diretamente ligadas ao patrimônio histórico, ou à região de abrangência história, ou algo que poderia preparar as pessoas pra viver dentro desse ambiente, pra criar esse ambiente. Aí nós tivemos então selecionadas dez ações, e quando o Iphan abriu a possibilidade de apresentar projetos, a gente já começou trabalhar esses projetos. A gente tinha os projetos conceituais, certo? E aí, pra apresentar lá. Nós apresentamos os projetos, os conceitos de projeto.⁶⁹³

A decisão da Prefeitura Municipal de montar uma equipe permanente de trabalho para a elaboração de projetos visando captar recursos do PAC Cidades Históricas foi acertada, conforme indicam os fatos. A equipe não apenas elaborou os projetos, mas também acompanhou todo o processo de captação e execução dos recursos e das obras.

Tabela 02 – Projetos selecionados: portaria do Iphan nº. 383, 20/8/2013

Restauração da Basílica do Senhor Bom Jesus de Matozinhos
 Restauração do prédio da antiga Câmara de Vereadores
 Restauração do Cine Teatro Leon
 Restauração do Museu da Imagem e Memória
 Requalificação da Alameda Cidade Matozinhos de Portugal
 Restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição
 Restauração da Igreja do Rosário
 Implantação do Parque Nacional Municipal da Romaria
 Requalificação e reforma do Centro Cultural Romaria e Teatro⁶⁹⁴
 Requalificação do adro da Basílica do Senhor Bom Jesus de Matozinhos

Fonte: Arquivo da Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Congonhas (2018). Adaptado por Costa (2019).

Ligando a Romaria ao Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, onde estão as 12 profetas em pedra sabão e as 64 esculturas em cedro do mestre do barroco Aleijadinho, a Alameda Cidade Matosinhos de Portugal recebeu recursos na ordem de R\$ 2 milhões, com uma

⁶⁹³ Entrevista cedida por Antônio Odaque em 10 de agosto de 2018.

⁶⁹⁴ O projeto foi desmembrado em dois. O primeiro envolveu a restauração do prédio da Romaria, incluindo a construção de um anfiteatro. O segundo consistiu na criação de um novo espaço, seguindo uma arquitetura contemporânea: o Teatro Dom Silvério Gomes Pimenta. Este último foi projetado pelo mesmo arquiteto responsável pela restauração do prédio da Romaria em 1995, Sylvio de Podestá. O novo teatro, construído com armações de ferro, foi parcialmente subterrâneo, evitando competir com a paisagem colonial circundante.

contrapartida da prefeitura no valor de R\$ 20.326,21. A arquitetura desta alameda se diferencia significativamente da arquitetura colonial e

[...] contempla calçadas largas em quartzito e sem obstáculos que atrapalhem a caminhada; passarelas elevadas para travessia de pedestres; sinalização tátil auxiliando deficientes visuais; mobiliário urbano planejado e posicionado de forma adequada no ambiente; espaços de permanência; luminárias padrão; guarda-corpo em aço corten¹⁴; estreitamento de pista de carros, com objetivo de diminuir o tráfego de veículos devido à proximidade com o Santuário (Jornal Correio de Minas, 2016).⁶⁹⁵

Nesta intervenção, foram ainda realizadas obras do projeto luminotécnico, do sistema de irrigação, do paisagismo e da recomposição do muro da Romaria que havia cedido em uma tempestade há alguns anos.

A igreja de Nossa Senhora do Rosário é outra obra atendida pelos projetos municipais do PAC Cidades Históricas. Datada do final do século 17, é considerada pela Arquidiocese de Mariana o templo mais antigo de Congonhas. Foi erguida graças aos esforços das irmandades de N. Sra. do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia. As obras de restauração custaram, com recursos do PAC, R\$ 904.933,96. A descoberta de uma verruma (instrumento de furação que lembra a pua) e dois malhos (ou macetes) foram atribuídas ao entalhador português Francisco Vieira Servas (1720-1811) pelo restaurador Geraldo Eustáquio Mendes de Araújo, que trabalha na empresa Cantaria Conservação e Restauo, responsável pelas obras da igreja do Rosário. As ferramentas estavam localizadas pouco acima do entablamento, dentro do Arco do Cruzeiro, que é atribuído ao artista do século 18 (Costa, 2019). As intervenções realizadas pelo Iphan, por meio da Prefeitura Municipal, tinham como objetivo assegurar a preservação integral do monumento, visando a uma certa imortalidade do tempo em que foi erguido. Além disso, as restaurações buscaram preservar a autenticidade do local como um documento-monumento. Essa leitura técnica dos elementos artísticos, realizada pelo diretor de Patrimônio, converge nesse sentido.

Na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, as obras foram na ordem de R\$ 1.398.370,69. Além do valor empregado, a prefeitura disponibilizou mão-de-obra especializada com equipes técnicas da Diretoria de Patrimônio Histórico – ligada à Secretaria de Gestão Urbana, da Secretaria de Planejamento e da Secretaria de Obras. As intervenções buscaram recuperar o suporte da Igreja e dos elementos artísticos. A Igreja Matriz de N. Sra. da Conceição

⁶⁹⁵ Cf. Correio da Cidade (19/12/2016). Disponível em: <<https://shre.ink/NovaAlam/>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

apresentava problemas estruturais no telhado, forro e outras partes do prédio. O Ministério Público, por meio do promotor de justiça, Dr. Vinícius Alcântara Galvão, conseguiu uma verba indenizatória de R\$ 76 mil, oriunda de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que, somado à contrapartida da Igreja, possibilitou a elaborar o projeto estrutural. A Igreja custeou a pintura, a recolocação dos bancos (R\$ 120 mil), a sonorização (R\$ 80 mil) e outras ações de melhorias que foram concluídas em 2014 (Costa, 2019).

A restauração dos elementos artísticos da Basílica do Senhor Bom Jesus de Matozinhos (Patrimônio Cultural Mundial) custou cerca de R\$ 2.270 milhões. A obra durou dois anos e meio e foi entregue dia 28 de junho de 2018. As intervenções se concentraram no restauro dos elementos artísticos da Basílica, pintura externa, recuperação de relicários e imagens, como a do Bom Jesus Crucificado, localizado no altar-mor. Como descreve, detalhadamente, matéria do portal da prefeitura:

Entre as ações realizadas, destaca-se a recuperação de uma pintura do século 18 nas laterais do camarim do retábulo-mor e simbologia do martírio de Cristo; os quadros da sacristia, nártex, coro e da nave; balaustradas; cimalkas; forros; retábulos laterais e da sacristia; arco do cruzeiro; púlpitos; pias; lavabo de pedra sabão da sacristia; e a cruz de Feliciano Mendes. Durante a obra, foram encontradas pinturas expressivas, como o fundo da pintura do forro da nave que era cinza liso e escondia um céu com nuvens e tonalidades do azul ao rosado e ainda uma pintura sobre tela na parte superior da Cruz, com a representação do Crucificado.⁶⁹⁶

A restauração, ao privilegiar o resgate da forma inalterada ou a policromia pura dos elementos artísticos, revelou detalhes preciosos, como o céu com nuvens atribuído à Ataíde que estava oculto sob uma camada cinza. Esse achado destaca a importância da intervenção para descobrir e preservar aspectos originais da arte sacra. As obras, que começaram em julho de 2018, incluindo a requalificação do Centro Cultural da Romaria e a construção do Teatro Municipal, receberam um investimento significativo de R\$ 19.330.610,38, proveniente do PAC Cidades Históricas. Desse montante, R\$ 6 milhões foram direcionados à recuperação do prédio da Romaria, enquanto outros cerca de R\$ 3,3 milhões foram destinados ao Teatro Municipal. Esses recursos representam um compromisso substancial para a preservação e revitalização do patrimônio histórico e cultural de Congonhas.

⁶⁹⁶ Cf. Ver mais em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4710/basilica-de-congonhas-mg-sera-reaberta-apos-maior-restauracao-de-sua-historia>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

A Romaria foi inicialmente utilizada como pouso para os romeiros que vinham a Congonhas nas festividades do Jubileu – festa religiosa de devoção ao Senhor Bom Jesus que possui mais de dois séculos e meio de história. Construída no início do século 20, foi vendida em 1960 pela administração do Santuário a um grupo empresarial do Rio de Janeiro que pretendia construir um hotel nas ruínas do antigo prédio. Da cúpula que formava o conjunto, após demolida, restaram apenas as duas torres principais. A prefeitura adquiriu o espaço em 1993 e contratou o arquiteto Sylvio de Podestá para a restauração do pórtico. Reconstruído em 1995, o prédio tornou-se um ponto de encontro e palco de realização de shows e eventos culturais, além de abrigar os museus de mineralogia e arte sacra, a sede administrativa da Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo (FUMCULT) e a rádio Educativa 97,5 FM. Antonio Odaque revela as motivações para a escolha do arquiteto Sylvio de Podestá. Segundo argumenta, a ideia era que o mesmo arquiteto para terminar um antigo projeto de um auditório ao fundo da cúpula da Romaria, que

[...] foi reconstruída em 94, salvo engano em, 95 – nesse período aí (sic) – e quem foi o arquiteto que foi contratado pra fazer o projeto da reconstrução foi o Sylvio de Podestá. Quando nós vimos aquilo, eu peguei e falei com o Zelinho [prefeito]: ‘Olha Zelinho, vamos ver se o Sylvio vai querer fazer pra gente essa restauração, sô, porque aí não vai ter muito conflito de linhas arquitetônicas, de pensamento arquitetônico’. Então o Zelinho falou assim, ‘não, vê com ele, se ele topar’. Aí, paralelamente, foi a reconstrução e complementação do projeto original da Romaria, porque o projeto original da Romaria, ele contemplava lá atrás, um espaço todo redondo, né, que seria um auditório, teatro, salão de danças, porque aqui no passado tinha uma escola de balé que existiu aqui por mais de 50 anos – que ela era co-man-da-da (sic) coordenada e a orientação dela era da Dona Vicky, professora Victória Parcus.⁶⁹⁷

⁶⁹⁷ Entrevista cedida por Antônio Odaque em 10 de agosto de 2018.

Figura 79 – Vista panorâmica Vista panorâmica do Parque Ecológico, Teatro Municipal e Romaria⁶⁹⁸



Fonte: Próprio autor (2019).

Ana Alcântara, no entanto, chama a atenção para os usos públicos do espaço da Romaria.

Nós temos que perguntar isso pro morador. O que que ele realmente deseja nesse equipamento? Como é que ele imagina, não é? Mas acredito nessa linha, sem ter essa conversa preliminar, sem receber essa esse processo de investigação, eu acredito que a Romaria ela deve se destinar, né, à preservação da história de Congonhas, à preservação da cultura, das artes, do lazer e do turismo, porque nós temos que pensar também nesse viés econômico, não é? Porque quando você vai falar do uso da Romaria, nós não podemos esquecer da origem da Romaria, né? A Romaria foi construída para abrigar os fiéis, para abrigar os romeiros que vinham para o Jubileu do Bom Jesus. Então em algum momento o uso da Romaria deve se (sic) trabalhar com essa origem. Por outro lado, a própria arquitetura da Romaria, não é, onde estão construídas com casas dispostas ao redor de um grande pátio (sic), um espaço que já é um convite para o encontro, que é um convite para celebração, então eu acho que você precisa também estar dando esse uso. Então eu vejo dessa forma. Se deve

⁶⁹⁸ Fotografia tirada do salão anexo à Igreja do Bom Jesus: em primeiro plano o terraço do Museu de Congonhas, à esquerda o Teatro Municipal Dom Silvério, ladeado pelo Parque Ecológico, ao centro a Romaria e no topo, à direita a Serra Casa de Pedra.

associar é, a parte administrativa com a parte cultural, né, a parte da religião e tudo né, eu não vejo com maus olhos não. Eu vejo como um ponto importante, porque tudo se passa pela gestão e você está ali dentro do espaço trabalhando a gestão desse espaço com esses elos históricos, culturais, artísticos de lazer, eu acho que é o caminho.⁶⁹⁹

Em dezembro de 2017 a Prefeitura de Congonhas e o Iphan firmaram o Termo de Compromisso PAC nº. 148 no valor de R\$ 19.330.610,38 para a restauração e construção do Teatro Municipal (inicialmente previsto no projeto original dos anos 1990 e que não pôde ser finalizado). O arquiteto que reformulou o projeto é o mesmo que fez a primeira intervenção: Sylvio de Podestá. O Centro Cultural da Romaria, inaugurado em 23 de novembro de 2020, contém: o gabinete do prefeito, sala de reunião, sala multimeio, estúdio de rádio e TV educativa, administração da FUMCULT, além de um bar-café, loja, museu de mineralogia e o memorial Matozinhos. Em 2023 foram finalizadas as obras do teatro municipal, anexo à Romaria. O novo espaço que leva a assinatura do arquiteto Sylvio de Podestá, tem uma proposta estética bem distinta do prédio colonial. Em forma de uma “folha” enterrada no chão, com estrutura de aço, o edifício possui tratamento acústico para apresentações de dança, teatro e música e capacidade de lotação para 250 pessoas. O espaço ainda leva o nome de batismo de Dom Silvério Gomes Pimenta, primeiro arcebispo de Mariana (MG) e natural de Congonhas.

A respeito da necessidade de se afirmar uma arquitetura distinta da colonial, argumenta o ex-prefeito Zelinho (Adm. 2013-2020):

Os arquitetos têm essa ideia e tem que ser assim mesmo, né? A arte tem que ser contemporânea. Você não pode fazer um prédio copiando 200 anos atrás, o prédio que você tem que fazer é um prédio contemporâneo. Assim foi o museu, que foi um arquiteto, um dos maiores arquitetos do Brasil, Gustavo Pena, né, famosíssimo, que fez o teatro... o museu de Congonhas. Assim também tá sendo o teatro, né? Tem que ser de época, você não pode fazer um prédio copiando o barroco. Às vezes as pessoas estranham isso, mas é assim mesmo.⁷⁰⁰

Seguem ainda em 2023, as obras do Parque Ecológico da Romaria e a restauração do Cine Teatro Leon. Quanto ao projeto do adro da Basílica do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, o Iphan assumiu a execução da obra que ainda está em fase de estudos devido aos problemas estruturais de declividade onde estão situados os profetas de Aleijadinho.

⁶⁹⁹ Entrevista concedida por Anderson Cabido em 23 de janeiro de 2021.

⁷⁰⁰ Entrevista cedida por José de Freitas Cordeiro em 10 de agosto de 2018.

Sobre este conjunto de obras listadas no PAC, é importante ressaltar a colaboração da Igreja Católica e equipe técnica da Prefeitura Municipal, que acompanhou e orientou os trabalhos. Além do PAC Cidades Históricas destacamos outras frentes importantes sendo lideradas pelo Ministério Público Federal. Além do Termo de Ajustamento de Conduta no valor de R\$ 492.931,42 destinado ao projeto de intervenção e execução na obra de restauro da Basílica do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, o MPF está custeando o projeto de intervenção e execução de serviço de desinfestação e imunização das esculturas de madeira da Via Crucis.⁷⁰¹

Qual seriam os impactos dessas obras na percepção dos habitantes? Neste longo relato Luciomar Sebastião de Jesus, artista local e ex-diretor de Patrimônio (2013-2020), faz uma avaliação enquanto morador da cidade sobre os grandes projetos de intervenção urbana como o Museu e as obras do PAC Cidades Históricas. Na visão do nosso entrevistado a relação da cidade com o patrimônio deve ser repensada, pois o sagrado se sobrepõe ao valor artístico na visão dos moradores. Fato este que deveria ser considerado antes da elaboração e execução de projetos de requalificação urbana e de intervenção nos sítios históricos.

[...] a cidade ainda tem muito que repensar o patrimônio, e essas intervenções desses sítios, às vezes, me preocupa, né? porque uma coisa que é o maior desafio - acho que é interessante você abordar isso -, é, primeiro, antes de ser diretor de Patrimônio, eu sou escultor e eu participo da minha comunidade cristã, católica, eu vou às missas, eu toco no coral, eu participo das celebrações litúrgicas, sim, sou meio carola, e quando dizem que vão fazer intervenção em um patrimônio, como é a praça da Matriz ou do Santuário, eu fico muito preocupado, por quê? Porque as pessoas que vêm (sic) não têm essa vivência religiosa. E, antes de ser um espaço turístico, pra mim, eu não tô falando como diretor de Patrimônio, não, eu tô falando como Luciomar, como munícipe, como escultor e como paroquiano. É, antes de ser um espaço, é, apenas cultural, apenas turístico, patrimônio cultural mundial - eu sei que a religião faz parte da cultura também, mas tirando essa questão da edificação, ele é um espaço celebrativo, é um espaço religioso, primeiro é religioso, é um santuário, é um espaço celebrativo, é um espaço sagrado. E como tal tem de ser respeitado. Não sobrepor o turístico ao sagrado, porque é o sagrado que edificou aquilo ali. É por causa do sagrado que ele está ali bem conservado. O dia que ele perder esse significado, o dia que ele perder essa identidade, ele acaba, ele aparece pichado, aparece destruído, porque a população, hoje, ela cuida, zela, porque, além de ser turístico, é, principalmente, religioso. Então, quando eles chegam com propostas, eu sou o primeiro, falo: - ôpa, isso não, não concordo, não deve. Porque eles estão colocando primeiro o turismo, e na realidade não é o turismo, é primeiro religioso. Dá pra conciliar as duas coisas? Claro que dá, mas não um sobrepor o outro (sic). Eu acho que ali é, primeiro, um espaço celebrativo. Desde que não atrapalhe o andamento litúrgico, daquele espaço, como as missas campais que acontecem no Jubileu, que sempre aconteceram. Lá na Matriz da mesma forma, aquele espaço é um espaço que tem de ser mantido como tal, que é uma praça religiosa. Congonhas não tem praça, inicialmente não tinha praça, nunca teve. As praças

⁷⁰¹ Cf. Costa (2019, p. 47).

eram praças religiosas: praça da Matriz e praça da Basílica. O povo só se reunia lá, não era pra discutir política, era pra discutir religião, pra celebrar, né? novenas, as festas à Padroeira e aqui do Matosinhos. Depois é que surgiu a praça Dom Helvécio e outras praças aí, não havia praças em Congonhas, era só uma ruazinha, praça da Matriz e praça da Basílica... Era uma cidade extremamente religiosa, que, embora tivesse um poder político muito grande – os barões moravam aqui, tinham muita influência, mas, ainda assim, era de cunho religioso. Então, ela é primeiro religiosa, na minha opinião, depois sim, todo o resto.⁷⁰²

Para Luciomar, apesar dos esforços da Unesco, do Iphan e da Prefeitura Municipal na elaboração de projetos como o Museu de Congonhas e as obras do PAC Cidades Históricas, a população ainda não se apropriou da atividade do turismo e se mostra resistente a estas intervenções externas.

Quando aparecem esses – são muito novos – arquitetos, eu sou meio bairrista também, então quando esse pessoal vem de fora, que eles vêm de fora, a gente fala "pessoal vem de fora" é preconceito, é sim, eu tô me abrindo, quando vêm essas pessoas que vêm com um projeto e, quando começam a falar com pompa, vamos ver o que ele tem a dizer, quando mostram, eu falo: “tirou isso da onde? Por que que ele tá fazendo isso? Será que ele conhece a nossa história?” Aí, quando vai olhar, não conhece. Pega algo que foi feito num outro lugar ou da vivência deles, mas só que tem a questão antropológica nessa história toda. Pra você fazer uma inserção num espaço como o nosso, principalmente no Santuário ou na Matriz ou nesse espaço que tem essa identidade muito forte, é necessário que você conheça o espaço, conheça as pessoas, conheça o desenvolvimento daquele local, eu digo em termos de antropologia mesmo, o quê que acontece ali, pra você não cair numa armadilha e apresentar algo com o que as pessoas não se identifiquem e que acaba criando ali um obstáculo ali um obstáculo pra elas. Então o Santuário, a Matriz e o Rosário são uns desses locais, sabe? (sic) o próprio [Alto] Maranhão também, então tem de ter esse cuidado, tem de ter esse cuidado. Mas a população não vê a cidade turística, ainda não, ela não vê.⁷⁰³

A fala do nosso entrevistado revela a certa tensão dos moradores de Congonhas com os órgãos de proteção, especialmente no conflito originado pela própria concepção do que é patrimônio. Para os especialistas do Iphan e outros órgãos de proteção, devem ser considerados principalmente os valores históricos e artísticos. Por outro lado, para a população, os aspectos religiosos e de devoção têm maior relevância. Essas questões têm impacto direto na perspectiva da atividade turística, que ainda está longe de se tornar uma realidade na vida das pessoas no presente, sendo vista mais como um objetivo a ser alcançado no horizonte.

⁷⁰² Entrevista cedida por Luciomar Sebastião de Jesus em 9 de agosto de 2018.

⁷⁰³ Entrevista cedida por Luciomar Sebastião de Jesus em 9 de agosto de 2018.

[...] a população não vê a cidade como cidade turística, embora tenha um patrimônio cultural mundial, títulos e tudo, e ainda "Imagem de Minas"⁷⁰⁴, né, a cidade - já foi feita pesquisa sobre isso – eles (sic) não veem assim como prioridade o turismo. É aquela coisa imediatista, né? A gente sempre vê aquilo que tá em voga, que é a mineração. A população de Congonhas reconhece a cidade como cidade mineradora, até porque 99,9% da renda (Sic) é mineração, depois o que sobra divide pra outras atividades. Então o turismo tá muito longe de ser uma indústria que seja algo, que seja realidade que a população possa viver do turismo.⁷⁰⁵

Para Antônio Odaque as obras de requalificação possuem um aspecto pedagógico. É possível, na visão do nosso entrevistado

Mostrar que é importante preservar, primeiro; segundo é mostrar que, a partir do momento que cê preserva, cê melhora a qualidade de vida das pessoas, o pouco que você faz isso. A partir do instante que recebe o visitante, que ele cria uma cadeia, ele gera uma cadeia com uma economia, tá? Então é cultura promovendo o desenvolvimento social, é a cultura migrando para outros segmentos da vida, recursos... A possibilidade da geração de recursos, então é... A mensagem maior é o seguinte: vale a pena preservar, quando você preserva você preserva, não só uma história, e vai permitir às pessoas que compreenda momentos diferentes de uma época, se você vai ver patrimônio nosso, nós vamos conseguir levantar dados e informações de uma época que nós não vivemos.⁷⁰⁶

Esse desenvolvimento seria então puxado pelo turismo? Seria ele uma alternativa viável para superação da dependência econômica de Congonhas à mineração? Quanto a essa abertura proporcionada pelas políticas de salvaguarda, proteção e promoção do patrimônio como as que implantaram o museu e as obras do PAC Cidades Históricas, argumenta Ana Alcântara:

Eu vejo o turismo como um fenômeno social, uma ação de valor, mesmo, sabe assim, como um fenômeno social e que ele precisa ter um desenvolvimento cultural, um desenvolvimento econômico, é, o desenvolvimento político, né, e social também, né? É, como eu sempre falo, já falei até aqui nessa conversa nossa, o patrimônio, o turismo, ele é feito de pessoas para pessoas. E ele deve proporcionar, tanto aos moradores, tanto aos visitantes a oportunidade de desenvolver o potencial criativo por meio de experiências memoráveis, né, experiências memoráveis de aprendizagem e de interação com o lugar. Então, assim, no pós-mineração, é, eu penso na possibilidade de trabalhar esse turismo criativo, de pessoas pra pessoas, trabalhar as experiências, trabalhar as vivências, porque o turista – está chegando o momento – é, e nós já temos registro disso pelo mundo todo, ele não quer só ir visitar, ele quer vivenciar, ele quer sentir, trabalhar com seus sentidos, né, com os cinco sentidos.⁷⁰⁷ Eu vejo por essa forma (sic). O papel do turismo é

⁷⁰⁴ Título obtido por Congonhas a partir de uma votação popular de um concurso promovido pela Globo Minas em 2004 que elegeu a cidade “Imagem de Minas”.

⁷⁰⁵ Entrevista cedida por Luciomar Sebastião de Jesus em 9 de agosto de 2018.

⁷⁰⁶ Entrevista cedida por Antônio Odaque em 10 de agosto de 2018.

⁷⁰⁷ Grifos nossos.

esse, de fazer com que as pessoas tenham uma nova leitura da cidade, com que as pessoas vivenciem a sua cidade de uma forma, com mais amor, porque precisa se ter amor pela causa. Então é esse é o papel que eu vejo.⁷⁰⁸

Para se consolidar como uma alternativa econômica sustentável, há, de fato, um longo caminho a ser percorrido, incluindo investimentos em iniciativas que incentivem a criação de uma estrutura mais adequada de restaurantes e hotéis (atualmente bastante precários e direcionados ao mercado dos trabalhadores da indústria minero-siderúrgica). Além disso, é necessário investir na capacitação dos profissionais que atuarão nesses estabelecimentos. Como questiona Ana Alcântara:

O turismo, ele é feito por pessoas, se há uma rotatividade dessas pessoas isso prejudica muito turismo.⁷⁰⁹ Por exemplo: os profissionais do turismo, muitos às vezes, ficam aí dois, três, quatro anos fazendo curso de capacitação, exercitando dentro da atividade e quando eles estão profissionalizados, muda o mandato político e eles são demitidos e entra uma nova equipe, não é? Então essa rotatividade, é, isso é muito ruim. Então dentro dessa infraestrutura de apoio, é muito focada na força mesmo do trabalho, da atividade comprometida, eu vejo isso como um grande dificultador, sabe?⁷¹⁰

Como argumenta Almeida (1993), os municípios possuem um papel fundamental na classificação e na gestão dos assuntos patrimoniais. Os contingentes destinados à elaboração e execução dos projetos e obras fornecem subsídios que nos permitem apontar que há um grande interesse dos agentes públicos da cidade na restauração e requalificação dos bens patrimoniais e espaços públicos, que não ficam a depender apenas dos recursos garantidos pelo programa do Governo Federal.

Destaca-se claramente uma postura inovadora por parte da administração municipal de Congonhas nos projetos vinculados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC Cidades Históricas). Essa abordagem é igualmente reconhecida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Durante a cerimônia de assinatura da ordem de serviço em 11 de junho de 2018, que marcou o início das obras de reconfiguração do Centro Cultural da Romaria e do Teatro Municipal, a então presidente do Iphan, Kátia Bogéa, enfatizou:

Toda vez que venho aqui é um prazer e uma emoção. Congonhas, dentro do PAC Cidades Históricas, tem um diferencial em relação às outras 43 cidades que se inscreveram no programa. O prefeito e sua equipe, de forma diferenciada, contrataram todos os projetos e isso fez com que a cidade saísse

⁷⁰⁸ Entrevista cedida por Ana Alcântara em 27 de julho de 2021.

⁷⁰⁹ Grifos nossos.

⁷¹⁰ Entrevista cedida por Ana Alcântara em 27 de julho de 2021.

à frente das outras. Por isso, temos os resultados”, reforçou (Bogea *apud* Prefeitura Municipal de Congonhas, 2018).⁷¹¹

À cidade refletida, observamos uma dupla dimensão: por um lado, há uma tendência latente em enaltecer o passado colonial e a certa genialidade atribuída ao mestre barroco Aleijadinho. Na ponta inversa, fica bastante clara a postura contemporânea dos projetos de integração e construção de novos espaços públicos, estabelecendo pontes com o passado, porém, em novas perspectivas que demarcam uma distinção evidente da arquitetura colonial. Isso mostra que é possível olhar para o espelho da representação e criar projeções que se enquadram em novas perspectivas da sociedade. Neste contexto, o tempo presente também se afirmaria com uma nova estética, ainda indefinida neste mosaico. Em relação às tensões sobre a disputa da "alma do lugar", recorreremos às palavras de Maria Lucia Bressan Pinheiro em "Trajetória das ideias preservacionistas no Brasil: as décadas de 1920 e 1930", quando ela destaca que,

[...] de fato, não é surpreendente constatar que a preservação do patrimônio é essencialmente um campo de tensões, as quais, no entanto, tendem a ser ignoradas ou minimizadas com base em conceitos naturalizados de memória, identidade e pertencimento" (Pinheiro, 2017, p. 30).

Por outro lado, porém, somos levados a questionar os limites desses projetos de requalificação urbana. O chamado centro de Congonhas será, todo ele, “reconstruído” numa obsessão por uma virtude estética que o conecte ao que há de mais recente na arquitetura? Será a cidade, um laboratório de experimentação de arquitetos de *know-how* na construção de projetos milionários como o Museu de Congonhas e as obras do PAC Cidades Históricas, a fazerem “cirurgias plásticas ou *liftings*” (Jeudy, 2005, p. 11),⁷¹² nos contornos da paisagem e no entorno dos sítios históricos? Ou isso levado ao limite, poderia criar um novo rosto, ou uma nova imagem da cidade? Não estariam a Unesco, Iphan e Prefeitura Municipal, motivados por uma certa obsessão, em remodelar a cidade e a ignorar o caráter orgânico da ação do tempo sobre a pedra e o cal? Quais seriam as razões? Por que a cidade é considerada "feia", como Clodovil, ex-deputado federal, mencionou uma vez em sua visita a Congonhas? Deverá ela aspirar a ser mais "bonita", como o projeto "Congonhas mais Bonita", realizado na gestão do prefeito Anderson Cabido? Reconhecendo os esforços recentes da administração municipal,

⁷¹¹ Disponível em: <<https://www.congonhas.mg.gov.br/index.php/governo-municipal-e-iphan-assinam-ordem-de-servico-para-requalificacao-da-romaria/>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

⁷¹² Grifos do autor no original.

que fortaleceram a capacidade de lidar com recursos públicos e gerar oportunidades de negócios, especialmente no turismo, é notável que essas iniciativas também resultaram na promoção de uma única imagem, escolhida (intencionalmente ou não) em detrimento de outras possíveis, como a cidade mineradora, polo econômico, tradicional em quitandas e celebrações congadas. Essa ênfase acabou por impulsionar a representação cultural em torno do culto ao Senhor Bom Jesus de Matozinhos, reconhecido como Patrimônio Mundial pela Unesco em 1985.

Neste sentido, a imbricação dos regimes de historicidade, as relações de poder entre os atores e a disputa pelo território revelam uma representação fragmentada, por vezes de difícil identificação, que pode ser interpretada sob diversas perspectivas, tais como: Cidade Mineradora, Cidade Patrimônio Mundial, Cidade Histórica, Cidade do Desenvolvimento e Geração de Empregos, Cidade Caótica, Cidade do Turismo, Cidade Ameaçada pela da Degradação do Meio Ambiente, Cidade Rica em Recursos, Cidade Imagem de Minas Gerais, Cidade das Artes, Cidade Religiosa, assim por diante. Neste jogo da reflexividade, onde motivações diversas dos agentes das mineradoras, Igreja Católica, Unesco, Iphan, Prefeitura Municipal e movimentos sociais disputam a legitimidade de suas ações nos tempos históricos, das empresas, parece bem clara a mensagem de que o futuro não deve ser nada mais do que a repetição das mesmas práticas de hoje. O presentismo se impõe como um discurso de violência, atropelando qualquer coisa que se ponha no caminho do progresso.

Por outro lado, é notável o desenvolvimento de uma expertise dos atores dos organismos de proteção e salvaguarda como a Unesco, Iphan e Prefeitura Municipal, em experiências como as restaurações do sítio histórico e em projetos como o Museu de Congonhas e o PAC Cidades Históricas. A tentativa de se construir uma plataforma econômica mais voltada ao turismo e diversa à mineração, também se mostra como um caminho inescapável diante dos grandes investimentos que estão sendo realizados no entorno dos sítios históricos. A dependência da mineração, que gera empregos, arrecadação e move o caixa do município, reforça este direcionamento. Ao mesmo tempo, a atividade mineradora utiliza recursos não-renováveis e acarreta ameaças à paisagem natural, gerando problemáticas ambientais, sobretudo em relação à poluição e ao armazenamento de rejeitos em barragens.

Por conseguinte, as políticas públicas cumprem um importante papel de promover a cidade e potencializar o turismo, além de traçar alternativas ao desenvolvimento sustentável. Porém, o poder público municipal e a comunidade local precisam estar sempre atentos às consequências das interferências no território. Mais precisamente, é necessário indagar a

qualidade do diálogo do poder público local com os moradores nativos destas localidades e questionar se há, ou não, uma narrativa em torno da construção de uma representação sobressalente que ameace outras memórias coletivas do *almus loci* que se encontram na penumbra da história oficial.

Neste sentido é que destacamos a posição de alguns agentes da Igreja e dos movimentos sociais. À Igreja interessa toda essa patrimonialização ou musealização da cidade? Ou essas interferências podem ser entendidas como concorrência a um poder secular de tutela desse patrimônio? E quanto ao valor religioso, se o chão é “sagrado”, poderão outros agentes deslocar os objetos de culto e guardá-los em um museu? Por outro lado, não seria perigoso deixar as chaves da memória nas mãos de uns poucos padres?

Aos habitantes do lugar e aos movimentos sociais que representam a luta e os interesses dessas pessoas destinamos o desfecho deste capítulo. Há que se encontrar um espaço que não se aproxime demais do pessimismo das perspectivas da ação predatória da atividade minero-metalúrgica e nem se distancie demais sobre o sonho de um hoje e de um futuro melhores. Aliás, como relatamos aqui, o sonho talvez seja o único lugar do possível, como dizia Benjamin, ou de resistência às forças que agem nos tempos, sobretudo as que se alimentam da miséria humana. Se o sonho pode nos alertar da tragédia, como relatou Koselleck (2006) sobre os estudos de Charlotte Beradt – que registrou os sonhos de cerca de 300 alemães pouco antes de estourar o horror da II Guerra – é ele também (o sonho), que nos possibilita o despertar do-tempo-do-agora (*Jetztzeit*), como anuncia Benjamin em “Passagens”. É neste sentido, que retomamos, mais uma vez as palavras de Ferrari, quando diz que:

É a percepção de que o progresso e o desenvolvimento históricos são uma ilusão, é a experiência da história como um processo descontínuo, o que torna possível pensar a sua interrupção. A continuidade da ilusão, do sonho do passado no presente impede a revelação das forças que agem nele. Mas para tanto é necessário experimentar os cenários da cidade, viver o ‘passado com a intensidade do sonho’ para fazer despertarem as forças coletivas que podem romper com esse passado de sonho que assombra o presente. É necessário penetrar no sonho para poder dele despertar (Ferrari, 2000, p. 162).

“Os homens fazem a sua própria história”, mas “não “segundo a sua livre vontade”, mas “sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”, disse Marx⁷¹³ em “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”. Diante desta realidade, acreditamos que não

⁷¹³ Cf. Marx (2011, p. 7).

é somente o peso do passado que deve deixar de pesar os ombros do presente. A muralha de lama deve ser destruída, pois é ela mesma que impede a chegada da luz do sol que se projeta no horizonte de expectativas de um futuro melhor, ao antecipar o futuro, “não mais como promessa, mas como ameaça; sob a forma de catástrofes, de um tempo de catástrofes que nós mesmos provocamos” (Hartog, 2014, p. 15). Da mesma forma, os muros do conhecimento técnico não podem limitar as políticas de patrimônio aos escritórios de arquitetura ou às salas de burocratas institucionais, aos ditos especialistas, como obstáculos à participação popular. Esse é um outro obstáculo, que necessita ser desconstruído pela prática da política, seja na negociação, cooperação ou mesmo nos conflitos, muitas vezes, inevitáveis na luta dos interesses dos atores envolvidos.

Mas, independentemente dos meios ou caminhos que a cidade escolher, é preciso que se respeite as memórias coletivas, as tradições e a relação dos habitantes com o lugar. Nem as empresas, nem os órgãos especializados em patrimônio devem impor suas visões de mundo aos moradores. É preciso, sobretudo, que os agentes políticos invistam no diálogo, na construção coletiva, não apenas das palavras, mas das ações para que o sonho seja um elemento transformador da realidade. Somente nesta construção solidária e compartilhada é que o patrimônio pode, não apenas sobreviver ao tempo, mas se manifestar em afetos, lembranças, memórias e práticas que podem ressignificar e atuar no presente.⁷¹⁴

⁷¹⁴ Às abordagens outras possíveis na construção desse caminho de compreensão do patrimônio, destacamos os trabalhos sobre paisagem. Bárbara Monteiro e Leonardo Castriota fizeram uma excelente discussão sobre a configuração da paisagem em Congonhas no ano de revisão do tombamento do Iphan, em 1941, que manteve apenas o Santuário do Bom Jesus de Matozinhos no Livro de Belas Artes e não mais a cidade, como estava previsto no tombamento de 1939, na comparação com as configurações do tempo presente. Cf. Silva e Castriota (2018). Luciana Rocha Féres, em tese defendida na UFMG no ano de 2021 e orientada por Leonardo Barci Castriota, por outro lado, destaca a complexidade do conceito de paisagem cultural no âmbito das Paisagens culturais inscritas na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco e a necessidade de se propor novas óticas para a conservação que sejam mais flexíveis e capazes de dar conta das mudanças contemporâneas. Para isso a autora faz um estudo de caso do processo de candidatura do Conjunto Moderno da Pampulha, reconhecido como Paisagem Cultural na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco em 2016. Cf. Féres (2021). No campo internacional, destacamos a tese de doutorado de Ana Rita de Albuquerque Oliveira, defendida na Universidade do Porto em 2022, sob orientação de Maria Leonor Botelho, denominada, "*Les attributs et les valeurs du paysage urbain historique. Nouveaux récits et expériences du patrimoine à Porto*". Oliveira apresenta, neste estudo de caso, o processo de patrimonialização da principal cidade do Norte de Portugal, notadamente a partir da inscrição na lista do Patrimônio Mundial da Unesco (1996) e da escolha do Porto, no mesmo ano, como a Capital Europeia da Cultura para 2001. Ao explorar as consequências desse duplo rótulo, Oliveira (2022) debate o patrimônio como campo de tensões, trazendo à tona, os movimentos de resistência e de contestação dos habitantes aos projetos de revitalização urbana da cidade. Como saídas à construção de caminhos mais harmônicos de políticas de patrimônio, a autora propõe, a partir dos estudos de Laurajane Smith e das críticas de D. Harvey aos processos de patrimonialização, uma abordagem plural que considere outras formas de apropriação dos bens culturais. A este processo, interessa a Oliveira,

Figura 80 – Santuário do Bom Jesus: “Treva ao Meio-dia”



Fonte: Próprio autor (2013).

sobretudo a identificação de valores e atributos e o reconhecimento e incentivo da inclusão de moradores, turistas e visitantes no processo a que denomina de co-construção. Nesta esteira, são consideradas formas distintas de apropriação dos bens culturais: desde a preservação das tradições e a conservação de objetos, à visitação nos sítios, museus e ruas da cidade, e até mesmo o registro de fotografias e à circulação de imagens desses locais nas redes sociais da Internet. Ao apresentar a proposta de uma leitura do patrimônio vindo “debaixo”, a autora traz grandes contribuições para a oxigenação do debate, ao passo que apresenta novas formas de relação e apropriação dos bens culturais que considerem valores, atributos e afetos. Cf. Oliveira (2022).

CONCLUSÕES:

Com o propósito de esclarecer a construção da representação de Congonhas (MG), especialmente no contexto do mito fundacional atribuído ao gesto de Feliciano Mendes, que estabeleceu a devoção ao Bom Jesus de Matozinhos, bem como ao papel desempenhado por figuras artísticas como Ataíde e Antônio Francisco Lisboa (Aleijadinho) na edificação do Santuário, além da persistente vocação mineradora, desde o Ciclo do Ouro, esta tese adotou como abordagem analítica central a representação (enquanto linguagem e poder) de Hall (2016). A segunda chave conceitual, a do tempo, que se encontra entre o Chronos (implacável a tudo o que está debaixo dos céus) e o kairós (tempo oportuno), se mostrou efetiva para identificarmos, como estas diferentes dimensões acomodam, em uma certa junção, muitas vezes contraditória e não-linear, os diferentes interesses dos atores e das forças políticas que agem na construção da representação da cidade.

A partir desses indícios, é que elegemos como amparo interpretativo, a figura geométrica do triângulo (fé, mineração e arte) como representação da identidade de Congonhas até meados de 1970. Essa abordagem possibilitou a análise das temporalidades através da interseção de eventos relevantes ligados a essa temática e ao papel desempenhado por determinados atores na cidade, no contexto da história contemporânea.

Utilizamos o termo "estações" para designar esses pontos de interseção, nos quais convergem, em cada eixo, uma complexa teia de condições políticas, culturais, sociais e econômicas, formando uma dinâmica intrínseca. Essa interconexão pode se manifestar, tanto como uma convergência, quanto como uma divergência, em relação a esses pontos de origem e destino de aspirações e interesses.

A fé desempenhou um papel central na conformação da cidade, guiando bandeirantes que percorreram Minas Gerais em busca de ouro e diamantes. Do mesmo modo, foi pela fé que aventureiros portugueses cruzaram o oceano na esperança de enriquecer ao longo do século XVIII. Os desdobramentos levaram, como foi relatado na tese, de 1707 a 1709, à Guerra dos Emboabas (alcunha dada aos estrangeiros que passaram a dominar o território das Minas do Ouro). Já na decadência do mineral, em meados do fim do primeiro quinquênio do século XVIII, o minerador português, Feliciano Mendes, ao ter sido curado de uma mazela, dedicou o resto de sua vida a esmolar e a construir um templo ao Senhor Bom Jesus de Matosinhos, concluído somente em meados do século XIX. Até o início da década 1970 a mineração ainda operava em pequena produção industrial, voltada para o mercado nacional.

Também pela fé, através do Jubileu, fundado por Feliciano Mendes, que milhares de peregrinos, há 266 anos, sobem de 7 a 14 de setembro as ladeiras de Congonhas e fazem a Via-Crúcis dos Passos da Paixão, para rezar e agradecer as graças alcançadas. A peregrinação foi responsável, até as primeiras décadas do século XX, pela construção de grande parte da estrutura da cidade: ruas, ruelas, pontes, colégios, cinema e romarias (espécies de hotéis para abrigar os fiéis advindos de todas as partes do Brasil).

A fé também moveu um novo ciclo religioso em Congonhas com o fenômeno de Zé Arigó (1950-1971). Cerca de 2 milhões de pessoas, entre artistas, políticos e anônimos, visitaram o médium à procura de um milagre. O espiritismo inaugurado por Arigó, entraria em confronto com os interesses da Igreja Católica, que, incomodada com a presença da legião de fiéis que o visitavam na cidade, promoveu uma série de embates com o médium, que chegou a ser preso por uma das acusações feitas por um padre local. Ao fim da era Arigó, as atenções voltaram-se, novamente, à religiosidade católica e ao legado artístico-cultural do Santuário. O local, como escrutinamos na tese, foi apropriado pelo discurso de intelectuais e especialistas no patrimônio, ao longo do século XX, como emblema de uma representação da arte nacional que se ensejava, especialmente pelo Iphan e pela Prefeitura Municipal. A arte, neste contexto, emerge como um dos eixos ou estações cruciais para a interpretação da cidade. O valor artístico dos bens culturais fundamentou os tombamentos realizados em 1939 e 1941 pelo Iphan, além de justificar a narrativa que culminou no reconhecimento internacional do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos como Patrimônio Mundial da Unesco em 1985.

Este tripé (fé, mineração e arte), porém, seria desconstruído, a começar nos anos 1970. Nesta nova temporalidade, já não era mais possível se compreender a representação de Congonhas, somente por esta representação geométrica. As relações se tornaram complexas, especialmente, com o enfraquecimento das grandes narrativas e da fragmentação dos sujeitos, como aponta Hall (2011; 2015). Ao que propusemos um prisma, a refletir novas projeções: Cidade Mineradora, Cidade Patrimônio Mundial, Cidade Histórica, Cidade do Desenvolvimento e Geração de Empregos, Cidade Caótica, Cidade do Turismo, Cidade Ameaçada pela Degradação do Meio Ambiente, Cidade Rica em Recursos, Cidade Imagem de Minas Gerais, Cidade das Artes, Cidade Religiosa, assim por diante.

Em uma outra saída analítica possível, adotamos a metáfora do espelho, conforme proposto por Jeudy (2005). A representação, nesse contexto, seria uma convergência de forças e ações que atuam na esfera política, nos interesses econômicos e culturais, refletindo determinadas qualidades de Congonhas. O encontro fortuito entre a expansão da mineração nos anos 1970 (alavancada, sobretudo com a Ferrovia do Aço, a Usina da Aço Minas e o aumento

da escala de produção), e a corrida ao reconhecimento do Santuário como Patrimônio Mundial, após a Convenção da Unesco de 1972, fez com que a representação de Congonhas fosse estilhaçada. Um espelho foi quebrado! Já não se trata mais de uma unidade em torno da fé, da mineração e da arte, mas de fragmentos soltos, alguns reunidos em torno de certos interesses, que se movem entre os econômicos, políticos e culturais.

Neste mesmo sentido, acreditamos que houve uma ruptura entre o espaço de experiência (passado no presente) e o horizonte de expectativas (futuro no presente), como defende Koselleck (2006). Uma brecha do tempo então se abriu, com a afirmação de um novo regime de historicidade, o presentismo (móvel e acelerado), como acentua Hartog (2014).

Indícios esses que, ao serem articulados à ideia da representação enquanto linguagem e discurso (Hall, 2016), se configuraram como centrais à presente tese. Estas duas dimensões, nos permitiram identificar, não apenas quais os sujeitos, mas compreender também, as razões que motivaram as ações desses atores nos tempos históricos e as relações de poder que se estabeleceram entre os agentes.

A escolha da abordagem da história oral, foi, assim, determinante, para o esclarecimento destas questões. Pelo relato dos próprios atores, verificamos que há visões, muito distintas, do patrimônio, entre a Igreja, os órgãos de salvaguarda e proteção como Unesco, Iphan e Prefeitura Municipal, habitantes e empresas minero-metalúrgicas. Os depoimentos analisados com a ótica do conceito de Discurso Autorizado do Patrimônio (Smith, 2006; 2022) evidenciaram as interpretações divergentes desses atores na relação com o território, o meio ambiente, os bens culturais e a implementação das políticas de intervenção como as restaurações do Iphan, a construção do Museu e as obras do PAC Cidades Históricas.

A Igreja, principal mentora do Santuário, por muito tempo, foi também a tutora do patrimônio do sítio e adjacências. Além desse papel, destacamos que a instituição promoveu o desenvolvimento da cidade até o fim do primeiro quinquênio do século XX, com a construção das romarias, do seminário, do Cine Teatro Leon, da Rádio Congonhas, entre outras ações. No entanto, no episódio da exposição que ocorreria no MAM, em 1978, ao autorizar a retirada, temporária, de algumas obras sacras, a Arquidiocese de Mariana e a Reitoria da Basílica entraram em desentendimento com a população, que rechaçou a medida. A repercussão negativa parece ter dado uma reviravolta no posicionamento, sobretudo do então reitor da Basílica, Padre Rocha, que, a partir de então, teria dado pouca abertura ao diálogo nas intervenções do Iphan e da Unesco. Os depoimentos dos oráculos mostraram, o quanto o ex-administrador foi resistente no processo de candidatura do Santuário à Patrimônio Mundial e

como essa postura se manteve, até mesmo nas décadas seguintes, nos impasses que, quase inviabilizaram a construção do Museu de Congonhas.

A Unesco, por outro lado, passou, de uma postura protocolar, como teve no reconhecimento do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos como Patrimônio Mundial em 1985, a uma posição mais intervencionista, com a implantação do Museu de Congonhas. A entidade, ao assumir o processo, mostrou-se uma facilitadora da viabilização de recursos e da confiança da viabilidade do equipamento aos patrocinadores. Esse capital político foi colocado à serviço da Unesco no exercício de um Soft Power. Com o Museu os valores contidos nas convenções, recomendações e cartas são sempre reafirmados, numa disposição clara do uso do patrimônio como espelho do Soft Power. Já o Iphan, como detalhadamente revelado, durante todo o século XX, foi o principal incentivador da construção de uma representação que valorizasse o passado barroco-rococó como elemento fundamental da arte brasileira. Isso ficou evidente, ao demonstrarmos o papel de intelectuais e políticos ligados ao órgão na escolha da arte colonial como elemento artístico central da nossa cultura. Fato este que, teve como corolário, a escolha de Aleijadinho como Patrono da Arte no Brasil.⁷¹⁵ Em Congonhas, o Iphan teria ainda um papel decisivo na candidatura do Santuário à Lista de Patrimônios Mundiais da Unesco e nas políticas que motivaram a criação do Museu de Congonhas e as obras de revitalização do PAC Cidades Históricas.

A Prefeitura Municipal, no mesmo sentido, se apropriou desse discurso do Iphan e concentrou atenção em projetos e programas que valorizassem o título de Patrimônio Mundial, ao mesmo tempo, em que buscou demonstrar que a cidade tinha o potencial de atrair mais investimentos no turismo, sobretudo após as intervenções que culminaram na criação do Museu e na requalificação dos espaços públicos.

Os moradores, por outro lado, encontram-se em um território em permanente disputa dos interesses dos órgãos públicos nas intervenções do patrimônio e das ameaças, sobretudo, das empresas mineradoras, que poluem o meio ambiente e ameaçam a vida da população com as barragens de rejeito nas áreas urbanas.

As mineradoras, além de terem negado qualquer acesso às informações solicitadas nesta pesquisa, continuam impondo, com violência, seus interesses a favor do que entendem como “progresso”. Para isso, atropelam todo obstáculo que se coloca à frente, como processos judiciais, multas e protestos das organizações civis. Em novembro de 2023, por exemplo, a

⁷¹⁵ Fato reconhecido com a aprovação da Lei nº. 5.984, de 12 de dezembro de 1973, sancionada pelo então presidente Emílio G. Médici.

CSN decidiu interpelar judicialmente um ambientalista, um sindicalista e três militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). No dia 25 de setembro de 2023, em Belo Horizonte (MG), a Assembleia Legislativa de Minas Gerais promoveu audiência pública para debater o processo de expansão da CSN em Congonhas. No ano anterior a Câmara de Atividade Minerária (CMI) do Conselho de Política Ambiental (Copam) havia concedido outorga à empresa para implementação do projeto na ordem de R\$13,8 bilhões que prevê o aumento de 50% da extração de minério de ferro na Mina Casa de Pedra. A CSN, no entanto, não enviou nenhum representante à audiência e interpelou judicialmente os ativistas. A empresa teria ficado incomodada com as críticas recebidas no evento em que não compareceu e exigiu retratação, sob alegação de crime de injúria e difamação. Matéria da revista Carta Capital⁷¹⁶ destaca a preocupação dos integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). “A CSN inverte a lógica dos fatos buscando transformar as vítimas e os seus defensores em culpados, tentando criminalizar aqueles que lutam em defesa do povo”, avalia o MAB. “A CSN está se escondendo da responsabilidade social usando o poder Judiciário como suposto escudo”, relata outro interpelado pela empresa, o ambientalista Sandoval de Souza Pinto Filho.

Com o poder do dinheiro advindo da atividade de exploração mineral e da venda de *commodities*, mineradoras como a CSN prosseguem, ao gosto dos acionistas e de alguns políticos, ampliando a atividade da extração do minério de ferro ao apetite do aumento da escala das exportações. O caminho dos lucros e dividendos aos investidores segue livre, à medida que há pouca resistência por parte dos políticos, já que os cofres municipais estão abastecidos pelos milionários recursos do imposto da CFEM.

A pesquisa aqui empenhada nos leva a afirmar que está em curso um novo regime de historicidade em Congonhas, a começar dos anos 1970, no cruzamento da expansão industrial e da corrida ao reconhecimento internacional do patrimônio. Esse choque temporal não apenas quebrou o espelho da representação, como questionou a própria dinâmica da ordem dos tempos. A cidade, assim, encontra-se dividida entre a inspiração no passado, marcada pela tradição, arte e fé, e um futuro que se revela como mera repetição do presente, conforme propagado pelo discurso do progresso industrial.

Quais serão as consequências desse choque de interesses que movem as relações de poder, o passado inspirará o presente e apontará um novo horizonte de expectativas, ou o futuro, antecipado, “afogará tudo” em “um mar de lama”, deixando um cemitério de memórias como

⁷¹⁶ Cf. Carta Capital (13/12/2023). Disponível em: <<https://11nq.com/L034c>>. Acesso em: 17 dez. 2023.

ocorreu nas recentes tragédias dos rompimentos das barragens de Mariana e de Brumadinho? Há saídas alternativas viáveis à dependência econômica da mineração e da metalurgia? Como o patrimônio (material e imaterial) poderá resistir à poluição, à expansão urbana e ao aumento populacional provocados pela atividade industrial? Quais seriam, então, as políticas públicas fundamentais à preservação do patrimônio de Congonhas? Em última instância, seria possível refletir outras representações de Congonhas (MG), para além da religiosidade, da arte e da mineração?

O estudo empenhado nesta tese nos fornece uma passagem de luz para esclarecer estas questões. Como identificamos, a cidade se encontra em permanente disputa de sentido. De um lado há uma projeção no passado, através da tradição artística do período colonial, da religiosidade, firmada, sobretudo, no Jubileu do Bom Jesus de Matozinhos e na relação dos habitantes do lugar, que preconizam os costumes e as práticas culturais. Na mira oposta do pêndulo se encontram os interesses da atividade mineradora, que convergem, muitas vezes, em um mesmo caminho, a expansão industrial e a opulência dos cofres públicos. As tragédias nas cidades vizinhas, resultantes do rompimento de barragens, soaram como um alerta para um futuro que poderia se repetir, indicando um potencial novo desastre. Apesar do endurecimento da legislação que regula e obriga as empresas a descomissionarem as barragens de rejeito existentes, a atividade industrial da mineração e do aço continua a se expandir. A ampliação em 50% da extração do minério de ferro na mina Casa de Pedra pela CSN e os investimentos da Gerdau para aumentar a produção são evidências claras desse movimento.

Neste sentido, ao que constatamos e ao que se desenha no horizonte, o município ainda será refém da atividade econômica da mineração nas próximas décadas. A requalificação urbana, a instalação de novos equipamentos culturais como Museu, o Teatro Municipal Dom Silvério, e o Parque Ecológico, situados no entorno do sítio histórico, são iniciativas que buscam desafiar essa realidade. No entanto, cabe destacarmos, essa virada não será possível apenas com as obras de embelezamento dos espaços públicos e a criação de novos lugares de convivência.

É preciso uma ação articulada entre os habitantes, os empresários locais e as governanças, federal, estadual e municipal para que os milionários investimentos não se concentrem apenas na pedra e cal. Linhas de crédito e políticas públicas voltadas à economia criativa necessitam ser direcionadas aos empreendedores locais para que a cidade possa, de fato, construir uma verdadeira estrutura hoteleira e de restaurantes, além valorizar a produção e circulação de bens e produtos culturais produzidos pelos habitantes do lugar como quitandas,

artesanato, teatro, música, etc. Somente assim é possível pensar o turismo como uma saída sustentável, que faça frente à violência e à dependência econômica da mineração.

Questionar e problematizar a atividade industrial predominante, é indispensável, não apenas na dimensão do dinheiro, mas principalmente, porque a mineração é a principal agressora do meio ambiente e uma ameaça ao patrimônio. Dito isto, a fiscalização dos habitantes, do Governo Municipal e do Ministério Público são fundamentais para frear o apetite, cada vez mais voraz, das empresas mineradoras.

Não haverá um futuro próspero aos habitantes, enquanto a cidade não resolver o problema das barragens de rejeito que oprimem os moradores dos bairros próximos da CSN e combater a poluição do ar e a degradação da serra Casa de Pedra (moldura natural do conjunto escultórico dos profetas) e fonte de nascentes. Neste sentido, o patrimônio deve ser pensado no sentido lato, como um direito de todos, que deve ser preservado e garantido às próximas gerações.

As políticas de restauração dos elementos estruturais e artísticos das igrejas e edifícios tombados pelo Iphan, Iepha-MG e pela própria Prefeitura Municipal, ao longo de quase um século, são intervenções cruciais para a preservação das obras artísticas do período colonial. No entanto, as dimensões do patrimônio necessitam ser alargadas às diversas manifestações culturais, às práticas e saberes dos habitantes como a culinária, a música, a dança, a contação de causos.

Outrossim, para além do Discurso Autorizado do Patrimônio – o das instituições que definem o que deve ou não ser preservado, como a Unesco, o Iphan e a Prefeitura Municipal – como aponta Smith (2006; 2021), é preciso refletirmos sobre o que está fora desta proteção. Para isso, espaços como o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Congonhas (COMUPHAC) e a Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo de Congonhas (FUMCULT) necessitam abrir os ouvidos às demandas do cidadão comum, que vivencia o patrimônio e não, apenas, aos especialistas. O mesmo deve ser observado pela Unesco, Iphan e Prefeitura Municipal na elaboração e execução de intervenções e investimentos no patrimônio. A população precisa fazer parte, estar envolvida nestes projetos e programas. Não é uma questão de tutela, mas de sensibilidade e respeito à coisa pública, à participação cidadã.

Este, talvez seja o principal contributo desta tese. Não é possível se pensar na história e nos rumos de uma cidade, sobretudo nas questões que envolvem o patrimônio, sem se analisar o nível de participação dos cidadãos nas decisões importantes. Como revelamos na presente tese, sobretudo nos episódios do transporte frustrado da imagens sacras para a exposição no MAM no Rio de Janeiro, em 1978, e na candidatura do Santuário à Patrimônio Mundial

(pleiteada em 1984 e conquistada em 1985 junto à Unesco), a população não foi consultada. No primeiro evento, as autoridades eclesiásticas e especialistas das artes estiveram à frente das decisões. No segundo, notadamente especialistas do Iphan e políticos. Esta mesma característica persiste na contemporaneidade, como nas iniciativas de construção do Museu de Congonhas e das obras de requalificação do PAC Cidades Históricas. Quando se trata da atividade industrial, dos investimentos em mineração e metalurgia, então, o que constatamos é um profundo silêncio das autoridades diante dos questionamentos das organizações civis, ou mesmo dos moradores. Sob o signo do progresso, toda e qualquer divergência deste constructo narrativo é ignorado.

E quanto à última indagação, se haveria outras representações possíveis de Congonhas, para além da fé, da mineração e da arte? Sim, é possível, mas somente se pensarmos estas dimensões como um prisma, a refletir outras projeções e não, como um triângulo fechado. Como demonstramos, estes elementos (fé, mineração e arte) estão de forma indissolúvel, inseparáveis da história de Congonhas e, mesmo no presente, ainda influenciam nos rumos da cidade. Mas este enquadramento revela um outro fato, não menos importante. O que é refletido é o resultado do confronto das relações de poder, dos distintos interesses que se travam no transcorrer das temporalidades. Cabe, portanto, aos agentes, e somente a eles, mover este prisma e projetar estas imagens da cidade. Para isso, a cidade precisa voltar-se às suas características, as que valorizam o hibridismo cultural.

A representação de Congonhas, como demonstramos, foi construída, ao longo dos séculos, em um complexo arcabouço de diferentes grupos étnicos como índios Carijós (os habitantes originais), portugueses e bandeirantes paulistas, no Ciclo do Ouro, dos milhares de fiéis católicos que participam do Jubileu do Bom Jesus de Congonhas, desde o segundo quinquênio do século XVIII, dos devotos espíritas de Zé Arigó, além de multidões de trabalhadoras e trabalhadores vindos de todas as partes do Brasil para ganhar a vida na labuta da mineração. Soma-se a isso, os milhares de turistas que visitam, ano a ano a cidade, para apreciar as obras do sítio Patrimônio Mundial da Unesco.

De acordo com Bhabba (2014), uma das particularidades do hibridismo cultural é a lógica da inversão da dominação, em que o colonizado resiste, em parte, à cultura do colonizador, enquanto busca, de forma oposta, agregar à sua própria cultura alguns códigos e símbolos culturais. Talvez resida aí um caminho a se abrir às outras representações da cidade: resistir à mineração, mas se apropriar dela, exigindo das empresas e dos governantes uma contrapartida à altura, o respeito ao meio ambiente, à proteção da integridade das pessoas e dos

bens culturais; questionar os programas de revitalização urbana, mas usufruir desses espaços, dando novos sentidos e usos.

Salientamos assim, que a investigação empenhada nesta tese, revelou, que a solução das questões discutidas aqui, está longe ainda de ser definitiva. No entanto, ao mesmo tempo, identificamos que a abordagem interpretativa dos dilemas enfrentados por cidades que possuem patrimônios mundiais ou que são afetadas pela atividade da mineração ou do turismo, deve passar pelo debate da representação (enquanto linguagem e discurso) e suas manifestações de poder, com especial atenção, às mudanças nos regimes de historicidade.

REFERÊNCIAS:

ABREU, Cesaltina. A lógica da distinção em Pierre Bourdieu, vista através de uma obra excepcional. **Mulemba**, n. 5, v. 10, 2015. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/mulemba/2195>>. Acesso em: 12 dez. 2022.

AGAMBEN, Giorgio. **Infância e História**. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo**. Trad. Vinícios N. Honesko. Chapecó/SC: Argos, 2009.

AGAMBEN, Giorgio. Tempo e História: crítica do instante e do contínuo. In: **Infância e História: Destruição da experiência e origem da história**. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte. Ed. UFMG/Humanitas. 2012.

ALBAVERA, Fernando Sánchez. **El desarrollo productivo basado em la explotación de los recursos naturales**. Santiago de Chile: CEPAL, 2004.

ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ALBERTI, Verena. **Vender história? A posição do CPDOC no mercado das memórias**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1996.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar. Textos em História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de. Património: Riegl e hoje. **Revista da Faculdade de Letras**. Porto: Universidade do Porto. Série II, vol. 10, 1993, p. 407-416.

ALMEIDA, Giovana Goretti Feijó de. Marca territorial e cidade digital estratégica: o caso de Porto, Portugal. **Análise Social**, v. LVI, n.º 239, 2.º, 2021, pp. 284-306.

ALVARENGA, Daniel Levy. O processo do inventário do patrimônio cultural imaterial em Portugal. **Anais do Congresso de Direito do Patrimônio Cultural** - Ouro Preto, 25 e 26 de Outubro de 2018. Pp.66-75.

ANDERSON, Benedict. **Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism**. New York: Verso, 1983.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Passeios na Ilha: Divagações sobre a vida literária e outras matérias**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 34, Número 1, Janeiro/Abril 2019.

ANDRADE, Oswald de. **Obras Completas de Oswald de Andrade**. Editora Civilização Brasileira S. 7 ed. Rio de Janeiro, 1974, p. 140.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Araújo Porto Alegre, precursor dos estudos de História da Arte no Brasil. In Revista do IHGB, vol 184, julho-setembro 1944, p. 119-133.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho: Traços biográficos. Notas de Rodrigo Melo Franco e Andrade et al. **Edição 15 de Publicações da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: 1951, p. 23-35.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Prefácio. In: LANARI, Cassio. **Rodrigo José Ferreira Bretas. Biógrafo do Aleijadinho**. Belo Horizonte: UFMG, 1968, p. 10-11.

ANTONINO, Lucas Zenha. A participação do Estado no Processo Multiescalar e Territorial da Mineração. In: **II Simpósio Baiano de Geografia Agrária**, Salvador, 2017. Disponível em: <https://2sbga2017.ufba.br/sites/2sbga2017.ufba.br/files/eixo1_lucasantonino.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2022.

ARANTES, Paulo Corrêa. Crónos e Kairos. **Revista Pandora Brasil** - Nº. 69 - Dezembro de 2015, pp.1-9, 2015.

ARAÚJO, Guilherme Maciel. **Panorama das serras: Investigando a dimensão política do conceito de paisagem nos conflitos entre mineração e a preservação do patrimônio cultural no Quadrilátero Ferrífero em Minas Gerais**. 2021. 326 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

ARENDDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. Trad. Mauro W. Barbosa. 5ª ed., São Paulo: Perspectiva, 2005.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Trad. it. Leonel Vallandro e Gerd Bornhein. Da versão inglesa de W. D. Ross. Poética. Trad. br. Eudoro de Souza. Coleção Os Pensadores. Volume II, São Paulo: Abril Cultural, 1979.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos**. Trad. br. Mário Gama Kury. 3ª Edição, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

ARISTÓTELES. **Física**. Traducción Guillermo R. de Echandía. Madrid: Gredos, 1995. Disponível em: <<http://bz.otsoa.net/Libros%20de%20Divulgacion%20Cientifica/Historicos%20de%20Ciencia/Aristoteles%20-%20Fisica.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

ARISTÓTELES. Tratado do Tempo, Física IV 10-14. In: REY PUENTE, Fernando; BARACAT JÚNIOR, José (Org.). **Tratados sobre o tempo: Aristóteles, Plotino e Agostinho**. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2014.

BALOLA, Raquel. Princípios Matemáticos da Filosofia Natural: A lei de inércia. **Dissertação** (Mestrado em Estudos Clássicos). 108p. Departamento de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.

BASTOS, Pâmela Mota. Expressões culturais no Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, Congonhas - MG, In: 26º Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, 2017, Campinas-SP. **Anais** do 26º Encontro da Anpap. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, p. 2860-2873, 2017.

BATISTA, Bathyelly Juncal Alves. Formação urbano-regional e estrutura produtiva da região do Alto Paraopeba: um estudo de caso dos municípios de conselheiro Lafaiete, Congonhas e Ouro Branco. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento, Planejamento e Território), 83p. (PGDPLAT-UFSJ), São João Del-Rei, 2021.

BAUDELAIRE, Charles (1821-1867). **As flores do mal**. Trad. Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 2003.

BAZIN, Germain. **O Aleijadinho**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1971.

BAZIN, Germain. **Aleijadinho et la sculpture baroque au Brésil**. Paris: Le Temps, 1963. Tradução em português, publicada pela Record, em 1972.

BAZIN, Germain. **Arquitetura religiosa barroca no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1983.

BAZIN, Germain. **O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil**. 2ª edição revista e atualizada. Tradução: Mariza Murray. Rio de Janeiro: Editora Record, s. d., 1990.

BENJAMIN, Andrew. Benjamin's modernity. In: FERRIS, David S. (org). **The Cambridge Companion to Walter Benjamin**. 1.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

BENJAMIN, Walter. **Gesammelte Schriften**. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1991.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. Obras escolhidas III. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura**. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas II: Rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BENJAMIN, Walter. **Selected Writings**. 4.ed. Cambridge, MA: Harvard University Press, Volume 1 (1913-1926), 2000.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Organização: Willi Bolle. Colaboração: Olgária Chain Féres Matos. Tradução do alemão: Irene Aron. Tradução do francês: Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2009.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** Obras escolhidas I. XXX. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da história.** Organização e tradução João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BENJAMIN, Walter.; OSBORNE, Peter. Introdução. In: **A Filosofia de Walter Benjamin: destruição e experiência.** 1.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BERGSON, Henry. **Ensaio sobre os dados imediatos da consciência.** Trad. J. S. Gama, Lisboa: Edições 70, 1988.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Ideologia e Desenvolvimentismo.** In: PAIVA, José Augusto (Org.). Desenvolvimento, justiça e meio ambiente. Belo Horizonte, São Paulo: Editora UFMG, Editora Peirópolis, 2009, p. 324.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna.** 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000.

BRANDÃO, Ângela. Contemplação de Ouro Preto: Murilo Mendes e uma poética para o barroco mineiro. In: **ANPUH**, São Leopoldo, 2007. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/gthistoriaculturalrs/angela_brandao.html>. Acesso em: 5 dez 2022.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Rio de Janeiro, RJ: Senado, 1946.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1967.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1977.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937.** Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, RJ, 30 nov. 1937.

BRASIL. **Decreto n.º 80.978, de 12 de dezembro de 1977.** Promulga a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972. Diário Oficial da União - Seção 1, Página 17.107, 14/12/1977.

BRASIL. Ministério da Cultura. Processo n.º. 238-T-41-**Congonhas/MG: Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Congonhas do Campo.** Belo Horizonte: Ministério da Cultura; Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1988.

BRASIL. Decreto. **Decreto n.º 3.551 de 4 de agosto de 2000**. Presidência da República, 2000.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. PROGRAMA MONUMENTA. **Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: sudeste e sul**. Cadernos Técnicos. Brasília: [s.n.], 2005.

BRASIL. **Lei n.º 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aplicável aos servidores públicos titulares de cargo efetivo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 jan. 2009. Seção 1, p. 1.

BRASIL. **Lei n.º. 12.334, de 20 de setembro de 2010**. Presidência da República, 2010.

BRASIL. **Lei n.º. 13.575 de 26 de dezembro de 2017**. Presidência da República, 2017.

BRETAS, Antônio. **A constelação do sonho em Walter Benjamin**. São Paulo. Humanitas. 2008.

BRIZ, Jessica. Minerios & Minerales - 18 de dezembro de 2018 - **Mina Casa de Pedra está há 105 anos em operação**. Disponível em: <https://revistaminerios.com.br/mina-casa-depedra/>. Acesso em: 19 set. 2022.

BURTON, Richard. **Viagem do Rio de Janeiro ao Morro Velho**. Série Reconquista do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1976.

CABRAL, Renata Campello; JACQUES, Paola Berenstein. O antropófago Oswald de Andrade e a preservação do patrimônio: um "devorador" de mitos? Estudos de cultura material. In: **Anais do Museu Paulista**, n.26, 2018.

CALLADO, Antonio. **A Madona de Cedro**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1974.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. GRAMMONT, Guiomar de. Aleijadinho e o aeroplano o paraíso barroco e a construção do herói colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. In: **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 25, n.º. 41: p.345-346, jan/jun 2009.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Trad. Ana Regina Lessa e Heloíza Pezza Cintrão. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2000.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

CANDAU, Joël. **Antropologia de la memória**. Trad. Paula Mahler. Buenos Aires: Nueva Vision, 2006.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Trad. Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CARDOSO, Afonso Ligório. A narração da história e o conceito de tempo em Benjamin. **Acta Científica**. Ciências Humanas, p.41-52, 1º Semestre de 2007.

CARDOSO, Lara Elissa Andrade. **As tonalidades do soft power brasileiro: entre a visibilidade e a atuação**. Juiz de Fora, 2023. 131 f. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. UFJF: Juiz de Fora – MG, 2023.

CARVALHO, Teófilo Feu de. **O Aleijadinho, Antonio Francisco Lisboa**. Belo Horizonte: Ed Históricas, 1934.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHOAY, Françoise. **As questões do património**. Lisboa: Edições 70, 2009.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. (org.). **Bens Culturais e Relações Internacionais: O Patrimônio como Espelho do ‘Soft Power’**. Santos, São Paulo: Leopoldianum, 2017.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo; BOTELHO, Maria Leonor. Rupturas e continuidades na preservação do patrimônio cultural internacional. **LOCUS (UFJF)**, v. 26, p. 506-514, 2020a.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo; BOTELHO, Maria Leonor. As relações internacionais ligadas à preservação do patrimônio mudarão em um mundo pós pandemia? **LOCUS (UFJF)**, v. 26, p. 3-12, 2020b.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo; OLENDER, Marcos. (Org.). **World Heritage Patinas: action, alerts and risks**. 1. ed. Zurique: Springer International Publishing, 2021. v. 1. 589p.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo; BOTELHO, Maria Leonor (Org.). **International relations and heritage**. 1. ed. Genebra: Springer International Publishing, 2021. v. 1. 578p.

COENEM, Lothar; BROWN, Colin. **O Novo Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento**. São Paulo. Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 1983 [1967].

COETZEE, John Maxwell. As maravilhas de Walter Benjamin. Trad. José Rubens Siqueira. **Revista Novos Estudos**, nº. 70. 2004.

CONGONHAS. Prefeitura Municipal. Assessoria de Planejamento e Controle. **Sumário de dados de Congonhas**. Congonhas: Prefeitura Municipal, 2002.

CORDEIRO E SILVA, Bárbara Monteiro. **Patrimônio, referências culturais e memórias: Olhares sobre o conjunto urbano de Congonhas/MG**. 2019. 185 f. Belo Horizonte 2019. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. UFMG: Belo Horizonte-MG, 2019.

CORREA, Beatriz Cunha Freitas; VIEIRA, Norberto Martins; AMARAL, Thiago Periard do. A mineração em Congonhas-MG: análise da influência da mineração no desenvolvimento da cidade e as perspectivas do setor na região. **Eco da Graduação**, v.6. n.1, edição 11, 2021.

COSTA, Alexandre Augusto da. Pac cidades históricas: análise da experiência de Congonhas sob a ótica do culto moderno aos monumentos. **Geografia e Pesquisa**, v.13, n. 1, p. 40-52, 2019.

COSTA, Amanda Gabrielle de Queiroz. **Preservação do Patrimônio e Construção da Memória Nacional nos Arquivos de Aloisio Magalhaes (1975 A. 2013)**. Sem Numeração. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2013). Universidade Estadual do Ceará, 2013. Disponível em: <<http://surl.li/kakoz>> Acesso em: 12 ago. 2023.

COSTA, Everaldo Batista. Patrimônio e território urbano em Cartas Patrimoniais do Século XX. **Finisterra**, XLVII, 93, pp. 5-28, 2012.

CULLER, Jonathan. **Saussure**. Londres: Fontana, 1976.

CURY, Isabelle. (org). **Cartas Patrimoniais**. Carta de Atenas - Assembleia do CIAM, novembro de 1933. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

D'ASSUNÇÃO, José. Koselleck, La historia de los conceptos y las temporalidades. Araucaria. **Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades**, vol. 18, núm. 35, p. 41-53, 2016.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**, Vol. 3, Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2004.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Resolução nº. 4 de 15 de fevereiro de 2019**. Ministério de Minas e Energia/Agência Nacional de Mineração, 2019.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **A imagem sobrevivente: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013b.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Atlas ou a Gaia Ciência Inquieta**. Lisboa: KKYM+ EAUM, 2013a.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2015.

DORR, John Van N.; et al. Esboço Geológico do Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais, Brasil. Publicação Especial. **DNPM**, Rio de Janeiro, n. 1, 25 nov. 1959.

DPHAN. Antônio Francisco Lisboa. O Aleijadinho. Public. nº. 15 da Diretoria Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro: 1951, p. 23-35.

ESCHWEGE, Von W. L. **Pluto brasiliensis**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

FENELON, André Naves. **Para quê e para quem é este cano? Registros e processos de enfrentamento à mineração extrativista a partir da microrregião de Viçosa/MG**. 2018. 185 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2018.

FÉRES, Luciana Rocha. **Conservação e valores das paisagens culturais mundiais: a trajetória da preservação do Conjunto Moderno da Pampulha, de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional à Paisagem Cultural Mundial (1947-2016)**. 455 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de pós-graduação em Ambiente Construído

e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG, 2021.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 4ª ed. Curitiba: Editora Positivo Ltda, 2009, 2120p.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Institucionalização e expansão da história oral: dez anos de IOHA. **História Oral**, v. 10, n. 1, p. 131-147, jan.-jun. 2007.

FIGUEIREDO, Miriam Collares. **Da Memória dos Trabalhadores à Memória Petrobras: a história de um projeto**. 2009. 109 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. Rio de Janeiro, 2009.

FLORES. **Maria Bernardete Ramos**. Da revolta contra o tempo histórico à potência do anacronismo na escrita da história. **Bilros**, v. 5, n. 10, p. 175-193, set.-dez., 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Referências Culturais: Base para novas políticas de patrimônio**. Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/MinC/IPHAN, 2.ª ed., p. 96, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012a.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado, 24ª ed. São Paulo: Graal, 2012b.

FRANÇA, Fábio. **Arte e Paixão: Congonhas do Aleijadinho**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2015.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Jorge Zahar editora, 2006.

GABRIEL, Marcos Faccioli. Pierre Bourdieu e o poder simbólico parte I: os passos teóricos da sociologia crítica. **TÓPOS, FCT/UNESP**. Presidente Prudente, v.1.n.3, 2017.

GLASER Barney G.; STRAUSS, Anselm. L. The Discovery of Grounded Theory: strategies for qualitative research. **Reprinted**. New York: Aldine de Gruyter, 2006.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis: an essay on the organization of experience**. New York: Harper and Row, 1974.

GRAMMONT, Guiomar de. **Aleijadinho e o aeroplano o paraíso barroco e a construção do herói colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GRECO, Antonio do Monte Furtado; COUTINHO, Carlos Sidnei. Açominas: um exemplo polêmico de privatização. In: **Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira** [Proceedings of the 10th Seminar on the Economy of Minas Gerais], 2002.

GUATTARI, Félix. **As Três Ecologias**. Campinas: Papirus, 1990.

GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. In CAAP & CLAES (Eds.), **Extractivismo, política y sociedade**. Quito: Centro Andino de Acción Popular; Centro Latino-Americano de Ecología Social, 2009, p. 187-225.

GUDYNAS, Eduardo. Estado compensador y nuevos extractivismos. **Nueva Sociedad**, 237, 2012, p. 128-146.

GUDYNAS, Eduardo. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In P. Léna & E. Pinheiro do Nascimento (Eds.). **Enfrentando os limites do crescimento**. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond; IRD, 2012, p. 303-318.

GUERALDI, Ronaldo Guimarães. **A aplicação do conceito de poder brando (soft power) na política externa brasileira**. 2006, 260 f. Dissertação de Mestrado em Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, 2006. Disponível em Acesso em 30 de junho de 2021.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

HABERMAS, Jünger. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

HABERMAS, Jünger. **Modernidade: um projeto inacabado**. In: ARANTES, O. B. F.; ARANTES, P. E. (Orgs.). Um ponto cego no projeto no projeto moderno de Jürgen Habermas. São Paulo: Brasiliense, 1992.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA. Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro (trad.). 12ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina. 2015.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Apicuri, 2016.

HARTOG, François. L'historien et la conjoncture historiographique. **Le Débat**, n. 102, p. 4-10, novembre-décembre 1998.

HARTOG, François. **Patrimoine et présent. Régimes d'historicité**. Présentisme et expériences du temps. Paris: Éditions du Seuil, 2003.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Tradução de Andréa S. de Menezes, Bruna Beffart, Camila R. Moraes, Maria Cristina de A. Silva e Maria Helena Martins. Belo horizonte: Autêntica, 2014.

HARVEY, David. **Spaces of Capital: Towards a Critical Geography**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2001.

HARVEY, David. **A brief history of neoliberalismo**. Oxford University Press, Inglaterra, 2005.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 15. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2006.

HOBSBAWM, Eric.; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOMERO. **Odisseia**. Trad. Frederico Lourenço. Lisboa: Quetzal, 2018.

HUYSSSEN, Andreas. Mídia e discursos da memória. Entrevista dada a Sonia Virgínia Moreira e Carlos A. de Carvalho Moreno. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 27, nº. 1, 2004. Disponível em: <<http://revcom.portcom.intercom.org.br/index.php/rbcc/search/results>>. Acesso em: 12 dez. 2022.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

HUYSSSEN, Andreas. The Fate of Difference: Pluralism, Politics, and the Postmodern. **Amerikastudien**, 38, 1993, p.303-311.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Base de informações do Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo por setor censitário**. 2011. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_do_Universo/Agregados_por_Setores_Censitarios/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

ICOMOS. **Retrospective Statement Of Outstanding Universal Value (2012)**. Sanctuary of Bom Jesus de Congonhas. ID. No. 334, 2012. Disponível em: <<https://abrir.link/cUpO8>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

ICOMOS. **Sanctuaire du Ban Jesus do Matozinhos a Congonhas**. Bresil, 19 decembre 1984. Liste du Patrimoine Mondial. World Heritage List n. 334. Paris, ICOMOS, Mai/May 1985.

INGOLD, Tim. **Estar vivo**. Ensaios sobre movimento, conhecimento, descrição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

IPHAN. **Santuário Bom Jesus de Matozinhos. Proposta de inscrição na lista de patrimônio mundial da Unesco**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1984, p. 35. Disponível em: <<https://shre.ink/IphanCand>>. Acesso em: 10 de jun. 2023.

IPHAN. **Sinalização do Patrimônio Mundial no Brasil. Orientações técnicas para aplicação.** Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2013. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002256/225618por.pdf>>. Acesso em: 04 de jul. 2023.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das Cidades.** Tradução Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JORGE, Fernando. **O Aleijadinho: Sua Vida, Sua Obra, Seu Gênio.** 5ª Ed. São Paulo: Difel, 1984.

KAVARATZIS, Mihalis. From city marketing to city branding: Towards a theoretical framework for developing city brands”. **Place Branding and Public Diplomacy**, n.1. v.1, 2004, pp. 58-73.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado.** Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-RJ, 2006.

KOTLER, Philip; GERTNER, David. O estratégico marketing de lugares. **HSM Management**, v. 44, p. 62-93, 2004.

LAGO, Isabel. **Uma rota de fé. A devoção ao Bom Jesus de Matosinhos no Brasil.** Câmara Municipal de Matosinhos, 2003.

LEAL, Paulo Roberto Figueira. Imprensa e espiritismo em perspectiva histórica: os enfoques das coberturas jornalísticas de O Dia e do JB sobre o médium Zé Arigó. **Anais: XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Santos – 29 de agosto a 2 de setembro de 2007**, pp.1-15.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Tradução, Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2013.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. **O Aleijadinho e a Arte Colonial.** 1ª Edição. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1942; 142p.

LISSOVSKYI, Mauricio. Coppola em Congonhas: um fotógrafo, três olhares. **Anais: 30º Simpósio Nacional de História.** Recife, 2019. pp. 1-22.

LONDRES, Maria Cecília. **Celebrações e saberes da cultura popular: pesquisa, inventário, crítica, perspectivas.** Rio de Janeiro: FUNARTE, IPHAN, CNPCP, 2004.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”.** Trad. Wanda Nogueira Caldeira Brandt. São Paulo. Boitempo. 2005.

LUHMANN, Niklas. **Beobachtungen der Modeme.** Opladen, Westdeutscher Verlag, 1992.

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno.** Tradução: Ricardo Correia Barbosa. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

MACHADO, Antonio. **Poesias completas.** 14. ed. Madri – Espasa: Calpe, 1973.

MACHADO, Jurema. **Museu de Congonhas: Relato de uma experiência**. Edições Unesco (Representação no Brasil). Brasília, Unesco, 2017.

MACHADO, Lourival Gomes. **Reconquista de Congonhas**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1960.

MACHADO, Maria Márcia Magela. **Construindo a imagem geológica do Quadrilátero Ferrífero: conceitos e representações**. 2009. 256f. Tese (Doutorado em Geociências) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, Brasília, FNPM, 1985

MARQUES, Monique Sanches. **Subjetividades e Singularidades Urbanas: na construção de um devir “outro” arquiteto urbanista**. Salvador. Universidade Federal da Bahia, 2010.

MARQUES, Monique Sanches.; FERNANDES, Amanda. Iniciando a cartografia do desastre-crime: o avanço neoliberal da indústria extrativo-minerária do Brasil sob a perspectiva do rompimento da barragem de Fundão/Mariana/MG. **I Seminário Internacional de Urbanismo Biopolítico**. Belo Horizonte. 2017.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MARTINELLI, Marcos. Antonio Callado. **Um sermonário à brasileira**. São Paulo: Annablume, 2006.

MARTINS, Judith. **Dicionário de Artistas e Artífices dos Séculos XVIII e XIX em Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1974

MARX, Karl. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Editorial Boitempo, 2011.

MATTEI, Lauro; SANTOS JÚNIOR, José Aldoril dos. Industrialização e Substituição de Importações no Brasil e na Argentina: Uma Análise Histórica Comparada. **Revista de Economia**, v. 35, n. 1 (ano 33), p. 93-115, jan./abril 2009.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. Tradução de Paulo Neves. 1. ed. São Paulo: Cosac Naïf, 2013.

MAUSS, Marcel; HUBERT, Henri. **Sobre o sacrifício**. Tradução de Paulo Neves. 1. ed. São Paulo: Cosac Naïf, 2013.

MELLO E SOUZA, Laura de. **Desclassificados do Ouro: A pobreza mineira no século XVIII**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

MELLO E SOUZA, Laura de; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. **1680-1720: o império deste mundo**. Laura de Mello e Souza & Lília Moritz Schwarcz (coords.). São Paulo: Schwarcz, 2000.

MENESES, Ulpiano. A paisagem como fato cultural. In YÁZIGI E. (Org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Editora Contexto, 1996, p. 49-52.

MILANEZ, Bruno et al. A questão mineral no Brasil. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP BILLITON. In: ZONTA, Marcio, TROCATE, Charles (Orgs). **Coleção “A questão mineral”**. v.2. Marabá, PA. Editorial iGuana, 2016.

MILANEZ, Bruno. Grandes minas em Congonhas (MG), mais do mesmo? **PoEMAS**, Ufjf, 2014, p. 200-228. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Milanez-2011-Grandes-minas-em-Congonhas-MG-mais-do-mesmo.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2022.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos. Neoextrativismo no Brasil? Atualizando a análise da proposta do novo marco legal da mineração. **PoEMAS**, Ufjf, 2014, p. 1-39. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Santos-2014-Neoextrativismo-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2023.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA; AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO. **RESOLUÇÃO N.º 4**, 15 de fevereiro de 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. **Recomendação CGMP nº 2**, de 26 de abril de 2019, p. 712.

MORAES, Maria Laura Brenner. Stuart Hall: cultura, identidade e representação. **Revista Educar Mais**, Volume 3, nº. 2, 2019. p. 17-172.

MOREIRA DA SILVA, Luciano. A exploração mineral em Congonhas a partir de peças do museu de mineralogia: uma história em ouro, pedra e ferro. **Coletânea de Pesquisa no IFMG Congonhas 2014-2018**. Artur Caron Mottin (ORG.). Editora Espaço Tempo. Goiânia – GO, pp.19-40, 2018.

MOREIRA DA SILVA, Luciano. **O museu de mineralogia de Congonhas: um lugar de memórias**. **Coletânea de Pesquisa no IFMG Congonhas 2014-2018**. Artur Caron Mottin (ORG.). Editora Espaço Tempo. Goiânia – GO, 2018.

MORESCO, Marcielly Cristina; RIBEIRO, Regiane. O conceito de identidade nos estudos culturais britânicos e latino-americanos: um resgate teórico. **Revista Interamericana de Comunicação Midiática**. V.14, n.27, 2015. pp.168-183.

MURICY, Katia. **Alegorias da dialética. Imagem e pensamento em Walter Benjamin**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

NICOLAZZI, Fernando. A história entre tempos: François Hartog e a conjuntura historiográfica contemporânea. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 53, p. 229-257, jul./dez. 2010.

NIETZSCHE, Friedrich. **A gaia ciência**. Trad. de Paulo César Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SAAVEDRA, Roberta Franco. Amor fati e eterno retorno no livro IV de “A gaia ciência”: uma interpretação estética da existência. **Griot: Revista de Filosofia**, Amargosa – BA, v.18, n.2, p.43-60, dezembro, 2018.

NIGRO, Cintia. **Territórios do Patrimônio: tombamentos e participação social na cidade de São Paulo**. São Paulo. Dissertação (Mestrado), Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), 2001.

NÖTH, Winfried. Análise de discurso com Peirce: interpretar, raciocinar e o discurso como argumento. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n. 37, p. 34-46, set/dez. 2016.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Tradução: Yara Aun Khoury. In: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n. 10, p.7-28, dez. 1993.

NYE JR., Joseph S. **Bound to lead: the changing nature of American power**. New York: Basic Books, 1990.

OLENDER, Marcos. O afetivo efetivo. Sobre afetos, movimentos sociais e preservação do patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 35, pp. 321-341, 2017.

OLINTO, Heidrun Krieger. Reflexões sobre uma falsa dicotomia: moderno/pós-moderno. **Travessia - revista de literatura**, n° 31, UFSC - Ilha de Santa Catarina, ago./1995-juL/1996. p.39-63.

OLIVEIRA, Ana Claudia da Costa. **Levantamento de dados de geologia, métodos de lavra e rotas de beneficiamento das principais mineradoras de ferro de Minas Gerais**. 2018. 49 f. In: Trabalho de Conclusão de Curso. Engenharia de Minas, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET/MG. Araxá, 2018.

OLIVEIRA, Ana Rita Albuquerque. **Les attributs et les valeurs du paysage urbain historique. Nouveaux récits et expériences du patrimoine à Porto**. 694 f. 2022. Doctorat de la Faculté de Lettres de L'Université de Porto, Portugal. Thèse en Cotutelle Internationale Avec L'Université Paul-Valéry Montpellier III, França, 2022.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. **Aleijadinho, Passos e Profetas**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2002.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. Antônio Francisco Lisboa: de herói romântico a mito da nacionalidade. In: MONTERROSO TEIXEIRA, José de. **Aleijadinho, o teatro da fé**. São Paulo: Editora Metalivros, 2007.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. Gravuras europeias e o Aleijadinho. In: **O Estado de S. Paulo, Suplemento Cultural**, n°. 136, ano III, pp. 3-4. São Paulo: 10/06/1979.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. **O Aleijadinho. Passos e Profetas**. EDUSP, 1984.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. O Aleijadinho e o Santuário de Congonhas. **Roteiros do Patrimônio**. Brasília: IPHAN/Monumenta, 2006.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. **O Rococó Religioso no Brasil e seus antecedentes europeus**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. **Os Passos de Congonhas e suas restaurações**. Brasília: IPHAN, 2011.

OLIVEIRA, Myriam de Andrade Ribeiro de. **O Aleijadinho e o Iphan de Rodrigo Ferreira Bretas a Rodrigo Melo Franco de Andrade**. Portal do Iphan, 14 de nov. 2014. Disponível em: < <https://shre.ink/AleijadinhoIphan>>. Acesso em: 13 de jul. 2023.

OLIVEIRA, Myriam de Andrade Ribeiro de. **Barroco e rococó no Brasil**. 1ª Ed. Editora C/Arte. Belo Horizonte (MG), 2014.

OROZCO, Guilherme G. Comunicação social e mudança tecnológica: um cenário de múltiplos desordenamentos. In: MORAES, Dênis de. (Org.). **A Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

OURIVEIS, Maíra. Soft Power e indústria cultural: a política externa norte-americana presente no cotidiano do indivíduo. **Revista Acadêmica de Relações Internacionais**, v.2, n.4 (2013): 168-196.

PAZ, Octavio. **Filhos do Barro: do romantismo à vanguarda**. Trad. Ari Roitman e Paulina Wacht, São Paulo: Cosac Naify e Fondo de Cultura Económica, 2013.

PINHO, Amon. Walter Benjamin: arte do kairós no tempo-de-agora. **ArtCultura**. Uberlândia, v. 22, n. 41, pp. 186-199, jul.-dez. 2020.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, nº. 3, pp. 3-15, 1989.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, nº. 10. Cpdoc/FGV, pp. 200-212, 1992.

POSSAMAI, Zita. Cidade: escritas da memória, leituras da história. In: POSSAMAI, Zita (Org.). **Leituras da cidade**. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores**. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PRADO JR, Bento. **Presença e Campo Transcendental: consciência e negatividade da filosofia de Bergson**. Edusp. São Paulo. 1989.

PRADO, Vinícius de Oliveira. Breve leitura sobre a imagem de tempo em Walter Benjamin. **Cadernos Walter Benjamin**. Universidade Estadual do Ceará, n.17. Jul-dez, pp.139-164, 2016.

QUINTANA, Mario. **Mario Quintana: poesia completa**. Organização de Tania Franco Carvalhal. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005.

RAINISTO, Seppo K. **Success factors of place marketing: a study of place marketing practice in northern Europe and the United States**. Helsinki: Helsinki University of Technology, Institute of Strategy and International Business Doctoral Dissertations 2003.

RAMALHO, Walderez Simões Costa. **Outros tempos, outras histórias: Kairós, manifesto, crise**. 2021. 178 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Ouro Preto. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História, Ouro Preto-MG, 2021.

RAMALHO, Walderez Simões Costa. **Outros tempos, outras histórias: Kairós, manifesto, crise**. 2021. 178 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Ouro Preto. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História, Ouro Preto, 2021.

REIS, Sérgio Rodrigo. **Museus e a Comunicação do Patrimônio Cultural – A Experiência do Museu de Sítio Histórico de Congonhas**. 2020. 160 f. Dissertação (Mestrado). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2020.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Fundação Nacional Pró-Memória (Orgs.). In: **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

RICOEUR, Paul. “L’écriture de l’histoire et la représentation du passé”. **Annales HSS**, n. 4, juillet-août, p. 744, 2000.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. UNICAMP, p. 67, 2007.

RICOEUR, Paul. **La mémoire, l’histoire, l’oubli**. Paris: Gallimard, 2000.

RIEGL, Alois. **El culto moderno a los monumentos**. Madrid: Ed. Visor, 1999.

ROCHA, Sabrina Magalhães. A recepção de Leopold von Ranke na Escola dos Annales. In: ARAUJO, Valdeci Lopes de; MATA, Sérgio Ricardo da; VARELLA, Flávia Florentino (org.). **Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia: historiografia brasileira e modernidade**. Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da. Manifestações do barroco português: casas e quintas com capela. **IV Seminário Internacional Luso-Brasileiro**. Bragança, 15-17 de Outubro de 2009.

RODRIGUES, Tamara de Oliveira. Outros modos de pensar e sonhar: a experiência onírica em Reinhart Koselleck, Ailton Krenak e Davi Kopenawa. **Revista de Teoria da História**, Universidade Federal de Goiás: Volume 22, Número 02, Dezembro de 2019. pp.152-177, 2019.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: veredas**. 19. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ROSSETTI, Regina. Bergson e a Natureza Temporal da Vida Psíquica. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 14, n. 3, pp. 617-623, 2001.

ROSSETTI, Regina. **Supressão do tempo na sociedade midiaticizada. Comunicação, mídias e temporalidades**. Christina Ferraz Musse, Herom Vargas e Marcos Nicolau; organizadores. Salvador, Edufba, 2017.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, pp. 93-101, 2006.

ROUSSO, Henry. A história do tempo presente, vinte anos depois. Trad. Norma Domingos. In: Porto Jr. (org.). **História do tempo presente**. Bauru, SP: Edusc, 2007.

ROUSSO, Henry. **Memória e história: a confusão**. Entrevista, 2007.

SAAVEDRA, Roberta Franco. Amor fati e eterno retorno no livro IV de “A gaia ciência”: uma interpretação estética da existência. **Griot: Revista de Filosofia**, Amargosa – BA, v.18, n.2, p.43-60, dezembro, 2018.

SALES, Eric de. Cronos, Mnemosine, Clio e a defesa do patrimônio. In: **Historiæ**, Rio Grande, 6, n. 2, pp. 153-166, 2015.

SANCHIS, Pierre. Peregrinação e romaria: um lugar para o turismo religioso. In: **Ciências Sociais y Religión**, Porto Alegre, ano 8, n.º 8, p. 85-97, outubro de 2006.

SANTAELLA, Lucia. **A teoria geral dos signos: semiose e autogeração**. São Paulo: Ática, 1995.

SANTAELLA, Lucia. **Matrizes da linguagem e pensamento**. São Paulo: Iluminuras, 2001.

SANTAELLA, Lucia; RIBEIRO, Daniel Melo. A arqueologia benjaminiana para iluminar o presente midiática. **Comunicação, mídias e temporalidades**. Christina Ferraz Musse, Herom Vargas e Marcos Nicolau; organizadores. Salvador, Edufba, p. 59-78, 2017.

SANTI, Angela Medeiros. Walter Benjamin: tempo de escola - tempo de agora. Prolegômenos para uma educação para dias feriados. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 33, n. 118, pp. 205-216, jan.-mar. 2012.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. O jubileu do Bom Jesus em Congonhas entre a tradição e a reforma ultramontana. **Revista de C. Humanas**, Viçosa, v. 11, n. 2, p. 293-306, jul./dez. 2011.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado: Cultura da Memória e Guinada Subjetiva**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2007.

SASKIA, Sassen. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. São Paulo: Terra e Paz, 2016.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SCHAPER, Marianne ; VÉREZ, Valérie Onffroy de. **Evolución del comercio y de las Inversiones extranjeras en industrias ambientalmente sensibles: Comunidad Andina, Mercosur y Chile (1990-1999)**. Santiago de Chile, 2001.

SCHMIDT, Siegfried J. **Liquidation oder Transformation der Modeme?** In: H. Hollander; C. Thomsen (eds.). *Besichtigung der Modeme*. Kōlri, Dumont 1987, p.53-70.

SCHMIDT, Siegfried J. *Selbstorganisation-Wirklichkeit-Verantwortung*. **Lumis- Schriften**,

1986, 9, p.1-18.

SCLIAR, C. Geologia da Serra da Piedade. In: DUARTE, R. H. (coord.). **Cia. Energética de Minas Gerais. Serra da Piedade**. Belo Horizonte: CEMIG-UFMG, 1992. p. 18-37.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, S. e NAXARA, M. (orgs.). **Memória e (res)sentimento**. Campinas: Unicamp, 2001.

SIAM. **Resolução Conjunta Semad/Feam** nº. 2.784, 21 de março 2019. Disponível em: <<https://shre.ink/resolSIAM>>. Acesso em: 04 jul. 2023.

SIKKINK, Kathryn. **Ideas and institutions: developmentalism in Brazil and Argentina**. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

SILVA, Bárbara Monteiro Cordeiro; CASTRIOTA, Leonardo Barci. O conjunto arquitetônico e urbanístico de Congonhas/MG: a paisagem vista em 1941 e na atualidade. In: **5º Colóquio Ibero-Americano: Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto**. Belo Horizonte/MG - de 26 a 28 de setembro de 2018.

SILVA, Harley; SANTOS, Igor R. Torres. **Mineração e cidade, cidade da mineração: notas sobre a produção do espaço urbano das cidades mineiras sob a égide da indústria mineradora**. Diamantina: [s.n.], 2010.

SILVA, Valber Souza. **Os velhos caminhos de Congonhas numa perspectiva de educação patrimonial**. 2014. 374 f. Dissertação (Mestrado). Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Usp, São Paulo – SP, 2014.

SILVA, Leticia Ferreira da; PEREIRA, Lucas Alves. **O que são barragens?** Grupo de Pesquisa e Ação em Conflitos, Riscos e Impactos Associados às Barragens (CRIAB), 1 de setembro de 2021. Disponível em: <<https://www.blogs.unicamp.br/projetocriab/2021/09/01/o-que-sao-barragens/>>. Acesso em: 04 jul. 2023.

SIPIORA, Phillip; BAUMLIN, James S. (orgs.). **Rhetoric and Kairos: Essays in History, Theory and Praxis**. Albany, NY: State University of New York Press, 2002.

SMITH, John E. Time, Times and the “Right Time”: “Chronos” and “Kairos”. **The Monist**, v.53, n. 1, p. 1-13, 1969.

SMITH, Laurajane. **Uses of Heritage**. London: Routledge, 2006.

SMITH, Laurajane. Desafiando o Discurso Autorizado de Patrimônio. **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 21, núm. 2, 2021.

SMITH, Robert. Alguns desenhos existentes no Arquivo Histórico Colonial Português. **Revista do SPHAN**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 209-250, 1940.

SMITH, Robert. C. **Congonhas do Campo**. Rio de Janeiro: Agir, 1973. 127 p.

SOUZA, Dayane Rouse Neve; OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de O; FONSECA, Bruno Costa da. Conflitos ambientais na implantação do mineroduto da Ferrous: a percepção dos

atores sociais sob suas causas e desdobramentos. **Revista do Departamento de Geografia – USP**, Volume 25, pp. 140-163, 2013.

SOUZA, Leonardo de Aguiar e. **Produção Rígida, Acumulação Flexível: Comandos globais e processos urbano-regionais ligados aos circuitos minero-siderúrgicos do Alto Paraopeba, Minas Gerais**. 372 f. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências - Universidade Federal de Minas Gerais, [s. l.], 2015.

SPHAN. Congonhas. **Boletim do SPHAN**. Nº. 41, Pró-Memória, Rio de Janeiro, maio/junho de 1988.

SPHAN, Pró-Memória. CPI do Patrimônio. **Boletim SPHAN**, n. 16. Brasília-DF, janeiro/fevereiro de 1982, p. 4.

TAVARES, Thiago Rodrigues. **O Cemitério do Peixe e o Jubileu de São Miguel e Almas: estudo sobre patrimônio cultural, tradição, sociabilidade, memória e religiosidade no interior de Minas Gerais (1861 – tempo presente)**. 2021. 325 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG). UFJF: Juiz de Fora, Minas Gerais, 2021.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. **Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: MEC; SEAC; FENAME, 1980 [1975].

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. 3ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TORRES, Fernando; GÓES, Francisco. **BNDESPar concentra 89% dos investimentos em apenas 5 setores**. Valor Econômico, 14 de março de 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3044628/bndespar-concentraainda-mais-seus-investimentos>>. Acesso em: 15 de mai. 2023.

TRÉDÉ, Monique. **Kairos: L'à propos et l'occasion (le mot et la notion, d'Homère à la fin du IVe siècle avant J.-C.)**. Paris: Éditions Klincksieck, 1992, p. 77 e 78.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural Mundial**, Unesco, 1972.

URIBARREN, María Sabina. Parcerias e aspectos materiais da primeira edição dos livros sobre o barroco brasileiro de Germain Bazin. **Anais do museu paulista**. São Paulo, Nova Série, vol. 30, 2022, p. 1-50.

VERÍSSIMO, Michele Polline.; XAVIER, Clésio Lourenço. Tipos de commodities, taxa de câmbio e crescimento econômico: evidências da maldição dos recursos naturais para o Brasil. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 18, n. 2, p. 267-295, 2014.

VIEIRA, Beatriz Cunha Freitas; AMARAL, Norberto Martins Viheira Thiado Periard do. A mineração em Congonhas - MG: análise da influência da mineração no desenvolvimento da cidade e as perspectivas do setor na região. **Eco da Graduação**, v. 6. n. 1, edição 11, 2021.

VIEIRA, Padre Antônio. **Sermões**. Vol. V Erechim: EDELBRA, 1998.

VIÑAS, Salvador Muñoz. **Teoría contemporánea de la Restauración**. Madrid: Editora Síntesis, 2003.

WEISSHEIMER Marc. O legado crítico de Pierre Bourdieu. **Revista Espaço Acadêmico**. Porto Alegre, Ano I, n.º 10, março de 2002, 2p. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br>>. Acesso em: 12 dez. 2022.

WELSCH, Wolfgang. **Unsere postmoderne Moderne**. Acta Humaniora, Weinheim, 1987.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ZHU, Viviane. Barragens: finalidade, tipos, riscos e a nova lei. **Blog Pet Eng Civil UFPR**. Curitiba-PR, 23 out. de 2020. Disponível em: <<https://shre.ink/Barragens>>. Acesso em 04 abr. 2023.

ZONTA, Marcio e TROCATE, Charles. (Org.). **Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre Samarco/Vale/BHP Billiton**. Marabá: Editorial iGuana, 2016.

JORNAIS E REVISTAS

4 ANOS da Lei 13.540 de 2017: Esforço hercúleo da AMIG garantiu aos municípios uma Compensação Financeira pela Extração Mineral – CFEM – mais justa. **AMIG**. Disponível em: <<https://www.amig.org.br/noticias/4anos-lei-13540>>. Acesso em: 04 jul. 2023.

A NOITE e a manhã. **O Globo**. Panorama Político. Rio de Janeiro, 13 de março de 2005, p. 2.

AÇOMINAS: Tudo sobre o projeto da Nova Usina. **O Processo**. Ano IV, n. 57. Conselheiro Lafaiete, 01 a 15 de fevereiro de 1976.

ATO da Unesco fará Congonhas mais turística. **O Globo**. Cad. Turismo. Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1985. p. 6.

BORATO, Roberta. Monumenta mostra trabalho em Congonhas. **O Tempo**. 26 de abril de 2013. Disponível em: <<https://shre.ink/monumenta>>. Acesso em: 04 jul. 2023.

BRANCO, Mariana; PONSO, Fabio. Maior desastre ambiental do Brasil, tragédia de Mariana deixou 19 mortos. **O Globo**. Rio de Janeiro, 17 out. 2016. Disponível em: <<https://shre.ink/MuseuFogo>>. Acesso em 07 dez. 2022.

BRASIL quer tombamento de Congonhas pela Unesco. **O Globo**. O País. Rio de Janeiro, 26 de Outubro de 1984, p. 6.

CAMARGOS, Daniel. Área que a CSN pretende minerar em Congonhas não pode ser explorada, afirma MP. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 27 de abril de 2012. Disponível em: <<https://shre.ink/areaqueCSN>>. Acesso em: 04 jul. 2023.

CAMARGOS, Daniel. Ferrovia do Aço custou US\$4 bi e demorou 5 mil dias para ser concluída. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 07 de abril de 2013. Disponível em: <<https://abrir.link/PF3E1>>. Acesso em: 08 jun. 2023.

CAMARGOS, Daniel. Justiça impede que CSN transfira reserva ambiental em Congonhas para áreas vizinhas. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 10 de maio de 2012. Disponível em: <<https://shre.ink/JusticaimpedeCSN>>. Acesso em: 04 jul. 2023.

CAMARGOS, Daniel. Lei protege patrimônio ambiental de Congonhas, mas abre brecha à exploração. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 10 de dezembro de 2012. Disponível em: <<https://shre.ink/Leiproteg>>. Acesso em: 04 jul. 2023.

CAMARGOS, Daniel. MP pode pedir que profetas de Congonhas deixem de ser Patrimônio da Humanidade. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 12 de julho de 2012. Disponível em: <<https://shre.ink/PerdadotituloUnesco>>. Acesso em: 04 jul. 2023.

CAMARGOS, Daniel. CSN processa ativistas após audiência pública sobre barragem de Congonhas, em Minas Gerais. **Carta Capital**. Belo Horizonte, 13 de dezembro de 2023. Disponível em: <<https://11nq.com/L034c>>. Acesso em: 17 dez. 2023.

CANDREVA, André. Congonhas: Monumento Cultural da Humanidade. **Câmara Municipal de Congonhas**. Congonhas, 15 mar. 2018. Disponível em: <<https://shre.ink/CongMonum>>. Acesso em: 08 jun. 2023.

CANDREVA, André. Estação Congonhas do Campo – centenário de histórias. **Correio de Minas**. Conselheiro Lafaiete, 29 jul. 2021. Disponível em: <<https://shre.ink/EstacaoCong/>>. Acesso em: 06 jun. 2023.

CARLOS, Cássio Starling. A história como farsa: as conclusões de Marx no 18 Brumário. **Vermelho**. Publicado 10 de jan. 2021. Disponível em: <<https://shre.ink/BlogVermelho/>>. Acesso em: 07 de jul. 2023.

CONGONHAS comemora seus 80 anos de Emancipação. **Prefeitura Municipal de Congonhas**. Congonhas, 06 dez. 2018. Disponível em: <<https://shre.ink/Cong80anos>>. Acesso em: 03 dez. 2022.

CONGONHAS é Conhecida pela Unesco. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, Ano LVII, N. 16.613, 4 de dezembro de 1985, Capa.

CONGONHAS paga viagem de 14 delegados para Portugal. **O Globo**. O País. Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1986, p. 15.

CONGONHAS quer evitar tragédia 9 vezes maior que Brumadinho. **Jornal GGN**. São Paulo, 31 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://jornalggm.com.br/defesa-civil/congonhas-quer-evitar-tragedia-9-vezes-maior-que-brumadinho/>>. Acesso em: 04 jul. 2023.

CONGONHAS reagiu pela arte. **Jornal do Brasil**. 1º Cad. Rio de Janeiro, 29 de Maio de 1978. Congonhas se rebela para não perder o ICM da Açominas. **Panorama do Vale**. n. 30, Conselheiro Lafaiete, dez. 1978, p. 7.

CONGONHENSES e turistas já podem usufruir de uma nova Alameda. **Correio da Cidade**. Conselheiro Lafaiete, 19 de dezembro de 2016. Disponível em: <<https://shre.ink/NovaAlam/>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

CORREIO OFFICIAL DE MINAS. **Correio Oficial de Minas**. Ouro Preto, números 169 e 170, Ouro Preto, 1858.

CSN vai investir quase US\$ 10 bilhões para crescer e se diversificar. **Exame**. São Paulo, 10 de outubro de 2010. Disponível em: <<https://exame.com/negocios/csn-vai-investir-quase-us-10-bilhoes-para-crescer-e-se-diversificar-m0127757/>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

DAMA das artes: exposição valoriza legado de Victória Fisher Parcus, a tia Vicki. **Prefeitura Municipal de Congonhas**. Congonhas, 12 dez. 2019. Disponível em: <<https://shre.ink/Vicky>>. Acesso em 21 mai. 2023.

DESASTRE em Mariana é o maior acidente mundial com barragens em 100 anos. **Agência Brasil**. Disponível em: <<https://shre.ink/DesMariana>>. Acesso em 07 dez. 2022.

DIÁRIO CARIOCA. **Morreu de avião Lúcio Bittencourt**. Ano XXVIII, n. 8.333. Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1955.

DUAS novas marcas oficiais de Congonhas também são legado de Aleijadinho. **Prefeitura Municipal de Congonhas**. Congonhas, 17 dez. 2020. Disponível em: <<https://shre.ink/logofic>>. Acesso em: 01 dez. 2022.

EM dez municípios, o Brasil que está dando certo. **O Globo**. O País. Rio de Janeiro, 05 de abril de 1987, p. 14.

EXAME. Apreensão em Congonhas, festa na bolsa: o 2019 da CSN. **EXAME**. São Paulo, 6 de março de 2019. Disponível em: <<https://exame.com/negocios/apreensao-em-congonhas-festa-na-bolsa-o-2019-da-csn/>>. Acesso em: 06 jun. 2023.

EXAME. CSN quer captar R\$ 5 bilhões até o fim do ano. **EXAME**. São Paulo, 22 de março de 2019. Disponível em: <<https://exame.com/negocios/csn-quer-captar-r-5-bilhoes-ate-o-fim-do-ano/>>. Acesso em: 06 jun. 2023.

FERROVIA do Aço custou US\$4 bi e demorou 5 mil dias para ser concluída. **Estado de Minas**. Belo Horizonte-MG, 07 de abril de 2013.

FRANCO, José. O Aleijadinho é uma farsa. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, 12 fev.1956, p. 58-65.

GOMES, Lucas Henrique. CSN aumentará em 50% produção na Mina Casa de Pedra, em Congonhas. **O Tempo**. Belo Horizonte, 15 de maio de 2022. Disponível em: <<https://shre.ink/CSNAumen>>. Acesso em 04 ago. 2023.

GOVERNO Municipal e IPHAN assinam ordem de serviço para requalificação da Romaria. **Prefeitura Municipal de Congonhas**. Congonhas, 11 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.congonhas.mg.gov.br/index.php/governo-municipal-e-iphan-assinam-ordem-de-servico-para-requalificacao-da-romaria/>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

LAGE, Mariana. Justiça suspende liminar contra CSN por barragem em Congonhas. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 29 set. 2022. Disponível em: <<https://shre.ink/LiminarCSN>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

MATEUS, Bruno. Congonhas ganha apoio do BNDES para criar réplicas dos profetas de Aleijadinho. **O Tempo**. Belo Horizonte, 05 de junho de 2020. Disponível em: <<https://shre.ink/Museuapoio>>. Acesso em 07 jul. 2023.

MORAIS, Frederico. O Aleijadinho e a consciência mineira. **O Globo**. Rio de Janeiro, 1978, p. 36.

MPMG recomenda proteção da Serra Casa de Pedra em Congonhas/MG. Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente. In: **JusBrasil** (2011). Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/noticias/mpmg-recomenda-protECAo-da-serra-casa-de-pedra-em-congonhas-mg/2675340>>. Acesso em: 03 jul. 2023.

MODERNA infraestrutura prepara Congonhas para o futuro. **O Globo**. Turismo. Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1974, p. 5.

O ALEIJADINHO é uma farsa. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1966, p. 58.

O BRASIL já figura entre os produtores mundiais de aço. **O Globo**. Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1960, p. 15.

PARREIRAS, Mateus. BR-040 é considerada a rodovia mais mortal do país. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 26 dez. 2022. Disponível em: <<https://shre.ink/br040>>. Acesso em 08 jun. 2023.

PARREIRAS, Mateus. Casa de Pedra: megabarragem da CSN em obras volta a preocupar vizinhos. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 21 de agosto de 2022. Disponível em: <<https://shre.ink/CsnObras>>. Acesso em: 07 de jun. 2023.

PATRIMÔNIO. **O Globo**. Matutina, Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1985.

PRECAUÇÃO. Caderno de Artes Plásticas. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 11 de julho de 1978.

PREFEITO cria multa contra poeira de mineradoras. **O Tempo**. Belo Horizonte, 25 de julho de 2011. Disponível em: <<https://shre.ink/GuerraPoeira>>. Acesso em: 23 jun. 2023.

PRESERVAÇÃO da herança cultural do País: M'Bow elogia contribuição da FRM. **O Globo**. Grande Rio. Rio de Janeiro, 23 de abril de 1981, p. 8.

PROJETO de lei barra planos de expansão da CSN em Minas. **Indústria Hoje**. 17 de agosto de 2012. Disponível em: <https://shre.ink/leibarra>. Acesso em 04 ago. 2023.

RETOMADA das obras da Ferrovia do Aço. **Jornal do Brasil**. Caderno 1. Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1978.

RIBEIRO, Ivo. CSN assina cheque de R\$ 5,2 bilhões e finaliza compra da cimenteira LafargeHolcim no Brasil. **Valor**. Rio de Janeiro, 07 de setembro de 2022. Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2022/09/07/csn-assina-cheque-de-r-52-bilhes-e-finaliza-compra-da-cimenteira-lafargeholcim-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

SCARAMUZZO, Mônica; GUIMARÃES, Fernanda. CSN anuncia fusão de ativos com a Namisa. **Exame**. São Paulo, 25 de novembro de 2014. Disponível em: <<https://exame.com/negocios/csn-anuncia-fusao-de-ativos-com-a-namisa/>>. Acesso em: 30 jun. 2023.

SETE anos após o desastre de Mariana, ninguém foi punido e crimes podem prescrever. **Diário do Centro do Mundo**. São Paulo, 05 de novembro de 2022. Disponível em: <<https://shre.ink/CrimeMariPresc/>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

SOUZA, Felipe Souza; FELLETT, João. Brumadinho é maior acidente de trabalho já registrado no Brasil. **BBC Brasil**. São Paulo, 28 jan. 2019. Disponível em: <<https://shre.ink/BBCBRASIL>>. Acesso em 07 dez. 2022.

UNESCO distingue Congonhas. **Folha de São Paulo**. Caderno: Cidades. São Paulo, 04 de dezembro de 1985, p. 22.

VIEIRA, Julia. Ex-premiê do Japão, Shinzo Abe se vestiu de Mario Bros nas Olimpíadas do Rio. **CNN Brasil**. São Paulo, 08 de julho de 2022. Disponível em: <<https://shre.ink/Cnnexpremier>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

VIGÁRIO de Ouro Preto diz que D. Oscar é atacado por impedir culto a "Zé Arigó". **Jornal do Brasil**. 1º cad., Rio de Janeiro, 06 de maio de 1978.

WERKEMA, Mauro. Minas Gerais e os fundamentos do Modernismo brasileiro. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 07 de fevereiro de 2022. Disponível em: <<https://shre.ink/ModerBrassil>>. Acesso em 03 jan. 2023.

WERNECK, Gustavo. Exposição relembra história de médium mineiro que atendeu mais de 4 milhões de pessoas. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 29 de agosto de 2015. Disponível em: <<https://shre.ink/mediummineiro>>. Acesso em: 04 jun. 2023.

ZÉ ARIGÓ, oitava maravilha. **O Globo**. Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1968, p. 10.